



49

REVISTA
PORTUGUESA
DE
HISTÓRIA

COIMBRA 2018

Revista Portuguesa
de História

IMPrensa DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Revista Portuguesa de História

TOMO XLIX

Coimbra 2018

Estatuto editorial/Editorial guidelines

A *Revista Portuguesa de História* foi criada em 1941, no âmbito do Instituto António de Vasconcelos, designado, desde 1975, Instituto de História Económica e Social. Está empenhada na divulgação dos resultados da investigação histórica nas áreas da História Portuguesa e Mundial, sob a forma de artigos, resenhas críticas e notícias. Todos os artigos publicados nesta revista anual são objeto de rigorosa arbitragem científica. A RPH segue o Código de ética e Guia de Boas Práticas da Imprensa da Universidade de Coimbra. A RPH está indexada nas seguintes plataformas: Web of Science, Latindex, Scientific Journal Impact, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences e Scopus.

The *Revista Portuguesa de História* (*Portuguese Journal of History*) was created in 1941, as a scientific organ of the Instituto António de Vasconcelos, renamed, since 1975, Instituto de História Económica e Social (Institute of Economic and Social History) in the Faculty of Arts of the University of Coimbra. The RPH is strongly committed to spreading the outcomes of historical research in the fields of Portuguese and World History through articles, critical reviews and news. All articles published in this annual journal have undergone a rigorous blind peer review process. The RPH follows the Code of Ethics and Good Practice Guide of the Coimbra University Press. A RPH is indexed in: Web of Science, Latindex, Scientific Journal Impact, Dialnet, European Reference Index for the Humanities and Social Sciences and Scopus.

Antigos diretores Past directors

Torquato de Sousa Soares

Luís Ferrand de Almeida

António de Oliveira

Maria Helena da Cruz Coelho

Directora Director

Margarida Sobral Neto

Coordenação científica do volume

Scientific coordinator of the volume

Maria do Rosário Morujão

Conselho de Redação Redactorial Board

Ana Isabel Ribeiro (FLUC)

António Martins da Silva (FLUC)

Irene Maria Vaquinhas (FLUC)

João Paulo Avelãs Nunes (FLUC)

Leontina Ventura (FLUC)

Maria Alegria Marques (FLUC)

Maria Antónia Lopes (FLUC)

Maria José Azevedo Santos (FLUC)

Maria do Rosário Morujão (FLUC)

Maria Teresa Nobre Veloso (FLUC)

Rui Cascão (FLUC)

Saul António Gomes (FLUC)

Conselho Consultivo Advisory Board

Amélia Polónia (U. Porto)

Ángel Vaca Lorenzo (U. Salamanca)

António de Oliveira (FLUC)

António Eiras Roel (U. Santiago de Compostela)

António Marques de Almeida (U. Lisboa)

Armando Luís de Carvalho Homem (U. Porto)

Eloy Fernández-Clemente (U. Zaragoza)

Fernando Taveira da Fonseca (FLUC)

Filipe Themudo Barata (U. Évora)

Filipe Ribeiro de Meneses (National University of Ireland)

Gaspar Martins Pereira (U. Porto)

Giovanni Chérubini (U. Florença)

Inês Amorim (U. Porto)

Jaime Reis (ICS, Lisboa)

Jean-Marc Moriceau (U. Caen)

João Marinho dos Santos (FLUC)

José Amado Mendes (FLUC)

José Ángel Ladero Quesada (U. Complutense de Madrid)

José Damião Rodrigues (U. Lisboa)

Luís Enríquez Bezares (U. Salamanca)

Luís Miguel Duarte (U. Porto)

Márcia Motta (U. Federal Fluminense)

Maria Eugénia Mata (U. Nova de Lisboa)

Maria Helena da Cruz Coelho (FLUC)

Martina de Moor (Institute for History; University of Utrecht)

Patrick J. Geary (UCLA)

Paulo Pinheiro Machado (U. Federal Fluminense)

Pegerto Saavedra (U. Santiago de Compostela)

Pedro Cardim (U. Nova de Lisboa)

Sérgio Campos Matos (U. Lisboa)

Coordenação técnica e administrativa

Technical and administrative coordination

Carla Rosa

Endereço

Revista Portuguesa de História

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Largo da Porta Férrea

3004-530 Coimbra Portugal

<http://www.uc.pt/fluc/ihes/publicacoes/rph>

rphdir@fl.uc.pt

Telefone/Phone (351) 239 859 984

Capa Cover Design

Rodrigo Fonseca

Edição Edition

Imprensa da Universidade de Coimbra

Infografia Infographics

Impressão Printing

Depósito Legal n.º 1409/82

ISSN 0870.4147

ISSN digital: 2183-3796

DOI: https://doi.org/10.14195/0870-4147_49

Editorial

No contexto da reorganização dos saberes operado na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra em 1974, o Instituto de Estudos Históricos António de Vasconcelos desdobrou-se em vários campos de investigação e docência, sendo um deles o Instituto de Paleografia e Diplomática, cuja direção foi assumida pelo Doutor Avelino de Jesus da Costa e depois, desde os inícios da década de 80, pela Doutora Maria Helena da Cruz Coelho.

Este Instituto patrocinou a docência e investigação em Ciências que se constituíram no século XIX no âmbito das escolas históricas alemã, francesa e belga assumindo, então, a designação de “ciências auxiliares” da história. Em Portugal, esta área de “história erudita” tem uma tradição que remonta ao século XVII, destacando-se, na centúria seguinte, João Pedro Ribeiro como um dos primeiros sistematizadores da decifração das escritas antigas bem como da sua avaliação crítica e interpretação. Por sua vez, no século XIX, a Academia das Ciências de Lisboa, tomando como modelo a obra *Monumenta Germaniae Historica* confia a Herculano a edição dos *Portugaliae Monumenta Historica*, obra fundadora da História Medieval Portuguesa.

Na Faculdade de Letras de Coimbra os estudos das ciências históricas foram marcados pelo Padre Avelino de Jesus da Costa (1908-2000), consagrado paleógrafo e diplomata e criador de uma escola de reputação internacional. Entre as múltiplas publicações de sua autoria, destacamos o *Álbum de Paleografia e Diplomática* que tem orientado, desde 1966, centenas de discentes na aprendizagem da decifração e estudo das grafias medievais e da época moderna.

Os discípulos de Avelino de Jesus da Costa souberam dar continuidade ao trabalho do mestre renovando os objetos de estudo e as metodologias de ensino e de investigação. O trabalho destes especialistas da Escola de Coimbra assume diversas formas: publicação de documentos – trabalho árduo, e nem sempre valorizado em tempos em que a verdade e a ficção frequentemente se entrelaçam, mas de grande valia para todos os que continuam a considerar o conhecimento histórico como o resultado de uma investigação cientificamente conduzida –; publicação de estudos nas áreas da Paleografia, Diplomática, Sigilografia, Codicologia ou Arquivística em que se destaca a primeira tese de doutoramento na área da Paleografia defendida em Portugal: *Da visigótica à carolina: a escrita em Portugal de 888 a 1172 (aspectos técnicos e culturais)* de

autoria de Maria José Azevedo Santos; a pertença a organismos internacionais de Paleografia, Diplomática, Sigilografia ou outras ou a participação em Seminários e Congressos em Portugal ou no estrangeiro. De igual modo têm desenvolvido um profícuo trabalho na docência atualizada destes saberes e na sua reprodução, orientando dissertações e teses de estudos pós-graduados.

Tendo sido, durante décadas, o único Instituto de Paleografia e Diplomática existente em Portugal (perdeu a sua autonomia no contexto da reorganização da Secção de História ocorrida em 2018), acolheu ao longo dos anos investigadores nacionais e internacionais que na FLUC procuram orientação para os seus trabalhos académicos de investigação ou a consulta de bibliografia especializada.

Este número da Revista Portuguesa de História dedica o seu dossiê temático às *Ciências Históricas*, dando-nos conta da renovação dos seus objetos de análise, metodologias e problemáticas. Numa linha de confluência com a orientação seguida em números anteriores, publica-se também uma secção de *Varia* que acolhe artigos de diversa natureza.

Cumpramos finalmente agradecer a todos aqueles que tornaram possível a publicação deste volume. Colaboraram na avaliação crítica dos artigos agora publicados vários especialistas a quem prestamos o nosso reconhecimento pelo rigor das apreciações críticas essencial para o processo de seleção.

Aos autores dos artigos e das resenhas agradecemos o facto de terem proposto à RPH a divulgação dos resultados da sua pesquisa e reflexão. À Doutora Maria do Rosário Morujão manifesto a minha gratidão pela cuidada e competente coordenação científica deste volume. À Dr^a. Carla Rosa que se ocupou da gestão editorial reconheço a elevada competência. Expresso ainda gratidão ao Sr. Diretor da FLUC e ao Sr. Diretor do DHEEAA pelo suporte institucional conferido à RPH. Ao Sr. Diretor da Imprensa da Universidade, Doutor Delfim Leão, agradecemos o acolhimento e a criação de condições para a publicação, divulgação e projeção internacional das revistas universitárias. Agradecimento extensivo a todos os colaboradores da Imprensa da Universidade de Coimbra.

A diretora da Revista
Margarida Sobral Neto

Nota Introdutória

O presente volume da *Revista Portuguesa de História* inclui, como já é habitual, um dossiê temático, dedicado desta vez às ciências históricas, designação que inclui as duas disciplinas cujo amplo desenvolvimento na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra levou à criação, em 1974, do Instituto de Paleografia e Diplomática, por iniciativa de Avelino de Jesus da Costa.

Membro mais novo daquele Instituto, a que estive ligada desde que entrei na Faculdade de Letras como assistente, foi com especial honra e sentido de responsabilidade que aceitei o convite para coordenar o volume com este dossiê que me foi dirigido pela Diretora, Doutora Margarida Sobral Neto, a quem muito agradeço.

Sob a denominação de ciências históricas incluem-se todas aquelas disciplinas eruditas que, até às últimas décadas do século xx, eram consideradas como auxiliares da História, ou seja, como meros saberes instrumentais ao serviço dos historiadores na sua investigação. Desse estado de menoridade e dependência foram-se libertando ao longo dos últimos cem anos, através de processos que têm vindo a ser estudados tanto a nível internacional como nacional. Paleografia, Diplomática, Codicologia, Epigrafia, Arquivística, Sigilografia, Numismática, Heráldica (para referir algumas das que mais se têm desenvolvido) fizeram já, em larga medida, o seu processo de autonomização, apuraram metodologias de investigação específicas e mostraram, com clareza, serem criadoras de conhecimento em si próprias, contribuindo para um saber mais amplo e abrangente sobre o que foi o passado humano, em vertentes antes desvalorizadas ou até mesmo ignoradas pelos historiadores.

Os cinco artigos que compõem este dossiê temático demonstram, precisamente, a riqueza e originalidade das abordagens feitas no âmbito destas ciências. Da autoria de investigadores de diversos países (Portugal, Espanha e República Checa), focam-se em áreas que vão da Paleografia à Sigilografia, e da Diplomática à Arquivística Histórica, oferecendo ao leitor olhares críticos sobre os caminhos percorridos e estudos de caso, e cada um deles comprova a forte vitalidade da área científica em que se inscreve. Apresentemo-los brevemente, seguindo a mesma ordem pela qual foram publicados, ou seja, a ordem alfabética de autores.

O primeiro é de Martina Bolom-Kotari, da Universidade de Hradec Kralové, da República Checa, e traça o panorama da evolução dos estudos de Sigilografia no seu país, onde a tradicional designação de “ciências auxiliares” continua a ser usada. Desde os tempos que se seguiram à I Guerra Mundial até ao presente, analisa-se essa evolução, que acompanha de perto e é mesmo em parte condicionada pelas várias mutações políticas que a região da antiga Boémia sofreu ao longo do século xx.

O foco do trabalho de Leonor Calvão Borges e Ana Margarida Dias da Silva, do Centro de Investigação em Comunicação, Informação e Cultura (polo do Porto), é a Paleografia, mais propriamente a aprendizagem paleográfica em meios digitais através de cursos ministrados *online*, em especial na Península Ibérica, França e Inglaterra. Um tema que mostra, claramente, como esta disciplina se tem vindo a adaptar às novas tecnologias e às Humanidades Digitais, hoje em dia tão em voga.

Maria Helena da Cruz Coelho, cujo nome não necessita de qualquer apresentação nas páginas desta *Revista* de que foi diretora durante largos anos, e que esteve à frente do Instituto de Paleografia e Diplomática dos anos 80 até à sua extinção, apresenta um estudo de caso que se inscreve no âmbito da Arquivística, mas também da Paleografia e da Diplomática, relativo às práticas especialmente interessantes e bem documentadas de um cartório tardo-medieval do mosteiro beneditino de Pedroso, que explica e caracteriza pormenorizadamente.

Maria de Lurdes Rosa e Rita Sampaio da Nóvoa, da Universidade Nova de Lisboa, oferecem ao leitor uma reflexão crítica acerca do desenvolvimento da Arquivística Histórica, área de saber situada na confluência entre a Arquivística e a História; o seu trabalho é também a apresentação de todo um percurso académico e historiográfico em torno desta temática, que de algum modo se pode considerar como uma espécie de ensaio de “ego-história” (para retomar a expressão consagrada no título da obra coletiva dirigida por Pierre Nora, *Essais d'ego-histoire*, publicada em 1987).

O dossiê termina com o texto de Néstor Vigil-Montes, da Universidad de Murcia (Espanha), que, na senda de outros balanços anteriormente feitos acerca da Diplomática e da sua evolução em vários países da Europa, apresenta uma análise dos desafios que se colocam a essa ciência histórica neste final da segunda década do século xxi, focando a sua atenção, em especial, no espaço da Península Ibérica.

O volume inclui também uma secção de *Varia*, composta por oito artigos versando sobre temáticas diversificadas, em que os assuntos de natureza económica e social têm a primazia e os séculos modernos predominam. Por

ordem cronológica (que não é a da publicação, que segue, como o dossiê, a ordem alfabética dos autores), o primeiro diz respeito ao comércio de pau-brasil a que, em inícios do século xvi, se dedicavam mercadores da Normandia, assunto para o qual contribuem com importantes elementos inéditos, colhidos em fontes escritas de arquivos franceses, três investigadores ligados à Universidade de Caen: Christophe Maneuvrier, Michel Daeffler e Isabelle Bretthauer.

Entre a segunda metade de Quinhentos e as primeiras décadas de Seiscentos situou-se a vida de D. Aleixo de Meneses, que Fernanda Olival, da Universidade de Évora, estuda, inserindo-a no seu contexto. D. Aleixo, além dos importantes lugares que ocupou na Igreja portuguesa, como arcebispo de Goa, primeiro, e de Braga, depois, desempenhou também cargos políticos da maior relevância durante o reinado de Filipe I, como vice-rei de Portugal e presidente do Conselho de Portugal.

Dois outros artigos incidem sobre o mundo monástico dos séculos modernos. Marta Lobo de Araújo e Flávia Oliveira, da Universidade do Minho, estudam o convento de São Francisco de Jesus de Monção, instituição fundada na segunda metade do séc. xvi como recolhimento feminino, que por finais de Quinhentos se tinha transformado já num espaço conventual de franciscanas de clausura, transferidas para Braga no séc. xviii. Por seu turno, Pegerto Saavedra, da Universidade de Santiago de Compostela, analisa a situação financeira dos mosteiros cistercienses da Galiza desde o século xvii até às primeiras décadas do xix, a partir da documentação contabilística conservada, contribuindo assim para um melhor conhecimento das reais condições económicas em que estas instituições se encontravam no final do Antigo Regime,

Situando-se também na Época Moderna, Ana Isabel Ribeiro, da Universidade de Coimbra, apresenta as potencialidades e vantagens da análise de redes como método de abordagem a utilizar no campo da História social, a partir do estudo do caso específico dos processos de eleição para os cargos de vereador na câmara municipal de Coimbra, entre os anos de 1783 e 1817.

Ainda dentro de uma cronologia setecentista, Luís Seabra Lopes, da Universidade de Aveiro, regressa ao tema da metrologia, a que já dedicou diversos artigos, inclusive em volumes anteriores desta *Revista*. Desta feita, dá-nos a conhecer, publicando-o e contextualizando-o, um importante estudo elaborado em 1795 por José de Abreu Bacelar Chichorro, ministro das demarcações das comarcas da Estremadura, que inclui a primeira proposta de adoção do sistema métrico decimal em Portugal e se tinha mantido inédito até agora.

Os dois restantes artigos da *Varia* respeitam à contemporaneidade. Continuando a seguir uma ordem cronológica, mencione-se, em primeiro

lugar, a análise feita por Hugo Pereira, da Universidade Nova de Lisboa, do desenvolvimento das infraestruturas portuárias e ferroviárias nas colónias portuguesas nas décadas finais da monarquia, inseridas num movimento de transposição para lá das fronteiras europeias da política de fomento iniciada em Portugal com o Fontismo. Leonardo Aboim Pires, da mesma Universidade, apresenta o estudo com a cronologia mais recente, acerca da ação levada a cabo pela Junta Nacional das Frutas, uma das diversas organizações reguladoras do regime de Salazar, criada durante a década de 1930, no contexto da coordenação económica corporativa do Estado Novo.

Completem o volume cinco recensões críticas, feitas por igual número de jovens investigadores a outras tantas obras historiográficas, portuguesas e estrangeiras. A evolução de cidades peninsulares entre os séculos XIII e XVII, a vida de Martinho Lutero, instituições assistenciais da Inglaterra moderna, questões de cultura letrada e alfabetização na Galiza dos séculos XVIII-XIX, e viagens de britânicos em Goa entre 1800 e 1940 são os temas das obras recenseadas, publicadas de 2015 a 2018.

A todos os autores, assim como aos revisores científicos que elaboraram os pareceres acerca dos artigos recebidos, o meu agradecimento pela sua colaboração. Sem o seu labor, dádiva e empenho, este volume não existiria. Como também não chegaria a bom porto sem a dedicação competente da Dra. Carla Rosa, do Gabinete de Apoio a Projetos e Centros de Investigação da Faculdade de Letras, que teve a seu cargo a gestão editorial e com quem foi um prazer trabalhar.

Maria do Rosário Barbosa Morujão
Coordenadora do volume 49 da RPH

Dossier temático
Ciências Históricas

Ecclesiastical sigillography in the Czech Republic – current situation, themes and perspectives

Sigilografia eclesiástica na República Checa – ponto da situação, temas e perspectivas

MARTINA BOLOM-KOTARI

Philosophical Faculty

University of Hradec Králové

Czech Republic

martina.kotari@uhk.cz

<https://orcid.org/0000-0002-3545-5617>

Texto recebido em/Text submitted on: 06/02/2018

Texto aprovado em/Text approved on: 20/06/2018

Abstract:

Sigillography is regarded in the Czech Republic as a traditional academic discipline. The history of the field shows, however, that it has yet to welcome the production of a seminal, far-reaching work. In earlier time, ecclesiastical sigillography was largely neglected, seeing little development until recent decades. The first analytical studies are now appearing which attempt to interpret sigillographical materials in a broader historical context. Researchers are now also turning their attention to modern materials, giving rise to specific terminological and methodological difficulties. This study offers a brief outline of developments in sigillography in the Czech Republic, and particularly ecclesiastical sigillography. In this specific case, it describes the research objectives and the questions being asked, while outlining proposed solutions.

Keywords:

Sigillography; Ecclesiastical Sigillography; Modern Sigillography; Historical sciences; Bohemia.

Resumo:

A sigilografia é considerada na República Checa uma disciplina académica tradicional. A história deste campo mostra, contudo, que necessita ainda de acolher a produção de um trabalho seminal e de longo alcance. Em tempos mais recuados, a sigilografia eclesiástica foi largamente negligenciada, tendo conhecido poucos desenvolvimentos até há poucas décadas. Os primeiros estudos analíticos estão a surgir agora, procurando interpretar os materiais sigilográficos num contexto histórico mais alargado. Os investigadores estão também a virar a sua atenção para os materiais da Época Moderna, que dão lugar a dificuldades terminológicas e metodológicas específicas. Este estudo oferece um breve esboço do desenvolvimento da sigilografia na República Checa, em particular da sigilografia eclesiástica. São descritos os objetivos da investigação e as questões colocadas neste campo concreto, e esboçam-se as soluções propostas.

Palavras-chave:

Sigilografia; Sigilografia eclesiástica; Sigilografia Moderna; Ciências históricas; Boémia.

Auxiliary historical sciences in the Czech Republic

The auxiliary historical sciences in the Czech Republic are independent fields of study¹ that are cultivated directly at several universities in the country². Students can graduate at all three levels of education in the field. This has traditionally been the case since the end of the 18th century, when teaching of the auxiliary historical sciences began at Charles University in Prague³. The usual model in most European countries, where a specific space is reserved for the discipline within the broader framework of historical study, has not been adopted here and is unlikely to be. The discipline nowadays faces to the lack of interest of potential students. For students are problematic especially languages, in the Czech environment it means German and Latin. For all that agree experts (archivists, most of historians) with the necessity of the independent discipline.

Position of sigillography

Despite being firmly established within the Czech research environment, sigillography has not received appropriate and systematic attention, and nor has

¹ Or, according to new accreditation rules in force from 2017, a separate study *programme*.

² These are Charles University in Prague, Masaryk University in Brno, University of Hradec Králové and the University of South Bohemia in České Budějovice.

³ Cf. Marie Bláhová, Mlada Holá, Klára Woitschová (eds.), *Pomocné vědy historické v současné historiografii a archivnictví* [Auxiliary Sciences of History in the Contemporary Historiography and Archive Studies], Praha, Karolinum, 2017. The Conference dealing with developing and teaching of the Auxiliary Sciences of History was held at the Charles University in Prag in November 2014 on the occasion of the 230th anniversary of the constitution of the first academic lectures of Auxiliary Sciences of History at the University. The Conference was aimed at meeting researchers and experts from all over the Czech Republic. It performed the latest results of the research in the field of Auxiliary Sciences of History and aimed at the education and centres of the education as well. Two papers paid attention to the sigillography: Martina Bolom-Kotari, *Sfragistika a její význam v současné výuce pomocných věd historických a archivní praxi* [Sigillography and Its Importance in the Contemporary Auxiliary Historical Classes and Archival Practice], p. 138-148 + resumé p. 334; Tomáš Krejčík, *Možnosti interpretace středověkých pečeti* [Ways How to Interpret Medieval Seals], p. 149-159 + resumé p. 335. Another Conference which took place at the Faculty of Arts, University of South Bohemia in České Budějovice in 2012 was also dedicated to the topic how to teach of Archival Science and Auxiliary Historical Sciences. Its papers were published in *Archivní Časopis*, 64 (2014), Supplementum. Martina Bolom-Kotari and Jana Vojtíšková from the Philosophical Faculty, University of Hradec Králové recently discussed the topic too. Martina Bolom-Kotari, Jana Vojtíšková, "Der gegenwärtige Unterricht der Historischen Hilfswissenschaften und der Archivkunde in Tschechien am Beispiel der Universität Hradec Králové. Stand und Perspektiven" [Contemporary Teaching of Auxiliary Sciences of History and Archive Studies in Bohemia – University of Hradec Králové. Present Problems and Outlooks], *Archiwista Polski*, 84 (2016), p. 57-70.

the discipline been mapped out in a fundamental way. Sigillographical research is currently thematically fragmented, reflecting the professional interest of individual authors and has a markedly descriptive focus.

The first major upswell of interest in Bohemia's rich sigillographical heritage coincided with the period of interwar upheaval. Czechoslovakia, as the successor state to the former Habsburg Monarchy, was obliged, within a short space of time, to establish its own institutions and define its areas of interest in academic fields. In 1919, the second year of its existence, the country founded its second university, today's Masaryk University in Brno. The same period saw the establishment of the enormously important State Archival School (*Státní archivní škola*), an institution whose main role was to train future archivists, inspired by the *Institut für österreichische Geschichtsforschung* in Austria and the *École des Chartes* in France. At the same time, university professor and Prague archivist Václav Vojtíšek laid the foundations for Czech sigillography, devoting attention mainly to urban sigillography⁴. The younger researcher and archivist František Beneš then came up with the revolutionary idea of producing a Catalogue of Czech seals, which would bring the wealth of sigillographical materials hidden away in Czech archives to the attention of experts and the wider public. Due to the huge quantity of material he had to work on, and the technological limitations of the time, the project never progressed further than the publication of a few slim notebooks⁵. Nor could the project be implemented in later years. František Beneš was also a pioneer in other ways, as it was he who first brought attention to the importance of seals as a historical source and the possibility of understanding and interpreting seals⁶. He was active in the field for many years and contributed a series of minor studies (some of which address questions of ecclesiastical sigillography), which have become foundation texts

⁴ Václav Vojtíšek, "O pečetech a erbech měst pražských a jiných českých" [On the Seals and Coats of Arms of Prague and other Czech Towns], *Zprávy památkového sboru hlavního města Prahy*, 8 (1928), p. 1-255.

⁵ František Beneš, "Na okraj atlasu pečetí české šlechty, duchovenstva a měšťanů" [Towards a Compendium of Seals of the Bohemian Aristocracy, Clergy and Burgers], *Časopis Rodopisné společnosti československé*, 9-10 (1937-1938), p. 55-62 and "Atlas českých pečetí, jeho význam v českém bádání o pečetích i pro poznání minulosti vůbec a jeho rozvržení" [The Catalogue of Czech Seals, its Importance for Czech Research into Seals and for Understanding the Past Generally], *Sborník Jednoty starých českých rodů*, 9 (1946), p. 4-25. It must be stressed here that František Beneš might have drawn inspiration from French or English scholars since the idea of producing a catalogue of seals was not a new one. Comp. e.g. M. Douët D'Arcq, *Collection de sceaux*, Paris, Plon, 1863; Walter de Gray Birch, *Catalogue of Seals in the Department of Manuscripts in the British Museum*, 6 vols., London, British Museum, 1887.

⁶ František Beneš, *Význam pečeti pro bádání o minulosti* [The Importance of Seals in Historical Research], Praha, Česká grafická Unie, 1945.

for Czech sigillography, while sadly not comprising a coherent whole. The third major figure in Czech sigillography was Jiří Čarek, who began by focusing on aristocratic and guild seals⁷, but went on to initiate and foster a further attempt to create a compendium of Bohemia's sigillographical heritage⁸.

In the second half of the 20th century, all historical disciplines were subjected to ideological arm-twisting. They were supposed to justify their existence through service to the contemporary needs of society, which meant unequivocal support for the erstwhile official interpretation of Czechoslovak⁹ history and its meaning. In view of the prevailing Communist ideology, which worshipped the “working class”, and viewed with contempt and animosity other social elements, such as the traditional elites and churches, academics obviously avoided unpopular topics. In sigillography, there was a requirement to study communal and guild seals, and also, in relation to historical anniversaries, to research aristocratic seals of the Luxembourg family¹⁰. Exceptionally, some studies were carried out on the seals of the Prague and Olomouc bishops¹¹.

For a very long time, no comprehensive monograph was available. Only in the late 1980s did the husband and wife team of Jarmila and Tomáš Krejčík publish a work entitled *Úvod do české sfragistiky*¹². This was a revolutionary moment for Bohemian sigillography. Both authors were familiar with the seminal work in German, Ewald's *Siegelkunde*¹³ or Kittel's *Siegel*¹⁴, and in Polish, Gumowski's *Sfragistyku* or *Handbuch der polnischen Siegelkunde*¹⁵, as

⁷ Jiří Čarek, “O pečetích českých knížat a králů z rodu Přemyslova” [On the Seals of Bohemian Princes and Kings from the Přemysl Line], *Sborník příspěvků k dějinám hlavního města Prahy*, 8 (1938), p. 1-56.

⁸ Jiří Čarek, “Poznámky k soupisu typářů” [Notes for an Inventory of Seal Matrices], *Archivní časopis*, 23 (1973), p. 4-16.

⁹ At that time, it was still Czechoslovak history. The breakup of the former Czechoslovakia and the creation of an independent Czech Republic and Slovak Republic did not happen until 1 January 1993.

¹⁰ Pavel Brodský, “Pečeti Jana Lucemburského” [The Seals of John of Luxembourg], *Časopis Národního muzea – řada historická*, 150 (1981), p. 117-137.

¹¹ Rostislav Nový, “Pečeti pražských a olomouckých biskupů. Studie ze sfragistiky přemyslovského období” [Seals of the Prague and Olomouc Bishops. A Study in the Sigillography of the Premyslid Period], *Sborník archivních prací*, 10 (1960), p. 181-214.

¹² Jarmila Krejčíková, Tomáš Krejčík, *Úvod do české sfragistiky* [Introduction to Czech Sigillography], Ostrava, Klub genealogů a heraldků Ostrava při DK ROH Vítkovice, 1989.

¹³ Wilhelm Ewald, *Siegelkunde* [Sigillography], München, Berlin, R. Oldenbourg, 1914.

¹⁴ Erich Kittel, *Siegel* [Seal], Braunschweig, Klinkhardt und Biermann, 1970.

¹⁵ Marian Gumowski, Marian Haisig, Sylwiusz Mikucki, *Sfragistyka* [Sigillography], Warszawa, Państwowe Wydawnictwo Naukowe, 1960; Marian Gumowski, *Handbuch der polnischen Siegelkunde* [Companion to Polish Sigillography], Graz, Akademische Druck- u. Verlagsanstalt, 1966.

well as other works from European researchers. By these means, researchers of following generations were able to obtain at least a basic overview of developments in the discipline, the issues addressed, standard approaches and current knowledge.

In the period of liberalisation in Czech society following the fall of the communist regime, interest in sigillography grew significantly. The idea of producing a database of all the seals¹⁶ stored in Czech archives resurfaced. Implementation would be helped by the rapid development of new technologies that made it possible to process large volumes of data. The task was arranged and sponsored by the Archival Administration Department of the Interior Ministry, the managing body for archiving in the Czech Republic. The project's authors wished to avoid the mistakes made by František Beneš, and decided to proceed systematically, dividing the work between the staff at various Czech archives. They started from the methodology proposed by Jiří Čarek¹⁷. A discussion on auxiliary sciences of history, as well as archive studies at the Congress of Czech Historians of 1993 was an impulse to start producing the database¹⁸. Work began on the creation of the database in the late 1990s¹⁹. It was published on the Internet, accessible to all interested persons²⁰. The website and database remained in operation up to 2016, when it was taken down. This attempt also

¹⁶ These are actually seals affixed to parchment documents, particularly in the case of old medieval documents in the period up to 1526.

¹⁷ At the beginning of the seventies of the 20th century discussed Jiří Čarek in his paper published in *Archivní časopis* how to describe seal matrices which had been deposited in Archives in the Czechoslovak Republic. He suggested terminology for the different elements of the seal design, seal legend. He further offered to the archivists' information about the typology of seal matrices. Cf. Čarek, *Poznámky k soupisu...*, cit., p. 4-16.

¹⁸ Comp. to e.g. Paul Harvey, Dean Adshead, "Computer Catalogue of Seals in the Public Record Office", *Janus*, 2 (1996), p. 29-36.

¹⁹ Vladimír Růžek, "Soupis pečeti, pečetidel a sbírkových odlitků v archivech České republiky. I. část: Východiska, důvody a cíle" [Inventory of Seals, Sealing Materials and Seal Imprints in the Archives of the Czech Republic. Part I: Points of Departure, Reasons and Aims], *Archivní časopis*, 47 (1997), p. 143-158 and "Part II: Počítačový program" [Computer Program], *Archivní časopis*, 47 (1997), p. 213-233. Idem, "Zhodnocení průběhu celostátní akce soupisu (katalogizace) pečeti, pečetidel a pečetních otisků v archivech České republiky" [An Assessment of Progress in the National Effort to Registering (Cataloguing) the Seals, Sealing materials and Seal Imprints in the Archives of the Czech Republic], *Sborník archivních prací*, 50 (2000), p. 515-524. The author said (p. 516) that it had been impossible to draw upon any first-hand experience of European practice. Josef Hora, computer programmer of the Archive Administration of Ministry of the Interior, developed new computer software entitled *Pečetě – Program pro evidence a řešerše ze sfragistického materiálu* [Seals – a Software for Evidence and Research on Sigillography].

²⁰ For the brief information in English cf. Helena Sedláčková, "Cataloguing Seals, Seal Matrices and Casts by Computer: a Nation-wide Electronic Catalogue of Seals, Seal Matrices and Casts Used in Archives of the Czech Republic", *Comma*, 2 (2004), p. 1-3.

founded. The reasons were multifarious. Whilst the engagement of many specialists made it possible to process large amounts of data, it also led to a great deal of terminological divergence. Although framework rules were in place, they failed to cover the details and every researcher was forced to create his own terminology²¹. Similar types of seal stored in different archives were often described very differently by different authors. The informational value of the records was not ever great. They served rather to provide some initial guidance to the available materials. No staff was assigned to go through the records, unify their form and correct errors. The database did not include photographs, as the technical arrangements did not allow this. The limitations of a database incapable of storing photographs of study quality became very clear²².

The increasing interest of researchers and the freedom to research resulted in an upsurge in publications. Tomáš Krejčík, the current Professor of Sigillography at universities in Brno and Ostrava, produced a breakthrough publication in the late 1990s entitled *Pečeť v kultuře středověku*²³. It was based on a careful study

²¹ Vladimír Růžek claimed that the software for the seal description was designed so maximalist that it was able to show facts about a seal in a wider context. The seal could be described in not more than 54 different aspects, a scholar was allowed to fill in not more than 29 items. Růžek, *Zhodnocení soupisu...*, cit., p. 517. A scholar could describe, for example, these facts: facts about an archive, dating, owner (physical or legal entity), a kind of legal entity, whereabouts, date of issue of the document, facts about a role of seal user during the issue of the document, authenticity of the document, corroboration, seal legend, typology of seal design, description of seal design. The last three items were particularly a sticking point. It depended entirely on an archivist whether and how they indentified the seal motif, and whether, and at what level, they were able to interpret the legend. As a result of that, the seal made by the impression of the same seal matrix was interpreted in many different ways by archivists working in various archives.

²² Archivists in Slovakia are about to produce a similar on-line database too. The compendium will be supervised by members of the Heraldic Board of the Archive Administration of Ministry of the Interior of the Slovak Republic [*Heraldická komisia Archivnej správy Ministerstva vnútra Slovenskej Republiky*], however, in reality, individual archivists will make a recording of items during archival groups processing. According to the latest version of Archives Law of the Slovak Republic it is incumbent upon all archives to keep a record of seals. Cf. *Zákon o archívoch a registratúrach a o doplnení niektorých zákonov* [Law on Archives and Register Offices, Supplemented by Other Various Laws], No. 395/2002 as currently amended No. 18/2018. According to § 24, sect. 3, letter a) the Ministry of the Interior is responsible for the evidence of seals and seal matrices. § 24b, sect. 2 defines the structure of the evidence, in particular which facts should be recorded. Despite being the legal definition very general, it is of use because it says that each record must incorporate a close-up photograph of the seal. Compared to the Czech compendium, is possibility of attaching the photographs a great advantage and the “key moment” of the whole database. Personally, with the experience from the Czech Republic I look sceptically at such an on-line database. Providing the close-up photographs of the seals are available, the database will be of use, despite the (risk of) poor quality of all the metadata.

²³ Tomáš Krejčík, *Pečeť v kultuře středověku* [Seals in Medieval Culture], Ostrava, Ostravská univerzita v Ostravě, Filozofická fakulta v nakl. Tilia v Šenově u Ostravy, 1998.

of western literature. Seals were shown to be more than just items in a catalogue, as the work focused on the life of a seal and its significance for different social classes. He showed the Czech professional public that sigillography was not just a descriptive discipline but a science, the essence of which was to interpret facts in a broad historical context. Publication of the work drew an exceptional response and inspired researchers in many Central and East European countries. Karel Maráz²⁴, one of the new generation of sigillography specialists, began work on a new textbook for future researchers and archivists. He as focused on the seals of Bohemian sovereigns from the Luxembourg line and aristocratic seals. Finally, the most recent development that we can celebrate in the Czech Republic is the “Central European” version of the international dictionary of sigillography²⁵, which researchers first got to see in 2016²⁶. For Czech users it does have its pitfalls. The fact that it is a translation of the original dictionary means that it brings to the Czech language designations for things and processes that never really existed in Czech in relation to our seals. On the contrary, names and their equivalents for specifically Bohemian issues are lacking, as they were not included in the original dictionary. Nonetheless, our researchers (and also those in Slovakia and Hungary) finally have to hand a resource that will help them share their results internationally in an intelligible manner.

How to make seals stored in archives available for public in the form of a catalogue or on-line database is still a topical issue. Whereas thousands of historical documents were published in the database entitled *Monasterium*²⁷, seals still wait for a similar database. The *Moravský zemský archiv v Brně* [Moravian Provincial Archives in Brno] which made available documents from one of its archival groups *A1 – Stavovské listiny* [A1 – Charters of the Estates] is a pioneering institute within the Czech Republic. The most important and unique part of this endeavour, above all for scholars, is the fact that seals, not only documents, can be displayed in high resolution²⁸. Experts from the

²⁴ Karel Maráz, *Sfragistika. Studijní texty pro posluchače pomocných věd historických a archivnictví* [Sigillography. Study Texts for Students of Auxiliary Historical Sciences and Archive Studies], Brno, Masarykova univerzita, 2014.

²⁵ Stefania Rici Noe (ed.), *Vocabulaire international de la sigillographie* [International Dictionary of Sigillography], Roma, Ministero per i beni culturali e ambientali, 1990.

²⁶ Karel Müller, Ladislav Vrteľ (eds.), *Vocabularium internationale sigillographicum* [International Dictionary of Sigillography], Bratislava, Veda, 2016.

²⁷ See <http://www.monasterium.net> (accessed at 2018.07.01).

²⁸ See <http://www.mza.cz/a8web/A8SL4/?qsc=01M9u64rTFnwG2ZL8N2xszdj-TuVjgGutZDNmTG3dtOs%3D> (accessed at 2018.07.01). There are also cases where seals include the metadata based on the research, which was conducted in pursuance of above-mentioned sealsdatabase.

National Archives in the Czech Republic, as well as those from the network entitled ICARUS have worked on making available one of the most precious charter collections in the Czech Republic, and presumably in Europe, *Archiv České koruny* [Archives of the Czech Crown]. Its digitalisation has run since 2015 and the results are keenly awaited by not only Czech scholars²⁹. How to process and make available the sigillographic material is much discussed question now. Whereas scholars in Sigillography need to have free access to their subject of research, archivists are responsible for preserving historical sources for the future generations. True is that a direct analyse of a seal can be substituted by a close-up photography only. For that reason, the use of modern technology is an object of archivists' attention; experts put emphasis chiefly on an affordable, effective and quick solution. Although high precision 3D scanning solution, perfect for capturing small objects with intricate details, exists in the Czech Republic, it is not (and it will not be such for a long time) as spread as it should be there. More likely, the RTI (Reflectance Transformation Imaging) method will win out there³⁰.

Czech studies of ecclesiastical seals today

It is clear from the foregoing that, in the past, the ecclesiastical sigillography failed to make much progress. Publications were mainly small-scale studies running to just a few pages in length which lacked reasoning or deepening insights. Over the past thirty years, the situation has changed, and interest has grown among researchers. Attention is again drawn to the seals of the bishops of Olomouc, the foremost experts on this topic being Professor Tomáš Krejčík and the archivist and historian Jan Štěpán³¹. Tomáš Krejčík in his last contribution to

²⁹ Jitka Křečková, Kateřina Zenklová, "Zpřístupňování pečeti Archivu České koruny – digitalizace a zpracování databáze" [Seals of the Archives of the Czech Crown Processing – Digitalisation and Development of Their Database], *Paginae Historiae*, 25/1 (2017), p. 128-131. On the progress of the digitalisation, see Daniel Jeller, "Past and Future. Seals of the Archive of the Bohemian Crown and Their Representation in Monasterium.net", *Paginae Historiae*, 25/1 (2017), p. 132-136.

³⁰ Franz Fischer, Stephan Makowski, "Digitalisierung von Siegeln Mittels Reflectance Transformation Imaging (RTI)" [Digitalisation of Seals through RTI], *Paginae Historiae*, 25/1 (2017), p. 137-141; Graeme Earl and Co., "Reflectance Transformation Imaging Systems for Ancient Documentary Artefacts", in *Electronic Visualisation and the Arts*, London, BCS, The Chartered Institute for IT, 2012, p. 147-154. Comp. also John Alexander McEwan, "The challenge of the visual: making medieval seals accessible in the digital age", *Journal of Documentation*, 71/5 (2015), p. 999-1028.

³¹ For example, Jan Štěpán, "Typologie pečeti olomouckého biskupa Stanislava Pavlovského z Pavlovic" [Typology of the Seals of the Olomouc Bishop Stanislav Pavlovský z Pavlovic],

the problematics of the bishops' seals paid attention to their seals in second half of 14th century and first half of the 15th century and described them in detail³². He discussed the iconography, development and change in the motif, but the analysis within wider context is missing. T. Krejčík is the undisputed leader in the field, and his thematic reach is wide, covering many other questions within the framework of ecclesiastical sigillography³³. The seals of the bishops of Litomyšl have also been researched by the director of the local State district archives, Oldřich Pakosta³⁴. O. Pakosta described them in detail and compared them to the seals of Prague archbishops and bishops of Wrocław and bishops of Olomouc³⁵. Likewise Tomáš Krejčík paid O. Pakosta attention to the seals of archbishops and bishops in the 14th and first half of the 15th century. He focused on the association of the seals and contemporary fine art and architecture³⁶.

The more popular research topics in sigillography include the seals of various religious orders and their leading members. Tomáš Krejčík has also worked in this area³⁷. The seals of the Premonstratensians in Chotěšov have

Archivní časopis, 60 (2010), p. 5-27; Tomáš Krejčík, Jarmila Krejčíková, "Typologie pečeti olomouckých biskupů a arcibiskupů 12. – 19. století" [Typology of the seals of the Olomouc bishops and archbishops of the 12th–19th century], in *Sborník příspěvků III. setkání genealogů a heraldiků*, Ostrava, Klub genealogů a heraldiků Ostrava, 1986, p. 85-89; Tomáš Krejčík, "Vztahy mezi mincemi a pečeti olomouckých biskupů v druhé polovině 17. století" [Relationships between the Coins and the Seals of the Olomouc Bishops in the Second Half of the 17th Century], *Historická Olomouc a její současné problémy*, 5 (1985), p. 323-327.

³² Tomáš Krejčík, Richard Psík, "Pečeti olomouckých biskupů v období 1351–1457" [Seals of the Olomouc Bishops in the Period 1351–1457], *Historica: Revue pro historii a příbuzné vědy*, 4 (2013), p. 65-81.

³³ Tomáš Krejčík, "Ikonografie církevních pečeti v českém státě ve 13.–15. století" [Iconography of Ecclesiastical Seals in the Czech State in the 13th–15th Century], in *Sacri canones servandi sunt. Ius canonicum et status ecclesiae saeculis XIII.–XV.*, Praha, Historický ústav AV ČR, 2008, p. 525-530, "Poznámky ke středověkým církevním pečetím" [Notes on Medieval Ecclesiastical Seals], *Universitatis Ostraviensis Acta Facultatis Philosophicae – Historica*, 5 (1997), p. 5-23.

³⁴ Oldřich Pakosta, *Pečeti litomyšlských biskupů* [Seals of the Litomyšl Bishops], Litomyšl, Státní oblastní archiv v Zámruku - Státní okresní archiv Svitavy, 2003.

³⁵ Oldřich Pakosta, "Typologické srovnání pečeti arcibiskupů pražských, biskupů olomouckých, litomyšlských a vratislavských z let 1344-1421, s důrazem na ikonografii" [The Typological Comparison of seals of Prague Archbishops and Bishops of Olomouc, Litomyšl and Wrocław from 1344 to 1421 with the Accent on the Iconography], *Východočeský sborník historický*, 6 (1997), p. 139-164.

³⁶ Oldřich Pakosta, "Arcibiskupská a biskupská pečeť lucemburského období v českých zemích z uměleckohistorického hlediska" [Seals of Archbishops and Bishops in Czech Land in the Luxembourg Era from the Fine Arts Point of View], *Vlastivědný sborník Ústí nad Orlicí*, 9 (1998), p. 82-94.

³⁷ Tomáš Krejčík, *Siegel im klösterlichen Leben des Mittelalters* [Seal in the Monastery Life in the Middle Ages], In *La Vie Quotidienne Des Moines et Chanoines Régulier Au Moyen Age*

been investigated by Jitka Křečková and Petra Oulíková Nevímová³⁸. Petra Oulíková Nevímová has also mapped out the seals of the Czech Benedictines³⁹. The Cistercians and their estates have been the focus of Milan Hlinomaz⁴⁰. The author of this article, Martina Bolom-Kotari, has long devoted herself in particular to the seals of the Premonstratensians in Moravia⁴¹, but also the seals of other orders – Carthusian, Dominican and Augustinian. In contrast to most authors, she studies the seals of the late medieval and modern periods⁴². The community of academics studying ecclesiastical sigillography in the Czech Republic today includes about ten members, who publish their findings on an occasional basis. Most of them are employees of an archive, who may have had an unfeigned interest in the subject, but the core of their work duties lies elsewhere. University lecturers have a wider field of operation, better opportunities to learn about the latest foreign works and the ability to take part in international forums and compare their findings against those of colleagues. Their task is therefore to plan research in this area, pose questions and offer answers reflecting the current state of knowledge.

Most texts have a very similar structure. They begin by presenting a summary of individual preserved seals with the most accurate descriptions

et Temps Modernes, Wrocław, Institut d'Histoire de l'Université de Wrocław, 1995, p. 523-532.

³⁸ Jitka Křečková, Petra Oulíková Nevímová, "Pečeti proboštů a konventu premonstrátek v Chotěšově" [Seals of the Provosts and Nunnery of the Premonstratensians in Chotěšov], *Minulostí Západočeského kraje*, 38 (2003), p. 113-153.

³⁹ Petra Oulíková, "Konventní pečeti svatojiřského a břevnovského kláštera v Praze" [Convent Seals of the Saint George and Břevnov Monastery in Prague], *Paginae Historiae*, 24 (2016), p. 219-232.

⁴⁰ Milan Hlinomaz, "Nástin problematiky heraldizace pečeti vyšebrodských opatů do roku 1800" [Outline of the Gradual Introduction of Heraldic Motifs into the Seals of the Abbots in Vyšší Brod up to 1800], *Heraldická ročenka*, 2017, p. 99-110.

⁴¹ Moravia formed a traditional part of the Czech state along with Bohemia and Silesia, forming a separate territory or "land" ruled either by a margrave closely related to the Czech duke/king, or by the sovereign himself. The main cities of Moravia were Brno and Olomouc. Olomouc had been the seat of a bishop since the second half of the 11th century, and in the 18th century its bishopric was elevated to an archbishopric. At the same time, a bishopric was established in Brno.

⁴² Martina Bolom-Kotari, *Pečeti hradiských premonstrátů v pozdním středověku a raném novověku* [Seals of the Hradisko Premonstratensians in the Late Medieval and Early Modern Period], Červený Kostelec, Pavel Mervart, 2015; "Seals of Moravian Premonstratensian Canonries in the Seventeenth and Eighteenth Centuries", *Analecta Praemonstratensia*, 92 (2016), p. 65-101; "Seals of Moravian Premonstratensian Canonries from the Second Half of the Fifteenth Century till the End of the Sixteenth Century", *Analecta Praemonstratensia* 90: 1-4 (2014), p. 29-65; Martina Kotlíková [Bolom-Kotari], "Carthusian Seals in the Early Modern Period (15th-18th Century): Carthusians in Brno", in *Central European Charterhouses in the Family of the Carthusian Order (Analecta Cartusiana)*, Levoča-Salzburg, Kláštorisko / Institut für Anglistik und Amerikanistik Universität Salzburg, 2008, p. 197-210.

possible. The development of the seals is then summarised. The remaining section comprises an analysis of the individual features of the seal, and in a few cases, they are compared with the seals of other comparable owners. More profound structural and contextual analysis, however, is usually not included. Bohemian sigillography is only with difficulty ridding itself of its reputation as an “auxiliary historical discipline”. The fact that it has its own methods, its own terminology and it can define its own goals and pose relevant questions that directly require an interdisciplinary approach is still not taken for granted in the Czech Republic. Another problem is the tendency to stick in particular to medieval materials, although there has been some movement away from this in recent years⁴³. Researchers are discovering that seals have their own value even after 1526⁴⁴. Admittedly, medieval seals are generally more attractive from an iconographic and aesthetic perspective, but society still used seals, of course, in other periods. In this respect, the Czech archives represent both an opportunity and an obstacle. The Czech archiving system is well organised and well arranged. The materials are very well looked after. A huge number of seals are conserved, both medieval and modern, including modern ones that must be looked up in the files. Thanks to the high standard of archival care they are also in good condition. The archives usually allow research to be pursued without unnecessary obstacles. Researchers may take their own digital photographs, requiring permission from the archive only for publication. For researchers, this approach is vital. Comparative documentation is available on request. This factor contributed to the growing interest shown in the discipline by the next generation of researchers. On the contrary, sigillographic material is very fragile. It does not benefit from repeated transport from depository to the researchers in study room. Each manipulation with the document and attached seal can perform a risk of damage. The natural light is risky too. Therefore, archivists try to reduce handling of most valuable (mostly medieval) documents and researchers need a special permission to be able to study those documents.

Current research and open questions

⁴³ For example, Marie Ryantová, “Pečeti nižšího duchovenstva v první třetině 18. století” [Seals of the Lower Ranking Clergy in the First Third of the 18th Century], *Genealogické a heraldické informace*, 19 (2014), p. 2441.

⁴⁴ The year 1526 marked a major turning point in Czech history. Following the battle of Mohács, the Jagellonian dynasty was replaced on the Bohemia throne by the Habsburgs. Insofar as Czech history can be divided into periods, this date is favoured by historians as a boundary marker.

The author of this text, Martina Bolom-Kotari, within the framework of her PhD. thesis, investigated the seals of superiors and convents of the Premonstratensian monasteries in Moravia from the 1430s up to the end of the 18th century⁴⁵. The aim was to produce the most comprehensive possible compendium of sigillographical materials from the Moravian Premonstratensians stored in Bohemian archives (and individually in foreign archives), and to provide a detailed description of the development of these seals and the internal and external changes in the features of the seals. The seals were analysed in detail in terms of the documents to which they were appended to. The author also examined the ways in which seals outlined and mapped the micro-histories of their owners. In total, she studied several thousand documents and brought together more than three hundred types of seals⁴⁶. No-one had hitherto attempted such a study in the Czech Republic, and certainly not one focusing mainly on modern materials. In the Slovakia maintains a similar methodological position Miroslav Glejtek, who nevertheless examines primarily medieval sources⁴⁷.

The findings presented by the author provoked many responses – both critical and supportive. They led to new ideas and provoked new questions. First and foremost, it was shown that existing terminology of sigillography was deficient.

⁴⁵ Turning points were made by the Czech History. In the 1430s the Hussite wars were gradually drawing to a close, after bringing much destruction to the country's monasteries. The end of the 18th century saw many monasteries closed by the Habsburg Emperor Joseph II, under the influence of Enlightenment ideals. See Martina Bolom-Kotari, *Pečetí moravských premonstrátů v letech 1436–1784. Sfragistika představených a konventů v kontextu jejich diplomatického materiálu* [Seals of the Moravian Premonstratensians in 1436–1784. The Seals of Superiors and Convents in the Context of Diplomatic Materials], PhD. thesis, Brno, 2013. Only part of this work has so far been published, in the form of a monograph, concentrating on the seals of the abbots and convent of the Premonstratensian canonry in Hradisko, close to Olomouc. Martina Bolom-Kotari, *Pečetí hradiských premonstrátů...*, cit..

⁴⁶ Two brief summaries have been published in English, while another section of the work has been published in the form of a German study, as has the final part, which is still in print. For English papers cf. notes above. German papers: Martina Bolom-Kotari, "Die Siegel der mährischen Prämonstratenser als Quelle zur Geschichte der Zirkarie" [Seals of Moravian Premonstratensians as a Source to the Circary History], in *Ordenshistoriographie in Mitteleuropa. Gestaltung und Wandlung des institutionalen und persönlichen Gedächtnisses in der frühen Neuzeit*, Praha; St. Pölten, Historický ústav AV ČR / Diözesanarchiv, 2015, p. 332-360.

⁴⁷ Miroslav Glejtek, *Středověká církevní pečat'. Pramen křesťanské ikonografie* [A Mediaeval Ecclesiastical Seal – A Source of Christian Iconography], Hradec Králové, Filozofická fakulta Univerzity Hradec Králové, 2013. In addition, Miroslav Glejtek describes the use and function of a seal within the former Kingdom of Hungary. The comparison of the Bohemian and the Hungarian state shows that both states underwent very different development from a sigillographical point of view. However a Czech scholar can be thanks to proximity of Czech and Slovak languages inspired by Glejtek's works with ample iconography, his original way of thinking, and his attitudes to a social context of the use of seals, his research results cannot unfortunately be used in the case of Czech sigillography.

In connection with the new concept of a seal (defined by its motifs, its handle, the articulation of the image on the seal and text of the seal) and in connection with the changing function and significance of seals in society, there was a lack or at least lack of a unified terminology for the elements in a seal design and legend, and for features hitherto unknown in sigillography.

The most significant terminological “quandary” appeared in the attempt at a systematic classification of modern sigillographical materials. The use of different seals of the same significance by most individual owners of seals can be seen from the second half of the 16th century. The assumption no longer holds that only non-functional (lost, destroyed) seals were replaced with other seals. On the other hand, a number of seals of very similar composition with the same value for the owner can be seen, which were used at the same time. In the case of some abbots in the 17th century, we can also discern the use of several dozen seal matrices. In order to make sense of such a quantity of seals and understand their significance and function for a specific owner, a proposal was made to narrow down the meaning of the term *type* in relation to seals. The author takes the “type” of a seal to mean all of the impressions created with the use of that one seal matrix. In the interests of drawing more precise distinctions, a proposal was made to introduce the term “*kind*” of seal. One kind of seal then encompasses all the seals that have the same significance and function for one and the same owner. An enumeration of the kinds is currently limited to the traditional⁴⁸ division into large seals (*sigillum maius*), small seals (*sigillum minus*), secret seals (*sigillum secretum*), signets and eventually *contrasigillum*. Miroslav Glejtek used the same classification of the available sigillographic material⁴⁹.

In the modern period, of course, the traditional methods of classification are rather misleading. Individual kinds of seal often resemble each other very much in their method of execution, so that precise designation is impossible. Additionally, the seals must be assessed in the context of the user’s everyday habits. For example, a seal used by one owner as a secret seal, we would regard in the case of another user as a small seal. The targeted use of entire *seal sets* has also been established. One owner would have a set of seal matrices produced

⁴⁸ Valid for medieval sources.

⁴⁹ Miroslav Glejtek, *Středověká církevní pečeť...*, cit., p. 43–49. See also Isabelle Guerreau, *Klerikersiegel der Diözesen Halberstadt, Hildesheim, Paderborn und Verden im Mittelalter (um 1000–1500)* [Seals of Clerics in the Dioceses of Halberstadt, Hildesheim, Paderborn and Verden in the Middle Ages, ca 1000–1500], Hannover, Verlag Hahnsche, 2013, p. 185–189.

in one year, which formed parts of a single scheme⁵⁰. These seals differed in detail – in size, sometimes in shape, in the sophistication of the seal image and in the seal text.

A transformation in the perception of seals, their significance and method of use is very closely connected with levels of education in life⁵¹. As the number of people capable of reading and understanding written text, and also of writing, increases, a logical consequence is an increase in numbers of documents. The sharp growth in writing was also aided by increasing availability of paper as a cheap writing material, and the discovery of printing. Human relationships, the most important aspects of which formerly culminated in the issuing of documents, now began to play out in documentary form from the beginning. What was the effect of this on seals?

Seals were formerly a high-level means of communication, mainly used by elites, while being intelligible to the general mass of the population. They were also a form of self-presentation. Gradually, they became devices tying together entire bureaucratic processes, devices that were traditionally affixed to documents, but the emphasis on their real and symbolic value declined noticeably.

In the case of the Moravian Premonstratensians, seals became devices of the highest importance for the purposes of identification and confirmation in the mid-15th century, unique items with a unique designation and great symbolic value. Items strictly protected by the applicable written and unwritten laws, firmly anchored in the society of the time, but not meant for everyone. The position of seals and the status of their keepers were reflected in the chosen seal motif and its execution, together with the corresponding text. A seal made up of these elements belonged to a uniquely identified keeper, who would be the only person with proper authority to use it.

The significance of seals is illustrated by a precise and detailed corroboration formula. In the 16th century, a number of ambivalent processes were at work. On the one hand it was a time of stagnation when people stuck to what was familiar, but on the other it was a time of gradual adaptation to new trends. Most users already owned, along with their main seal, other seals with simplified motifs and text. Such seals tended to be used mainly in private matters or in

⁵⁰ Cf. Martina Bolom-Kotari, “Seals of Moravian Premonstratensian Canonries...”, cit., p. 74-76.

⁵¹ Cf. Martina Bolom-Kotari, “Pečeť jako obraz individua. Několik příkladů z prostředí představených moravských klášterů v raném novověku” [Seal as the Mirror of an Individual. Few Examples on Moravian Monasteries in the Early Modern Age], *Studia Historica Nitriensia*, 21/2 (2017), p. 298-301.

matters of only temporary relevance. For the first time, armorial seals were used by the Premonstratensians, although the large seals still retained the symbolic meaning and value. Corroboration, however, was not affected by the changes. The linguistically rich formula still contained the same expressions and the status of seals was not questioned in any way. A major change came at the beginning of the 17th century. The Premonstratensians introduced, for all *kinds of seals* heraldic motifs⁵². From this moment, an unmistakable gradual decline began in the importance of seals⁵³. The regression was accompanied by a well-documented gradual reduction in the size of seals, a process of unification in the seal designs on all *kinds* of seals, a reduction of the text on seals and the more frequent use of *lower kinds* of seal⁵⁴, even for important documents, without any loss of their legal validity. The role of verification increasingly came to be performed by signatures, which would also be set down in the corroboration. The wording of the corroboration gradually accorded equal significance to both methods of confirmation. Seals and signatures functioned as integral components of document confirmation. In the 18th century this trend continued to gather pace.

Specifically, a wealth of material shows that, in their written communications, the Premonstratensians made a clear distinguished between the people they communicated with in documentary form and a *kind* of seal. Abbots with convents used the written form mainly when dealing with the property-related affairs of their monasteries, and for documents concerning intra-monastery and intra-order affairs. In addition to this they were actively involved in the private legal formalities of the landed aristocracy in the role of necessary witnesses, dispute adjudicators and mediators. They issued deeds for their subjects and persons with whom their subjects entered into a legal relationship concerning

⁵² The introduction of motifs in the form of coats of arms should not be considered a general symptom of the initial decline of seals. An exception to this rule can, however, be made in relation to the Premonstratensians or other users of seals within the church. Men of the church were not soldiers who needed their coats of arms in order to be identifiable on the battlefield. With regard to their social role they had no need either for a visible sign declaring their membership of a particular powerful family. On the contrary, they would have been better served by motifs of a more spiritual nature, clearly identifying the keeper of the seal as the member of a religious order or institution, leaving coats of arms to aristocrats. The introduction of armorial seals was a logical and understandable step for members of the aristocracy, but for men of the church it reflected submission to a general pressure to conform, or rather “collude”, which both presaged and illustrated the declining role of seals.

⁵³ The decline in importance of seals became apparent in different ways with different users. The above applies only to the case of Moravian Premonstratensians.

⁵⁴ For the description of the term *kind* see above. To the *higher kinds* of seals we can count above all great/large seal of an individual owner and in the late Middle Ages and Early Modern Period also small seal. Under the term *lower seal* we can then understand secret seals and signets.

property. In these affairs, they often acted as trusted authorities. From the start of the 17th century in particular, it becomes clear that they distinguished between documents intended for public knowledge and possibly public discussion, and those intended for internal needs. They also drew a distinction between documents from important individuals, relating to their assets and status, and documents of less significance, drawn up for their subjects and urban neighbours. The documents they assessed as important from the perspective of personal or social interests were furnished in most cases with a *higher kind* of seal (large abbatial, large conventual or small seals). For other documents, they mainly used secret seals and signets, as they also did for closing their papers.

Heraldry and its permeation through sigillography when one analyses seals of ecclesiastical institutions and dignitaries is also a discussion topic within Czech (and Slovak) sigillography⁵⁵. Miroslav Glejtek is an expert at this topic who goes after interaction among seals and heraldry in the region of Central Europe since the Middle Ages. Coats of arms on seals of ecclesiastical dignitaries can be tracked back to the late 13th century. At first, they occurred in the case of members of the Knightly Orders⁵⁶; in the case of bishops of Olomouc from the second half of the 15th century on⁵⁷. Members of religious orders⁵⁸ started to use them not until 16th century. Nonetheless, it is necessary to analyse the relationship between crest on a seal and a coat of arms itself. Miroslav Glejtek therefore asks legitimately: “Were all of shields with crests depicted on seals the true coats of arms?”⁵⁹. Ecclesiastical dignitaries, as well as institutions

⁵⁵ Research on the relationship between heraldry and sigillography is old-established in western Europe. Cf. e.g. John Cherry, “Seals and Heraldry, 1400-1600: Public Policy and Private Post”, in *The Age of Transition. The Archaeology of English Culture 1400-1600*, Oxford, Oxbow Books, 1997, p. 251-263 or Marc Dykmans, “Les sceaux et les armoiries du cardinal Ferry de Clugny, évêque de Tournai”, *Revue Belge d’Archéologie et d’Histoire de l’Art Anvers*, 52 (1983), p. 23-42.

⁵⁶ Tomáš Krejčík, *Úvod do české sfragistiky...*, cit., p. 67. In the Hungarian Kingdom had occurred the crests on seals of the ecclesiastical dignitaries since the first half of the 14th Century. Cf. Miroslav Glejtek, “Niekoľko poznámok k vzťahu medzi cirkevnou heraldikou a sfragistikou s dôrazom na obdobie stredoveku” [A Few Comments on the Relationship among the Ecclesiastical Heraldry and Sigillography with the Accent on Middle Ages], *Genealogicko-heraldický hlas*, 27 (2017), p. 16. In the Roman Empire had occurred the heraldic elements on seals since the 13th Century. Cf. Isabelle Guerreau, *Klerikersegel...*, cit., p. 261.

⁵⁷ Tomáš Krejčík, *Pečeti olomouckých biskupů...*, cit., p. 66; Miroslav Glejtek, “Niekoľko poznámok k erbú a pečatiam olomouckého biskupa Stanislava Turza” [A Few Comments on the Coat of Arms and Seals of the Bishop of Olomouc Stanislav Turzo], *Studia historica Tyrnaviensia*, 9-10 (2010), p. 86. In the Hungarian Kingdom heraldic seals were already prevailing at that time. Cf. Miroslav Glejtek, *Niekoľko poznámok k vzťahu...*, cit., p. 17.

⁵⁸ Comp. Milan Hlinomaz, *Nástin problematiky...*, cit., p. 102-107, esp. 107.

⁵⁹ Miroslav Glejtek, *Niekoľko poznámok k vzťahu...*, cit., p. 23.

began also to introduce heraldic motifs into seals due to growing popularity of heraldic seals among other and other social classes. The heraldic motif was simply placed on a shield, i.e. instead of being the independent motif it became the piece of the crest⁶⁰. We talk about process of *heraldization*. Admittedly, it did not have to be used as a coat of arms of the person or institution in this form. There are scanty historical sources for that.

Other specifics, to the contrary, occurred throughout the Early Modern Period, e.g. the heraldic charter for a chapter, which depicts de facto the seal matrix instead of a common heraldic miniature⁶¹. Above-mentioned examples show the close relationship between heraldry and sigillography even in an ecclesiastical milieu, they show how important is the clear understanding to a self-expression and a self-presentation of a seal owner through both his coat of arms and his seal.

Some Czech researchers take the view that modern sigillography is of little interest and that modern seals are not worth examining in detail⁶². In the opinion of these observers, represented for example by Tomáš Krejčík, the role of seals was marginalised by the increasing use of signatures. Seals gradually lost their symbolic significance and never found a new purpose⁶³. While there is some truth in this, the overall assertion cannot be supported. The demythologised seals were actually more a matter of everyday needs, applied “unthinkingly” and more from habit than anything else. On the other hand, seals continued to provide a space for self-presentation which an “ordinary” signature could never provide⁶⁴.

⁶⁰ Cf. Martina Bolom-Kotari, *Pečeti hradiských premonstrátů...*, cit., p. 95-98 and Miroslav Glejtek, “Náčrt vývoja ikonografickej skladby pečatí nižších klerikov v Uhorsku” [An Outline of Development of an Iconographic Arrangement of Seals of Hungarian Minor Clerics], in *Čriepek z dejín Slovenska*, Nitra, Nitra Univerzita Konštantina Filozofa v Nitre, 2011, p. 49-64.

⁶¹ An example of the heraldic charter of Maria Theresa intended for the Chapter of Rožňava in Upper Hungary (present-day Slovakia) is again described by Miroslav Glejtek. Miroslav Glejtek, *Niekoľko poznámok k vzťahu...*, cit., p. 25.

⁶² Comp. Tomáš Krejčík, *Pečeť v kultúre stredoveku...*, cit., p. 310.

⁶³ Ibid.

⁶⁴ Seals were responsible for the creation of miniatures reflecting the spirit of Baroque pomp. The combination of many decorative elements – decorated cartouches, tiny angels’ heads or the emblems of established ecclesiastical orders, can look like an incomprehensible mixture of voices – a cacophony – or also as the materialisation of a Baroque fugue. The question is whether these were socially-sanctioned theatrical displays devoid of content, or a natural reflection of the way the world and reality were understood at the time. Researchers may, of course, feel disappointed at the sight of a seal displaying a perfect symphony of medieval symbols. The expectations of one age cannot always be communicated to another age.

The debate over this topic continues. Further comprehensive studies are required, which will confirm much but also clarify and amend much that has emerged from earlier findings. Czech researchers should not be afraid of collecting and describing seals, or of analysing, comparing and interpreting them. Inspiration is coming from the analytical and interpretive texts of researchers from France, Germany, the United Kingdom, Italy and Portugal. They are opening new horizons and gradually changing the terms of discourse. Ecclesiastical sigillography is attracting great interest – it would be a pity not to put this enthusiasm to good use.

Transcrições em linha: *e-learning* de Paleografia em arquivos europeus

On-line transcriptions: Palaeography e-learning in European archives

LEONOR CALVÃO BORGES

CIC-Digital Porto/CITCEM

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

leonorcborges@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2316-9365>

ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA

CIC-Digital Porto/CITCEM

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

margaridadiasdasilva@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-1247-8346>

Texto recebido em/Text submitted on: 05/02/2018

Texto aprovado em/Text approved on: 02/05/2018

Resumo:

A paleografia, ciência que, na sua vertente prática, se dedica ao ensino da leitura de manuscritos antigos, independentemente da sua língua, esteve tradicionalmente associada aos cursos de História e Ciências Documentais, confinada aos bancos académicos, e vista como ciência auxiliar. É no âmbito dos projetos de *crowdsourcing* de transcrições documentais que vemos surgir manuais e cursos de paleografia *on-line*. O presente trabalho procura identificar a oferta formativa *on-line* de cursos de paleografia medieval e moderna, em particular promovida por arquivos locais e regionais portugueses, espanhóis, ingleses e franceses associados a esses projetos. Pretende-se entender como a paleografia de

leitura é desenvolvida pelos arquivos, perceber que normas são utilizadas, quem faz manuais de transcrição, a que grupo se dirigem em particular, que tipologias documentais são mais disponibilizadas, periodicidade do curso / disponibilização das imagens para transcrição, e, por fim, perceber o que acontece com as transcrições. Conclui-se com uma análise sobre a contribuição destes projetos para o desenvolvimento da paleografia de leitura, e, de uma forma mais genérica, para a história da cultura gráfica.

Palavras-chave:

Transcrições; Arquivos públicos; História da Escrita.

Abstract:

Palaeography, a science that, in its practical aspect, is devoted to the teaching of reading ancient manuscripts, regardless of their language, has traditionally been associated with the courses of History and Archival Sciences, confined to academic banks, and seen as auxiliary science. It is within the scope of the crowdsourcing projects of documentary transcriptions that we see arise manuals and courses of online palaeography. The present work seeks to identify the online formative offer of medieval and modern palaeography courses, namely those promoted by the Portuguese, Spanish, English and French local and regional archives associated with these projects. It is intended to understand

how the reading palaeography is developed by the archives, to understand which norms are used, who makes transcription manuals, to which interests group are they directed, which typologies are more available, periodicity of the courses / provision of the images for transcriptions, and, finally, realize what happens to the transcripts. It concludes with an analysis of the contribution of these projects to the development of reading palaeography, and, more generally, to the history of graphic culture.

Key-words:

Transcriptions; Public archives; History of writing.

Introdução

Em resposta ao pedido de artigos para o volume temático da Revista Portuguesa de História, “Ciências Históricas Hoje”, é nosso objetivo identificar a oferta formativa *on-line* de cursos de paleografia medieval e moderna, em particular promovida por arquivos locais e regionais portugueses, espanhóis, ingleses e franceses¹. Para a concretização do objetivo do estudo, em primeiro lugar, fez-se a génese e evolução do ensino da paleografia em Portugal e analisa-se a sua presença nos *curricula* académicos. Depois, destacam-se os desafios da paleografia hoje: as potencialidades das plataformas colaborativas e de ensino à distância, e o aparecimento de transcrições colaborativas na *World Wide Web*. No terceiro ponto faz-se a análise quantitativa e qualitativa dos cursos identificados, procurando entender como a paleografia de leitura é desenvolvida pelos arquivos, perceber que normas são utilizadas, quem faz manuais de transcrição, a que grupo se dirigem em particular, que tipologias documentais são mais disponibilizadas, periodicidade do curso / disponibilização das imagens para transcrição, e, por fim, perceber o que acontece com as transcrições.

1. O ensino da Paleografia em Portugal

A escrita e sua leitura integram-se no desenvolvimento das sociedades, existindo, desde tempos recuados, uma paleografia empírica, como refere Borges Nunes², uma prática de decifrar escritas/documentos antigos. Na Europa ocidental, de uma forma geral, houve lugar a “grandes empresas de cópias de cartas avulsas reunidas posteriormente em códice”³ desde os séculos VIII-IX, e, em Portugal esta tendência surge já documentada desde o século XII, no que se

¹ Este trabalho constitui uma primeira abordagem à realidade da formação *e-learning* de Paleografia, prevendo as autoras continuar as pesquisas sobre a matéria, alargando-as a outros países. Por economia de tempo e equitativa distribuição do trabalho, foram selecionados estes quatro países, que têm sido alvo de outros estudos pelas mesmas autoras (cf. notas 58 e 59 e Ana Margarida Dias da Silva & Leonor Calvão Borges, “A transcrição e a leitura de manuscritos entre o *crowdsourcing* e a participação cidadã” in *Atas do 13.º Congresso BAD*, Fundão, 24-26 de Outubro de 2018).

² Eduardo Borges Nunes, “O conceito novo de paleografia”, *Portugaliae Historica*, I (1973), p. 9.

³ Maria José Azevedo Santos, “Uma ciência em Portugal e na Europa: a Paleografia (séculos XIX-XX)”, *Theologica*, 2.ª Série, 28 (1993), p. 551.

tornou uma *praxis* nas chancelarias régias e monásticas⁴, sendo de destacar o monumental projeto da Leitura Nova, levado a cabo entre 1504-1552.

Assim, essa necessidade de ler e transcrever documentos antigos, traduziu-se numa técnica, designada por paleografia de leitura, que se manteve de forma consistente ao longo dos séculos, fazendo jus à etimologia do conceito.

Se a prática está bem documentada, o desenvolvimento da disciplina surge na sequência das reformas religiosas dos séculos XVI e XVII⁵, ligada ao desenvolvimento de estudos de história, culminando com a publicação, em 1681, do *De re Diplomatica*, de Jean Mabillon, que contém o primeiro estudo sobre escritas antigas e, em 1708, com a publicação por Montfaucon da sua *Paleographia graeca*, que cunha a designação desta disciplina⁶.

Essa circunstância levará a que a paleografia não seja vista como ciência autónoma, ficando desde a origem ligada à diplomática e encarada, até tarde, como ciência auxiliar da história⁷, da codicologia ou mesmo da arquivística⁸, num entendimento claro da paleografia apenas como uma técnica de leitura.

Entre nós, a designação de paleografia⁹ enquanto tal surge já no final do século XVIII, registada por José Anastácio da Costa e Sá, identificando-a como a Arte de Escrever, especificando que é

“aquella antiga maneira de escrever huma lingua des do tempo em que ella começou até ao mais próximo (...): he portanto a Paleographia a História das revoluções de qualquer língua seja antiga, seja sábia, seja moderna, de cujo particular estudo mal póde dispensar-se o eminente Diplomata na averiguação dos Diplomas”¹⁰.

⁴ Vejam-se, a este propósito, António Cruz, “Observações sobre o estudo da paleografia em Portugal”, *Cale: Revista da Faculdade de Letras do Porto* (1966), p. 173–233, Oliveira Marques, “Paleografia” in Joel Serrão (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. 4, Porto, Livraria Figueirinhas, 1981, p. 529; e Maria José Azevedo Santos, *op. cit.*, p. 551.

⁵ Eduardo Borges Nunes, *op. cit.*, p. 11.

⁶ Este e outros manuais clássicos de paleografia e de caligrafia encontram-se disponíveis na recolha elaborada por Leonor Zozaya-Montes, “Manuales antiguos de Paleografía”. *Paleografía y Ciencias afines* (2015). [documento em linha] <https://paleografia.hypotheses.org/1706> e <https://paleografia.hypotheses.org/on-line-archivos-digitales/1536-2>, consultados em 2018.04.23.

⁷ Oliveira Marques, *op. cit.*, p. 528.

⁸ Fernanda Ribeiro, “O Ensino da Paleografia e da Diplomática no Curso de Bibliotecário-Arquivista” in *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor José Marques*, Porto; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006, p. 49.

⁹ Para o estudo do aparecimento e evolução do conceito de paleografia nos dicionários portugueses, veja-se António Cruz, *op. cit.*

¹⁰ José Anastácio da Costa e Sá, *Princípios elementares da Arte Diplomática*, Lisboa: na Officina de Simão Thaddeo Ferreira, 1797, p. 23.

João Pedro Ribeiro, nas suas *Observações* define-a como

“aquella parte da Diplomatica, que pelo character, ou letra, em que se achão escritos os Documentos antigos, nos ensina a julgar da sua idade e veracidade, e ainda a determinar o território ou Nação a que pertencem”¹¹.

A criação das Academias de História (1720) e Ciências (1779), num movimento inserido em contexto europeu, conduzirá à localização, inventariação e publicação de fontes históricas, ou seja, ao desenvolvimento acentuado da chamada paleografia de leitura.

Será já no século xx que o campo de estudos paleográficos se renovará desenvolvendo correntes que lhe definem a abrangência, objeto de estudo e método, elevando assim a paleografia ao estatuto de ciência. De facto, a consideração da paleografia (pese embora a etimologia da palavra) vista como uma fonte em si mesma para o estudo da alfabetização, história do livro e leitura e história da cultura escrita¹², em suma, a consideração da escrita não como fenómeno isolado, mas estudado no seu todo, que, à reposta às perguntas o quê, quando, onde e como, Armando Petrucci acrescenta ainda quem e porquê¹³, a par do desenvolvimento de inovações metodológicas trazidas, entre outros, por Jean Mallon em 1952, conduzirá à consolidação de um novo entendimento da paleografia.

O ensino da paleografia nas Faculdades de Letras e Curso Superior de Bibliotecário Arquivista tem sido objeto de diversos estudos. Assim, devemos a Pedro de Azevedo¹⁴, Silva Marques¹⁵, António Cruz¹⁶, Oliveira Marques¹⁷,

¹¹ João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas e criticas sobre a historia e urisprudência ecclesiastica e civil de Portugal*, Lisboa: Academia Real das Sciencias, 1819, Vol. 4.º, p. 77.

¹² António Castillo Gómez e Carlos Sáez, “Paleografía versus Alfabetización: reflexiones sobre historia social de la cultura escrita”, *SIGNO, Revista de Historia de La Cultura Escrita*, 1 (1994), p. 133-168.

¹³ António Castillo Gómez e Carlos Sáez, *op. cit.*, p. 151.

¹⁴ Pedro de Azevedo, “A Paleografia em Portugal”, *Anais das Bibliotecas e Arquivos*, I (1920), p. 139-147.

¹⁵ João Martins da Silva Marques, *Do ensino da paleografia em Portugal*, Lisboa, 1934.

¹⁶ António Cruz, *op. cit.*, p. 173-233.

¹⁷ Oliveira Marques, *op. cit.*, vol. 4, p. 528-534.

Maria José de Azevedo Santos¹⁸, Fernanda Ribeiro¹⁹ e José Marques²⁰, que seguimos, fontes e análise imprescindíveis para o seu estudo.

O estudo da paleografia é previsto em 1796, na Universidade de Coimbra, onde João Pedro Ribeiro lecionará a cadeira de Diplomática até 1831. Contudo, o início das aulas parece ter sido apenas em 1801, como se infere por um alvará daquele ano²¹. A passagem da disciplina para o Arquivo Nacional da Torre do Tombo, onde teria acesso à documentação necessária ao ensino e aprendizagem leva à criação do perfil do arquivista-paleógrafo, na senda da *École Nationale des Chartes*, considerada “como condição *sine qua non* para o desempenho desta profissão”²².

Com a criação do Curso de Bibliotecário-Arquivista em 1887, Portugal, segundo Fernanda Ribeiro, é um dos primeiros países “a estabelecer uma ligação entre a formação profissional e a formação superior de tipo universitário”²³. Apesar disso, só em 1901, por Decreto de 24 de dezembro, passa o curso a ministrar uma cadeira de Paleografia no 1.º ano.

A proclamação da República e consequente reformulação do ensino superior e criação das Faculdades de Letras em Coimbra, Lisboa e Porto introduz também a disciplina nos cursos de Filologia Clássica e Ciências Histórico-Filosóficas. Contudo, a leção será dificultada pela constante falta de meios, material didático e bibliografia, como referem expressamente Pedro de Azevedo e Silva Marques, ao relatarem a situação do ensino da disciplina. Embora Silva Marques, no seu minucioso relatório, refira a existência de um Dicionário de Abreviaturas²⁴ que Pedro de Azevedo estaria a compilar, a verdade é que tal não chegou aos nossos dias. Contudo, chamado a lecionar a disciplina, apresenta um minucioso programa científico, com um entendimento da paleografia muito para além da sua componente empírica²⁵.

Os imprescindíveis materiais de estudo, nomeadamente os álbuns de documentos, chegaram tarde a Portugal, fruto do trabalho levado a cabo por alguns dos professores da cadeira em Coimbra, Lisboa e Porto. Assim é que o

¹⁸ Maria José Azevedo Santos, “O ensino da Paleografia e da Diplomática na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra” in *Ler e compreender a escrita na Idade Média*, Lisboa; Edições Colibri e Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2000, p. 59-71.

¹⁹ Fernanda Ribeiro, *op. cit.*, p. 47-63.

²⁰ José Marques, “A paleografia e a diplomática na Faculdade de Letras de Coimbra”, *Revista Portuguesa de História*, XLII (2011), p. 285-311.

²¹ Maria José Azevedo Santos, *op. cit.*, p. 63.

²² Fernanda Ribeiro, *op. cit.*, p. 51.

²³ Fernanda Ribeiro, *op. cit.*, p. 53.

²⁴ Silva Marques, *op. cit.*, p. 18-19.

²⁵ Silva Marques, *op. cit.*, p. 45-51.

primeiro álbum de documentos é publicado por Torquato de Sousa Soares em 1942, a que se seguem o *Álbum de Paleografia e Diplomática Portuguesa*, da autoria do P. Avelino Jesus da Costa, em 1966, o *Álbum de Paleografia* de António Cruz, publicado no Porto em 1968, o *Álbum de Paleografia Portuguesa* da autoria de Eduardo Borges Nunes, publicado em Lisboa em 1969 e, por último, o *Álbum de Paleografia* de João José Alves Dias, Teresa Rodrigues e Oliveira Marques, em 1987²⁶. A estes juntam-se o *Dicionário de Abreviaturas Portuguesas*, publicado por Eduardo Borges Nunes em 1981, e as *Normas de Transcrição de Documentos* do P. Avelino Jesus da Costa, publicadas em 1993.

Apesar das vicissitudes do seu ensino e investigação²⁷, destacam-se dois momentos fundamentais:

- a) a criação, em 1974, do Instituto de Paleografia na Universidade de Coimbra, que em boa hora tratou de criar coleções de reprodução de documentos indispensáveis para o ensino da disciplina, dispondo de uma biblioteca especializada na matéria;
- b) a criação, em 1984, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, do curso de mestrado em Paleografia e Diplomática, a que se seguiu o doutoramento em História, variante de Paleografia e Diplomática.

A reforma do ensino superior através da adesão a Bolonha, conduziu também a reduções da carga horária da disciplina nos cursos de história e a reformulação dos Cursos de Especialização em Ciências Documentais, que funcionaram entre 1982 a 2012, e a posterior criação da licenciatura, mestrado e doutoramento em Ciência da Informação levou a uma nova conceção do profissional da informação²⁸, com reflexos na disciplina.

Atualmente, a disciplina de Paleografia leciona-se maioritariamente em licenciaturas e mestrados de História, continuando a existir na formação em Ciência da Informação, mas maioritariamente em regime opcional.

²⁶ Maria Helena da Cruz Coelho procede à identificação e análise pormenorizada destes álbuns no seu artigo “A Diplomática em Portugal: balanço e estado actual”, *Revista Portuguesa de História*, T. XXVI (1991), p. 144-148.

²⁷ Veja-se, a título exemplificativo, o minucioso levantamento da disciplina de Paleografia na Universidade de Coimbra entre 1874 e 1999, feito por Maria José Azevedo Santos, *op. cit.*, p. 110-115.

²⁸ Fernanda Ribeiro, *op. cit.*

2. Web 2.0, e-learning e projetos de transcrições *on-line*: os novos desafios da Paleografia

As Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC), a *World Wide Web* (WWW) e a Internet trouxeram novas formas de comunicação e de acesso à informação, revolucionaram a forma de relacionamento dos utilizadores, clientes e cidadãos com a informação e o desenvolvimento da web 2.0 transformou-nos a todos, simultaneamente, em consumidores e produtores de informação²⁹.

No século XXI, as potencialidades da web 2.0 e a participação colaborativa *on-line* são uma realidade que abrange as designadas instituições de memória (arquivos, bibliotecas e museus), e são cada vez mais os arquivos que aderem a plataformas da web 2.0 para potenciar a identificação e comunicação dos seus documentos.

A ideologia 2.0 assenta na construção colaborativa do conhecimento através de plataformas tecnológicas da Web Social, e caracteriza-se por uma mudança de atitude, mais do que uma nova tecnologia onde está presente a participação ativa e coletiva na criação, edição e publicação de conteúdos. De facto, é essa ligação aos utilizadores, não já como atores passivos, mas como intervenientes no processo de construção de conhecimento, que teve maior impacto no desenvolvimento de novos serviços³⁰.

O conceito web 2.0, termo que surge pela primeira vez em 2004, inclui uma filosofia de abertura, inclusão, tolerância pela desordem e valorização da contribuição “amadora”. O’Reilly refere que as aplicações da web 2.0 são aquelas que tiram partido das vantagens intrínsecas da WWW, numa constante atualização de serviços, e que melhora tanto mais quanto mais gente a utilizar, incluindo utilizadores individuais, que oferecem os seus próprios dados, que podem ser reutilizados por outros, numa “arquitetura de participação” em rede³¹. Aquilo que as distingue de outras plataformas já existentes na Internet é, pois, a possibilidade de construção colaborativa, a participação de todos enquanto produtores, autores, leitores, comentadores e utilizadores da informação e a partilha de conhecimento.

²⁹ Ana Margarida Dias da Silva, “Arquivos municipais portugueses na web: realidade virtual?”. *Páginas a & b*, 3.ª Série, n.º 1 (2014), p. 72-90 (<http://ojs.letras.up.pt/index.php/paginasueb/article/view/571/571>, consultado em 2018.04.23).

³⁰ Ana Margarida Dias da Silva, “O uso da Internet e da web 2.0 na difusão e acesso à informação arquivística: o caso dos arquivos municipais portugueses” (dissertação de mestrado), Lisboa (2013) (<http://run.unl.pt/handle/10362/12014>, consultado em 2018.04.23).

³¹ Tim O’Reilly, *What is web 2.0: design patterns and business models for the next generation of software*. *O’Reilly Network*. Disponível em: http://www.im.ethz.ch/education/HS08/OReilly_What_is_Web2_0.pdf, consultado em 2005.09.30.

A ubiquidade da Internet permite uma maior visibilidade junto de um maior número de utilizadores e conseguir envolver o público é uma forma de retirar as instituições de memória da sombra, mostrando-as como centros de cultura, património e outras preocupações sociais. Diversos autores apontam a utilização das ferramentas colaborativas da web 2.0 como uma forma de aumento do número de utilizadores e um mecanismo de valorização das coleções e todos reconhecem mais vantagens que obstáculos à sua utilização, desde logo a gratuidade e utilização imediata destas plataformas (ex: Facebook, blogue, wikis), que pela facilidade de edição não necessitam de apoio informático³².

É neste contexto da sociedade digital que surgem, também, os MOOCs (*Massive Online Open Courses*), o *e-Learning*, a Educação *on-line* e a Educação Aberta Virtual³³.

Os MOOCs têm sido aproveitados por governos e universidades numa perspetiva de abertura e o aumento da oferta formativa *on-line* ajudou instituições, governos e sociedades a estar mais atentos às possibilidades que a WWW potencia³⁴.

Os cursos de paleografia *on-line* analisados aproximam-se dos MOOCs, pois

“embora partilhem muitas características com os cursos tradicionais online, apresentam, também, diferenças: os participantes não fazem parte do grupo de estudantes matriculados na instituição; os cursos são projetados para um número indeterminado de participantes e para o acesso livre via web; não é cobrada uma taxa de matrícula; geralmente, não são atribuídos créditos aos participantes no final do MOOC.”³⁵.

A educação à distância caracteriza-se pela “flexibilidade temporal e espacial nas aprendizagens, a autonomia e a mediação tecnológica”³⁶, princípios que são transversais aos cursos de paleografia *on-line*.

A progressiva disponibilização de conteúdos *on-line*, de certa forma em consequência da digitalização massiva das coleções existentes em arquivos, bibliotecas e museus, e sua progressiva disponibilização *on-line* em acesso aberto, associada à web 2.0 e às diferentes formas de aprendizagem à distância, resultaram no aparecimento de projetos e sites de divulgação e promoção da

³² Ana Margarida Dias da Silva, “O uso da Internet...”, *op. cit.*

³³ Luísa Aires, “e-Learning, Educação Online e Educação Aberta: Contributos para uma reflexão teórica”, *RIED*, v. 19: 1 (2016), p. 257.

³⁴ Isabel Martins, Nuno Regadas & Margarida Amaral, “Developing the 1st Mooc of University of Porto: Challenges and Strategies”, *International Conference e-Learning*, 2016, p. 157.

³⁵ Luísa Aires, *op. cit.*, p. 257.

³⁶ Luísa Aires, *op. cit.*, p. 257.

leitura de manuscritos, que passam, por exemplo, pela indexação social de documentos de arquivo, pela sua transcrição colaborativa, até chegar à oferta formativa de cursos de paleografia medieval e moderna *on-line*, objetivo da realização deste trabalho.

3. Oferta formativa *on-line* de cursos de paleografia medieval e moderna

Neste ponto procede-se à análise e identificação da oferta formativa *on-line* de cursos de paleografia medieval e moderna, em particular promovida por arquivos locais e regionais portugueses, espanhóis, ingleses e franceses associados a esses projetos.

As pesquisas foram realizadas nos meses de novembro e dezembro de 2017 e janeiro de 2018. Os resultados foram obtidos através do motor de busca da Google utilizando as palavras-chave “paleografia” e/ou “cursos de paleografia” + “arquivos” e a pesquisa direta nas páginas dos arquivos nacionais e locais e nas páginas dos arquivos departamentais franceses. A investigação foi complementada com a bibliografia nacional e internacional existente sobre estes temas concretos³⁷.

3.1. Portugal

Em Portugal o único curso de paleografia *on-line* encontrado é o promovido pela Universidade Aberta, na sua missão de aprendizagem ao longo da vida. O curso tem a designação “Paleografia e Diplomática I”³⁸ e é inteiramente

³⁷ Vejam-se a este respeito, Victor de Santos Ruiz, *Paleografia digital: reto y necesidad de los profesionales de archivo*. Master Universitario en Archivos, Gestion Documental y continuidad Digital na Universidad Carlos III de Madrid, 2017; Néstor Virgil Montes, “La paleografia digital: estamos ante una especialidade demasiado orientada a cuestiones técnicas, o por el contrario se trata de la creación de nuevos instrumentos para abordar cuestiones tradicionales?,” in *Conscriptio. El Blog de las Ciencias y Técnicas Historiográfica*. 1 de agosto de 2011; e do mesmo autor “Recursos online para el aprendizaje de Paleografía y Diplomática” in *Conscriptio. El Blog de las Ciencias y Técnicas Historiográfica*, 5 de setembro de 2011; Marinela Maniaci, et al, “Applications actuelles de l’informatique à la paléographie; queles méthodes pour queles finalités?,” in *Gazette du livre medieval*, nº 56 (2011), p. 119-130; Peter Stokes, “Teaching manuscripts in the digital age” in *Kodikologie und Paläographie im digitalen Zeitalter 2 - Codicology and Palaeography in the Digital Age*, Schriften des Instituts für Dokumentologie und Editorik, 3, Books on Demand (BoD), Norderstedt, 2011, p. 229-245.

³⁸ https://portal.uab.pt/alv/cursos_alv/paleografia-e-diplomatica-nivel-i/, consultado em 2018.04.23.

ministrado *on-line*, destinando-se a qualquer pessoa interessada na matéria, sendo, significativamente recomendado em comunidades de genealogistas³⁹.

Muito embora não se tenham localizado cursos de paleografia *on-line* promovidos por arquivos⁴⁰, destacamos algumas formações associadas à leitura e transcrição de manuscritos no nosso país.

A Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas na sua missão de formação, tem promovido cursos de leitura de manuscritos⁴¹, nomeadamente em Aveiro (2016), Beja (2017), Évora (2011), Faro (2013), Lisboa (2003, 2011), Lourinhã (2017). Também no Mosteiro de S. Martinho de Tibães se realizaram 2 cursos de paleografia, em 2009 e 2011.

Embora não ao nível da formação deixamos nota de iniciativas ligadas à promoção da leitura e transcrição de manuscritos em Portugal.

Único a nível nacional, e até internacional, foi a instituição do prémio “A Arte de Ler” pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, com realização associada à Semana Cultural da Universidade de Coimbra, num total de 8 edições, entre março de 2004 e março de 2011⁴². Segundo o regulamento do prémio, podiam concorrer alunos do ensino superior, o júri tinha três membros, cabendo a presidência ao pró-reitor para a cultura, a prova consistia na escrita de leitura paleográfica de documentos entre os séculos xv e xviii, com duração de duas horas, e seguindo as normas de transcrição do padre Avelino Jesus da Costa. Para a atribuição do prémio eram analisados os critérios de leitura, o número e natureza dos erros e a apresentação da prova, e o anúncio dos resultados era feito nos 60 dias úteis a seguir à sua realização⁴³.

³⁹ <https://geneall.net/pt/forum/163467/curso-de-paleografia-online/>, consultado em 2018.04.23.

⁴⁰ Apesar disso, registe-se a disponibilização, pela Brigham Young University, no seu projeto Script Tutorial: making sense of old handwriting (<https://script.byu.edu/Pages/home.aspx>, consultado em 2018.04.23.) de um módulo de documentos em português, ainda em fase de desenvolvimento, com ligação direta ao Family Search <https://www.familysearch.org/ask/landing?search=reading-portuguese-handwritten-records-lesson-1-portuguese-letters&show=lessons&message=true>, consultado em 2018.04.23.

⁴¹ As informações sobre cursos de Paleografia, sua duração, local, número de inscritos e sua realização ou não, foram fornecidos por e-mail de 10 de janeiro de 2018, pela Coordenadora Nacional de Formação da BAD, a quem agradecemos.

⁴² A partir da 3ª edição, em 2006, o prémio passou a contar com Alto Patrocínio do INATEL até 2011, ano em que terminou esta iniciativa.

⁴³ “Relatórios de Actividades 2003-2004 a 2006-2007”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, Vol. XXIII e XXIV, Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra, 2003-2004; 2005-2007, p. 392-488. Agradecemos ao Prof. Doutor José Pedro Paiva, diretor do Arquivo da Universidade de Coimbra, e ao Dr. Júlio Ramos, diretor-adjunto do Arquivo da Universidade de Coimbra, todas as informações complementares relativas ao prémio “A Arte de Ler”, para os anos 2008 a 2011.

Em Coimbra, na Noite Europeia dos Investigadores de 30 de setembro de 2016, teve lugar, no Museu da Ciência da Universidade de Coimbra, a atividade “Paleografia: Investigadores *de Pena e de Lupa*”⁴⁴, que voltou a repetir-se no ano seguinte.

A Cátedra UNESCO em Biodiversidade e Conservação em Desenvolvimento Sustentável, o Jardim Botânico da Universidade de Coimbra e o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra organizaram o workshop “Cartas da Natureza: leitura e transcrição de correspondência do Jardim Botânico (séc. XIX)”. A formação, realizada a 7 de outubro de 2017, teve a duração de 5 horas e contou com 17 participantes. O programa versou sobre a correspondência no séc. XIX e abordou os seguintes tópicos: escrita pessoal e personalizada, as cláusulas essenciais e acessórias, regras sociais de tratamento, morfologia e principais abreviaturas. Da parte da tarde, foi promovida a oficina de leitura, interpretação e transcrição de documentos na plataforma Zooniverse.

3.2. Espanha

A Espanha é um dos países que já fez a aposta em cursos MOOC nesta área, tendo a Universidade Carlos III lançado, na plataforma edX, o curso “Introducción a la caligrafía y paleografía en archivos hispanos medievales y modernos”⁴⁵ e a Universidade Complutense, na plataforma MiriadaX, lançado o curso “Escritura y documentos en la Iberoamérica colonial”⁴⁶.

No primeiro caso, o curso assume como seus principais destinatários os “profesionales de archivos y responsables de conservación y gestión de fondo antiguo dentro del patrimonio histórico documental”, que requerem “un aprendizaje paleográfico esencial para poder alcanzar los objetivos de su trabajo con testimonios de la herencia cultural manuscrita”⁴⁷, ensinando não só uma paleografia de leitura, como também fazendo a história da cultura gráfica em Espanha entre os séculos IX e XVIII, procurando estabelecer uma classificação das escritas usadas nesse âmbito cronológico.

⁴⁴ <http://chsc.uc.pt/eventos-chsc/noite-europeia-dos-investigadores-paleografia-investigadores-de-pena-e-de-lupa/>, consultado em 2018.04.23.

⁴⁵ <https://www.edx.org/es/course/introduccion-la-caligrafia-y-paleografia-uc3mx-bd-1x-0>, consultado em 2018.04.23.

⁴⁶ <https://miriadax.net/web/escritura-y-documentos-en-la-iberoamerica-colonial>, consultado em 2018.04.23.

⁴⁷ <https://www.edx.org/es/course/introduccion-la-caligrafia-y-paleografia-uc3mx-bd-1x-0>, consultado em 2018.04.23.

Quanto ao curso de “Escritura y documentos en la Iberoamérica colonial”, reconhecendo que ao longo da história

“se han empleado diferentes tipos gráficos para la redacción de los documentos; siendo necesario su conocimiento para lograr descifrar el mensaje que contienen (Paleografia). Esta realidad se hará manifiesta durante la Edad Moderna a lo largo y ancho de la Península Ibérica, exportándose a los territorios del continente americano”.

A formação pretende dar conhecimentos de paleografia e diplomática da Época Moderna, visando uma paleografia de leitura. De registar ainda que os vídeos apresentados foram gravados em castelhano e português.

Sob a designação de “Deciphering Secrets”⁴⁸, encontramos ainda uma série de cursos MOOC idealizados numa parceria entre universidades espanholas e a Universidade do Colorado. Tratam-se de projetos de investigação e transcrições colaborativas onde se ministram noções de paleografia, sem que haja lugar à disponibilização de tutoriais.

Quanto à atividade formativa universitária, a Universidade de Barcelona desenvolveu um curso *on-line* designado “Scriptorium”⁴⁹ e ministrado em catalão. O curso abarca as escritas carolina, gótica e humanística e fornece um tutorial para a sua aprendizagem.

Destaca-se ainda a *Fundación Ciencias de la Documentación*⁵⁰ que disponibiliza, sem periodicidade fixa um curso de *Paleografia de las Edades Media y Moderna*, ministrado por Leonor Zozaya-Montes⁵¹, que decorre na plataforma Moodle da Fundação. A mesma autora⁵², integrando-se no campo das Humanidades Digitais aplicadas, disponibiliza uma gamificação⁵³ para aprendizagem paleográfica: trata-se da “Paleoteca”⁵⁴, elaborada com a finalidade

⁴⁸ <http://www.decipheringsecrets.com/>, consultado em 2018.04.23.

⁴⁹ <http://www.ub.edu/contrataedium/scriptorium.htm>, consultado em 2018.04.23.

⁵⁰ <https://documentalistas.org/web/>, consultado em 2018.04.23.

⁵¹ <http://paleografia.hypotheses.org/1409>, consultado em 2018.04.23.

⁵² Autora de artigos como os seguintes: Leonor Zozaya-Montes, “Cursos online de Paleografia. Herencias, limitaciones, logros y propuestas”, *El profesional de la información*, v. 23, n. 5 (2014), p. 475-484, e Leonor Zozaya-Montes, “NTIC e innovación docente: juegos en soporte digital para complementar el aprendizaje de paleografía”, *Revista de Humanidades Digitales*, 1 (2017), p. 150-180.

⁵³ Leonor Zozaya-Montes, “NTIC e innovación docente: juegos en soporte digital para complementar el aprendizaje de paleografía”, *Revista de Humanidades Digitales*, 1 (2017), p. 150-180, <http://revistas.uned.es/index.php/RHD/article/view/17072>, consultado em 2018.04.23.

⁵⁴ Leonor Zozaya-Montes, “Paleografia”, *Paleografia y ciencias afines (2011-2018)* (<https://paleoteca.wordpress.com/>), consultado em 2018.04.23).

“de reforzar los conocimientos de Paleografía. Contando con una base previa teórica, los juegos paleográficos pretenden que los alumnos aprendan a identificar las formas de las letras de cualquier ciclo gráfico jugando, sin hacer esfuerzo intelectual, relajadamente, distrayéndose y disfrutando”⁵⁵.

Em termos de oferta formativa de paleografia pelos arquivos locais, e após pesquisa por amostragem que contemplou as capitais de províncias de comunidades autonómicas e os municípios com maior número de habitantes, num total de 80 arquivos estudados, verifica-se que nenhum oferece formação direta. Contudo, merecem destaque a realização de exposições virtuais ou apresentação de documentos do mês, onde pontualmente se dão informações de carácter didático sobre paleografia. Refira-se ainda o Archivo de Leganés, que oferece uma linha temporal⁵⁶ com a evolução dos diferentes tipos de escrita utilizados nos documentos à guarda do arquivo, e o Archivo de León, com a exposição virtual “Sepan cuantos estos documentos vieren”⁵⁷.

De destacar ainda o “Curso virtual de Paleografía de lectura y tipologías documentales modernas”, organizado pela *Sección de Pericia Caligráfica del Colegio Oficial de Doctores y Licenciados en Filosofía y Letras y en Ciencias de Granada, Almería y Jaén*, e que teve, entre 16 de novembro de 2017 e 22 de março de 2018, a sua 10ª edição⁵⁸; o curso “Paleografía documental hispana (século XVIII). Liceus”⁵⁹; e o curso de “Paleografía y Diplomática para opositores”⁶⁰.

3.3. França

A França surge como um país europeu de democratização no acesso e disponibilização de arquivos *on-line*, característica que vem desde a Revolução Francesa e a criação dos *Archives Nationales* (que visavam a concentração dos arquivos e o acesso generalizado a todo e qualquer cidadão), ao mesmo tempo

⁵⁵ Leonor Zozaya-Montes, *Paleoteca. Espacio virtual con juegos paleográficos* (2013-2018) (<https://paleoteca.wordpress.com/>, consultado a 2018.02.01).

⁵⁶ <http://www.leganes.org/Archivohistorico/seeTimeline.aspx?dataid=0ee3aa23-bf60-4fe7-9817-d41764b20b89&uid=c766f150-8267-46c9-a49c-328f32854132&orgunit=f4ba18ef-89ac-4126-8f2f-6e9f09b55023>, consultado em 2018.04.23.

⁵⁷ <http://www.aytoleon.es/es/ayuntamiento/areasmunicipales/patrimonio/Documents/SEPAN%20CUANTOS%20ESTOS%20DOCUMENTOS%20VIEREN.pdf>, consultado em 2018.04.23.

⁵⁸ <https://www.facebook.com/events/127525791218482/>, consultado em 2018.04.23.

⁵⁹ <http://aprende.liceus.com/course/paleografia-documental-hispana-ss-xv-xviii/>, consultado em 2018.04.23.

⁶⁰ <http://www.inqnable.es/cursos/paleografia-diplomatica-para-opositores>, consultado em 2018.04.23.

que promove e estimula a participação dos cidadãos no enriquecimento das descrições dos seus arquivos⁶¹.

Se são inúmeros os projetos de participação colaborativa utilizando as ferramentas da web 2.0⁶², como o exemplo dos arquivos departamentais de Yvelines que apelam à participação de voluntários na “Opération Transcription Saison 2”, projeto colaborativo de transcrição *on-line* iniciado pela “Ecole Nationale des Chartes” e os “Archives Nationales” no âmbito da comemoração do aniversário da Grande Guerra⁶³, são também muito significativos os cursos de paleografia *on-line* promovidos por arquivos, desde o nacional aos municipais, e com grande ênfase nos arquivos departamentais.

Os *Archives Nationales* destacam a importância da leitura de manuscritos e da existência de cursos de paleografia em linha:

“Ce n’est pas tout d’avoir accès aux documents numérisés en ligne, encore faut-il pouvoir déchiffrer les écritures anciennes. C’est pourquoi plusieurs services d’archives et universités proposent des cours ou des exercices de paléographie en ligne”⁶⁴.

Na sua página de Internet fornece informação e direciona os utilizadores para vários arquivos departamentais que têm cursos de paleografia em linha. Dos 101 arquivos departamentais franceses, 56 (53%) promovem cursos, presenciais e não presenciais, de leitura e transcrição de manuscritos. Dois arquivos municipais – Angers e Lyon – e os arquivos comunais de Arles também dinamizam cursos de paleografia.

A justificação para a existência de cursos de paleografia em arquivos encontra-se na dificuldade de leitura de textos antigos por parte dos seus utilizadores, como referem os arquivos departamentais da Haute-Saône, que em colaboração com a Société d’agriculture, lettres, sciences et arts (Salsa)

⁶¹ Ana Margarida Dias da Silva & Leonor Calvão Borges, “Texto versus Imagens? Folksonomias e Indexação Social em Arquivos” in *Tendências Atuais e Perspetivas Futuras em Organização do Conhecimento: atas do III Congresso ISKO Espanha e Portugal – XIII Congresso ISKO Espanha*. Universidade de Coimbra 23-24 novembro (2017) p. 391-400 (<https://purl.org/sci/atas/isko2017>, consultado em 2018.04.23).

⁶² Ana Margarida Dias da Silva, “Folksonomies in archives: controlled collaboration for specific documents”. *Ariadne* 77 (2017) (<http://www.ariadne.ac.uk/issue77/margaridadiasdasilva>, consultado em 2018.04.23); Ana Margarida Dias da Silva & Leonor, Calvão Borges, *op. cit.*.

⁶³ <http://archives.yvelines.fr/article.php?laref=1574&titre=operation-transcription-saison-2-avis-aux-volontaires->, consultado em 2018.04.23.

⁶⁴ <http://www.culture.fr/Genealogie/Articles/Cours-de-paleographie-en-ligne>, consultado em 2018.04.23.

“organise des cours de paléographie moderne (XV^e au XVIII^e siècle) afin de se familiariser avec le déchiffrement des écritures anciennes”⁶⁵.

Os arquivos departamentais de Aude apontam as várias dificuldades de leitura que são mais frequentes “(une abréviation peu commune, sur un mot au tracé cursif incompréhensible, voire sur une langue qui lui est inconnue (latin, occitan, ancien français)”⁶⁶ para promover o seu curso de Iniciação à Paleografia.

Também os arquivos departamentais de Haute-Vienne explicam que:

“La pratique de la paléographie, science du déchiffrement des écritures anciennes, devient indispensable dès lors que l’on effectue des recherches sur l’Ancien Régime. La forme des lettres, la cursivité des écritures, les abréviations et les tournures syntaxiques constituent autant de difficultés pouvant faire obstacle au déchiffrement des textes.”⁶⁷

Os obstáculos no decifrar dos textos que justificam a existência de formação em paleografia de leitura nos arquivos departamentais de Haute-Vienne são: “La forme des lettres, la cursivité des écritures, les abréviations et les tournures syntaxiques”.

Os arquivos departamentais de Dordogne referem que a aprendizagem da paleografia “est indispensable si l’on veut pouvoir comprendre les documents antérieurs au XVIII^e siècle”, isto porque “à travers les siècles, la structure des documents, la forme des lettres, mais aussi le vocabulaire, la syntaxe et l’orthographe ont évolué”⁶⁸.

O propósito da existência de cursos de paleografia, para os arquivos de Indre-et-Loire, é explicado no texto abaixo:

“Ce module d’initiation se veut avant tout un outil d’apprentissage pratique adapté aux différents types de recherches effectuées par les lecteurs. L’objectif est d’accompagner chaque type de lecteur en lui proposant un parcours de lecture adapté à ses centres d’intérêt, afin de l’aider à se familiariser plus rapidement avec les documents qu’il découvre et exploite”⁶⁹.

⁶⁵ <http://archives.haute-saone.fr/n/paleographie/n:113>, consultado em 2018.04.23.

⁶⁶ <http://www.audealaculture.fr/archives/initiation-paleographie>, consultado em 2018.04.23.

⁶⁷ <http://archives.haute-vienne.fr/r/19/paleographie/>, consultado em 2018.04.23.

⁶⁸ <https://archives.dordogne.fr/r/63/paleographie/>, consultado em 2018.04.23.

⁶⁹ http://archives.cg37.fr/Apprendre/INITIATION_A_LA_PALEOGRAPHIE-ACC.html, consultado em 2018.04.23.

Nas páginas dos arquivos departamentais é possível encontrar definições da ciência paleográfica:

“La paléographie est la science des écritures anciennes. Depuis le X^e siècle, époque du plus ancien document conservé aux Archives de la Haute-Garonne, jusqu’à nos jours, l’écriture manuscrite a connu bien des formes: onciale, gothique, humanistique, etc. Pour savoir lire les documents antérieurs au XVII^e siècle, il convient de devenir *paléographe*”⁷⁰.

E, se os arquivos departamentais do Loire associam a paleografia a uma arte, a algo complexo e misterioso:

“La paléographie, c’est l’art de lire les écritures anciennes. Cela peut paraître complexe et mystérieux au premier abord. Mais avec un peu de patience et d’entraînement, tout un chacun peut se lancer dans l’aventure et déchiffrer par lui-même des documents très anciens...”⁷¹,

os arquivos departamentais de Lozère apresentam a paleografia como um remédio! Um remédio para o obstáculo na leitura de uma palavra ou frase num documento antigo.

“Quand une écriture est difficile à lire, comprendre un document d’archives peut vite relever du casse-tête... Tout lecteur se heurte un jour à cet obstacle: quelle frustration quand un mot, une phrase, voire le contenu entier d’un document très important nous échappe! Voici donc le remède!”⁷²

A paleografia é uma ciência útil e agradável, é a ciência do deciframento das escritas antigas, sem a qual é impossível ler uma grande parte dos documentos conservados nos arquivos, dizem os arquivos departamentais de Seine-et-Marne⁷³.

A modalidade dos cursos de paleografia *on-line* implica, na maioria dos casos, a publicação de um documento na página de Internet do respetivo arquivo para o treino de leitura. Essa disponibilização pode ser mensal, trimestral ou de periodicidade incerta. São mais frequentes os cursos de paleografia moderna (13) do que de paleografia medieval (5), no entanto, nem todos os arquivos indicam

⁷⁰ http://archives.haute-garonne.fr/service_educatif/paleographie/paleo1.html, consultado em 2018.04.23.

⁷¹ http://www.loire.fr/jcms/c_771739/la-paleographie?rlb=ci_528078, consultado em 2018.04.23.

⁷² <http://archives.lozere.fr/n/paleographie/n:289>, consultado em 2018.04.23.

⁷³ <http://archives.seine-et-marne.fr/paleographie>, consultado em 2018.04.23.

a cronologia dos documentos a descrever. Quanto às tipologias documentais, as propostas de documentos a transcrever são variadas não havendo um documento tipo que se destaque. O objetivo de muitos arquivos franceses é associar as transcrições de documentos à descoberta e conhecimento de numerosos aspetos da vida quotidiana dos antepassados locais. Para isso, disponibilizam contratos de casamento, testamentos, cartas de venda, registos paroquiais e notariais, entre outros. Os arquivos departamentais de Meurthe-et-Moselle, por exemplo, fazem uma apresentação diplomática e histórica dos documentos selecionados para leitura⁷⁴.

A oferta é dirigida aos principiantes, com cursos de iniciação, ou aos experientes, com cursos de aperfeiçoamento, e os documentos são agrupados ou em graus de dificuldade, ou cronologicamente (Indre-et-Loire), ou tematicamente (Arles, Dordogne, Indre-et-Loire). Os arquivos comunais de Arles associam a oferta formativa da leitura de manuscritos e eixos temáticos. Por exemplo, para 2017-2018 o tema proposto é “Arles et la mer, du Moyen Âge au XVIII^e siècle”⁷⁵.

De facto, os vários arquivos aproveitam os documentos por si salvaguardados para os exercícios e prática de leitura paleográfica⁷⁶. A prática dos cursos *on-line* reveste várias formas, sendo a mais comum a publicação dos documentos a transcrever na página da internet. Mas citemos o exemplo dos arquivos departamentais de Savoie que, através do site Castellanienet, disponibilizam exercícios interativos de paleografia em linha⁷⁷; ou o caso dos arquivos departamentais dos Alpes-Maritimes que oferecem ajuda complementar através de um grupo de aprendizagem de paleografia e transcrição colaborativa em linha na *Wikisource*⁷⁸. Os arquivos departamentais de Indre-et-Loire têm a rubrica “fac-similé interactif”, que favorece a aprendizagem da leitura do texto através

⁷⁴ <http://www.archives.meurthe-et-moselle.fr/fr/espace-du-paleographe.html>, consultado em 2018.04.23.

⁷⁵ <http://www.ville-arles.fr/culture-tourisme/archives-communales/paleographie/les-cours-de-paleographie.php>, consultado em 2018.04.23.

⁷⁶ Complementarmente, os arquivos dinamizadores de cursos de paleografia indicam, também, referências bibliográficas: “Lire les archives des XVI^e et XVII^e siècles: exercices de paléographie française moderne appliqués aux documents des Archives de la Haute-Saône” de Gérard Moyse & Pierre Bernardin. Nouvelle édition, 1994; 20 planches; “Lire le français d’hier: manuel de paléographie moderne (XV^e-XVIII^e siècle)”, de Gabriel Audisio & Isabelle Rambaud, Armand Colin, 4^e éd., 2008; e “Dictionnaire de paléographie française: découvrir et comprendre les textes anciens (XV^e-XVIII^e siècle)”, de Nicolas Buat & Evelyne Van den Neste, Paris, 2011.

⁷⁷ <http://paleographie.castellanienet/>, consultado em 2018.04.23.

⁷⁸ https://fr.wikisource.org/wiki/Mod%C3%A8le:Utilisateur_Partenariat_AD06, consultado em 2018.04.23.

de uma animação flash: passa-se o rato sob as palavras do texto e aparece a transcrição do mesmo⁷⁹.

Em vários dos arquivos identificados, a paleografia é referida ainda como uma “ciência auxiliar da história”, e surge associada ou a par com cursos de genealogia, caligrafia, história da escrita, história do livro, iluminura, sigilografia, heráldica. Os arquivos departamentais de Cantal incluem o ensino da paleografia no “Atelier de l’historien” que se dirige “à tous les curieux, ceux qui aimeraient remonter leur généalogie mais n’arrivent pas à lire les actes, ceux qui aiment en apprendre un peu plus sur l’histoire de leur département”⁸⁰.

Estas atividades encontram-se em dois grandes grupos: o serviço educativo e a oferta cultural. No primeiro caso enquadram-se atividades para crianças e jovens, estudantes, no segundo, para toda a comunidade.

Embora o objetivo principal do trabalho seja a identificação e análise de cursos de paleografia *on-line*, não podemos deixar de referir formação nas áreas da história da escrita, da caligrafia, por exemplo, que os arquivos franceses disponibilizam à comunidade. Os arquivos de Ardèche, Ariège, Aveyron, Loire-Atlantique, Côtes d’Armor, Hautes Alpes, Hautes-Pyrénées, Lot-et-Garonne, Maine-et-Loire, Pas-de-Calais e Puy-de-Dôme também têm oficinas de história da escrita e os arquivos de Haute-Savoie, Oise, Vilaine e Var associam o ensino da paleografia e da caligrafia.

Último aspeto a ressaltar, relativamente aos arquivos franceses, é a colaboração de associações de genealogia e de associações de amigos dos arquivos na promoção e dinamização de cursos de paleografia. A “Société des Amis des Archives de France” direciona as duas formações para “archivistes-paléographes” ou “des spécialistes”⁸¹ e a “Révue Française de Généalogie” informa na sua página sobre cursos de paleografia ministrados em arquivos⁸².

Na verdade, são alguns os arquivos que justificam a aprendizagem da leitura dos documentos com as necessidades de recolha de informação genealógica (Cantal, Haute-Marne, Hérault, Loiret, Tarn e Rennes).

Citemos alguns exemplos da ação concertada entre arquivos e associações de genealogistas ou de amigos de arquivos na promoção da leitura de manuscritos.

Nos arquivos departamentais do Indre “Les Amis des Archives” e a “Société Généalogique du Bas-Berry” organizam um curso mensal de iniciação à leitura

⁷⁹ http://archives.cg37.fr/Apprendre/INITIATION_A_LA_PALEOGRAPHIE-ACC.html, consultado em 2018.04.23.

⁸⁰ <http://archives.cantal.fr/?id=evenement>, consultado em 2018.04.23.

⁸¹ <http://www.saaf-france.fr/paleographie.html>, consultado em 2018.04.23.

⁸² <https://www.rfgenealogie.com/s-informer/agenda/cours/cours-de-paleographie-aux-archives-departementales>, consultado em 2018.04.23.

e interpretação de documentos antigos, da Idade Média ao século XVIII. Todos os cursos são disponibilizados em linha⁸³.

Os arquivos departamentais de Deux-Sèvres publicitam o “Atelier Paléographie à la Médiathèque de Saint-Maixent”, convite que parte da “Association Val de Sèvre Généalogie” e da “Médiathèque Aqua-Libris de Saint-Maixent-l’École”, para o atelier de paleografia ministrado por Aude Seillan, diretora dos referidos arquivos⁸⁴.

A “Association des Amis des Archives de la Haute-Garonne” propõe, todo o ano, “des séances d’apprentissage de la paléographie”⁸⁵.

Os arquivos departamentais do Rhône informam que a “Société généalogique du Lyonnais et du Beaujolais” organiza cursos de paleografia moderna em dois níveis: “débutants” e “moyens”, e um curso de paleografia medieval⁸⁶.

Os arquivos comunais de Arles, para além da paleografia de leitura, oferecem cursos de provençal antigo, iniciação ao latim e ao grego antigo: “L’objectif est d’acquérir, au fil des séances, une méthode et une technique qui permettront peu à peu de venir à bout de n’importe quel texte ancien”⁸⁷.

Quando se fala em paleografia em França é obrigatório citar a “École National des Chartes”⁸⁸. Alguns arquivos indicam que seguem as recomendações da referida Escola e há também arquivos que remetem para a sua página de Internet, informando os interessados em leitura paleográfica que aí podem encontrar bibliografia completa sobre o assunto, listas de abreviaturas e dossiers com documentos para transcrever.

3.4. Inglaterra

A Inglaterra tem uma forte e bem estruturada presença em projetos de *crowdsourcing* de transcrições paleográficas, dos quais destacamos, a título de

⁸³ <http://www.indre.fr/culture/les-archives-departementales/cours-de-paleographie>, consultado em 2018.04.23.

⁸⁴ <http://archives.deux-sevres.com/archives79/>, consultado em 2018.04.23.

⁸⁵ http://archives.haute-garonne.fr/service_educatif/paleographie/paleo1.html, consultado em 2018.04.23.

⁸⁶ <http://archives.rhone.fr/?id=40>, consultado em 2018.04.23.

⁸⁷ <http://www.ville-arles.fr/culture-tourisme/archives-communales/paleographie/les-cours-de-paleographie.php>, consultado em 2018.04.23.

⁸⁸ <http://theleme.enc.sorbonne.fr/>, consultado em 2018.04.23.

exemplo, *Transcribe Bentham*⁸⁹, *AnnoTate*⁹⁰ e *Operation War Diaries*⁹¹. Todos estes projetos disponibilizam tutoriais mais ou menos pormenorizados sobre paleografia de leitura e modelos de transcrição.

Para além da implementação de projetos de transcrição massiva de documentos, as universidades britânicas têm disponibilizado nos seus sites materiais e ações de formação *on-line* sobre paleografia, como o projeto *InScribe*⁹², do Institute of Historical Research da University of London; *English Handwriting, 1500-1700*⁹³, da Universidade de Cambridge; os recursos sobre Latim e Paleografia⁹⁴, disponibilizados pela Universidade de Birmingham, que reúnem tutoriais sobre leitura de manuscritos entre 1500 e 1800; os materiais disponibilizados pela Universidade de Sheffield⁹⁵, que reúne tutoriais sobre paleografia, codicologia e história da escrita em Inglaterra ou os exercícios interativos de paleografia disponibilizados pela Universidade de Nottingham⁹⁶, que agrega conteúdos de diplomática, paleografia, transcrição de documentos e classificação das escritas.

Destaque ainda para o projeto *DigiPal*⁹⁷, desenvolvido pelo Department of Digital Humanities at King's College em Londres, que visa trazer os novos métodos das Humanidades Digitais para o estudo da escrita medieval no seu contexto diplomático e histórico, combinando catálogos digitais, descrições de letras e imagens de documentos. Centra-se no estudo da escrita em Inglaterra

⁸⁹ <http://blogs.ucl.ac.uk/transcribe-bentham/>, consultado em 2018.04.23. Trata-se de um projeto desenvolvido pela University College London (UCL), com o objetivo de transcrever colaborativamente a obra completa de Jeremy Bentham

⁹⁰ <https://anno.tate.org.uk/#/>, consultado em 2018.04.23. Projeto de transcrição colaborativa desenvolvido pela Tate Gallery, com o objetivo de tornar acessível documentação relativa a artistas britânicos, nomeadamente diários e correspondência.

⁹¹ <https://www.operationwardiary.org/>, consultado em 2018.04.23. Desenvolvido pelos arquivos nacionais ingleses com o objetivo de transcrever colaborativamente diários de guerra relativos ao Exército Britânico na Primeira Guerra Mundial.

⁹² <https://www.history.ac.uk/research-training/courses/online-palaeography>, consultado em 2018.04.23.

⁹³ <http://www.english.cam.ac.uk/ceres/ehoc/>, consultado em 2018.04.23. Contém 28 exercícios de transcrição, classificáveis por nível de dificuldade e data. Os alunos podem fazer as suas próprias transcrições e compará-las com a transcrição do modelo, além de fazer testes interativos.

⁹⁴ <https://www.birmingham.ac.uk/facilities/cadbury/rlt/howto/latin.aspx>, consultado em 2018.04.23.

⁹⁵ <https://www.sheffield.ac.uk/medievalskills/resources/texts>, consultado em 2018.04.23.

⁹⁶ <https://www.nottingham.ac.uk/manuscriptsandspecialcollections/researchguidance/medievaldocuments/interactivepalaeographyexercises.aspx>, consultado em 2018.04.23.

⁹⁷ <http://www.digipal.eu/>, consultado em 2018.04.23.

durante os anos 1000-1100, no tempo de Æthelred, Cnut e William the Conqueror.

Toda esta oferta se destina, maioritariamente, a auxiliar os investigadores nas suas pesquisas nos arquivos, identificando a paleografia como a “art of deciphering and interpreting historical manuscripts and writing systems, by studying and learning old handwriting”, como é referido pela Universidade de Sheffield.

Regista-se a existência de um único curso MOOC dedicado, em parte, a estas temáticas: o “Digging Deeper”⁹⁸, na plataforma edX, numa parceria entre a Universidade de Stanford e a de Oxford.

Não obstante essa oferta formativa *on-line*, os arquivos ingleses desempenham também uma ação formadora na matéria através da disponibilização de recursos (documentos digitalizados para leitura e tutoriais sobre paleografia) e projetos de gamificação da aprendizagem da paleografia⁹⁹.

O Arquivo Nacional Inglês, cuja ação se tem desenvolvido no sentido de promover e estimular a participação dos cidadãos¹⁰⁰, disponibiliza, no seu site, um separador de ajuda à investigação, no qual se encontram ajudas específicas para leitura de documentos antigos “Reading Old Documents”¹⁰¹. É nestas que estão disponíveis duas formações em paleografia para ensino de leitura e transcrição de documentos: “Paleografia latina (1086 a 1500)”¹⁰² e “Paleografia moderna (1500-1800)”¹⁰³, tendo por base documentação na posse do arquivo. O objetivo declarado é o de facilitar a leitura de documentação por parte dos investigadores.

Do tutorial fazem parte noções de formulários, transcrições, ortografia, abreviaturas, datação, dinheiro, medidas, numeração e bibliografia. Os dez documentos para transcrição são apresentados, no tutorial interativo, de acordo com o seu grau de dificuldade de leitura (do mais fácil ao mais difícil), sendo depois complementado com prática adicional¹⁰⁴ apresentada cronologicamente.

⁹⁸ <http://online.stanford.edu/course/digging-deeper-making-manuscripts>, consultado em 2018.04.23.

⁹⁹ Sobre gamificação e aprendizagem de paleografia *on-line*, consultar Leonor Zozaya-Montes, “NTIC...”, *op. cit.*

¹⁰⁰ Veja-se o projeto *Help us tag records in our collection* (<http://discovery.nationalarchives.gov.uk/tags/index>, consultado em 2018.04.23).

¹⁰¹ <http://www.nationalarchives.gov.uk/help-with-your-research/reading-old-documents/>, consultado em 2018.04.23.

¹⁰² <http://www.nationalarchives.gov.uk/latinpalaeography/>, consultado em 2018.04.23.

¹⁰³ <http://www.nationalarchives.gov.uk/palaeography/>, consultado em 2018.04.23.

¹⁰⁴ http://www.nationalarchives.gov.uk/palaeography/further_practice.htm, consultado em 2018.04.23.

Por último, destaca-se a presença de um jogo interativo: *The ducking stool game*¹⁰⁵. O jogo surge sob a forma de uma xilografia com uma condenada, e consiste na identificação e correta transcrição das palavras que vão aparecendo no canto inferior. A cada erro de transcrição, a cadeira com a condenada desce em direção ao rio, até a sua ocupante ser afogada em caso de engano total.

Trata-se de uma forma lúdica de aprendizagem, que explora o uso de novas tecnologias para treino e prática da paleografia.

A restante oferta formativa de paleografia nos arquivos ingleses reparte-se por arquivos locais em parceria com outras entidades e arquivos locais em parceria com projetos de genealogia.

Os arquivos locais ingleses desenvolvem inúmeras parcerias com universidades ou comunidades de história local, que podem incluir projetos de leitura e transcrição de documentos e dos quais destacamos o projeto *Know your Bristol*¹⁰⁶, um projeto colaborativo entre a Universidade de Bristol, o Bristol City Council e vários grupos comunitários de Bristol. O projeto visa permitir que as pessoas explorem, pesquisem e cocriem a história, património e cultura de Bristol através de ferramentas digitais, albergando um projeto colaborativo de transcrição “Transcribing Wish You Were Here”¹⁰⁷ para o qual se dão noções de leitura de documentos antigos. Também o West Sussex Record Office e o Department of English Local History da Universidade de Leicester desenvolveram o “Interactive medieval palaeography”¹⁰⁸.

A leitura de documentos antigos para elaboração de investigação genealógica é também destacada pelas comunidades de genealogistas, que oferecem, em colaboração com arquivos, pequenos cursos de paleografia e história local. A iniciativa *Family Search* é talvez a mais desenvolvida e conhecida a nível mundial, disponibilizando formação em paleografia inglesa¹⁰⁹. Apesar disso, a leitura de documentos é apresentada como uma dificuldade a transpor, como se lê num blog de apoio:

“I won’t fool you, reading the early handwriting will be one of the more difficult aspects of your genealogical research. There will be times that you

¹⁰⁵ <http://www.nationalarchives.gov.uk/palaeography/game/default.htm>, consultado em 2018.04.23.

¹⁰⁶ <https://knowyourbristol.org/>, consultado em 2018.04.23.

¹⁰⁷ <https://knowyourbristol.org/2016/08/22/transcribing-wish-you-were-here/>, consultado em 2018.04.23.

¹⁰⁸ <http://paleo.anglo-norman.org/medfram.html>, consultado em 2018.04.23.

¹⁰⁹ <https://www.familysearch.org/ask/landing?search=reading-english-handwritten-records-lesson-1-english-secretary-hand-letters&show=lessons&message=true>, consultado em 2018.04.23.

will not know what a word or phrase is. Other times you will have trouble distinguishing certain letters. In such instances, it is always helpful if you have a fellow researcher who can look at the document”¹¹⁰.

Coincidente é a opinião da Society of Genealogists¹¹¹ que considera “A knowledge of paleography and some Latin is also essential”¹¹² para o trabalho de um genealogista.

Resumindo, a oferta formativa é majoritariamente entre documentos do século XVI ao XVIII, com tipologias diferenciadas, nas quais se destacam os registos paroquiais. Existe a preocupação de oferta de formação em paleografia latina.

Da bibliografia indicada em vários cursos, destacam-se: “Examples of English Handwriting 1150-1750”, publicados pelo Essex Record Office em 1995, “Handwriting of English Documents”, de L. C. Hector, e “Palaeography for Family and Local Historians”, publicado em 2004 por Hillary Marshall, disponível para venda na loja dos Arquivos Nacionais.¹¹³

Conclusões

A pesquisa realizada revelou que o ensino e a prática da paleografia de leitura têm acompanhado a introdução das novas tecnologias, sendo usado, de forma constante quer em projetos colaborativos de transcrições *on-line* como em cursos de *e-learning*.

Concluiu-se que é significativa a contribuição destes projetos para o desenvolvimento da paleografia de leitura, e, de uma forma mais genérica, para a história da cultura gráfica e espera-se que este trabalho seja um contributo mais para o destacar da importância da leitura de manuscritos *hoje*, em ambiente digital e fora dos bancos das academias.

¹¹⁰ <http://www.genealogy.com/articles/over/heard072999.html>, consultado em 2018.04.23.

¹¹¹ <http://www.sog.org.uk/>, consultado em 2018.04.23.

¹¹² <http://www.sog.org.uk/learn/education-sub-page-for-testing-navigation/guide-eleven/>, consultado em 2018.04.23.

¹¹³ <http://bookshop.nationalarchives.gov.uk/9781860776519/Palaeography-for-Family-and-Local-Historians-2nd-Revised-Edition/>, consultado em 2018.04.23.

Do traço da letra ao risco do desenho: uma forma de arquivar

From letter outlines to sketches: an archiving method

MARIA HELENA DA CRUZ COELHO

Faculdade de Letras da Universidade Coimbra
Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC-UC)

coelhomh@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-8030-4578>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 26/05/2018

Este estudo é dedicado a dois arquivistas e amigos:

Maria José Mexia

Abílio Queirós (+2016)

Resumo:

O artigo que apresentamos versa sobre a arquivagem da documentação medieval. Ontem, como hoje, as instituições e os homens que lhes davam corpo sempre se confrontaram com o imperativo de preservar a sua memória escrita, mas não menos com o dever de tratarem a documentação para dela poderem dispor como um testemunho probatório e aproveitá-la de acordo com os seus diversos objetivos e múltiplas funcionalidades. Refletiremos neste estudo sobre estas vertentes da arquivagem medieval, atentando num caso muito singular e particular de uma casa monástica, concretamente o mosteiro de Pedroso. Trabalhou nesta

instituição um cartorário que utilizou um singular método de arquivagem, recorrendo a cotas alfabéticas e ideogramáticas, que, embora conhecido em tempos medievais, não era, no entanto, muito vulgar. Procurámos, então, sistematizar esses sinais ou símbolos, interpretá-los e descodificá-los, com vista a melhor percecionarmos o seu valor para o arquivista que os escreveu e desenhou nos pergaminhos do fundo documental da casa monástica a que por certo pertencia.

Palavras-chave:

Arquivo medieval; método de arquivagem; mosteiro de Pedroso; sinais e símbolos.

Abstract:

This article is about archiving medieval documents. In ancient times, as it happens nowadays, institutions and men who fleshed them out faced the requirement of preserving their written memory, but not less of keeping and processing their documents to have them available as substantiating witnesses and use them to serve various purposes and multiple functionalities. The way we shall reflect on these aspects of medieval archiving is to focus on the very peculiar case of a monastic house, the monastery of Pedroso. It happened to work in this monastery a registrar who

followed a unique archiving method based on both alphabetic and ideogrammatic shelf marks. This method, although known in medieval times, was not, however, very usual. We then tried to range and classify, interpret and decode those signs or symbols, to better perceive their relevance for the archivist who wrote and sketched them on the archival fonds' parchments of the monastery he presumptively belonged to.

Keywords:

Medieval archives; archiving method; monastery of Pedroso; signs and symbols.

São os arquivos lugares de memória. Lugares em que se guarda o rico património da memória fixada por escrito, tantas vezes acompanhada da estética do ornamento e da imagem que a emoldura e representa. Neles, e pensando sobremaneira nos arquivos de significativo pendor histórico, se conservam os *documenta-monumenta*, os instrumentos que nos ensinam (*docere+mentum*), os meios que nos lembram (*monere+mentum*)¹ as lições do passado, resgatadas do esquecimento pela perenidade da escrita². Neles se preservam os códices, os manuscritos em que a arte de escrever se alia tantas vezes à arte de iluminar e ornamentar, dialética rica de significantes e significados entre a escrita e o escrito e a representação iconográfica e iconológica.

Nos arquivos se encontram os arquivistas com as peças documentais, espólio que têm de preservar, arrumar e acessibilizar. Nos arquivos se encontram os historiadores com os atos humanos, na sua forma e conteúdo, que os desafiam à recontextualização e interpretação. Para ambos, os arquivos são lugares de encontro do ontem, no interpelante reencontro com o hoje.

Não negaremos que ainda nos nossos dias os arquivos históricos serão olhados por alguns como depósitos de velharias, de poeirentos papéis ou pergaminhos, de “naturezas mortas”, que não convidam ou estimulam à re-interpretação do passado, antes o relegam para as brumas de tempos longínquos. Para nós os arquivos sempre foram um lugar de estudo. Talvez o preferido. Pelo desafio que os velhos pergaminhos nos lançam, pelas contínuas respostas que nos dão às infindas interrogações que o nosso engenho lhes saiba colocar, pelo fascínio de, literalmente, apreendermos pelo tato e pela mente, o que nos foi legado pelos nossos antepassados.

Mas não foram menos um lugar de encontro. Desde logo com os homens e mulheres de outrora, que nos deixaram a memória das suas vidas, mas também com os homens e as mulheres de hoje, em particular os que neles trabalham e se esforçam tanto por resguardar tal riqueza como por divulgá-la³. Ainda e sempre

¹ A palavra documento tem na raiz o verbo *docere* (“fazer aprender”, “ensinar”) e o sufixo *mentum*, talvez derivado de “pensar”, com o sentido genérico de “intenção”, “processo”, “meio”, “instrumento”, e daí o significado original de ensinamento, lição, objeto que ensina. Não longe destes significados está o vocábulo monumento, com raiz no verbo *monere* (“chamar a atenção”, “advertir”, “lembrar”), logo reportando-se a tudo o que lembra o passado, convergindo assim os dois vocábulos num mesmo sentido.

² Na explicitação dos conceitos de memória e documento/monumento, que aqui nos interessam, veja-se Jacques Le Goff, “Memória” e “Documento/Monumento”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. I, *Memória-História*, Lisboa, INCM, 1984, p. 11-50, 95-106.

³ Não será, pois, com frases, mas com interiorizadas memórias, que evocaremos todo um percurso de investigação da minha carreira académica que sempre se cumpriu na Torre do Tombo, tendo a nosso lado para nos dar a conhecer fundos, fornecer pistas, confrontar ideias, mas, muito mais importante ainda, dividir bons e maus momentos da vida, a Dra. Maria José

com este espírito de sentida partilha, desejei escrever este trabalho. Ainda e sempre com este espírito de estimulante diálogo, cheguei a este trabalho. Que quer justamente falar da íntima relação entre os seres humanos e os documentos. E já em tempos de antanho.

1. A partir do momento em que os homens evoluíram das civilizações da oralidade para as da escrita, aprendendo a “domesticar” o seu pensamento e a perpetuar pela escrita as memórias do poder e do sagrado, tanto em materiais duros, da pedra aos metais, como nos mais flexíveis, do papiro e pergaminho ao papel, quiseram também preservar esses atos⁴. Se os “arquivos de pedra” eram mais duradouros, ainda que também ameaçados pelas forças naturais e humanas, os atos escritos, em suportes mais frágeis, viam-se particularmente ameaçados pelos agentes exteriores, dos climatéricos aos animais, e mais ainda pela incúria ou intento destruidor dos homens.

Desses males da perda e destruição se procuraram defender as diversas instituições e centros de poder, do religioso – cúria pontifícia, chancelarias monásticas, catedralícias e eclesiais, entre outras – ao civil, fosse o de reis e imperadores ou o de cidades e municípios, de universidades, de senhores e senhorios. A evolução dos arquivos desde a Antiguidade até aos nossos dias é já bem conhecida⁵, sabendo-se mesmo que foi na Grécia que nasceu esta nomenclatura, onde cada magistratura tinha os seus próprios arquivos, instalados no *archeion*, ou sede da magistratura⁶. Logo, os arquivos nasceram numa estreita ligação com o poder e as instituições e a arquivagem assumiu-se como um ato funcional, suporte do poder e da afirmação das instituições e garante da perenidade da sua memória.

Mexia, a quem dedicamos com toda amizade este caminho num Arquivo e este olhar sobre os documentos. Em simultâneo encontrámos no Arquivo da Universidade de Coimbra o mesmo estímulo e amizade nos Doutores Ana Maria Bandeira, a quem muito agradeço o apoio neste estudo, e Abílio Queirós. A este último, falecido em 2016, dedicamos igualmente este trabalho que teve a sua estreita e entusiasmada participação.

⁴ Para outros desenvolvimentos remetemos para a obra de Jack Goody, *Domesticação do pensamento selvagem*, trad. portuguesa, Lisboa, Ed. Presença, 1988 e para o artigo de Roland Barthes, Eric Marty, “Oral/escrito”, in *Enciclopédia Einaudi*, vol. II, *Oral/escrito, Argumentação*, Lisboa, INCM, 1987, p. 32-57.

⁵ Os trabalhos sobre arquivos, que abordam a sua longa história, são muitíssimos. Entre outros, salientamos os estudos de Jean Favier, *Les archives*, Paris, PUF, 1959, p. 9-37; Robert-Henri Bautier, “Les archives”, in *L'Histoire et ses méthodes*, dir. Charles Samaran, Paris, Gallimard, 1961, p. 1121-1138; Jacques Stiennon, “Considérations générales sur la bibliothéconomie et l’archivistique médiévales”, *Scriptorium*, 50: 2 (1996), p. 229-238; Armando Malheiro da Silva, Fernanda Ribeiro, Júlio Ramos, Manuel Luís Real, *Arquivística. Teoria e prática de uma ciência da informação*, Porto, Afrontamento, 1998, p. 45-201.

⁶ Jean Favier, *ob. cit.*, p. 10.

Os mais recentes trabalhos de paleografia e diplomática, que entre nós têm sido elaborados no âmbito de provas académicas e versando sobre instituições eclesiais em tempos medievais, que agora sobretudo nos interessam, têm relevado, como parte da ciência da diplomática, o afã e cuidado a que as instituições se devotaram para escrever os seus códices e documentos e depois para os guardar, catalogar e conservar. Conhecemos então os espaços e agentes da escrita e os guardiões dos seus códices e documentos.

Numa catedral ou num mosteiro conviviam, mais individualizada ou conjuntamente, o *scriptorium* (lugar da escrita), o *archivum* ou *chartarium* (espaço em que se guardam os documentos) e o *armarium* (biblioteca), numa confluência de ofícios e saberes plurais da escrita que entre si se imbricavam e completavam. Se os escribas produziam cartas e documentos, conferindo aos atos em que estas instituições se envolviam a perenidade da escrita, também os “arquivistas” medievais, de designações várias, se preocupavam com a sua classificação, ordenação e preservação, tendo em vista o valor jurídico dos mesmos em caso de reivindicações e a sua utilidade na administração e relações com os poderes. E assim conservando os escritos, como não menos destruindo os que consideravam de escasso proveito, davam corpo a uma memória organizada e perpétua, capital simbólico e de poder a legar às gerações vindouras. Memória tão valiosa que as casas reais e algumas casas monásticas ou catedrais resguardavam os escritos, quais preciosidades que ombreavam com as alfaías de ouro e prata, no espaço sagrado e secreto da tesouraria⁷.

Esta análise da custódia e arrumação identificada dos atos escritos esteve muito presente no trabalho de António Guerra. Com toda a sua entrega científica e meticoloso rigor deu-nos a conhecer como, nos séculos IX a XII, nas catedrais, igrejas e mosteiros, se dobravam as espécies pergamináceas, se fechavam com

⁷ Por exemplo, as funções específicas dos “tresoriers de nos privileges, chartae et registres”, concedidas por Carlos V a Gérard de Montaigu e a seus sucessores são analisadas por Olivier Guyotjeannin, “*Super omnes thesaurus rerum temporalium: les fonctions du Trésor des chartes du roi de France (XIV^e-XV^e siècles)*”, in K. Fianu e D. J. Guth (eds.), *Écrit et pouvoir dans les chancelleries médiévales: espace français, espace anglais, actes du colloque international de Montréal, 7-9 septembre 1995*, Louvain, 1997, p. 109-131; noutro estudo do mesmo autor são também detalhadas as competências arquivísticas medievais desse guarda do tesouro das cartas de Carlos V, Gérard de Montaigu, que elaborava minuciosos registos descrevendo a documentação régia, publicados por Olivier Guyotjeannin, “Un archiviste du XIV^e siècle entre érudition et service du prince: les *Notabilia* de Gérard de Montaigu”, in *Histoire d’archives: recueil d’articles offert à Lucie Favier par ses collègues et amis*, Paris, Société des amis des archives de France, 1997, p. 299-316. Sobre os antecedentes em longa duração do tesouro das cartas dos reis portugueses, que irá dar origem ao Arquivo da Torre do Tombo, leia-se Fernanda Ribeiro, *O acesso à informação nos arquivos*, Lisboa, FCG/FCT, 2003, vol. 1, p. 59-117.

tiras igualmente de pergaminho e como se identificavam num sintético sumário⁸. Por sua vez Saul Gomes, ao estudar a chancelaria crúzia conimbricense, historiou largamente o sentido e função dos arquivos e dos processos de arquivação em tempos medievais, para depois se fixar no caso concreto da salvaguarda dos documentos da canónica. Neles encontrou sumários e anotações de diversas mãos de “arquivistas” do século XII até à época moderna, que atentamente analisou, para depois pormenorizar esse especial modo de conservar as cartas que eram os cartulários, estudando, no caso vertente, o Livro Santo e o Livro de D. João Teotónio de Santa Cruz de Coimbra⁹.

2. Esta atenção mais recente dedicada à história da arquivística deixou-nos ainda mais sensibilizada para uma análise diplomática mais completa e envolvente dos atos escritos.

Percorriamos então o fundo documental do Mosteiro de Pedroso recolhido no Arquivo da Universidade de Coimbra para um estudo. Um fundo significativo de algumas centenas de cartas, que interpelaram os técnicos do arquivo que as conservava e a historiadora que as estudava. Foi neste olhar conjunto de técnicos experientes e amantes da sua profissão e do nosso, que permanentemente se revivifica no contacto com os atos escritos, que os documentos de Pedroso passaram a ser alvo de uma crítica interna e externa mais apurada¹⁰. Deixámos de olhar apenas o lado da carne do pergaminho, onde a *conscriptio* da *actio* se fixa nos seus cânones gráficos e de formulários, para atentar no lado do pelo, o reverso do documento. Neste vimos, então, diversos sumários ou anotações, bem demonstrativos do processo diacrónico e ativo da classificação e arrumação das espécies no mosteiro de Pedroso e, mesmo depois da sua extinção, noutros fundos em que a documentação se integrou.

Os mais recentes sumários deviam-se ao Padre Manuel Rosado Varela que, nos finais do século XVIII, foi lendo as “letras, e monumentos antigos do

⁸ António Joaquim Ribeiro Guerra, *Os diplomas privados em Portugal dos séculos IX a XII. Gestos e atitudes de rotina dos seus autores materiais*, Lisboa, CHUL, 2003.

⁹ Saul António Gomes, In Limine Conscriptio. *Documentos, chancelaria e cultura no mosteiro de Santa Cruz de Coimbra (séculos XII a XIV)*, Viseu, Palimage, 2007, p. 241-445 e 1052-1076. Mas atente-se que qualquer instituição medieval tinha a mesma preocupação de guarda da sua memória escrita, desde logo as instituições concelhias (cfr. Maria Helena da Cruz Coelho, “Writing in urban world,” *História (S. Paulo)*, 34: 1 (jan/jun 2015), p. 16-34; Filipa Roldão, *A memória da cidade: escrita e poder em Évora (1415-1536)*, Évora, CIDEHUS, 2017).

¹⁰ Muitas foram as horas que passámos no Arquivo da Universidade de Coimbra a compulsar documentos e a submeter a maioria deles à lâmpada de raios ultravioletas para fazer avivar as suas letras e desenhos com o apoio dos citados Técnicos Superiores desse Arquivo, de quem somos devedora. Igualmente agradecemos todas as facilidades que nos ofereceram os Senhores Diretores do Arquivo.

Cartorio da Junta desta Universidade”, e após no verso das cartas um minucioso sumário¹¹. Na verdade, o mosteiro de Pedroso foi suprimido em 1560, pelo Cardeal D. Henrique, após a morte do último comendatário, vindo os seus bens a serem incorporados no Colégio das Artes de Coimbra, da Companhia de Jesus, passando deste, em tempos de Pombal, para a Universidade¹². Alguns documentos foram rubricados e anotados por membros do referido Colégio e mesmo pelo procurador da Companhia de Jesus, o Padre Diogo Veloso¹³, e ainda em tempos anteriores a documentação foi vista e analisada pelo humanista João de Barros¹⁴.

Mas neste longo devir classificativo e conservador da documentação do mosteiro de Pedroso, algumas outras notas e sumários, remetem-nos para o período da existência do mosteiro beneditino que, como quase todas as casas eclesiásticas, muito prezaria os seus atos escritos. Teve, pois, preocupações arquivísticas de conservação e guarda dos documentos, o que exigia que os mesmos fossem ordenados e arrumados. Daí que os sumários das cartas e sua classificação se sucedessem, pois era já prática intencional da época a manutenção das sucessivas anotações até como um suporte de memória arquivística¹⁵. Um sumário, em letra gótica cursiva, parece ser o mais antigo.

¹¹ O esclarecimento sobre o labor deste paleógrafo nos Pergaminhos do Arquivo da Universidade de Coimbra, cujo trabalho foi muitas vezes atribuído a João Pedro Ribeiro, deve-se ao estudo minucioso de Abílio Queirós, “Colecção de Pergaminhos”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 17-18 (1997-1998), p. 166-169.

¹² A data de 1560 para a anexação do mosteiro ao Colégio de Jesus, bem como as indicações sobre o trabalho de classificação dos documentos do seu cartório, colhem-se no estudo de José Mattoso, *O monaquismo ibérico e Cluny*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2002, p. 32, e repetem-se em *Inventário. Ordens monástico/conventuais*, Lisboa, ANTT, 2002, p. 4. Veja-se também Bernardo Vasconcelos e Sousa, Isabel Castro Pina, Maria Filomena Andrade, Maria Leonor Ferraz de Oliveira Silva Santos, *Ordens religiosas em Portugal. Das origens a Trento. Guia Histórico*, Lisboa, Livros Horizonte, 2005, p. 59. Já A. G. da Rocha Madahil, “Documentos do Mosteiro de Pedroso”, *Arquivo do Distrito de Aveiro*, 29 (1963), p. 304, aponta, para o mesmo acontecimento, a data de 1567.

¹³ Ruy de Azevedo, “A Colecção Especial do Arquivo Nacional da Torre do Tombo”, *Revista Portuguesa de História*, 3 (1947), p. 19-22.

¹⁴ Manoel Severim de Faria, *Notícias de Portugal*, Lisboa, Officina de Antonio Isidoro da Fonseca, 1740, p. 251; *Colecção de manuscritos inéditos agora dados à estampa*, vol. v, *Geographia da Comarca d'Entre Douro e Minho e Trás-os-Montes* pelo Doutor João de Barros, Porto, Domingos Augusto da Silva, 1919, p. 41-43, referindo aí João de Barros: “achei alli (no cartorio do mosteiro) scripturas mui antigas...” (p. 42), referindo o teor de algumas que falavam de relíquias, de abusos dos fidalgos padroeiros e da posse de igrejas, quintas grandes e muitos casais pelo mosteiro.

¹⁵ Assim o diz expressamente D. Berardo ao arrumar e elaborar um repertório da documentação crúzia, em 1570: “este cartorio foi ja concertado per vezes e per diversos modos e pera se acharem as escrituras lhes punham letras do abece e numeros e as nom raspei quando o de novo concertei somente pus outras o que parece em algũa maneira embaraço, o que não <he> porque quem

Mostra-se sucinto, no geral apenas apresentando, como também é usual, uma indexação por terra (“carta de”, seguida do topónimo)¹⁶. Os outros, onde talvez se possam detetar duas ou três mãos, seriam da responsabilidade de cartorários dos finais do século xv e inícios do xvi e apresentavam-se algo mais desenvolvidos. Um deles, em particular, chamou a nossa atenção. Interpelou-nos. A par da escrita os nossos olhos prenderam-se a um desenho (Fig. 1). Primeiro pensámos que se tratava de um caso esporádico, para em seguida verificarmos que tal se repetia. Então deixámo-nos seduzir pelas imagens, indagando quantas e quais seriam, com que intenção teriam sido feitas e o que significavam, quem seria o seu autor¹⁷.

Lançámo-nos ao trabalho com o incentivo da novidade e o estimulante repto de continuamente refazermos o questionário. Investigámos com gosto e mesmo até com um certo sentido estético e lúdico. Na certeza de que tal investigação exigirá comparativamente outras mais, o que reputamos de muito válido. Na certeza ainda maior de que as primícias desta temática na historiografia portuguesa¹⁸ tem já estudos firmados na história da arquivística medieval de várias regiões da Europa, como os de Peter Ruck e Olivier Guyotjeannin¹⁹.

per este se ouver de reger busque na tal escritura a letra de que nelle faz menção e não cure das outras nem se raspem porquanto ficão servindo aos indez que dantes se fizerão e nom parece justo desfazer e extinguir a memoria de quem bem fez” (AUC, Mosteiro de Santa Cruz, índice do cartório, III – 1ª D – 10 – 4 – 54).

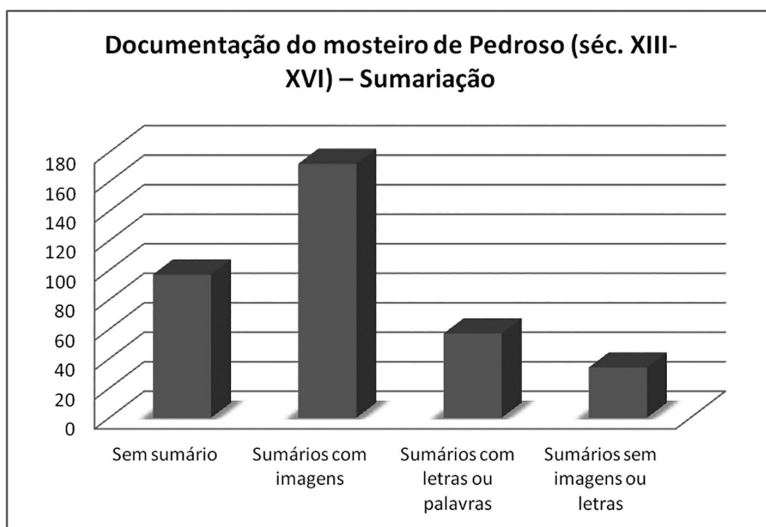
¹⁶ Cfr. para a documentação dos séculos ix a xii, António Joaquim Ribeiro Guerra, *ob. cit.*, p. 214-215; para os documentos crúzios, Saul António Gomes, In *limine...*, cit., p. 273-297; e ainda para os documentos de Alcobaça, Saul António Gomes, “ ‘Donationes Cvstodiantur: Donationes Serventvr’. Da memória e *praxis* arquivística do Mosteiro de Santa Maria de Alcobaça em tempos medievais”, *Humanitas*, 57 (2005), p. 245-269.

¹⁷ E desde logo verificámos que estávamos perante desenhos com sentido diferente daqueles que por vezes perpassam em inventários, códices, chancelarias, inquirições e documentação avulsa que se encontra espalhada pelos arquivos portugueses, e que esperam também um estudo, sejam mãos que apontam certas leituras ou figurações várias que podem ou não ilustrar ou dialogar com o conteúdo dos mesmos.

¹⁸ Quando apresentámos parte deste estudo oralmente numa reunião científica em 2016, o Dr. Pedro Pinto deu-nos a conhecer, o que vivamente lhe agradecemos, o estudo de António Machado de Assis de Pina Cabral, *Marcas arquivísticas do século xvi*, Coimbra, Associação Portuguesa para o Progresso das Ciências, 1957, p. 5-13. Este autor, ao perpassar os documentos de Pedroso, apercebeu-se que os mesmos tinham marcas documentais (que desenhou nas páginas 6 e 7). Como não conhecemos este estudo antes de realizarmos o nosso, torna-se interessante verificar algumas coincidências nas nossas reflexões, que assinalaremos.

¹⁹ Ao estudar a correlação entre os cartulários e os inventários genoveses do século xiv, Peter Ruck, no estudo “Notes sur les cartulaires de l’évêché (vers 1307) et sur les premiers inventaires des archives du chapitre (1334) et du comté de Genève (1337)”, *Bulletin de la Société d’Histoire et d’Archéologie de Genève*, 14 (1969), p. 185-203, refere-se a sinais à margem dos inventários (p. 198) e anota que em arquivos da Suíça normanda se encontram sistemas de cotas individuais alfabéticas, simbólicas e numéricas (p. 203). Mais desenvolvidamente no seu estudo

Gráfico 1 – Documentação do mosteiro de Pedroso (séc. XII-XVI) – Sumariação



Um a um percorremos 358 atos escritos do mosteiro de Pedroso do século XIII ao XVI, existentes no Arquivo da Universidade de Coimbra. Desse total, 26,5% não possuía sumário da mão do cartorário que analisámos. Nos demais documentos um sumário simples surge-nos em 12, 9% dos atos, tendo os restantes um sumário acrescentado com desenhos (65,4%) ou um sumário associado a algumas letras ou palavra individualizadora, o que nos remete para um total de 229 documentos com sinais especiais. Esclareça-se que, nos sumários com desenhos, podem também, algumas vezes, conjuntamente aparecer letras.

Antes de atentarmos nos *signa*, caracterizemos o sumário do ato. No geral é sucinto, ainda que as mais das vezes enuncie a tipologia das cartas, que se apresenta, aliás, de natureza muito variada – apelação, apresentação, anexação,

L'ordinamento degli archivi ducali di Savoia sotto Amedeo VII (1398-1451), Roma, 1977 (separata de *Quaderni della Rassegna degli Archivi di Stato*, 48) alude à cota figurada alfabética, numérica e ideogramática em conexão com o conteúdo do documento (p. 148-153). Olivier Guyotjeannin, no estudo “La tradition de l'ombre: les actes sous le regard des archivistes médiévaux (Saint-Denis, XII^e-XV^e siècle)”, in Adam J. Kosto, Anders Winroth (eds.), *Charters, cartularies and archives: the preservation and transmission of documents in the medieval West, proceedings of a colloquium of the Commission Internationale de Diplomatie (Princeton and New-York, 16-18 September 1999)*, Toronto, Pontifical Institute of Mediaeval Studies, 2002, p. 81-112 dá também conta de tais práticas.

citação, confirmação, contrato, escambo, doação, emprazamento, inquirição, manda, prazo, procuração, protestação, sentença, venda – e discrimina o bem a que se reporta com a sua localização. Algumas vezes particulariza um pouco mais o conteúdo do documento e só muito esporadicamente refere a cronologia, como também, aqui e além, a língua em que está escrito, o seu estado de conservação ou a sua utilidade.

Nunca faltando o elemento topográfico, diríamos que estes sumários suportariam uma arrumação dos atos por terras, o que é comum neste período. Daí que nos cartulários, cópias dos documentos a que as instituições recorreram para preservar a memória dos atos escritos – muito mais suscetíveis de perda e danificação como avulsos – fosse no geral seguido o ordenamento geográfico, ainda que conjugado com outros²⁰, como também o era na classificação e inventariação dos fundos, como expressamente nos diz um cartorário quinhentista crúzio²¹. Ordenamento que exigiria – fosse como causa ou como consequência – uma prévia notificação dos topónimos, seguida da arrumação das cartas respeitantes a cada um deles, no geral por uma ordem cronológica de antiguidade, ainda que não muito rigorosa.

Em certos casos, porém, este cartorário escreveu um sumário um pouco mais desenvolvido, quando a natureza do documento era invulgar. Assim se lê num desses actos: “De como duas freyras de Samidi per autoridade e perdom do papa se sayrom e vyerom viver em Pedroso sob governança do dom abade que lhe deu terras e ellas lhe deram casas na Feyra que agora tem o mosteiro de Villa Cova. Parece que os dera despois Pedroso a Villa Cova per aceitar bem as freyras. Era 1340”²². O sumário tem data, o que, como dissemos, é muito raro, descreve esta invulgar fuga de freiras de um mosteiro e o seu acolhimento inicial numa instituição masculina.

Se este é talvez o sumário mais extenso, porque o assunto é incomum, os outros um pouco mais completos reportam-se também a cartas régias ou de

²⁰ Cfr., entre outros, Jacques Stiennon, “Considérations générales...”, p. 233-235; Saul António Gomes, *In limine...*, cit., p. 307-314.

²¹ Refere justamente o cartorário D. Berardo no citado repertório do cartório crúzio: “fiz este repertorio alfabetico pera que com menos despesa de trabalho tendo de algũa cousa delle necessidade a achasem e ordeney e devidi per regiões de terras, cidades, villas e lugares pondo cada hum delles distintos e apartados os huuns dos outros...” (AUC, Mosteiro de Santa Cruz, Índice do cartório III-1ª D – 10 – 4 - 54). Para pormenores sobre a sua classificação dos documentos, veja-se Saul António Gomes, *In limine...*, p. 1041-1043.

²² AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 75. Em causa estavam as freiras Goncinha Simões e Sancha Esteves, que se tinham desavindo com a abadessa Teresa Álvares e vieram a ser recebidas em Pedroso, ainda que depois passassem a Vila Cova. Rui Cunha Martins, na obra *Património, parentesco e poder*, Lisboa, Escher, 1992, p. 52-53 refere este caso através de uma nota de João Pedro Ribeiro, aproveitada até por Camilo Castelo Branco, mas não alude a este documento.

particulares com especial interesse para o mosteiro. Assim as emanadas pelos vários monarcas para dirimir a grave questão dos direitos dos padroeiros, que muito sobrecarregavam o mosteiro, onde se podem ler sumários similares a este: “Carta delrey dom Fernando que mandou taixar comedoria que os fidalgos aviam de aver no mosteiro”²³.

Mas descontando estas exceções à regra comum, os sumários vão, no geral, no sentido da contenção. Por vezes o cartorário não assinala sequer o tipo específico do documento, referindo-se apenas a “carta, stormento, título, traslado...”, quando não chega mesmo a escrever tão-só “de..., de como..., faz ao..., pertence a..., toca a...”²⁴, seguindo-se a localização do bem.

Imprecisão, mas também uma certa negligência, se lhe deteta. Por isso prefere às vezes deixar um comentário a desenvolver o sumário, como quando escreve: “Processo de sentença mui grande sobre as comedorias dos fidalgos no couto e mosteiro. Romanse”²⁵; “he hũa sentença antiga em lingoagem. Toca a quinta d’Alheyra”²⁶; “stormento sobre certa inquiriçom nom relevante”²⁷; “no couto falla. He mao de ler”²⁸; “intimaçom de hua appelaçom que releva pouco. Em latim”²⁹; “prazo roto da quinta da Lavandeyra”³⁰. Nestes sumários, com considerações sobre a língua, o estado e a utilidade do documento, este cartorário quase se acerca do limite, da fronteira entre o preservar e o destruir ou esquecer, atitudes que em pleno se associam na criação de um arquivo, de uma memória documental, que considera sobretudo as espécies com valor jurídico para a conservação do poder e das rendas e direitos.

Algumas vezes, porque não se detém a ler atentamente os documentos, sobretudo quando eles são grandes ou estão em mau estado³¹, apresenta sumários incorretos, tomando por exemplo o nome de uma terra pelo assunto³²,

²³ AUC, Pedroso, gav. 9, m 4, n. 203. Outro sobre a mesma matéria: “carta del rey dom A° que se nam façam penhoras pollas comedorias dos cavaleiros” (AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 109); ou ainda um outro: “como el rey dom Fernando despensou por hum ano as comedorias dos fidalgos no mosteiro” (AUC, Pedroso, gav. 9, m. 4, n. 209).

²⁴ AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 21; gav. 8, m. 2, n. 73.

²⁵ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 82.

²⁶ AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 16.

²⁷ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 122.

²⁸ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 157.

²⁹ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 32.

³⁰ AUC, Pedroso, gav. 11-A, m. 5, n. 129.

³¹ Note-se, porém, que o mau estado ou as dimensões dos documentos nunca foram obstáculo para o Padre Manuel Rosado Varela que, à distância de quatro ou cinco séculos dos atos, apresenta sempre sumários muito corretos e completos, sendo alguns extraordinariamente minuciosos.

³² AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 19; “escritura de certas cousas de capella scilicet souto leiras”. Trata-se na verdade de uma composição entre o mosteiro de Roriz e os moradores

trocando a tipologia do acto³³ ou chega até mesmo a aproveitar anteriores sumários, copiando-os ou dando-lhes apenas continuidade³⁴.

3 Todavia, este “arquivista”, que não parece ter grande vocação para sintetizar o conteúdo dos atos escritos, acrescenta à esmagadora maioria dos seus sumários, um desenho. Desenho que será sempre uma forma, uma imagem (*imago*), uma figuração em materiais diversos ou em textos, que o homem medieval tanto utilizou e valorizou³⁵.

Deparamos então com sinais e símbolos, de significantes e significados vários, para cuja descodificação teremos de convocar muitas vezes a imaginação, essa irmã gémea da razão, uma vez que os símbolos “estão no centro e são mesmo o coração dessa vida imaginativa”³⁶, como refere Jean Chevalier. Consciente ainda que tais signos são produto de um sujeito, carregando todas as suas heranças físicas, culturais e psicológicas, só o conhecimento amplo desse cartorário nos permitiria acercarmo-nos deles com alguma segurança, dado que não nos legou qualquer tabela de equivalências de tais sinais. Nada sabemos, porém, de tal homem, o que desde logo nos obriga a sermos cautelosa e a colocar todas as nossas observações sob a reserva de hipóteses.

Vejamos antes de tudo a qualidade dos desenhos deste cartorário. Trata-se de desenhos de grande simplicidade, esboçados ao correr da pena, e, na maioria dos casos, até com certa rapidez. Assim, certas figuras geométricas, que mimetizam os sinais dos tabeliães, são, como estes, apesar de nos parecerem complexos, desenhados nos enlaçados de uma só vez, sem ser necessário levantar a pena desde o início até à sua finalização³⁷ (Fig. 2). Outros, porém, exigiriam já o

desse couto e um particular devido à violência que este praticava em terras do couto, chamando-se uma delas “Souto de Capela” e daqui o erro.

³³ Refere no sumário que se trata de um prazo de um casal, quando na realidade está em causa uma venda (AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 24).

³⁴ Ao escrever o sumário “de como a igreja de Macieyra de Canbra pertence ao mosteiro de Pedroso”, vê-se que copiou um sumário mais antigo (AUC, Pedroso, gav. 9, m. 4, n. 266). Noutro documento estava o seguinte sumário anterior: “stormento de enplazamento que traz Gº Giraldez e Afonso Giraldez” e este cartorário acrescentou: “e he sentença em que se julgou ao mosteiro o casal da Lapa em terra da Feyra” (AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 150).

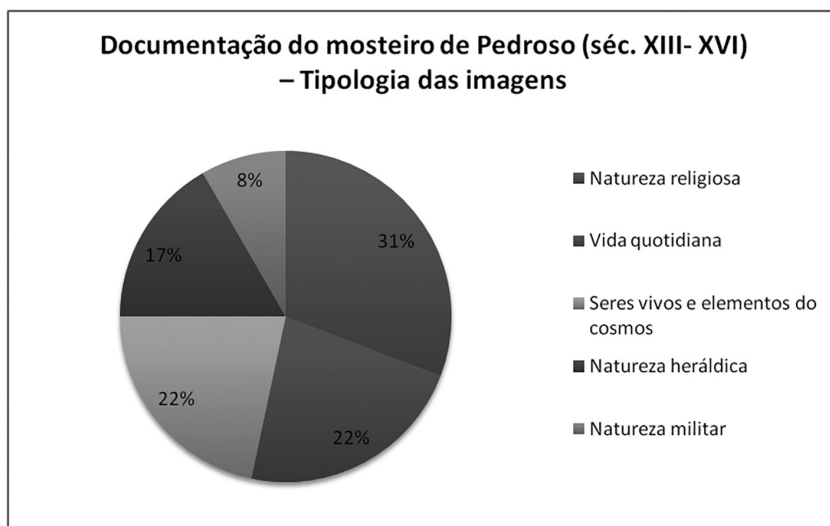
³⁵ Sobre o sentido, valor e função das imagens veja-se o artigo de Jean-Claude Schmitt, “Images”, in *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, dir. de Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, trad. bras., vol. II, S. Paulo, Imprensa Oficial SP-EDUSC, 2002, p. 591-605.

³⁶ Jean Chevalier, Alain Gheerbrant, *Dictionnaire des Symboles. Mythes, Rêves, Coutumes, Gestes, Formes, Figures, Couleurs, Nombres*, édition revue et augmentée, Paris, Robert Laffont/Jupites, 1982, p. V.

³⁷ Exemplo da figura do documento com a cota AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 176.

traçado de variadas linhas, havendo alguns deles de melhor risco e até a marca de um sentido, ainda que muito leve, de perspectiva.

Gráfico 2 – Documentação do mosteiro de Pedroso (séc. XII-XVI).
Tipologia das imagens



Um conjunto de desenhos (52), as mais das vezes geométricos, não nos fornecem uma imagem com suficiente inteligibilidade. Os demais agrupámos em cinco categorias – de seres vivos e elementos do cosmos; de natureza religiosa; de natureza militar; de natureza heráldica; de vida quotidiana. Predominam, como se comprova pelo gráfico, os desenhos de natureza religiosa, para em seguida se equipararem os que dizem respeito ao quotidiano ou aos seres vivos e meio ambiente. Logo, este cartorário desenhava os objetos e sinais da fé e culto cristãos com que estaria familiarizado, do mesmo modo que fazia apelo à vida comum e ao meio natural que o rodeava.

Mais especificamente diremos que entre os seres vivos representa apenas por duas vezes seres humanos, em alguns casos animais (7), como um rocim, um coelho, um caracol, uma ave, peixes (fig. 3) e uma cobra, e mais comumente vegetais (13), entre árvores e plantas (fig. 4). Na figuração que se reporta à vida quotidiana vemos alfaia agrícola e engenhos (grade, pá, pipo, roda de azenha), objetos (potes, jarras, velas), construções (casas) (fig. 5) e meios de transporte, como barcos (fig. 6). Nos desenhos que se prendem com a religião entrevemos igrejas, cruzes, mitras, báculos, cálices, com patenas e hóstias (fig. 7), e vieiras,

enquanto que aqueles que se referem ao militar dizem respeito a fortificações, torres e armas (fig. 8). Já os heráldicos são constituídos por brasões de traços muito esquemáticos³⁸.

Estes esboços não representam apenas o objeto em si mesmo, mas assumem-se, como se disse, como sinais ou símbolos, logo com todo um significado carregado de polissemias. Na verdade o símbolo, que se manifesta tanto em palavras e textos, como em imagens, objetos, gestos, rituais, crenças e comportamentos, é por natureza “proteiforme, polivalente e ambíguo”³⁹, como afirma Michel Pastoureau. Assim cruzeiros e velas podem ser símbolos do sagrado, do divino, ainda que mesmo dentro desta esfera consintam diversas interpretações. Por sua vez os brasões e bandeiras são suscetíveis de se tomarem ambivalentemente como um emblema, sinal de identidade de um indivíduo ou grupo de indivíduos, ou como um símbolo, ligado a uma entidade abstrata, uma ideia, uma noção, um conceito.

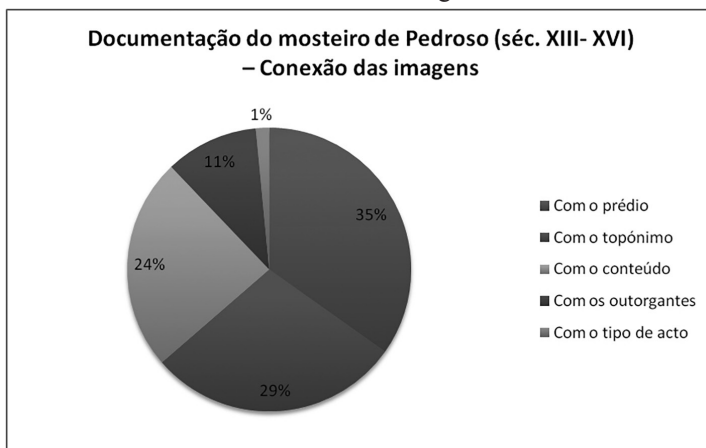
Sabendo nós que o símbolo, na Idade Média, se constrói em termos analógicos, na correspondência entre uma coisa e uma ideia, procuraremos entender com que ideias expressas no sumário do documento dialogam os desenhos. Buscaremos a relação entre o material e o imaterial, entre o objeto significativo e a ideia significada, para tentarmos alcançar a sua inteligibilidade. Seremos, no entanto, extraordinariamente cautelosa, ou, se quisermos dizer de outro modo, contida na imaginação. Desconhecemos, pois, o sentido expresso entre o sumário e o desenho na maioria (61,6%) dos documentos. Neste caso as imagens corporizam-se, no geral, em figuras geométricas, cujo sentido de todo não alcançamos ou noutras sobre as quais não queremos arriscar qualquer interpretação por insuficiente fundamento. Algumas figuras assemelham-se muito aos múltiplos sinais dos tabeliões com que o cartorário se deparou na sumariação das cartas, ainda que nunca imite aquele que justamente se encontra no documento em que apõe o desenho geométrico. Em certos casos perguntamo-

³⁸ Fizemos uma rápida investigação no fundo de Pedrosa existente no Arquivo da Torre do Tombo, tendo aliás visto os documentos por microfílm, o que, dado os sumários estarem por vezes bastante sumidos, nos oferecem uma difícil leitura. Verificámos, então, que este cartorário, como seria de esperar, também sumariou alguns e neles continuou a acrescentar letras e figuras. Nos desenhos que nos foi dado decifrar, destacamos, nos maços 5 a 9 que consultámos, como novidade, mais uma cara, por certo de um homem, um pé, uma balança e um animal de proporções muito superiores às dos demais. Surgem, com frequência, figuras geométricas e imagens de casas e fortificações ou de índole religiosa, algumas como que quase iguais em diferentes documentos.

³⁹ A etimologia e valência do símbolo é analisado por Michel Pastoureau, no artigo “Símbolo”, in *Dicionário Temático do Ocidente Medieval*, dir. Jacques Le Goff e Jean-Claude Schmitt, trad. bras., vol. II, S. Paulo, Imprensa Oficial SP-EDUSC, 2002, p. 495-510 (citação p. 495). Veja-se, para maiores desenvolvimentos, *Enciclopédia Einaudi*, vol. 31: *Signo*, Lisboa, INCM, 1994.

-nos se não poderíamos estar a lidar com os símbolos que se ostentariam nas bandeiras e emblemas dos concelhos e lugares, ou que se inscreviam nas marcas que lindavam as propriedades, o que só uma investigação profunda dos tombos e documentação, aliada a um atento levantamento arqueológico no terreno, nos poderia eventualmente comprovar.

Gráfico 3 – Documentação do mosteiro de Pedroso (séc. XII-XVI)
– Conexão das imagens



No conjunto dos 66 atos em que julgamos encontrar, com alguma solidez, uma relação entre o significante e o significado articulado no texto do sumário, verificamos que em 34,9 % dos atos a imagem ilustra o tipo de bem referido, em 28,8% há uma inter-relação com o topónimo, em 24,2% refere-se ao conteúdo e em 10,6% reporta-se aos outorgantes⁴⁰. Diga-se que para atingirmos estas linhas explicativas tivemos por vezes a ajuda de letras, já que em certos casos associadas ao desenho aparecem siglas e palavras abreviadas.

Passemos a explicitar um pouco mais estas associações. No que diz respeito aos prédios, a maioria das imagens alude às igrejas a que o documento diz respeito. Por exemplo, constando o ato de um acordo sobre a igreja de Vila Cova de Ul, o cartorário desenhou uma vieira e um bordão⁴¹ (fig. 9). Na realidade

⁴⁰ Num caso ilustra simultaneamente o conteúdo e o tipo de ato. Saliente-se que António Machado de Assis de Pina Cabral, *ob. cit.* p. 11-12 também procurou as correlações das marcas, como lhes chamou, aos documentos, e admitiu que as mesmas se conotavam essencialmente com os estipulantes e lugares, embora também tivesse admitido que algumas pudessem ser símbolos.

⁴¹ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 86.

o orago da igreja é Santiago e estas são, como bem sabemos, as insígnias do santo. Ainda mais imbuída de simbolismo é a imagem de uma cruz em X, acompanhada por um *a* de cada lado, aposta num documento referente à igreja de Santo André de Macieira de Cambra. Cremos ver nela um referente ao suplício de Santo André, o orago, naquele tipo de cruz⁴² (fig. 10). Mas na maioria dos casos são cruzeiros a par de cálices e até uma jarra com flores que identificam igrejas⁴³. Prédios comuns como casarias assinalam-se justamente com casas ou construções similares⁴⁴. Numa ligação ainda mais concreta, uma mó dá visibilidade à azenha de que trata a carta⁴⁵ (fig. 11).

Quando se trata de topónimos, muitos deles ligados a árvores ou plantas – Silvados⁴⁶, Loure⁴⁷ – encontramos imagens que procuram reproduzir tais árvores ou plantas. Se o casal se designa Ribeiro encontramos a água a identificá-lo⁴⁸ (fig. 12), enquanto o porto de Lavadores, na embocadura do Douro, é evocado, como parece, por um ancoradouro⁴⁹ (fig. 13). Se o topónimo tem o nome de Pedras também por estas é figurado⁵⁰ (fig. 14), como o de Oleiros é assinalado com uma peça de olaria (fig. 15)⁵¹. Noutros casos, quando os lugares se encontram em territórios como Alafões ou Feira, desenham-se imagens de torres e fortificações⁵² (fig. 16). Mas a imagem poderá aludir também à ideia contida no próprio topónimo, como quando uma serpente, símbolo do mal e do pecado, dá visibilidade ao casal designado Costa Má⁵³ (fig. 17).

A relação analógica com algum elemento do conteúdo do documento é ainda mais curiosa. Justamente naquele ato alusivo às freiras de Semide, o cartorário após o desenho de uma cara de mulher com um véu, o que nos remete para a figuração de uma freira (fig. 18). Já numa sentença outorgada por D. Pedro, para dirimir uma questão entre o mosteiro de Pedroso e o concelho de Gaia sobre o serviço de um rocim, é a imagem de um rocim que se visualiza⁵⁴ (fig. 19), como numa sentença em que se obrigava a pagar um foro de duas peixotas ao

⁴² AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 6.

⁴³ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 69; gav. 8-A, m. 3, n. 128, n. 140.

⁴⁴ AUC, Pedroso, gav. 9, m. 4, n. 201.

⁴⁵ AUC, Pedroso, gav. 11-A, m. 5, n. 125.

⁴⁶ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 211.

⁴⁷ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 108.

⁴⁸ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 179.

⁴⁹ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 94.

⁵⁰ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 95.

⁵¹ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 167.

⁵² AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 78.

⁵³ AUC, Pedroso, gav. 16, m. 8, n. 143.

⁵⁴ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 184.

mosteiro se inscreve um peixe⁵⁵ (fig. 20). Também numa doação ao mosteiro de um bem, que devia sustentar o encargo de alumiar uma lâmpada, é este mesmo objeto que se vê desenhado⁵⁶ (fig. 21).

Para dar forma ao sumário: “prazo do casal de Almeara e Varzea”, numa combinação de sinais e símbolos com letras e palavras, apresentam-se duas caras adossadas, como se de Jano se tratasse, o guarda das portas, que abre e fecha, o deus das transições e das passagens do cosmos e dos homens, ladeadas por um *a* e um *u* (=v)⁵⁷ (fig. 22). Igualmente plena de simbolismo é a imagem que vemos a ilustrar a doação que Sancha Fernandes fez a sua irmã Inês, monja de Arouca⁵⁸. O sumário refere o tipo de ato, as intervenientes, o número de bens doados e a sua localização. Mas a âncora que nele se desenha aponta-nos para referentes religiosos de fé, fidelidade e esperança, que devem estar relacionados com outro elemento do conteúdo da carta, não explícito no seu resumo⁵⁹ (fig. 23). Na verdade, depois da morte da monja, os casais passariam a uma sua criada e esta devia por fim doá-los ao mosteiro de Pedroso para aniversários, e daí a simbologia religiosa do signo.

Com algumas dúvidas, arriscamos admitir que no caso de duas sentenças a alusão a estes atos se expresse uma vez por um cutelo (fig. 24) e noutra por setas, remetendo para a ideia do imperativo *mando judicial*⁶⁰. Noutro, cujo sumário diz apenas: “faz ao casal de Milheyros”, tratando-se da venda do usufruto de um prédio ao mosteiro, que já lhe havia sido doado mas com reserva de usufruto, admitimos que a bandeira nele desenhada signifique a liberdade, consentânea com a plena posse do bem pela casa monástica⁶¹ (fig. 25).

Mais rara é a ilustração dos outorgantes do ato, mas bem significativa. Assim, envolvendo a *actio* o abade do mosteiro de Bustelo e o abade de Pedroso, este cartorário desenhou duas mitras, que simbolizavam a sua autoridade, ladeadas

⁵⁵ AUC, Pedroso, gav. 11-A, m. 5, n. 122.

⁵⁶ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 138.

⁵⁷ AUC, Pedroso, gav. 9-A, m. 5, n. 240.

⁵⁸ Trata-se de Sancha Fernandes Gata e de sua irmã Inês Fernandes Gata. Sobre esta monja de Arouca, leia-se Dina Carla Ferreira de Sousa de Almeida, *O mosteiro cisterciense de Arouca: comunidade e património (1300-1317)*, Coimbra, FLUC, 2003 (dissertação de mestrado policopiada), p. 40-41.

⁵⁹ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 97.

⁶⁰ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 150 (aqui cutelo); gav. 7, maço único, n. 16 (aqui setas, que talvez anunciem, depois de uma inquirição realizada pelo juiz da Feira aos homens de Silvade sobre os limites de propriedades entre eles e o mosteiro, a sentença a pronunciar pelo monarca).

⁶¹ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 46.

pelas iniciais *b* e *p*⁶² (fig. 26). Muitas vezes as cartas régias – de D. Fernando⁶³ e D. João I⁶⁴ – surgem figuradas com os atributos da realeza, por meio de um brasão onde se inscrevem as cinco quinas (fig. 27). Bem sugestivos no seu significado são, porém, os muitos emblemas ou símbolos heráldicos que este cartório espalha por diversos documentos, a exigir uma atenção por parte dos especialistas de heráldica. Tendo o mosteiro de Pedroso um enorme contencioso com os seus padroeiros, várias cartas, algumas delas régias, reportam-se a esta temática, seja acusando genericamente os abusos da fidalguia, seja pleiteando com algum nobre em particular. Tais documentos aparecem ilustrados, por via de regra, com brasões, desenhados muito esquematicamente, o que dificulta ainda mais a sua atribuição. Quando se enumeram vexações, em geral o brasão devia estar a apontar o dedo a alguma família, tomando-se, como numa sinédoque, a parte pelo todo, o que é bem característico do simbolismo. Tratando-se de questões mais específicas, como aquela que o mosteiro enfrentou com Estêvão Dias, filho de Diogo Gil do Avelar, o brasão apostado, em que se inscrevem faixas paralelas, é exatamente o da família Avelar⁶⁵ (fig. 28).

Relembremos ainda, como já apontámos, que por vezes se seguiam ao sumário apenas letras ou palavras, maiúsculas ou minúsculas. Neste caso é o topónimo que particularmente se evidencia (em 30 atos) com a repetição do mesmo (ex: GVISANDI)⁶⁶ (fig. 29) uma sílaba inicial (ex: PA, para o caso de Paramos)⁶⁷, ou letras simples ou repetidas (ex: BB, para Balteiro)⁶⁸. Ainda que muito mais esporadicamente as letras podem também aludir ao conteúdo⁶⁹, aos outorgantes⁷⁰ ou ao tipo de ato⁷¹, sendo o sentido de umas quantas também desconhecido. E se as letras surgem em alguns casos isoladamente, noutros acumulam-se aos desenhos, como referimos, geralmente conjugando-se na explicitação dos topónimos. Mas também pode haver dissociações, reenviando num ato a letra E nele grafada para o tipo de ato, um emprazamento, e a espada nele desenhada para o fidalgo que é o recebedor do contrato⁷².

⁶² AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 12.

⁶³ AUC, Pedroso, gav. 9, m. 4, n. 230.

⁶⁴ AUC, Pedroso, gav. 9-A, m. 5, n. 256.

⁶⁵ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 105.

⁶⁶ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 104.

⁶⁷ AUC, Pedroso, gav. 6, m. 2, n. 116.

⁶⁸ AUC, Pedroso, gav. 16, m. 8, n. 142.

⁶⁹ Assim acontece numa sentença sobre um penhor.

⁷⁰ Assim Dom ilustra o doador, Domingos Anes (AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 68).

⁷¹ Como um D, apostado numa doação ao mosteiro (AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 8).

⁷² AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 49.

4. Perguntemo-nos agora – qual o intuito deste cartorário ao apor estes desenhos, palavras ou letras? Cremos que se trata de cotas alfabéticas e ideogramáticas, como as designa Peter Rück⁷³, que serviriam para uma rápida e simples acessibilidade das espécies documentais. São *signa*, um velho sistema de “repérage-marquage”, como escreve Olivier Guyotjeannin, que exprimem a alteridade de um documento face a um outro⁷⁴. Não existe, no entanto, uma uniformidade de marcações, mas esta sistematização e racionalidade não é característica do pensamento medieval, como sabemos, ainda que também nos possa escapar a cabal inteligibilidade das mesmas. De facto um mesmo topónimo ou o mesmo tipo de ato encontram-se ilustrados com desenhos diversos⁷⁵.

Este signo visual viabilizaria uma mais fácil busca do ato por parte deste cartorário, que teria certamente gosto pelo desenho. Talvez até preferisse bem mais esboçar formas que ler documentos e sumariá-los, dado que o faz de uma forma muito lacónica e pouco precisa⁷⁶. Mas, apesar de se conter nos textos, quase sempre deixa um desenho, que embora simples e rudimentar, lhe devia dar gosto traçar. Cremos, até, que nestes esboços poderia haver um certo sentido lúdico, porque algumas vezes julgamos mesmo perceber que o seu autor estaria a esboçar um humorado ideograma.

Assim num documento cujo sumário é: “doações trelladadas em pubrica forma d’Osolhoo termo de Vouga”, desenha um caracol com a sigla *S.* à direita⁷⁷ (fig. 30). Julgamos que o caracol surgiu do *O* do topónimo, que se completa com o *S.*, mas as voltas da concha do animal poderiam ironicamente aludir aos documentos que nele se “enrolam” (trasladam), arrastando a sua leitura, lentamente, como a de um caracol. Será que a nossa imaginação estará aqui a esquecer a sua irmã gémea, a razão? Continuamos, porém, a insistir no seu pendor chistoso, quando lemos o sumário: “confirmaçom de Villar de Andorinho

⁷³ Peter Rück, “Notes sur les cartulaires...”, cit., p. 198, 203; *L’ordinamento degli archivi ducali di Savoia...*, cit., p. 148.

⁷⁴ Olivier Guyotjeannin, “La tradition de l’ombre...”, cit., p. 83.

⁷⁵ Por exemplo, os documentos sobre *Elijó* são ilustrados por duas vezes com a mesma figura geométrica, noutro com uma alfaia agrícola e ainda em mais dois com letras, mas diferentes; *Oselhoo* apresenta um caracol ou uma estrela; *Melhundos* figura-se três vezes com diversas alfaias agrícolas e uma outra com letras; Lavandeira, identifica-se com uma cruz, um brasão ou peixes; Alheira representa-se, em quatro documentos, com um sinal geométrico, e três plantas distintas; Santiago de Riba-Ul mostra-se com uma vieira e bordão, uma vieira e uma figura geométrica. É evidente que os atos são de natureza vária e a imagem dialoga, como vimos, com diversas variantes, mas em nenhum dos casos há uma constante identificadora por parte dos desenhos ou signos. Também já António Machado de Assis de Pina Cabral, *ob. cit.*, p. 13 assinalava esta ideia.

⁷⁶ António Machado de Assis de Pina Cabral, *ob. cit.*, p. 13 afirma que o cartorário demonstrava ignorância das letras passadas ou muita preguiça.

⁷⁷ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 47.

em latim” e vemos inscrito numa tira enrolada *SPQR*, abreviatura de *Senatus Populusque Romanus*, que remete para uma evocação, quase inconsciente e um pouco jucosa, à língua em que o documento está escrito, o latim⁷⁸ (fig. 31). Do mesmo modo o topónimo *Scadavada*, que por certo se refere a Escavada, surge graciosamente ilustrado com um coelho, que parece escavar terra ou pedras (fig. 32)⁷⁹.

E até com as letras demonstra uma certa inclinação para o jogo, para o enigma. Recorre então por vezes às letras incrustadas. Nuns casos de descodificação fácil, como quando vemos as maiúsculas *PV*, com um pequeno *o* minúsculo na barriga do *P*, para aludir a Pousada⁸⁰ (fig. 33), ou num outro, já um pouco mais elaborado, quando apõe um *O* com dois círculos e dentro deles um *a* minúsculo para designar o nome da igreja, Olaia, e talvez o tipo de ato, uma apelação⁸¹. (fig. 34). Bem mais crípticas são as letras *O* seguidas de um acoplamento de outras num único signo gráfico, em que poderemos ver, um *F*, um *B* e um *P* ou um *F*, um *r* e um *P*.⁸² (fig. 35). E se o sumário nos diz apenas: “sentença de hum frade do mosteiro que tynha a igreja de Sexezello”, será o conteúdo do ato que, muito implicitamente, se condensa neste sinal. Na realidade o prior da igreja havia sido primeiro um franciscano e daí que alguns “murmurassem” que por constituição pontifícia os Frades Menores de S. Francisco não podiam ter benefícios com cura de almas. Mas o dito franciscano tomara o hábito de S. Bento no Mosteiro de Pedroso e como tal havia sido confirmado naquela igreja pelo bispo do Porto⁸³. Logo o *O* será de Ordem ou Observância e o *FB*, de franciscano e beneditino, ou *Fr* de Franciscano, sendo o *P* de Pedroso.

Por sua vez o documento sumariado como “citaçom pera se demarcarem termos de Lourosa” apresenta um sinal fechado que contém as letras *L* e *R* invertidas, com uma cruz deitada saindo da reentrância do *R*, o que assinalaria a demarcação dos lugares de Rouge e Lourosa entre o mosteiro e um cavaleiro⁸⁴ (fig. 36).

⁷⁸ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 182.

⁷⁹ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 163.

⁸⁰ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 66.

⁸¹ AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 186. O sumário do documento é: “apelaçom em latim interpostra por parte de Santa Olaya do Valle que he do mosteiro de Pedroso”.

⁸² AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 119.

⁸³ Alude-se à constituição do Papa Clemente (Clemente V, 1305-1314), que impedira a posse de tais benefícios por franciscanos, mas refere-se que a mesma só foi aprovada e publicada pelo papa João (João XXII, 1316-1334), sendo a sentença de 26 de Janeiro de 1331. Acresce que o documento menciona más vontades e murmurações contra este reitor da igreja de Macinhata de Seixezelo, Pedro Anes.

⁸⁴ AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 62.

Este cartorário, que se comprazia em desenhar signos e ideogramas com imagens, e letras de códigos criptográficos, seria, por certo, monge de Pedroso, mas cuja identidade desconhecemos. Religioso sem nome e sem data. Apenas poderemos dizer que a partir de 1533 não vemos mais os seus sumários nem os seus desenhos⁸⁵, parecendo-nos que a sua escrita nos remete para um arquivista do mosteiro, que trabalhava neste labor de sumariação, mas também de arrumação, nas primeiras décadas de Quinhentos. Na verdade, em alguns casos, por entre os muitos vestígios de dobragens que possuem as cartas, conseguimos verificar perfeitamente que, depois de escrito este sumário, o documento era dobrado várias vezes na vertical e depois horizontalmente até ficar reduzido à forma final de um pequeno retângulo, onde tal sumário se distinguia no seu exterior (fig. 37). Depois de dobrados, os escritos seriam comumente guardados em sacos, escanos ou arcas, ou, no caso de uma arrumação mais especializada e fixa, em gavetões e armários.

Se este cartorário considerava repetidos e cansativos estes trabalhos de classificar e guardar, ia-os suavizando, distendendo a mão e a pena a esboçar o que via, o que o rodeava, o que imaginava.

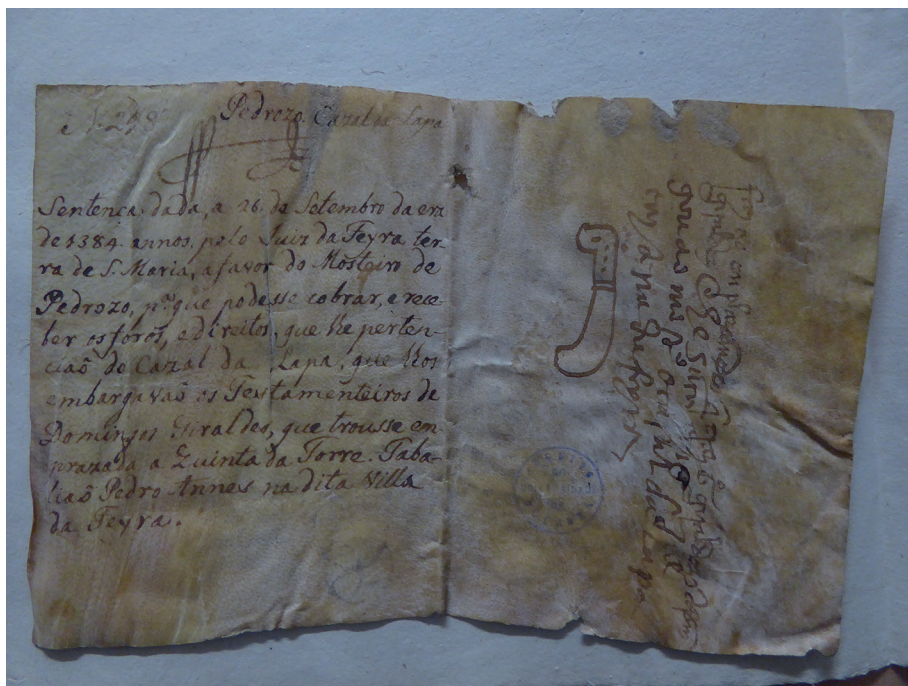
A lembrança de fixar no pergaminho objetos, seres e plantas devia chegar-lhe por meio de um olhar atento ao meio e ambiente que o rodeava. O traçado das suas formas poderia ser sugerido pelas imagens que se inscreviam em diversas fontes. Estaria habituado a fixar-se nas exuberantes figuras geométricas que constituíam os sinais dos tabeliões, que elaboravam muitos dos atos do espólio monástico, como não menos a atentar nos seus selos que exibiam no campo do anverso e reverso figurações múltiplas de profunda simbologia. Igualmente em códices e manuscritos, que porventura tivesse contemplado na casa ou fora dela, colheria inspiração nas letras iniciais profusamente ornamentadas e nas ricas iluminuras que os ilustravam, deparando-se com abundantes folhagens e molduras geometrizes, a par de alguns seres vivos e figuras humanas, identificadas nos seus atributos de santidade, profecia e poder. E assim iria repetindo e copiando, muito livre e rudimentarmente, desenhos e formas, respigados por diversos meios.

Torna-se pois curioso verificar que, no cuidado caderno da primeira metade do século XIII, de obras de arquitetura e figuras escultóricas do viajado mestre-de-obras Villard de Honnecourt – embora sem querermos admitir qualquer paralelismo ou conhecimento do mesmo neste caso – vejamos reproduzidas

⁸⁵ Diga-se que alguns outros desenhos se espalham pelos documentos do fundo de Pedroso, que não parecem ser da mão deste cartorário. Desconhecemos, porém, se lhe eram anteriores ou posteriores, ainda que sejam semelhantes às imagens que analisámos, podendo até este cartorário ter criado um certo “modismo” de desenho.

dignidades com a sua mitra (lam. 1), um cálice (lam. 8), um caracol (lam. 3), cavalos (lam. 16), um coelho (lam. 17), uma construção fortificada (lam. 7) ou até água (lam. 39), que o cartorário de Pedroso, na sua singeleza, também esboçou⁸⁶.

Este monge, este homem, usava a pena para traçar letras e desenhar formas. Formas que davam corpo a imagens falantes, de leitura mais imediata ou de simbologia mais complexa. Imagens, letras e símbolos, que por vezes exprimiriam mesmo um certo pendor irónico e jocoso do seu carácter. Ideogramas e *signa* em que se reveria e que depois o orientavam na sua responsabilizante, mas também solitária e monótona, tarefa de guardar, preservar, arquivar e acessibilizar a memória escrita da sua instituição.



86 Para um confronto consulte-se a obra de Villard de Honnecourt, *Cuaderno. Siglo XIII*, a partir do manuscrito conservado na Biblioteca Nacional de Paris (n. 190939), apresentado e comentado por Alain Erlande-Brandenburg, Régine Pernoud, Jean Gimpel, Roland Bechmann, trad. espanhola, Madrid, Ediciones Akal, 1991. Agradecemos vivamente ao nosso Colega Doutor Francisco Pato de Macedo o conhecimento desta obra e a disponibilização do seu próprio exemplar.

Fig. 2 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 176

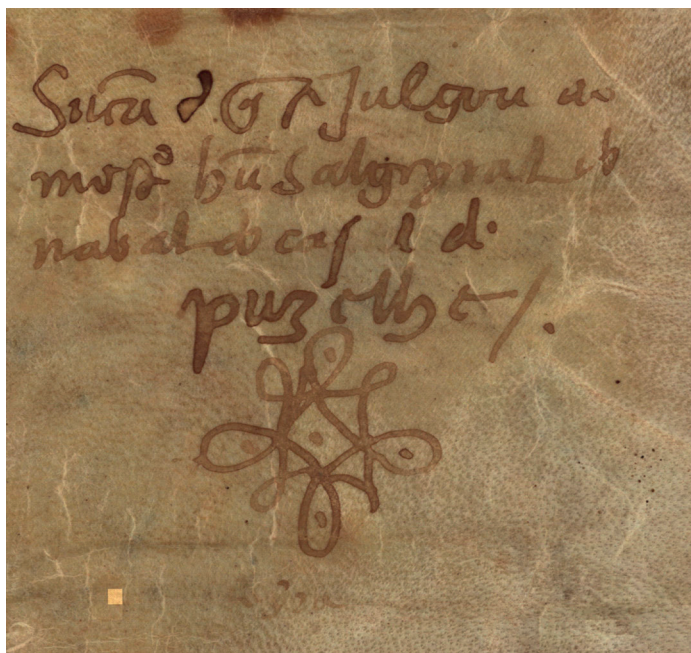


Fig. 3 – AUC, Pedroso, gav. 11-A, m. 5, n. 129

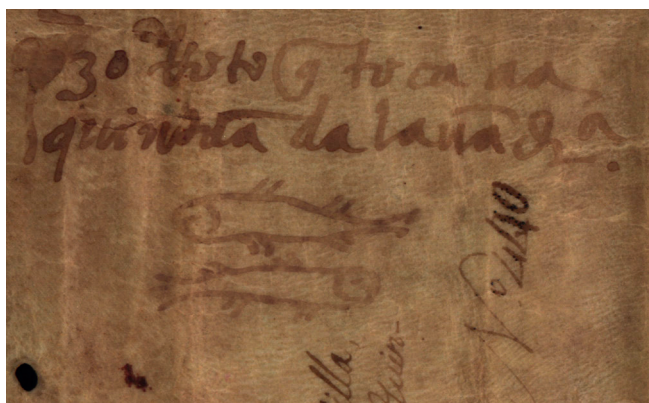


Fig. 4 – AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 16

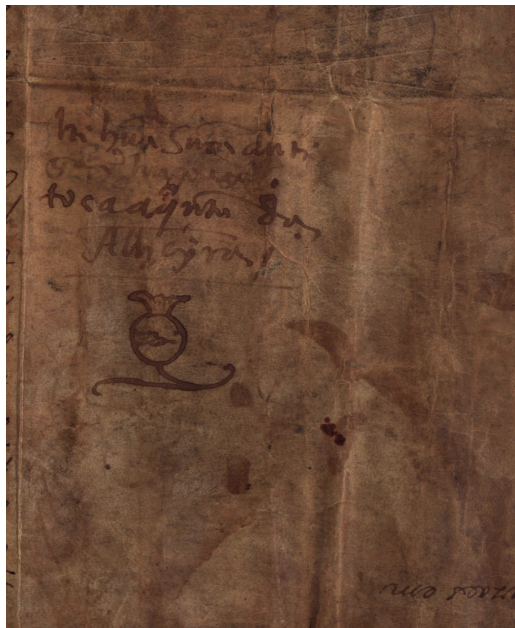


Fig. 5 – AUC, Pedroso, gav. 9, m. 4, n. 201



Fig. 6 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 48

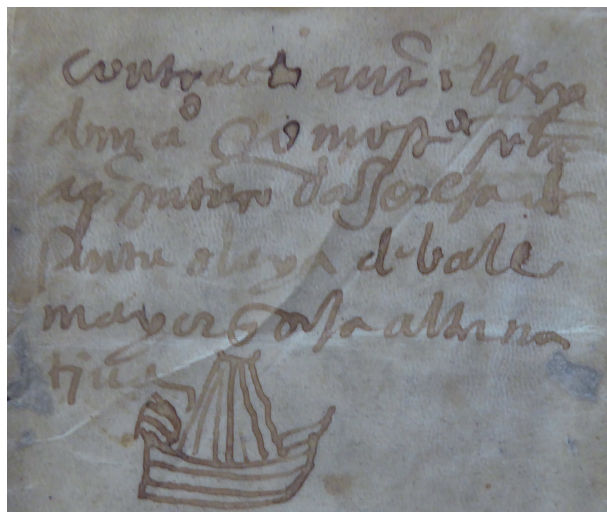


Fig. 7 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 128

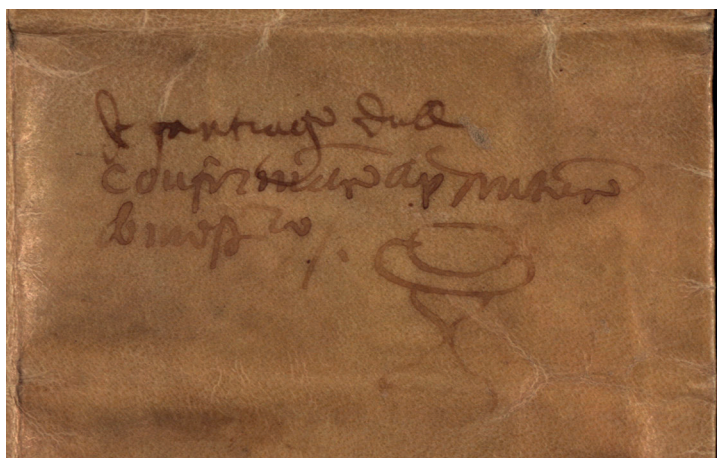


Fig. 8 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 132

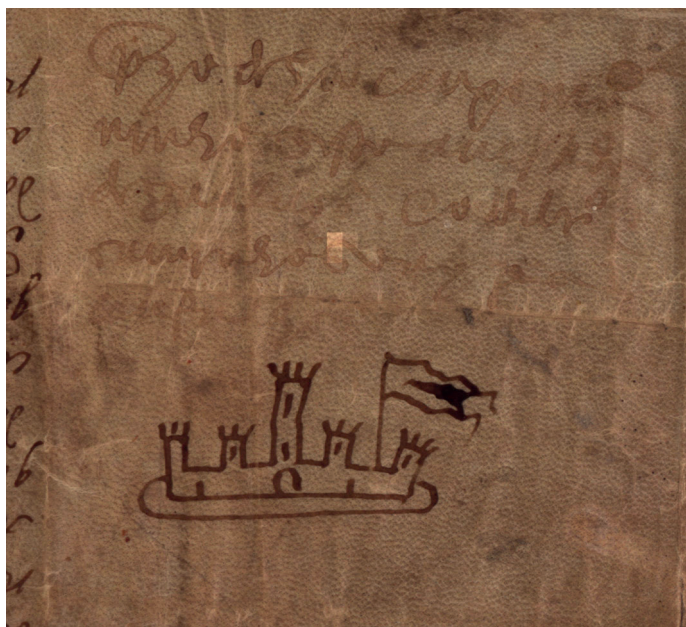


Fig. 9 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 86

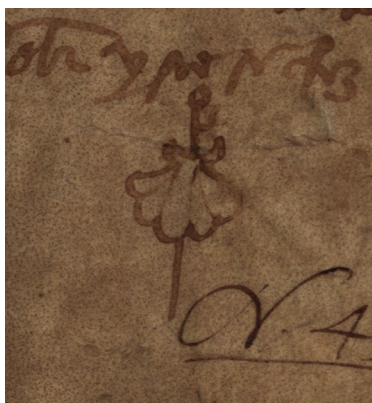


Fig. 10 – AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 6



Fig. 11 – AUC, Pedroso, gav. 11-A, m. 5, n. 125

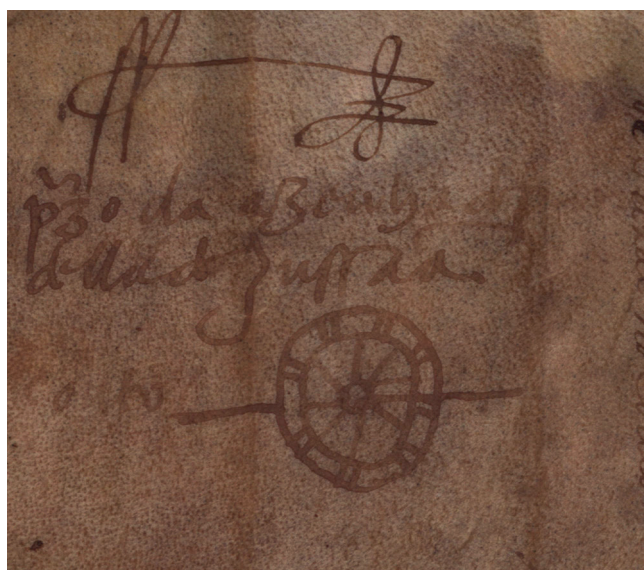


Fig. 12 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 179

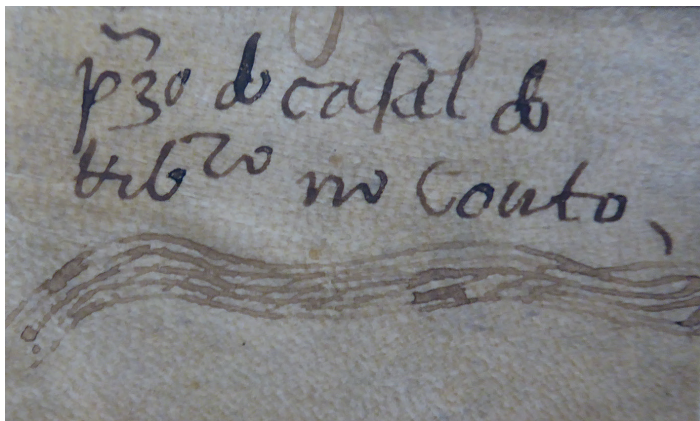


Fig. 13 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 94

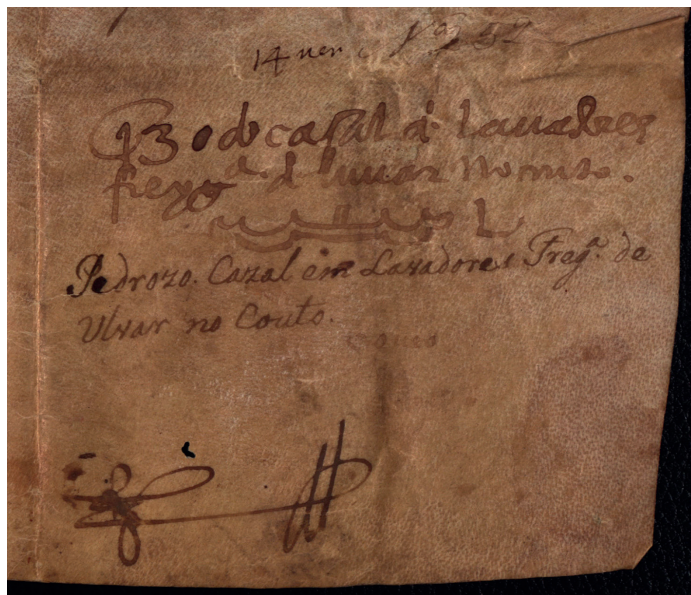


Fig. 14 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 95

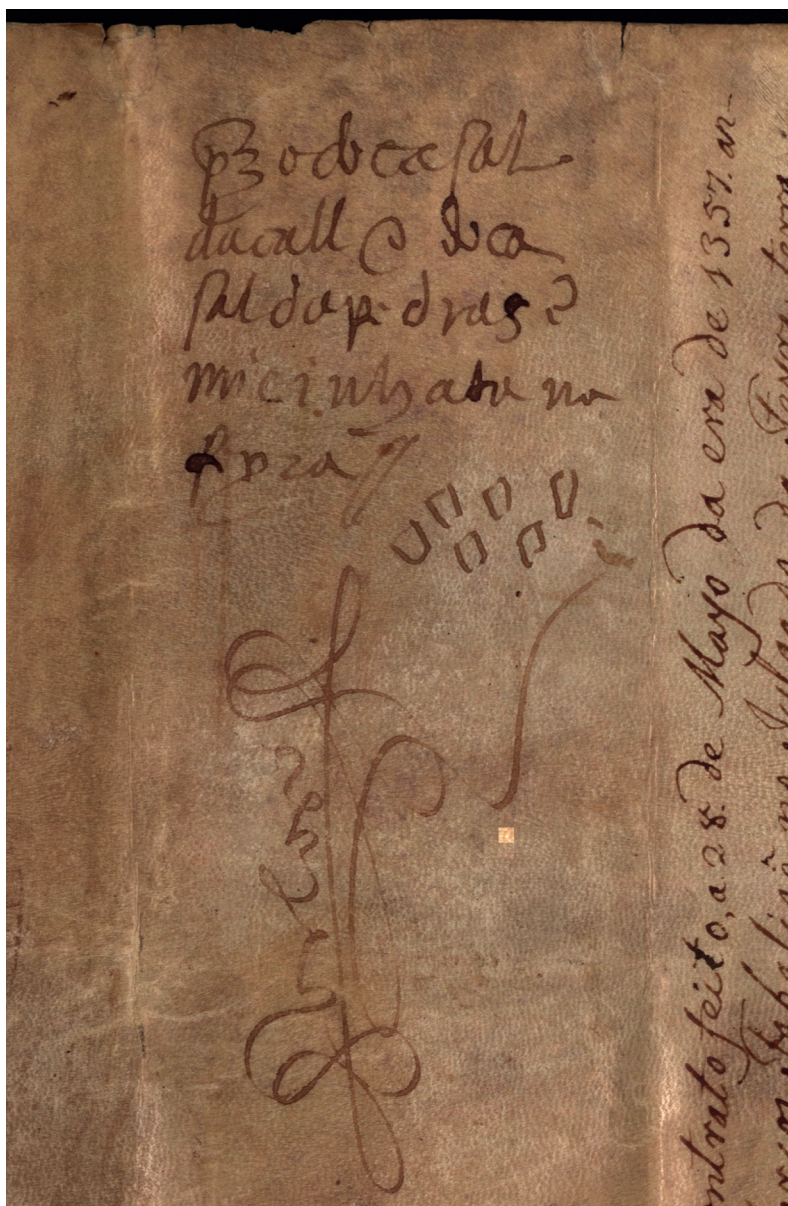


Fig. 15 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 167

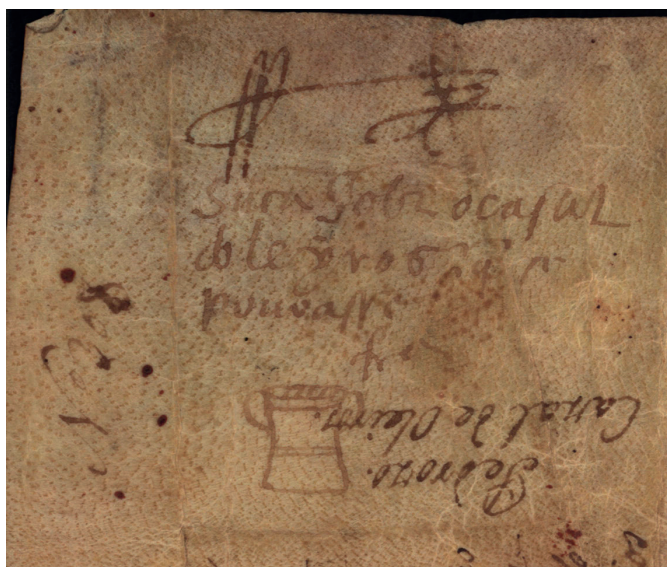


Fig. 16 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 78

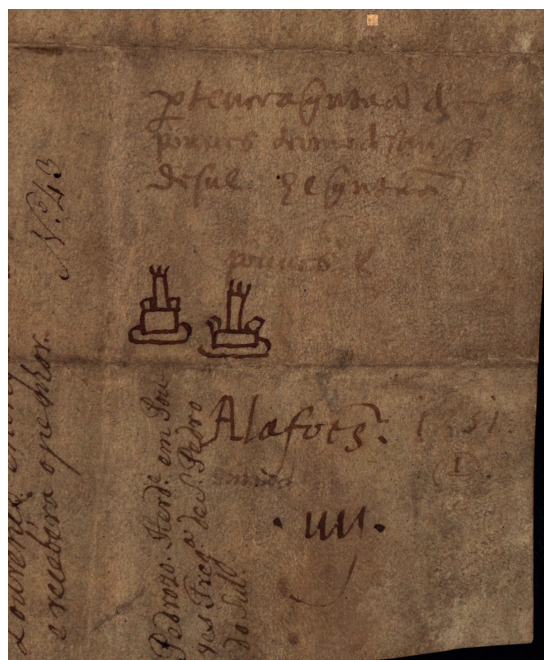


Fig. 17 – AUC, Pedroso, gav. 16, m. 8, n. 143

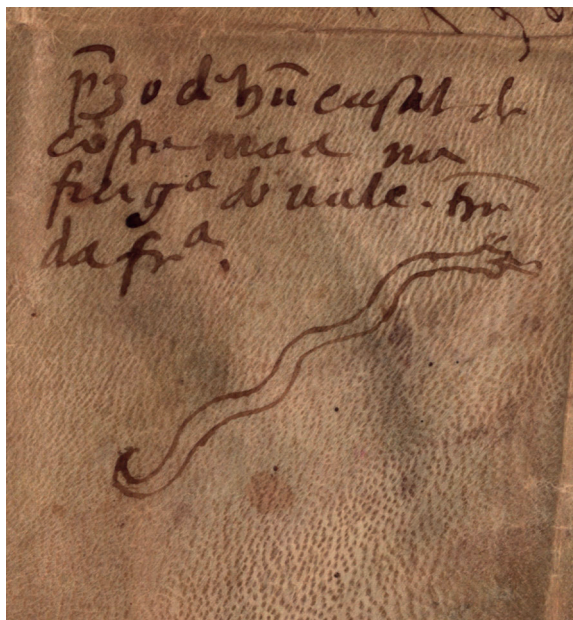


Fig. 18 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 25

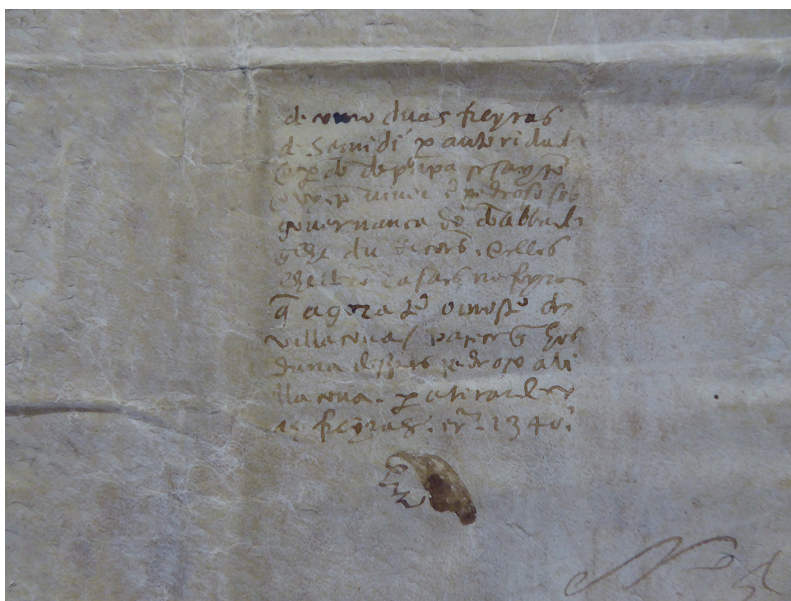


Fig. 19 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 184

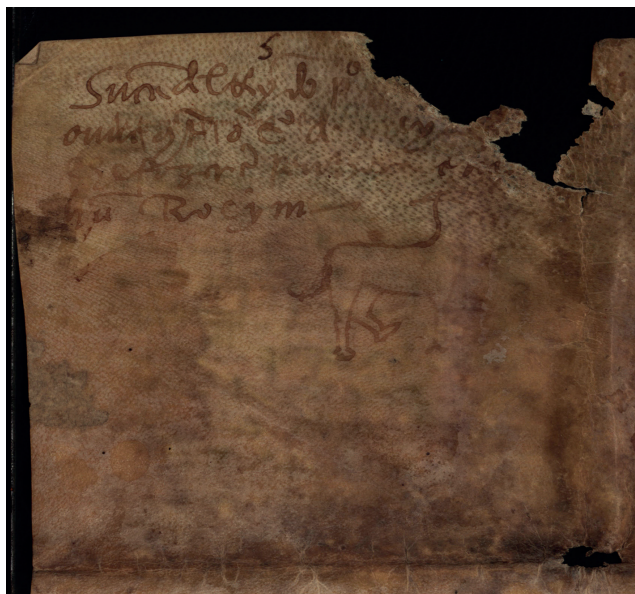


Fig. 20 – AUC, Pedroso, gav. 11-A, m. 5, n. 122

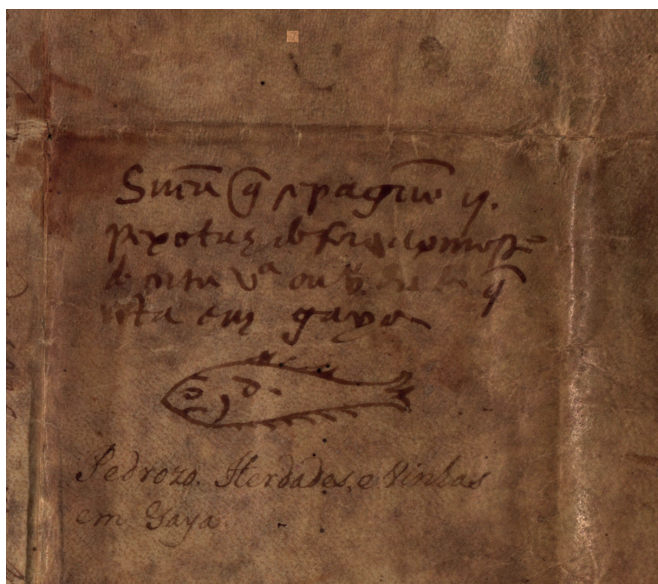


Fig. 21 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 138

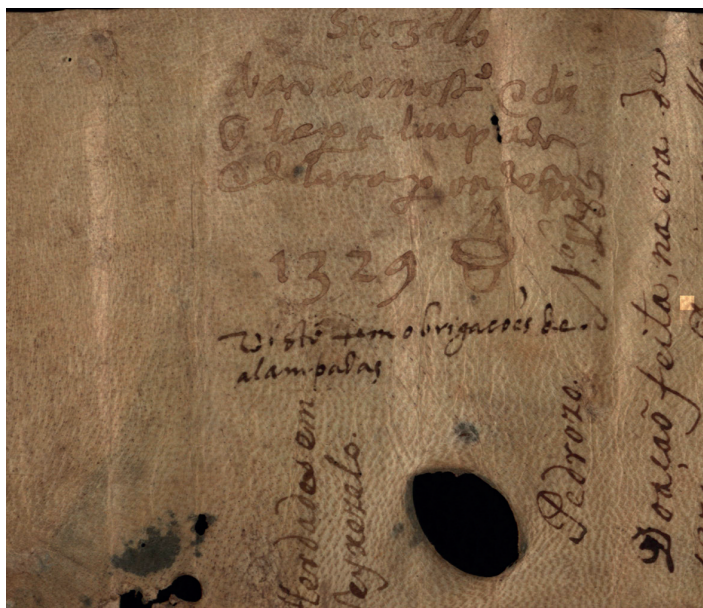


Fig. 22 – AUC, Pedroso, gav. 9-A, m. 5, n. 240

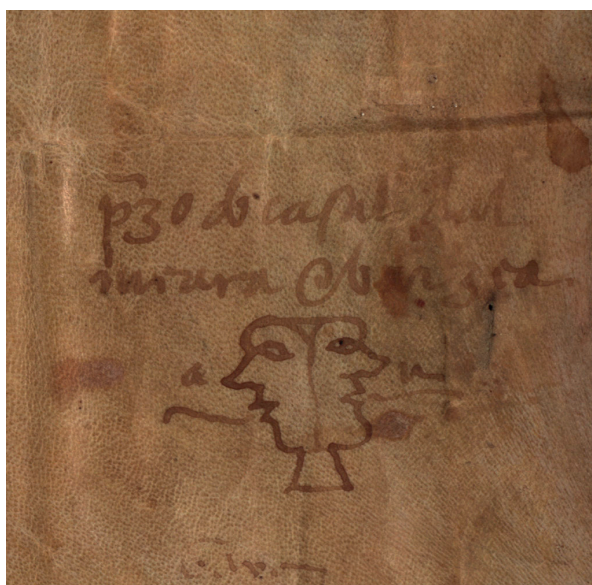


Fig. 23 - AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 97

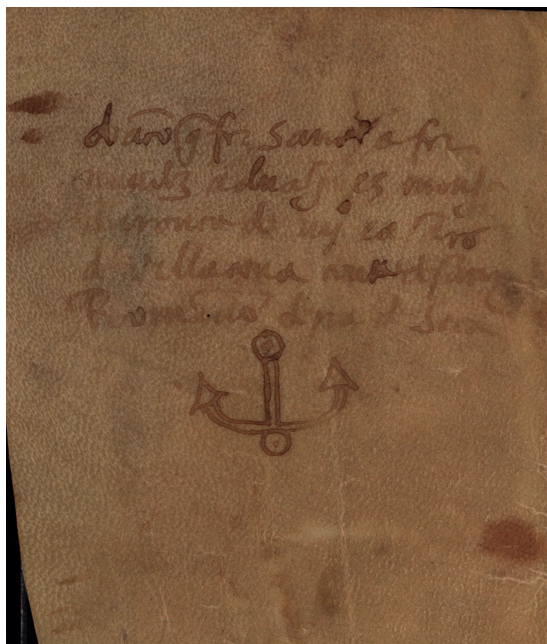


Fig. 24 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 150

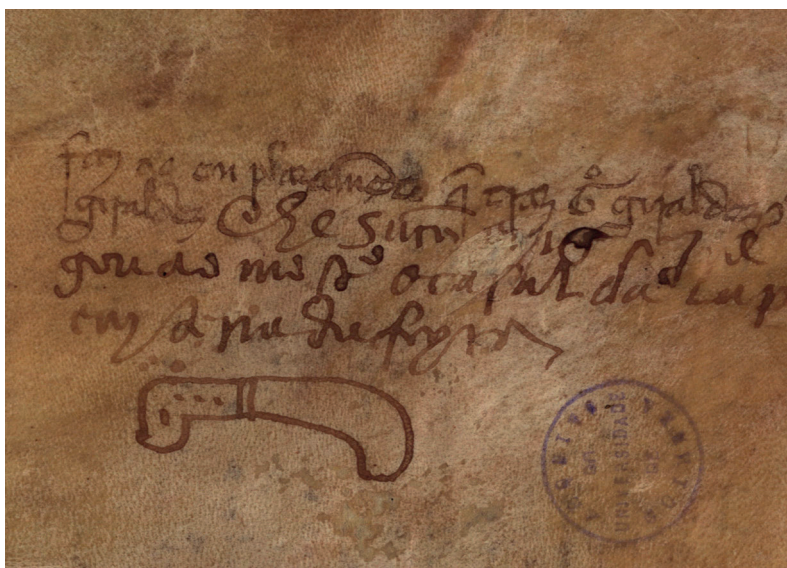


Fig. 25 – AUC, Pedroso, gav. 8 m. 2, n. 46

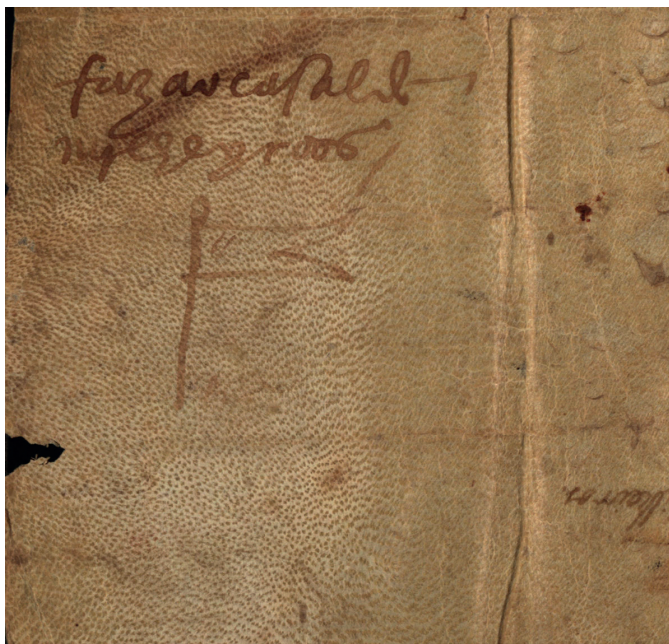


Fig. 26 – AUC, Pedroso, gav. 7, maço único, n. 12

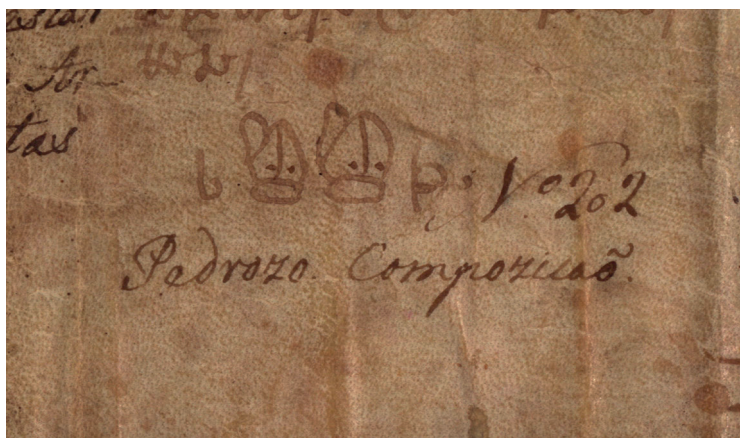


Fig. 27 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 4, n. 230

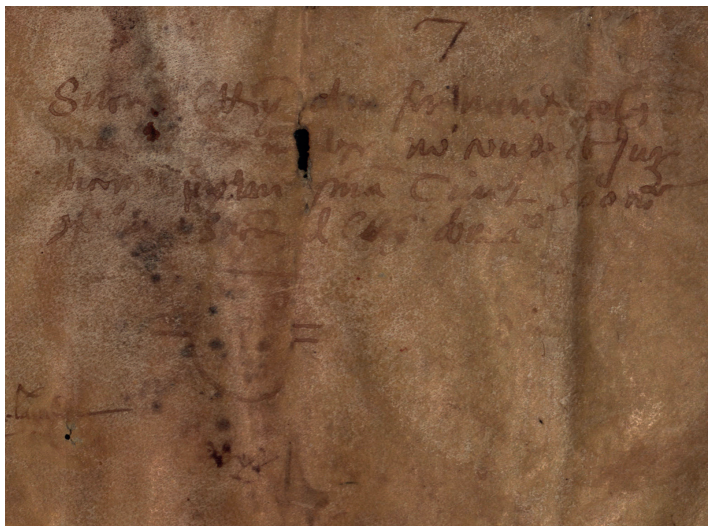


Fig. 28 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 105

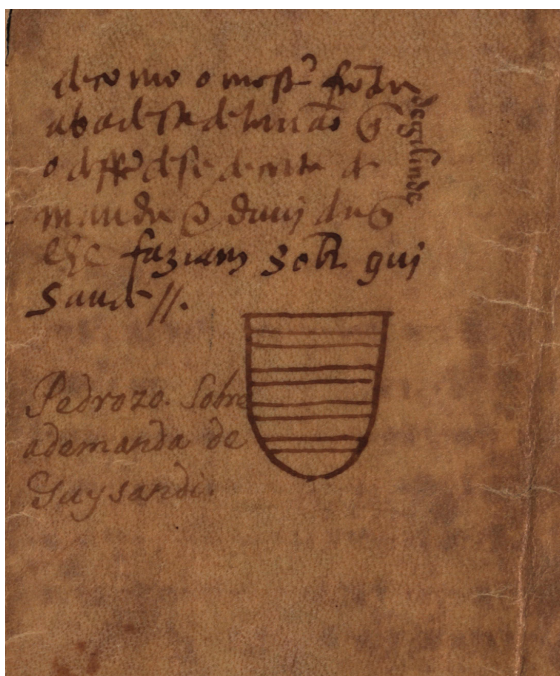


Fig. 29 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 104

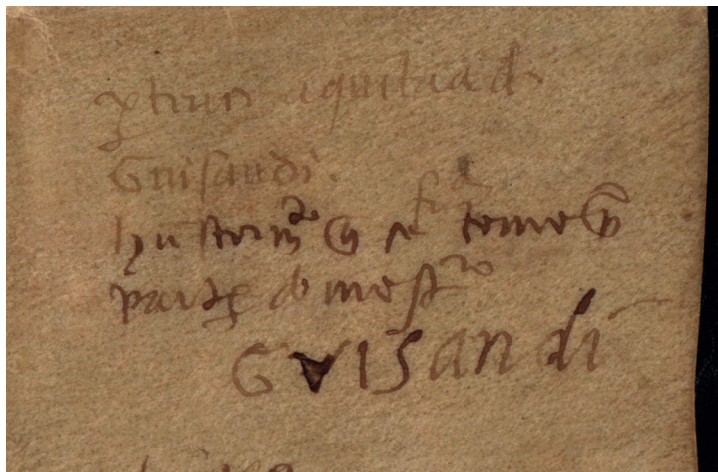


Fig. 30 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 47

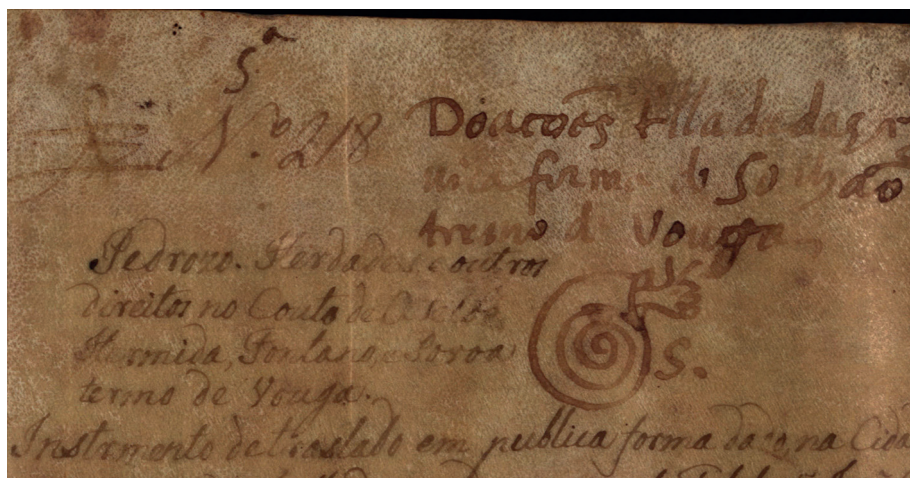


Fig. 31 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 182

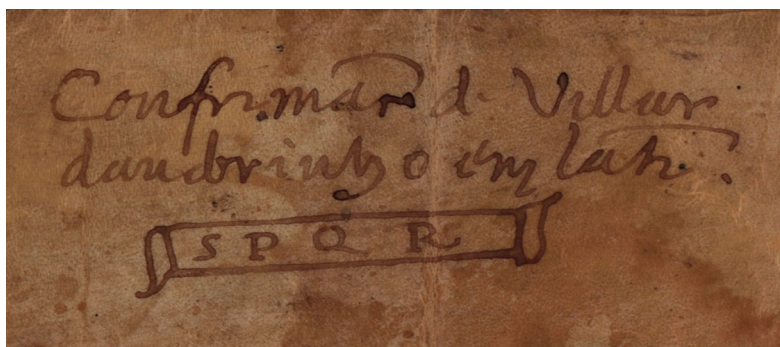


Fig. 32 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 163

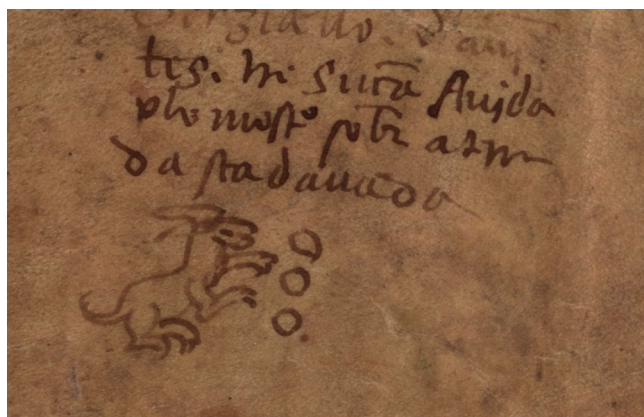


Fig. 33 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 66



Fig. 34 – AUC, Pedroso, gav. 8-A, m. 3, n. 186

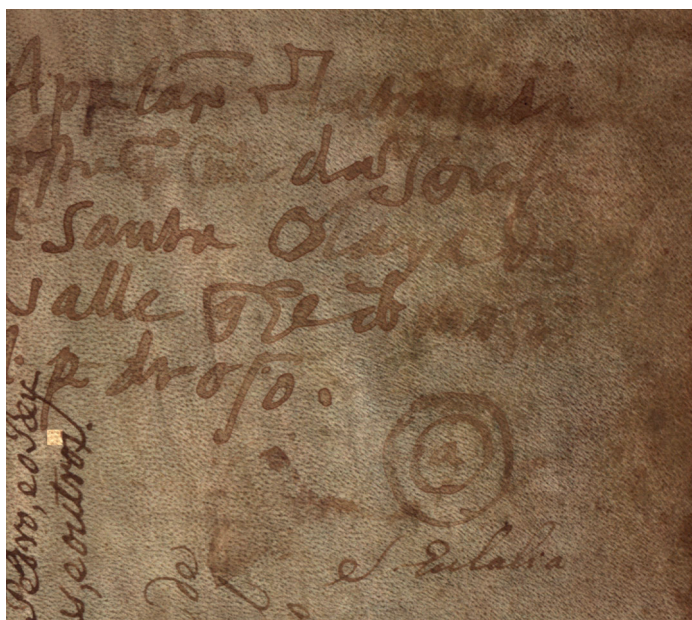


Fig. 35 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 119

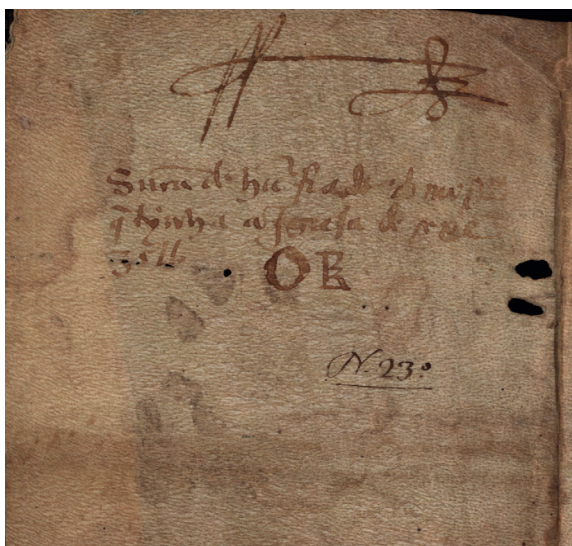
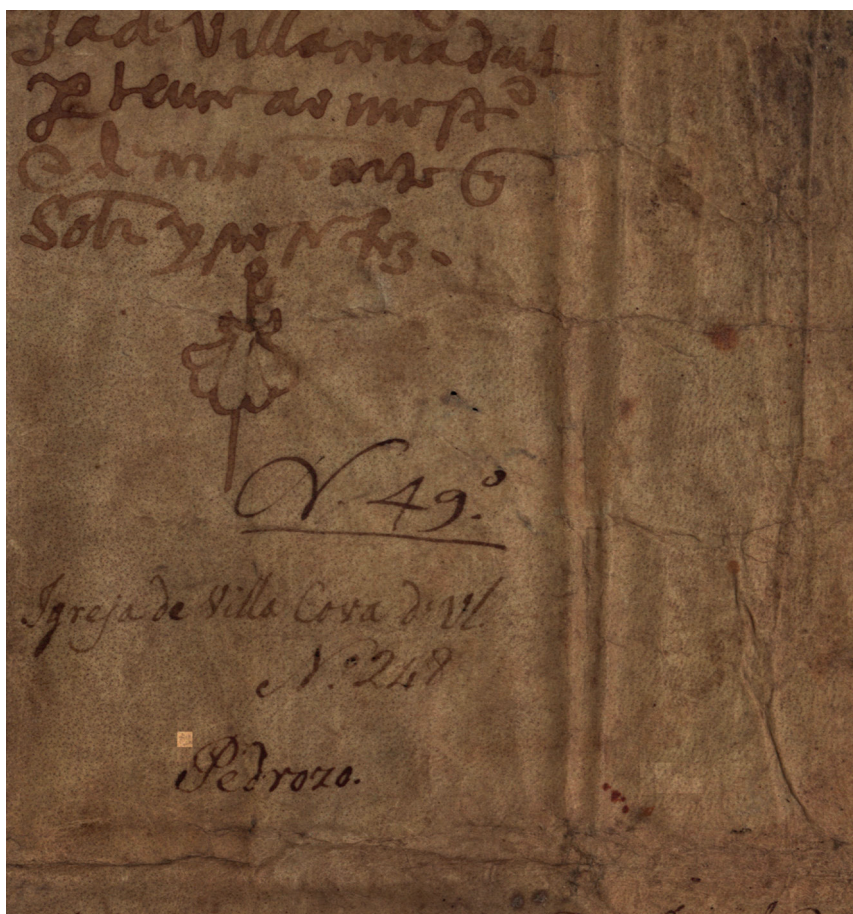


Fig. 36 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 62



Fig. 37 – AUC, Pedroso, gav. 8, m. 2, n. 86



Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística. Reflexões sobre um percurso científico e académico

Historical archivistics and family archives, between History and Archival Science. Reflections on a scientific and academic pathway

MARIA DE LURDES ROSA
Departamento de História da FCSH.NOVA
IEM- FCSH.NOVA
missi@oniduo
<https://orcid.org/0000-0002-2027-4485>

RITA SAMPAIO DA NÓVOA¹
CEPESE; IEM- FCSH.NOVA
ritasampnova@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6543-6807>

Texto recebido em / Text submitted on: 25/02/2018
Texto aprovado em / Text approved on: 20/06/2018

Resumo:

Neste artigo apresenta-se a área de estudo da Arquivística Histórica, situada na confluência da História com a Arquivística, e expõem-se as circunstâncias do seu desenvolvimento, de forma informativa, mas também reflexiva e crítica. Após uma primeira parte em que se trata do conceito que dá nome à área, descrevem-se as várias atividades que nela têm sido realizadas no âmbito do programa ARQFAM, e apresentam-se as investigações doutorais realizadas e em curso sobre arquivos de família na Europa de Antigo Regime, visando esboçar uma primeira síntese a partir delas.

Palavras-chave:

Arquivística Histórica; arquivos de família; História; Ciência Arquivística.

Abstract:

The article presents the area of study of Historical Archivistic, located at the confluence of History and Archives, and exposes the circumstances of its development, in an informative but also reflective and critical mood. After a first discussion of the concept that names the field, area, we describe the different activities that have been carried out within the scope of the program ARQFAM, and present the Ph.D. thesis completed or in progress on family archives in premodern Europe, aiming to present a first synthesis of the subject.

Keywords:

Historical archivistics; family archives; History; Archival Science.

¹ As autoras agradecem a colaboração de Maria João da Câmara Andrade e Sousa, Margarida Leme, Alice Gago, Filipa Lopes e Judit Gutiérrez de Armas.

Introdução

O objetivo deste artigo é apresentar tanto uma área de estudo situada na confluência da História com a Arquivística, como expor as circunstâncias do seu desenvolvimento concreto, num contexto académico preciso, com as suas condicionantes, problemas e oportunidades. Juntam-se propositadamente as duas esferas, uma vez que seria ingénuo pensar que se pode fazer ciência pura, e ignorar a reflexão sobre as configurações académicas da produção do saber². O percurso que aqui se apresenta é a esse respeito exemplar, antes de mais para os próprios intervenientes: nasceu de uma conceção de investigação histórica mais canónica, digamos, para se alargar em função da receção encontrada em ambientes algo inesperados – setores da sociedade civil raramente tidos em conta pelos historiadores como interlocutores válidos, e áreas disciplinares emergentes; desenvolveu-se a partir da criação de uma fileira de formação doutoral nova, cujo poder de atração comprova o interesse pela temática arquivística; consolidou-se através de uma internacionalização sustentada. Justifica-se assim uma sua “apresentação crítica”, com algum detalhe, para de seguida se exporem as principais linhas de investigação em curso.

O dossier da *Revista Portuguesa de História* sobre “As Ciências históricas hoje”, cuja atempada organização se saúda, surge como o lugar ideal para esta reflexão, que se oferece num espírito de total abertura a críticas e sugestões. A «Arquivística História» é uma área de investigação entre a História e a Ciência Arquivística que, sem se rever no paradigma das “Ciências históricas” como local disciplinar da “arquivística”, defende porém uma plena natureza científica desta – algo que, paradoxalmente, não lhe é reconhecido por escolas disciplinares que participaram na “emancipação” da “arquivística-ciência-auxiliar da História”; e que considera fundamental o diálogo com a História, em especial quanto às correntes teoricamente informadas desta, nas quais se encontram reflexões de foro epistemológico muito sólidas, que não se podem atualmente ignorar, mantendo uma visão desatualizada da relação entre aquela e Arquivística.

² Esta é cada vez mais a tendência da «viragem historiográfica» de inícios do século XXI, que defende a importância de uma consideração extensa dos fatores contextuais na historiografia, nomeadamente aspetos antes apenas timidamente evocados, como as configurações académicas, as instâncias e modalidades de financiamento científico, o impacto social ou as biografias dos autores, tendo-se produzido já uma quantidade importante de instrumentos de trabalho e de recolha de informação para tal (para o caso da historiografia medieval, ver Maria de Lurdes Rosa, *Fazer e pensar a História medieval hoje. Guia de estudo, investigação e docência*, Coimbra, IUC, 2017, 37 ss.).

1. A Arquivística Histórica: uma definição e um *work in progress*

Nas últimas décadas, foi rapidíssima a evolução do campo disciplinar e acadêmico da Arquivística. A antiga disciplina auxiliar da História é agora referida como “Ciência Arquivística” nas mais importantes universidades e centros de investigação e produção do saber em Ciências Sociais, ao mesmo tempo que a difusão social dos temas que trata ultrapassa mesmo esta área, para chegar às artes, à literatura, à filosofia. Não será aqui possível, certamente, invocar a fundo este percurso, que não foi unívoco nem reúne total consenso – setores há, por exemplo, que consideram a Arquivística uma “disciplina aplicada” da Ciência da Informação³, enquanto para muitos historiadores, ela pouco mais é do que a técnica que lhe possibilita o acesso às “fontes”⁴. Optou-se assim por brevemente caracterizar a perspectiva de que se parte, desde já dizendo que, num meio acadêmico (português) que se define sobretudo entre os dois polos acima referidos, aquela se situa no seu exterior. Alinha antes, pela definição de «Archival Science» tal como é apresentada na obra a um tempo programática e recapitulativa *Research in the archival multiverse*⁵, complementando-a com as propostas de História dos arquivos e da Informação elaboradas nos últimos anos por autores como Randolph Head, Filippo de Vivo, Markus Friedrich ou Liesbeth Corens⁶ e, por fim, revendo-se nas tentativas

³ Fernanda Ribeiro, “A Arquivística como disciplina aplicada no campo da ciência da informação”, *Perspectivas em gestão & conhecimento*, 1, n.º 1 (2011), p. 59-73; Armando M. da Silva, Fernanda Ribeiro, *Das «ciências» documentais à ciência da informação. Ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*, Porto, Ed. Afrontamento, 2008, p. 79.

⁴ Sobre a relação dos historiadores com os arquivos, há hoje em dia uma literatura diversificada, em geral vinda de arquivistas ou de especialistas em literacia informacional (v.g. para uma e outra: um clássico, o grande defensor do “metodo storico”, porém sempre claro em relação à ignorância dos historiadores sobre os arquivos – Elio Lodolini, “The war of independence of archivists”, *Archivaria*, 28 (1989), 36-47; e entre os estudos de Literacia Informacional: Hea Lim Rhee, “Modelling historians’ information-seeking behaviour with an interdisciplinary and comparative approach”. *Information research*, 17 (2012); alguns historiadores têm-se dedicado à reflexão da sua relação com o arquivo, e citá-los como exemplares três números especializados de revistas históricas conceituadas – “Fabrique des archives, fabrique de l’Histoire”, *Revue de Synthèse*, 125 (2004); o dossier “L’historien et «ses» «sources»” em *Hypothèses*, 2003/1 (2004); e o dossier “Archives” de *Écrire l’Histoire*, 13-14 (2014) – que reúnem também importantes contribuições de arquivistas).

⁵ Anne Gilliland (et al.) (eds.), *Research in the Archival Multiverse*, Melbourne, Monash University Publishing, 2016; veja-se em especial Eric Ketelaar, “Archival turn and returns”, p. 228-268.

⁶ Cfr. a nossa apreciação do campo historiográfico em M^a de Lurdes Rosa, “Reconstruindo a produção, documentalização e conservação da informação social prémoderna. Perspectivas teóricas e proposta de percurso de investigação”, *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 30 (2017), p. 547-586.

de “fazer ponte” sobre o “archival divide”, essa situação de não colaboração entre arquivistas e historiadores, quanto ao “processamento do Passado”⁷, a que se chegou em função do extremar de posições na luta académica. Considera-se porém importante não esquecer as propostas que trouxeram o conceito de “informação” para o âmbito das Ciências Sociais, para a Ciência Arquivística e para a História. Provenientes de vários quadrantes, e combinadas com a “nova epistemologia das fontes” teorizada por historiadores como E. Anheim, elas permitem, entre outras coisas, pensar num momento prévio à “documentalização”, enriquecendo a relação do historiador com os seus materiais⁸. Por fim, sendo um campo desenvolvido à medida que se aprofunda a investigação empírica, seja em teses, seja em projetos de investigação, a Arquivística Histórica que ora apresenta, é um *work in progress*, que só pode beneficiar da possibilidade de se expôr à crítica e à reflexão científicas.

Oferecendo uma definição – mesmo que aceitando a sua provisoriedade –, chamou-se “Arquivística Histórica” à perspetiva que, a partir dos contributos enunciados, visa estudar a produção informacional das instituições e a sua transformação em documentos e arquivos, na História, tendo em conta a produção de informação social em contexto, a sua “documentalização”, e as múltiplas faces que os “arquivos” podiam ter (usando por exemplo o conceito de “práticas arquivísticas”). Esta investigação é feita não apenas com os arquivos existentes, mas complementa-os com informações reunidas em fontes diversas sobre aqueles aspetos; caracteriza historicamente as instituições e constrói modelos de cariz orgânico para o tratamento da documentação existente; analisa a forma como arquivavam e usavam a informação arquivada, conferindo-lhe importância social; contextualiza estas práticas e interpreta o seu significado; segue todo o percurso da informação e procura compreender as mutações a que o tempo a sujeitou; enfim, almeja responder a questões historiográficas mais amplas.

A formulação desta área disciplinar nasceu de uma investigação histórica bastante tradicional, que se pode dizer ter sido ultrapassada tanto pela realidade, como pelo contacto com a investigação internacional multidisciplinar. Este processo, longe porém de constituir um problema, trouxe quanto a nós os melhores resultados, pois conduziu a uma reconfiguração quase total do objeto de estudo, ao conhecimento de propostas teóricas inovadoras, e a um notável

⁷ Jogamos aqui com o título, e as ideias, de um dos livros centrais nesta temática: Francis Blouin, William Rosenberg, *Processing the Past. Contesting authority in History and the archives*, Oxford, OUP, 2011.

⁸ Para a caracterização desta tendência historiográfica, cfr. Maria de Lurdes Rosa, “Reconstruindo a produção...”, p. 551-556.

alargamento de contactos científicos. Dado que a investigação de partida acima referida dizia respeito aos arquivos de família do Portugal de Antigo Regime e este tema continua a constituir a vertente mais alargada e aprofundada do trabalho em curso, será a ela que nos referiremos sobretudo neste artigo⁹.

2. Um campo de investigação, formação e difusão cultural (2008-2018): os arquivos de família na sociedade pré-moderna¹⁰

2.1. Percursos

Uma reflexão sobre as reuniões científicas: importância, perigos e racionalização

Abrir com a importância das reuniões científicas é algo que nos obriga a uma declaração prévia de princípios. Consideramos fundamental a reflexão, enquanto cientistas e historiadores, sobre a utilidade e objetivos dos eventos científicos, hoje em dia em quantidade tão elevada que se torna impossível frequentar a maioria, e que leva, por outro lado, tanto à prática da “repetição” de comunicações por cientistas “sempre em trânsito”, como à realidade ingrata, de tantos conhecida, das salas vazias. Já no dealbar do século XXI a crítica mordaz de Alain Guerreau apontava este como um dos problemas centrais de meios académicos pseudo-cosmopolitas¹¹. Qual a utilidade social das reuniões científicas e qual a sua relação com um ritmo bem diverso delas, o da produção de ciência e o da formação de investigadores, onde se situa, quanto a nós, o mais importante motor de tudo o resto?

⁹ No âmbito do Doutoramento em História, área de Arquivística Histórica, do Departamento de História da NOVA FCSH, a que nos reportamos quanto à formação aprofundada, para além das teses sobre arquivos de família, há outras teses em curso, sobre arquivos de instituições de Antigo Regime e Estado liberal; sobre instituições religiosas; e sobre arquivos pessoais.

¹⁰ O presente artigo, ao focar-se na apresentação crítica do trabalho desenvolvido na FCSH, não se constituiu como um ponto da situação quanto aos arquivos de família em Portugal. Dito isto, cumpre afirmar sem equívoco que não se pretende olvidar o anteriormente feito, ou em curso, em distintos enquadramentos, sobre arquivos de família. Boa parte deste trabalho mais vasto inspirou e inspira diretamente o nosso percurso, e a colaboração com outras universidades e diferentes instituições de arquivo tem sido o caminho seguido. Para uma apresentação e balanço dos vários polos de desenvolvimento desta temática veja-se Abel Rodrigues, “Os arquivos pessoais e familiares em Portugal: uma reflexão crítica dos últimos vinte anos”, In *Actas do I Encontro da Fundación Olga Gallego: Arquivos Privados de Pessoas e Familias. Unha ollada á Fundación Penzol*, Galiza, Fundación Olga Gallego, 2018, p. 31-50.

¹¹ Alain Guerreau, *L’avenir d’un passé incertain. Quelle histoire du Moyen-Âge au XXI^e siècle*, Paris, Seuil, 2001, p. 291 ss..

Se se começa por aqui, é porque foi na realização de um conjunto de reuniões científicas que residiu a génese do alargamento do projeto inicial, e porque nelas se aprenderam algumas coisas essenciais quanto ao sentido daquelas. Em primeiro lugar, é preciso ir modificando a escala, não insistindo, sobretudo, em repetir grandes eventos com “call” alargado, onde o número de participantes e a multiplicidade temática dificulte ou mesmo impeça uma discussão científica séria; depois, planificar uma sequência plurianual com fins estratégicos; por fim, deixar lastro, o que quer dizer sobretudo publicar, mesmo se parcialmente.

As primeiras conferências que se organizaram em torno da temática dos arquivos de família datam de 2008 e revelaram, desde logo, uma das principais características dos esforços de investigação, divulgação e sensibilização que procuramos desde então desenvolver em torno dos arquivos de família. Referimo-nos à importância de promover e inserir-se no diálogo entre os historiadores e arquivistas e os proprietários de acervos familiares¹². O mesmo princípio esteve patente na participação no congresso “Casa Nobre: um património para o futuro”, na sua edição de 2008 (com continuidade em edições posteriores)¹³, bem como na inclusão de historiadores e arquivistas que haviam tratado o tema dos arquivos de família até então, nas reuniões organizadas. Este diálogo encontrou um ponto alto em 2010 com o colóquio internacional “Arquivos de família, séculos XIII-XIX: que presente, que futuro?” e com a publicação das respetivas atas. As suas cinco secções viriam a traduzir os principais focos de ação nos anos subsequentes: repensar a relação entre a História e a Arquivística; dar voz aos atuais proprietários; fazer história com este tipo de arquivos, fazendo ao mesmo tempo a história dos mesmos; e garantir a salvaguarda e a difusão destes conjuntos documentais. No ano seguinte estas ideias concretizaram-se num estudo de caso particular explorado no colóquio internacional “D. Álvaro da Costa e a sua descendência, sécs. XV-XVII: poder, arte e devoção”, que decorreu em Lisboa e em Évora.

Destas reflexões, focadas especificamente em arquivos de família, avançou-se para debates mais abrangentes que começaram a absorver princípios teóricos e práticos da Arquivística e da Ciência da Informação, sobretudo no que diz respeito ao tratamento, descrição e classificação dos arquivos. Em 2012 foi organizado o seminário internacional “História dos arquivos e da informação: um campo de investigação», e, em 2013, um encontro de formação sobre a

¹² De modo a agilizar o artigo, remetemos, para todas as informações sobre realizações concretas e sobre edições, para o site do programa «Arquivos de família, arquivos de comunidade(s): arquivística, história, herança cultural» – <http://fcsn.unl.pt/arqfam/>.

¹³ Informações sobre o Congresso nas suas várias edições, e disponibilização *online* das atas das edições 3 a 5, em: <https://sites.google.com/site/casanobrecongresso/>.

ferramenta *Access to Memory* (AtoM), uma aplicação de código aberto que funciona em ambiente web e que se destina à descrição normalizada de arquivos definitivos. Ambos os encontros fortaleceram os laços com a comunidade dos arquivistas e dos informáticos com ela relacionados, e vieram a dar importantes frutos, entre os quais se destaca a utilização do AtoM, tanto no projeto INVENT. ARQ, como nas teses de doutoramento em Arquivística Histórica¹⁴.

A partir de 2013, e com especial intensidade em 2014/15, as reuniões científicas deram novo passo no sentido da especialização, da formação de doutorandos e da internacionalização. Tal deveu-se a três circunstâncias específicas: o convite para inserção num programa de formação doutoral internacional, em função do trabalho realizado até então, e no quadro emergente do estabelecimento de relações diretas entre a *Casa de Velázquez – École des Hautes Études Hispaniques et Ibériques* e as universidades portuguesas, por iniciativa daquela instituição; a aprovação de um projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT); e a realização de uma *fellowship* sobre a temática histórica da investigação em Arquivos de família, por parte da coordenadora do trabalho, Maria de Lurdes Rosa. A maior inserção no circuito académico daqui decorrente obrigou – oportunamente – a uma mudança de ritmo. Dos eventos alargados passou-se, com uma rapidez que se veio a revelar muito positiva, para reuniões mais focadas, restritas e exigentes, para os membros das equipas. Destacá-íamos, desde logo, a aprendizagem possibilitada pela inserção no programa ARCHIFAM, pois este, como os restantes programas de investigação da *Casa de Velázquez*, consagra recursos e tempo à formação dos membros das equipas. Enfim, a internacionalização proporcionada pelos três conjuntos de atividades foi um fator de grande avanço na investigação. Em todos eles se realizaram apresentações das teses em andamento e da área de investigação, em sedes académicas estrangeiras de prestígio, contribuindo para uma melhoria da equipa e para a difusão da ciência e património portugueses. Para além do reforço do contacto com diferentes países europeus, foi muito relevante a inserção na academia americana, nomeadamente através da realização do seminário internacional “Noble houses and their archives in comparative perspective (Portugal, Spain, France),

¹⁴ A partir destes encontros, o AtoM começou a ser usado em vários projetos das entidades que a eles estiveram ligadas, tendo o programa de investigação em arquivos de família beneficiado muito da rede assim criada. Cf., para o CEHR da UCP, Papir, <http://portal.cehr.ft.lisboa.ucp.pt/arquivos/index.php/>; para o ICS, o Arquivo de História Social (<http://www.ahsocial.ics.ulisboa.pt/atom/index.php>); para a FCSH, os projetos sobre a Livraria Romano Torres (<http://fcs.unl.pt/chc/romanotorres/>), o Arquivo da Igreja de N. Senhora do Loreto (<http://www.fcsh.unl.pt/arquivoloreto/gestadmin.html>); o Arquivo Digital do Comércio de Lisboa (1870-1974) (<http://arquivodigitalcomercio.fcsh.unl.pt/>).

14th-19th centuries”, no *Institute for Advanced Study*, em Princeton (novembro de 2015), no qual foram apresentadas duas das dissertações então em curso. O seminário, que contou com o patrocínio das unidades de investigação IEM e CHAM da FCSH, bem como da Fundação Gulbenkian, reuniu um conjunto de investigadores oriundos de diversos países e foi uma ocasião de intenso debate entre historiadores, arquivistas, e “arquivistas históricos”.

Após a enorme abertura possibilitada por estes enquadramentos, e ficando ela consolidada sobretudo através das publicações e das teses de doutoramento em curso, a equipa optou, a partir de 2016/2017, pelo regresso à relação com o público alargado, com os proprietários de arquivos de família, e com o meio académico mais próximo. Tal alteração de foco e escala teve como objetivo garantir a permanência do contacto com os diferentes meios interessados, ao mesmo tempo que se partilha o que se aprendeu noutras sedes. Aquele ano letivo foi assim marcado por dois ciclos de seminários, que trouxeram novos contributos para o percurso de investigação em curso. O primeiro desses ciclos, nomeado “Arquivos e História: estado(s) da(s) arte(s)”, foi celebrado no Arquivo Nacional Torre do Tombo e teve como objetivo proporcionar o conhecimento mútuo da investigação em História e em Arquivística, bem como do trabalho de índole mais prática realizado neste último campo sob a égide da DGLAB, nas funções que lhe cabem de órgão regulador da política arquivística nacional¹⁵. Caracterizou-se também pela aproximação a uma temática mais ampla de grande interesse para o estudo dos arquivos de família, nomeadamente os arquivos de comunidades, tendo sido apresentado neste ciclo o trabalho de duas instituições, o *Community Archives and Heritage Group*¹⁶, sedado no Reino Unido, e o ICARUS – *International Centre for Archival Research*¹⁷, uma associação que reúne vários grupos de diversas nacionalidades. O segundo ciclo, com o título “Arquivos de família & Investigação em História”, focou-se especificamente nos arquivos de família e nas potencialidades e desafios que estes representam para a escrita da História do Antigo Regime, tendo sido apresentados vários exemplos de estudos conduzidos a partir de arquivos de família¹⁸.

Em 2018 tornou-se possível o regresso à internacionalização dos encontros, com a realização, em Tenerife (Canárias, Espanha), do colóquio internacional

15 Realizado de Setembro de 2016 a junho de 2017, distribuiu-se por 9 sessões, com um total de 33 comunicações.

¹⁶ <http://www.communityarchives.org.uk/>.

¹⁷ <http://icar-us.eu/en/>.

¹⁸ Do encontro resultará um livro, a publicar em 2019, intitulado *Recovered voices, newfound questions. Family archives and historical research (15th-20th centuries)*.

“Património cultural e arquivos de família nos arquipélagos da Macaronésia”¹⁹. Este evento incidiu sobre estudos de caso relativos aos arquipélagos dos Açores, Madeira, Canárias e Cabo Verde, num esforço comparativo que, como veremos de seguida, tem oferecido importantes contributos para o conhecimento dos arquivos de família dentro e fora da Europa. A sua realização, é importante dizê-lo para apreciação do mesmo, enquadra-se na estratégia de colaboração universitária, que engloba uma cotutela de doutoramento e a participação em várias atividades de cada um dos parceiros, desde 2016. O modelo, proposto pelos colegas da *Universidad de La Laguna* (Tenerife), com coordenação de Juan Ramon Núñez Pestano, alia uma experiência prévia de levantamento dos arquivos de família nas Canárias – que assim se tenta relançar – com um enfoque cientificamente construído sobre um espaço que tem sentido interrogar em conjunto, para o melhor conhecimento da história social dos arquivos.

As fileiras de formação avançada...

As iniciativas de formação avançada ancoraram-se, desde logo, na realização de dissertações de Mestrado e Doutoramento especificamente direcionadas para o estudo dos arquivos de família. Neste âmbito, foi criada, em 2010, uma área de especialização do Doutoramento em História na Faculdade de Ciências Sociais e Humanas dedicada à Arquivística Histórica, onde posteriormente se enquadraram outras teses que não incidiam sobre acervos familiares, mas seguiam os princípios teóricos e metodológicos da disciplina. No que toca aos arquivos de família, conta-se atualmente com uma tese de Mestrado²⁰ e duas teses de Doutoramento concluídas²¹, e quatro teses de Doutoramento em curso até 2020²². Quatro destes projetos foram financiados com bolsas de Doutoramento individuais atribuídas pela FCT e três deles foram construídos em regime de cotutela com universidades estrangeiras e sob a coorientação de especialistas internacionais. A este leque junta-se ainda um projeto de

¹⁹ <http://www.congresoarchivosmacaronesia.com/>.

²⁰ Patrícia Marques, *O Arquivo Castro/Nova Goa: construção de catálogo. A aplicação do Modelo Sistémico* (2014). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/26855>.

²¹ Rita Sampaio da Nóvoa, *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI* (2016). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/19004>; Maria João da Câmara Andrade e Sousa, *O Arquivo da casa de Belmonte séculos XV-XIX: Identidade, gestão e poder* (2017). Disponível em <https://run.unl.pt/handle/10362/26855>.

²² Margarida Leme, Alice Borges Gago, Judit Gutiérrez de Armas e Filipa Lopes.

pós-doutoramento igualmente financiado pela FCT²³. Dado que têm sido sempre trans-epocais, por referência às periodizações académicas tradicionais, as teses têm sido enquadradas por diferentes centros de investigação em História da FCSH, e orientadas em cotutela. Consegue-se assim de algum modo curto-circuitar a compartimentalização epocal que, neste objeto de estudo (como em muitos outros), é prejudicial à compreensão dos processos históricos²⁴.

Complementar à realização das teses tem sido a inserção das doutorandas em instâncias internacionais de formação e de apresentação de trabalhos com significativo grau de exigência. Entre outros exemplos, destacam-se o atelier doutoral da *Casa de Velázquez*, em 2014, a participação no seminário realizado em Princeton, em 2015, e a International Summer School “The New History of Archives. Early modern Europe and beyond” tutelada pela *Marbach Weimar Wolfenbüttel Research Association* (Wolfenbüttel, Alemanha) (em 2017). Nestes locais tem sido possível confrontar os diversos estilos de investigação das diferentes academias e ganhar habituação à exposição pública de ideias noutras línguas e em ambientes de crítica científica. Como é sobejamente conhecido, a realização de cotutelas é uma das formas mais simples de alcançar estes objetivos, e a experiência que temos vindo a relatar mostra bem as potencialidades de uma prática que as universidades portuguesas deviam encorajar sistematicamente, como uma forma de internacionalização bem mais sólida e de longo alcance que o circuito dos colóquios. Além de proporcionar uma melhor formação aos doutorandos, traz a possibilidade de troca de experiências de lecionação aos docentes, que podem ser potenciadas, entre outras coisas, por financiamentos científicos específicos de incentivo a estas ações. Neste âmbito, em março de 2018 decorreu uma estadia de lecionação na *École Nationale des Chartes* (Paris, França), por parte de Maria de Lurdes Rosa; a sua replicação é uma das fileiras em que se tenciona investir de futuro.

²³ Rita Sampaio da Nóvoa, *Do senhorio à Casa: estruturas institucionais de configuração do corpo familiar, sécs. XIV-XVII. Percursos jurídico-legais, histórico-arquivísticos e historiográficos* (2017); sedado no CEPESE, com orientação de José A. Sottomayor Pizarro, continua ligado ao Programa ARΦFAM pela coorientação de M^a de Lurdes Rosa. Rita Sampaio da Nóvoa continua a colaborar em outras atividades do ARΦFAM, como seja o “Projecto Castelo Melhor”.

²⁴ Teses no IEM: Rita Sampaio da Nóvoa, Alice Gago, Judit Gutiérrez de Armas (co-tutela na ULL para História moderna); teses IEM/ CHAM: Margarida Leme, Filipa Lopes; tese CHAM: M^a João Andrade e Sousa. Com o IHC estão a ser realizadas diferentes teses em arquivos do século XIX/XX, não relativos a arquivos de família.

... e o despertar interesse pela investigação nos alunos de licenciatura

Não menos importante do que fomentar a formação avançada, é criar o caminho para que ela possa manter-se, pelo menos do ponto de vista do interesse dos jovens investigadores. A partir de 2016, conseguiu-se levar a cabo uma experiência muito interessante e, mais uma vez, com resultados inesperadamente positivos, com os alunos da licenciatura em História (ingressados na FCSH no ano letivo de 2015/2016). Sob a orientação de Rita Sampaio da Nôvoa e juntando mais uma vez proprietários privados e novas tecnologias, realizou-se o “Projeto Lapa”, que teve como propósito estudar e descrever um dos inventários do arquivo da Casa da Lapa, o designado *Índex Geral*, produzido entre finais do século XVIII e inícios do século XX²⁵. Após a digitalização integral dos quatro volumes, custeada pelo proprietário e pelo projeto INVENT.ARQ, as imagens foram colocadas numa pasta do Programa “Dropbox”, partilhada pelos treze alunos do grupo²⁶. Ao longo de quase dois anos, num trabalho de *crowd-based archival description*, um pouco caseiro mas eficaz, orientado em reuniões mensais com a coordenadora, os alunos foram passando para uma folha de cálculo, todas as entradas do inventário, correspondentes a um total de c. 2300 documentos. Este documento será disponibilizado em linha no site do projeto INVENT.ARQ, em conexão com o inventário; e procedeu-se à apresentação pública da investigação, pelos alunos, em duas ocasiões – a primeira no encontro “Arquivos de Família & Investigação em História” (outubro de 2017), a qual dará lugar à publicação de um artigo conjunto, e a segunda numa sessão académica organizada pelo Instituto Português de Heráldica, em dezembro do mesmo ano. Em ambas as ocasiões esteve presente o proprietário do inventário, que não só tornou o projeto possível ao assegurar a digitalização do documento e a sua consulta em linha ao coletivo dos estudantes, como contribuiu para o conhecimento do inventário ao partilhar as suas próprias investigações.

²⁵ O inventário está em posse privada, tendo sido cedido, para este e outros fins, pelo seu proprietário, Luís da Costa de Sousa de Macedo, a quem se deixa penhorado agradecimento. Sobre ele ver Luís Henriques e M^a de Lurdes Rosa, «O Arquivo da Casa da Lapa (1804-1832) e os seus inventários: gestão dos bens e memória dos antepassados», *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 26 (2016), p. 89-132, e a ficha em M^a de Lurdes Rosa, Randolph C. Head (eds.), *Rethinking the archive in pre-modern Europe: family archives and their inventories from the 15th to the 19th centuries*, Lisboa, IEM, 2015 (<http://iem.fcsh.unl.pt/ebooks/estudos13/index.html#142/z>). As digitalizações e a listagem resultante do projeto serão disponibilizadas online em 2018, no site do projeto INVENT.ARQ, onde o inventário se encontra descrito – <http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/>.

²⁶ Baltasar Branco, Serafim Carvalho, Francisco Cabral, Gislane Costa, Fábio Duarte, Sebastião Gaiolas, Gabriela Galveia, José Mafra, Raquel Novais, Patrícia Pimenta, Pedro Reis, Sara Ribeiro, Ana Margarida Santos.

O sucesso deste projeto levou a que o mesmo modelo fosse reproduzido em 2018, para o estudo e descrição de um conjunto de inventários da Casa de Castelo Melhor, datados do século XIX, e cuja digitalização foi também custeada e disponibilizada pelo seu proprietário²⁷. Tal como o anterior, os inventários Castelo Melhor contêm milhares de documentos descritos e datados; salvo raras exceções, os documentos desapareceram totalmente e apenas assim se torna possível conhecê-los. A circunstância de um dos volumes do inventário dizer respeito a propriedades na Madeira, oriundas da Casa da Calheta, levou a equipa a propor uma comunicação ao já referido congresso sobre as ilhas da Macaronésia, que foi redigida e apresentada em conjunto com o grupo de alunos que se ofereceu para esta tarefa específica²⁸.

Os benefícios deste tipo de abordagem são, quanto a nós, de grande relevância: o estudo e a descrição destes inventários oferece aos alunos uma oportunidade de aprendizagem singular no seu nível de formação, sensibilizando-os para a riqueza dos arquivos de família e eventualmente promovendo futuras especializações no tema em formações avançadas; o próprio arquivo e a documentação produzida pelas famílias são valorizados com a disponibilização gratuita das descrições e com a divulgação pública dos resultados das investigações; e, por fim, é reforçado o diálogo entre as universidades e os proprietários de arquivos de família, parte ativa na execução destes projetos.

A importância dos programas e projetos de investigação

A par da formação avançada e das reuniões científicas, os programas/projetos de investigação constituíram uma terceira componente de grande relevância no programa de estudo sobre os arquivos de família. Permitiram não só reforçar a internacionalização da investigação através do contacto com diversas universidades e instituições além-fronteiras, mas também tecer leituras comparativas entre diferentes contextos em Portugal e no estrangeiro. Em adição, ofereceram a possibilidade de reforçar o diálogo entre a Universidade e os proprietários de arquivos de família, explorando novas vias de estudo e valorização deste património documental.

²⁷ Luís Vasconcelos e Sousa, a quem se agradece a sua prolongada colaboração com o ARQFAM, tendo nomeadamente disponibilizado o Arquivo dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, na sua posse privada, para a realização do doutoramento de Filipa Lopes. A orientação do projeto cabe a Maria de Lurdes Rosa.

²⁸ Serafim Cabral, Fábio Duarte, Gabriela Galveia, Raquel Novais, Pedro Reis, Sara Ribeiro.

Neste quadro, o primeiro projeto que merece referência, executado entre 2013 e 2015, foi o já mencionado “ARCHIFAM - Arquivos de família na Península Ibérica (finais do século XIII – início do século XVII)”²⁹. Como referimos, tratou-se mais propriamente de um “programa de investigação”, isto é, uma “incubadora” de projetos de investigação, propiciando a formação de doutorandos, o desenvolvimento de laços de investigação entre grupos científicos, e a reflexão sobre o tema escolhido, com ajuda de especialistas convidados. Sob a coordenação científica de Véronique Lamazou-Duplan, o programa ARCHIFAM pretendeu, em essência, estudar o processo de transformação dos documentos em arquivos, tornando evidentes as relações que se estabelecem entre as famílias e os seus arquivos. Entre outros aspetos, demonstrou a complexidade dessas relações, vigentes tanto na génese dos núcleos documentais como ao longo de todo o seu percurso de conservação, e a importância do papel desempenhado pelos acervos na formação, consolidação e sobrevivência dos grupos familiares aristocráticos, mercantis e camponeses. Nesse sentido, acabou por relevar os benefícios da escrita de uma história das famílias ancorada não em arquivos dispersos produzidos por instituições ou entidades terceiras, mas na própria produção documental dos grupos familiares. Para além de diversas reuniões científicas e de um atelier doutoral, o programa ARCHIFAM resultou na edição de uma obra conjunta que será publicada em breve pela *Casa de Velázquez*. E é justo dizer que a sua função de fundo de propiciar projetos está em curso, com influência duradoura. Entre outros, se bem que reunisse sinergias diferentes e trabalho anterior, o projeto de que falaremos a seguir beneficiou, sem dúvida, em múltiplos aspetos, do enquadramento de parte da equipa no ARCHIFAM, tendo por seu lado integrado alguns membros deste programa.

Sob a forma de projeto de investigação propriamente dito, a área de estudo em apreço desenvolveu, entre 2014 e 2015, o “INVENT.ARQ – Inventários de arquivos de família, sécs. XV-XIX: de gestão e prova a memórias perdidas. Repensando o arquivo pré-moderno”, sob a coordenação científica de Maria de Lurdes Rosa e financiamento FCT. Reunindo uma equipa internacional de investigadores, o projeto visou contribuir para um melhor conhecimento do arquivo na Europa pré-moderna. Para tal, concentrou-se na contextualização e na descrição de um conjunto de inventários de arquivos de famílias nobres, analisados a partir de um olhar interdisciplinar que combinou as perspetivas da História, da Antropologia Histórica e da Arquivística. Para além de reforçar a ideia de que os inventários devem constituir objetos de investigação histórica

²⁹ <https://www.casadevelazquez.org/pt/investigacao/programas-cientificos-ehehi/anciens-programmes/archifam/archifam/apresentacao-geral/>.

e arquivística em si mesmos, não se reduzindo, apenas, a meros instrumentos de recuperação de informação, este projeto demonstrou claramente a grande complexidade destes documentos e dos contextos que justificaram a sua produção no decorrer dos percursos sociais das famílias. A par de várias reuniões científicas e da realização final de uma mostra documental com inventários antigos provenientes de diferentes arquivos públicos e privados, o projeto INVENT.ARQ teve como resultados a disponibilização em linha e em *open source* das descrições dos inventários, utilizando a ferramenta AtoM³⁰, e a publicação de um catálogo em inglês, igualmente de acesso gratuito em linha, que inclui também estudos realizados pela equipa de investigação³¹. Tanto o ARCHIFAM como o INVENT.ARQ estiveram sedeados nas unidades de investigação em História da FCSH, sempre no IEM e, com alguma variação devido à especificidade epocal, no CHAM e no IHC. O apoio destas unidades foi evidentemente importante, tal como o trabalho realizado contribuiu para a produção científica das mesmas.

O terceiro projeto, na verdade uma *research proposal* segundo o modelo americano, com estadia / *fellowship* em instituição de investigação, decorreu em 2015, com a concretização de um projeto individual de Maria de Lurdes Rosa durante uma *membership* semestral na *School of Historical Studies* do *Institute for Advanced Study* (Princeton, EUA). O projeto, intitulado “Reconstructing noble family archives, remaking family histories (Medieval and Early Modern Portugal). Recovered voices, newfound questions”, permitiu uma primeira sistematização e análise dos resultados da investigação coletiva, beneficiando dos excelentes recursos científicos das universidades americanas, e da sua prática de debate intenso das investigações. Ainda em curso, tem como objetivo principal a redação de uma monografia em inglês, de modo a potenciar a internacionalização do trabalho realizado.

Publish or perish? Gerir a dinâmica das publicações

Todas as avaliações sublinham a importância das publicações, e todos os grupos de investigação sabem como este é um objetivo difícil de alcançar – mas também um dos mais gratificantes, no que representa de disponibilização de resultados. Adicionalmente, para os investigadores em início de carreira,

³⁰ http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/index.php/?sf_culture=pt

³¹ M^a de Lurdes Rosa, Randolph C. Head (eds.), *Rethinking the archive in pre-modern Europe*, disponível em <http://iem.fcsh.unl.pt/ebooks/estudos13/>.

em Portugal, este parâmetro torna-se cada vez mais importante nos concursos internacionais (como são hoje em dia os da FCT), pois é prática corrente, em muitos países da Europa, há pelo menos uma década, que os doutorandos publiquem antes da finalização da tese, e uma exigência clara de que o façam com reforço nos primeiros anos a seguir a esta. Este facto, ainda menosprezado entre nós, aliado à existência de muito mais revistas avaliadas em diferentes países, mais facilmente acessíveis aos seus naturais, do que em Portugal, conduz a uma situação de clara desvantagem nos referidos concursos. Nunca será, pois, demasiado sublinhar a importância desta ação, em áreas de investigação universitária, em especial as emergentes.

Ao longo do percurso de investigação que temos vindo a analisar, procurámos traduzir os resultados das iniciativas de formação avançada, das reuniões científicas e dos projetos em publicações científicas. Neste momento contamos com cinco obras conjuntas dirigidas ou coordenadas por membros da equipa, treze artigos publicados ou a publicar em revistas indexadas portuguesas e internacionais e trinta e sete capítulos de livros publicados ou no prelo. Estes resultados foram, sempre que possível, disponibilizados em linha em acesso aberto e redigidos nas línguas exigidas, com uma opção crescente pelo inglês. Sem que seja possível indicar de forma exaustiva o conjunto de publicações, que poderá ser consultado no site do programa ARQFAM, faremos uma breve apreciação das suas linhas diretivas.

Do conjunto destacamos, em primeiro lugar, as publicações decorrentes das investigações conduzidas no âmbito da formação avançada: doutoramentos (que, estando disponibilizados no RUN ou no Academia.edu, ganham grande visibilidade), artigos deles resultantes, estudos teóricos e historiográficos. É de algum modo o grupo mais difícil de manter, pois resulta de um trabalho de fundo que demora anos a dar fruto, mas que não pode ser descurado, pois representa o “core” da contribuição do grupo para a investigação na área. Cruzando-se com ele, o segundo grupo de publicações é o que nasce de projetos de investigação; se oferece a vantagem do financiamento próprio, obriga a uma gestão no ritmo imposto pelos financiadores / organizadores. Em terceiro lugar, as publicações que resultaram das reuniões científicas também têm especificidades. Referimo-nos neste caso aos livros *Arquivos de Família, séculos XIII-XX: que presente, que futuro?* e *D. Álvaro da Costa e a sua descendência, sécs. XV-XVII: poder, arte e devoção*, associadas aos encontros com os mesmos títulos; a estas obras se juntará, em 2018, a publicação das investigações apresentadas no encontro “Arquivos de Família & Investigação em História”, cuja edição será em inglês e em regime de *peer-review*. Refletindo-se sobre a importância deste tipo de publicação mesmo

num programa de investigação misto, como é o caso deste, entre universidade, instituições patrimoniais e proprietários de arquivos privados, chega-se à conclusão de que se por um lado é fundamental deixar um produto publicado, por outro os alargamentos, tanto disciplinares como extrauniversitários, colocam problemas na revisão por pares. A crescente importância desta prática conduziu à preparação do próximo livro em conformidade com ela, mas a experiência das obras anteriores convenceu-nos da necessidade do não encerramento em modelos editoriais exclusivamente académicos. É importante manter modelos mistos, assentando na revisão por pares de alguns artigos, e num trabalho editorial forte por parte dos coordenadores, em trabalhos “menos académicos”; tal como é fundamental trabalhar em obras de difusão, destinadas ao público em geral. Um último tipo de publicação da equipa tem precisamente a ver com o público vindo desta área: a obra *Arquivos de família: memórias habitadas. Guia para a salvaguarda e estudo de um património em risco*. À semelhança de outros exemplares publicados além-fronteiras, este guia visou fornecer as ferramentas para que os proprietários de arquivos de família pudessem eles próprios compreender, tratar, preservar, proteger e valorizar os seus arquivos. Nesse sentido, partiu do pressuposto de que a custódia e preservação dos arquivos de família não se devem confinar às instituições públicas e estatais, sendo necessário um esforço de envolvimento ativo dos proprietários e de sensibilização para a proteção deste património documental. O facto de a edição ter partido do meio académico não pode fazer esquecer duas realidades essenciais – por um lado, que só foi possível pela integração de arquivistas e conservadores-restauradores; por outro, que foi integralmente custeada por mecenato na área da defesa patrimonial e de arquivos privados.

Sensibilização e difusão cultural para um público alargado

Evocar esta publicação leva-nos diretamente aos objetivos que a fizeram nascer. De facto, o esforço de sensibilização, aliado a iniciativas de difusão cultural para um público alargado, marcou a última vertente do percurso de investigação sobre arquivos de família. Nesta categoria integra-se, em primeiro lugar, a oferta de cursos livres ou ações de formação pensados não só para alunos universitários e investigadores, mas também para potenciais interessados fora da academia, muito em particular para os proprietários de arquivos de família e para arquivistas que pretendam aprofundar a sua formação. De entre os cursos livres lecionados destacamos: o curso “Heráldica, genealogia e arquivos de família” (2010), que visou articular

três ramos do saber, que muitas vezes se entrecruzam no estudo dos grupos familiares; o curso “A Família: identidade, memória, história” (2011), que pretendeu fornecer instrumentos de reflexão sobre a construção da identidade familiar, sobre a constituição e transmissão da memória no seio dos grupos familiares e ainda sobre as narrativas construídas em torno da família; o curso “Compreender o arquivo” (2017), que, pensando os arquivos em geral, teve como objetivo compreendê-los na sua dupla aceção - como instituições e como conjuntos documentais - a partir da Arquivística e das Ciências Sociais; e, por último, a Ação de formação “Arquivos de Família: hipóteses de trabalho” (2017), que decorreu na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada.

A par destes cursos e ações de formação, revelaram-se igualmente bem-sucedidas duas exposições gratuitas acolhidas pelo Arquivo Nacional Torre do Tombo, que exibiram parte da documentação estudada no âmbito do colóquio sobre D. Álvaro da Costa, em 2011, e do projeto INVENT.ARQ, em 2016. Ambas se caracterizaram por um elevado número de documentos provenientes de arquivos privados, a maioria nunca antes divulgados, fruto da colaboração com os proprietários daqueles.

Por fim, apesar de todas as dificuldades inerentes à montagem e sobretudo à manutenção / atualização de sítios interneticos, achou-se fundamental apostar neste produto de grande visibilidade. Os resultados do ARQFAM encontram-se em três sítios em linha, nomeadamente “Arquivos de família” (<http://fcsh.unl.pt/arqfam/>), que apresenta um resumo de todas as vias e produtos de investigação; “INVENT.ARQ” (<http://www.inventarq.fcsh.unl.pt/>), que reúne as descrições dos inventários analisados no contexto do projeto de investigação; e “Arquivística Histórica” (<http://www.arquivisticahistorica.fcsh.unl.pt/index.php/>), onde são disponibilizadas as descrições dos arquivos estudados nas teses de Doutoramento. Nestes dois últimos merece destaque a aposta no software *open-source*, de acordo com as melhores práticas de tratamento e/ou difusão de resultados de ciência.

2.2. Estudos de caso para uma renovação de temas e problemas

No âmbito da via de formação avançada do percurso de investigação exposto na secção anterior foram realizados e encontram-se em execução diversos estudos de caso sobre arquivos de família da nobreza portuguesa de Antigo Regime, numa cronologia que se estende desde inícios do século xiv até meados do século xx. Na sua generalidade, estes estudos procuram aliar o conhecimento

dos arquivos, como objetos de estudo em si mesmos³², à análise da história das entidades responsáveis pela sua produção, conservação e transmissão. Essa procura parte, em essência, de três pressupostos centrais: em primeiro lugar, e nas palavras de Joseph Morsel, da noção de que os arquivos de família desempenharam naquele contexto cronológico um papel “sociogenético” na formação e consolidação dos grupos familiares, revelando-se essenciais para as estratégias sociais, políticas e económicas das famílias³³; depois, da ideia de que a inteligibilidade do passado dos grupos familiares e a própria escrita da sua história estão necessariamente condicionados pelo conhecimento dos percursos de produção, conservação, usos e transmissão da documentação; e, por último, da convicção de que esse conhecimento é largamente enriquecido por uma abordagem interdisciplinar capaz de aliar os preceitos teóricos e práticos da História e da Arquivística.

A metodologia seguida nestes estudos de caso começou por compreender os arquivos na sua totalidade, examinando exaustivamente a documentação neles contida. Nesse exame fez-se um primeiro esforço para detetar as ausências, isto é, para detetar os registos que teriam sido produzidos ou recebidos pelos grupos familiares, mas que, por motivos diversos, já não se encontravam nos arquivos. Neste ponto foi essencial o estudo dos inventários de arquivo, que permitiram determinar as diferenças entre os arquivos à data das inventariações e tal como hoje os conhecemos. De seguida, acompanhou-se em paralelo a história dos arquivos e das próprias famílias, mantendo sempre no epicentro da análise as relações orgânicas que se foram estabelecendo entre os dois numa cronologia larga. A partir daqui colocaram-se questões teóricas da História, da Arquivística e da Arquivística Histórica, explorando-se problemáticas distintas, tais como os motivos que levaram à produção de documentos, os diferentes usos e significados que lhes foram sendo atribuídos, o modo como se procedeu à sua conservação e transmissão, os contextos em que ocorreram (re) organizações e (re)inventariações dos acervos e a forma como foram executadas ou a relação entre a constituição de arquivos e a ascensão social das famílias. Esta abordagem permitiu depois avançar para a construção de uma proposta de quadro de classificação dos arquivos, para a descrição total ou parcial da

³² Campo historiográfico recentemente recenseado v.g. em Filippo de Vivo (et al.), “Archival Transformations in Early Modern European History”, *European History Quarterly*, v. 46, n. 3 (2016), p. 421-434.

³³ Joseph Morsel, “En guise d’introduction: les chartriers entre «retour aux sources» et déconstruction des objets historiens”, in Philippe Contamine; Vissière, Laurent (eds.), *Défendre ses Droits, Construire sa Mémoire. Les Chartiers Seigneuriaux XIIIe – XXe siècle. Actes du Colloque International de Thouars (8-10 Juin 2006)*, Paris, Société de l’Histoire de France, 2010, p. 17.

documentação e para a elaboração de registos de autoridade na ferramenta AtoM, disponibilizando-os em linha em livre acesso à medida que vão sendo finalizados. Apresentamos de seguida breves resumos de seis estudos de caso concluídos ou em execução com o objetivo de exemplificar algumas das leituras possíveis construídas a partir de arquivos de família concretos.

O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família

Este estudo de caso, conduzido por Rita Sampaio da Nóvoa, partiu do designado Arquivo Gama Lobo Salema, um arquivo de família hoje composto por cerca de 2200 documentos produzidos, recebidos, geridos e preservados por diversos grupos familiares da nobreza Portuguesa entre os séculos XIV e XX³⁴. O seu objetivo central passou por aliar a História e a Arquivística no estudo e representação da produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre durante os séculos XV e XVI, oferecendo, assim, a possibilidade de conhecer as famílias a partir da sua própria produção e acumulação documental. Os quatro grupos familiares a estudar – os Salema, os Vana, os Bulhão e os Queimado de Vilalobos – foram selecionados em função do inquérito teórico histórico-arquivístico, e os respetivos percursos foram sendo interpretados à luz das suas práticas documentais, das suas estratégias arquivísticas, dos seus modelos de gestão documental, dos usos que atribuíram aos acervos. Desta leitura concluiu-se que os arquivos cumpriram um papel fundamental na formação e na consolidação dos grupos familiares, desempenhando múltiplas funções nas mais diferentes componentes do percurso e ação das famílias.

O Arquivo da Casa de Belmonte, sécs. XV-XIX: identidade, gestão, poder

O Arquivo da Casa de Belmonte, objeto de estudo da tese de doutoramento de Maria João da Câmara Andrade e Sousa, tem cerca de 30 metros lineares de documentação, que foi produzida entre o final do século XV e a atualidade³⁵. A produção documental e respetiva conservação iniciou-se na segunda

³⁴ Rita Sampaio da Nóvoa, *O Arquivo Gama Lobo Salema e a produção, gestão e usos dos arquivos de família nobre nos séculos XV-XVI*. Dissertação (Doutoramento em História, especialização em Arquivística Histórica) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa; Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne. Lisboa & Paris, 2016.

³⁵ Maria João da C. Andrade e Sousa, *O Arquivo da Casa de Belmonte séculos XV-XIX: identidade, gestão e poder*. Dissertação (Doutoramento em História, especialização em Arquivística Histórica) – Faculdade de Ciências Sociais e Humanas (FCSH), Universidade Nova de Lisboa. Lisboa, 2017.

metade do século xv com a linhagem dos Figueiredos, chamados “Escrivães da Fazenda”. A documentação existente foi analisada em conjunto com as descrições de dois grandes inventários antigos do arquivo (datados de 1722 e de 1807). Após um estudo minucioso da história custodial e dos contextos de produção dos inventários, a comparação das descrições documentais nos vários momentos de inventariação permitiu compreender que o Arquivo da Casa de Belmonte se constituiu essencialmente a partir da documentação relacionada com o património: compra de propriedades, privilégios e direitos sobre Bens da Coroa, cartas fundacionais (morgadio), testamentos, entre outros. Adicionalmente, a posse da documentação – e respetiva informação – permitiu que o grupo mantivesse (e defendesse) o seu património, mas o arquivo foi também um dos pilares da construção da identidade familiar, na medida em que acumulou e cristalizou informação genealógica sobre as várias gerações da família.

Costas com Dom: Família e Arquivo (Séculos XV-XVI)

Esta tese, da autoria de Margarida Leme, não parte de um arquivo concreto, ainda existente, mas almeja antes reconstituir o que teriam sido os arquivos de diversos membros de uma família nobre, membros de uma mesma linhagem descendente de um patriarca fundador, Álvaro da Costa (c. 1470-1540), cuja descendência se prolongou por diversos ramos até aos nossos dias³⁶. Assumindo que a história da nobreza será sempre mais rica e completa se partir de dentro, ou seja, dos seus próprios arquivos, e na ausência destes, por vicissitudes diversas, experimentou-se uma metodologia de reconstrução que constitui a grande novidade da tese: identificar a produção do grupo familiar a partir seja dos documentos conservados em outros arquivos, selecionados com base no estudo das “esferas de relacionamento”, seja de outros arquivos de família relacionados, que chegaram, total ou parcialmente, aos nossos dias. Alcançou-se assim um *corpus* muito razoável de documentação, com um total de 645 documentos para as quatro gerações de “Costas com Dom” estudadas, entre os finais do século xv e os inícios do século xvii.

O Arquivo Almada e Lencastre Bastos e os arquivos de família das elites pré-modernas portuguesas

³⁶ Entregue para defesa em setembro de 2018.

A investigação de Alice Gago incide sobre o estudo dos arquivos de sete famílias portuguesas dos séculos XIV-XVI, representadas por sistemas familiares e por geração, visando analisar a sua produção documental, usos informacionais e documentais³⁷. Estas famílias produtoras têm em comum um conjunto de premissas: instituíram vínculos até meados do século XVI, tendo adotado o “modelo reprodutivo vincular”³⁸; encontram-se geograficamente implantadas na região do Entre-Douro-e-Minho; são as que apresentam um maior volume de documentos em termos quantitativos; por fim, os núcleos documentais a elas associados oferecem exemplos mais ricos e diversos no que ao estudo da produção, gestão e usos dos arquivos de família das elites diz respeito. Serão estudadas as seguintes famílias: os Lopes de Carvalho, que em meados do século XVI administram a capela fundada por Vasco Lourenço em Guimarães, à qual é associado o morgadio instituído pelo seu sobrinho Diogo Lopes de Carvalho na mesma localidade; os Cunha, administradores da capela instituída em 1500 por Pero Vaz da Praça em Monção; os Valadares, os Carneiro, os Machucho, os Ferraz, os Ribeiro e os Barreto, todos eles instituidores de vínculos até à primeira metade do século XVI, oriundos de ou ligados ao Porto, onde ocuparam cargos camarários e constituíram a oligarquia da cidade, alternando e consolidando posições no poder, reforçadas pelas alianças matrimoniais que estabeleceram entre si, comportamento também registado para as oligarquias eborenses e lisboetas para o mesmo período cronológico. De estatuto social um pouco diferente, por serem senhores da Barca, onde tinham poder jurisdicional, foram ainda incluídos no estudo os Magalhães, família na qual entroncarão estas famílias do Porto, já no século XVII.

História(s) de uma Casa e de um arquivo: os Viscondes de Vila Nova de Cerveira, da ascensão à consolidação institucional (séculos XIV-XVII)

O projeto de doutoramento de Filipa Lopes pretende aprofundar o conhecimento da história social e institucional das famílias que produziram o(s) arquivo(s) dos Viscondes de Vila Nova de Cerveira, desde o século XIV até à consolidação da Casa titular no século XVII, partindo de um estudo aprofundado da sua produção informacional e da transformação dessa

³⁷ A entregar em 2019.

³⁸ Nuno G Monteiro, “Trajectórias sociais e formas familiares: o modelo de sucessão vincular”, In Francisco Chácon Jiménez, Juan Hernandez Franco (eds.), *Familias, poderosos y oligarquías* Murcia, Univ. de Murcia, 2001, p. 17-37.

informação em documentos e em arquivo(s) ao longo deste período³⁹. O acervo, em posse privada, e outros documentos dispersos que tenham pertencido ao arquivo familiar serão, simultaneamente, um objeto de estudo e uma fonte, analisados sob uma perspetiva que beneficia da recente confluência de teorias e metodologias da História e da Arquivística no estudo de arquivos. O estudo compreenderá uma reorganização intelectual dessa documentação feita de acordo com a organicidade da família/Casa produtoras, e em função de um estudo histórico aprofundado. Os resultados, a disponibilizar em livre acesso através do *software* AtoM, apoiarão a análise da produção da informação e da sua documentalização, assim como dos usos, funções e significados atribuídos a estes conjuntos documentais pelas gerações/famílias/linhagens/Casa em questão. Será fundamental compreender em que medida os documentos transformados em arquivo foram fatores essenciais para a sobrevivência, funcionamento e solidificação desta(s) família(s)/Casa e para a construção da sua memória, identidade e poder.

El fondo “Conde de Siete Fuentes”: la construcción de la memoria de linaje y la identidad aristocrática en el mundo atlántico a través de un archivo de familia (siglos XVI-XX)

A tese de Judit Gutiérrez de Armas investiga os arquivos de família sob um prisma específico, com recurso a uma metodologia experimental e inovadora: o arquivo como reconstrução e a “genealogia do documento” (J.R. Nuñez Pestano)⁴⁰.

Nas Canárias, os colonizadores não levaram documentos com eles, pelo que, com a hierarquização da sociedade canarina durante o reinado de Filipe II de Castela, as famílias de poder, que aspiravam entrar nos regimentos, nos ofícios régios, militares e religiosos, não tinham documentos para demonstrar a sua limpeza de sangue e fidalguia. Esta situação levou-as a (re)construir os seus antecedentes familiares nas sociedades de origem. Estes documentos foram conservados pelas famílias e, em muitas ocasiões, foram partilhados entre os membros dos grupos familiares como “documentos da linhagem”. A análise do fundo Conde de Siete Fuentes e a sua comparação com outros arquivos semelhantes revelam ainda uma segunda reconstrução / criação de arquivos – em

³⁹ A entregar em 2021.

⁴⁰ Juan R Nuñez Pestano, R González Zalacaín, “La formación de un archivo familiar: los Lercaro de Tenerife”, in *Familles et archives, archives de famille et péninsule Ibérique et dans l'Occident chrétien (Moyen Âge, première Modernité)*, coord. Véronique Lamazou-Duplan, co-ed. Maria de Lurdes Rosa (et.al.) (no prelo).

finais do século XVIII, em função da obrigatoriedade de inscrever na *Contaduría de Hipotecas* (criada em 1768) as rendas associadas às propriedades. Estudar a relação entre essas (re)construções e a projeção de uma identidade nobiliárquica é o grande objetivo da tese⁴¹.

Conclusão

No termo desta apresentação, e dado que os balanços foram sendo feitos ao longo das diferentes partes do texto, indicar-se-ão, com espírito otimista, algumas perspectivas de futuro. No que à Arquivística Histórica diz respeito, seria antes de mais importante continuar a formação, cimentando um campo de pensamento que se quer autónomo e crítico. Compreendendo todas as evoluções académicas e todas as mudanças de paradigmas de organização dos campos disciplinares, é bom que elas se façam de forma inclusiva e dialogante. A coexistência de diferentes modos de olhar para os arquivos e a informação é a tónica em muitas partes do mundo e tem permitido notáveis avanços. A história dos arquivos e da informação, bem como as reflexões dos historiadores sobre a nova epistemologia das fontes, por outro lado, são campos que deveriam ser mais frequentados tanto por historiadores em geral, como pelos cientistas da Informação. Os votos quanto ao futuro são, aqui, do estreitar da colaboração mútua, baseada tão-somente na discussão dos contributos novos de cada grupo. Uma última palavra cabe ao estudo dos arquivos de família. Seria essencial, antes de mais, um levantamento global, entre instituições públicas e proprietários privados. Essa é uma das tarefas a que nos propomos, no futuro próximo. Num segundo momento, o aprofundar de questões científicas históricas e arquivísticas surge como condição para a prossecução de um trabalho de qualidade, no longo prazo: que instituições produtoras? Que tipo de relação dos sujeitos com a documentação produzida? Como usam os historiadores estes arquivos? Como devem ser organizados? Possuem uma orgânica e, se sim, qual (quais)? Como podem ser vistos como “arquivos de comunidades”, também importantes para o presente? Esta lista de questões, que poderia prolongar-se, quer ser, antes de mais, uma prova do enorme interesse que pode ter este trabalho, e como tal constituir-se em desafio para os investigadores, em especial os jovens, com quem é sempre tão enriquecedor trabalhar.

⁴¹ A entregar em 2019.

Los retos actuales de la diplomática desde la perspectiva ibérica: ampliación de los horizontes espaciales y cronológicos, nuevos campos de investigación, adaptación a las nuevas tecnologías

The current challenges of Diplomats from an Iberian perspective: the expansion of spatial and chronological horizons, new research fields, the adaptation to new technologies

NÉSTOR VIGIL MONTES¹

Universidad de Murcia

vigilnestor@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-1163-2228>

Texto recebido em / Text submitted on: 28/01/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 02/05/2018

Resumen:

La disciplina científica de la diplomática ha experimentado enormes cambios en las últimas décadas; de una especialidad orientada esencialmente a la documentación producida en la Europa occidental cristiana en el período altomedieval a un método transversal y válido para diferentes contextos crono-espaciales. Actualmente existen trabajos que explotan el método diplomático para cuestiones novedosas como analizar la diplomática de la Edad Contemporánea, el documento administrativo, el notariado, el documento mercantil, las cancillerías señoriales o los cartularios laicos. En el presente trabajo pretendemos realizar una valoración de la ampliación de la disciplina en las últimas décadas y esbozar los diferentes caminos por trazar. Asimismo, pretendemos analizar la relación de la diplomática con las nuevas tecnologías, tanto desde el punto de vista de las posibilidades para la enseñanza como de las potencialidades de la edición con lenguajes de marcado XML para ampliar el conocimiento de la disciplina.

Palabras clave:

Diplomática, Historia de la Diplomática, Humanidades digitales, E-Learning, Historiografía.

Abstract:

Diplomatics are a scientific discipline which has undergone enormous changes in the last decades, from a specialty oriented essentially to the documentation produced in Christian Western Europe in the early medieval period to a transversal and available method for different chrono-spatial contexts. Currently there are works that exploit the Diplomatics method for new issues such as the document of the Modern Ages, the administrative document, the notarial institution, the mercantile document, the lordly chancelleries, the lay cartularies. In the present work, we intend to make an assessment of the expansion of the discipline in recent decades and outline the different paths to be taken. We also intend to analyze the relationship of the Diplomatic with new technologies, from the point of view of the possibilities for teaching, as well as, the potential of editing with XML markup languages to expand the knowledge of the discipline.

Keywords:

Diplomatics, History of Diplomats, Digital Humanities, E-Learning, Historiography.

¹ Este trabajo forma parte de la investigación del proyecto de I+D Escritura, notariado y espacio urbano en la Corona de Castilla y Portugal (siglos XII-XVII) del Ministerio de Economía y Competitividad de España (HAR2015-63676-P).

Dentro de su carácter minoritario, la diplomática es una disciplina con una considerable fuerza en la investigación europea y puede considerarse el campo de las Ciencias y Técnicas Historiográficas que cuenta con un mayor número de estudios publicados. Instituciones como la Comisión Internationale de Diplomatique, L'École des Chartes o la Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas, aportan vitalidad con la constante celebración de congresos y publicación de estudios sobre la materia.

Como afirmó María Josefa Sanz Fuentes en un análisis sobre el estado de la diplomática en 2005², los diplomatas constantemente se plantean la cuestión de la modernización y las perspectivas de futuro de su disciplina³. Si bien sus planteamientos en el mencionado trabajo son acertados y por tanto aplicables a este presente artículo, no queríamos dejar escapar la oportunidad brindada por este número de la *Revista Portuguesa de História*, dedicado al análisis de la situación actual de las conocidas como Ciencias y Técnicas Historiográficas, para realizar un nuevo estado de la cuestión sobre la diplomática en el que se incluyan los avances producidos en los últimos años y los nuevos retos de la investigación.

La expansión de la diplomática y la aparición de nuevas diplomáticas especiales

Robert-Henri Bautier señaló que “la diplomática es una disciplina científica cuyo método es válido para todas las épocas e incluso para todas las civilizaciones, puesto que su finalidad es el estudio de los documentos en sí mismos”, con el objeto de defender la expansión de la diplomática hacia la cronología bajomedieval y moderna ante el VI Congreso Internacional de Diplomática celebrado en 1983⁴. La aspiración de extender la diplomática más allá del inicial encorsetamiento medieval había sido propuesta en los objetivos del primer número de la revista *Archiv für Urkundenforschung*, publicado

² María Josefa Sanz Fuentes, “Diplomática actual: cuestiones de método”, in Francisco Reyes Marsilla de Pascual (ed.), *Diplomática antigua, diplomática moderna*. Murcia, Universidad de Murcia, p. 35.

³ El último de los grandes estados de la cuestión se realizó en el congreso de la Comisión Internationale de Diplomatique de 2005 que tuvo por título “Diplomatik im 21. Jahrhundert – Bilanz und Perspektiven”, cuyos análisis fueron publicados en el número 52 de la revista *Archiv für Diplomatik*.

⁴ Robert-Henri Bautier, “Propositions pour la Diplomatique du Bas Moyen Âge et des débuts des temps modernes”, in *Landesherrliche Kanzleien im Spätmittelalter*, vol. 1, Munich, Gabriel Silagi, 1984, p. 49.

en 1908⁵, y también por Luigi Schiaparelli tan solamente un año más tarde⁶. Posteriormente Georges Tessier, en el discurso de apertura del curso de 1930 de L'École des Chartes, señaló que la diplomática es “la ciencia de las reglas que, a través de distintas épocas, han presidido la elaboración y redacción de los documentos considerados como fuentes para la historia”⁷. Sin embargo, la extensión crono-espacial solamente fue posible en el contexto de expansión de la diplomática como disciplina autónoma en la segunda mitad del siglo xx, puesto que desde entonces fue posible reflexionar sobre un método formado inicialmente para servir a la historiografía como ciencia auxiliar y proponer cambios para romper con las barreras tradicionales del documento europeo altomedieval⁸. Por todo ello no era raro que en las bibliografías de los años ochenta del pasado siglo como la que hizo Trenchs Odena para el ámbito español, todavía tuvieran un enorme peso los estudios sobre documentos altomedievales y cancillerescos, mientras que los restantes análisis, que actualmente tendrían una autonomía propia, aparecían en el pequeño apartado “otros”⁹. Cuestión que desapareció en las bibliografías de comienzos de este siglo, en las que se observa un mayor protagonismo de nuevos campos de investigación, como podemos ver en el análisis de varios diplomatas para el ámbito español¹⁰.

Podemos señalar que en la expansión hacia la Baja Edad Media está consolidada y existen numerosos trabajos sobre la Edad Moderna. El hecho de cubrir todo el arco cronológico conocido como Antiguo Régimen ha permitido el estudio individualizado de los patrones de producción documental de las diferentes instituciones y la aparición de las llamadas diplomáticas especiales. Las dos primeras diplomáticas especiales que se desarrollaron fueron las de dos instituciones que contaban con producción escrita en el período altomedieval: la diplomática regia y la diplomática pontificia, las cuales en los últimos años

⁵ Karl Brandt, Harry Bresslau, Michael Tangl, “Einführung”, *Archiv für Urkundenforschung*, 1 (1908), p. 1-4.

⁶ Luigi Schiaparelli, “Diplomatica e Historia”, *Annuario del Reale Istituto di Studi Superiori, Pratici e di Perfezionamento*, 1909.

⁷ Georges Tessier, “Leçon d’ouverture du cours de Diplomatique de l’École Nationale des Chartes”, *Bibliothèque de l’École des Chartes*, 91 (1930), p. 260.

⁸ Olivier Guyotjeannin, “The expansion of Diplomatics as a Discipline”, *American Archivist*, 59 (1996), p. 415-420.

⁹ Josep Trenchs Odena, “De Re Diplomatica. Estado actual de sus estudios en España (1886-1986)”, in Armando Petrucci and Alessandro Pratessi, *Un secolo di Paleografia e Diplomatica (1887-1986): per il Centenario dell’Istituto di Paleografia dell’Università di Roma*, Roma, Gela, 1988, p. 159-187.

¹⁰ María Milagros Cárcel Ortí, María Josefa Sanz Fuentes, Pilar Ostos Salcedo, Ignasi Jaime Baiges i Jardí, “La diplomática en España. Docencia e Investigación”, *Archiv für Diplomatik*, 52 (2006), p. 541-661.

han recibido aportaciones encaminadas a extender su análisis a los cambios acontecidos en época bajomedieval y moderna¹¹. Sin embargo, a partir de los años setenta comenzaron a surgir estudios sobre algunas instituciones productoras de documentación propias de la etapa bajomedieval, como el notariado, las escribanías municipales o las cancillerías señoriales y episcopales.

Desligándose del viejo debate sobre la separación entre documento público y privado, el documento notarial alcanzó una cierta independencia respecto al fondo de saco denominado *l'acte prive* y pudieron estudiarse sus particularidades en la diplomática notarial¹². A pesar de la existencia de excelentes trabajos sobre la cuestión¹³, el hito fundacional de esta diplomática especial fue el Congreso Internacional de Diplomática celebrado en 1986 con el título “Notariado público y documento privado, de los orígenes al siglo XIV”¹⁴. El primer investigador que señaló abiertamente la existencia de una diplomática notarial fue José Bono Huerta en un trabajo que asentaba sus bases fundamentales¹⁵; a partir de entonces los trabajos sobre el documento notarial se han multiplicado en los ámbitos geográficos en los que esta institución ha

¹¹ José Marques (ed.), *Diplomatique royale du Moyen Âge XIIIe-XIVe siècles*, Porto, Universidade do Porto, 1996; María Josefa Sanz Fuentes, “Tipología documental de la Baja Edad Media castellana: documentación real”, in *Archivística: estudios básicos*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1983, p. 237-256; Margarita Gómez Gómez, “La documentación real durante la época moderna. Metodología para su estudio”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 29 (2002), p. 147-162; Pedro Lorenzo Cadarso, *El documento real en la época de los Austrias: 1516-1700*, Cáceres, Universidad de Extremadura, 2001; Thomas Frenz, *I documenti pontifici nel medioevo e nell'età moderna*, Città del Vaticano, Scuola vaticana di paleografia, diplomática e archivística, 1989; Peter Herde, Hermann Jakobs (eds.), *Papsturkunde und europäisches Urkundenwesen: Studien zu ihrer formalen und rechtlichen Kohärenz vom 11. bis 15. Jahrhundert*, Wien, Böhlau, 1999.

¹² José Bono Huerta, “Conceptos fundamentales de la Diplomática Notarial”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 19 (1992) p. 88.

¹³ José Bono Huerta, *Historia del Derecho Notarial español*, 2 vols., Madrid, Junta de Decanos de los Colegios Notariales de España, 1979.

¹⁴ Josep Trenchs Odena (ed.), *Notariado público y documento privado: de los orígenes al siglo XIV*, 2 vols., Valencia, Generalitat Valenciana, 1989.

¹⁵ José Bono Huerta, *Los archivos notariales*, Sevilla, Junta de Andalucía, Dirección General del Libro, Bibliotecas y Archivos, 1985 y *Breve Introducción a la Diplomática Notarial Española*, vol. 1, Sevilla, Junta de Andalucía, Consejería de Cultura y Medio Ambiente, 1990.

tenido mayor importancia¹⁶, e incluso han aparecido estudios con cronología moderna circunscritos al siglo xvi¹⁷.

La diplomática episcopal también tuvo la oportunidad de despegar a partir del Congreso Internacional de Diplomática de 1993 que tuvo por título “La diplomática del documento episcopal antes de 1250”¹⁸, aunque ya existían trabajos pioneros como el trabajo sobre la cancillería episcopal de Metz¹⁹, la monografía sobre las cancillerías episcopales inglesas de Christopher Robert Cheney²⁰, los estudios de Milagros Cárcel Ortí²¹, o un volumen monográfico sobre las cancillerías episcopales francesas²². A partir de los noventa asistimos a la aparición de tesis doctorales sobre determinadas cancillerías episcopales

¹⁶ Olivier Guyotjeannin, Mathieu Arnoux (eds.), *Tabellions et tabellionage de la France Médiévale et Moderne*, Paris, École des Chartes, 2011; Pilar Ostos Salcedo, “El documento notarial castellano en la Edad Media”, in Paolo Cherubini, Giovanna Nicolaj (eds.), *Sit liber gratus, quem servulus est operatus*, vol. 1, Città del Vaticano, Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomática e Archivística, p. 517-534; Isaías da Rosa Pereira, “O tabelionato em Portugal”, in *Notariado y documento privado: de los orígenes al siglo xiv – Actas del VII Congreso Internacional de Diplomática*, Valencia, Diputació de València, 1986, p. 615-690; Maria Helena da Cruz Coelho, “Os tabeliões em Portugal. Perfil profissional e sócio-económico (sécs. xiv-xv)”, in Pilar Ostos Salcedo y María Luisa Pardo Rodríguez (eds.), *Estudios sobre el notariado europeo (siglos xiv-xv)*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1997; Bernardo de Sá Nogueira, *Tabelionato e Instrumento público em Portugal. Gênese e implantação (1212-1279)*, Lisboa, INCM, 2008; Néstor Vigil Montes, “La institución notarial y sus documentos en el Reino de Portugal en la Edad Media”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 44 (2017), p. 351-379.

¹⁷ María Amparo Moreno Trujillo, Juan María de la Obra Sierra, María José Osorio Pérez (eds.), *El notariado andaluz. Institución, práctica notarial y archivos. Siglo XVI*, Granada, Universidad de Granada, 2011; Laura Sampedro Redondo, *Escribanos y protocolos notariales de Gijón en el siglo xvi*, Gijón, Trea, 2010; María Luisa Domínguez Guerrero, *Las escribanías del antiguo Reino de Sevilla bajo el reinado de Felipe II (1556-1598) (tesis doctoral)*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2016.

¹⁸ Christoph Haidacher, Werner Köfler (eds.), *Die Diplomatie der Bischofsurkunde vor 1250*, Innsbruck, Tiroler Landesarchiv, 1995.

¹⁹ Peter Acht, *Die Cancellaria in Metz. Eine Kanzlei- und Schreibschule um die Wende des 12. Jahrhunderts*, Frankfurt, Universität Frankfurt, 1940.

²⁰ Christopher Robert Cheney, *English bishops' chanceries 1100-1250*, Manchester, University of Manchester, 1950.

²¹ María Milagros Cárcel Ortí, “El documento episcopal. Estado actual de sus estudios”, *Boletín de la Sociedad Castellonense de Cultura*, 58 (1982), p. 471-511.

²² Michel Parisse, *A propos des actes d'évêques. Hommage à Lucie Fossier*, Nancy, Université de Nancy, 1991.

como la de Arras²³, Braga²⁴, Coímbra²⁵ u Oporto²⁶, en las que se observa una tendencia a adentrarse cada vez más en cronologías bajomedievales.

La diplomática municipal fue un concepto acuñado a principios del siglo xx por Pietro Torelli²⁷, que en el ámbito castellano recibió un enorme impulso en los setenta a partir de los estudios de Fernando Pino Rebolledo²⁸ y María Josefa Sanz Fuentes²⁹, y se mantuvo esa fuerza hasta el punto que llevó a José Miguel López Villalba, después de haber realizado su tesis sobre la cuestión³⁰, a preguntarse si se trataba de una ilusión pasajera³¹, pero lo cierto es que se trata de una diplomática especial con fuerte proyección hacia la época moderna³² y los nuevos mundos europeos³³. El espaldarazo a esta especialidad a nivel internacional se produjo a partir de la celebración de un congreso de la Comisión Internationale de Diplomatie a finales de los años noventa³⁴.

El documento señorial también ha recibido la atención de una reunión de la Comisión Internationale de Diplomatie³⁵, pero fue el pionero trabajo de

²³ Benoît-Michel Tock, *Une chancellerie épiscopale au XIIe siècle: le cas d'Arras*, Louvain-la-Neuve, Université Catholique de Louvain-la-Neuve, 1991.

²⁴ Maria Cristina Almeida e Cunha, *A chancelaria arquiépiscopal de Braga (1071-1244)*, Noia, Toxosoutos, 2005.

²⁵ Maria do Rosário Barbosa Morujão, *A Sé de Coimbra: a instituição e a chancelaria (1080-1318)*, Lisboa, FCG/FCT, 2010.

²⁶ Maria João Oliveira e Silva, *A escrita na catedral, a chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*, Lisboa, CEHR-UCP, 2013.

²⁷ Piero Torelli, *Studi e ricerche di diplomatica comunale I*, Roma, Consiglio nazionale del notariado, 1980 y *Studi e ricerche di diplomatica comunale II*, Mantova, G. Mondovi, 1915.

²⁸ Fernando Pino Rebolledo, *Diplomática municipal: reino de Castilla 1471-1520*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1972.

²⁹ María Josefa Sanz Fuentes, "Tipología documental de la Baja Edad Media castellana: documentación concejil. Un modelo andaluz: Écija", in *Archivística: estudios básicos*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 1983, p. 193-208.

³⁰ José Miguel López Villalba, *Diplomática municipal medieval de Guadalajara*, Madrid, Digibis, 2006.

³¹ José Miguel López Villalba, "Los estudios diplomáticos sobre documentación municipal española: ¿Una ilusión pasajera?", in *Litera scripta in honorem profesor Lope Pascual Martínez*, Murcia, Universidad de Murcia, p. 575-596.

³² Fernando Pino Rebolledo, *Tipología de los documentos municipales, siglos XII-XVII*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 1991.

³³ María Luisa Domínguez Guerrero, "La escribanía del cabildo de Cuzco", *Historia. Instituciones. Documentos*, 38 (2011), p. 67-110; Filipa Roldão, "La documentación municipal de la ciudad de Macao a lo largo de los siglos XVI y XVII", in Pilar Pueyo Colomina (ed.), *Lugares de escritura: la ciudad*, Zaragoza, Institución Fernando el Católico, 2015, p. 347-356.

³⁴ Walter Prevenier, Thérèse de Hemptinne (eds.), *La diplomatie urbaine en Europe au Moyen Âge*, Louvain, Apeldoorn, Garant, 2000.

³⁵ Gabriel Sillagi, *Landesherrliche Kanzleien im Spätmittelalter*, 2 vols., Munich, Arbo-Gesellschaft, 1984.

Walter Prevenier, sobre las cancillerías condales en Flandes de 1967³⁶, el que ha tenido más influencia para que en la actualidad hayan aparecido nuevos estudios en ese ámbito geopolítico sin monarquías y, por tanto, sin formación de cancillerías regias, pero con las que ellos denominan cancillerías principescas³⁷. Por otra parte, en el ámbito castellano a partir de los años noventa han aparecido estudios sobre la formación de cancillerías en los estados señoriales del período bajomedieval y moderno³⁸, y en la actualidad, por influencia de los estudios de los investigadores belgas³⁹, ha cobrado importancia esa etapa embrionaria de los señores sin cancillería⁴⁰.

La diplomática capitular también ha crecido sin necesidad de un congreso específico, pero casi siempre circunscrita a la investigación española. Desde que Francisco Reyes Marsilla de Pascual plantease las bases de esta diplomática especial en 1993⁴¹, han aparecido algunas tesis sobre las escribanías capitulares de Santiago de Compostela⁴², Burgos⁴³ y Oviedo⁴⁴, trabajos que han permitido plantearse algunas cuestiones elementales y poder hablar de una diplomática

³⁶ Walter Prevenier, “La chancellerie des comtes de Flandre dans le cadre européen à la fin du XIIe siècle”, *Bibliothèque de l'Ecole des Chartes*, 125 (1967) p. 34-93.

³⁷ Thérèse de Hemptinne, Walter Prevenier, Maurice Vandermaesen, “La chancellerie des comtes de Flandre (12e-14e siècles)”, in Thérèse de Hemptinne, Els de Parmentier, Filip van Tricht, *Intuitu fidelis servitii sui: diplomatics and literacy, gender and politics in the medieval Low Countries*, Gent, Gent Universiteit, 2013, p. 101-122; Xavier Hélary, Jean François Nieus, Alain Provost (eds.), *Les archives princières, XIIe-XVe siècles*, Arras, Université de Artois, 2016.

³⁸ María Luisa Pardo Rodríguez, “La diplomática señorial en la Corona de Castilla”, *Anuario de Estudios Medievales*, 22 (1992), p. 233-245; Ana Belén Sánchez Prieto, “Aproximación a la Diplomática señorial: documentos emitidos por los señores de la Casa de Mendoza (siglos XIV-XVI)”, *Revista general de información y documentación*, 5/2 (1995), p. 39-72; María Josefa Sanz Fuentes, “Cancillerías señoriales”, in *La nobleza peninsular en la Edad Media*, Ávila, Fundación Sánchez Albornoz, 1997, p. 325-342; María Luisa Pardo Rodríguez, *Señores y escribanos: el notariado andaluz entre los siglos XIV y XV*, Sevilla, Universidad de Sevilla, 2002.

³⁹ Jean François Nieus, “Des seigneurs sans chancellerie? Pratiques de l'écrit documentaire chez les comtes et les barons du nord de la France aux XIIe-XIIIe siècles”, in *Chancelleries princières et scriptoria dans les anciens Pays-Bas. Xe-XVe siècles*, Bruxelles, Commission Royale d'Histoire, 2010, p. 285-312.

⁴⁰ Miguel Calleja Puerta, “Señores sin cancillería. Génesis y validación de los documentos de la aristocracia castellano-leonesa (1100-1250 ca.)”, in Ana Suárez González, *Escritura y sociedad: la nobleza*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 2017, p. 19-58.

⁴¹ Francisco Marsilla de Pascual, “En torno a la diplomática episcopal y capitular castellana”, *Miscelánea Medieval Murciana*, 19-20 (1995-1996), p. 153-172.

⁴² Mercedes Vázquez Bertomeu, *Notarios, notarias y documentos en Santiago y su tierra en el siglo XV*, La Coruña, Edicions do Castro, 2001.

⁴³ Juan Luis Ramos Merino, *Iglesia y notariado en la Castilla bajomedieval, la catedral de Burgos (1315-1492)*, Madrid, La Ergástula, 2012.

⁴⁴ Néstor Vigil Montes, *La catedral de Oviedo 1440-1460. Usos diplomáticos de la administración capitular (tesis doctoral)*, Oviedo, Universidad de Oviedo, 2013.

capitular⁴⁵. En este caso, sería interesante la celebración de un congreso internacional que ayudase a que las contribuciones foráneas no se limiten al estudio de los documentos de Arras⁴⁶.

Existen otros muchos campos en los que apenas contamos con algunos estudios incipientes, como pueden ser los estudios de instituciones apenas trabajadas como los consulados o la gestión de Indias⁴⁷, los estudios del documento para las relaciones diplomáticas⁴⁸, del documento judicial⁴⁹, del documento militar⁵⁰, del documento inquisitorial⁵¹ o del documento mercantil⁵². Especialidades que todavía no cuentan con las suficientes referencias para ubicarlas correctamente y en las que pueden producirse novedades que trastocuen cuestiones, como las fronteras entre el documento público y privado, o introduzcan novedades en el campo del documento administrativo.

El documento administrativo es uno de los campos en los que más novedades se han producido en los últimos años; si bien en los años sesenta su estudio había sido defendido por Robert-Henri Bautier⁵³ y tenemos estudios pioneros

⁴⁵ Néstor Vigil Montes, “Una nueva frontera para los estudios sobre los cabildos catedralicios en la Edad Media: el desarrollo de la Diplomática capitular”, *Medievalismo*, 22 (2012), p. 239-254; Pilar Pueyo Colomina, “Documentos episcopales y capitulares, siglos XII-XV”, in Francisco Molina de la Torre, Irene Ruiz Albi, Marta Herrero de la Fuente, *Lugares de escritura: la catedral*, Valladolid, Universidad de Valladolid, 2012, p. 131-179.

⁴⁶ Benoît Michel Tock, “Les chartes promulguées par le chapitre cathédral d’Arras au XIIe siècle”, *Revue Mabillon*, 63 (1991), p. 49-97.

⁴⁷ Rojas Garcías, Reyes (ed.), *Archivo General de Indias: el valor del documento y la escritura en el gobierno de América*, Madrid, Ministerio de Educación, Cultura y Deporte, 2016.

⁴⁸ Olivier Poncet (ed.), *Diplomatique et diplomatie: les traités: (Moyen Âge-début du XIXe siècle)*, Paris, École des Chartes, 2015.

⁴⁹ Giovanna Nicolaj (ed.), *La diplomatica dei documenti giudiziari (dai placiti agli acta - secc. XII-XV)*, Città del Vaticano, Scuola Vaticana di Paleografia, Diplomatica e Archivistica, 2004; Pedro Arroyal Espigares y Pilar Ostos Salcedo (eds.), *Los escribanos públicos y la actividad judicial*, Málaga, ENCASA, 2014.

⁵⁰ Hugo Vázquez Bravo, “El oficio de contador en el ejército a comienzos de la Edad Moderna según las ordenanzas y los libros de gestión, el contador de Orán y Mazalquivir”, in Enrique García Hernán, Davide Maffi (eds.), *Estudios sobre guerra y sociedad en la Monarquía Hispánica*, Madrid, Albatros Ediciones, 2017, p. 493-506.

⁵¹ Bárbara Santiago Medina, *La burocracia inquisitorial: escrituras y documentos (tesis doctoral)*, Madrid, Universidad Complutense de Madrid, 2016.

⁵² Giustiniana Miglardi O’Riordan, *Tipologie di documenti commerciali veneziani: nolo, mutuo, prestito a cambio marittimo, colleganza*, Venecia, Atlante diplomatico, 1988.

⁵³ Robert-Henri Bautier, “Leçon d’ouverture du cours de l’École des Chartes”, *Bibliothèque de l’École des Chartes*, 119 (1961), p. 194-225.

sobre obituarios⁵⁴ y libros de actas concejiles⁵⁵, no ha tenido una autonomía y una explosión de posibilidades hasta fechas recientes⁵⁶. En la actualidad están eclosionando estudios sobre los libros de contabilidad regia y municipal, sobre los libros de administración de instituciones eclesiásticas o sobre las contabilidades de los mercaderes, e incluso se ha llegado hablar de la existencia de una diplomática de las contabilidades⁵⁷.

La tendencia a la apertura de nuevos campos de investigación no supone que también se hayan producido cambios en la perspectiva de temas tradicionales en la disciplina. En este sentido constituye un ejemplo paradigmático el cartulario, un libro diplomático que no había sido correctamente contextualizado⁵⁸ y que nos permite obtener una visión más amplia del concepto de documento falso⁵⁹. Además, el propio campo de investigación del cartulario se ha expandido hacia cronologías bajomedievales y modernas, y a mundos ajenos a las instituciones eclesiásticas⁶⁰.

Las fronteras actuales de la diplomática

La expansión de la diplomática es un proceso que todavía no ha sido concluido. En la década de los sesenta Georges Tessier sugirió la extensión de la diplomática hacia ámbitos más lejanos como las tablillas de barro babilónicas, los papiros griegos o los documentos japoneses del siglo XIII⁶¹. Al mismo tiempo, Robert-Henri Bautier consideraba la existencia de las diplomáticas bizantinas,

⁵⁴ Jean-Loup Lemaître, “Un livre vivant, l’obituaire”, in Jean Glénisson (ed.), *Le livre au Moyen Âge*, París, CNRS, 1988, p. 92-94.

⁵⁵ Fernando Pino Rebolledo, *El primer libro de actas del Ayuntamiento de Valladolid*, Valladolid, Archivo Municipal de Valladolid, 1990; María Josefa Sanz Fuentes, *Actas capitulares de Morón de la Frontera (1402-1426)*, Sevilla, Diputación provincial, 1992.

⁵⁶ Miguel Calleja Puerta, “Libros para la administración. Estado de la cuestión y perspectivas de investigación”, in José Antonio Munita Loinaz, José Ángel Lema Pueyo (eds.), *La escritura de la memoria: libros para la administración*, Bilbao, Universidad del País Vasco, p. 17-40.

⁵⁷ Valeria Van Camp, “La diplomatie des comptes: méthode, limites et possibilités. L’exemple de Mons, XIVe-XVe siècles”, *Archiv für Diplomatik*, 61 (2015), p. 237-270.

⁵⁸ Pierre Chastang, “Cartulaires, cartularisation et scripturalité médiévale: la structuration d’un nouveau champ de recherche”, *Cahiers de civilisation médiévale*, 49 (2006), p. 21-31.

⁵⁹ María Josefa Sanz Fuentes, “Falsos y falsificaciones en la documentación medieval”, in José Antonio Munita Loinaz (ed.), *Mitificadores del pasado, falsarios de la historia*, Bilbao, Universidad del País Vasco, 2011, p. 17-31.

⁶⁰ Olivier Guyotjeannin, Laurent Morelle, Michel Parisse (eds.), *Les cartulaires. Actes de la table ronde organisée par l’École des Chartes en 1991* Paris, École des Chartes, 1993.

⁶¹ Georges Tessier, “La Diplomatie”, in Charles Samaran (ed.), *L’Histoire et ses méthodes*, Paris, NRF, 1961, p. 668-669.

turca, persa y japonesa⁶². Sin embargo, a pesar de la universalidad del método diplomático, lo cierto es que el último lustro apenas ha suscitado interés a los investigadores de esas áreas geográficas con excepción de Japón, ámbito con mayor tradición de estudios⁶³, y todas las iniciativas para su desarrollo han sido promocionadas desde la diplomática occidental por Olivier Guyotjeannin, actual presidente de la Comisión Internationale de Diplomatie. De esta forma, ha aparecido un dossier sobre las exportaciones de la diplomática en el segundo número de 2002 de la revista *Bibliothèque de l'École des Chartes*, con trabajos sobre Mesopotamia⁶⁴, el mundo romano⁶⁵, la diplomática medieval en Europa Central⁶⁶ o la diplomática del Japón Medieval⁶⁷. Asimismo, el pasado año ha tenido lugar un coloquio de la Comisión Internationale de Diplomatie que tuvo por título “Empujando los límites de la diplomática. ¿Por qué ampliar el rango de las actividades de la Comisión Internationale de Diplomatie?”, en el que han aparecido contribuciones sobre diplomática medieval en los ámbitos japonés, ruso, bizantino y hebreo. Todos estos ámbitos no se han desarrollado con la celeridad ingenuamente esperada por los investigadores occidentales, puesto que la escasez de un monto documental interesante en los archivos de otros ámbitos geográficos hace que la diplomática no sea siquiera vista como una ciencia auxiliar útil, cuanto menos una disciplina autónoma interesante, por lo que únicamente podrán tener desarrollo en la medida que investigadores occidentales muestren inclinación por estas fronteras crono-espaciales de la diplomática.

Otro campo en el que todavía no se ha consolidado la expansión es el de la diplomática contemporánea. A pesar de la publicación de manuales⁶⁸ y

⁶² Robert-Henri Bautier, “Leçon d’ouverture du cours de l’École des Chartes”, *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 119 (1961), p. 221.

⁶³ Frédéric Joüon des Longrais, *Âge de Kamakura: Sources (1150-1333): archives, chartes japonaises*, Tokio-Paris, Maison Francojaponaise, 1950.

⁶⁴ Dominique Charpin, “Esquisse d’une diplomatie des documents mésopotamiens”, *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 160 (2002), p. 487-486.

⁶⁵ Manuel Royo, “Une mémoire fragile et fragmentaire: les archives du monde romain”, *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 160 (2002), p. 513-521.

⁶⁶ Anna Adamska, “L’évolution méthodologique de la diplomatie médiévale en Europe Centrale”, *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 160 (2002), p. 523-535.

⁶⁷ Shigekazu Kondo, Setsuo Watanabe, “La diplomatie du Japon médiéval: un regard croisé”, *Bibliothèque de l'École des Chartes*, 160 (2002), p. 537-564.

⁶⁸ Paola Carucci, *Il documento contemporaneo. Diplomatica e criteri di edizione*, Roma, Beni culturali, 1987; Manuel Romero Tallafigo, *Historia del documento en la Edad Contemporánea: la comunicación y la representación del poder central de la nación*, Carmona, S&C Ediciones, 2002.

algunos estudios en los años finales de los noventa⁶⁹, no ha tenido una buena acogida entre las instituciones tradicionales que estudian la diplomática y, en la actualidad, la cuestión se ha diluido en aspectos más propios de la archivística y de la creación de estándares de descripción del documento electrónico como InterPares 2. El objetivo de la diplomática contemporánea fue cubrir un vacío de los archivistas y no una necesidad planteada por la diplomática, cuya frontera todavía se sitúa en la diplomática moderna. Por ello probablemente sea una cuestión que se vuelva a abordar una vez que la diplomática moderna se haya consolidado.

Por otra parte, es preciso consolidar la expansión de la diplomática en las cronologías bajomedieval y moderna. En el caso de las diplomáticas especiales consolidadas (diplomática notarial, diplomática episcopal y diplomática municipal) es preciso realizar síntesis por uno o varios especialistas en las que se tengan en cuenta los avances producidos a nivel internacional, lo cual supone un trabajo más complejo que la celebración de congresos temáticos y la elaboración de actas con contribuciones dispersas y de desigual calidad, pero constituiría una referencia para aquellos que quisieran profundizar en cuestiones concretas de cada una de ellas. La síntesis no es una opción para especialidades más embrionarias que no cuentan con estudios representativos para todos los ámbitos crono-espaciales, como pueden ser la diplomática señorial, la diplomática capitular, la diplomática mercantil y la diplomática de las relaciones diplomáticas; en estos casos lo preciso es que aparezcan nuevos avances a través de la celebración de congresos internacionales que contribuyan a tener una representatividad suficiente para establecer las bases y poder entrar en el debate de si es preciso considerarlas con la categoría de diplomáticas especiales o debemos incluirlas dentro de otras diplomáticas especiales.

La expansión de la diplomática ha puesto en evidencia las limitaciones del *Vocabulaire International de la Diplomatie*⁷⁰, una obra que en su día fue esencial para el desarrollo de la diplomática puesto que supuso el consenso terminológico en la disciplina a nivel internacional, pero que ha quedado un tanto desfasada al haber sido concebida en diversas reuniones en los años setenta y ochenta del pasado siglo, época en la que todavía no se habían desarrollado las diplomáticas especiales. Esta realidad fue puesta sobre la mesa por José Marques, colaborador en la traducción portuguesa de la obra, un año antes de la publicación de la primera edición del vocabulario; entonces señaló que

⁶⁹ Luciana Duranti, *Diplomatics. New uses for and old science*, Maryland, Scarecrow Press, 1998.

⁷⁰ María Milagros Cárcel Ortí (ed.), *Vocabulaire International de la Diplomatie*, Valencia, Universitat de València, 1994.

la futura obra “no daría respuesta a todos los problemas que el investigador puede encontrar a lo largo de su trabajo de archivo”, lo que haría necesaria su actualización en diversos volúmenes dedicados a diversos campos nuevos de la diplomática, en su caso de la diplomática eclesiástica⁷¹. La apertura de nuevos campos de investigación no solamente supone la necesaria ampliación sino también la modificación de algunos términos cuyo sentido original ya no suscita el consenso de décadas anteriores. En ocasiones, el término original se queda corto para describir una realidad que los estudios posteriores encontraron más compleja, como fue el caso del vocablo “cartulario”⁷², sobre el que surgieron incluso nuevas propuestas de definición⁷³. Para que el vocabulario siga manteniendo su vigencia como obra de referencia de la disciplina de la diplomática, es necesario que la Comisión Internationale de Diplomatique organice una nueva reunión técnica. En este espacio de debate se debería proponer la introducción y reforma de algunos términos de acuerdo al consenso actual de la comunidad científica, lo que supone al menos la adaptación a las diplomáticas especiales más consolidadas y con trabajos en diversos ámbitos territoriales como la notarial, la episcopal o la municipal. Asimismo, resultaría de enorme utilidad la introducción del latín dentro del cuerpo de la obra para evitar problemáticas como la desafortunada denominación de “documentación” e “instrumentación” a lo que generalmente en la diplomática de los países con lenguas romances se define como “actio” y “conscriptio”⁷⁴; del mismo modo, cabe recordar que existen términos estandarizados en la actualidad cuyos orígenes no se remontan a la época de creación de esos documentos⁷⁵.

La aplicación de las nuevas tecnologías en la diplomática

La adaptación de la diplomática a las humanidades digitales se está realizando a través de la adecuación de los intereses de la disciplina al lenguaje

⁷¹ José Marques, “A chancelaria e a diplomática arquiépiscopais de Braga nos finais da Idade Média”, *Revista de História do Centro de História da Universidade do Porto*, 12 (1993), p. 37.

⁷² Diego Belmonte Fernández, “Borradores, originales, copias y recopilaciones: los libros de estatutos del cabildo catedralicio sevillano”, *Historia. Instituciones. Documentos*, 41 (2014), p. 47.

⁷³ Elena Esperanza Rodríguez Díaz, “Los cartularios en España. Problemas y perspectivas de investigación”, in Elena Esperanza Rodríguez Díaz, Antonio Claret García Martínez (eds.), *La escritura de la memoria: los cartularios*, Huelva, Universidad de Huelva, 2011, p. 15.

⁷⁴ Susana Tavares Pedro, *As ‘notícias’ medievais portuguesas (análise, classificação e edição de documentos dos séculos X a XIII)*, Lisboa, FCG/FCT, 2013, p. 40-44.

⁷⁵ Olivier Guyotjeannin, “Le vocabulaire de la diplomatique en latin medieval”, in Olga Weijers (ed.), *Vocabulaire du livre et de l’écriture au moyen âge*, Turnhout, Brepols, 1989, p. 120.

informático de marcado *eXtensible Markup Language* (XML). El lenguaje de marcado permite al diplomata realizar una edición digital de los documentos en la que se puede indicar en el ordenador, a través de la inserción de etiquetas, la significación de los diferentes elementos del texto, de manera que se podrá diferenciar entre si estamos haciendo referencia a una persona, a un lugar, una intitulación, una cláusula o una abreviatura. Lo realmente interesante de la codificación de las ediciones en formato de marcado es que permite buscar y comparar la información de forma rápida y precisa, para así poder obtener una visión más completa de grandes montos de información sin recurrir a las poco manejables bases de datos⁷⁶. Asimismo, las ediciones digitales permiten ofrecer los textos al dominio público de forma sencilla, y con la posibilidad de ser reformados a iniciativa del propio autor de la edición o de una tercera persona que sugiera la existencia de un error. Para que estas ventajas sean posibles resulta importante la fijación de los intereses de la diplomática a un estándar común que permita el intercambio de información entre los diferentes proyectos, para poder obtener resultados más globales.

El primer diplomata interesado en las ventajas de los lenguajes de marcado fue Michelle Ansani, que en 1999 realizó un primer manifiesto en favor de la transición digital y ofreció un primer ejemplo de documento codificado en XML⁷⁷. Un año más tarde inició un primer proyecto de edición digital, el *Codice Diplomatico della Lombardia Medievale*⁷⁸, para el que renunció a utilizar el estándar para representación de textos en forma digital, conocido como *Text Encoding Initiative* (TEI), y adaptó el *Document Type Definition* (DTD) a las necesidades del documento diplomático. A pesar de que para entonces el TEI era el estándar con mayor rodaje y popularidad entre la comunidad científica, especialmente entre los lingüistas, este nunca había sido concebido para las necesidades propias de la diplomática. La celebración en 2004 del workshop *Urkunden-DTD*, en el que se debatió la mejor forma de adaptar la edición de documentos medievales en lenguajes de marcado XML, supuso la creación de la iniciativa *Charters Encoding Initiative* (CEI), liderada por la Universidad Ludwig-Maximilians de Munich, con el objetivo de superar las limitaciones impuestas por el TEI⁷⁹ y difundir las ventajas de las nuevas tecnologías en la

⁷⁶ Benoît-Michel Tock, "L'apport des bases de données pour la recherche des mots et des formules", in Georg Vogeler (ed.), *Digitale Diplomatie: neue Technologien in der historischen Arbeit mit Urkunden*, Köln, Böhlau, 2009, p. 283-293.

⁷⁷ Michele Ansani, "Diplomatica (e diplomati) nell'arena digitale", *Scrineum*, 1 (1999), p. 1-11.

⁷⁸ <http://cdlm.unipv.it>, consultado en 2018.01.31.

⁷⁹ <https://www.cei.lmu.de/project>, consultado en 2018.01.31.

diplomática⁸⁰. El formato CEI fue utilizado para la construcción del portal de archivos *Monasterium*, cuyo objetivo es ofrecer las digitalizaciones y las transcripciones de todos los documentos medievales conservados en los fondos de los monasterios europeos. Bajo esta premisa, en la actualidad cuenta con 643264 documentos procedentes de 1953 fondos custodiados en 169 archivos diferentes, de diferentes países europeos, aunque la mayor parte concentrados entre Austria, Alemania, Italia, Hungría y República Checa, y con ausencias tan notables como Francia, Reino Unido, Bélgica, Países Bajos o Portugal⁸¹.

A pesar de las desventajas del estándar TEI para los intereses de la diplomática, otras instituciones de enorme importancia se decantaron por no romper con un formato popular y no se aventuraron a trabajar en un lenguaje que no gozaba de tanto consenso. El TEI fue el estándar utilizado por L'École des Chartes para realizar la edición digital de los documentos medievales de la abadía de Saint Denis⁸², el formulario d'Odart Morchesne⁸³, los documentos regios del Poitou (1302-1464)⁸⁴ o los cartularios de Île-de-France⁸⁵; y por el King's College London para elaborar la edición digital de los documentos anglosajones altomedievales⁸⁶. Otros especialistas abogaban por la combinación del estándar TEI con otros estándares para añadir más información, como por ejemplo el *Encoded Archival Description* (EAD) para los datos archivísticos⁸⁷.

Los propios investigadores que apostaron por la creación del lenguaje CEI asumieron la imposibilidad de su iniciativa para convertirse en el estándar para la edición de textos o integrarse en la *Text Encoding Initiative*, y en la actualidad están recurriendo a la herramienta TEI Roma, que permite la adaptación del estándar TEI a los propósitos de la diplomática a través de la etiqueta de segmento arbitrario. Para adaptar esa etiqueta a las necesidades de la diplomática no se están empleando unos nuevos códigos sino que se está aprovechando la estandarización del *Vocabulario Internacional de la Diplomática* a través de

⁸⁰ Georg Vogeler (ed.), *Digitale Diplomatie: neue Technologien in der historischen Arbeit mit Urkunden*, Köln, Böhlau, 2009; Antonella Ambrosio, Sebastien Barret, Georg Vogeler (eds.), *Digital diplomacies: the computer as a tool for the diplomatist?*, Köln, Böhlau, 2014.

⁸¹ <http://monasterium.net:8181/mom/home>, consultado en 2018.01.31.

⁸² <http://saint-denis.enc.sorbonne.fr>, consultado en 2018.01.31.

⁸³ <http://elec.enc.sorbonne.fr/morchesne>, consultado en 2018.01.31.

⁸⁴ <http://corpus.enc.sorbonne.fr/actesroyauxdupoitou>, consultado en 2018.01.31.

⁸⁵ <http://elec.enc.sorbonne.fr/cartulaires>, consultado en 2018.01.31.

⁸⁶ <http://www.aschart.kcl.ac.uk/index.html>, consultado en 2018.01.31.

⁸⁷ Asier Romero Andonegi, "Nuevas herramientas para el estudio de la diplomática: los lenguajes de marcado TEI y EAD", *Documenta & Instrumenta*, 6 (2008), p. 103.

la versión digital ofrecida en la web de *Charters Encoding Initiative*, lo cual hace más necesaria aún si cabe la actualización del vocabulario⁸⁸.

Casi dos décadas después del artículo de Michelle Ansani continua la discusión en torno a la creación de un estándar y pocos son los resultados visibles para justificar la adaptación de los diplomatas al entorno digital. La discusión tendría que ir hacia cuestiones como la recuperación de datos y las aplicaciones que esto podría tener en la diplomática, porque la formación y el tiempo empleado en el etiquetado de los documentos deberían tener repercusiones a nivel científico más allá de ofrecer una futura posibilidad para una diplomática cuantitativa o para facilitar la búsqueda de datos. Una vez que los investigadores puedan ver las ventajas de la aplicación de lenguajes de marcado a la edición digital, se sumarán a estas iniciativas en sus futuros proyectos.

Al igual que sucede con otros campos de las Ciencias y Técnicas Historiográficas⁸⁹, la diplomática puede utilizar el potencial de las nuevas tecnologías para favorecer su enseñanza y difusión, la cual se realiza a través de plataformas de enseñanza virtual o de plataformas web 2.0. Las plataformas de enseñanza virtual de formato abierto generalmente utilizadas en diplomática son los Open Course Ware (OCW), en los que diversos profesores ofrecen libremente materiales de las asignaturas correspondientes a esta disciplina, e incluso pueden ofrecer algunos ejercicios que utilicen las posibilidades informáticas. La plataforma OCW de L'École des Chartes recibe el nombre de *Techniques pour l'Historien en Ligne* (Theleme); en ella aparece una pequeña serie de apuntes teóricos, una interesante bibliografía temática y una serie de documentos digitalizados con la transcripción y un comentario diplomático⁹⁰. La web *Scriptorium* del grupo de investigación Contrataedium de la Universitat de Barcelona⁹¹ ofrece no solamente una serie de documentos digitalizados con

⁸⁸ Georg Vogeler, "Die Text Encoding Initiative (TEI) als Werkzeug des Urkundeneditors – Erfahrungen und Desiderate", in Irmgard Fees, Benedikt Hotz, Benjamin Schönfeld (eds.), *Papsturkundenforschung zwischen internationaler Vernetzung und Digitalisierung: neue Zugangsweisen zur europäischen Schriftgeschichte*, Göttingen, Akademie der Wissenschaften zu Göttingen, 2015, p. 1-11; Francisco Javier Álvarez-Carbajal, "La producción documental de los condes de Luna: hacia un modelo de digitalización de su estructura diplomática", in Ana Suárez González (ed.), *Escritura y sociedad: la nobleza*, Santiago de Compostela, Universidad de Santiago de Compostela, 2017, p. 421-429.

⁸⁹ Manuel Salamanca López, Carlos Hugo Artaza, Erika López Gómez (ed.), *Innovación didáctica al servicio del docente y profesional en Ciencias Documentales*, Lima, REDEM, 2014.

⁹⁰ <http://theleme.enc.sorbonne.fr/>, consultado en 2018.01.31.

⁹¹ Ignasi Baiges, Elena Cantarell, Mireia Comas, Daniel Piñol, "La diplomática en los estudios de Historia: retos y propuestas desde la innovación docente", in Francisco Reyes Marsilla de Pascual (ed.), *Diplomática antigua, diplomática moderna*, Murcia, Universidad de Murcia, p. 201-210.

la transcripción y un comentario diplomático, sino que también contiene una serie de ejercicios de autocorrección referentes a la descripción diplomática o a la cronología⁹². Finalmente, disponemos de la iniciativa del profesor Manuel Romero Tallafigo, de la Universidad de Sevilla, en la que ofrece las presentaciones de sus clases⁹³. Todavía queda mucho trabajo que hacer en este sentido, puesto que todavía no existe una enorme presencia de la diplomática en estas plataformas de enseñanza virtual y no disponemos de plataformas MOOC en las que exista un seguimiento de la asignatura.

Las plataformas web 2.0 pueden aparecer en diversos formatos: blogs, redes sociales, wikis y entornos para compartir recursos. Para nuestro campo de investigación han aparecido iniciativas en los dos primeros campos y en muchas ocasiones se trata de blogs que aprovechan la difusión de las redes sociales sin renunciar a las posibilidades de tener un espacio propio de reflexión. Dentro de los blogs podemos destacar *De Rebus Diplomaticis*, del grupo de investigación GDR 3177 “Diplomatique” del CNRS francés⁹⁴; *Le manuscrit médiévale* de Jean Luc Deuffic⁹⁵; *Cartularios Medievales*, de Alfonso Sánchez Mairena⁹⁶; *Conscriptio*, de Néstor Vigil Montes⁹⁷; *Códices Diplomáticos Hispánicos*, de Alicia Sánchez Díez⁹⁸; el blog de Leonor Zozaya Montes⁹⁹, y *Quadrivium*, de varios investigadores de la Universidade de Lisboa¹⁰⁰. Casi todos estos blogs pertenecen a iniciativas particulares de enorme mérito, puesto que apenas están reconocidos a la hora de valorar la investigación, por ello muchas de ellas acaban por interrumpirse y para conseguir que estos blogs tuviesen continuidad resultaría interesante que la administración se interesase por estos proyectos y les otorgase el merecido reconocimiento tras un análisis de su calidad. Cuando estos blogs se encuentran activos son un excelente lugar en el que los interesados en la disciplina pueden informarse de novedades en metodología, celebración de congresos, publicaciones o aparición de recursos web. Asimismo, pueden contener artículos divulgativos que resultan interesantes para aquellos que estén adentrándose en la disciplina, como pueden ser los alumnos de grado o máster. Las redes sociales como Twitter o Facebook resultan interesantes para

⁹² <http://www.ub.edu/contrataedium/scriptorium.htm>, consultado en 2018.01.31.

⁹³ <http://personal.us.es/tallafigo/Diplomatica.htm>, consultado en 2018.01.31.

⁹⁴ <https://drd.hypotheses.org>, consultado en 2018.01.31.

⁹⁵ <http://blog.pecia.fr/>, consultado en 2018.01.31.

⁹⁶ <http://cartulariosmedievales.blogspot.com.es/>, consultado en 2018.01.31.

⁹⁷ <http://conscriptio.blogspot.com.es/>, consultado en 2018.01.31.

⁹⁸ <http://www.codicesdiplomaticos.com/>, consultado en 2018.01.31.

⁹⁹ <https://leonorzozaya.wordpress.com/>, consultado en 2018.01.31.

¹⁰⁰ <http://quadrivium1.blogspot.com.es/>, consultado en 2018.01.31.

una difusión fácil y rápida de enlaces con novedades en la disciplina; aparte de los mencionados blogs, que suelen tener su versión en redes sociales, en este campo aparecen iniciativas de organismos de investigación en la disciplina, como pueden ser instituciones de enseñanza (École des Chartes), centros de investigación (Institut de Recherche et d'Histoire des Textes) o asociaciones (Sociedad Española de Ciencias y Técnicas Historiográficas).

Finalmente, tenemos que reseñar la existencia de diversos recursos web que pueden ser útiles para el investigador. El primer grupo de ellos son las aplicaciones que ayudan a interpretar los diversos calendarios, la más interesante de ellas parte de Dennis Muzerelle y recibe el nombre de *Millesimo, logiciel de chronologie médiévale*. Esta aplicación permite conocer las diversas formas de datación de la era cristiana (año de nacimiento, natividad, pascua, anunciación, pisano, veneciano, griego), la adaptación al calendario romano, los diversos santorales y la información de los principales gobernantes europeos (papados, reinados, obispados, señoríos, órdenes militares...) y de los eventos acontecidos¹⁰¹. Más modesta es la iniciativa llamada *Ian's English Calendar*, que permite el cálculo de las fiestas eclesiásticas, el día de la semana y los años de reinado ingleses¹⁰². El otro conjunto de recursos web para la diplomática son las bases de datos de material sigilográfico; en este capítulo las iniciativas más importantes que han puesto disponible en sus páginas web la catalogación y digitalización de los sellos medievales son el proyecto *Sigillvm Portugaliae*, dirigido por Maria do Rosário Barbosa Morujão para el ámbito portugués¹⁰³, la *Sigillothèque* para el territorio francés¹⁰⁴, la colección de los Archivos Generales del Reino de Bélgica¹⁰⁵ y el portal *Digital Sigillography Resource* (Digsig), que recopila información de las diferentes bases de datos del Reino Unido¹⁰⁶.

Conclusiones

En los últimos setenta años hemos asistido a un crecimiento cuantitativo y cualitativo de trabajos en diplomática, y se ha producido lo que Olivier Guyotjeannin ha calificado como la expansión de la diplomática. En la actualidad podemos afirmar que la diplomática no se circunscribe en exclusiva a

¹⁰¹ <http://www.palaeographia.org/millesimo/index.htm>, consultado en 2018.01.31.

¹⁰² <http://people.albion.edu/imacinnnes/calendar//Welcome.html>, consultado en 2018.01.31.

¹⁰³ <http://sigillvm.indexrerum.com/jsp/inicio.faces>, consultado en 2018.01.31.

¹⁰⁴ <http://www.sigillotheque.fr/auth/login>, consultado en 2018.01.31.

¹⁰⁵ https://search.arch.be/fr/rechercher-des-archives/resultats/ead/index/zoekterm/moulage/eaid/BE-A0510_005990_005868_FRE, consultado en 2018.01.31.

¹⁰⁶ <http://digsig.org/>, consultado en 2018.01.31.

la documentación altomedieval europea puesto que tenemos numerosos trabajos sobre documentación bajomedieval y moderna de ese ámbito geográfico. Sin embargo, todavía existen numerosas fronteras en la disciplina a la espera de ser exploradas como el documento contemporáneo o el documento extraeuropeo.

Dentro del documento bajomedieval y moderno europeo es necesario asentar las diplomáticas especiales con mayor tradición (diplomática notarial, municipal, episcopal y señorial) mediante la publicación de monografías de conjunto y la actualización del vocabulario internacional. Por otra parte convendría potenciar los estudios de temáticas menos consolidadas (documento de las relaciones internacionales, documento administrativo, documento mercantil, diplomática capitular). Finalmente resultaría interesante avanzar en la aplicación de lenguajes de marcado en las ediciones digitales, lo que supone no solamente encontrar un estándar adecuado, sino también acotar las posibles aplicaciones para la disciplina.

O convento de São Francisco de Jesus de Monção na Época Moderna

The Convent of St. Francis of Jesus of Monção in the Early Modern Era

MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO
Departamento de História da Universidade do Minho/Lab2PT
Instituto de Ciências Sociais
martalobo@ics.uminho.pt
<https://orcid.org/0000-0002-6199-8033>

FLÁVIA OLIVEIRA
Mestre em História/Lab2PT
oliveiramflavia@gmail.com

Texto recebido em / Text submitted on: 23/01/2018
Texto aprovado em / Text approved on: 07/06/2018

Resumo:

O presente trabalho analisa o convento de S. Francisco de Jesus de Monção na Idade Moderna, dando particular relevo aos aspetos relacionados com a vida em clausura, mas estudando também a fundação da instituição e a sua passagem de recolhimento a convento, as admissões, os dotes pagos, as fontes de financiamento e o dinheiro dado a juro. Com as fontes disponíveis, foi possível acompanhar uma instituição desde a sua fundação até ao seu encerramento e compreender a dinâmica de uma instituição feminina de clausura numa terra de fronteira.

Palavras-chave:

Convento de S. Francisco de Jesus; vida religiosa; quotidiano em clausura; Monção.

Abstract:

The present work analyzes the convent of S. Francisco of Jesus of Monção in the Early Modern Age, giving particular importance to the aspects related to the cloistered life, but also studying the foundation of the institution and its passage from the gathering to the convent, admissions, dowries paid, sources of funding and money given at interest. With the available sources, it was possible to accompany an institution from its foundation to its closure and to understand the dynamics of a female cloistered institution on a frontier land.

Keywords:

Convent of S. Francisco of Jesus; religious life; daily in cloister; Monção.

Introdução

No contexto da esfera social moderna, onde a preservação da honra e da pureza constituíam os princípios inerentes à conduta feminina, emergiu, na vila de Monção, o convento de São Francisco de Jesus. Representativo dos ideais monásticos da igreja pós-tridentina, o cenóbio acolheu a busca pela manutenção de uma vida casta, penitente e dedicada a Deus.

Impondo os rigores da clausura e da devoção franciscana no espaço fronteiriço minhoto, a comunidade conheceu distintas fases, assinaladas por mutações de natureza variada. Desde carências de ordem económica à necessidade de mudança do espaço conventual, o cenóbio sentiu as fragilidades da sua localização geográfica, favorável à criação de ambientes hostis e adversos. Impelindo também a alterações de carácter espacial, o modo de convivência entre religiosas gerou problemas, chegando a conduzir, no século XVIII, à intervenção arcebispal e régia. Com um percurso assinalado por algumas arduidades, o convento franciscano figurou as diligências exigidas ao estado religioso, assentes na virtude e perfeição, como as fraquezas intrínsecas à condição humana, numa comunhão entre o divino e o terreno.

De secular a professo: origem e transladação do cenóbio

Com origem no século XVI, o convento de São Francisco de Jesus constitui parte integrante da construção da memória monástica da vila raiana de Monção. Marcada por um certo ecletismo, a presença de ordens religiosas nesta região minhota assinalou-se pela fundação de cinco comunidades, firmadas em princípios regnantes distintos¹.

¹ Agradecemos à Dra. Carla Xavier, do Lab2Pt, a elaboração do mapa.

A primeira fundação conventual em Monção foi o convento masculino de São João de Longos Vales, pelos cônegos regnantes de Santo Agostinho, no século XII. Em 1197, D. Sancho I dotou e coutou o cenóbio, em mercê dos serviços prestados pelo prior D. Pedro Pires, que custeou a torre e fortaleza de Melgaço. Nas origens da freguesia de S. Pedro de Merufe encontra-se a fundação do mosteiro feminino de S. Bento, em 1418. Em 1461, a abadessa Dona Guiomar Rodrigues renunciou ao cargo, em resultado das dificuldades financeiras, conduzindo, assim, à extinção da comunidade. No ano de 1550, foi erguido o mosteiro de monjas beneditinas de Nossa Senhora da Conceição, por Paio Gomes Ferreira. Mais tarde, em 1713, a comunidade foi transferida para o convento de S. Bento, em Barcelos. A presença franciscana fez-se sentir com a fundação do convento de S. Francisco de Jesus, bem como a partir da fixação de uma comunidade de padres capuchos, da província da Conceição, em 1750. Destaque ainda para a presença da congregação do oratório, com a ereção, em 1749, do hospício da Nossa Senhora da Assunção. Leia-se António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa e Descripcam Topografica do Reyno de Portugal*,

Evocando o nome do grande difusor de um espírito humanista na Europa cristã da Idade Média, a instituição viveu a religião sob observância da ordem terceira franciscana², tendo como matriarca Santa Isabel da Hungria³.

À semelhança de outros cenóbios, a evolução histórica do convento de São Francisco de Jesus remonta à fundação de um recolhimento. A criação deste ocorreu em 1563, por D. Catarina da Guerra de Lugo de Alderis que, nuns edifícios modestos e de parca capacidade, se enclausurou com nove donzelas da sua família, devendo obediência ao bispo de Tui⁴. Porém, as dificuldades de ordem financeira, materializadas na falta de rendas para a sustentação do instituto, ameaçaram a sua extinção. Tal não sucedeu, pois a comunidade fruiu do amparo de Lopo Soares, natural da Vila de Monção, fidalgo da Casa Real, à época, secretário de Estado, e de sua mulher D. Joana Correia, descendentes dos “primeiros padroeiros”⁵ da comunidade⁶. Com vista à manutenção da instituição, o casal tomou o seu padroado dando início a uma nova fundação. A partir de uma escritura lavrada em 1591, dotaram o instituto com novas rendas, fundando

tomo I, Oficina de Valentim da Costa Deslandes, 1706, p. 211, 215; Arquivo Nacional da Torre do Tombo (doravante ANTT), *Memórias Paroquiais*, vol. 24, n.º 182, fl. 1232.

² Criada por S. Francisco de Assis, em 1209, a emergência da ordem franciscana em Portugal data de 1217. A ordem terceira regular surgiu entre os séculos XIII e XIV, a partir de “grupos terceiros regulares que se agregaram em vida comum com votos religiosos”. Veja-se António Montes Moreira, “Franciscanos”, in Azevedo, Carlos Moreira (dir.), *Dicionário de História Religiosa de Portugal*, vol. 1, Lisboa, Círculo de Leitores, 2000, p. 273-280.

³ ANTT, *Memórias Paroquiais*..., fl. 1232. Santa Isabel da Hungria foi uma princesa do século XIII, filha do rei André II da Hungria e de Gertrudes Andechs – Meran. Dedicou grande parte da sua vida à prática da caridade, ficando conhecida pelo Milagre das Rosas. Leia-se Pieper Lori, Ofs, *The Voice of a Medieval Women, St. Elizabeth of Hungary as a Franciscan Penitent in the Early Sources for Her Life*, Nova Iorque, Tau Cross Books and Media, 2016, p. 12-26.

⁴ Confira-se Fernando da Soledade, *História Seráfica da Ordem de Frades Menores da Ordem de S. Francisco na Província de Portugal*, vol. IV, Lisboa, Oficina de Manoel e Joseph Lopes Ferreyra, 1709, p. 748. A propósito da passagem a convento leia-se Ângela Atienza Lopéz, “De beatérios a conventos: nuevas perspectivas sobre el mundo de las beatas en la España Moderna”, *Historia Social*, n.º 57 (2007), p. 145-168.

⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais*..., fl. 1232.

⁶ A fundação do convento de São Francisco constituiu um dos exemplos de comunidades religiosas erigidas por entidades nobres e burguesas. Atendendo ao estudo de Ângela Atienza Lopéz e José Luis Betrán Moya, para a aristocracia, este tipo de fundações, traduzia-se numa forma de “ganar la salvacion del alma, sino tambien de arrancar un pedazo de eternidade terrenal, un modo de glorificarse a sí misma y a su linaje, entro los mortales”. Alcançavam-se, assim, objetivos políticos, públicos e particulares. Confira-se Ângela Atienza López; José Luis Betrán, “Religiosos y religiosas. Lazos e intereses de familia en el seno de clero del clero regular en el mundo hispánico de la Edad Moderna”, in Ofelia Rey Castelao; Pablo Cowen (ed.), *Familias en el Viejo y el Nuevo Mundo*, La Plata, Facultad de Humanidade y Ciencias de la Educación, Universidade Nacional de la Plata, 2017, p. 225.

uma comunidade de religiosas professoras⁷. O ano de 1594 assinalou o fim do processo de construção da nova fundação, sendo benzida a igreja conventual por Cristóvão Rebelo, reitor da Vila de Monção e celebrada a primeira missa por frei Manuel Baptista, guardião do Colégio de São Boaventura de Coimbra⁸.

Com a chegada do século XVIII, a permanência na vila de Monção foi interrompida, passando, a comunidade, a residir na cidade de Braga. Em 1769, o cenóbio foi transferido para o colégio de São Paulo, instituição onde estiveram instalados os jesuítas, juntamente com o convento do Bom Jesus de Valença, que havia sido afetado por um grande incêndio⁹. Receando o flagelo da peste, as consequências nefastas de um novo incêndio e considerando inapropriada a presença de ambas as comunidades em “duas Praças de Armas, lugares pouco aptos a observância monástica em hua situação que ameaçava toda a Europa com funestas alterações de guerra”¹⁰, D. José I decidiu extrair os dois conventos da raia minhota¹¹. Estava em causa a situação bélica europeia que não aconselhava a presença de institutos femininos de clausura em praças fronteiriças.

No extinto colégio de São Paulo, ergueu-se o convento de Santa Isabel. Todavia, a convivência entre as duas comunidades era visivelmente marcada por uma particular conflitualidade, em larga medida, impelida por motivos de caráter financeiro¹². Neste contexto e após exposição da situação pelo arcebispo D. Gaspar de Bragança à Casa Real, a rainha Dona Maria I, deferiu, em 1784, a passagem das religiosas de Valença para o convento dos Remédios e a comunidade franciscana de Monção para o mosteiro de Nossa Senhora da Conceição¹³.

Após a transferência para Braga, o edifício do cenóbio ficou à guarda do governador da Praça da vila de Monção, que o deixou entrar em estado de ruína. Entretanto, “tomarão conta delle as ditas Religiosas e o venderão ao Ilustrissimo Senhor Luís Pereira Velho de Moscozo da Quinta da Borjoeira,

⁷ ANTT, *Memórias Paroquiais...*, fl. 1232.

⁸ Arquivo Distrital de Braga (doravante ADB), Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 601, 224, fl. 1.

⁹ ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 601, 224, fl. 1.

¹⁰ ADB, Fundo do convento do Bom Jesus de Valença, F 675, fl. 1.

¹¹ De acordo com a *Notícia histórica do Convento*, a condução das religiosas do convento franciscano para a nova comunidade, em Braga, foi feita com “19 liteiras, e em cada humma hião duas relligiozas, e as suas criadas embestas d’Albarda”. Consulte-se ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 601, 224, fl. 1.

¹² Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais da Igreja Primacial de Braga*, tomo III, Braga, Mitra Bracarense, 1928, p. 350.

¹³ Augusto Ferreira, *Fastos Episcopais...*, cit, p. 352.

por Breve Apostolico que alcançarão do Papa e consentimento Regio”¹⁴. Mais tarde, após 1834, foi novamente vendido, passando a ser propriedade do 3º barão de S. Roque, natural de Caminha¹⁵.

Tomar o hábito: a admissão e profissão das noviças

Fundado para acolher mulheres virtuosas e dedicadas à vida religiosa, o convento de São Francisco de Jesus arrogou a prática devota alicerçada nos valores máximos da vida monástica. Regrado pela ordem terceira franciscana, o cenóbio evocou os princípios inerentes a uma vivência austera e absoluta da religião, firmada nos votos de pobreza, obediência e castidade. Num período onde a mentalidade cristã fundamentava a importância da honra e do recato feminino¹⁶, os conventos emergiram como espaços de encarceramento, dedicados ao controlo dos ímpetus corporais, através de um rigoroso disciplinamento devoto¹⁷. Na Idade Moderna, a honra constituía a maior das virtudes femininas. A mulher virtuosa controlava os seus instintos, ou seja,

¹⁴ A informação atinente encontra-se numa pequena anotação, inserida no tombo de propriedades do convento franciscano à data de junho de 1803. ADB, *Livro do Tombo (1747-1751)*, F 596, fl. 88.

¹⁵ Augusto Soares d’Azevedo Barbosa Pinho Leal, *Portugal Antigo e Moderno*, vol. V, Lisboa, Mattos Moreira e Companhia, 1873, p. 421.

¹⁶ Veja-se Leila Mezan Algranti, *Honradas e devotas: mulheres da colônia. Condição feminina nos conventos e recolhimentos do sudeste do Brasil – 1750-1822*, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1993, p. 110; María Luísa Candau Chácon, “Disciplinamiento católico e identidad de género. Mujeres, sensualidade e penitencia en la España moderna”, *Manuscripts: Revista d’história moderna*, 25 (2007), p. 213; María Luísa Candau Chácon, “Madres e hijas. Familia e honor en la España Moderna”, in Ofelia, Rey Castelao; Pablo Cowen (ed.), *Familias en el Viejo y el Nuevo Mundo...*, p. 186-188.

¹⁷ Lugar de reclusão, o convento operava como um dos meios mais eficazes de domínio do comportamento e postura femininos. A manutenção de uma vida casta constituía um dos principais intentos da mulher que ingressava numa comunidade professa, pois, na castidade, alcançava uma realização paralela ou superior à de esposa e mãe. Numa busca pelo ideal de perfeição, a religiosa devia viver a devoção de forma integral, sob a máxima de renúncia às tentações mundanas. No seio de uma sociedade moralmente rígida, a clausura feminina emergiu como um dos principais veículos conducentes à salvaguarda da mulher convertendo-se, com o Concílio tridentino, na peça mais importante, pensada pelas hierarquias eclesásticas, para os conventos femininos. Marcado por uma forte ação disciplinadora, Trento procurou que a própria arquitetura conventual conduzisse à inviolabilidade da clausura sendo, o acesso ao espaço monástico, controlado pela autoridade eclesástica. Consulte-se Ángela Atienza López, “Las grietas de la clausura tridentina. Polémicas e limitaciones de las políticas de encerramiento de las monjas... Todavía com Felipe IV”, *Hispania*, Vol. LXXIV, n.º 248 (2014), p. 810; Antónia Fialho Conde, “O reforço da clausura no mundo monástico feminino em Portugal e a acção disciplinadora de Trento”, in Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, Torremocha Hernández, Margarita (coord.), *As mulheres perante os tribunais do Antigo Regime na Península Ibérica*, Coimbra, Imprensa

reprimia a sua sexualidade. Entendida como frágil, imperfeita e perigosa, a natureza da mulher, conduzia à necessidade de domínio dos seus impulsos, conducentes ao pecado e, por conseguinte, à alteração da ordem familiar e social tão enraizada no Antigo Regime. Inerente à condição feminina, a essência pecaminosa da mulher, materializada na figura de Eva, exortava à importância da proteção e submissão mulhêril.

Destinado a acolher mulheres honradas, em quase dois séculos de existência, o convento de S. Francisco de Jesus funcionou como um dos centros representativos do monaquismo feminino em Monção.

Na sua longa duração, o cenóbio comportou um número variável de religiosas. Nos inícios do século XVII, residiam no convento 40 freiras¹⁸, o mesmo número descrito em 1659¹⁹. Nos finais da centúria, em 1694, integravam a instituição mais de 60 mulheres²⁰. No princípio do século XVIII, registou-se um considerável aumento, residindo na comunidade, às datas de 1706 e 1709, mais de 90 freiras, número muito similar ao do convento de Nossa Senhora da Conceição, na mesma vila, que, na época, era composto por 100 religiosas e um elevado número de criadas²¹. Na devassa realizada ao cenóbio, em 1743, constatamos que, no período em questão, além das religiosas professoras, este contava apenas com uma noviça, uma conversa e uma secular, não existindo educandas²².

O acolhimento de mulheres leigas assumiu-se como uma prática usual em diversas comunidades conventuais, ao longo do período moderno. Normalmente, constituíam-se como freiras leigas, distinguindo-se das demais religiosas no estatuto e tarefas realizadas. Estas não professavam votos solenes, usavam véu branco e, na generalidade dos casos, eram responsáveis pelos trabalhos mais pesados no interior da clausura. Em muitos casos, o estado de viuvez incitava

da Universidade, 2015, p. 237; Margare Kingt, *A Mulher no Renascimento*, Lisboa, Editorial Presença, 1994, p. 104.

¹⁸ ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 600, 216, fl. 6v.

¹⁹ ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 600, 223, fl. 1v.

²⁰ ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 600, 218, fl. 7v.

²¹ Leia-se António Carvalho da Costa, *Corografia Portuguesa...*, cit., p. 211; Fernando da Soledade, *História Seráfica...*, cit., p. 748.

²² Confira-se Ricardo Manuel Alves da Silva, *Casar com Deus: vivências religiosas e espirituais femininas na Braga Moderna*, Braga, Universidade do Minho, 2011, tese de doutoramento policopiada, p. 336-346; Camilla Russell, "Convent Culture in a Early-Modern Italy: Laywomen and Religious Subversiveness in a Neapolitan Convent", in Megan Cassidy-Welch; Peter Sherlock (ed.), *Practices of gender in Late Medieval and Early Modern Europe*, Turnhout, Brepols Publishers, 2008, p. 57-61. Pode ainda ler-se sobre este assunto Barreiro Mallón, Baudilio, "Las educandas en clausura: convento o matrimonio", in Casal, Raquel et al (eds.), *Galicia monástica*, Santiago de Compostela, Universidad, 2009, p. 311-332.

a entrada no convento, como forma de resguardo e manutenção da castidade. Uma parte da população leiga entrava nos cenóbios por razões educacionais. Usufruindo do estatuto de educandas, estas jovens ingressavam nas comunidades de modo temporário com o intento de lhes ser administrada uma educação baseada nos rigores e preceitos religiosos. No entanto, muitas permaneciam no instituto como religiosas.

Ao mesmo tempo, residiam no cenóbio duas criadas da comunidade e algumas particulares²³. Quanto à porção de religiosas, supomos que o número tenha reduzido, dado que foram inquiridas 34 professoras. O convento reunia em si um número considerável de familiares: irmãs, tias, sobrinhas e primas estavam todas debaixo do mesmo teto. Eram meninas e jovens com posses da elite local.

Às religiosas que escolhessem viver sob a Regra terceira de São Francisco, era exigida fidelidade e obediência ao catolicismo. A entrada num convento franciscano, requeria certas diligências e qualidades, devendo, a candidata ser “bem nascida, virtuosa, de boa fama, sã no corpo e aparelhada para sofrer os trabalhos da religião”²⁴, não sendo aceite caso padecesse de doença contagiosa. O dote assinalava a entrada no noviciado, garantindo uma vida consagrada à religião²⁵. Simultaneamente, funcionava como fonte de rendimento e sustento para o cenóbio, podendo ser constituído “apenas por dinheiro ou integrar dinheiro e outros bens, por exemplo cereais, ou ser pago em propriedades ou foros”²⁶. Ao mesmo tempo, surgiam outras obrigações para com o convento, como “pagar uma esmola para a sacristia ou igreja, o enxoval e a cera”²⁷.

Importa destacar que a escassez de documentação atinente a escrituras de dotes para entrada no convento de São Francisco de Jesus impede a realização de um estudo profundo acerca dos diferentes valores praticados aquando do ingresso na instituição. Porém, os dados disponíveis permitem conhecer algumas particularidades sobre a dotação no convento.

²³ ADB, *Visitas e Devassas*, 169F, fl. 5v.

²⁴ *Constituiçoens Geraes pera todas as freiras, e religiosas sogeitas à obediência da Ordem de N. P. S. Francisco, nesta Família Cismontana*. Lisboa, Officina de Miguel Deslandes, 1693, p. 67.

²⁵ Correspondendo ao período de um ano, o noviciado antecedia a profissão, não sendo permitida a entrada nesta fase antes dos 12 anos de idade. Veja-se *Constituiçoens Geraes...*, cit., p. 68.

²⁶ Para este assunto veja-se Burgo López, Concepción, “La Importancia de los ingresos dotales en la economía monástica femenina durante la Edad Moderna”, *Jubilatio*, Santiago de Compostela (1987) p. 351-361; Artola, A. Miguel, “Sor Maria de Jesus de Agrela y la clausura concepcionista”, in *I Congreso Internacional del Monacato Femenino en España, Portugal y América 1492-1992. Actas*, Tomo II, León, Universidade de León, 1992, p. 213-220; Maria Marta Lobo de Araújo, “Dotes de freiras no mosteiro de Nossa Senhora da Conceição de Braga (século xvii)”, *NW. noroeste: revista de história*, 1 (2005), p. 115.

²⁷ Maria Marta Lobo de Araújo, “Dotes de freiras...”, cit., p. 115.

Perante o estado de carência financeira sentida pela comunidade, no decorrer do século XVII, a autoridade eclesiástica definiu a implementação de algumas normas concernentes à dotação. Na prelatura do arcebispo D. Agostinho de Jesus (1588-1609), foi determinado que as religiosas que ocupassem o cargo de abadessa do convento não podiam quitar, “nem per sy nem por Botos do convento, nenhuma couza das heranças nem dotes das Religiozas a seus pais nem a nenhuma outras pesoas”²⁸, aplicando-se a mesma proibição de quitar as propinas que eram canalizadas para o mosteiro, encontrando-se, a transgressão das normas aplicadas, sujeita a castigo. No governo de D. Afonso Furtado de Mendonça (1618-1626), as advertências foram renovadas, centrando-se, novamente, na quitação dos dotes das noviças: “a abadessa que nem per si nem com as discretas nem com a comunidade toda quite nem consinta quitarsse noviça alguma dote ou legitima em parte ou em todo ou mais razoes pera isso concorram”²⁹. A proibição do usufruto e uso dos dotes por parte da madre abadessa também foi salientada, a par das sanções que foram reforçadas, passando a assentar na pena de excomunhão.

Atendendo às dificuldades vividas, D. Veríssimo de Lencastre (1670-1677) aplicou alterações na quantia do dote. Considerando a modéstia dos valores praticados³⁰ e a necessidade de reforma do convento, em resultado dos danos padecidos na guerra da Restauração³¹, a entrada na comunidade passou a realizar-se a partir de 300 mil réis e esmola de 10 mil réis para a sacristia³². O ingresso de Francisca Pereira, em 1683, inseriu-se neste contexto de alteração dos quantitativos. A candidata, sobrinha de Pereira de Caldas, governador da Praça de Caminha e família muito poderosa localmente, foi dotada pelo seu tio com 300 mil réis de dote, 10 mil réis para a sacristia, 20 mil réis para sustentação no ano de noviciado e 100 mil de propinas³³.

No século XVIII, assistimos a um expressivo aumento no valor do dote. Rosa Teresa de Santa Ana, órfã de pai e mãe, foi dotada pelo irmão, em 1713, com o valor de 600

²⁸ ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 600, 211, fl. 2.

²⁹ ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 600, 211, fl. 2v.

³⁰ No período antecedente às alterações impostas, são apenas conhecidas duas escrituras de dote. É o caso da dotação de Joana do Bale que, em finais do século XVI, foi dotada pelo irmão com 100 mil réis, deixados em herança pelos seus pais falecidos e ainda o exemplo das irmãs Eugénia da Silva e Paula Soares, órfãs de pai e mãe que, em 1631, foram dotadas pelo seu tio com 250 mil réis e 10 mil réis de esmola para a sacristia. ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 600, fls. 1-1v., 209.

³¹ Encontrando-se na linha de fronteira entre Espanha e Portugal, a vila de Monção viveu de modo particular os efeitos do conflito ibérico. Encontrando-se sob ocupação espanhola ente 1659 e 1668, a vila sentiu de modo considerável os danos colaterais da guerra da Restauração. Veja-se Maria Marta Lobo de Araújo, *A Misericórdia de Monção: fronteira, guerras e caridade (1561-1810)*, Monção, Santa Casa da Misericórdia, 2008, p. 238-240.

³² ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 600, 211, fl. 3.

³³ ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 600, 209, fl. 1v.

mil réis e 10 mil para a sacristia³⁴. Em 1732, ingressaram na comunidade, dotadas pelo seu pai, Brízida Maria e Leonarda Teresa com 600 mil réis de dote e 50 mil para a sacristia³⁵. Atentando aos dados expostos, notamos a existência de uma oscilação positiva nos montantes de dote, reveladora da procura de contrapor o parco estado financeiro da instituição e de renovação no campo económico.

A entrada na esfera conventual figurava uma total abnegação das tentações terrenas, devendo, a candidata, durante o período do noviciado, interiorizar os princípios e valores que regiam o monaquismo. Terminada a fase de aprendizagem, a postulante tomava votos, consumando a entrada na vida monástica³⁶. Contudo, antes de ser admitida à profissão, era submetida a um questionário por parte do arcebispo ou de um delegado seu, de modo a garantir que estava pronta a assumir o compromisso solene da profissão:

“(…) como se chama, cuja filha he e donde e natural, que idade tem, se por própria vontade aceita o estado de religiosa e viver em perpetua clausura ou se foi constrangida por medos ou ameaças a ser religiosa, se tem bem entendido os rigores e estatutos do dito Convento no anno do seu noviciado ou se tem dado palavras de casamento por si ou por outrem, ou por conta de algum home”³⁷.

Respondendo de forma positiva às questões colocadas, era concedido aval para a profissão. Esta selava o casamento com Deus, sendo que a partir desse momento, a religiosa devia adotar uma postura casta, humilde e piedosa, encontrando, nas *Constituições Gerais* franciscanas, o código de conduta religiosa da Ordem³⁸.

³⁴ ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 600, sem numeração, fl. 1v.

³⁵ ADB, *Visitas e Devassas*, 169F, fls. 26v.-27.

³⁶ Iniciada a vida professa, a religiosa devia total obediência a Deus e aos seus preceitos. De igual modo, assumia esta obrigação para com o prelado, o provincial da Ordem e a priora. Veja-se Ricardo Manuel Alves da Silva, *Casar com Deus...*, cit., p. 365.

³⁷ ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, F 600, 208, sem paginação. A inexistência de fontes acerca dos questionários efetuados nos variados conventos, impossibilita a realização de uma profunda análise comparativa entre o interrogatório das noviças da presente comunidade e as questões colocadas noutros cenóbios. Todavia, constatamos que as perguntas dirigidas às noviças do convento de São Francisco de Jesus são muito similares às questões realizadas no convento de S. Bento, em Barcelos. Consulte-se Ricardo Manuel Alves da Silva, *Casar com Deus...*, cit., p. 356.

³⁸ Regulamentando a vida religiosa franciscana, as *Constituições Gerais* compunham-se de todos os preceitos e obrigações que deviam reger a vivência monástica submetida à Ordem de São Francisco. Facto é que ao longo da Idade Moderna, assistiu-se ao lançamento de manuais com o escopo de auxiliar as religiosas no alcance de uma integral comunhão divina. As obras *Perfeita Religiosa*, *Pratica della vita spirituale por le monache* ou *A Perfeita Religiosa e thesouro de avisos, e documentos espirituais: com hum tratado de meditacoes devotas a Deos*,

Viver em santidade: modelos de virtude feminina

Construindo um percurso marcado pela perfeição e vivência em absoluto da religiosidade, algumas mulheres distinguiram-se por constituírem verdadeiros exemplos de virtude e santidade monástica. Marcado pela difusão dos valores da pobreza e caridade, a par de um rigoroso despojamento material, o movimento franciscano, assumiu um importante papel no florescimento da santidade feminina, sobretudo nos finais da Idade Média, sendo perpetuadas como modelos de virtude e espiritualidade, Clara de Assis, Madalena de Pazzi ou Santa Isabel da Hungria, por exemplo³⁹.

Também o convento de S. Francisco de Jesus acolheu modelos representativos da virtude e perfeição religiosa, tocados pelo pendor da santidade⁴⁰. As descrições históricas do convento, exaltam algumas figuras que marcaram o monaquismo feminino na vila de Monção, pois “muytas se assinaláraõ no caminho do Ceo com os esmaltes de preciosas prerrogativas”⁴¹. Estas notícias devem, no entanto, ser lidas com a cautela necessária, uma vez que se destinavam a enaltecer o convento, elogiando os predicados das religiosas que o habitavam.

Maria das Chagas, natural da cidade de Braga, protagonizou um dos momentos milagrosos associados às religiosas do cenóbio, narrados nas Memórias Paroquiais de 1758. Inserido num contexto descritivo marcado por uma certa fantasia e forte crença, intrínsecas à mentalidade e cultura populares da época, o evento prodigioso, ocorrido durante três dias após a morte da religiosa, em 1713, assinalou-se por alterações no semblante do cadáver – “abrindo e fechando os olhos, e alguãs vezes mostrava que teve rizo”⁴² – a par

constituem exemplos da criação de obras destinadas ao aperfeiçoamento da vida devota. Veja-se Leila Mesan Algranti, *Honradas e devotas...*, cit., p. 267; Isabel Morujão, “Livros e leituras na clausura feminina de setecentos”, *Revista da Faculdade de Letras: Línguas e Literaturas*, da Universidade do Porto, 19 (2002), p. 117.

³⁹ Consulte-se Maria Filomena Andrade, “A beatitude no feminino: modelos de santidade e formas de poder”, *Discursos: língua, cultura e sociedade*, 3, nº 2 (2000), p. 74.

⁴⁰ Arrogando particular ênfase na história do cristianismo medieval e moderno, a beatitude feminina demonstra a intensidade e fervor na relação com Cristo, traduzida numa completa entrega à penitência e oração. Num exercício de aperfeiçoamento espiritual e de sujeição à austeridade da vida religiosa, muitas mulheres alcançaram a santidade, transformando-se em verdadeiras referências no seio conventual tendo, em muitos casos, a sua vida biografada. Sendo descritos milagres, visões, êxtases ou martírios, estas biografias eternizavam as experiências espirituais de religiosas que viveram em total comunhão com Cristo. Veja-se Margarita Torremocha Hernández, “La Perfecta Casada: del modelo a las representaciones. La biografía de Francisca Zorilla, escrita por su marido”, *Studia Historica. Historia Moderna*, vol. 38, 1 (2016), p. 227.

⁴¹ Fernando da Soledade, *História Seráfica...*, cit., p. 748.

⁴² ANTT, *Memórias Paroquiais...*, fl. 1262.

de sangramento corporal. Mariana da Glória, que tomou o hábito em 1672, tornou-se um “grande exemplo de conhecida virtude de que bastantes provas lhe acontece”⁴³, tal como Joana Batista, descendente de Lopo Soares, Brites de São Jerónima e Luísa de São Vicente, religiosas descuradas “por incúria dos Padres Capellães, que so têm cuidado nos Lucros”⁴⁴. Natural de Valadares, Ângela, criada de Luísa de São Vicente, “foi moça de igual virtude com a religioza sua Ama”⁴⁵. Falecendo no convento, treze anos depois de ter sido sepultada, “se achou o seu corpo desfeito, mas os miolos da cabeça inteiros e perfeitos sem corrupção alguma, dentro da pelicola, e assim se conservão como os da mesma religioza sua Ama a quem se acharão também na mesma forma”⁴⁶.

Estas imagens de mulheres santas encontram-se em vários conventos da época e integram o universo mental do barroco e do misticismo que lhe estava inerente, ao mesmo tempo que servem de propaganda a uma Igreja em plena Contra-Reforma.

Reconhecidas pela virtude em vida e prodígios na morte, inserindo-se numa sociedade fortemente crente, onde a busca por benesses divinas ganhava enorme relevo, figuras como as que expusemos, tornavam-se objeto de admiração e inspiração, funcionando como meio de afirmação quer dos cenóbios, quer das comunidades locais, cultivando a crença popular⁴⁷.

Transgressões e conflitualidade

Inerente ao contexto conventual, assinalado pela manutenção de uma conduta onde imperem a modéstia, austeridade, devoção e honra, encontra-se a construção de um ambiente propiciador de uma convivência harmoniosa. Todavia, os conventos, centros figurativos de uma atmosfera regrada pelo silêncio e submissão, foram também cenário de conflitualidades e desvios às normas impostas.

Neste sentido, coube à autoridade eclesiástica a criação de instrumentos de avaliação e inspeção da vida monástica, visando um maior controlo do comportamento no interior dos cenóbios. A partir da realização de visitas e devassas, procurava-se adentrar no seio monástico, com o escopo de conhecer

⁴³ ANTT, *Memórias Paroquiais...*, fl. 1263.

⁴⁴ ANTT, *Memórias Paroquiais...*, fl. 1263.

⁴⁵ ANTT, *Memórias Paroquiais...*, fl. 1263.

⁴⁶ ANTT, *Memórias Paroquiais...*, fl. 1263.

⁴⁷ Leia-se Ricardo Manuel Alves da Silva, *Casar com Deus...*, p. 566-485.

as infrações cometidas, o trato entre religiosas e o modo de observância da Ordem professada e de repor o cumprimento das normas⁴⁸.

Por decreto do arcebispo D. José de Bragança (1741-1756), em 1743, o convento foi submetido a uma devassa composta por 22 questões, baseadas no cumprimento das obrigações religiosas, na relação entre as freiras, na violação da clausura e transgressão das regras conventuais.

Na inquirição, realizada a 34 freiras e 5 testemunhas exteriores à clausura, foram levantados problemas de variada índole. Pugnando por maior honestidade no trajar, as religiosas mais velhas, acusavam a falta de decore e descrição na indumentária, traduzidas na utilização, pelas religiosas mais recentes, de uma forma de toucado que, por não cobrir o cabelo de forma integral, era considerado indecente e imodesto⁴⁹. Ao mesmo tempo, envergavam roupas e acessórios impróprios ao estado de religiosa. Essas religiosas usavam luvas bordadas, manguitos de variadas cores, sapatos de veludo, saias de camêlão vermelho e cor de ouro, rendas junto ao pescoço, nas camisas, joias com diamantes e pérolas e ainda cruzeiros compridos, a par das composições no rosto com unguentos⁵⁰. A falta de resignação ou obediência por parte de algumas religiosas mais jovens ou a existência de animais domésticos,⁵¹ também figuravam no rol de queixas apontadas pelas religiosas mais antigas.

Nesta altura, o convento estava cindido entre as modernas e as antigas, ou seja entre as freiras mais novas portadoras de um modelo de vida alternativo, que passava por uma imagem exterior mais próxima da vida secular, e as mais velhas, que reclamavam a continuidade do traje.

Mas as religiosas apresentavam outros incumprimentos. Existiam cães no convento, perturbando no coro; faltavam criadas para toda a comunidade; um espaço para o noviciado; existiam amizades ilícitas entre duas freiras; e os

⁴⁸ Sendo anteriores ao Concílio de Trento, as visitas pastorais adquiriram maior ênfase após a reforma tridentina, a partir de uma ação mais incisiva e efetiva no atinente à conduta religiosa. Confira-se Isabel M. R. Mendes Drumond Braga, “Vaidades nos conventos femininos ou dificuldade em deixar a vida mundana (séculos xvii-xviii)”, *Revista da História da Sociedade e da Cultura*, tomo I (2010), p. 307.

⁴⁹ ADB, *Visitas e Devassas*, 169F, fl. 7v. Em resposta à presente acusação, a religiosa Catarina Rosa da Encarnação declarou que “algũas Religiozas sobre quem carrega o trabalho do choro, por acharem muito pezado o toucado desta comonidade mandarão vir hum das Religiozas de Barcelos e fizeram alguns à sua emitação de que uzão por serem mais leves, os quoaes nada tem de imodestos”. ADB, *Visitas e Devassas*, 169F, fl. 20.

⁵⁰ ADB, *Visitas e Devassas*, 169F, fl. 13.

⁵¹ De acordo com os testemunhos, existiam na comunidade dois a três cães de estimação que além de causarem destabilização no coro, incorriam no risco “de se danarem com prejuizo grave das Religiozas”. ADB, *Visitas e Devassas*, 169F, fl. 10v.

familiares jantavam nas grades, factos considerados muito graves e denunciados por algumas das religiosas.

A conduta desviante traduziu-se ainda na aparente quebra das regras intrínsecas à clausura, a partir de conversas ilícitas com o consentimento da abadessa e porteira do convento. Atendendo ao testemunho de Isabel Clara dos Querubins, algumas freiras,

“(...) são costumadas a hir a portaria descompostas, e ahi sustentar conversas com pessoas de fora nos locutorios como são o Padre Feliz Pereira capelão do Regimento e Francisco Manoel filho que ficou do Boticario desta Villa que são frequentes na assistencia deste convento e favorecidos da Madre Abadeça com grades que lhe dá, sem embargo de serem pessoas notadas de pouco honestas (...)”⁵².

A par desta imputação, a mesma religiosa asseverou a existência de conversas frequentes com o reverendo chantre de Lamego e com um frade beneditino. Negando veemente as presentes acusações, as restantes professoras defenderam a manutenção de uma postura digna e virtuosa, justificando as visitas de alguns dos envolvidos por razões meramente honestas⁵³. Acusando a denunciante de falso testemunho, “porque cada dia he pior difamadora do credito das Religiozas”⁵⁴, todas garantiram cumprir os rigores da clausura. Facto é que a constante troca de acusações é reveladora de uma convivência assinalada pela intriga e por uma conflitualidade presente, fruto das agruras e animosidades entre as religiosas⁵⁵.

⁵² ADB, *Visitas e Devassas*, 169F, fl. 10v.

⁵³ Constituinto uma das principais problemáticas no interior do monaquismo, a violação da clausura e a quebra do voto de castidade assumiam particular relevo nas devassas realizadas às comunidades conventuais. A título de exemplo, numa devassa efetuada pelo arcebispo D. frei Agostinho de Jesus ao convento do Espírito Santo de Murça, em 1604, foi conhecida a gravidez de uma religiosa, que tinha dado à luz um ano antes, em 1603. O caso exposto traduz as dificuldades da conservação da intransigência moral exigida na esfera monástica. Com o intento de filtrar a todo o custo o contacto com o exterior, a autoridade eclesiástica procurava impor medidas conducentes ao máximo afastamento do espaço extramuros. No mesmo convento, em 1623, foi decretada a reforma da cerca, sendo tapados todos os buracos existentes e aumentada a sua altura. Confirma-se Ricardo Silva “Violar a clausura, romper a castidade”, *Campos Monteiro*, n.º 3 (2008), p. 187; Ricardo Silva, “Incursões pelo quotidiano de uma comunidade religiosa feminina através das visitas: o convento do Espírito Santo de Murça na primeira metade do século XVII”, *Campos Monteiro*, n.º 4 (2009), p. 299.

⁵⁴ ADB, *Visitas e Devassas*, 169F, fl. 20v.

⁵⁵ Inserida no conjunto de denúncias ligadas à conservação da honra e virtude, Isabel Clara dos Querubins declarou ainda que, de acordo com o que ouvia na comunidade, uma religiosa e uma secular dormiam na “mesma cama e cela”. ADB, *Visitas e Devassas*, 169F, fl. 15. Sobre a história da homossexualidade feminina veja-se Paulo Drumond Braga, *As filhas de Safo*, Lisboa, Texto Editores, 2010; André Cabral Honor, “A exposição da carne: condutas sexuais de

O modo de gestão financeira do convento também foi alvo de observações por parte da religiosa, que denunciou a existência de práticas corruptivas, provando que nestes momentos tudo era escrutinado por parte de quem tinha o poder de devassar:

“(…) a Madre Abbadeça que de prezente serve, no primeiro trienio que o foi fes huã composição com Manoel de Oliveira de Casteloens da Cepeda Bispado do Porto pay de Donna Catherina e mais duas irmãs, que todas tres se achão neste convento sobre o dotte por quoanto sendo o que se ajustou de seiscentos mil reis ella lhe tirou e abateo parte e depois acrescentou em gastos que deu em conta, e senão fizeram (...) e ás mesmas fes a dita Abbadeça que a comonidade lhe perdoasse as propinas como com effeito perdoou como todas as Religiozas podem depor”⁵⁶.

Julgando a administração da abadessa prejudicial ao convento, apontou ainda a entrada da madre Maria Joana de Santo André como danosa para a comunidade, pois aceitando o Cabido o seu ingresso pelo dote de 800 mil réis, o cenóbio apenas recebeu a quantia de 600 mil⁵⁷.

A transferência para a cidade de Braga constituiu o período de maior tensão na história da instituição. A partilha do mesmo espaço conventual com as religiosas de Valença desencadeou uma particular conflitualidade, obrigando à sua separação. Um dos motivos que propiciaram a contenda prendeu-se com a divisão das rendas. Numa carta dirigida ao rei, as religiosas do convento de Valença solicitavam a intervenção deste para colocar termo ao modo de repartição das rendas, que consideravam injusto. Apesar de concordarem com as razões que conduziram à transladação dos conventos para Braga, as religiosas reivindicavam a falta de documentação apostólica que tornasse a união das comunidades e, por conseguinte, dos seus rendimentos, verdadeira e efetiva: “de tudo se colige que entre duas comonidades não há mais que hua associação quanto a morada hua associação providencial e politica e de nenhuma sorte hua união canonica”⁵⁸.

O ponto central da discórdia situava-se na utilização, considerada indevida, “da muita parte das rendas”⁵⁹ das religiosas do convento do Bom Jesus por parte das freiras de Monção, atitude que a comunidade de Valença pugnou nunca

carmelitas reformados na América portuguesa do século XVIII”, *Oficina do Historiador*, vol. 7, n.º 2 (2014), p. 197-220.

⁵⁶ ADB, *Visitas e Devassas*, 169F, fl. 14v.

⁵⁷ ADB, *Visitas e Devassas*, 169F, fl. 15.

⁵⁸ ADB, Fundo do convento do Bom Jesus de Valença, F675, 669, fl. 7v.

⁵⁹ ADB, Fundo do convento do Bom Jesus de Valença, F675, 669, fl. 2.

ter praticado. Segundo as religiosas, era retirado dinheiro do seu capital para suprir as necessidades das freiras de São Francisco de Jesus, cujo dinheiro era colocado a juro. Salientando as dificuldades vividas – “hoje estão endividadas, toda a sua prata vendida, muitas dellas distratadas estão atribuladas de fome e reduzidas ao ultimo extremo de infelicidade”⁶⁰ – solicitaram intervenção régia para poderem vender alguns bens de que dispunham e com o rendimento comprar víveres.

Facto é que, encontrando-se numa situação de frequente divergência, criando uma envolvimento adversa à condição monástica e dado não existir forma de se entenderem, a solução passou por dissolver a fundação conventual de Santa Isabel.

A base financeira do convento

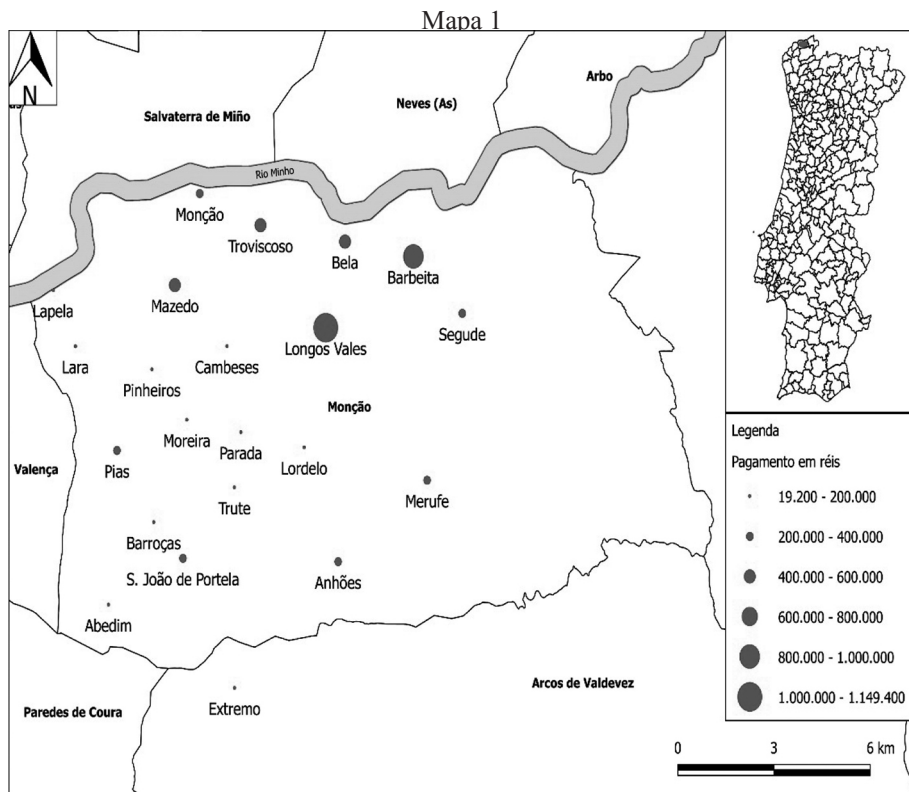
O convento de São Francisco viveu momentos de penúria financeira e alguns de maior desafio. A sua base financeira era proveniente no século XVIII do dinheiro dado a juro, de esmolas, dos dotes e dos rendimentos das igrejas de Luzio e Anhões e do rendimento das propriedades: urbanas e rurais.

O empréstimo de dinheiro a juros foi comum em instituições similares e denuncia um tempo em que a falta de outros investimentos canalizava a liquidez existente para o crédito⁶¹. Tratava-se de um setor lucrativo, mas também muito perigoso devido ao incumprimento e às falências. Mesmo assim, todas as instituições que dispunham de dinheiro, não hesitavam em emprestá-lo a juro.

O convento de São Francisco tinha no concelho de Monção o seu principal raio de ação. Os montantes emprestados eram pequenos e destinavam-se principalmente aos camponeses das terras vizinhas.

⁶⁰ ADB, Fundo do convento do Bom Jesus de Valença, F675, 669, fl. 2.

⁶¹ Leia-se Inês Amorim, “Património e crédito: Misericórdia e Carmelitas de Aveiro (séculos XVII e XVIII)”, *Análise Social*, n.º 41 (2006), p. 693-729.



Fonte: ADB, Fundo do convento de São Francisco de Jesus, n.º 590, fls. 3-279.

Como se comprova através do mapa, a paróquia que mais recorreu ao crédito no período em análise ao convento foi a de Longos Vales, seguida das de Barbeita, Troviscoso e Mazedo. Temos depois outras freguesias que também procuram crédito no cenóbio e por fim algumas em que a procura é muito menor. Se tivermos em atenção a dimensão das paróquias percebemos a existência de uma correlação entre o tamanho das mesmas e o volume do crédito emprestado. A exceção é mesmo a vila de Monção, que apresenta uma

reduzida procura de dinheiro junto do convento, talvez explicada pela existência de mais instituições onde os seus habitantes podiam solicitar crédito e eram conhecidos: Misericórdia, convento de S. Bento, entre outros.

O dinheiro só saía do cenóbio mediante escritura prévia, com fiadores e, por vezes, com hipotecas. Era dado à taxa de 5% e em quantidades pequenas. O montante mais elevado registado foi de 200 mil réis e verificou-se somente uma vez. As quantias mais recorrentes foram de 10 e 20 mil réis, atestando a necessidade de pouco dinheiro para gastos de necessidades, como era a compra de gado ou terras ou ainda a realização de algumas obras de remodelação.

Os solicitadores dos empréstimos eram quase sempre marido e mulher, mas houve também casos de viúvas e de pessoas solteiras. Neste mundo do crédito para além das relações familiares encontram-se também proximidades em termos de vizinhança. Os fiadores são frequentemente moradores no mesmo lugar, gente conhecida, de confiança e a quem se confia o assunto do recurso ao crédito. A grande maioria desta gente está associada ao campo, sendo lavradores, caseiros e jornaleiros.

As receitas de que dispunham eram empregues no governo da casa, mas também no apetrechamento da igreja e da sacristia. A descrição da igreja feita num dos tombos existentes é bem demonstrativa do investimento feito neste setor. Importante pelo lugar que ocupava no âmago da vida religiosa, a igreja era o alvo preferencial dos investimentos, não apenas nas imagens que povoavam os altares, mas também nas alfaías e paramentaria.

Conclusão

O convento de São Francisco de Jesus de Monção foi uma instituição importante em termos locais, por receber as filhas das famílias mais importantes da terra, proporcionando-lhes uma vida religiosa, conducente à perfeição e à santidade.

Era regido pela Regra franciscana e conheceu um movimento importante de religiosas até ao momento, por decisão superior, de encerrar portas e de as suas religiosas rumarem a Braga para serem internadas numa outra instituição conjuntamente com outras religiosas de Valença, igualmente deslocadas.

A instituição nasceu como recolhimento e só mais tarde passou a convento, tal como aconteceu com muitas congéneres. A sua constituição é pouco conhecida e infelizmente, por falta de documentação não a pudemos particularizar. O mesmo se passou relativamente às mulheres que compunham o cenóbio, conhecendo-se mal o noviciado e as admissões. Já a vida interna é melhor conhecida fruto de uma devassa e das fontes impressas existentes.

A conflitualidade e a transgressão foram também estudadas, demonstrando o desvio à norma existente e o espaço de manobra reinante dentro de portas: mulheres contra as normas, mulheres contra mulheres, enfim um pouco de tudo, muito à semelhança do resto da sociedade. Se o convento era um microcosmos, ele existia numa comunidade com quem interagia, muito frequentemente devido aos contactos com os familiares, mas também com outras pessoas.

Quando integradas no convento de Santa Isabel de Braga, as religiosas de Monção mantiveram relações difíceis com as de Valença, também elas deslocadas em Braga. As razões eram variadas, mas as mais graves respeitavam ao financiamento da casa, sendo as de Monção acusadas pelas de Valença de estarem a ser alimentadas por estas.

Sabemos também que a instituição viveu momentos de algum aperto financeiro, embora dispusesse de algumas propriedades e de esmolas. Tinha também no dinheiro a juro uma interessante fonte de rendimento, a qual estudamos para o século XVIII.

Sem condições para continuarem em Monção, pese embora as instalações que possuíam, as religiosas foram enviadas para Braga e com esta decisão encerrou-se o cenóbio, que formou esposas de Cristo ao longo de pouco mais de 200 anos.

**A Metrologia em Portugal em Finais do Século XVIII
e a “Memória sobre Pesos e Medidas”
de José de Abreu Bacelar Chichorro (1795)**

**Portuguese Metrology towards the end of the 18th Century
and the “Memória sobre Pesos e Medidas”
of José de Abreu Bacelar Chichorro (1795)**

LUÍS SEABRA LOPES
Universidade de Aveiro
lsl@ua.pt

<https://orcid.org/0000-0002-5719-5019>

Texto recebido em / Text submitted on: 25/02/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 28/06/2018

Resumo:

Neste artigo, contextualiza-se e transcreve-se integralmente a *Memória sobre Pesos e Medidas* elaborada em 1795 por José de Abreu Bacelar Chichorro, ministro das demarcações das comarcas da Estremadura. Para além de ser um dos mais antigos estudos sobre a metrologia portuguesa, esta memória contém também a primeira proposta de adoção do sistema métrico decimal em Portugal. A proposta não teve consequências imediatas. No entanto, o plano de adoção do sistema decimal, proposto por uma comissão especializada passadas quase duas décadas, que viria a ser aprovado pelo Príncipe Regente em 1814, segue a proposta de Chichorro no essencial.

Palavras-chave:

Metrologia histórica; Sistema Métrico Decimal; rainha D. Maria I; José de Abreu Bacelar Chichorro

Abstract:

In this paper, the *Memória sobre Pesos e Medidas*, written by José de Abreu Bacelar Chichorro in 1795, is contextualized and a full transcription is given. At that time, the author was the minister leading the reform of administrative and judicial territories in the province of Estremadura. Besides being one of the earliest studies on Portuguese metrology, the *Memória* contains the first proposal for the adoption of the Decimal Metric System in Portugal. This proposal did not produce immediate effects. However, the plan proposed by a specialized commission nearly two decades later, and approved by the Prince Regent in 1814, matches Chichorro's proposal in all the essentials aspects.

Keywords:

Historical metrology; Decimal Metric System; queen Maria I of Portugal; José de Abreu Bacelar Chichorro.

1. Introdução

Historicamente, a metrologia era sobretudo local e regional¹. Os pesos e as medidas variavam de município para município, mais ainda de região para região ou de país para país. Na Europa medieval, a diversidade dos sistemas metrológicos era potenciada pela fragmentação do território em pequenos reinos, pelo isolamento resultante dos tempos de viagem, pela instabilidade de fronteiras e pelas influências colonizadoras dos povos invasores. Na fase de conquista e organização do território de Portugal, a diversidade de sistemas metrológicos foi sendo legitimada através dos forais. Nas regiões mais periféricas, prevaleceram as tradições locais, frequentemente sob influência de cidades castelhanas vizinhas. No litoral e no sul, a outorga do mesmo foral a Coimbra, Santarém e Lisboa em 1179 marca o início de um movimento uniformizador². As principais tentativas de uniformização da metrologia portuguesa hoje conhecidas ocorreram nos séculos XIV a XVI³.

Na Idade Média, a diversidade dos sistemas e normas numéricas associadas era extrema: o maior moio era cerca de 80 vezes superior ao moio mais pequeno; o maior almude era cerca de 30 vezes maior que o almude mais pequeno; o maior alqueire era 7 ou 8 vezes maior que o alqueire mais pequeno. Na época moderna, os esforços de D. Manuel I e de D. Sebastião conseguiram fazer convergir os alqueires para a mesma ordem de grandeza, grosso modo para valores entre 13 e 20 litros. O estudo da distribuição estatística dos alqueires na primeira metade do século XIX evidencia a coexistência de 7 padrões principais⁴. Nas medidas de líquidos, o panorama era similar. No domínio dos pesos, a base ponderal introduzida por D. Manuel I parece ter sido claramente dominante ao longo de toda a época moderna⁵. No domínio das medidas lineares, terá existido

¹ Witold Kula, *Measures and men*, trad. R. Szepter, New Jersey, Princeton University Press, 1986; Moritz Wedell, “Numbers”, in *Handbook of medieval culture. Fundamental aspects and conditions of the European Middle Ages*, Berlin; Boston, De Gruyter, 2015, p. 1205-1261.

² Luís Seabra Lopes, “Sistemas legais de medidas de peso e capacidade do Condado Portucalense ao século XVI”, *Portugalia*, nova série, 24 (2003), p. 131-137.

³ Sebastião Francisco de Mendo Trigo, “Memória sobre os pesos e medidas portuguesas e sobre a introdução do sistema metro-decimal”, *Memórias Económicas da Academia Real das Ciências de Lisboa*, vol. V, Lisboa, 1815, p. 350-374; Luís Seabra Lopes, “Sistemas legais de medidas...”, cit., e “A cultura da medição em Portugal ao longo da história”, *Educação e Matemática*, 84 (2005), p. 42-48.

⁴ Luís Seabra Lopes, “Medidas portuguesas de capacidade: origem e difusão dos alqueires usados até ao século XIX”, *Revista Portuguesa de História*, 36: 2 (2002-2003), p. 345-360.

⁵ João Baptista da Silva Lopes, *Memoria sobre a reforma dos pesos e medidas em Portugal segundo o Sistema MétricoDecimal*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1849, p. 54 e 81; Luís Seabra Lopes, “Sistemas legais de medidas...”, cit., p. 149-154, e “As pilhas de pesos de

uma uniformidade significativa desde o século xiv⁶. Quanto à estrutura, era frequente a utilização de subdivisões binárias, devido à facilidade do cálculo, tendo existido sistemas puramente binários⁷.

Apesar de as sucessivas tentativas de uniformização metrológica terem progressivamente atenuado a diversidade estrutural, terminológica e quantitativa no domínio da metrologia, a verdade é que essa diversidade continuou a ser um problema em Portugal, como por toda a Europa, ao longo da época moderna. Essa diversidade causava sérios embaraços ao comércio e facilitava a ocorrência de fraudes.

Várias nações europeias desenvolveram ao longo de toda a época moderna conjuntos notáveis de estudos dedicados à metrologia, uns mais centrados na história dos sistemas metrológicos antigos e/ou existentes e outros orientados, quer para a reforma desses sistemas, quer para a proposta de sistemas inteiramente novos. Na segunda metade do século xvii, emerge a ideia de desenhar um sistema metrológico de base invariável e com estrutura decimal⁸, compatível portanto com o sistema decimal de numeração em uso na Europa desde longa data. Emergia já nessa época aquela preocupação com o rigor quantitativo que seria uma das marcas da cultura iluminista⁹. A ideia do sistema decimal de base invariável foi trabalhada pelos homens de ciência durante mais de um século¹⁰. A França revolucionária e imperial de finais do século xviii seria a primeira nação a introduzir um sistema desse tipo, o *Sistema Métrico Decimal*, que está na base do atual *Sistema Internacional de Unidades*. A estrutura e terminologia do novo sistema já estavam definidas em 1795. Com a construção dos padrões definitivos do metro e do quilograma, o sistema entrou em vigor em 1799. Por limitações de espaço, não entro em detalhes sobre esse processo,

Dom Manuel I: contributo para a sua caracterização, inventariação e avaliação”, *Portugalia*, Universidade do Porto, n.º 39 (2018) p. 217-251. Sobre a variabilidade dos pesos efetivamente usados, ver Luís Seabra Lopes, “A coleção de pesos de ferro sem forma determinada do Museu Nacional Machado de Castro”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 21 (2018), p. 197-208.

⁶ Mário Barroca, “Medidas-padrão medievais portuguesas”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, 2.ª série, 9 (1992), p. 53-85.

⁷ L. Seabra Lopes, “A cultura da medição...”, cit.

⁸ John Wilkins, *An essay towards a real character and a philosophical language*, London, 1668, p. 190-192; Gabriel Mouton, *Observationes diametrorum Solis et Lunae apparentium*, Lyon, 1670, p. 427-448.

⁹ Tore Frängsmyr, John L. Heilbron, Robin E. Rider (eds.), *The quantifying spirit in the 18th century*, Berkeley; Los Angeles; Oxford, Univ. California Press, 1990.

¹⁰ John L. Heilbron, “The measure of enlightenment”, in T. Frängsmyr et al. (eds.), *The quantifying spirit...*, cit., p. 207-242.

tanto mais que a memória inédita publicada adiante apresenta alguma dessa informação. O assunto está, de resto, bem documentado na literatura¹¹.

2. O espírito reformista de finais do século XVIII

A literatura metrológica portuguesa anterior ao século XIX é surpreendentemente escassa, sobretudo quando comparada com a que se foi publicando em outros países Europeus. A escassez de reflexões sobre possíveis reformas do nosso sistema poderá, em parte, explicar-se pelo relativo sucesso das reformas do século XVI. Talvez, de facto, Portugal gozasse de um grau de uniformidade superior ao que se verificava em outras nações. No entanto, ao nível dos estudos históricos, também pouco se avançou.

A primeira grande recolha de dados documentais para a história da metrologia portuguesa ficou a dever-se a Viterbo. Essa recolha, longe de sistematizada, encontra-se distribuída por numerosas entradas do seu famoso *Elucidário*, publicado em 1798-1799. O autor, que escrevia já na fase inicial de introdução do sistema decimal em França, não lhe faz qualquer referência, mas observa:

“Entre os grandes objectivos, que deveriam entrar numa fundamental reforma da civilidade portuguesa, deveria ter um lugar distinto a escrupulosa igualdade das medidas”¹².

“À vista da variedade tanta que antigamente houve na teiga, e que hoje em grande parte observamos extinta, seria bem para desejar que huma uniformidade das medidas se adoptasse e estabelecesse em toda a monarchia. A razão, a justiça e a mesma utilidade dos povos o estão requerendo, a fim de que o pretexto da maior ou menor medida não possa embaraçar a taxa por que os fructos deverião correr fóra já da mão do lavrador. Por este modo se poria termo á desbragada ambição dos rendeiros, atravessadores e regatoens, e o miseravel povo não seria precisado a pagar pelo mesmo exorbitante preço a medida grande e a pequena”¹³.

Era este o espírito do tempo. Não tendo havido, aparentemente, reformas metrológicas importantes em Portugal nos séculos XVII e XVIII, este período tem sido dos menos estudados do ponto de vista da história metrológica.

¹¹ Guillaume Bigourdan, *Le Système Métrique des Poids et Mesures*, Paris, Gauthier-Villars, 1901; Kula, *Measures ...*, cit., p. 228-288; Heilbron, “The measure ...”, cit..

¹² Fr. Joaquim de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário das palavras, termos e frases que em Portugal antiguamente se usarão*, ed. crítica de Mário Fiúza, Porto-Lisboa, Livraria Civilização, 1965-1966, s.v. ‘medida velha’, vol. 2, p. 397.

¹³ Fr. J. de Santa Rosa de Viterbo, *Elucidário ...*, cit., s. v. ‘teiga rasoira’, vol. 2, p. 582.

É conhecida a consulta do senado da câmara de Lisboa de 1772/05/29 que pedia ao rei uma “lei mandando que em todo o reino sejam as medidas de líquidos, dos aridos e dos extensos ou continuos eguaes ás de Lisboa”¹⁴. Essa mesma consulta propunha a forma de operacionalizar a pretendida uniformização, mas a proposta não parece ter tido seguimento.

Sabe-se que, a partir de 1788, o novo governo de D. Maria I elegeu como um dos seus principais objetivos a elaboração de uma nova Carta do Reino, rigorosa e atualizada, isenta dos numerosos erros e imprecisões que eram bem conhecidas nas cartas então disponíveis. Esse processo, preparado inicialmente em estreita articulação com a Academia Real das Ciências de Lisboa, seria dirigido, a partir de 1791, por Francisco António Ciera, matemático, astrónomo, professor da Academia Real da Marinha¹⁵. Para ser rigorosa, a cartografia tem que assentar em metrologia também rigorosa. Verdier, cujos escritos contêm informações importantes sobre os esforços de uniformização empreendidos no reinado de Dona Maria I (1777-1816), refere que Ciera, pretendendo determinar valores tão aproximados quanto possível para as medidas lineares portuguesas, recolheu e avaliou os padrões da vara de “todas as administrações publicas”¹⁶. Investia-se também nas vias de comunicação, colocando-se marcos ou padrões a assinalar as léguas, pelos quais se vê que a légua tinha sido fixada em 3804 passos geométricos¹⁷.

Em paralelo, desenvolviam-se outros esforços de maior alcance, que Verdier refere laconicamente:

“Em 1791, S.M. a Rainha N.S., nas instruções á lei, pela qual estabelece ministros encarregados da divisão e demarcação das comarcas do reino, prescreve indagações particulares e propostas que os ditos ministros deverião fazer sobre o melhor methodo de se obter huma exacta e geral uniformidade

¹⁴ Esta consulta está publicada por Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a história do município de Lisboa*, Lisboa, Tipografia Universal, 1885-1910, vol. xvii, p. 369-377; a ela se refere brevemente David Justino, *A formação do espaço económico nacional (Portugal, 1810-1913)*, Lisboa, Vega, 1988-1999, vol. 2, p. 195.

¹⁵ Carlos Moura Martins, *O programa de obras públicas para o território de Portugal continental: 1789-1809*, Coimbra, FCTUC, 2014 (tese de doutoramento policopiada), vol. 1, p. 77-90.

¹⁶ Timóteo Lécussan Verdier, “Memória sobre os pesos e medidas portuguezas comparadas com as francezas”, *Observador Lusitano em Pariz*, t. I, Paris, 1815, p. 527-528.

¹⁷ Indicação dada nos *padrões da estrada do Ribatejo* colocados em 1788 (António Vaz Pato, “A primeira sinalização rodoviária moderna em Portugal: os Marcos do Conde de Valadares (1788). Um património a preservar”, *1.º Encontro de Estradas e Arqueologia: Actas*, Lisboa, Junta Autónoma de Estradas, 1999, p. 63-76). Vários destes marcos estão classificados como Imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 32973, de 1943/08/18, no *Diário do Governo*, I Série, n.º 175).

em todas as medidas. Não tenho presente essa lei nem a que poucos annos depois promulgou o Principe R.N.S., a qual, estabelecendo os cosmógrafos de comarcas, trata igualmente da mesma providencia”¹⁸.

De facto, a lei de 1790/07/19 regulamentava as jurisdições concedidas a donatários de forma a garantir um acesso uniforme de todos os súbditos à justiça¹⁹. Um ano e meio depois, o alvará de 1792/01/07 extinguiu as ouvidorias de donatários e prescrevia diversas orientações relativas à racionalização dos limites das comarcas²⁰. Nenhum destes diplomas fala de pesos e medidas. Verdier fala de umas instruções dadas em 1791 aos ministros encarregados das demarcações das comarcas, mas parece haver erro no ano. Há no entanto um fundo de verdade. A carta em que D. Maria I nomeou José de Abreu Bacelar Chichorro para o cargo de “Juiz Demarcante da Provincia da Extremadura”, datada de 1793/01/17, mas que remete para uma “jmmediata resolução” régia de 1792/07/02, contém de facto um conjunto de instruções e, entre elas, a seguinte:

“Averiguareis e informar-vos-eis, juntamente com individuação particular [...], dos pesos e medidas que nellas [i.e. nas comarcas] se usaõ, e da sua differença ou uniformidade, dos inconvenientes que daquella podem resultar e resultaõ com effeito, e das ventagens que desta [i.e. desta uniformidade] se podem seguir ao commercio e ao Estado”²¹.

Uma década mais tarde, na continuação destas reformas, o alvará com força de lei de 1801/06/09, a que Verdier também alude, mandava criar em várias estruturas da administração pública cargos que seriam preenchidos por matemáticos, entre os quais se contava o cargo de “cosmógrafo de comarca”²². Aqui, estranhamente, nada se diz sobre pesos e medidas, mas certamente estaria implícito. Semanas depois, o alvará de 1801/08/29, que criou a Junta de Direcção Geral dos Provimientos de Boca do Exército, determinava que essa

¹⁸ T. L. Verdier, “Memória sobre os pesos e medidas ...”, cit., p. 523.

¹⁹ António Delgado da Silva, *Collecção da legislação portugueza desde a ultima compilação das Ordenações*, Lisboa, Typographia Maignrense / Typ. L.C. Cunha, 1825-1841, vol. 3, p. 606-613.

²⁰ A. Delgado da Silva, *Collecção da legislação...*, cit., vol. 4, p. 55-60.

²¹ José de Abreu Bacelar Chichorro, *Memoria economico-politica da provincia da Extremadura*, 1795, publicado por Moses Bensabat Amzalak, *A memória económico-política da provincia da Extremadura de José de Abreu Bacelar Chichorro*, Lisboa, Gráfica Lisbonense, 1943, p. 31-32.

²² A. Delgado da Silva, *Collecção da legislação...*, cit., vol. 4, p. 707-710.

mesma Junta procurasse “ter as medidas aferidas de todas as terras do reino” e que, além disso, ficava encarregada de propor:

“os methodos que dividir mais próprios e commodos para que em todo o reino se introduza, lenta e sucessivamente o uso de uma só medida e debaixo de princípios inalteráveis, quaes os que se tem adoptado por muitas nações da Europa”²³.

Esta parece ser a primeira referência a “princípios inalteráveis” na legislação portuguesa relativa à metrologia. Tal referência remete para as investigações realizadas em vários países desde a segunda metade do século xvii e que deram origem ao sistema métrico decimal introduzido em França na última década do século xviii. A introdução do sistema decimal foi, no entanto, um processo longo e cheio de avanços e recuos, desde logo no caso francês. Só no final do século xix a internacionalização do sistema decimal ficaria assente em bases mais sólidas, na sequência da assinatura da Convenção do Metro, por 17 nações, em 1875. Portugal, que foi um dos signatários, foi também um dos primeiros países a dar passos efetivos no sentido da adoção do novo sistema. Uma primeira tentativa, aprovada pelo Príncipe Regente, futuro D. João VI, em 1814, seria interrompida pela revolução liberal. Só a partir de 1852 o sistema métrico decimal entraria gradualmente em vigor em Portugal²⁴.

3. Bacelar Chichorro: breve resumo biográfico

Os dados biográficos até agora conhecidos sobre José de Abreu Bacelar Chichorro são relativamente escassos e não totalmente corretos²⁵. Na memória transcrita adiante, o autor diz ser natural de Montemor-o-Velho, onde deve ter sido criado: “Na villa de Montemor-o-Velho, donde sou filho...”. Sua mãe, Caetana Angélica Borges Chichorro de Azevedo, era de facto natural da

²³ A. Delgado da Silva, *Collecção da legislação...*, cit., vol. 4, p. 736-742, §17.

²⁴ Sobre as tentativas de reforma dos pesos e medidas realizadas a partir de 1812, veja-se a síntese clássica de João Baptista da Silva Lopes, *Memoria sobre a Reforma...* cit., e o estudo recente de Rui Miguel Carvalhinho Branco, *The cornerstones of modern government. Maps, weights and measures and census in liberal Portugal (19th century)*, Florença, European University Institute, 2005, p. 100-166 e 218-296.

²⁵ Inocêncio F. Silva, *Diccionario bibliographico portuguez. Estudos applicaveis a Portugal e ao Brasil*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1858-1878, t. IV, p. 181; J. M. Esteves Pereira, G. Rodrigues, *Portugal. Diccionario historico, biographico, heraldico, chorographico, numismatico e artistico*, Lisboa, J. Romano Torres Ed., 1904-1915, vol. 2, p. 1021; M. B. Amzalak, *A memória económico-política...*, cit., p. 12-13.

freguesia de São Martinho de Montemor-o-Velho. Curiosamente, José de Abreu Bacelar Chichorro, que nasceu em 1756/05/23, foi batizado na freguesia de São Martinho do Bispo, junto a Coimbra²⁶.

O pai, Francisco José de Abreu Bacelar, era natural de Coimbra. Seguiu o curso de Cânones na Universidade de Coimbra entre 1727 e 1734. Neste último ano, em 1734/05/13, recebeu carta de Familiar do Santo Ofício²⁷. Apenso ao processo de habilitação ao Santo Ofício, está o processo de diligências de sua mulher, Caetana Angélica, processo esse que teve aprovação em 1754/05/13. Por mercê de D. João V de 1744/01/15, Francisco José foi Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo²⁸. Em 1750/09/18, foi provido no cargo de Mamposteiro-Mor dos Cativos²⁹.

José de Abreu Bacelar Chichorro também cursou Cânones em Coimbra, entre 1766 e 1771, formando-se com apenas 15 anos³⁰. Os biógrafos dizem que José de Abreu Bacelar Chichorro foi bacharel em Leis, mas, como se vê, foi-o em Cânones. Em 1787, residia em Tomar, onde era Provedor.

Em Tomar, conheceu Brites Luísa de Vasconcelos Mascarenhas, viúva, natural de Borba. Segundo um contemporâneo, esta senhora “cazou 2ª vez por amores” com o nosso José de Abreu Bacelar Chichorro “depois de haver grandes cotorias, porque os thios e pais da senhora quizerão embaraçar o casamento”³¹. Confirma-se que, em 1787/07/28, “Joze de Abreu Bacellar Chichorro e Payva, actual morador desta vila e Provedor desta Comarca de Thomar, natural da freguezia de São Martinho do Bispo” casou com a referida Brites Luísa na “capella ou oratório das cazas” da noiva³².

²⁶ Batizado em 1756/06/08 (Arquivo da Universidade de Coimbra, Paróquia de São Martinho do Bispo, III-2ªD, fl. 296v).

²⁷ Arquivo Nacional Torre do Tombo (=ANTT), Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Francisco, m. 53, doc. 1070.

²⁸ Com uma tença de 12\$000 réis (ANTT, Registo Geral de Mercês, Mercês de D. João V, liv. 5, fl. 184). O registo de casamento do filho, citado adiante, refere-o como “Francisco de Abreu Bacellar, Cavalleyro Professo na Ordem de Christo”.

²⁹ ANTT, Registo Geral de Mercês de D. José I, liv. 1, fl. 88.

³⁰ Sob o nome de José de Abreu Bacelar de Azevedo, tem matrícula em Instituta datada de 1765/10/01 e matrículas em Cânones datadas de 1766/01/01, 1767/10/01, 1768/10/01, 1769/10/01, 1770/10/01.

³¹ Manuel J. C. Felgueiras Gaio, *Nobiliário de famílias de Portugal*, reedição fac-similada, Braga, Carvalhos de Basto, 1989, tit. “Garcias Monizes”, §11, n. 11, p. 69.

³² Era filha de Joaquim José de Vasconcelos Mascarenhas, natural de Évora, e de Brites Luísa Cardoso Moniz Castelo Branco, de Borba, e viúva de Francisco Xavier da Mota Pessoa de Amorim (ANTT, Registos Paroquiais, Santarém, Tomar, São João Batista, C-1, fl. 64v-65).

Em 1793/01/17, no contexto da reforma das comarcas, Bacelar Chichorro foi nomeado por Dona Maria I “Juiz Demarcante da Provincia da Extremadura”³³. Em 1795, ele próprio se identificará como “ministro encarregado da divisão das comarcas e objectos d’economia politica da mesma provincia”³⁴ ou, por outras palavras, como “ministro das demarcações das comarcas, com beca honorária, na provincia da Extremadura”³⁵.

Segundo os seus biógrafos, Bacelar Chichorro terá alcançado o lugar de Desembargador dos Agravos da Casa da Suplicação de Lisboa, tendo sido também Cavaleiro Professo da Ordem de Cristo e membro do Conselho de D. Maria I e de D. João VI³⁶. Parte desta informação confirma-se através da carta régia de 1819/01/07, pela qual foi dado o hábito de Cristo a “Joze de Abreu Bacelar Chixorro, Desembargador da Caza da Suplicação”³⁷. Terá sido também Juiz Conservador da Nação Italiana³⁸.

Em vida, Bacelar Chichorro publicou anonimamente uma obra sobre a primeira invasão francesa³⁹ bem como uma tradução de correspondência trocada entre a Santa Sé e o Governo Francês⁴⁰. Entre os trabalhos que deixou manuscritos, foi já publicada a *Memória Económico-Politica da Provincia da Extremadura*, que elaborou enquanto Juiz Demarcante dessa provincia⁴¹. Amzalak, a quem se deve a publicação desta memória, diz não conhecer outras memórias manuscritas⁴². No entanto, existem pelo menos mais três:

- *Memoria sobre Pesos e Medidas*, também datada de 1795, transcrita adiante;
- *Memoria sobre a Administração Actual das Rendas Reais que se Recebem em Espécies e Método de Melhorar este Ramo da Fazenda* (1802)⁴³; e

³³ J. A. Bacelar Chichorro, *Memoria economico-politica*..., cit., p. 31-32.

³⁴ J. A. Bacelar Chichorro, *Memoria economico-politica*..., cit., rosto.

³⁵ *Memória sobre pesos e medidas*, transcrita adiante.

³⁶ Inocêncio F. Silva, *Diccionario bibliographico*..., cit., t. 4, p. 181; J. M. Esteves Pereira, G. Rodrigues, *Portugal. Diccionario histórico*..., cit., vol. 2, p. 1021.

³⁷ ANTT, Registo Geral de Mercês, D. João VI, Liv. 14, fl. 86v.

³⁸ J. M. Esteves Pereira, G. Rodrigues, *Portugal. Diccionario histórico*..., cit., vol. 1, p. 207.

³⁹ J. A. Bacelar Chichorro, *Relação breve e verdadeira da entrada do exercito francez, chamado de Girona, em Portugal em Novembro de 1807*, Lisboa. Of. S. T. Ferreira, 1809; autor identificado por Inocêncio F. Silva, *Diccionario Bibliographico*..., cit., t. 4, p. 181.

⁴⁰ J. A. Bacelar Chichorro, *Correspondência authentica e completa dos ministros de Sua Santidade com os agentes do governo francês [...] Traduzida do original italiano*, Lisboa, Impr. Régia, 1809, tradutor identificado por Inocêncio F. Silva, *Diccionario Bibliographico*..., cit., t. 4, p. 181.

⁴¹ J. A. Bacelar Chichorro, *Memoria economico-politica*..., cit..

⁴² M. B. Amzalak, *A Memória económico-política*..., cit., p. 12.

⁴³ ANTT, Condes de Linhares, m. 21, doc. 43.

— *Memória sobre a Criação de um Arquivo Publico nas Cabeças das Comarcas, para a Guarda dos Livros e Papeis Públicos* (1802)⁴⁴.

Depois da revolução liberal, encontramos o já idoso desembargador no cargo de vereador do Senado da Câmara de Lisboa. Em 1821/03/26, ainda subscreveu uma proclamação do Senado que enaltecia os “*sentimentos liberaes*” e dava vivas a D. João VI e à Constituição⁴⁵. Continuava vivo em 1821/05/26, sendo referido como “*Desembargador Vereador do Senado José de Abreu Bacelar Chichorro*”⁴⁶. Terá morrido em 1822/10/23, segundo uma informação que não confirmei⁴⁷.

4. A Proposta de Bacelar Chichorro

A *Memória Económico-Política da Província da Estremadura*, que Bacelar Chichorro elaborou ou concluiu em 1795, e que se conservou em forma manuscrita durante século e meio, é hoje bem conhecida dos historiadores que estudam os finais do século XVIII em Portugal⁴⁸. Ao longo de 17 capítulos, o autor discute vários temas de economia política e apresenta diversas ideias e propostas tendentes ao desenvolvimento do país em geral e da província da Estremadura em particular. Começa por apresentar a noção de riqueza pública, analisando o problema de como a avaliar. Discute aspetos relacionados com o povoamento, a industrialização, obstáculos à industrialização, influência dos tributos nas indústrias, o estado dos pesos e medidas e a necessidade da sua uniformização. Apresenta ideias para a reforma militar e eclesiástica, promoção da agricultura, comércio e artes, associativismo, etc. Transparece um pensamento económico largamente influenciado por Adam Smith (1723-1790)⁴⁹.

Um dos capítulos é inteiramente dedicado aos pesos e medidas. Começa por referir que as câmaras se julgavam com autoridade para regular as medidas de sólidos e líquidos, “alterando-as segundo a sua vontade”. Identifica os pesos

⁴⁴ ANTT, Condes de Linhares, m. 21, doc. 44. Estas duas memórias foram remetidas a Rodrigo de Sousa Coutinho, futuro 1.º conde de Linhares, em anexo a um ofício datado de 1802/02/24 (ANTT, Condes de Linhares, m. 21, doc. 42).

⁴⁵ *Diário da Regência*, nº 76, 1821/03/29.

⁴⁶ *Diário da Regência*, nº 124, 1821/05/26, suplemento.

⁴⁷ J. M. Esteves Pereira, G. Rodrigues, *Portugal. Dicionário histórico...*, cit., vol. 2, p. 1021.

⁴⁸ J. A. Bacelar Chichorro, *Memória económico-política...*, cit..

⁴⁹ M. B. Amzalak, *A Memória económico-política...*, cit., p. 13. Sobre a evolução do pensamento económico em Portugal nesta época, veja-se a síntese de A. Almodovar, J. L. Cardoso, *A history of Portuguese economic thought*, London; New York, Routledge, 2001, p. 36-54.

e medidas correntes, fala sobre a “desordem das medidas” e resume a história das sucessivas reformas. Refere os contactos que havia estabelecido com as câmaras da Estremadura a propósito deste assunto, das quais tinha recebido amplo apoio à ideia de se promover a uniformidade das medidas. Apenas uma câmara (Ourém) terá respondido que preferia manter as suas medidas. Bacelar Chichorro conclui manifestando-se a favor de uma “regulação das medidas de solidos e líquidos de modo que sejaõ as mesmas nas diferentes provincias, villas e cidades do Reyno”. Quanto à questão de saber quais os pesos e medidas que ficariam em vigor após a uniformização, o autor deixa a resposta para um documento mais especializado:

“A exposição de semelhante materia pede uma narração extensa, factura d’alguns calculos, e diversas combinações, que me fariaõ sahir da brevidade do systema que fui obrigado a tomar, e por isto me resolvi a dar o meu voto em separado! O que fara o meu Plano de Medidas, que junctarei a esta memoria, e ahi direi quaes são as minhas ideas, e as minhas combinações.”⁵⁰

De facto, Bacelar Chichorro elaborou no mesmo ano de 1795 uma *Memoria sobre Pesos e Medidas* que se tem mantido quase desconhecida⁵¹. A elaboração de uma memória separada, especificamente dedicada à metrologia, evidencia a importância que o autor atribuía a este assunto. As duas memórias elaboradas pelo autor naquele ano formam um conjunto, elaborado nas mesmas circunstâncias e com as mesmas motivações. Estando já publicada uma delas, entende-se oportuno publicar a que ainda está inédita. Neste artigo, oferece-se uma transcrição integral da memória relativa a pesos e medidas, facilitando assim o acesso ao conjunto das reflexões de Bacelar Chichorro relativas a economia política.

Na *Memória sobre Pesos e Medidas*, o autor começa por realçar o papel central dos pesos e medidas nas sociedade humanas e a sua antiguidade, fazendo breves referências aos locais onde diferentes povos conservavam os padrões. Lamenta que os historiadores portugueses não tivessem até então esclarecido aspetos importantes da nossa metrologia, como por exemplo os locais de conservação dos padrões e a matéria de que eram feitos. Recolhe alguma informação documental sobre esse assunto. Refere, a esse propósito, a existência de padrões de medidas lineares numa torre do castelo de Montemor-o-Velho, a qual era no seu tempo sugestivamente designada como “Torre das Medidas” (Fig. 1). Estes padrões ainda existem (Fig. 2), sendo de realçar que não aparecem referidos na literatura metrológica atualmente disponível.

⁵⁰ J. A. Bacelar Chichorro, *Memoria economico-politica...*, cit., cap. 12.

⁵¹ Refere-a brevemente D. Justino, *A formação do espaço económico...*, cit., vol. 2, p. 195.

Na continuação, Bacelar Chichorro disserta sobre as fraudes e enganos que os sistemas metrológicos vigentes ocasionavam. Argumenta, com base em experiências holandesas e francesas, que os cereais não deveriam ser medidos pelo volume (usando as medidas de capacidade), mas sim pelo peso. Dá bastante atenção à forma como diferentes povos em diferentes épocas procuraram garantir a conservação e a invariabilidade dos padrões de pesos e medidas. Apresenta um breve resumo das várias propostas, surgidas na Europa a partir da segunda metade do século XVII, para o desenvolvimento de sistemas metrológicos de base invariável (ou inalterável), na maior parte dos casos baseadas no pendulo de segundos.

Finalmente, estando então em fase de projeto em França um sistema de base invariável e estrutura decimal, dá especial atenção a essa novidade. Verificando o apoio, um tanto inesperado, que o novo sistema francês granjeava em Inglaterra, traduz e transcreve a maior parte de um pequeno artigo publicado no ano anterior na revista londrina *Monthly Review*. Esse artigo descreve o novo sistema, na versão preliminar então disponível, expressando a sua aprovação: “We venture to express our approbation of this system of measures the more freely, as it is not founded on any arbitrary standard, nor has it the least connection with national and political prejudices”⁵².

Fig. 1 – Castelo de Montemor-o-Velho: Porta do Sol e Torre das Medidas



⁵² Anónimo, “Literary intelligence from our associates on the continent: France”, *Monthly Review or Literary Journal*, 13 (Jan./Abr. 1794), p. 323-327.

Na elaboração da *Memória sobre Pesos e Medidas*, Bacelar Chichorro procurou informar-se da literatura internacional relevante. A utilização da famosa *Encyclopédie*, muito provavelmente na nova edição de 1777-1779, é evidente⁵³. A utilização de um artigo publicado no ano anterior indica que procurava acompanhar os desenvolvimentos mais recentes.

Bacelar Chichorro conclui, apresentando a sua proposta. No seu entendimento, Portugal devia adotar o plano francês. Do que se conhece, é esta a mais antiga proposta de adoção do sistema métrico decimal em Portugal. Só por si este facto já confere bastante interesse ao documento, dando mais um argumento para a sua publicação. Na ideia do autor, a adoção do sistema francês deveria ser feita na sua base e na sua estrutura, mas não na sua terminologia: “Nós temos frases próprias e devemos cingir-nos a conservar, quanto for possível, as do nosso uso, para não fazer tão estranha aos povos huma semelhante mudança”. De resto, o autor antevia a ocorrência de perturbações resultantes de uma mudança tão radical no sistema metrológico, recomendando por isso que “se deveria proceder, pelos corregedores das comarcas, a huma operação de computação das medidas e pesos antigos e modernos em cada villa”. Quanto aos novos padrões, far-se-iam “tantos exemplares quantas são as cameras do reyno e conquistas” e também “se abiriam [padrões] em marmore ou bronze e se pregariam nas paredes das cazas das cameras”.

Quando, em 1812-1814, se retomou o problema da reforma metrológica, o plano proposto pela comissão então nomeada para o efeito foi muito semelhante⁵⁴. Segundo esse plano, que foi aprovado pelo Príncipe Regente, importava-se a base e a estrutura do sistema francês, mas adaptava-se terminologia portuguesa. Faziam-se avaliações sistemáticas dos pesos e medidas antigas e distribuíam-se padrões às câmaras. Embora nada o diga explicitamente, é possível que as ideias de Chichorro tenham chegado à Comissão para a Reforma de Pesos e Medidas, quer através da memória que elaborou, quer através de contactos pessoais dos membros dessa Comissão com o próprio Chichorro, que ainda estava vivo e ativo. Em grande parte, o plano aprovado em 1814 é uma versão mais concreta e detalhada do plano proposto duas décadas antes por Chichorro.

⁵³ *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Science, des Arts e des Métiers*, t. 1-7, Paris, 1751-1757; t. 8-17, Neuchâtel, 1765; tomos de ilustrações, Paris, 1763-1772; *Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Science, des Arts e des Métiers [...]* Nouvelle Édition, 39 tomos, Genebra, 1777-1779.

⁵⁴ Sebastião F. M. Trigo, et al., *Plano da Comissão para a Reforma e Uniformação dos Pêso e Medidas em todo o Reino*, 1813/02/02, in J.B. Silva Lopes, *Memoria sobre a reforma...*, cit., doc. 2; ver também S.F.M. Trigo, “Memória sobre os pesos e medidas ...”, cit., p. 378-397; J.B. Silva Lopes, *Memoria sobre a reforma...*, cit., p. 5-20.

5. Transcrição da *Memória sobre Pesos e Medidas*

José de Abreu Bacelar Chichorro, *Memória sobre Pesos e Medidas*, 1795, acervo do Arquivo Histórico do Ministério das Obras Públicas, integrado atualmente no Arquivo Histórico da Secretaria Geral da Economia, Lisboa, ref. PT/AHMOP/MR-001/33/03⁵⁵.

// [p. 749] *Memoria sobre Pesos e Medidas*

Por Joze d'Abreu Bacellar Chichorro, Ministro das Demarcações das Comarcas, com beca honorária, na provincia da Extremadura

Junho de 1795

// [p. 750]

Pesos e medidas, a sua origem, materia e guarda dos padrões. Novo systema sobre este objecto.

A impossibilidade de se fazerem quaesquer contractos de premutuação, compra ou venda, comodato ou mutuo, sem o acordo de hum signal que fixe as quantidades dos géneros, nos persuade a [sic] antiguidade dos pesos e medidas. Seria impossível a existência de qualquer sociedade que não fosse de mutua communião de bens sem o uso destes signaes, autorizados pelo consentimento publico. Dos povos d'antiguidade, cuja noticia tem chegado aos nossos dias, sabemos por muitos fragmentos escapados á força devastadora do tempo, que elles, não só tinham o uso destes meynos de comunicação, mas que sabião e conhecião o seu valor; pela veneração em que conservavão os exemplares ou padrões⁵⁶. Os egyptios, segundo a // [p. 751] autoridade de S. Clemente d'Alexandria, tinham os seus pêsos e medidas originaes no collegio

⁵⁵ Foram utilizados os seguintes critérios de transcrição: a grafia original foi mantida, tendo sido desdobradas as abreviaturas. Manteve-se a acentuação original, exceto no caso do til, cujo uso foi normalizado. A pontuação foi revista de forma a melhorar a inteligibilidade do texto. O texto do autor é dado em itálico. Os textos de outros autores incorporados na memória de Bacelar Chichorro são dados em caracteres normais, o mesmo se aplicando a certas expressões e frases, nomeadamente estrangeiras, que o autor refere. A paginação moderna que atualmente se observa no manuscrito é indicada no formato // [p. ...]. Outras anotações são dadas entre []. As notas de rodapé do autor são identificadas por letras de (A) a (S) em expoente e apresentadas no fim do texto de forma a não se confundirem com as notas de edição.

⁵⁶ O autor parece ter colhido a informação sobre os padrões dos povos da antiguidade e da Europa Medieval nas principais obras de referência do seu tempo e, muito em especial, na

dos sacerdotes, aonde os povos hião firmar aquellas do seu uso. Os hebreus chamávão os seus padrões – medida original ou matriz – “scahac, quasi portam mensurarum aridorum” – porta por onde devião passar todas as medidas para serem legaes, tendo-os em tanto respeito que erão guardados pelos sacerdotes dentro do templo donde vem a fraze da escritura “peso do sanctuario”, “medida do sanctuario” (A).

Os athenienses tinham hum tribunal de quinze ministros chamados “mensurarum curatores” a quem pertencia a guarda dos padrões e o afferimento das medidas. Os romanos chamarão os seus padrões “mensura” por excellencia. Roma pagã guardava as medidas originaes no templo de Jupiter; donde veio a “mensura capitolina”, e // [p. 752] Fannis [sic=Fannius], falando da amphora dos romanos diz: “amphora fit cubitis, quam ne violare liceret, Sacravere Jovi Tarpeio in monte Quirites”. O imperador Honório entregou a guarda dos pesos e medidas dos géneros ao Prefeito Pretorio e os pesos do oiro e prata e outros metaes ao “Comes Sacrarum Largitionum”. Justiniano mandou que delles as hovessem os povos e as guardassem nas principaes igrejas das cidades. Novel. 123 [sic]⁵⁷, cp. 15.

Os francezes chamarão aos padrões das suas medidas e pesos “etalons”, do saxónio “stalone”, que significa ‘medida’, que guardavão no palacio do rey, e a ordenança de Charlos o Calvo, de 864, diz que as medidas do reyno seriam todas reguladas pelas reaes, que estavam no seu palacio. Ellas se achavão tambem em algumas igrejas e mosteiros. Na capela de S. Lefroy [sic=Leufroy], da cidade de Paris, havia hum padrão da medida da cidade, talhado em pedra em forma de // [p. 753] mytra⁵⁸. Em Compenhague se ve [sic=se vê] ainda hoje á porta da casa da cidade, suspensa por uma cadea, a medida da sua vara.

Os nossos historiadores tem sido bastante omissos nesta parte, entregando ao esquecimento o lugar aonde os nossos antigos portuguezes fazião o deposito de semelhantes monumentos. Os foraes antigos, prohibindo a adulteração das medidas, não referem o lugar aonde se conservavão. As leys das Cortes antigas dizem que as cidades e villas terão taes medidas (B) e passam no mesmo silencio o lugar do seu deposito, mas he natural que nós seguissemos os costumes dos

famosa *Encyclopédie*, 1751-1772, cit., s.v. ‘étalon’, t. 6, p. 11-12, ‘poids originaux’ e ‘poids du sanctuaire’, t. 12, p. 861-862.

⁵⁷ Trata-se da novela 128 (*The novels of Justinian. Translated by Samuel P. Scott*, Cincinatti, 1932), que está corretamente citada na *Encyclopédie*, 1751-1772, cit., s.v. ‘poids du sanctuaire’, t. 12, p. 862: “*Et Justinien, par sa nouvelle CXXVIII, c. xv, ordonna ...*”. Noutra entrada (*idem*, s.v. ‘étalon’, t. 6, p. 12), aparece com erro: “La nouvelle 118 dit...”.

⁵⁸ O único padrão medieval semelhante conhecido em Portugal é o que existe na igreja de São Miguel do Castelo de Guimarães (L. Seabra Lopes, “Sistemas legais de medidas...”, cit., p. 137-138 e 163).

outros povos da Europa. He assim que entendo que nos lugares da primeira guarda he que se conservavão os padroes ou medidas originaes. Na villa de Montemor-o-Velho, donde sou filho, há hum notável e antigo castello e nelle huma grande torre do lado do sul, a que ainda hoje chamão // [p. 754] “Torre das Medidas”⁵⁹. *Na entrada da sua porta, da parte direita, estão gravadas na pedra da construção da muralha os padrões da vara e covado, que eu mesmo tenho visto muitas e muitas vezes*⁶⁰. *Este exemplo provado aos nossos olhos me faz crer que as antigas fortalezas e outros semelhantes lugares erão os depósitos dos nossos antigos padrões* ^(C). *Nas Cortes de Lisboa de 1455, artº 7º, se ordenou que os padrões das medidas se recolhessem na Torre do Tombo*⁶¹; *nas Cortes d’Evora de 1490, cap. 30, que se guardassem nas cabeças dos almoxarifados*⁶²; *por ley de 26 de janeiro de 1575, que estivessem em todas as cameras das villas e cidades*⁶³; *e pela Ordenação, Lv. 1, titº 48, §39, que os padroes se guardassem nas cazas da camera, dentro de huma arca, de que o escrivão teria huma chave e outra o procurador*⁶⁴.

⁵⁹ Esta torre, efetivamente localizada do lado sul do castelo, é a que está adjacente à chamada Porta do Sol.

⁶⁰ A designação “Torre das Medidas” parece que se perdeu, mas ainda se conservam os padrões da vara e do côvado referidos pelo autor. Estão gravados na pedra do vão da porta que, partindo do interior do castelo, dá acesso ao interior da torre. Estes padrões não constam no inventário de padrões de medidas lineares de Mário Barroca, “Medidas-padrão...”, cit.. O padrão da vara, menos deteriorado, mede pelo interior 109.5 cm e pelo exterior 110.0 cm. O côvado tem um comprimento de 66.4 cm no interior e 67.0 cm no exterior. Tomando como mais fiáveis as medidas interiores, infere-se da vara um palmo de $109.5/5 = 21.9$ cm e do côvado um palmo de $66.3/3 = 22.1$ cm. Esta observação é consistente com a ideia, já referida por T. L. Verdier, “Memória sobre os pesos e medidas...”, cit., p. 518-519 e 541-542, de que o palmo do côvado seria um pouco superior ao palmo da vara.

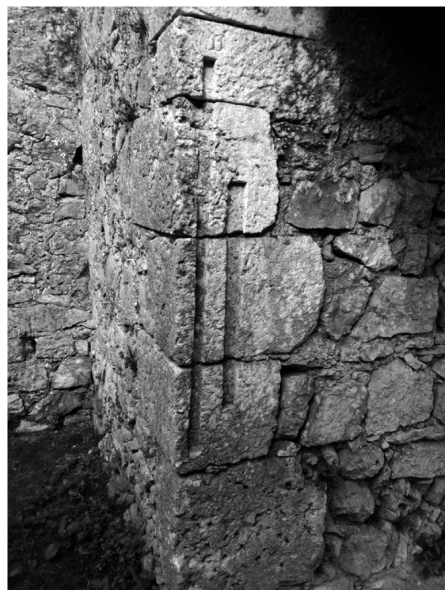
⁶¹ Estas determinações foram posteriormente publicadas por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, “Memória sobre os pesos e medidas...”, cit., p. 357-359.

⁶² Determinações também publicadas por Sebastião Francisco de Mendo Trigoso, “Memória sobre os pesos e medidas...”, cit., p. 360-362.

⁶³ Está publicada por João Pedro Ribeiro, *Dissertações chronologicas e críticas*, Lisboa, Academia Real das Sciencias de Lisboa, 1810-1836, t. 1, Apêndice, doc. 96, p. 339-245.

⁶⁴ Esta disposição está nas *Ordenações manuelinas*, 1521, Liv. I, tit. XV, §33, e nas *Ordenações filipinas*, 1603, Liv. I, tit. 18, §39.

Fig. 2 – Castelo de Montemor-o-Velho:
padrões da vara e do côvado na Torre das Medidas



// [p. 755] *Qual fosse a materia dos antigos padrões das nossas medidas, he outra duvida que se não decide bem pela nossa historia ou pelas nossas leys. Creio porem que elles erão de pedra, seguindo nós o costume dos outros povos. Ainda hoje se conservão na França, gravadas em pedra, as medidas originaes d’algumas cidades, e aquella achada na capella de S. Leufroy, de que fazem menção os autores da Gallia Christiana, tom. VII, col. 253, he disto huma boa prova⁶⁵. Que nós realizamos pelo nosso termo de “padrão”, de que fazemos uso, e com que exprimimos a medida ou peso matriz^(D). E ainda hoje dizemos “huma pedra de linho” para significarmos hum peso de linho de oito arrates. Donde me deixo persuadir que as pedras forão os primeiros pesos, e que em pedra // [p. 756] forão gravados os primeiros padrões das medidas, assim como aquellas da torre do castello de Montemor-o-Velho, que referi.*

As nossas leys mais antigas não determinão a materia dos padrões. A ley dita de 26 de janeiro de 1575 ordenou expressamente que elles fossem de bronze

⁶⁵ Informação muito provavelmente conhecida pelo autor por intermédio da *Encyclopédie...*, 1751-1772, cit., s.v. ‘étalon’, t. 6, p. 12. A igreja de Saint Leufroy foi demolida em 1684.

ou metal campanil. A Ordenação dita do Lv. 1, titº 48, §36, somente obriga que sejam de metal os padrões dos pesos.

Quaes forão as primeiras medidas de que usamos, eis hum outro labarinto. Os diferentes póvos do mundo tem usado diversas medidas e pesos, e ainda hoje são dessemelhantes em nomes e quantidades, e ainda dentro de huma mesma nação. Nós passámos e temos passado pela mesma sorte. Os diversos póvos de que temos sido inundados, trazendo-nos as suas leys e os seus costumes, nos devião comunicar as medidas do seu uso. As revoluções sucedidas humas após das outras, a maior comunicação pelo comercio, a mudança e [sic] // [p. 757] influido neste objecto, assim como nos mais.

Nas Cortes de Lixboa de 1390 [sic = ano de 1352], artº 6, se determinou que os pannos de côr se medissem pela alva ^(E). Pela ley dita do Senhor Rey D. Sebastião se fixarão os nomes e divisões das medidas de que usamos, que forão repetidos na Ordenação dita do Lv. 1, tit. 18, decretando-se na dita ley de 1575 que as medidas dos géneros fossem de rasoura e não de cogulo, como se tinha mandado nas Cortes ditas d'Evora de 1490, cp. 30.

Á proporção que se augmenta a cultura e o comercio, vem mais necessario o uso dos pesos e medidas. A fraude principia a descobrir-se nos seus diferentes usos. A ley vai atalhando a maldade dos ambiciosos que se arrojam a roubar o publico por semelhante meyo. He assim que pouco a pouco se apurão e apreheção estes instrumentos da comunicação geral do Estado.

No cap. 12 da minha Memoria d'Economia // [p. 758] Política, disse quaes erão os pesos e medidas do nosso uso ^(F), e tendo ellas o mesmo principio e divisoens, he notável que sejam diferentes nas diferentes terras, e que haja algumas aonde estejam em uso ao mesmo tempo duas medidas, o que motiva todos os dias mil desordens e embaraços ao giro do comercio.

Ainda mesmo sendo iguães, que adulterações não padecem que escapão á vista grosseira dos póvos e áquella dos magistrados! Todos commumente se persuadem que he conforme ao padrão a medida que recebe igual quantidade sem que a sua forma de maior diâmetro possa servir d'obstaculo a ser authorisada pelo publico. He assim que poucas ou nenhuma tenho visto que se possam dizer // [p. 759] realmente conformes á medida legal. Huma medida de maior diametro deve desmentir [sic] necessariamente se o seu assento, o que he muito difficil na pratica, não fica bem nivellado. Este engano, que parece pequeno, excede muitas vezes de cinco por cento contra huma das partes, e mais, segundo a maior agilidade do medidor. Eeis o póvo, que afiança sobre a authoridade do afferimento, roubádo á sua mesma face pelos malevolos a quem o publico parece ter dado huma carta de seguro.

Por outro principio, as medidas de capacidade não podem ser legitimas, ainda que nellas não entra a fraude e a malicia. Os géneros differem muito em valor intrínseco, segundo os annos e o terreno da sua creação. O trigo, e assim os mais generos, de huma terra argilozza, ou predrogoza, e de hum anno seco, he mais miúdo em grão, e mais pesado e compacto. Dentro de huma medida, entrão sobrados grãos, tem menos espaços vacuos, e assim produz huma muito maior quantidade de farinha e de melhor qualidade. O trigo de terras húmidas // [p. 760] ou d’annos chuvosos he maior, inchado, menos solido, forma dentro da medida maiores cavidades e a sua farinha de qualidade inferior. He assim que, para realizar as quantidades e evitar as continuas extorsões que se fazem no uso das medidas, que somente conhecem as pessoas instruídas pelas experiencia, seria de parecer que se extinguisse o uso das medidas nos géneros secos, subrogando-se-lhe a pratica do pezo, que regula e compensa ao mesmo tempo a quantidade pela qualidade real. He isto huma verdade concluída há muito pelos hábeis negociantes. Os holandezes qualificação e regulão as suas compras e vendas pelo peso, fazendo uso de humas balanças cylindricas, que lhe determinão a quantidade certa do seu genero. A nação franceza tinha a pratica de medidas ⁽⁶⁾. Mr. Doumer, negociante inteligente na cidade de Paris, e ao mesmo tempo zeloso da felicidade // [p. 761] da sua patria, fez ver ao Governo, por huma Memoria, a que juntou huma balança graduada da sua invenção, que somente o peso podia regular o valor e quantidade real dos generos, que padeciam mil falsidades irremediáveis no uso das medidas⁶⁶. No anno de 1774 se poz em execução aquelle projecto pelas influencias de Mr. Turgot que, tendo sido Intendente da Provincia d’Auvergne e depois Presidente da Camera de Paris, era então “Controleur General des Finances”. O povo conheceo prontamente o beneficio da nova economia e o uso dos pesos na venda de todos os géneros foi definitivamente seguido em todo o reyno.

A conservação dos padrões dos pesos e medidas he hum outro objecto que tem merecido, em todos os tempos, a attenção dos povos mais civilizados. Varios forão os meyoys e differentes as cautelas que os antigos // [p. 762] empregarão para conseguir, em toda a idade, a verificação dos mesmos e impedir a sua alteração. Não basta só conservar padrões das medidas e guarda-los com todo o cuidado. O dolo, a malicia, a ignorância de hum depositário, hum furto ou hum desastre são muitas vezes o motivo das maiores desordens neste particular. Os gregos conhecerão bem esta verdade e, alem das providencias que derão

⁶⁶ Informação detalhada sobre a proposta de Doumer encontra-se no *Supplément à l’Encyclopédie ou Dictionnaire Raisonné des Science, des Arts e des Métiers*, 7 vols., Amsterdão, 1776-1780, s.v. ‘balance d’essai’, t. 1, p. 759-761.

para a guarda e conservação dos padrões, mandarão que, para verificação e inalteravel conservação dos mesmos em qualquer época subsequente, os edificios públicos que houvessem de ser construídos tivessem hum certo numero de pés, sem additamento nem diminuição da menor fracção. A esta ley, dáda no Governo de Pericles ^(H), com outra que impos aos architectos a obrigação de escreverem a historia, medidas e proporções dos edificios de que erão encarregados, // [p. 763] devemos hoje o conhecimento do verdadeiro pe grego. Perdemos, sim, os escriptos desses illustres artistas, mas Plutarco, conservando-nos as proporções do templo de Minerva em Athenas, forneceo a Mr. Le Roy o meyo d'achar e nos restituir a real extensão da medida grega original. Esse templo era chamado “Hecatompedon” porque a extensão do seu frontespicio era de cem pés, “hecaton centum pedum”, e como ainda subsiste, facil foi a Mr. Le Roy verificar essa medida e compara-la com as mais propoções [sic] do mesmo templo, descriptas nos historiadores. Por esse meyo, não só achou a medida do pé grego, mas tambem nos provou que a sua proporção ao romano antigo era como 25 a 24. ^(I)

A medida mais antiga de que a historia faz menção he o covado, ou cubitus, dos egyptios, que foi adoptada pelos judeos. Hoje ignoramos as dimensões do templo // [p. 764] de Salomão descriptas nos livros sagrados, e seria impossível compara-las com as nossas medidas se o tempo não houvesse respeitado hum nilometro que ainda existe no Cairo, sobre o qual são gravados com toda a exacção o cubitus e as suas divisões. ^(J)

Os francezes tem sido os primeiros e os únicos que nos seculos modernos adoptarão a providencia dos gregos. Em todos os edificios publicos mandou Luis 14, nos Estatutos d'Academia Real d'Architectura de Paris, que as partes principiães e mais comensuráveis dos mesmos contivessem hum numero certo de pés de rey, sem fracção, e que na primeira pedra, que se costuma assentar com solemnidade, alem das medalhas, di...os⁶⁷ e inscripções inauguratorias, se insculpissem: 1º hum pé de rey em bronze offerido com as suas // [p. 765] divisoens; 2º huma planta do edificio cotada com as suas verdadeiras medidas e gravada sobre chapa de bronze; 3º nas costas desta huma descripção resumida do edificio com o nome do seu architecto ^(K). Assim se observa na primeira pedra do edificio do Louvre, lançada por Luis 14, e nos muitos e differentes edificios empreendidos por esse monarcha. No reynado de Luis 15 se praticou o mesmo e na igreja de S. Genoveva de Paris se seguio essa ley com a mais escrupuloza attenção. ^(L)

⁶⁷ Abreviatura não decifrada.

// [p. 766] *Este meyo d’obviar a alteração dos padrões não he destituído d’incovenientes e, posto que seja hum passo para a sua conservação, não deixa de ficar difficil e morosa a sua verificação. A Sociedade Real de Londres, sabendo os muitos abusos que provem da alteração do padrão original, lembrou-se há vinte annos de propor o seguinte programma com o premio de 3\$000 L. st. ou 27\$000:*

“Achar na natureza hum typo tal que por elle se possa sempre obter huma medida constante que prontamente haja de servir de padrão, caso que se alterem ou percão as matrizes que servem de afferimento, seja as medidas longas⁶⁸, seja os pesos.”

*Dois relojoeiros machinistas, Athon [sic=Hatton] e Whitehorst [sic=Whitehurst], obtiverão metade do premio propondo o cumprimento [sic=comprimento] do pendullo de hum relógio que em 24h de tempo verdadeiro vibrasse o numero certo de segundos que competem as ditas vinte e quatro horas⁶⁹, negando-se-lhe a outra metade por isso [sic] que // [p. 767] não fizeram menção das variações que deve ter o pendulo nas diversas latitudes terrestres nem, tão pouco, da temperatura d’athmosfera, que tanto pode influir na contracção e dilatação dos metaes, e consequentemente sobre a vara do pendulo. Nem, a meu ver, elles merecião premio algum, porque em 1670 hum clérigo astrónomo da diocese de Lyão, Mr. Mouton⁷⁰, havia achado esse mesmo meyo⁷¹, que publicou em hum livro, hoje muito raro, intitulado *Observationes Diametrorum et de Mensura Posteris Tradenda* [sic=Transmittenda]⁷²,*

⁶⁸ Tradução literal de “*long measures*”, isto é, medidas lineares ou de extensão.

⁶⁹ Na verdade, apenas John Hatton, relojoeiro, concorreu ao prémio em 1779. John Whitehurst deu continuação ao trabalho, publicando posteriormente a sua contribuição (John Whitehurst, *An attempt towards obtaining invariable measures of length, capacity and weight from the mensuration of time*, London, W. Bent, 1787).

⁷⁰ G. Mouton, *Observationes...*, cit..

⁷¹ O fio do texto, centrado agora na utilização do pêndulo de segundos para derivar uma medida universal, segue de perto o que encontramos na *Encyclopédie* [...] *Nouvelle Édition*, 1777-1779, cit., s.v. ‘mesure’, t. 21, p. 646. Na primeira edição da *Encyclopédie*, o assunto aparece descrito com menos detalhe.

⁷² O título correto da obra é *Observationes diametrorum Solis et Lunae apparentium*. A proposta de uma “*Nova Mensurum Geometricarum Idea*” aparece na p. 427-448, e a utilização do pêndulo está descrita a partir da p. 433, como refere Bacelar Chichorro. A *Encyclopédie* [...] *Nouvelle Édition*, 1777-1779, cit., s.v. ‘mesure’, t. 21, p. 646, refere: “*il remarquoit qu’un pendule de cette longueur faisait 3959 1/5 vibrations en une demi-heure. Observ. Diametrorum, 1670, p. 433*”. Não parece ter existido nenhuma obra com o título indicado por Chichorro. Contudo, a *Encyclopédie*, 1751-1772, cit., s.v. ‘pendule’, t. 12, p. 294, e também a *Encyclopédie* [...] *Nouvelle Édition*, 1777-1779, cit., s.v. ‘pendule’, t. 25, p. 172, referem: “*M. Mouton, chanoine de Lyon, a*

pag. 433. *Propunha por medida ou padrão universal hum pe geometrico, a que chamou virgula geometrica, cuja quantidade entra 600:000 vezes em hum grão [sic=grau] do globo, e havia observado que hum pendulo de semelhante cumprimento [sic=comprimento] vibrava em meya hora de tempo 3959 1/5 oscillações. Mr. Picard⁷³ adoptou essa mesma idea em 1671. Mr. Huygens, o primeiro que applicou o pendulo aos relógios de observação, seguiu o mesmo systema que // [p. 768] se pode ver na sua obra *Horologium Oscillatorium*, 1673, parte 1^a, pag. 7, e parte 4, pag. 151.⁷⁴ A dita Sociedade Real de Londres aprovou e coroou então com elogios hum semelhante invento, e foi ella mesma que hum seculo depois premeou, como cousa nova, o que era antigo e lhe oferecerão como novo invento os mencionados Athon e Whitehorst.*

Amontons, Memorias d'Academia Real das Sciencias do anno de 1703, e Bouguer, pag. 300, insistem neste meyo como unico⁷⁵. Posteriormente, Mr. Du Fay havia apresentado ao ministério hum projecto de regulamento de medidas que foi suspenso pela morte do Ministro d'Estado, Mr. Oroy [sic=Orry], e do mesmo Du Fay.

Nas Memorias d'Academia das Sciencias de Paris do anno de 1747, pag. 189, vemos que Mr. de La Condamine⁷⁶ propos a mesma idea do cumprimento [sic=comprimento] do pendulo, demonstrando que o pendulo equinoxial // [p. 769] ou equatorial, sendo de 36 pollegadas, 7 linhas e 15/100 de pé de rey⁷⁷, devia ser adoptado, de preferêcia, como huma medida mais natural e independente das pertenções ou capricho nacional de cada payz. ^(M) ^(N)

// [p. 770] Ultimamente, e logo depois da nova divisão da França, lembraram-se os francezes de reformar as suas medidas e pesos e de estabelecer hum padrão geral e inalteravel. Forão ouvidos os melhores astrônomos e geometras nacionais e estrangeiros e todos forão conformes na idea do pendulo.

composé un traité De Mensura Posteris Transmittenda". O mesmo já tinha dito Antoine Furetière, *Dictionnaire universel contenant généralement tous les mots françois*, Haia-Roterdão, Chez Arnout & Reinier Leers, 1690, p. 88. Chichorro indica portanto um título equivocado, resultado da fusão de dois títulos, um que é bem conhecido, e outro que, apesar das referências conhecidas a partir de 1690, não consegui localizar. A leitura "*Tradenda*" em vez de "*Transmittenda*" aparece em *Tables de Réduction des Mesures et Poids Toscans aux Mesures [...]*, Florença, 1809, p. 27.

⁷³ Jean Picard, *Mesure de la Terre*, Paris, Imprimerie Royale, 1671.

⁷⁴ Christiaan Huygens, *Horologium oscillatorium sive de motu pendulorum ad horologia aptato demonstrationes geometricae*, Paris, 1673.

⁷⁵ Pierre Bouguer, *La figure de la Terre déterminée par les observations de messieurs Bouguer et de La Condamine*, Paris, C.-A. Jombert, 1749.

⁷⁶ Charles Marie de La Condamine, "Nouveau projet d'une mesure invariable propre à servir de mesure commune à toutes les nations", *Histoire de l'Académie Royale des Sciences avec les Mémoires de Mathématique et de Physique*, Paris, 1747, p. 489-514.

⁷⁷ Entenda-se: "36 pollegadas, 7 linhas e 15/100 de linha de pé de rey".

Restava determinar a latitude terrestre em que se devia tomar a medida exacta do dito pendulo. Propozirão os francezes, como ponto mais central da Europa a latitude 45 graus, por ser metade do quadrante do glôbo e indicarão a cidade de Bordeaux para ponto de reunião dos observadores convidados, lugar o mais próximo a dita latitude de 45 graus. Os ingleses em geral repugnarão o convite por ser em França a operação, mas alguns vierão a ella. Declarou-se a guerra e com ella se desfez a união e harmonia dos astrónomos estrangeiros e nacionaes. E, vendo o Governo que o projecto era contrariado por prevenções de capricho, adoptou o plano dos seus astrónomos // [p. 771] que não pode ser arguido sem puerilidade porque foi executado na latitude da França.

Determinarão os astrónomos medir com toda a exacção vários grãos de meridiano e por esses ratificarão a medida da 4 [sic=4^a] parte do círculo, que acharão ser de 5:132:430 toesas, e desta forma chamarão 10:000:000 metros. Em lugar de 96 graus, dividirão o quadrante em 100, para obterem partes iguaes nas suas divisoes, ficando cada gráu de 100:000 metros.

Aqui temos hum padrão constante e inalteravel, dependente só das observações astronómicas principiadas há muitos annos em payzes civilizados, ratificadas, examinadas e verificadas infinitas vezes e que somente poderá perder-se perdendo-se a astronomia e com ella o pendulo e a navegação. Este padrão não pode suscitar nem inveja nem ciume d’alguma nação. Estende-se do equador athe o pólo. Tem a ventagem de ser do maior comprimento possível e de nos fornecer divisões de // [p. 772] maior a menor. Os ingleses não poderão negar os devidos applausos a este trabalho. Aqui verterei o que tras, sobre esta materia, o jornal publicado em Londres por huma sociedade d’homens sábios, com o plano da operação franceza.

Monthly Review, Março de 1794, pag. 323

Versão literal

“Não obstante todos os terríveis perigos da guerra interna e externa e todos os horrores da discordia civil e d’anarchia em que este desgraçado pays tem sido lançado, alguns philosophos francezes não tem sido impedidos de continuar os seus trabalhos scientificos nem d’executar planos a que não podemos negar o titulo de grandes e honrozos. Sabemos que as Memorias d’Academia das Sciencias para o ano de 1789 estão no prelo e que o conhecimento dos tempos para o anno de 1794 e as taboas dos ângulos horários de Mr. de La Lande estão dados ao publico. Outro interessante artigo de conhecimentos he o plano para se estabelecer huma medida universal da qual demos huma breve

relação no appendice ao nosso 8º volume. He actualmente levado a ponto de execução. A Côte de Hespanha teve a generosidade, apezar // [p. 773] da guerra, de consentir que Mr. Mochaim [sic=Méchain] proseguisse as suas operações na medição de hum gráu do meridiano nesse reyno, e mandou que os engenheiros hespanhoes o assistissem com todos os meynos que estivessem em seu poder. Portanto, merece essa Corte os agradecimentos, não só dos francezes, mas da grande republica das sciencias, a qual não he limitada nos confins de nação alguma particular, nem deve ser captivada por preocupações nacionaes ou politicas. O dito astrónomo levou sem interrupção a serie dos seus triangulos desde Barcelona athe Perpignan, e, desd'esta cidade, a medição foi continuada athe Paris. Mr. De Lambre e o seu discípulo Mr. Le François medirão hum grau de latitude nas vizinhanças da metrópoli com tal exacção que nos dizem, talvez com alguma pequena exaggeração, que não pode haver na dita medição hum erro ou incerteza que exceda a huma pollegada. Por todo, doze graus do meridiano forão medidos, cuja proporção media he de 57:027 toesas^(o), e por essa conta, o padrão universal da sua medida he calculado. Mr. des Borda e Cassini determinarão o cumprimento de hum pendulo que vibra segundos no vacuo e na temperatura media de Paris, ser de 3 pés, 8 linhas e 6/100 de linha, medida antiga. Mr. Lavoisier e Hauy acharão que hum pé cubico d'agua distilada no ponto de congelação pesa no vacuo 70 arrateis [sic=libras]⁷⁸ // [p. 774] e 60 grãos, peso antigo⁷⁹. Aqui daremos huma taboada das medidas e pesos novamente estabelecidos⁸⁰.

⁷⁸ Bacelar Chichorro traduziu “pounds” por “arráteis”. Trata-se de libras francesas.

⁷⁹ Entenda-se: “peso antigo de França”.

⁸⁰ A terminologia do sistema aqui apresentada é a que tinha sido estabelecida pela lei de 1793/08/01. A terminologia atual entrou em vigor na sequência da lei de 1795/04/07 (Bigourdan, *Le Système Métrique* ..., p. 78-82). Chichorro, que escreveu esta memória em Junho do mesmo ano (apenas dois meses depois), não terá tido conhecimento da alteração terminológica.

Medidas longas

Metros		Equivale em toesas
10:000:000	Huma 4ª parte do circulo he o principio sobre o qual he fundado o novo padrão	5:132:430
100:000	Centesima parte do quadrante, ou gráu decimal do meridiano	51:324
1000	Milliario ou milla	513
100	Valem hum stadio	514 3243/10000 ⁸¹
10	Valem huma perche <medidas agrarias> ⁸²	51 13243/10000

		Pés	Pollegadas	Linhas	
1	Metro, ou unidade rectineal [sic=rectilineal] ⁸³ , equivale (P)	3		11	44/100 de linha
0,1	Decimetro ou 10ª parte do metro, equivale a		3	8	344/1000 de linha
0,01	Centimetro, ou centesima parte do metro, equivale a			4	434/1000 de linha
0.001	Millimetro, ou millesima parte do metro, equivale a				443/1000 de linha

⁸¹Entenda-se “514.3243”. Mantém-se a opção de J. A. B. Chichorro de representar os números com frações, apesar de no original inglês eles já terem aparecido com o ponto decimal.

⁸² Nota relativa ao stadio e à perche.

⁸³ Rectilineal unit ” *no original*.

Medidas superficiaes

Metros quadrados		Pes quadrados
10000	Chamão-se aria ou medida superficial, sendo hum quadrado cujo lado he de 100 metros em comprimento, equivale a	94:831

// [p. 775]

1000	Chamão-se hum deciario, ou decimo d'aria; a sua superfície he de 100 de comprimento e 10 de largura, equivale a	9:483 e 1/10
100	Chamão-se hum centiario, equivale a	948 e 31/100

Medidas de capacidade ^(Q)

Decímetros cubicos		Medidas de liquidos	Secos
1000	Chamão-se hum metro cúbico, cado ou tonel, contem	1051 ½ pintes de Paris	78 9/10 boisseaux
100	Chamão-se dedicado ⁸⁴	105 1/7 dito	7 89/100 dito
10	Chamão-se se centi-cado	10 ½ dito	789/100 dito
1	Chamão decímetro cubico	a 1/20 dito	789/10000dito

⁸⁴ “dedicade or setier” *no original*.

// [p. 776]

Pesos

Decímetros cubicos d'agua		Arrates
1000	O peso de hum metro cubico, ou cado, ou tonel d'água he chamado bar ou milheiro e equivale a	2:044 e 4/10
100	O decimo de bar, ou decibar, ou quintal, equivale a	204 e 44/100
10	O centesimo de bar, ou centibar, ou decal	20 e 444/1000

		Arrat.	Onç.	8as [sic= oitavas]	Grãos
1	Hum decimetro cubico d'agua he chamado grave ou libra e equivale a	2		5	49
0.1	Hum decigrave, ou onça		3	2	12 e 1/10 de grão
0.01	Hum centigrave, ou dragma			2	44 e 41/100 de grão
0.001	O peso de um centimetro cubico d'agua ⁸⁵				18 e 841/1000 de grão
0.0001	Hum decigravet ou grão				1 8841/10000 de grão ⁸⁶
0.00001	Hum centigravet ^(R)				18841/100000 de grão

// [p. 777] Huma moeda de prata de peso de hum centigrave (2 8as [= 2 oitavas], 44 grãos e 41/100 de grão) he chamada franco de prata e, relativamente ao valor antigo, vale 40 soldos, 10 dinheiros e 3/5.

Hum millar, ou mil metros, he substituído á milha, a aria ao arpeute, antiga medida d'agricultura. Estas duas ultimas medidas são relativamente proporcionadas, como 49 a 25.

⁸⁵ No original diz: “The weight of a cubic centimetre of water is named a grevet or maille”.

⁸⁶ Entenda-se: “1 grão e 8841/10000 de grão”, ou seja, 1.8841.

Os círculos astronomicos de que se servirão para as suas observações Mr. de Borda [sic=des Borda] e Cassini são divididos e graduados conforme a este novo plano. O quadrante contem 100 gráus, em lugar de 90, e cada gráu em [sic=contem] 100 minutos. Segue-se pois que hum destes minutos do grande circulo no nosso globo he igual a hum milhar ou milha medida.

Se, para reduzir esta medida á ingleza, estimamos que a toesa de Paris, conforme a comparação feita com o padrão guardado na Real Sociedade de Londres, iguala a 6 pés $3925/10000$ inglezes⁸⁷, o milhar ou minuto igualará a 1093 yardas e $633/1000$ de yarda e o metro sera igual a 3 pés e $280899/1000000$ de pé inglez.

Atevemo-nos com a maior franqueza a expressar a nossa aprovação sobre este systema de medidas, tanto // [p. 778] por não ser fundado sobre algum padrão arbitrário, como por não ter a menor connexão com preocupações ou orgulho nacionaes ou políticos. A sua novidade servirá talvez de objecção, mas somente áquelles que, com aversão, se vem obrigados a largar veredas antigas, por mais desagradaveis, asperas e desarresoádas que sejam.

A redução das quantidades das medidas velhas para novas causará certamente algum incommodo ó principio e algum tempo passará antes que o genero humano se queira familiarizar com elle, mas será lastima que este sabio plano fique confinado nos limites da França e difficilmente nos arrojam os supor que as outras nações o queirão adoptar nos usos communs da vida, posto que não possa haver rasão alguma para, ao menos não ser admitido nas obras scientificas. Por exemplo, tão facil he reduzir a nossa medida ingleza a esta nova franceza como ao antigo padrão de Paris, e as divisões decimaes no la tornão mais prompta e mais conveniente para facilidade do calculo. A única desvantagem que se lhe pode notar he a divisão do quadrante em 100 graus, a qual não he tão conveniente para a bissecção, como poderia ser a de 96.” (S)⁸⁸

// [p. 779] *Todos os meus elogios, sobre o proposto plano, são desnecessários e athe pouco attendíveis depois daquelles que lhe tem prodigado os sábios astrónomos e geómetras d’Inglaterra. He elle o que me atrevo a propor para o estabelecimento dos nossos pesos e medidas, que pedem huma geral reforma pelos motivos da desordem publica que indiquei na minha memoria, Cp. 12. Temos padrão tão // [p. 780] extenso qual o quadrante do circulo do glôbo, tão fixo e inalterável como a mesma natureza, e que deve existir enquanto*

⁸⁷ Entenda-se: “6 pés e $3925/10000$ de pé inglezes” (=6.3925).

⁸⁸ Anónimo, “Literary intelligence from our associates on the continent: France”, *Monthly Review or Literary Journal*, 13 (Jan./Abr. 1794), p. 323-327. O artigo original tem mais uma página de comentários e críticas que Bacelar Chichorro não reproduziu nem referiu.

existir o mundo. Hum só principio, hum mesmo padrão regula os pêsos e as medidas de capacidade e d'extensão, que ficão tendo toda a possível relação e analogia entre si: as partes decimaes, por que se divide, nos facilitão todas as operações arithmeticas; e a sua conta de multiplicação fica com toda a união com aquella do nosso numerário, cuja belleza, facilidade e certeza tem merecido os louvores dos sábios. Huma so unidade nos serve para calcular sobre ella toda a quantidade imaginável de numerario corrente.

Não he consequência necessaria de que, adoptado o referido systema, abracemos os nomes franceses, que imaginou o entusiasmo da nação ou o idiotismo da sua língua. Nós temos frases proprias e devemos cingir-nos a conservar, quanto for possível, // [p. 781] as do nosso uso, para não fazer tão estranha aos povos huma semelhante mudança.

A execução de hum semelhante plano, ou a sua redução ao uso e pratica da vida, não toca á minha profissão. Tenho enchido os meus deveres na sua indicação. O resto precisa de machinas, instrumentos e operações mathematicas e chymicas que eu não sei trabalhar. Dois astrónomos e dois chymicos hábeis na sua profissão, presididos por hum ministro de bom gosto, poderião formar huma junta que tendo certas e amiudadas sessões, formarião os padrões regulados pelo novo systema de pêsos e medidas de capacidade e extensão necessários ao uso commum dos povos, que serião depois publicados e aprovados por huma ley, em que se fizesse huma demonstração mathematica dos princípios que lhe havião servido de baze e do methodo da sua deducção e divisão. // [p. 782] Os novos padrões, feitos tantos exemplares quantas são as cameras do reyno e conquistas, serião recolhidos á Torre do Tombo e guardados ahi em sagrada cautella. Estes exemplares, remettidos as respectivas camaras, se arrecadarião na forma que prescreve a Ord. do Liv. 1, tit. 18, §39.

Para evitar a perturbação, que deveria nascer do estabelecimento deste systema, sobra [sic=sobre] a cobrança de dividas antigas, foros ou rendas, se deveria proceder, pelos corregedores das comarcas, a huma operação de computação das medidas e pesos antigos e modernos em cada villa que, sendo lançada nos livros das suas camaras e nos da cabeça da comarca, se remetterião os próprios autos encadernados á Torre do Tombo. E, para segurar mais a sua perpetuidade, se abririão em marmore ou bronze e se pregarião nas paredes das cazas das cameras, podendo as partes addicionar no fim dos seus títulos as novas quantias que // [p. 783] que lhe ficavão pertencendo por elles, segundo os novos padrões. Eis o meu systema e as minhas ideas, quaes as pude combinar.

(A) Paralipomenon, *Livro 1, cp. 22, vs. 29*: “*sacerdos* [sic= sacerdotes] autem... et super omne pondus atque mensuram”; Leviticus, *cp. 27, vs. 25*: “*omnis estimatio siclo sanctuarii ponderabitur*”.

(B) *Vide a minha Memoria Economica, cap. 12.*

(C) *Lisboa antiga devia ter os seus pesos matrizes na casa que hoje chamamos Haver do Peso, que vem do francez “avoir do [sic=du] poids”, assim como as outras cidades anseaticas. E não há muito tempo que todos os generos de peso, que vinhão á nossa Alfandega de Lisboa se certificavão pelo peso da dita casa.*

(D) *Alguns querem que “padrão” se derive do francez “patron” ou do saxonio “pattern”, que ambos significão ‘exemplar, modelo, prova, typo’ e da mesma origem tomão “padrão” por monumento, v.g. padrão de tença; mas este mesmo se pode deduzir de pedra, por ser em pedra que se gravavão os antigos monummentos.*

(E) *Julgo que “alva” he erro d’escripta ou corrupção da palavra franceza “aulne”, que significa a ‘vara’.*⁸⁹

(F) *Temos quanto ao peso: quintal, arroba, arrate; quanto as medidas de cumprimento: braça, vara e covado; quanto aos generos, ou medidas de capacidade: fanga e alqueire; e nos líquidos: almude. O quintal tem 4 arrobas, esta 32 arrates, este 16 onças, esta 8 oitavas e esta 72 grãos; a braça tem 10 palmos, a vara 5, o covado 3, o palmo 8 pollegadas, esta 12 linhas, e estas 12 pontos. O almude tem meyo, que no azeite chamão alqueire. Forma-se de 12 canadas o almude e a canada de 4 quartilhos.*

(G) *Os francezes tinhão por medidas o setier, o boisseaux e o litron.*

(H) *Aliano, Pausanias e Vitruvio.*

(I) *Le Roy, Ruines de la Grece, pag. 29.*⁹⁰

(J) *Kirchen; e Norden, Viagem ao Egypto*⁹¹, tom. 2.

(K) *Polondel, Patte e Perault. Vg. no caso que perdêssemos o nosso palmo antygo ou do tempo do Senhor Rey D. João 1º, o poderíamos achar pela descrição que faz Fr. Luis de Sousa do edificio da Batalha, o que não poderá effectuar-se pela outra descripção que temos da obra de Mafra, pela deformidade com que foi escripta.*

(L) *A [sic=As] columnas deste pórtico tem 1ª [sic=uma] toesa de diâmetro e 10 d’altura. As do interior tem 4 pes de diametro e 40 d’altura. A nave maior tem 40 pes de largura. A toesa tem 6 pes de rey e este 12 pollegadas francezas.*

⁸⁹ O que consta no documento é “*alna per hu ora medem os mercadores de Lixboa*” (*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, INIC, Lisboa, 1982, p. 127).

⁹⁰ Julien David Le Roy, *Les ruines des plus beaux monuments de la Grèce*, Paris, 1758.

⁹¹ Frederic Louis Norden, *Voyage d’Egypte et de Nubie*, 2 tomos, Copenhaga, Impr. Maison Royale des Orphelins, 1755.

(^M) *Mr. d’Anville em 1769 publicou hum tractado das medidas itinerarias de todos os tempos e payzes, e nelle vem excelentes discussões sobre este assumpto.*⁹²

(^N) *O cumprimento [sic=comprimento] do pendulo considera-se desde o centro de suspensão athe o centro d’oscillação. O cumprimento do pendulo astronómico de Paris na latitude desta cidade he de 3 pés, 8 linhas e 6/100⁹³. Digo pendulo astronómico porque os francezes, como direi, dividindo o circulo em 400 partes ou gráus, em lugar de 360, e adoptando essa mesma divisão para os circulos considerados no globo, mudando as suas divisões de tempo em partes decimaes, devia o seu pendulo ser mais curto que o antigo conforme o novo systema d’horas, em que dividirão o seu dia medio ou verdadeiro, mas elles regularão as suas observação [sic] pelo pendulo antigo a que ficarão chamando astronómico para serem mais intelligíveis nas suas correspondências scientificas com os estrangeiros e por não perderem os trabalhos de mappas e taboas astronómicas existentes, que lhe [sic=lhes]ficarão inúteis ou carecerião de grande trabalho para se reduzirem ao novo systema. E assim o pendulo dos relógios he chamado civil e he mais curto, vibrando 100:000 segundos enquanto o astronómico vibra 86:400. Debalde se oppuserão os astrónomos francezes a semelhante divisão.*

(^O) *57:027 toesas por grau multiplicadas por 90 graus, que se contão no quadrante do circulo, dão 5:132:430 toesas, a que os francezes chamão 10:000:000 de metros, que dividirão em 100 partes iguaes.*

(^P) *Aqui vemos o metro ou unidade rectineal [sic=rectilineal], sendo 3 pés, 11 linhas e 44/100 de linha de cumprimento, não differe do pendulo astronómico, que he de 3 pes, 8 linhas e 6/100 de linha na latitude terrestre de Paris, conforme as observações, senão de 3 linhas e 38/100 de linha e assim, acrescentando ao pendulo astronómico este excendente, independente d’observações, temos o padrão no metro.*

(^Q) *Hum almude de Lisboa da em Londres 4 ½ gallons e em Paris, medida antiga, 18 pintes. 400 alqueires de Lisboa dão em Paris 9 1/4 setiers e por consequência 111 boisseaux. 100 varas de Lisboa dão 94 ½ aunes em Paris, e 173 ½ covados de Lisboa dão em Paris 100 varas [sic=aunes]. Mr. Giraudeau, La Banque Rendue Facile.⁹⁴*

⁹² Jean Baptiste Bourguignon d’Anville, *Traité des mesures itinéraires anciennes et modernes*, Paris, Impr. Royale, 1769.

⁹³ Entenda-se: “3 pés, 8 linhas e 6/100 de linha”.

⁹⁴ Pierre Giraudeau, *La banque rendue facile aux principales nations de l’Europe. Nouvelle édition*, Genève, 1756, p. 101, 109 e 114. A informação sobre o alqueire, baseada numa “mémoire de messieurs H. & B. de Lisbonne”, aponta para uma capacidade próxima dos 14 litros, indicando

^(R) *Aqui vemos que hum centigravet vem a corresponder a menos da 5^a parte de um grao. A denominação “bar” foi tirada do grego “barós”, que significa “peso grande”. O arrate [sic=libra] frances, peso de marco, era maior que o portuguez, e 100 arrates de peso afferido em Lisboa davão em Paris 89 [= 89 libras] . Mr. Giraudeau, Banque Rendue Facile.⁹⁵*

^(S) *Entende-se por bisecção a arte ou trabalho de dividir, por exemplo, hum instrumento em divisões e subdivisões binarias. A palavra “bisecção” vem do latim “bis” e “sectio”. He certo que o numero 96 que propõem tem mais divisoens binarias, ou secções de metade, mas não he cousa que se houvesse de propor, em vez do numero 100, adoptado pelos francezes, porque a belleza e singeleza do seu systema decimal e perfeita analogia que reyna em todas as suas partes ficarião destruídas e transtornadas. Mr. Ramsden, machinista inglez, nos deu, haverá oito ou dez annos, huma machina do seu invento, por onde se dividem e subdividem toda a qualidade de instrumentos com facilidade, exacção e perfeição admiraveis, e em quantidades as mais diminutas. Eis as diferentes divisões ou bisecções dos numeros 90, 96 e 100:*

90	96	100
45	48	50
	24	25
	12	
	6	
	3	

que a capacidade do alqueire de D. Manuel I e D. Sebastião (cerca de 13.1 litros) já tinha sido abandonada.

⁹⁵ P. Giraudeau, *La banque...*, cit., p. 93; ligeiramente diferente na p. 117: “sur le pied de 100 L. de Lisbonne pour 89 & demi de Paris”. No entanto, num anexo da mesma obra com paginação independente, o *Traité de l'achat des matieres et especes d'or et d'argent*, p. 7, consta uma informação diferente: “100 marcs de Portugal ne font que 93 marcs, 7 onces, 4 deniers, 4 grains & 4/71 [de grain] de France”. Esta última informação aponta para um marco português de 229.7 g, e portanto um arrátel “normal” de 459.4 g. As outras informações, pelo contrário apontam para um arrátel de 430 g ou 15 onças. O estudo recente de uma coleção de pesos usados em Coimbra nos séculos XVIII/XIX documenta também a utilização de arrátéis de 15 onças (L. Seabra Lopes, “A coleção de pesos de ferro...”, cit.).

Les importations de bois de Brésil en Normandie dans la première moitié du XVI^e siècle

The imports of Brazilwood in Normandy during the first half of the sixteenth century

CHRISTOPHE MANEUVRIER
Normandie Univ, UNICAEN
CNRS, CRAHAM/MRSH
christophe.maneuvrier @unicaen.fr
<https://orcid.org/0000-0001-5125-5431>

MICHEL DAEFFLER
Normandie Univ, UNICAEN
CNRS, MRSH
michel.daeffler@unicaen.fr
<https://orcid.org/0000-0003-0144-8301>

ISABELLE BRETTHAUER
Normandie Univ, UNICAEN
CNRS, CRAHAM/MRSH
isabelle.bretthauer@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-1780-772X>

Texto recebido em/Text submitted on: 08/02/2018

Texto aprovado em/Text approved on: 27/06/2018

Résumé:

La découverte de nouveaux documents issus d'archives judiciaires permet de mieux appréhender l'organisation des voyages des ports normands vers le Brésil. Les départs avaient généralement lieu à l'automne ou au début de l'hiver, les retours s'effectuant durant l'été. Pour réduire les risques et échapper aux flottes portugaises, les navires voyageaient en convois, souvent de trois à cinq navires dont les caractéristiques peuvent être présentées grâce à plusieurs contrats de construction conservés dans des registres notariés. La mise en œuvre de ces expéditions nécessitait d'importants capitaux rassemblés par des marchands rouennais. Parmi eux, figurent

plusieurs familles d'origine espagnole de niveau international qui pouvaient parfois s'associer avec des investisseurs de Paris, de Lyon, ou de Champagne. Les quantités de bois-brésil rapportées en Normandie étaient considérables. Une partie de ces marchandises fut très tôt réexpédiée à Paris, la Rochelle et jusqu'à Anvers, Rouen étant alors un entrepôt international de tout premier ordre. Le bois-brésil était utilisé comme produit tinctorial mais aussi dans l'architecture, notamment au château de Fontainebleau (demeure favorite de François I^{er}), ainsi que dans la fabrication de meubles ou de petits objets de luxe. Ces sources nouvelles montrent enfin que les expéditions des frères Verrazzano n'ont pas

ouvert la route du Brésil aux marchands français, mais que ces échanges ont commencé beaucoup plus tôt, même si une accélération de ce trafic est probable au cours de la décennie 1520.

Mots-clés:

Brésil; bois-brésil; Normandie; Rouen; Verrazzano.

Abstract:

New documents from judicial archives allow to understand better the organization of travels from Normandy ports to Brazil. Departures usually took place in autumn or early winter, with returns taking place during the summer. To reduce the risks and escape the Portuguese fleets, ships travelled in convoys, often from three to five ships whose characteristics can be presented through several construction contracts kept in notarial registers. Those expeditions required large capital raised by merchants from Rouen. Among them, there are several families of Spanish origin who could sometimes associate with investors from Paris, Lyon, or Champagne. The quantities of Brazilwood brought back to Normandy were considerable. Some of these goods were returned to Paris, La Rochelle and Antwerp, Rouen being a first-rate international warehouse. Brazilwood was used as a dye product but also in architecture, notably at the Château de Fontainebleau (François Ist favourite residence), as well as in the manufacture of furniture or small luxury items. These new sources finally show that the Verrazzano brothers' expeditions did not open the road to Brazil to French merchants, but that these exchanges began much earlier, even if an acceleration of this traffic is likely during the 1520s.

Keywords:

Brazil; Brazilwood; Normandy; Rouen; Verrazzano.

Le commerce du “bois-brésil” réalisé par des marchands français a donné lieu à une abondante production historique dont les principaux acquis depuis une quarantaine d’années consistent à mettre en avant le rôle des frères Verrazano qui, depuis les travaux de Michel Mollat, sont perçus comme les initiateurs de ce trafic transatlantique¹: après une “phase d’ouverture”, caractérisée par des voyages isolés et peu nombreux, le commerce du bois-brésil aurait connu une accélération rapide entre 1526 et 1531, lors du “tournant” verrazanien. L’interdiction faite par François I^{er} aux marchands rouennais de commercer au Brésil en 1531 (renouvelée en 1538) aurait entraîné une pause, les échanges reprenant à partir 1541 pour connaître leur apogée dans les années 1550². L’historiographie portugaise insiste de son côté sur le rôle joué par ces expéditions françaises dans la décision de Jean III d’investir le Brésil entraînant, après le traité de Saragosse du 22 avril 1529, la mise en place progressive du système colonial portugais au Brésil³. Tout récemment, Cameron J. G. Dodge a tenté d’évaluer l’importance économique du commerce du bois-brésil portugais

¹ La principale étude française sur la question est celle de Michel Mollat du Jourdin, Jacques Habert, *Giovanni et Girolamo Verrazano, navigateurs de François I^{er}*, Paris, imprimerie nationale, 1982. On peut toutefois se reporter également à Michel Mollat, *Le commerce maritime normand à la fin du Moyen Âge*, Paris, Plon, 1952, p. 249-257; Michel Mollat, “As primeiras relações entre a França e o Brasil: dos Verrazani a Villegaignon”, *Revista de História*, 70 (1967), p. 343-358 (<http://revhistoria.usp.br/images/stories/revistas/070/A003N070.pdf>, consulté le 2018.02.10); Jacques Habert, “Le second des grands voyages de Jean Verrazane vers les «Indes» et au Brésil 1526-1527”, in Christian Buchet, *La mer, la France et l’Amérique latine*, Paris, Presses Paris Sorbonne, 2006, p. 259-279; Ana Maria Pereira Ferreira, “O Brasil e a França na primeira metade do século XVI: viagens e interesses”, *Arquipélago. História*, 2^e série, 1/1 (1985), p. 123-130; Ana Maria Pereira Ferreira, *Problemas marítimos entre Portugal e a França na primeira metade do século XVI*, Redondo, Patrimonia, 1995; Fernando Lourenço Fernandes, “Os navegadores franceses na costa brasileira. No rastro do L’Espoir”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, 170/444 (2009), p. 39-67; Philippe Bonnichon, *Des cannibales aux castors. Les découvertes françaises de l’Amérique (1503-1788)*, Paris, éd. France Empire, 1994; Stéphane Mouette, “Les balbutiements de la colonisation française au Brésil (1524-1534)”, *Cahiers du Brésil Contemporain*, 32 (1997), p. 7-18; Laurent Vidal, “La présence française dans le Brésil colonial au XVI^e siècle”, *Cahiers des Amériques latines*, 34 (2000) (<http://journals.openedition.org/cal/6486>, consulté le 2018.02.10); Frédéric Mauro, *Le Portugal et l’Atlantique au XVII^e siècle. 1570-1670. Etude économique*, Paris, SEVPEN, 1960, p. 115-145.

² Ph. Bonnichon, *Des cannibales...*, cit., p. 29-30. Philippe Bonnichon date ce “tournant” de l’année 1527, Stéphane Mouette l’appelle “Tournant Verrazanien” (S. Mouette, “Les balbutiements...”, cit. L’acte de François I^{er}, daté du 22 décembre 1538 qui interdit aux marins d’aller au Brésil, a été publié par Ernest de Fréville, *Mémoire sur le commerce maritime de Rouen, depuis les temps les plus reculés jusqu’à la fin du siècle*, t. 2, n^o CXII, Rouen, Le Brument, 1857, p. 437-439. L’année 1531 est également marquée par la tentative d’installation française au fort Alexis qui ne dura que quelques mois. Charles de la Roncière, *Histoire de la marine française*, t. 3, Paris, Plon, 1906, p. 278.

³ L. Vidal, “La présence...”, cit.

entre 1550 et 1650 sans toutefois apporter d'élément nouveau sur l'activité des marchands français⁴.

Pour la plupart des historiens français, l'échec français au Brésil fut à la fois politique et commercial, le bilan économique des voyages des frères Verrazano étant jugé comme "assez maigre"⁵. Ce sentiment tient surtout à la nature des sources mobilisées jusqu'à présent, les archives de la Chambre de commerce de Rouen ayant été totalement détruites lors des bombardements de 1944⁶. Au sein des archives notariées, ce sont principalement les registres de "biens meubles"⁷ contenant des contrats d'affrètement et les chartes-parties qui permettent de suivre le développement de ce commerce. Cependant, tous les contrats liés au commerce n'étaient pas enregistrés chez les tabellions, beaucoup étant établis sous seing privé. Ces sources présentent d'autres biais: les registres de biens meubles sont nettement moins conservés que les registres d'héritages (ou d'immeubles). Nous en avons effectué un dépouillement systématique pour la période 1524-1541 complété par plusieurs sondages dans les années 1542-1550. Le résultat est assez décevant, car si on perçoit certains navires et quelques familles marchandes impliquées dans ce commerce, on ne voit jamais les cargaisons qui reviennent. Pour saisir ces dernières, il faut avoir recours à d'autres sources. C'est grâce à ce corpus diversifié que nous pouvons appréhender, dans une perspective renouvelée, le commerce normand avec le monde Atlantique.

⁴ Cameron J. G. Dodge, «A Forgotten Century of Brazilwood: The Brazilwood Trade from the Mid-Sixteenth to Mid-Seventeenth Century», *e-Journal of Portuguese History*, 2018, Brown Digital Repository. Brown University Library (<https://doi.org/10.7301/Z0VH5MBT>).

⁵ Michel de Boüard, "Les voyages des Frères Verrazano: *Giovanni et Girolamo Verrazano, navigateurs de François I^{er}*", dossiers de voyages établis et commentés par Michel Mollat du Jourdin et Jacques Habert", *Annales de Normandie*, 2 (1984), p. 202-204.

⁶ De ces archives, il ne reste que les quelques actes publiés par E. Fréville, *Mémoire...*, cit.

⁷ Le plus ancien registre contenant les seuls "meubles" conservé pour Rouen ne commence qu'en 1524 (Archives départementales de Seine-Maritime (dorénavant AdS-M), 2E 1/377). Dans le notariat normand (appelé "tabellionage"), on distingue les actes portant sur les "héritages" (ou immeubles) de ceux portant sur les biens "meubles". Les registres de meubles rassemblent des actes de vente de marchandises, des transactions commerciales (et pas seulement maritimes), des procurations, des reconnaissances de dettes, des baux à temps, des testaments, etc. Les registres notariés des autres ports normands sont plus tardifs: au Havre, ils ne débutent qu'en 1571 et à Honfleur en 1572. À Dieppe, ils ont totalement disparu lors de l'incendie de 1694. Rien n'indique que ces contrats d'affrètements et ces chartes parties aient fait l'objet d'un enregistrement systématique chez les tabellions normands, de nombreux indices montrant au contraire que les chartes sous seing privé ont longtemps été utilisées entre marchands et marins. On ne peut donc pas arguer du silence de ces sources dans les années 1524-1529 pour affirmer que le commerce entre la Normandie et le Brésil était inexistant.

De nouvelles sources

Les remarques qui suivent s'appuient pour l'essentiel sur des archives judiciaires inédites. Le dossier n'est guère volumineux puisqu'il ne compte que 18 pièces de procédure provenant des épaves du fonds des archives de la justice seigneuriale de Roncheville, à Honfleur. Elles sont conservées en deux ensembles: le premier dossier, conservé aux Archives départementales du Calvados, comprend dix pièces des années 1529-1530. Certaines ont fait l'objet d'une analyse sommaire par Charles Bréard en 1890 mais elles n'ont pas été utilisées par Michel Mollat⁸. Elles font état d'un long procès qui opposa le fermier de la coutume de Roncheville à des marchands de Rouen qui refusaient de payer des droits sur le bois-brésil, affirmant en être quittes en raison d'un privilège obtenu à Rouen. Évidemment, le seigneur de Roncheville qui prélevait un droit de coutume sur toutes les marchandises qui entraient et sortaient du port de Honfleur ne l'entendait pas de cette façon. Le second dossier, totalement inédit⁹, provient aussi des archives de la seigneurie de Roncheville. Conservé aux Archives nationales, il contient huit décisions du tribunal seigneurial prises entre novembre 1534 et avril 1535 qui exigent des propriétaires d'un navire nommé *L'Advenue* une déclaration de cargaison – laquelle semble n'avoir jamais été délivrée¹⁰.

À ces documents de justice, nous pouvons ajouter un texte inédit provenant du Minutier central des notaires de Paris se rapportant à l'expédition pilotée par Jérôme Verrazzano vers le Brésil en 1529 qui vient compléter les deux documents connus sur ce voyage publiés par Michel Mollat¹¹. Les informations

⁸ Archives départementales du Calvados (dorénavant AdC), A-210. Cinq des dix documents ont été analysés dans Charles Bréard, "Anciens voyages normands au Brésil", *Bulletin de la Société de l'histoire de Normandie*, années 1887-1890, p. 236-239. Michel Mollat se réfère parfois aux analyses de Charles Bréard mais effectue une erreur en attribuant cette note à Charles de Beurepaire. Il n'a vraisemblablement pas consulté les originaux.

⁹ Nous devons la connaissance de ce dossier à Nathalie Pallu de la Barrière à qui nous adressons nos très amicaux remerciements. Nous remercions également Francis Brumont pour avoir attiré notre attention sur plusieurs documents du tabellionage de Rouen repérés par lui lors de ses propres dépouillements.

¹⁰ Le dossier est intitulé "Huit sentences interlocutoires rendues en la vicomté de Roncheville a Honfleur entre Jean Fesques procureur et receveur de ladite vicomté et baronnie de Roncheville et différents marchands pour les forcer de donner la declaration de leurs marchandises". Archives nationales (dorénavant AnF), 300 AP529, dossier 36, 1535.

¹¹ Ce document inconnu de Michel Mollat a été signalé par Jean-Pierre Moreau qui reprend la description de l'inventaire des Archives nationales sans avoir fait le lien avec Girolamo Verrazzano. Jean-Pierre Moreau, *Les Petites Antilles de Christophe Colomb à Richelieu. 1493-1635*, Paris Karthala, 1992, p. 45. Voir Annexe 1.

contenues dans ces dix-huit pièces de procédure, croisées avec les données des tabellionages et des sources narratives, permettent de jeter un nouvel éclairage sur l'organisation des voyages, l'origine des marchands, les navires utilisés et les marchandises rapportées.

I – L'organisation des voyages

Durée et saisonnalité des expéditions

La durée des expéditions n'est presque jamais mentionnée dans les contrats et la précision dans la charte-partie du fait que le voyage de Girolamo Verrazano soit prévu sur 10 mois est exceptionnelle. Elle tient sans doute au fait qu'il devait revenir du Brésil après plusieurs escales en Méditerranée¹². Tous les voyages ne suivaient d'ailleurs pas un itinéraire unique: pour la seule année 1549, sept contrats indiquent le Brésil comme unique destination; trois mentionnent une étape au Cap-Vert; deux autres une escale au Cap des Trois Pointes, dans l'actuel Ghana. Les départs avaient lieu durant l'automne ou au début de l'hiver, et la préparation du voyage durait plusieurs mois. Alors que la charte-partie concernant l'expédition pilotée par Verrazano est signée le 27 septembre 1529, *La Bonne Aventure* était encore au Havre le 1^{er} décembre¹³. Les dates de retour sont mieux documentées: le dossier de justice de Honfleur signale des arrivées en juillet 1529 et 1530. *La Roze*, conduite par Charles Mygnot, est même rentrée à Honfleur à deux reprises, une fois durant l'été 1529, l'autre pendant l'été 1530, ce qui montre la capacité des marchands et des marins à organiser un voyage chaque année avec le même bateau. Selon l'itinéraire prévu et le nombre d'escales à effectuer, ces voyages devaient durer entre 7 et 10 mois.

Le nombre de navires impliqués dans chaque expédition semble se situer le plus souvent entre trois et cinq, mais on ne dispose d'informations précises que sur deux convois: en 1530, *L'Esprit* et *La Roze* naviguent ensemble, comme l'année précédente où elles voguaient, en plus, en compagnie d'un troisième navire dont on ne connaît que le nom du maître, Kathelin Passemer. En 1527, le seul convoi connu en partance de Bretagne comptait lui aussi trois navires¹⁴. Un doute subsiste sur le cas de l'expédition à laquelle participa Girolamo Verrazano,

¹² M. Mollat du Jourdin, J. Habert, *Giovanni...*, cit., p. 127.

¹³ *Ibid.*; cf. Annexe 1.

¹⁴ Luis M. Ramalhosa Guerreiro, "La prise de trois navires bretons sur les côtes du Brésil en 1527", *La Bretagne, Le Portugal, Le Brésil: échanges et rapports*, Actes du Cinquantenaire de la création en Bretagne de l'enseignement du portugais, Brest, Université de Haute Bretagne / Université de Bretagne occidentale, 1973, p. 103-112.

pour laquelle les documents ne font état que d'un seul navire. On doute qu'un navire ait pu voyager seul puisque les départs en convois furent la règle pendant tout le XVI^e siècle. Si le port de Honfleur apparaît fréquemment comme point de départ des expéditions, il n'était pas le seul puisqu'en 1529 *La Bonne Aventure* part du Havre et d'autres départs sont connus depuis Dieppe et Harfleur. Des marins et des armateurs de toute la Normandie étaient impliqués dans ce trafic: vers 1530/1550, des marchands de Caen y participaient également¹⁵. Le cas de *La Martine*, partie peu avant 1518, est moins clair car on ne sait si c'est le navire ou le maître du navire qui était originaire de Jumièges¹⁶.

Un commerce aux mains de riches marchands rouennais

Le dossier de Honfleur nous livre les noms d'une quinzaine de marchands ayant pris des parts dans l'affrètement d'un ou de plusieurs navires pour le Brésil. Tous sont indiqués comme "marchands de Rouen". Parmi eux figurent plusieurs marchands d'origine espagnole¹⁷: Jean Saldaigne (*Saldaña*), fils de Pierre Saldaigne arrivé à Rouen en 1487 et naturalisé en 1497; Jean de Quintanadoines (*Quintanadueñas*) arrivé à Rouen en 1519; Jacques et Alonce de Cville, fils d'Alonce de Cville arrivé à Rouen dès 1484. Pour ces investisseurs, le bois-

¹⁵ Jean Rouxel, professeur à l'université de Caen, né vers 1530, écrit: "Mon père en divers lieux demena le trafic, Et joignit aux Normands et l'Inde et l'Amérique". Léopold Duhamel, *Essai sur la vie et les œuvres de Jean Rouxel, Poète et jurisconsulte caennais du XVI^e siècle*, Caen, Pagny, 1862, p. 8. Jacques de Cahaignes (1548-1612), dans son éloge 31 consacré à Etienne de Mondrainville, affirme: "Etienne Duval exerça sur terre et sur mer cette profession utile et honorable [de marchand], en Europe, en Barbarie, et dans presque toutes les contrées du Nouveau-Monde. Il en retira de grandes richesses". L'activité commerciale d'Etienne de Mondrainville se situe dans les années 1520-1550 puisqu'il est élu échevin en 1536 avant d'être anobli en 1548. Jacques de Cahaignes, *Eloges des citoyens de la ville de Caen. Première centurie*, Caen, Leblanc-Hardel, 1880, p. 146-147.

¹⁶ L'acte indique: "Ce sont les frais et mises que Robert Costart maistre du navire nommé la Martine de Jumeges du port de IIIIxx tonneaux...". L'absence de ponctuation peut laisser croire à un navire originaire de Jumièges mais cette indication n'est pas conforme aux habitudes des tabellions qui indiquent l'origine des maîtres et capitaines mais pas celle des navires. Il se pourrait donc bien que ce soit Robert Costart qui soit originaire de Jumièges, et non le navire.

¹⁷ Sur cette communauté espagnole à Rouen: M. Mollat, *Le commerce...*, cit., p. 512; C. Douyère, "Le testament de Pedro de Salazar, marchand espagnol de Rouen (1549)", *Bulletin Philologique et historique*, 1973, p. 157-169; Christine Demeulenaere-Douyère, "Le commerce espagnol à Rouen au XVI^e siècle", *Études Normandes*, 2 (1981), p. 43-54 et "Les Espagnols et la société rouennaise au XVI^e siècle", *Études Normandes*, 3 (1981), p. 65-82; G. K. Brunelle, "Immigration, assimilation and success: three families of Spanish origin in sixteenth century Rouen", *Sixteenth Century Journal*, XX:2 (1989), p. 203-219. Sur les importations espagnoles au début du siècle: Jacques Bottin, "De la toile au change: l'entrepôt rouennais et le commerce de Séville au début de l'époque moderne", *Annales du Midi*, vol. 117, 251 (2005), p. 323-345.

-brésil n'est qu'une marchandise parmi d'autres: le testament rédigé par Pedro de Salazar (un autre marchand originaire de Bilbao) le montre trafiquant surtout avec l'Espagne, d'où il rapporte de la laine, des fruits, du vin, et des câpres qu'il troque contre des toiles normandes. Il participe également à des expéditions vers Terre-Neuve et le Brésil puisqu'à la date où il écrit son testament (7 mai 1549), il signale avoir investi dans trois navires faisant route vers le Brésil¹⁸.

Ces familles d'origine espagnole ne sont pas les seules à se lancer dans le commerce du bois-brésil. À leurs côtés, on trouve des marchands rouennais dont certains leur sont apparentés comme Jean Cavelier, propriétaire de 20 000 bois de brésil déchargés à Honfleur en 1529 et dont l'une des parentes a épousé Fernand de Quintanadoines. Moins connus, Noël Fessart et Nicolas de la Chesnaye se sont associés à Robert Ribault¹⁹ pour armer *Ladvenue* qui rentre à Honfleur durant l'été 1534²⁰. Ces associations sont durables puisqu'en 1531 Nicolas de la Chesnaye s'était déjà associé à Richard Fessart (un parent de Noël ?) pour équiper un navire vers le Brésil. Tous deux firent partie du groupe de marchands qui présentèrent une requête au Conseil de la Ville de Rouen le 26 août 1531 contre l'interdiction faite par le roi d'envoyer des bateaux vers le Brésil²¹. Ces associations entre marchands rouennais sont fréquemment renouvelées: l'une des pièces de procédures établit la liste des cinq principaux armateurs du voyage effectué par *La Roze* en 1529. On y trouve Jehan Pestel, Charlot Mygnot, Pierre Guerin, Richard Fessart et Pierre Moisy, tous "marchands bourgeois de Rouen". Ils s'associent de nouveau pour envoyer en 1530 la nef nommée *La Roze* dont le maître du navire est Laurent Advissé qui a remplacé Charlot Mygnot, maître en 1529²². À cette date, l'organisation des expéditions est donc déjà bien rodée.

Le dossier est trop réduit pour préciser la chronologie du mouvement mais quelques indices peuvent servir de jalons: le premier est fourni par la coutume de Roncheville qui énumère les droits à payer sur chaque marchandise débarquée dont le texte est certifié et confirmé par les tabellions royaux de Honfleur le 22 juillet 1527. En 1529 et 1530, la fin du mois de juillet est marquée par le retour des navires en provenance du Brésil, et nous pouvons donc supposer que

¹⁸ Christine Douyère, "Le testament...", cit., p. 167.

¹⁹ S'agirait-il d'un parent du célèbre Jean Ribault qui fut parmi les fondateurs de la colonie de Floride en 1565?

²⁰ AnF, 300 AP529, dossier 36, 1535.

²¹ Registre des délibérations de la ville de Rouen, Archives municipales de Rouen, A.13, f. 153 v. Texte publié par Jules Thieury, *Le Portugal et la Normandie jusqu'à la fin du XVI^e siècle*, Paris, Aubry, 1860, p. 43-44.

²² AdC, A-210.

cette confirmation soit en lien avec l'arrivée récente de marchandises, jusqu'à présent non inscrites dans la coutume, comme c'est le cas du bois-brésil²³. Un passage du *Livre des Martyrs* de Jean Crespin affirme d'ailleurs que c'est vers 1525 que le bois-brésil apparaît (en grandes quantités?) dans l'estuaire de la Seine: "Quelque temps apres qui fut peut estre en l'an M.D.XXV. les marchans françois de la ville de Harfleur [lire probablement : Honfleur] y envoyerent leurs navires pour traiter avec les habitans naturels, desquels ils tirerent du bois de Brésil, des poyvres & autres marchandises. Iceux composerent entre eux une alliance qui dure jusques aujourd'hui, depuis l'on a continué tous les ans la navigation"²⁴. Même si Jean Crespin a un doute sur l'année précise de l'événement, on comprend que des marchands s'organisèrent pour y mener des expéditions conséquentes. Une lettre du 5 mai 1525 signale que Guyon Le Roy, capitaine du Havre, avait dès cette date investi lui aussi dans une petite nef qui faisait le commerce du Brésil. La manière dont Saint Maars écrit à Guyon Le Roy avoir "presté quarante frans à votre petite nef qui va au Brésil comme plus amplement pourrez veoir par leur certifficat que je vous envoys par se porteur" montre que le navire est certainement en route²⁵. D'ailleurs, c'est à ce moment que les plaintes de l'ambassadeur du Portugal se multiplient à l'encontre des marchands français. L'impitoyable massacre des marins bretons surpris (vers 1527/28) en train de charger du bois-brésil par une flotte portugaise s'explique sans doute par la volonté de terroriser les marins afin de les dissuader de venir au Brésil. Quelques hommes réussissent à s'échapper dans une chaloupe (ne les aurait-on pas laisser fuir afin qu'ils fassent savoir à leurs compatriotes le sort de leurs compagnons?) et retrouvent un navire français qui les ramène en Europe, ce qui montre que leur nef ne fut pas la seule venue de France cette année-là²⁶. À partir de 1525, les expéditions sont toujours plus nombreuses jusqu'à ce que, le 22 août 1531, François I^{er} ordonne un embargo sur tous les navires armant pour la Guinée ou le Brésil. Quatre navires sont alors bloqués en Normandie, mais une lettre de l'ambassadeur du Portugal fait état de 25 à

²³ Cette coutume a été éditée par Paul Bréard, "Pancarte ou tarif des droits de coutume dus à S. A. S. Monseigneur le duc d'Orléans, premier prince du sang dans et prévôté de Honfleur au Moyen Âge", *Bulletin de la Société historique de Lisieux*, 17 (1909), p. 9-20.

²⁴ Jean Crespin, *Histoire des martyrs persecutez et mis à mort pour la verité de l'Evangile, depuis le temps des apostres jusques à l'an 1574*, Genève, Eustache Vignon, 1582, p. 404.

²⁵ La lettre est publiée par Charles Bréard, Philippe Barrey, *Documents relatifs à la marine normande aux XI^e et XVI^e siècles*, Rouen, Lestringant, 1906, XX, p. 180-181. Vers la même époque (1525?), deux dieppois, Guérard et Rouffel, partent eux-aussi pour le Brésil: Jacques Savary, *Le parfait négociant ou instruction générale pour ce qui regarde le commerce de toute sorte de marchandises, tant de France que des pays étrangers*, Paris, Guignard, 1675, p. 114.

²⁶ M. Mollat du Jourdin, J. Habert, *Giovanni...*, cit., p. 143-144. L. M. R. Guerreiro, "La prise...", cit.

30 nefs en cours d'armement. Cette interdiction contrarie considérablement les marchands de Rouen qui s'en plaignent auprès de François I^{er} mais elle n'empêche pas les départs: un acte du 14 octobre 1531 montre qu'un navire au moins – car il est peu probable qu'il ait envisagé de partir seul – s'apprêtait à partir pour le Brésil²⁷. D'ailleurs, le roi soutenait certains navires en partance comme on le voit à travers les “dépenses secrètes” qui indiquent qu'en août 1534 le capitaine Bizeretz fit savoir au roi “son retour du pais de Bresil où il estoit allé par son commandement avec la nef nommee le Saint Philippe”²⁸.

II – Les navires utilisés

Les caractéristiques des navires armés pour les voyages transatlantiques peuvent être présentées à partir de plusieurs contrats de construction conservés dans les registres notariés de Rouen, Le Havre et Honfleur. Même si les registres de ces deux dernières villes antérieurs aux années 1570 ont disparu, les informations disponibles concernent toutefois des navires du milieu et du troisième quart du XVI^e siècle²⁹. Ces documents fournissent les dimensions précises de la coque, des informations sur les aménagements intérieurs (ponts et gaillards) ainsi qu'une description parfois très détaillée de la charpente qui permet de restituer les élévations des bâtiments.

Des bâtiments polyvalents

D'une longueur se situant entre 55 et 72 pieds (18 à 23,4 m), ces bâtiments normands sont d'une taille relativement modeste en comparaison avec d'autres navires européens dont certains dépassent les 30 m, tels les navires basques construits dans la seconde moitié du XVI^e siècle³⁰. Lors de la conception de leurs bâtiments, les constructeurs adaptent les proportions de la coque aux usages recherchés ainsi qu'aux conditions de navigation. Ainsi, le rapport longueur quille/largeur se situe entre 2,10 et 2,50, cette valeur correspondant à des navires

²⁷ AdS-M, 2E 1/380.

²⁸ Léon de Laborde, *Les comptes des bâtiments du roi (1528-1571)*, Paris, Baur, 1880, p. 129 et n.° 229, p. 272. Dans un compte postérieur (1566), il est fait état de dépenses payées grâce aux “deniers provenus de la vente du bois de brezil” (*Ibid.*, p. 129).

²⁹ Une trentaine de contrats de construction et de réparation datés entre 1549 et 1601 ont pu être retrouvés dans les archives de Fécamp, du Havre et de Honfleur.

³⁰ Michael Barkham, “Sixteenth century Spanish basque ships and shipbuilding: the multipurpose nao”, *Postmedieval boat and ship archaeology*, BAR International Series 256 (1985), p. 113-135.

n'ayant qu'un pont, plus aptes à la course et au combat. Certains, dotés d'une coque large et profonde, présentent des proportions communes à l'ensemble des navires de commerce européens du XVI^e siècle. D'autres possèdent une coque plus fine ce qui les rapproche de certains navires anglais, notamment de ceux que le contrôleur de la marine d'Élisabeth I^{ère}, William Borough, estime être "very serviceable for all purposes"³¹. Si aucun des navires normands de cette période ne correspond à la "classe" des navires de guerre, la plupart se situent dans la catégorie "multi-usage", pouvant être armés en "guerre ou marchandise".

Selon les contrats d'affrètement, les navires affectés aux voyages transatlantiques avaient un tonnage moyen compris entre 50 et 180 tonneaux. Cette grande variabilité suggère l'existence de navires aux caractéristiques bien différentes.

Indications de contenances de quelques navires normands partant pour le Brésil

Année de départ (D) ou de retour (R)	Nom du navire	Tonnage
R1505	L'Espoir	120 tonneaux
R1518	La Martine	80 tonneaux
R1529	?	70 tonneaux
R1529	La Roze	100 tonneaux
R1530	La Roze	+ 80 tonneaux (cargaison minimale)
R1529	Lesprit	+ 104 tonneaux (cargaison minimale)
R1530	Lesprit	130 tonneaux
R1529	La Flamengue	120 tonneaux
D1529	La Bonne Aventure	120 tonneaux

Les navires de taille moyenne (50 à 80 tonneaux)

Jusqu'à 80 tonneaux environ, les navires ne possédaient qu'un seul pont, telle cette roberge construite à Honfleur en 1576³². Les bâtiments de 50 à 60 tonneaux présentaient une coque particulièrement basse ayant une longueur de quille de 36 pieds, une longueur hors tout de 54 pieds, une largeur de 15,5

³¹ Londres, The National Archives, SP12/243, f. 283 r-283 v.

³² AdC, 8E-6500, f. 121r-122v, 7 avril 1576.

pieds et une hauteur de cale de 9 pieds³³ (fig. 1). Ce navire n'a qu'un pont, un gaillard d'avant, un gaillard d'arrière avec une dunette au-dessus. Le pont n'est pas continu, mais se trouve interrompu à l'arrière par un "ravallement", c'est-à-dire que le pont est abaissé au niveau de la chambre du maître du navire³⁴. Cet aménagement permettant de réduire les œuvres mortes figure sur la plupart des navires européens de l'époque³⁵. Le maître du navire loge à l'arrière du navire, sous le gaillard. En avant de la chambre, se trouve "la chambre du gouverneur", un local d'où l'homme de barre manœuvre le gouvernail. Surplombant le gaillard d'arrière il présente une ouverture vers l'avant lui permettant de suivre le mouvement des voiles. Une rangée de barrots est établie à environ trois pieds sous le pont. Solidement fixés aux flancs au moyen de puissantes courbes, leur rôle est essentiellement structurel ; toutefois, la comparaison avec certaines épaves, telle celle de *Red Bay* suggère qu'un léger bordage pouvait être cloué sur ces baux, formant ainsi un faux pont pouvant recevoir une partie de la cargaison³⁶. Il semblerait que sur les bâtiments n'ayant qu'un pont, l'équipage était logé sous le gaillard d'arrière: "... Item une platte fourne arriere de la haulteur dun homme qui sera close pour loger et metre au couvers les hommes..."³⁷.

Les navires de grande taille (plus de 100 tonneaux)

Au-dessus d'une centaine de tonneaux, les bâtiments entrent dans une autre catégorie : ils sont plus grands et plus larges. Les dimensions d'un navire pouvant jauger une centaine de tonneaux sont les suivantes (fig. 2)³⁸: longueur de quille, 42 pieds; longueur hors tout, 62 pieds; largeur, 19 pieds; hauteur de cale, 10 pieds.

³³ AdS-M, 2E70-14, f. 76r-77v, 26 février 1573. Les dimensions sont indiquées en pieds et pouces. Il existait en Normandie un pied de 11 pouces valant 298 mm, et même, à Rouen, un pied de 10 pouces valant 271 mm. Toutefois, plusieurs contrats de construction indiquent que les dimensions sont en "pieds de roi", valant 325 mm: "... Aura ledict navire de haulteur soubz son premier tillac huit piedz de roy..." (AdS-M, 2E70-80, f. 308 v, 27 décembre 1595).

³⁴ "... ung ravallement arryere avec la chambre du maitre au-dessus...", AdC, 8E-6498, 17 novembre 1575, f. 446 r.

³⁵ Michel Daeffler, *Formes de carène et navires de combat. L'invention du vaisseau de ligne en Angleterre (1560-1642)*, Caen, Centre de Recherche d'Histoire Quantitative, 2004, p. 147-150.

³⁶ Robert Grenier, Marc-André Bernier, Willis Stevens (éds.), *L'archéologie subaquatique de Red Bay, la construction navale et la pêche de la baleine basques au XVI^e siècle*, t. III, Ottawa, Parcs Canada, 2007, p. 190-191.

³⁷ AdS-M, 2E70-25, f. 246r-252r, 8 novembre 1576.

³⁸ AdS-M, 2E70-63, f.10v-12v, 18 janvier 1589.

Ce navire possède deux ponts, un gaillard d'avant et un gaillard d'arrière, avec une dunette au-dessus. La hauteur d'entrepont, d'environ 4 pieds, est mesurée depuis la planche du tillac jusqu'au dessous du bau du pont supérieur. Cette faible hauteur, très inférieure à celle en usage sur les vaisseaux royaux, oblige à se déplacer courbés en deux, mais les œuvres mortes sont réduites d'autant, rendant ces modestes bâtiments plus marins. À bord d'un navire marchand, l'espace entre deux ponts est d'abord dévolu à l'entrepôt de marchandises puis au logement des hommes. La hauteur du gaillard d'arrière est sensiblement identique à celle de l'entrepont, pouvant aller jusqu'à 4,5 pieds (1,46 m). Avec une telle hauteur, le maître du navire est à peine mieux logé que l'équipage car il ne peut se tenir debout, et à peine assis sur une chaise. Le gaillard d'arrière peut s'étendre jusqu'au grand mât. Afin de réduire la hauteur de la coque, des "ravallements" sont également pratiqués dans les ponts. La hauteur de la dunette, limitée à 3 pieds (974 mm), correspond davantage à un abri pour le couchage qu'à un véritable logement.

Ces bâtiments sont généralement équipés d'une structure appelée "pont de barrot" disposée au-dessus du pont, entre les gaillards (fig.3). Destinée à empêcher ou à retarder l'entrée d'ennemis dans le navire lors d'un abordage, elle se compose de deux poutres longitudinales appelées "hiloires", soutenues par des épontilles. Des barrotins, disposés transversalement, s'appuient sur le plat-bord et sur les hiloires. Cette structure est complétée par une autre série de barrotins centraux, placés entre les hiloires, destinée à recevoir un filet afin d'empêcher l'ennemi de prendre pied sur le pont supérieur, comme on le voit sur une enseigne représentant le chargement de troncs de bois-brésil sur un navire normand³⁹. Les restes d'un dispositif similaire ont été retrouvés sur l'épave de la caraque anglaise *Mary-Rose* coulée en 1545⁴⁰.

La voilure

Nous disposons de peu d'informations concernant la voilure de ces bâtiments car aucun contrat de voilure ou de réalisation de la mâture ne nous est parvenu. L'inventaire d'un navire en partance pour le Brésil nous détaille

³⁹ Cette enseigne, qui provient d'une maison de Rouen aujourd'hui détruite appelée *L'île du Brésil*, est conservée au musée des Antiquités de Seine-Maritime, à Rouen. On la date généralement du milieu du XVI^e siècle. Des photos sont disponibles dans la base Joconde: http://www.culture.gouv.fr/public/mistral/joconde_fr?ACTION=CHERCHER&FIELD_98=REF&VALUE_98=07330000816, consulté le 2018.02.10.

⁴⁰ *Mary-Rose your noblest shippe. Anatomy of a Tudor Warship*, ed. Peter Marsden, Portsmouth, The Mary Rose Trust, 2009, p. 200-206.

de façon exceptionnelle sa voilure⁴¹ : “Deux paires de voilles assavoir deux grandz papefis, deux papefis de borset avec leurs bonnettes, trois borsés de hune dont en y a deux grandz, ung borset de baupré avec une misenne...”. Le grand papefi désignant la grande voile, on comprend qu’il y en a deux jeux. Les deux papefis de borset correspondent quant à eux à deux jeux d’une voile de misaine, située à l’avant⁴². Ces deux voiles sont équipées chacune d’une “bonnette”, lacée au bas de la voile principale, appelée bonnette maillée. Les borsets de hune correspondent aux grand et petit hunier disposés au-dessus de la grande voile et de la voile de misaine. Le borset de beaupré est une petite voile carrée établie sous le beaupré qui prendra le nom de civadière au XVII^e siècle. La “misenne” ne semble pas désigner la voile de misaine appelée ici “papefis de borcet”, mais plutôt ce que l’on nomme aujourd’hui la voile d’artimon, petite voile triangulaire établie sur le mât d’artimon, à l’arrière du navire⁴³. Le schéma de voilure ainsi établi correspond assez bien au type de voilure des navires européens gréés à trois mâts⁴⁴ (fig. 4).

L’armement

Des pièces d’artillerie sont fréquemment mentionnées dans les contrats d’affrètement. Leur calibre n’est pas indiqué, et on ne dispose que de leur nom : “passevolant”, “berche” ou “chiens”. Le passevolant est un canon à boîte pouvant tirer un boulet de 8 livres⁴⁵ ou, au minimum, un projectile du calibre d’un “faucon”⁴⁶ soit un boulet de 2 livres. Il s’agit d’un canon de faible calibre utilisant une boîte à poudre et monté sur un affût, peut-être du même type que ceux utilisés pour les “bombardas” sur les navires espagnols armant pour la chasse à la baleine ou les campagnes morutières⁴⁷. Les chiens et les berches semblent être de petites pièces montées sur pivot au niveau des gaillards, de

⁴¹ AdS-M, 2E1-883, f. 34r-34v, 4 septembre 1566.

⁴² “Paccis ou pacci, signifie la grande voile du grand mast, ou du mât de Borcet, nommant l’un le grand paccis, & l’autre paccis de borcet...”, George Fournier, *Hydrographie contenant la theorie et la pratique de toutes les parties de la navigation*, Paris, Jean Dupuis, 1667, p. 10; le mât de borcet est un ancien terme désignant le mât de misaine.

⁴³ Sur un navire à trois mâts, le mât d’artimon est le mât situé le plus en arrière.

⁴⁴ R. Grenier, M-A. Bernier, W. Stevens (éds.), *L’archéologie...*, cit., p. 35.

⁴⁵ Diago Ufano, *Vraye instruction de l’artillerie et de ses appartenances*, Frankfurt, Egenolf Emmel, 1514, p. 13.

⁴⁶ Estienne Cleirac, *Us et coutumes de la mer*, Bordeaux, Guillaume Millanges, 1647, p. 497.

⁴⁷ R. Grenier, M-A. Bernier, W. Stevens (éds.), *L’archéologie...*, cit., p. 166-167.

plus petits calibres encore⁴⁸. Ces pièces en fer dotées de deux boîtes à poudre⁴⁹ constituent la majorité de l'artillerie embarquée. L'armement de bord était complété par des arquebuses, des arbalètes, des lances à feu ainsi que des piques et demi-piques. L'ensemble de cet équipement militaire est exclusivement adapté au combat rapproché et à l'abordage, aucune des pièces d'artillerie n'étant assez puissante pour repousser un adversaire bien armé.

Les pièces de procédure de la justice de Roncheville montrent que ces navires n'entraient pas dans le port de Honfleur mais qu'ils restaient en mer tandis que l'on déchargeait la marchandise sur des petits vaisseaux de 20 à 25 tonneaux appelés "allèges" qui pouvaient alors remonter la Seine jusqu'à Rouen. Le 25 août 1529, le procureur de Roncheville évoque "soixante dix tonneaulx de marchandises de boys de bresil ou environ, naguerez estant en ce port et havre de Honnefleu dedens troys alleges pour porter en ladite ville de Rouen pour avoir payement de la coustume de ce denier par lesdits marchantz ainsy que disoit et soubtenait ledit Martin Boursier, coustumier". La justice de Roncheville fit également saisir, le 28 juillet 1530, une allège chargée de 20 tonneaux de brésil provenant de la nef de Charlot Mynot⁵⁰.

III – Les marchandises rapportées

On ne possède aucune déclaration de cargaison permettant de connaître précisément l'ensemble des marchandises rapportées du Brésil. Plusieurs textes signalent des arrivages d'animaux vivants, principalement des singes et des perroquets. Toutefois, la marchandise principale est le bois-brésil, toujours désigné sans autre précision⁵¹. De nombreuses représentations, telle l'enseigne de "l'isle du Brésil"⁵², montrent que le bois était rapporté sous la forme de pièces longues de 1,70 à 1,80 m environ, de section carrée ou circulaire. Le débitage en sections carrées permettait un rangement plus aisé dans le navire, assurait au

⁴⁸ Jean Nicot, *Thresor de la langue francoyse tant ancienne que moderne*, Paris, David Douceur, 1606, p. 75.

⁴⁹ BnF, fr. 21544, *Recueil de pièces originales concernant l'artillerie et la marine de France* (1545-1574), f. 36 r, 1565.

⁵⁰ AdC, A. 210.

⁵¹ Plusieurs essences étaient regroupées sous le terme générique de bois-brésil. F. Mauro, *Le Portugal...*, cit., p. 117-120.

⁵² Cette maison, détruite lors du percement de la rue de la République, était située au 17 de la rue Malpalu. Sur la façade on voyait "de petites figures nues [...] sculptées sur les montants au milieu d'ornements gothiques". E. H. Langlois, *Description historique des Maisons de Rouen les plus remarquables par leur décoration extérieure et par leur ancienneté*, Paris, Firmin Didot, 1821, p. 154.

bois un séchage régulier limitant les distorsions, et réduisait le coût du transport mais nécessitait que les Amérindiens aient le temps de les préparer⁵³.

Dans les actes concernant uniquement des marchands normands, les bois ne sont jamais décrits, comme si leurs dimensions étaient connues de tous. C'est seulement lorsqu'ils sont réexpédiés dans d'autres ports que les contrats donnent leurs équivalents en poids. Par un contrat du 30 septembre 1548, des marchands rouennais s'engagent à livrer à des marchands d'Anvers "six cens quatre vingtz dix huit boutz ou boises de bresil le tout poisant quarante mil troys cens quinze livres" qui font ensemble 20 tonneaux ou environ⁵⁴. Un tonneau pèse donc ici environ une tonne (deux mille livres), et contient 35 bois, chacun ayant un poids moyen de 58 livres, soit 28 à 29 kilos. On peut donc restituer un format type de 17 cm de section sur 100 cm de long. Toutefois, comme les représentations dont on dispose montre que ces bois étaient un peu plus longs que la hauteur d'un homme adulte, on peut plutôt estimer leur dimension à 180 cm de long x 12 cm de section environ, soit 70 bois pour deux tonneaux. Ce format n'est pas le seul en usage puisqu'un contrat du 19 août 1541 fait état d'un marchand de Rouen s'engageant à livrer "vingt cinq tonneaulx de boys de bresil de seize cens vingt troys boutz, tant grandz que petitz" à La Rochelle. Un tonneau de bois contient donc ici environ 65 bois de dimensions variables, "grands et petits"⁵⁵.

⁵³ Le *Journal d'un Grand Capitaine de Dieppe* rapporte que ces bois sont préparés par les Amérindiens qui vont les chercher jusqu'à trente lieues dans l'intérieur du pays: "Ils y vont par bandes ou compagnies de quatre à cinq cents hommes, conduites chacune par leur roi. Les sauvages qui composent ces bandes portent tous leur pièce de bois jusqu'à la cote, où ils la livrent aux Français, moyennant quelques petites haches, quelques coins, couteaux et autres objets en fer". Le *Journal d'un Grand Capitaine de Dieppe* n'est connu qu'à travers la traduction italienne publiée par Giovanni Baptista Ramusio en 1556. L'édition originale du *Discorso d'un gran capitano di mare Francese del luoco di Dieppa* est consultable sur le site de l'université d'Heidelberg: <http://digi.ub.uni-heidelberg.de/diglit/ramusio1556bd3/0928>, accédé le 2018.02.10. Ce récit est daté par Ramusio de 1539 mais Olga Okuneva a montré que le texte du "Discours..." contient un important marqueur chronologique: "Une partie de cette terre du Brésil fut d'abord découverte par les Portugais, et il y a environ trente-cinq ans". Une rédaction de cette partie de l'ouvrage vers 1534/35 semble donc plus plausible, d'autant que l'auteur ne signale à Pernambuco qu'un minuscule fortin. Le texte semble donc antérieur à la construction du fort qui suivit de peu la fondation de la capitainerie en 1534 (Olga Okuneva, "Essai sur la carte de G. Gastaldi "Brasil" insérée dans "Delle navigationi et Viaggi" de G. B. Ramusio (1556; 1565; 1606)", *Terra Brasilis (Nova Série)* [En ligne], 2 (2013) <http://journals.openedition.org/terrabrasilis/743>; DOI: 10.4000/terrabrasilis.743, consulté 2018.02.01).

⁵⁴ AdS-M, 2E1/860, f. 6. Contrat d'affrètement du 30 septembre 1548 pour le navire *La Martine* de 80 tonneaux: "charger pour ledit Gibert du nombre de six cens quatre vingtz dix huit boutz ou bois de bresil, le tout poisant quarante mil troys cens quinze livres [...] que ledit Maistre et Levavasseur ont estymé monté jusques au nombre de vingtz tonneutz".

⁵⁵ AdS-M, 2E1/385, p. 271. Contrat d'affrètement du 19 août 1541 pour le navire *La Marie*, de 45 tonneaux, à destination de La Rochelle: "le nombre de vingt cinq tonneaulx de boys de bresil de seize cens vingt troys boutz tant grandz que petitz..."

S'agit-il d'un format plus petit destiné au marché européen? À travers ces deux exemples, on comprend qu'un navire de cent tonneaux pouvait transporter entre 3 500 et 6 500 bois-brésil. Trois à six navires ont donc été nécessaires au transport des 20 000 bois de Jean Cavelier déchargés à Honfleur en 1529⁵⁶. Cette estimation permet de revenir sur le voyage de Verrazano qui aurait rapporté 35 000 bois de brésil⁵⁷: *La Flamengue* étant un navire de 130 tonneaux, elle ne pouvait charger qu'entre 4 500 et 8 500 bois ce qui implique la présence de quatre à huit navires dans cette flotte. Il reste une question sans réponse, celle de la rentabilité d'un tel voyage. Le coût de l'expédition du navire *La Bonne Aventure*, un navire de 120 tonneaux équipé à l'automne 1529 pour le Brésil, peut être estimé à 1600 livres tournois environ, puisque Girolamo Verrazano en acheta 37,5% des parts pour 600 livres⁵⁸. On ignore cependant la valeur des marchandises rapportées ainsi que le coût d'amortissement des navires perdus en mer que les marchands devaient également prendre en compte.

IV – Le devenir des marchandises

Le bois-brésil comme produit tinctorial

L'utilisation du bois-brésil comme produit tinctorial est un fait bien connu qui a éclipsé d'autres usages de ce bois, notamment dans la menuiserie et l'ébénisterie. D'ailleurs, le bois-brésil n'était pas considéré comme un très bon colorant pour l'industrie textile, et son usage fut rapidement réglementé et réservé aux productions de qualité inférieure. Rédigé en 1538, le *Livre des métiers de Gisors* interdit par exemple de s'en servir pour teindre des fils de soie:

“Item, et pour ce que souventes foys, les ouvriers pour leur pratique, usent et meslent des soyes de faulces et mauvaises coulleurs, comme de Brésil, qui n'est pas parfaicte ny permanente tainture, et les plevisissent couleur de graine, les aultres en lieu de graine plevisissent vray cramoisy, dont advient souvent grand préjudice à ceulx qui ne s'y congnoissent et estiment que les dictes coulleurs faulces pour la vivacité qu'ilz ont de prime face et à l'oeil soient cramoisy, il est prohibé à tous ceux qui voudront user des dictes coulleurs, ilz les separent sans mesler, mixtionner ne incorporer l'un à l'autre, et deffendu de vendre satin rouge ne violet teint en Brésil pour couleur de graine, s'il ne l'est, ne

⁵⁶ AdC, A-210.

⁵⁷ M. Mollat du Jourdin, J. Habert, *Giovanni...*, cit., p. 124-125.

⁵⁸ *Ibid.* p. 129.

graine pour cramoisy, ne qu'il ne soit aulcunement mys ne tissu trayme rouge de Brésil en chaîne de coulleur de graine en cramoisy, à la peine que dessus"⁵⁹.

Pour être utilisé, le bois devait recevoir un traitement particulier comme l'atteste le bail d'une partie de maison à un teinturier de Paris qui décrit "le lieu et l'ouvroir là où l'on bat et coupe le brésil"⁶⁰. Il existait même à Paris des "hacheurs de bois de brésil"⁶¹.

Il est toutefois probable que les teinturiers utilisaient un sous-produit du bois-brésil car dans les registres, cette marchandise est toujours vendue en "ballots" qui devaient contenir de petits éléments de bois, chutes ou copeaux⁶².

Les autres utilisations du bois-brésil

Une légende affirme que la maison de Jean Ango à Dieppe était construite en bois-brésil ce qui est impossible à vérifier puisqu'elle fut détruite lors de l'incendie de la ville de 1694⁶³. Quoiqu'il en soit, ces bois étaient très recherchés dans l'architecture: en 1534, François I^{er} paye 1 500 livres pour les frais occasionnés par le "voiage que le capitaine Bizeretz a nagueres fait aux ysles et terres du Breszil, aussi pour les fraiz qu'il conviendra paier de faire apporter du port de Honnefleu en la ville de Paris certains grand nombre de boys dudit Breszil que ledit Bizeretz a recoverts ès ysles dudit pays"⁶⁴. Le bois-brésil était en effet utilisé en menuiserie, notamment au château de Fontainebleau où un contrat du 7 octobre 1554 prévoit que les pilastres et les corniches de la chapelle "soient enrichiz de boys de Brésil ou ébeyne", ces bois étant suffisamment précieux pour ne pas être dorés⁶⁵. Un autre contrat du 30 mars 1556 stipule

⁵⁹ Louis Passy, *Le Livre des métiers de Gisors au XVI^e siècle*, Pontoise, Société historique du Vexin, 1907, p. 164.

⁶⁰ AnF, MC/ET/XXXIII/32/A, fol. 27v. 12 mai 1546. Ernest Coyecque, *Recueil d'actes notariés relatifs à l'histoire de Paris et de ses environs au XVI^e siècle*, II, 1532-1555, Paris, Imprimerie nationale, 1923, n°4072, mai 1546.

⁶¹ E. Coyecque, *Recueil...*, cit., n° 4158 (juillet 1546); 4419 et 4425 (avril 1547), 4786 (mars 1548).

⁶² AdS-M, 2E1-384, p. 205, acte du 18 juillet 1541.

⁶³ Jean Benoît Désiré Coche, *Répertoire archéologique du département de la Seine-Inférieure*, Paris, Imprimerie nationale, 1871, p. 23-24.

⁶⁴ AnF, J 951, 8, n° 193. Texte édité dans *Catalogue des actes de François I^{er}*, tome 7, Second supplément, Paris, Imprimerie nationale, 1896, n° 28965, p. 773 p. 413. L'acte n'est pas daté mais on sait que c'est en août 1534 que Bizerets fit savoir au roi qu'il était arrivé à Honfleur et qu'il rentrerait du Brésil. Cf. Léon de Laborde, *Les comptes...*, cit., p. 272.

⁶⁵ Contrat pour des menuiseries à faire sur la chapelle: "que lesd. pilastre et corniche soient enrichiz de boys de Brésil ou ébeyne, l'ouvrier sera tenu le faire en luy livrant led. boys de Brésil et esbene aux despens du Roy, et, en ce faisant, il ne seroit faict aucunes dorures sur led. brésil et

que le plafond du cabinet du roi sera “aorné de filletz d’ébène et brésil, les chappiteaux des pillastres seront de brésil taillez et enrichis et seront lesd. pillastres de noyer stryé, les basses d’iceulx de brésil et leur pied d’estal de noyer avec leurs mouleures”. Il est également de prévu de “fayre les panneauxlx d’entre les pillastres aornez de boys d’ébène, de brésil et boys blanc remplys de Grotesques”⁶⁶, les bois de brésil devant être fournis par le roi⁶⁷. Les comptes royaux indiquent que des bois furent travaillés à nouveau durant l’année 1566⁶⁸.

L’inventaire des biens de Pierre Caron, un ecclésiastique de la cathédrale de Rouen décédé en 1565, signale qu’il possédait “un crucifix de cuivre à croix de brésil” estimé 25 sous⁶⁹. En 1570, parmi les biens de Jean Nagerel, archidiacre de la cathédrale de Rouen, on trouve “un javelot à manche de brésil” estimé 6 sous 6 deniers (est-ce une arme rapportée du Brésil?) ainsi qu’un “tablier de brésil fourny de tables”, meuble ou table de jeu, valant 70 sous⁷⁰. Vers 1542, Rabelais décrit Pantagruel jouant avec une sorte de castagnettes faites de “deux pièces de boys de forme pareille, l’une de ébène noir, l’autre de brésil incarnat”⁷¹. Pierre Le Conte recommande quant à lui l’usage du bois-brésil pour la fabrication d’outils de précision⁷².

Rouen: un entrepôt international

Le bois-brésil est en partie redistribué vers de nombreux centres de consommation de la Normandie⁷³, à Paris et dans l’ensemble du royaume puisque parmi les associés de Verrazzano se trouvaient des marchands de Lyon et de Troyes en Champagne. En 1529, *La Flamengue* débarque une partie de sa cargaison en Bretagne avant de terminer son périple à Fécamp, ce qui fut la cause d’un long procès entre les avitailleurs et les propriétaires du navire puisque la

ébeyne” (Maurice Ro, “L’œuvre de Philibert de Lorme à Fontainebleau (3 avril 1548-11 juillet 1559)”, *Mémoires de la Société nationale des Antiquaires de France*, t. LXXIV, Paris, 1915, p. 66).

⁶⁶ M. Ro, “L’œuvre...”, cit., p. 142.

⁶⁷ *Ibid.*, p. 72-73.

⁶⁸ L. Laborde, *Les comptes...*, cit., p. 129.

⁶⁹ AdS-M, G 3464.

⁷⁰ AdS-M, G 3438.

⁷¹ François Rabelais, *Pantagruel*, livre II, chapitre 19.

⁷² Pierre Le Conte, *La fabrique et l’usage du radiomètre, instrument géométrique et astronomique utile tant en la mer qu’en la terre*, Paris, du Bray, 1605, p. 2 et 14.

⁷³ Le bois-brésil est signalé dans plusieurs coutumes de villes normandes comme à Rouen en 1567 (E. Fréville, *Mémoire...*, cit., t. 2, n.° CXX, p. 460); à Caen, en 1595 (*Statuts et Ordonnances de la prévôté de Caen avec les privilèges aux bourgeois, manans et habitants de ladite ville*, copie de l’édition à Caen de Jacques le Bas, imprimeur du roy, 1595).

charte-partie (contrat rédigé avant le départ du navire) prévoyait qu'elle devait rentrer au Havre⁷⁴. On conserve également des contrats de chargement de bois de brésil pour La Rochelle en 1541, et pour Anvers en 1548⁷⁵. En mai 1545, Jean de Quintanadoines obtint l'autorisation d'exporter du port de L'Ecluse, en Flandre Zélandaise, diverses marchandises provenant d'Espagne dont neuf pièces de bois-brésil⁷⁶. Le choix de Verrazzano d'aller écouler une partie de sa cargaison en Méditerranée révèle sans doute, comme l'a écrit Michel Mollat, son intégration dans les réseaux florentins. On ne peut toutefois pas écarter l'idée qu'il tenta cette ouverture méditerranéenne pour tirer un meilleur prix de la marchandise, le cours du bois-brésil ayant pu chuter du fait de l'importance des stocks arrivés à Rouen.

Conclusion

Depuis Charles de la Roncière et Michel Mollat, l'historiographie française répète que ce sont les expéditions lancées par les frères Verrazzano qui ouvrirent aux marchands français la route du Brésil⁷⁷. Cette affirmation mérite cependant d'être très largement nuancée d'abord parce que l'importance du trafic des années 1503-1525, connue seulement par des sources rares et disparates, peut avoir été sous-estimée, y compris à l'échelle européenne. La première attestation connue d'un arrivage de bois-brésil en Europe figure dans un acte notarié de Lisbonne, du 20 mai 1503. Or, dès cette époque, le bois-brésil est redistribué et connu dans toute l'Europe occidentale. Les registres des droits payés sur les marchandises transitant par le port de Bristol révèlent que, le 6 octobre 1503, un navire en provenance d'Irlande acquitta 4 livres de droits pour du bois-brésil, ce qui ne correspond qu'à une faible quantité de marchandise. Peu après, le 1^{er} décembre 1503, un bateau en provenance de Chepstow appartenant à un marchand nommé Manuel Caldeiro – vraisemblablement originaire du Portugal ou de la péninsule ibérique – apporte du bois-brésil en provenance du "Nouveau-Monde" et acquitte plus de 103 livres de droits. Le 12 juillet 1504, c'est au tour du navire d'Alerno Pymiento, en provenance de Lisbonne,

⁷⁴ M. Mollat du Jourdin, J. Habert, *Giovanni...*, cit., p. 129.

⁷⁵ AdS-M, 2E1-960, f. 6r-6v (pour Anvers) et 2E1-385-p. 271-272 (pour La Rochelle).

⁷⁶ Constance Jones Mathers, "Family Partnerships and International Trade in Early Modern Europe: Merchants from Burgos in England and France, 1470-1570", *The Business History Review*, 62: 3 (automne 1988), p. 387.

⁷⁷ M. Mollat, *Le commerce...*, cit., p. 255-257.

de décharger une nouvelle cargaison de bois dont une partie est réexpédiée sur plusieurs navires britanniques vers l'Irlande⁷⁸.

Lorsqu'il part pour l'Inde, le 21 juin 1503, Paulmier de Gonneville connaît ce trafic puisque, détourné vers le Brésil, il décide d'y charger une cargaison de bois "pour rescaper les frais et voyage", rescaper ayant ici le sens "d'amortir"⁷⁹. La déclaration de justice effectuée à son retour en 1505 témoigne de la connaissance du Nouveau-Monde "où d'empuis aucunes"⁸⁰ années en ça, les Dieppois et les Malouins et autres Normands et Bretons vont quérir du bois à teindre en rouge, cotons, guenons et perroquets et autres denrées"⁸¹. Il faut donc accepter l'idée que nos sources sont lacunaires et qu'elles ne permettent de connaître qu'un très petit nombre de voyages. Ainsi, les deux perroquets achetés par Louis d'Estouteville à Honfleur en 1508 proviennent certainement d'un voyage au Brésil à propos duquel nous ne savons rien⁸².

Il y a d'autres raisons de douter du rôle pionnier des Verrazzano dans l'essor du commerce avec le Brésil. Lors de leur deuxième voyage, s'ils vont chercher du bois-brésil, c'est pour la même raison que Paulmier de Gonneville 25 ans avant eux: contraints de faire demi-tour au cap de Bonne-Espérance et empêchés d'atteindre l'Inde, ils passent par le Brésil afin de ne pas revenir à vide et amortir le coût du voyage. Quant au "quatrième voyage", celui que fit Girolamo seul vers le Brésil, après le décès de son frère, il apparaît très différent des précédents, lesquels furent clairement des expéditions d'explorations vers l'Amérique du Nord, les Antilles, puis l'Inde. Au contraire, le voyage entrepris par Girolamo à la fin de l'année 1529 ressemble davantage à une banale opération marchande dont la singularité est de revenir par la Méditerranée. D'ailleurs la charte-partie montre bien que Girolamo n'est pas le maître (commandant) du navire, il n'en est que le pilote soumis à l'autorité du maître. À l'évidence, les marchands de Rouen se méfient de lui, sans doute en raison du

⁷⁸ Susan Flavin, Evan T. Jones, *Bristol 'Particular' Customs Account, 1503/4*, ROSE, University of Bristol, 2009. Les statistiques sont disponibles en ligne: [https://research-information.bristol.ac.uk/en/publications/bristol-particular-customs-account-15034\(8b63a964-fe3c-4df6-b746-a6dfff9e6eaf\).html](https://research-information.bristol.ac.uk/en/publications/bristol-particular-customs-account-15034(8b63a964-fe3c-4df6-b746-a6dfff9e6eaf).html), consulté le 2018.02.10. Nous remercions Francis Brumont de nous avoir signalé ces documents.

⁷⁹ Leyla Perrone-Moisés, *Le Voyage de Gonneville (1503-1505) et la découverte de la Normandie par les Indiens du Brésil. Étude et commentaire*, Paris, Chandeigne, 1995; Christophe Maneuvrier, "Paulmier de Gonneville et le Portugal: un navigateur normand dans la première mondialisation", *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 16 (2016), p. 95-109. DOI:https://doi.org/10.14195/1645-2259_16_5.

⁸⁰ "Aucunes", toujours au pluriel, a le sens de "plusieurs" ou "quelques" en Moyen Français (voir *Dictionnaire de Moyen Français (1330-1500)*, en ligne: <http://www.atilf.fr/dmf/>, consulté le 2018.07.13).

⁸¹ L. Perrone-Moisés, *Le Voyage...* cit., p. 26.

⁸² Paul Lecacheux, *Correspondance de la famille d'Estouteville*, Paris/Rouen, A. Picard / A. Lestringant, 1935, p. 62.

procès que lui ont intenté plusieurs marchands après le retour du navire de son frère défunt. Il est vrai qu'au lieu de ramener *La Flamengue* au Havre comme la charte-partie le prévoyait, Girolamo débarqua une partie de la cargaison en Bretagne où l'un des armateurs dut aller chercher le navire pour le ramener à Fécamp. L'événement s'étant produit avant l'union de la France et de la Bretagne de 1532, il semble évident que Verrazzano a cherché à échapper aux armateurs et à leurs poursuites judiciaires.

Les marchands normands n'ont pas attendu les expéditions des Verrazzano pour se rendre au Brésil et certains ont peut-être cherché à utiliser le réseau italien de Girolamo pour tenter de vendre directement leurs marchandises en Méditerranée. Si "tournant" il y eut, il est probablement davantage à rechercher dans l'association des marchands de Honfleur et de Rouen, rapidement signalée par Jean Crespin, et qui est certainement à l'origine du privilège fiscal que les marchands de Rouen affirmaient détenir contre les droits du fermier de la coutume de Roncheville, à Honfleur.

Annexe

1529, 1^{er} décembre.

Accord entre le capitaine " Verassenne " (pour Verrazzano) et Raoulet Martin, ce dernier lui achetant pour 60 livres une part des victuailles et des marchandises du navire la Bonne Aventure qui doit partir pour le Brésil. Dans un second temps, Raoulet Martin s'engage à faire le voyage au Brésil moyennant un salaire mensuel de 7 livres tournois que Verassenne promet de lui verser.

Archives nationales, Minutier central, Etude du notaire Jean de Nevers, MC/ET/CXXII/1028.

Furent [suite manquante]

marchant flo[re]ntin⁸³ capitaine [suite manquante]

nef nom[mee la Bonne] Aventure ~~Rouen~~ d.... /

Et R[trou] marchant demeurant a Paris d'[autre] part,

lesquelles par[trou] confessent avoir faict et [... entre]

eulx les traitc[ez], accords et promesses qui s'ensuivent [c'est]

assavoir que ledit Martin a promis et promet bailler [trou]

mettre [...] dudit de Verassenne [...]

prochains la somme de soixante livres tournois [trou]

la ville de Rouen auquel jour lesdits ~~lx~~ ~~lx~~ ~~lx~~ presens

promettent eulx terminer ~~en la~~ en ladite ville de Rouen

[...] la babbaye de Saint de Oyen au de

⁸³ Le mot peu lisible sur le cliché en ligne est restitué d'après la notice de l'inventaire du minutier central.

sire ~~Antoine~~ Alixandre Rousselin Rousselayn recepveur
general de l'abbaye de St Oyn, lesquelz lx livres tournois
seront emploiez par ledit de Verasenne en vitailles
pour ledit navire ou en marchandise, au prouffit
dudit Martin au marc la livre de ce qu'ils proufferont
lesdites vituaille et marchandise qui seront audit navire,
duquel prouffit ledit de Verasenne promet tenir juste
et loyal compte audit Martin ~~apres~~ quant le voiage du
Bresil ou ilz esperent aller sera faict tout [...]
oblige l'un dans l'autre [...]. Fait le mercredi
premier jour de decembre mil v^e xxix. Données
[signé] de Calais de Nevers

Ledit Martin promet audit de Verasenne de aller avec
luy au voiage du Bresil ~~qui delays le n~~ que ledit
de Verasenne espere faire de [...] ledit
navire mouyenant sept livres tournois de salaire
~~par chacun~~ pour chacun moys que ledit de Verasenne promet
bailler et paier audit Martin. Fait et

Donné [signé] de Calais [paraphe de de Nevers]

Figure 1: Navire jaugeant entre 60 et 70 tx, d'après un contrat
du 26 février 1573 (dessin M. Daeffler).

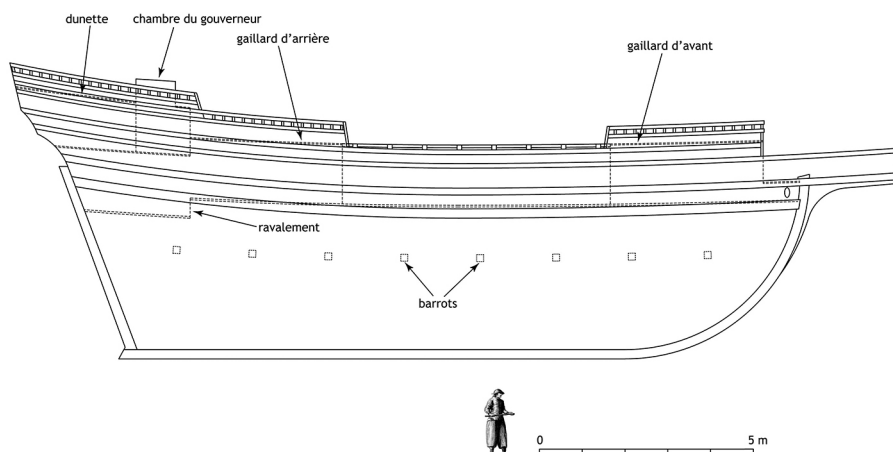


Figure 2: Navire d’environ 120 tx, d’après un contrat du 18 janvier 1589 (dessin M. Daeffler).

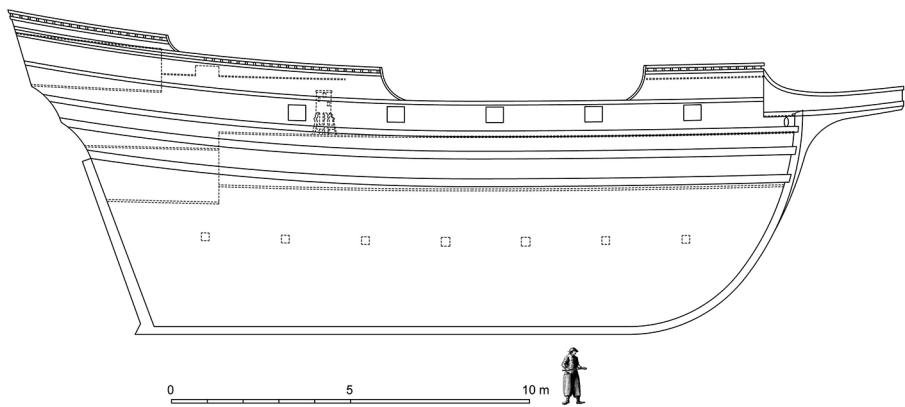


Figure 3: Schéma d’un pont de barrots (dessin M. Daeffler).

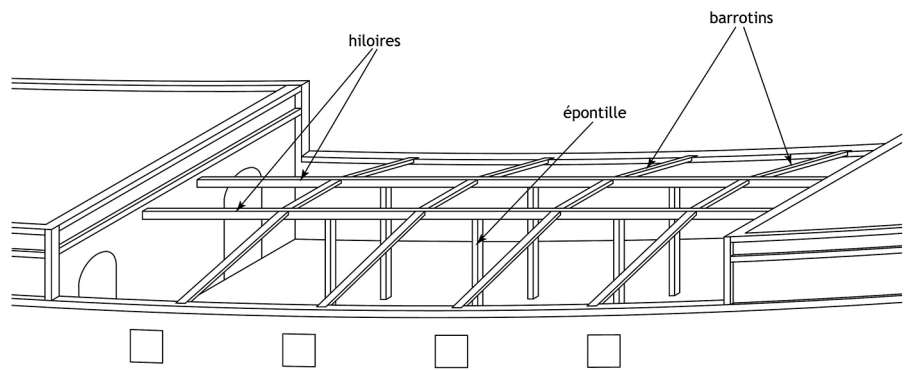
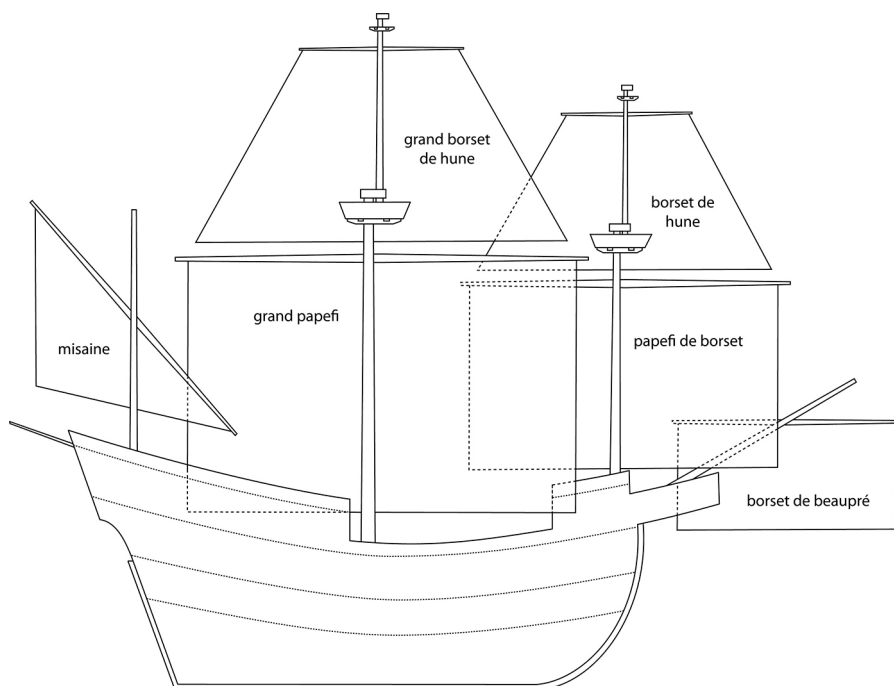


Figure 4: Schéma de voilure d'un navire normand du XVI^e siècle
(dessin M. Daeffler).



D. Fr. Aleixo de Meneses (1559-1617): um percurso biográfico em contexto¹

Frei Aleixo de Meneses (1559-1617): a biographical approach in context

FERNANDA OLIVAL

Universidade de Évora; CIDEHUS

<https://orcid.org/0000-0003-4762-3451>

Texto recebido em/Text submitted on: 23/01/2018

Texto aprovado em/Text approved on: 10/07/2018

Resumo:

Análise da trajetória biográfica de D. Fr. Aleixo de Meneses, um filho não primogénito do aio de D. Sebastião e neto do 1.º Conde de Cantanhede. O biografado ingressou nos Eremitas de Santo Agostinho aos 15 anos e chegou a arcebispo (1595), vice-rei (1614) e a presidente do Conselho de Portugal (1615). Dá-se atenção aos fatores que potenciaram essa promoção rápida. Aposta-se em examinar o seu percurso de vida, tendo em linha de conta outros afins, a começar pelos dos mitrados de Goa que o antecederam no lugar. Discute-se até que ponto a sua ascensão foi invulgar.

Palavras-chave:

biografia; bispos(séc. XVI-XVII); ascensão social; vice-reis de Portugal; História da Índia.

Abstract:

Analysis of the biographical trajectory of Friar Aleixo de Meneses, son of the Portuguese King Sebastião's schoolmaster and grandson of the 1st Count of Cantanhede. Friar Aleixo joined the Hermits of St. Augustine at the age of 15 and reached the archbishopric, the post of viceroy and the presidency of Portugal's Council. The article discusses the factors that fostered this rapid promotion and examines if it was unusual in the beginning of the 17th century.

Keywords:

biography; bishops(16th-17th centuries); social mobility; viceroys of Portugal; History of India.

1 Texto desenvolvido no âmbito de UID/HIS/00057/2013 (POCI-01-0145-FEDER-007702). Principais abreviaturas usadas: ADPortalegre – Arquivo Distrital de Portalegre; AGS – Archivo General de Simancas; ANTT – Arquivo Nacional da Torre do Tombo; BA – Biblioteca da Ajuda (Lisboa); BPE – Biblioteca Pública de Évora; BNP – Biblioteca Nacional de Portugal. A Autora declara que no ANTT, devido à política radical de preservação, não lhe permitiram consultar o seguinte, até ao final de Julho de 2018: Chancelaria de D. Filipe II, Livros: 23 e 31; Ms. da Livraria 1113.

Este texto revisita o percurso biográfico e a carreira de um arcebispo do final do século XVI e inícios da centúria imediata, saído de ramos segundos dos Senhores de Cantanhede. É uma figura relativamente bem conhecida da historiografia, pois tem sido alvo de diversos estudos desde a década de 1950/1960², para não referir textos de carácter cronístico ou encomiástico datáveis do século XVII em diante. Publicaram-se também muitas fontes que lhe diziam respeito de modo direto³. No entanto, alguns dos referidos trabalhos historiográficos, especialmente os mais consistentes do ponto de vista teórico-metodológico, abarcam momentos específicos da sua vida. Neste texto, aspira-se a uma aproximação de carácter mais global, centrada nos aspetos sociais e políticos do seu itinerário de vida.

D. Frei Aleixo de Meneses, não obstante a sua filiação em uma ordem regular (os Agostinhos), atingiu lugares de topo na hierarquia do poder religioso e secular do seu tempo. Pretende-se analisar os fatores que explicam essa promoção e que significado tinha esta última na sociedade coeva. Seria este um caso excecional de ascensão?

Um estudo desta natureza exige ter em linha de conta contextos e carreiras análogas, como as dos seus antecessores na mitra de Goa e os mais imediatos, do ponto de vista cronológico, em outros cargos pelos quais passou, mesmo

² Do conjunto destaque-se, pela sua importância: Carlos Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617 Arzobispo de Goa 1595-1612: estudio biográfico*, Valladolid, Ed. Estudio Agustiniiano, 1992; Sanjay Subrahmanyam, “Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l’échec des tentatives d’indigénisation du christianisme en Inde”, *Archives des Sciences Sociales des Religions*, 103: 1 (1998), p. 21-42; Carla Alferes Pinto, “Notas para o estudo do mecenato de D. Frei Aleixo de Meneses: os recolhimentos da Misericórdia em Goa”, *Anais de História de Além-mar*, 7 (2006), p. 279-309 e “«Traz à memória a excelência de suas obras e virtudes». D. Frei Aleixo de Meneses (1559-1617), mecenas e patrono”, *Anais de História de Além-mar*, 12 (2011), p. 153-180.

³ Desde logo, mais do que a sua biografia, são fundamentais os artigos de Carlos Alonso dedicados à publicação de fontes. Destaquem-se os seguintes: “Documentación inédita para una biografía de Fr. Alejo de Meneses, O.S.A., Arzobispo de Goa (1595-1612)”, *Analecta Augustiniana*, 27 (1964), p. 263-333; “Alejo de Meneses, OSA, (1559-1617) Arzobispo de Braga (I. parte)”, *Archivo Agustiniiano*, 65: 183 (1981), p. 41-74; “Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617), Arzobispo de Braga”, *Archivo Agustiniiano*, 66: 184 (1982), p. 183-251; “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617), Arzobispo de Braga. III Parte: Virrey de Portugal (1614-1615)”, *Archivo Agustiniiano*, 68: 186 (1984), p. 151-181; “Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617) Arzobispo de Braga. IV Parte: Presidente del Consejo de Portugal en Madrid (1615-1617)”, *Archivo Agustiniiano*, 69: 187 (1985), p. 117-166. É de realçar esta tarefa, pois abarca fontes de proveniência diversa, de arquivos de Itália, Vaticano, Espanha e Portugal. Ver também: Bernardino de Sena Freitas, *Memorias de Braga contendo muitos e interessantes escriptos extrahidos e recopilados de diferentes archivos assim de obras raras, como de manuscritos ainda ineditos e descripção de pedras inscripcionais*, vol. III, Braga, Imprensa Catholica, 1890, p. 6-192; Arthur Beylerian, “Cinq lettres inédites de D. Frei Aleixo de Meneses, archevêque de Goa”, *Arquivos do Centro Cultural Português*, 8 (1974), p. 573-604.

que essas personagens não sejam diretamente invocadas no texto. Deste modo, tentar-se-á que esta biografia tenha presente a prosopografia. Com efeito, ponderar as linhas essenciais de um percurso implica ter referentes, usar a comparação mesmo que de forma implícita e com uma função distanciadora⁴. Só assim se pode apontar o que individualizava uma trajetória.

Em matéria de fontes, sem excluir nenhuma, privilegia-se a correspondência. Dá-se ênfase à do biografado, por exprimir algumas das interpretações do protagonista e de outros atores sociais contemporâneos. Além disso, permite vislumbrar a espessura de contextos e das relações nas quais estava envolvido. É pela primeira razão invocada que se opta muitas vezes pela citação de abundantes testemunhos da época. É como se fossem mais fidedignos do que o sentido criado pelo historiador.

Quem foi afinal D. Fr. Aleixo de Meneses que chegou a arcebispo, vice-rei e presidente do Conselho de Portugal?

1. Parentela, entrada nos Agostinhos e chegada a arcebispo

D. Fr. Aleixo nasceu em Lisboa entre 21 e 25 de janeiro de 1559⁵ e no seu batismo recebeu o nome de Pedro, que mais tarde, quando professou, veio a alterar para Aleixo, o mesmo nome do seu pai. Chegou ao mundo, sem o estatuto de primogénito, no seio de uma parentela da primeira nobreza de corte, descendente de filhos segundos da nobreza titular e com grandes elos à realza. Pela linha paterna, era neto do 1º conde de Cantanhede⁶, D. Pedro de Meneses, que foi recompensado com o título referido pela sua participação na batalha de Toro.

O progenitor de D. Fr. Aleixo, D. Aleixo de Meneses, alcaide-mor de Arronches, desde cedo teve uma grande ligação a Castela e à realza. Quando novo, participou em campanhas militares no Norte de África (por volta de 1515) e até na Ásia (pelo menos no tempo do governador seu tio, D. Lopo Soares de

⁴ Sobre a comparação com uma função distanciadora, ver H.-G. Haupt, “Comparative History”, in *International Encyclopedia of the Social & Behavioral Sciences*, Amsterdam, Elsevier, 2001, vol. IV, p. 2397-2403; Jürgen Kocka, “Comparison and Beyond”, *History and Theory*, 42: 1 (2003), p. 41.

⁵ Na capa do sermão que se segue, diz-se que D. Frei Aleixo faleceu a 2 de Maio de 1617 com 58 anos, 3 meses e 11 dias: Pe. Fr. Manuel da Conceição, *Jesus. Sermão funeral nas exequias do ... Senhor D. F. Aleixo de Meneses*, Em Lisboa, na officina de Pedro Crasbeeck, 1617; Carlos Alonso, seu principal biógrafo, tal como muitos outros, apresenta a data de 25 de janeiro e não a de 21 indicada na fonte coeva. Ver C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 15.

⁶ Título criado em 1479.

Albergaria⁷). Em Junho de 1516 estava como capitão-mor em Ormuz⁸ e em finais de Dezembro de 1517 é possível localizá-lo em Cochim⁹. Terá passado por Malaca¹⁰ e no começo de 1520 residia em Goa, onde chegou a substituir o governador¹¹. Na época, servir a Coroa em Marrocos e eventualmente na Índia constituía um comportamento seguido por outros filhos segundos da nobreza, tal como ele o era. No Norte de África, D. Aleixo marcou presença pelo menos duas vezes. Em 1528¹² e, mais tarde, em 1530, já casado com D. Joana de Meneses, é possível situá-lo entre a sua quinta da Golegã e Santarém, onde pretendia construir umas casas nobres¹³. Embora o Conselho do rei o tenha proposto para vice-rei da Índia, D. João III optou por enviá-lo como seu embaixador à Corte de Carlos V, entre 1537 e 1539. De Toledo, remeteu diversos relatos sobre a corte do imperador, as cortes de outras unidades políticas e o jogo de forças em diferentes pontos do Mediterrâneo¹⁴. Se desde pelo menos 1530 já era identificado como fidalgo da Casa Real, em 1542 já aparecia com mais um título: o do Conselho do rei¹⁵. Voltou a Castela nesse ano de 1542, na qualidade de mordomo-mor de D. Maria Manuel, quando esta contraiu matrimónio com o herdeiro de Carlos V, o futuro Filipe II. Seria este o primeiro casamento do príncipe D. Filipe e que D. Aleixo, enquanto embaixador, ajudara a negociar. D. Aleixo foi também padrinho de batismo do Infante D. Carlos, o primogénito resultante deste enlace. Na corte castelhana era uma figura de referência para os interesses portugueses¹⁶. Em 1545, com a morte de D. Maria Manuel, de quem foi testamenteiro¹⁷, regressou a Portugal. Em Maio de 1546 morava em Santarém¹⁸. Poucos anos depois já estava em Lisboa, quando se tornou mordomo-mor da rainha D. Catarina, mulher de D. João III, nascida em

⁷ C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 15.

⁸ ANTT, Corpo Cronológico, Parte 2, Mç. 65, doc. 24, 52, 75.

⁹ ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, Mç. 22, doc. 133.

¹⁰ ANTT, Casa Linhares, Mç. 2, doc. 16, p. 2.

¹¹ ANTT, Corpo Cronológico, Parte 2, Mç. 87, doc. 188, 190-192; Mç. 88, doc. 18, 63, 72, 108; Mç. 89, doc. 7; ANTT, Casa Linhares, Mç. 2, doc. 16, p. 2.

¹² ANTT, Cartas Missivas, Mç. 4, doc. 184.

¹³ ANTT, Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara de Santarém, Mç. 21, n.º 4. Ver também, no mesmo local, os docs. 5-7. Em 1536, D. Aleixo continuava a comprar bens em Santarém.

¹⁴ ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, Mç. 62, doc. 98; Mç. 63, docs. 69, 87, 120; Mç. 64, docs. 58, 66.

¹⁵ ANTT, Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara de Santarém, Mç. 21, n.º 8.

¹⁶ ANTT, Fragmentos, Cx. 1, Mç. 2, n.º 36 (documento datável de 1544).

¹⁷ ANTT, Casa Linhares, Mç. 2, doc. 16, p. 4.

¹⁸ ANTT, Ordem dos Frades Menores, Província de Portugal, Convento de Santa Clara de Santarém, Mç. 21, n.º 9.

Torquemada (Castela), em 1507, e irmã mais nova do imperador Carlos V. Pelo menos a partir de 1554 surge na documentação apresentado como “do concelho delRey nosso senhor mordomo moor da casa da Rainha nossa senhora”¹⁹. Ainda teria sido apontado como aio do Príncipe D. João (1537-1554), filho herdeiro de D. João III, mas não se teria mostrado interessado no lugar. Uma sua meia-irmã, D. Joana de Meneses, depois de viúva de D. Bernardo Coutinho, foi aia de D. Sebastião. Ele, D. Aleixo, a partir de 1559, exatamente desde o ano do nascimento do filho que acabaria por adotar o seu nome, e quando tinha já uma idade razoável, exerceu o cargo de aio de D. Sebastião²⁰. Esta teria sido uma escolha feita por D. João III, ainda antes de falecer²¹. Com a nova incumbência palatina reforçou ainda mais as ligações da sua parentela ao jovem monarca. D. Catarina, enquanto regente, imitando a corte castelhana, nomeou quatro sumilheres para o rei seu neto e um deles recaiu precisamente em D. Pedro de Meneses de Souto Maior, senhor de Cantanhede, parente de D. Aleixo. Também o filho segundo de D. Aleixo, D. Álvaro de Meneses (1550-1595?), foi pajem de companhia de D. Sebastião e a ligação entre os dois manteve-se ao longo da vida: na digressão pelo Alentejo e Algarve, iniciada pelo Rei Desejado em 1573, D. Álvaro acompanhou-o²²; participou também na batalha de Alcácer-Quibir, onde ficou ferido e conheceu o cativo²³. Neste mesmo combate, pereceu o filho varão mais velho de D. Aleixo, de nome D. Luís (c. 1540-1578), comendador de Castelo Branco, que embora casado não deixou descendentes.

Não obstante as críticas que lhe foram dirigidas por ocasião das Cortes de 1562, D. Aleixo manteve-se como aio de D. Sebastião até possivelmente o começo da governação do jovem rei, quando completou 14 anos²⁴. Terá sido comendador da Ordem de Cristo e em 1544 pedia que a sua comenda ficasse para dote de uma filha e aspirava a ser melhorado numa comenda velha do referido hábito²⁵.

¹⁹ ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, Mç. 92, doc. 114. Ver também Mç. 97, doc. 131-132, 136; Mç. 98, doc. 3; Mç. 99, doc. 31. Parte 2, Mç. 244, doc. 1, 4, 134-138, 141; Mç. 245, doc. 24, 40, *passim*.

²⁰ Maria Augusta Lima Cruz, *D. Sebastião*, Mem Martins, Círculo de Leitores, 2006, p. 70-73. A carta do cargo foi emitida a 10 de novembro. Por esta ocupação, devia receber o salário de 103.739 reais/ano, a partir de janeiro de 1560; por sua morte, este montante passou a ser pago à viúva: ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, L^o 1, f. 467.

²¹ M. A. L. Cruz, *D. Sebastião*, cit., p. 70.

²² M. A. L. Cruz, *D. Sebastião*, cit., p. 216; C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 16.

²³ A julgar pelo que escreve Cristóvão Alão de Moraes, *Pedatura Lusitana*, nova ed. reformulada, II, Braga, Carvalhos de Basto, 1997, p. 524.

²⁴ M. A. L. Cruz, *D. Sebastião*, cit., p. 96, 102, 120, 136.

²⁵ ANTT, Corpo Cronológico, Parte 1, Mç. 75, doc. 82.

D. Sebastião ter-lhe-á feito mercê da alcaidaria-mor de Alfaiates, da capitania desta vila e de 200.000 réis de tença *de jure* e herdade para sempre²⁶. Uma larga parte dos seus serviços beneficiou os seus descendentes, tanto o filho mais velho, como o filho segundo e até o neto, filho deste último²⁷. Na realidade, os recursos que obteve da Coroa e as cartas de promessa que alcançou do monarca viriam a marcar as quatro gerações seguintes, pelo menos. Faleceu em Fevereiro de 1569²⁸.

D. Fr. Aleixo nasceu do segundo casamento de seu pai²⁹, com D. Luísa de Noronha († 1597), filha de D. Álvaro de Noronha, capitão de Azamor. Era o terceiro ou quarto irmão dos já referidos. Boa parte da sua infância foi passada no Palácio Real: “tirado da casa da ama entrou no paço del Rey D. Sebastião, onde estaua aposentado D. Aleixo de Meneses seu pay, Ayo do mesmo Rey”³⁰. Contra a vontade dos seus parentes³¹, aos 15 anos ingressou nos Eremitas de Santo Agostinho, em 1574. Recebeu o hábito das mãos do seu tio materno, Fr. Agostinho de Jesus ou de Castro, neto materno do Conde de Monsanto, que fizera, neste campo, um trajeto de vida semelhante ao seu³². Terá professado no Convento da Graça de Lisboa, sob o nome de Fr. Aleixo de Jesus, no ano seguinte, a 27 de Fevereiro. Ficaria conhecido, no entanto, pelo apelido paterno “Meneses”. Era uma onomástica com bons ecos no universo áulico e no teatro político. A sua ordenação sacerdotal terá ocorrido entre 1582 e 1584³³.

²⁶ Ver: ANTT, Chancelaria de D. Sebastião e D. Henrique, L^o 18, fls. 489v-493v.

²⁷ Ver com reservas: ANTT, Casa Linhares, Mç. 2, doc. 16, p. 7. O filho mais velho, D. Luís, em compensação pela comenda velha da Redinha que lhe havia sido prometida e não se pôde efetivar, recebeu em sua vida a alcaidaria-mor de Arronches e 50.000 réis de tença anual. Como faleceu em Alcácer-Quibir sem filhos, em 1582-1583, estes recursos foram dados por Filipe II ao outro filho, D. Álvaro de Meneses. D. Álvaro recebeu também a alcaidaria-mor de Alfaiates e 200.000 réis de tença. Em 1594, o conjunto destes bens passou para o filho mais velho de D. Álvaro, também chamado D. Aleixo de Meneses – ANTT, Chancelaria de D. Filipe I, L^o 26, f. 232-236, L^o 27, fls. 232v-234v, 292-295v.

²⁸ M. A. L. Cruz, *D. Sebastião*, cit., p. 136.

²⁹ O primeiro terá ocorrido por volta de 1524, data em foi despachado pelo monarca com 480.000 reais, que lhe foram pagos em três parcelas iguais, uma em 1524 (alfândega de Aveiro), as outras em 1525 (almoxarifado do Porto) e 1526 (almoxarifado de Ponte de Lima) – ANTT, Corpo Cronológico, Parte II, Mç. 127, doc. 74 e Mç.135, doc. 21. Quando voltou a casar teria já uma idade avançada, cerca de 75 anos - ANTT, Casa Linhares, Mç. 2, doc. 16, p. 9.

³⁰ Pe. Fr. Manuel da Conceição, *Jesus. Sermão funeral...*, cit., p. 7.

³¹ Estas posturas merecem ser relativizadas, pois muitas vezes constituem um *topos* literário para exaltar a extremada vocação da personagem. Ver, em sentido oposto: “«Traz à memória a excelência de suas obras e virtudes». D. Frei Aleixo de Meneses...”, cit., p. 157.

³² B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 23. Sobre este parentesco, ver BPE, Cód. CXVI/1-13, p. 434; BNP, Cód. 734, fl. 153.

³³ C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 17.

Depois de passar por Artes e Teologia na Universidade de Coimbra (sem obter nenhum grau), residindo no colégio da Graça³⁴, foi sucessivamente prior dos conventos de Torres Vedras (1588-1590), Santarém (1590-1592) e Lisboa (1592-1594), o convento principal da província dos Eremitas de Santo Agostinho em Portugal. Foi ainda definidor no seio da sua Ordem, eleito em 1594³⁵.

Em 26 de Março de 1595, aos 36 anos, foi sagrado Arcebispo de Goa, na igreja de Nossa Senhora da Graça, em Lisboa, cerca de 15/20 dias antes de partir rumo à Índia. A sua nomeação, datada de novembro de 1594, talvez tenha resultado de sugestão feita pelo outro frade graciano citado, Fr. Agostinho de Castro, seu tio, então arcebispo de Braga. Esta é a interpretação de diversos historiadores de diferentes filiações³⁶. Tratava-se do primeiro mitrado da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho com colocação na Ásia, continente onde nas dioceses portuguesas os regulares dominavam no papel de prelados. No entanto, até estes anos, sobressaíam os bispos dominicanos e os jesuítas em zonas precisas como era o Japão. Este período correspondeu a uma fase em que os agostinhos estavam a consolidar a sua presença naquele continente, iniciada por volta de 1572, fruto da aposta do referido Fr. Agostinho, quando foi provincial da sua ordem³⁷. Para ser convencido a aceitar o lugar, parece que o jovem D. Fr. Aleixo teve inclusive de ir a Madrid, deduz-se que à corte régia e/ou ao Conselho de Portugal³⁸. Iria certamente negociar as condições para aceitar o cargo³⁹. Idênticas às de outros eclesiásticos da época, as suas objeções mais conhecidas eram sobretudo respeitantes ao desamparo em que

³⁴ C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 17. Ver também as observações feitas no sumário do processo consistorial, em C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 266-267.

³⁵ C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 18.

³⁶ C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 17; João Francisco Marques, *A Arquidiocese de Braga na evangelização do além-mar*, Braga, Comissão Arquidiocesana das Comemorações dos 5 Séculos de Evangelização e Encontro de Culturas / Universidade Católica, 2002, p. 21; S. Subrahmanyam, “Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l’échec...”, cit., p. 31; C. A. Pinto, “«Traz à memória ...»”, cit., p. 284 e “Género, mecenato e arte: a criação das «casas de mulheres» em Goa”, *Portuguese Literary and Cultural Studies*, 17/18 (2010), p. 56; João M. Gomes, “D. Frei Aleixo de Meneses: Goa – Braga: trajecto de uma missão”, *Theologica*, 41, (2006), p. 369.

³⁷ Margareth de Almeida Gonçalves, “A edificação da cristandade no Oriente português: questões em torno da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho no limiar do século XVII”, *Revista de História*, 170 (2014), p. 118.

³⁸ Numa relação posterior, não datada, diz-se que fora a Madrid a negócios da sua Ordem – ANTT, Casa Linhares, Mç. 2, doc. 16, p. 11.

³⁹ Nem todos os propostos para Goa, desde que ali se criara uma mitra, aceitaram o lugar. Sobre estes, ver Casimiro Cristóvão de Nazaré, *Mitras lusitanas no Oriente: catálogo dos prelados da Egreja Metropolitana e Primacial de Goa*, 2.^a ed. cor. e aumentada, Lisboa, Impr. Nacional, 1894, p. 44, 76, 79.

ficaria a sua parentela feminina mais chegada: a mãe viúva, a morte recente do irmão Álvaro que deixara viúva e filhos pequenos, a par da irmã D. Mécia da Silveira de Meneses (†1598), igualmente viúva⁴⁰. Decorridos anos, estando em Goa, o casamento das sobrinhas ainda o inquietava, pois como era usual no clero da época, manteve-se sempre muito atento à sua parentela imediata⁴¹. No entanto, tudo indica que as exigências não fossem apenas estas. A recusa inicial de Fr. Aleixo seria apenas um meio de negociar contrapartidas com mais eficácia e, efetivamente, até o monarca foi diretamente envolvido no caso⁴².

Numa biografia exaltativa da sua figura e Ordem, refere-se que a mãe ficara descontente pelo facto de o filho suceder a um arcebispo, D. Fr. Mateus de Medina, da Ordem de Cristo, que fora criado da sua casa⁴³. Mesmo tratando-se de um arcebispado com várias mitras sufragâneas, a arquidiocese goesa não era apetecível. Tal como D. Fr. Aleixo, os sete⁴⁴ predecessores no lugar foram providos como primeira colocação mitrada das respetivas carreiras, feita ressalva de três que previamente tinham sido bispos de Cochim e de um que tendo sido indigitado não aceitou o lugar e já fora bispo de Fez⁴⁵. Além do primeiro bispo que nunca chegou a pisar o solo da sua diocese, e de um que morreu na viagem marítima de regresso, todos os outros não conseguiram voltar a Portugal e faleceram em Goa, sem outro provimento em prelazia mais vantajosa. Alguns, como o seu antecessor, ao fim de poucos anos pediam para renunciar.

D. Fr. Aleixo de Meneses recebeu por esta ocasião diversas mercês da Coroa, sendo uma delas o título de pregador do rei e outra a promessa do monarca de que teria cuidado no casamento da sua sobrinha mais velha⁴⁶. Deduz-se que tudo isto resultara do referido processo negocial. Ficava ainda com mais poderes na provisão dos benefícios eclesiásticos, reduzindo-se a intervenção dos vice-reis, que vigorava na Ásia graças ao padroado da Ordem de Cristo, mas o grosso das mercês que lhe foram

⁴⁰ C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 20-21.

⁴¹ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 56; BNP, Cód. 3711, fls. 62-63.

⁴² C. A. Pinto, “Notas para o estudo do mecenato...”, cit., p. 284-285.

⁴³ BNP, Cód. 374, fls. 157v-158.

⁴⁴ D. Gaspar de Leão, que em 1567 renunciou à sua arquidiocese, tendo-se mantido em Goa, em um convento, e foi novamente reconduzido ao seu arcebispado pela morte do seu sucessor, D. Fr. Jorge Themudo, só uma vez entrou neste cômputo.

⁴⁵ Sobre D. Francisco de Santa Maria, bispo de Fez, ver D. Manuel Caetano de Sousa, “Catalogo alfabetico dos prelados portugueses, que tiverão dioceses, ou títulos fôra de portugal, e suas conquistas, com a noticia topografica das cidades de que foraõ prelados”, in M. T. da Silva (ed.), *Colecção dos documentos estatutos e memorias da Academia Real da Historia Portugueza*, Lisboa Occidental, na Officina de Pascoal da Sylva, 1725, p. 150.

⁴⁶ BNP, Cód. 3711, fl. 62.

feitas eram de cariz financeiro. Desde logo, alcançou um aumento no ordenado/côngrua de antístite, que passou de 5000 ducados para 7000. Através de um pedido do arcebispo que lhe sucedeu em Goa, sabemos que usufruía de “metade dos dízimos”, sem que se perceba exatamente a que área (eventualmente Bardes) ou montante equivaleria⁴⁷. Valeriam talvez cerca de 1000 ducados⁴⁸. Goa teria então perto de 60 a 80 000 almas e dos naturais cerca de 60% seriam católicos⁴⁹. Somando a parcela do salário com os dízimos, o valor da Mesa Arquiepiscopal rondaria os 8000 cruzados, pagos pela fazenda real⁵⁰. Numa carta que escreveu de Goa em dezembro de 1597, D. Fr. Aleixo realçava que com o acrescento que tivera do rei “fico quasi em dobro do que tinham meus antecessores”. Na Índia queixava-se mais dos vice-reis do que do dinheiro, tanto mais que prometera a Deus pobreza, conforme escreveu⁵¹. Quando foi nomeado, em 1594, numa carta da Nunciatura de Lisboa era considerado uma pessoa adequada ao lugar e desprovida de interesses mercantis⁵².

O processo documental para ser preconizado arcebispo foi tratado com muita celeridade, entre Lisboa-Madrid-Roma. Enviaram-se correios só para tratar do caso, para que as bulas chegassem antes da partida das naus⁵³.

Antes da sua largada de Lisboa havia claros rumores de que era pretendida uma mudança na administração daquela zona do Império português. Punha-se a hipótese de a Índia passar a ser governada por uma junta de governadores, à semelhança da existente no Reino, sendo um dos membros o arcebispo⁵⁴. Caber-lhe-ia o lugar de presidente, segundo especulava o coletor apostólico em Lisboa, que o consagrara arcebispo; no seu entender, por essa posição na hierarquia secular, já antevia maior facilidade no pagamento das côngruas aos clérigos na Ásia⁵⁵. Na realidade não foi assim, mas o arcebispo passou a ser, de forma manifesta, a segunda figura em dignidade no Estado da Índia e os próprios vice-reis ficavam obrigados a consultá-lo em todos os assuntos

⁴⁷ BNP, Pombalina. 155, fl. 29.

⁴⁸ C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 27.

⁴⁹ J. F. Marques, *A Arquidiocese de Braga...*, cit., p. 21-22.

⁵⁰ C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 22, n. 11.

⁵¹ A. Beylerian, “Cinq lettres inédites...”, cit., p. 581.

⁵² C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 265.

⁵³ C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 264-269.

⁵⁴ Avelino de Jesus da Costa, “Acção missionária e patriótica de D. Frei Aleixo de Meneses, Arcebispo de Goa e Primaz do Oriente”, in *Congresso do Mundo Português*, VI, t.1, Lisboa, Comissão Executiva dos Centenários, 1940, p. 212 e 231.

⁵⁵ C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 277.

de importância⁵⁶. A cotação de pessoa íntegra de que usufruía, a par das suas origens sociais, facilitavam este acréscimo de estatuto e de poder. Para o libertar de tarefas, ainda no ano da sua partida de Lisboa já se pensara em dar-lhe um bispo coadjutor, tendo em vista libertá-lo de diversas obrigações pastorais. No entanto, este quadro não se concretizou de imediato porque o bispo de anel que levava, de 47 anos, foi uma das 28 pessoas que pereceram na viagem⁵⁷ e o mesmo aconteceu ao segundo nomeado pouco depois (talvez em 1599)⁵⁸. Apenas o terceiro indigitado (D. Fr. Domingos Torrado, cujo nome religioso era D. Fr. Domingos Trindade) veio a ocupar o lugar, cerca de 1605⁵⁹. Fosse como fosse, em 1595, partia com um cunho de mitrado político, segundo era representado ainda antes das naus zarparem de Lisboa⁶⁰.

2. Um agostinho arcebispo em Goa

Uma vez em Goa, D. Fr. Aleixo de Meneses escreveu em 1596, a Monsenhor Fabio Biondi, coletor apostólico em Portugal, e queixou-se dos muitos trabalhos que tinha, “assí ecclesiasticos como siculares que não tenho huma hora de descanso. O arcebisado he grande e muito espalhado e as ovelhas muitas de varias cores, e todas dão muito trabalho”. Em Dezembro do ano seguinte, já tinha visitado todo o seu arcebisado, boa parte por ele próprio: “tenho vezetado todo o meu Arcebisado, e a mor parte delle por mim, e as partes mui remotas, por meus vezitadores que me este anno vierão, e assim me fica fechada a vezita de tudo o que tenho a minha conta e eu por mim gastei a mor parte deste anno, em vir vezitar as fortalezas e Igrejas, que este estado tem nas partes do Norte (...) vindo do norte gastei o resto do anno na vezita desta Cidade, em que também havia muito que fazer, por que a vezitei toda por mim, e agora passada a quaresma me passo a vezitar as fortalezas do Sul (...) e dahi me hei de hir envernar a Christandade da Serra de S. Tome”⁶¹. Nesta mesma carta refere que, para além das prédicas e visitas, ocupava-se também frequentemente com a comunicação, admoestação e negócios com muita gente: “donde também se

⁵⁶ A câmara de Goa, em carta ao monarca, datada de 1596, fazia pressão para que o vice-rei o ouvisse: Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (ed.), *Archivo Portuguez-Oriental*, Fasc. 1, Parte 2, New Delhi, Asian Educational Services, 1992, doc. 3, p. 47.

⁵⁷ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 9.

⁵⁸ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 33.

⁵⁹ C. C. de Nazaré, *Mitras lusitanas no Oriente...*, cit., p. 88; C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 305-308.

⁶⁰ C. A. Pinto, “Notas para o estudo do mecenato...”, cit., p. 286.

⁶¹ A. Beylerian, “Documentación inédita...”, cit., p. 582.

segue ser tam continuamente ocupado de toda a sorte de pessoas, que me busca e me escreve de todo o estado, alem das occupaçoens de que Sua Magestade me encarrega que são muitas e aestir continuamente a todos os negocios do estado que todo o dia gasto em ouvir partes e despachar negocios, e as noites ate dar meia noite sem faltar hum dia mais que os que estive doente em responder para fora e ver papeis”⁶². Tratava, assim, não apenas dos assuntos eclesiásticos, como igualmente dos seculares.

Uns anos depois, cerca de 1600, descrevia ao tio arcebispo de Braga o seu quotidiano nestes termos: “Minha vida é, dêz que me levanto em saindo o sol, e resando *matinas*, estar até ás onze horas ouvindo partes, de toda a sorte de causas; porque tudo, neste Estado, querem que eu saiba, e que faça, e que a tudo acuda, ainda ao que não posso, e muitas vezes não devo (...) e depois que cômô um bocado, e repouso, das duas horas até ás sete, é o mesmo sempre, tirando as vezes que o *conselho* ou a *inquisição* me ocupam”⁶³. Das sete por diante reso (...) desde as nove até dada uma depois da meia noite, escrevo em despachar, cartas, e escriptos, resolver papeis, e responder a todas as pessoas, e de todas as partes d’este Estado, que em todos os seus negócios querem que lhes valha”⁶⁴. O citado “conselho” referir-se-ia ao dito “de Estado”, que em Goa assessorava o vice-rei⁶⁵. Além disto, ainda pregava na Quaresma e nos dias solenes e fazia as visitas pastorais: “visito esta cidade [Goa] por mim, com adjuntos cada anno, em que gasto tres mezes: e as ilhas adjacentes um anno sim e outro não”⁶⁶. Mais tarde, cerca de 1608, a dar crédito ao testemunho de François Pyrard de Laval (c. 1578 - c. 1623), já não faria ele próprio as visitas, delegando-as no seu bispo de anel⁶⁷.

A este labor rotineiro, ainda se podia somar trabalho extraordinário. Um alvará régio de Março de 1596, por exemplo, mandava-o, em conjunto com o vice-rei e o desembargador Pedro da Silva, tirar devassa a todos os letrados que

⁶² A. Beylerian, “Cinq lettres inédites...”, cit., p. 582.

⁶³ A atitude de D. Frei Aleixo foi de cooperação com o Santo Officio e já saíra de Lisboa com comissão do Inquisidor geral para apaziguar os conflitos que na altura grassavam entre os inquisidores de Goa: António Baião, *A Inquisição de Goa: tentativa de história da sua origem, estabelecimento, evolução e extinção (Introdução à Correspondência dos Inquisidores da Índia 1569-1630)*, Lisboa, Academia das Ciências, 1945, p. 64-65, 272, 422. Sobre a sua relação com a Inquisição ver também a síntese de C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 249-265.

⁶⁴ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 37.

⁶⁵ Sobre a formação deste, Catarina Madeira Santos, *Goa é a chave de toda a Índia: perfil político da capital do Estado da Índia, 1505-1570*, Lisboa, CNCDP, 1999, p. 172-173.

⁶⁶ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 37.

⁶⁷ Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara (ed.), *Viagem de Francisco Pyrard de Laval: contendo a noticia de sua navegação às Indias Orientais*, vol. II, Nova Goa, Imp. Nacional, 1862, p. 78.

serviram na Índia cargos da Justiça e da Fazenda e nas ouvidorias das fortalezas, desde o ano em que o Conde de Santa Cruz, D. Francisco Mascarenhas, tomara posse como vice-rei (1581) até ao dia de início da diligência solicitada, ainda que as pessoas em causa tivessem regressado ao reino⁶⁸. Em 1600, com a chegada do novo vice-rei Aires de Saldanha (1600-1605), por exemplo, não pôde ir (como gostaria) converter a cristandade da Ilha de Socotorá à obediência de Roma; tinha de “lhe dar luz dos negocios”, segundo escrevia⁶⁹. Mais tarde, em 1605, D. Frei Aleixo recebeu instruções de Filipe III para tirar devassa deste mesmo vice-rei, quando cessava funções⁷⁰. Ele próprio se considerava um “freio” para os vice-reis, que queriam ser “mais que reis”, nas suas palavras⁷¹. O facto de ser arcebispo dar-lhe-ia vantagens para intervir na arena política. Note-se que não havia separação clara entre a esfera religiosa e a secular e que vários bispos coevos exerciam relevantes cargos na tessitura político-administrativa das unidades políticas do mundo ibérico.

Mesmo com todo este entorno, D. Frei Aleixo foi desde o início um prelado atento à sua Igreja, para a qual procurou ganhar poder frente às ordens religiosas que muitas vezes abusavam dos seus privilégios⁷². Pediu diversas vezes a Roma para ter faculdade para dispensar nos graus canónicos proibidos para contrair matrimónio sem que os fregueses tivessem que recorrer à distante Roma. Conforme explicava em 1596: “parece couza disforme que tenham alguns religiosos poder para dispensar em todos os grãos com os christãos da terra e novamente convertidos, como tem qualquer sacerdote da Companhia, e que o proprio arcebispo, metropolitano de todo este Oriente, o não possa fazer nem ainda com estes, posto que o que eu peço he para todos os que morão nestas partes ainda portuguezes”⁷³. Em agosto de 1599 era o agente de Portugal na Santa Sé quem apresentava em nome de Filipe III um memorial para que o arcebispo de Goa fosse feito legado *a latere* para a Índia, podendo dispensar não só nas questões referidas como noutras que eram apontadas no documento. Uma vez mais surgia o paralelismo com os poderes detidos pelos Jesuítas e constatava-se que, sendo o arcebispo superior em dignidade e autoridade e também

⁶⁸ Arquivo Histórico do Estado da Índia, L^o 1 das Monções, fl. 66, resumido em *Boletim da Filmoteca Ultramarina Portuguesa*, 2 (1955), p. 162.

⁶⁹ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 40.

⁷⁰ José Pedro Paiva, *Os bispos de Portugal e do Império: 1495-1777*, Coimbra, IUC, 2006, p. 193.

⁷¹ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 38.

⁷² Veja-se exemplo de 1609 em Raymundo Antonio de Bulhão Pato (ed.), *Documentos remetidos da India ou livro das monções*, vol. I, Lisboa, Tipographia da Academia Real das Sciencias, 1880, p. 264-268.

⁷³ C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 287. Ver também p. 291-292.

encarregado das conversões, não podia ficar com menor jurisdição⁷⁴. Em 1601, o assunto ainda continuava pendente e a despertar troca de correspondência⁷⁵; só se resolveria em 1606, embora D. Fr. Aleixo de Meneses não tenha sido feito legado *a latere*⁷⁶.

No limiar do século xvii, D. Fr. Aleixo terá contribuído para um melhor enraizamento dos Agostinhos na Ásia. Mesmo sendo arcebispo, não descurava a sua filiação de hábito e, ao invés, usava a sua posição para os favorecer⁷⁷. Aliás, todos os bispos de anel que lhe foram nomeados eram da sua Ordem⁷⁸. Antes de partir de Lisboa, foi também emitido um breve que ele deveria pôr em prática. O documento pontifício dava-lhe poder para absolver os Agostinhos que estivessem na Índia de qualquer vínculo de excomunhão declarado pelos Dominicanos⁷⁹.

Pouco tempo depois de chegar a Goa, D. Frei Aleixo constatou que a ordem tinha poucos efetivos por aquelas paragens, mas naquela cidade o convento era melhor do que os outros e estava muito bem situado; só não tinha igreja, que iria ser começada naquela ocasião, em boa parte com o seu impulso. “Em *Baçaim*, que não tínhamos mosteiro, sendo uma cidade grande, dei uma igreja com muito boas casas, mui provida de prata e ornamentos, e *quatrocentos pardãos* de renda”⁸⁰. Assim, descrevia outros territórios e como conseguira igrejas para os seus irmãos de hábito. O facto de poder distribuir os benefícios eclesiásticos com maior autonomia em relação aos vice-reis não era de todo indiferente, conforme explicava na mesma carta: “N’estas igrejas, fazem os religiosos fructos; e é o mais que têm para fazerem christandade: e por isso as religiões, que cá temos mais antigas, têm tantos; e nós até agora não tínhamos mais que um”⁸¹. Sempre que podia dava-lhes paróquias. De notar que estas constituíam, por um lado, um esteio do poder imperial português naquelas paragens, “sobretudo quando a coroa carecia dos meios suficientes para proceder a outro tipo de enquadramento para além do fiscal e do militar”⁸²; por outro, simbolizava contabilisticamente o poder de uma ordem frente a outra.

⁷⁴ C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 295-297.

⁷⁵ C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 301-305.

⁷⁶ C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 300-301.

⁷⁷ C. A. Pinto, “Notas para o estudo do mecenato...”, cit., p. 293-294.

⁷⁸ C. C. de Nazaré, *Mitras lusitanas no Oriente...*, cit., p. 88.

⁷⁹ C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 270-272.

⁸⁰ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 25.

⁸¹ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 26.

⁸² Ângela Barreto Xavier, *A invenção de Goa: poder imperial e conversões culturais nos séculos xvi e xvii*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2008, p. 154.

A correspondência que endereçou ao tio permite inclusivamente saber qual era a sua estratégia em relação à sua Ordem, em dezembro de 1598: “Todo o meu desejo é alguma empresa particular, em que se os nossos religiosos empreguem – afôra as partes, em que estão de mistura, como os da *Companhia em Japão*, os *franciscanos em Ceilão*, e os *dominicos em Soreth*”⁸³.

Agora são idos dois nossos, homens de virtude, (e um d’elles de boas letras), á contra-costa da China, onde chamam *Cochinchina*, pera uma christandade que se lá descobre.

Estou com grande alvoroço, esperando pelo recado seu, se se nos abre ali porta para se empregarem os nossos: advirta V. S.^a lá os Padres, que se se abrir christandade, continuem com ella.

Tambem em *Ceilão* tenho tratado, que, se admitirem outros religiosos, por serem muitas as terras, e os de S. Francisco não podêrem ajudar a tanto, sejam os nossos: e em todas as mais casas, que poder, os hei de metter: porque desejo muito vêl-os empregados no serviço de Deus e da christandade”⁸⁴.

Eram recorrentes as cartas para o tio envolverem um amplo relato sobre a situação dos Eremitas de Santo Agostinho na Ásia.

Face à presença de outras ordens mais antigas, os Agostinhos tinham de se diferenciar mediante o que D. Frei Aleixo de Meneses chamava uma “empresa particular”. Essa ocasião viria sobretudo no final do século XVI e o arcebispo seria o protagonista do empreendimento. Por esse facto, normalmente nas crónicas da sua ordem, e noutra literatura da época, é quase sempre referido como tendo vinculado ao papa de Roma a provecta cristandade de S. Tomé. Os portugueses exerciam pressão direta sobre esta comunidade, que talvez rondasse os 70 000/80 000 cristãos⁸⁵, no sentido da sua integração no catolicismo romano; faziam-no de forma muito incisiva desde 1585 (III Concílio de Goa), embora os esforços nesse sentido fossem anteriores. Enquanto Franciscanos e sobretudo Jesuítas disputavam essa tarefa, rivalizando entre si, D. Fr. Aleixo foi arguto e soube tirar partido de uma conjuntura favorável, criada com o vazio gerado após a morte do pastor eclesiástico dos referidos cristãos, Mar Abraão

⁸³ Sobre a expansão das ordens regulares portuguesas na Ásia, ver entre outros Charles-Martial De Witte, “Aux origines de la congrégation indienne de l’ordre des frères prêcheurs (1546-1580)”, *Archivium Fratrum Praedicatorum*, 36 (1966), p. 457-492 e A. B. Xavier, *A invenção de Goa...*, cit., p. 151-185.

⁸⁴ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 26.

⁸⁵ João Teles e Cunha, “De Diamper a Mattanchery: caminhos e encruzilhadas da Igreja Malabar e católica na Índia. Os primeiros tempos (1599-1624)”, *Anais de História de Além-Mar*, 5 (2004), p. 289.

(† 1597). Contou, bem assim, com o apoio de navios portugueses na costa, para impedirem a vinda de um novo prelado do Médio Oriente⁸⁶.

Numa crónica manuscrita dos Agostinhos na Ásia, datada de 1606, escreveu-se que o arcebispo foi “em pessoa as dittas serras [do Malabar] pregar a feé catholica a estes schismaticos, e tratar com elles do que convinha a sua salvação”, para onde partiu em dezembro de 1598. Salientava-se que “havia mil e duzentos annos que [aqueles cristãos] governados de Bispos Caldeos, e nesturianos de proffiçam estavam apartados da obediencia da Santa Igreja Romana”⁸⁷. Assim, D. Frei Aleixo foi posto a resolver uma fratura muito antiga e a responder a uma solicitação de Clemente VIII. Exaltava-se a reunião que ficou conhecida como o “sínodo de Diamper”, iniciado a 20 de junho de 1599⁸⁸. Mesmo não falando as línguas dos seus interlocutores, D. Fr. Aleixo terá preparado os textos com antecedência e o sínodo foi rápido.

É de notar que a crónica manuscrita atrás citada era o produto do envio, em 1605, de um agostinho à Índia, Félix de Jesus. Ia com o objetivo de escrever a história da Ordem naquela região. Fora a mando de D. Fr. Agostinho de Jesus, que procurava deste modo fixar pela escrita a memória do bom momento vivido pelos do seu hábito⁸⁹.

A partir do ano posterior a Diamper, D. Frei Aleixo sonhou bastas vezes intentar o mesmo com os que se diziam cristãos na Ilha de Socotorá. Em 1602, procurou também enviar missionários à Pérsia, cujo Xá, Abbás, “O Grande”, era casado com uma cristã. A estes seguiram-se novas embaixadas e ofertas. O objetivo da conversão do reino acabaria por ser conseguido⁹⁰, num contexto em que se misturavam fortes interesses políticos, estratégicos e até económicos (interesses na seda), de várias potências europeias.

O sucesso do evento do Malabar conferiu-lhe um elevado prestígio entre os católicos europeus. O próprio Clemente VIII foi posto ao corrente de tudo

⁸⁶ J. T. Cunha, “De Diamper a Mattanchery...”, cit., p. 295-299.

⁸⁷ Arnulf Hartmann, “The Augustinians in Golden Goa: a manuscript by Felix of Jesus O.S.A.”, *Archivo Agustiniano*, 30 (1967), p. 69-70.

⁸⁸ Entre a principal bibliografia sobre este sínodo, ver R. Hugh Connolly, “The work of Menezes on the Malabar liturgy”, *The journal of theological studies*, 15 (1914), p. 396-425, 569-589; Gregório Magno Antão, *De synodi diamperitane natura atque decretis*, Goa, Pontificia Universitas Gregoriana, 1952; Jonas Thaliath, *The Synod of Diamper*, Roma, Pont. Institutum Orientalium Studiorum, 1958; António da Silva Rego, “A propósito do Sínodo de Diamper 1599”, *Stydia*, 4 (1959), p. 150-168; S. Subrahmanyam, “Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l’échec...”, cit.; George Nedungatt, *The synod of Diamper revisited*, Rome, Pontificio Instituto Orientale, 2001; J. T. Cunha, “De Diamper a Mattanchery...”, cit..

⁸⁹ A. Hartmann, “The Augustinians in Golden Goa...”, cit..

⁹⁰ A. J. Costa, “Acção missionária e patriótica...”, cit., p. 220-222.

e através de um breve de 19 de maio de 1601 aprovou o sucedido em Kerala⁹¹. Os textos do sínodo foram traduzidos para latim, o que lhes garantiu ampla difusão. Em 1606, em Coimbra, imprimiram-se, separadamente, os textos sinodais⁹² e um relato da “jornada do Arcebispo”, feito pelo Prior do Convento dos Agostinhos de Goa, Fr. António de Gouveia, um dos missionários que em 1602 fora enviado à Pérsia. Este último dedicou a obra expressivamente a D. Fr. Agostinho de Jesus, Arcebispo de Braga, cujas armas foram gravadas na capa. Na dedicatória exaltava-se o bom momento vivido pela Ordem com um arcebispo primaz a Ocidente (D. Agostinho em Braga) e outro a Oriente (D. Fr. Aleixo em Goa). Ambos eram caracterizados como lutadores contra a heresia: o primeiro na Alemanha e o segundo nas Serras do Malabar. A dedicatória em causa, datada de setembro de 1603, reforçava os elos entre os dois prelados, que se tem feito notar nestas linhas: “porque a dedicação desta obra he deuvida a V. S. R. que deixar de lha offerecer seria iniustiça manifesta, & ingratiidã sobeja. Porque deixada a estreita rezão de parentesco, que o Reuerendissimo Arcebispo de Goa tem cõ V. S. & liança que há entre as illustrissimas familias dos Castros, Menezes, & Noronhas, & entre as nobilissimas casas de Villareal, Monsanto, & Cantanhede, de que Vs. Ss. ambos por pays & mãys descendem (...)”. Considerava Fr. António de Gouveia que todo o resultado dos Agostinhos na Ásia era devido ao arcebispo bracarense porque fora ele quem impulsionara a fixação da Ordem na Índia e porque fora ele quem lançara o hábito a Fr. Aleixo de Meneses⁹³. O êxito da inclusão daquela cristandade no padroado português foi ainda potenciado por esta literatura impressa. Com ela pretendia-se fixar uma leitura dos acontecimentos e exaltar as diligências missionárias dos Agostinhos, num contexto de disputa com outras ordens, como acontecia com os Jesuítas. Segundo escrevia D. Fr. Aleixo de Meneses ao arcebispo de Braga, a propósito de Diamper, os “Padres da Provincia encarregarem isto muito aos de laa, movidos segundo entendi de enfadamento de ver, que noutro que se

⁹¹ C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 152-156.

⁹² Aleixo de Meneses (ed.), *Synodo diocesano da Igreja e Bispado de Angamale dos antigos christãos de Sam Thome das Serras do Malabar das partes da India Oriental*, Coimbra, Na Officina de Diogo Gomez Loureyro Impressor da Vniuersidade, 1606. Nesta altura, não havia tipografia na Índia, ver Manuel Cadafaz de Matos, “Vias de continuidade e ausência nos trabalhos missionários e tipográficos na Índia após o sínodo de Diamper (1599-1660)”, *Didaskália*, 25 (1995), p. 355.

⁹³ António de Gouveia, *Jornada do Arcebispo de Goa Dom Frey Aleixo de Meneses Primaz da india Oriental, religioso da ordem de S. Agostinho. Quando foy as serras do Malauar, & lugares em que morão os antigos christãos de S. Thome, & os tirou de muytos erros & heregias em que estauão*, Em Coimbra, na officina de Diogo Gomez Loureyro, impressor da Vniuersidade, 1606, p. não numerada.

imprimio em Lisboa de Nicolao Pimenta vezitador da Companhia destas partes se fes menção desta jornada por termos tão curtos, que parece nada, alem de se imprimir nelle huma carta minha sem nunca eu o saber senão quando veio de Portugal impressa, cujo fundamento foi agradecer ao vezitador os da Companhia, que me acompanhavão, dizendo que sem eles não fizera nada”. Por este facto, reforçou o engrandecimento da jornada e dos Agostinhos: “Ordenei que se lhe ajuntasse huma carta que me escreverão os Padres da Persia do que la passarão incidentemente, metti nella algumas couzas de Louvor da Ordem, e outras que achei em algumas Igrejas de muita edificação”⁹⁴.

Conforme relatava em carta de dezembro de 1603 para o tio arcebispo de Braga, conseguira “ordinarias e sustentação para muitas [casas de Agostinhos]; e são hoje doze nos milhores povos, e todas tem tanto o necessário que pedem frades de que athe ora pelo numero das cazas havia falta: mas este biénio passado fis tomar o habito a muitos bons sujeitos e neste Capitullo fis receber muitos e a semana passada deitarão so num dia o habito a onze Portuguezes, que os de ca poucos saem de importância”⁹⁵. Em Goa terá mandado erguer um colégio dos Agostinhos destinado a cerca de 30 colegiais⁹⁶.

Sempre que podia, também ajudava o Convento da Graça de Lisboa. Enviou-lhe alcatifas e outros presentes asiáticos⁹⁷. Cerca de 1600, contou ao tio o que angariara para esta casa: “O anno passado lhe mandei *seis mil cruzados* com duas missas, que são cento e cinquenta mil reis de juro⁹⁸: n’este anno ando negociando outras cousas, ainda que de menor porte, que para o anno mandarei”⁹⁹. Seria certamente o legado de alguém, tal como outro (de D. António de Noronha), mais antigo, que refere ter enviado no valor de 17 000 cruzados e que a comunidade gastara, não obstante as suas recomendações para que investissem em comprar renda perdurável¹⁰⁰. Em 1602, registava na correspondência: “O anno passado lhe mandei [ao convento referido de Lisboa] mais cincoenta mil reis de juro”¹⁰¹.

Sabe-se que também ajudou o Colégio de Santo Agostinho de Lisboa, denominado vulgarmente Colégio de Santo Antão, o velho, ou Coleginho da

⁹⁴ A. Beylerian, “Cinq lettres inédites...”, cit., p. 594.

⁹⁵ A. Beylerian, “Cinq lettres inédites...”, cit., p. 589.

⁹⁶ A. Beylerian, “Cinq lettres inédites...”, cit., p. 589-590; Pe. Fr. M. Conceição, *Jesus. Sermão funeral...*, cit., p. 11.

⁹⁷ BNP, Cód. 374, fls. 222-222v; Celina Bastos, “«Da utilidade do tapete»: objecto e imagem: séculos XVI e XVII”, in *Tapete e pintura séculos XV-XVIII: o tapete oriental em Portugal*, Lisboa, IMC / MNAA, 2007, p. 154; C. A. Pinto, “«Traz à memória...”, cit., p. 165-172.

⁹⁸ Note-se que implicava uma taxa de 6,25%, usual na época.

⁹⁹ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 41.

¹⁰⁰ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 41-42.

¹⁰¹ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 63.

Graça, na Mouraria, que os Agostinhos adquiriram aos Jesuítas por escritura feita em abril de 1594. A Ordem conseguiu um padroeiro para arcar com os 11 000 cruzados da transação, mas este não sustentava a comunidade, que necessitava de recursos. Até por isso, nos primeiros anos de Seiscentos a obtenção de capelas foi uma operação importante. Uma memória da instituição, elaborada no final do século XVIII, realçava como foram adquirindo capelas, “sendo as primeiras, as que da Índia mandara o Snr. D. Fr. Aleixo de Meneses, grande benfeitor do Collegio, que sendo definidor na Província assignara um dos contratos do seu estabelecimento ordenando, que os fundos das quatro capelas, que mandara se empregassem em compra de fazendas”¹⁰². Ele próprio, em 1603, fizera instituir uma para ele, neste Colégio, com o capital de 800 000 réis, que permitiu a compra de um juro de 40 000 réis na Alfândega de Lisboa. Das seis capelas indicadas até 1612, na referida memória, esta era a quarta em valor por ordem decrescente¹⁰³.

Em 1600, em Goa, criou um recolhimento, com o nome de Nossa Senhora da Serra, para donzelas de origem nobre, e em 1606 D. Fr. Aleixo mandou erguer o convento feminino de Santa Mónica (um nome fortemente expressivo, por invocar a mãe de Santo Agostinho). O cenóbio viria a ficar sob a tutela do ordinário, mas os confessores e capelães deviam pertencer aos Agostinhos. Note-se que era o primeiro convento católico para mulheres que se estabelecia na Índia. Mal chegou a Goa, D. Aleixo acalentou estas intenções¹⁰⁴. Seria um meio de amparar a descendência feminina dos nobres que ali serviam e vinham requerer ao reino, deixando as mulheres sem recursos¹⁰⁵, ou dos que, sendo viúvos, não podiam comparecer ao serviço da Coroa, para servirem de guardiães das filhas. Os referidos espaços destinavam-se ainda a acolher as órfãs até casarem¹⁰⁶.

O monarca primeiro opôs-se à ideia do convento e só cedeu sob pressão, em 1607, quando o edifício já estava a ser construído¹⁰⁷. Além disso, em

¹⁰² ANTT, Colégio de Santo Agostinho de Lisboa, Lº 1, fls. 23v-24.

¹⁰³ ANTT, Colégio de Santo Agostinho de Lisboa, Lº 1, fls. 25-25v, 27.

¹⁰⁴ Sobre estes institutos, ver Francisco Bethencourt, “Os conventos femininos no império português. O caso do convento de Santa Mónica em Goa”, in A. Vicente (ed.), *O rosto feminino da expansão portuguesa*, Lisboa, Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres, 1995, vol. 1, p. 631-652; Timothy J. Coates, “The Convento of Santa Mónica of Goa and single women in the Estado da Índia, 1550-1700”, *Faces de Eva: estudos sobre a mulher*, 8 (2002), p. 67-81; C. A. Pinto, “Notas para o estudo do mecenato...”, cit..

¹⁰⁵ Os maridos, para além do dinheiro indispensável para requerer, empregavam quanto tinham em produtos asiáticos para comerciarem no reino.

¹⁰⁶ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 11.

¹⁰⁷ F. Bethencourt, “Os conventos femininos...”, cit., p. 633.

1609, D. Fr. Aleixo ainda estabeleceria outro recolhimento, o de Santa Maria Madalena, para convertidas, que abriu portas em 1609¹⁰⁸.

No V Concílio Provincial de Goa, em 1606, tomou para si e os seus sucessores o título de Primaz do Oriente, um título com elevada carga simbólica.

Pouco depois de chegar à Índia, como arcebispo, estimulou que os clérigos soubessem as línguas locais, o que era muito importante: seria uma forma de evitar que os sermões e as confissões se fizessem através de intérpretes. Terá reunido os superiores das Ordens a este propósito, e terá criado para o efeito uma aula no paço arquiépiscopal, a expensas suas. No seguimento, ao prover os benefícios, passou a valorizar este conhecimento¹⁰⁹. Ele próprio tentou fazer a aprendizagem dos falares locais. A exigência do domínio do código linguístico tornou-se um tópico relevante, ao longo do tempo, num território onde os regulares (sobretudo Franciscanos e Jesuítas, além de alguns Dominicanos) tinham grande peso e paroquiavam muitas igrejas; nem sempre, porém, dominavam as línguas, feita exceção a muitos padres da Companhia de Jesus¹¹⁰.

De acordo com uma crónica dos Agostinhos, nos 15 anos que D. Fr. Aleixo esteve como arcebispo, fundaram-se na Ásia 113 paróquias e na sua diocese goana 40¹¹¹. Qual foi o seu contributo direto para isso, não se sabe. Os números podem estar exagerados, mas sem dúvida D. Fr. Aleixo encarnou bem o perfil de bispo missionário pós-tridentino, empenhado nas conversões e no enraizamento do culto católico. Ele próprio refere, na sua correspondência, a sua dedicação em pôr em prática por aquelas paragens os cânones de Trento, “que em muitas cousas totalmente se não praticava”¹¹². Os seus elos com o concílio eram claros. Foi também no seu tempo de arcebispo de Goa que foi criada a diocese de S. Tomé de Meliapor, em 1606, e cujo primeiro e segundo bispos foram frades agostinhos¹¹³.

¹⁰⁸ José Frederico Ferreira Martins, *Dom Fr. Aleixo de Menezes e a misericórdia de Goa: esboço histórico*, Nova Goa, Imprensa Nacional, 1909, p. 26-27; C. A. Pinto, “Género, mecenato e arte...”, cit., p. 67.

¹⁰⁹ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 28; J. F. Marques, *A Arquidiocese de Braga na evangelização...*, cit., p. 22, 24.

¹¹⁰ Segundo testemunhava, só os padres seculares, pelo facto de a maioria ser natural da terra, tinham essas competências linguísticas: B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 28.

¹¹¹ BPE, Cód. CXVI/1-13, p. 222-223.

¹¹² B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 28. Sobre a receção de Trento na Índia, ver: Patricia Souza de Faria, “Os concílios provinciais de Goa: reflexões sobre o impacto da «Reforma Tridentina» no centro do império asiático português (1567-1606)”, *Topoi*, 27 (2013), p. 218-238.

¹¹³ R. A. Bulhão Pato (ed.), *Documentos remetidos da Índia...*, cit., vol. I, p. 82.

A par da sua intervenção religiosa, a sua influência política seria grande. Nem sempre D. Fr. Aleixo concordava com a atuação dos vice-reis e, por vezes, contrariava-os, o que gerava relações difíceis¹¹⁴.

É possível que em vários anos tenha escrito diretamente ao monarca. Ele próprio assim o relatou na sua correspondência para o tio: “O anno passado escrevi a Sua Magestade, e este lhe torno a escrever: e dou o tempo por testemunha, pela experiencia que tenho d’estas partes”¹¹⁵. Este poder seria muito temido e ele próprio se queixava que algumas das suas missivas eram intercetadas na Índia e lidas antes de chegarem ao destinatário¹¹⁶. Quando se dirigia ao rei, não se sabe se as suas cartas não passariam antes pelo crivo do Conselho de Portugal, como acontecia com as dos vice-reis de Lisboa¹¹⁷. É um dado importante a averiguar, para dimensionar o grau do seu poder e influência.

No final de 1601, queixava-se que o monarca a cada ano o carregava “com mais; e isto para evitar grandes desordens, que cá iam, nas entradas dos cargos e fortalezas”¹¹⁸. Passado um ano voltava ao mesmo assunto: “Os negocios não affrouxam do que escrevi, nem as horas d’elle diminuíram; senão que a occupação, que dava que fazer todo o anno aos desembargadores, que era o despachar feitos de todalas fortalezas, e cargos e officios da India – que é tudo o que n’ella ha, sem haver um só sobre que não haja contendias e demandas, e d’outros providos – m’o fez Sua Magestade sobre mim; e só eu, alem dos mais negócios, despacho e dou sentença em todos estes feitos, que nunca tenho menos de dez e quinze em casa: que, alem de se haver de estudar, como se hão de despachar, ainda a molestia e importunação, e ainda a queixa das partes excluidas, me dá muita pena”.

D. Frei Aleixo substituiu os vice-reis Aires de Saldanha (1600-1605) e D. Martim Afonso de Castro (1605-1607) nas suas ausências. Este último era sobrinho de D. Fr. Agostinho de Jesus, arcebispo de Braga, o que terá facilitado a relação entre Fr. Aleixo e o representante do monarca em Goa. Em outubro de 1605 escrevia a dar conta que “Sua Magestade me manda ficar aqui em seu lugar [do vice-rei] todo o tempo que por laa [mares do Sul, Malaca] andar, que

¹¹⁴ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 45-46, 62, 64-65; A. Beylerian, “Cinq lettres inédites...”, cit., p. 586-588, 591, 593.

¹¹⁵ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 34; A. Beylerian, “Cinq lettres inédites...”, cit., p. 587.

¹¹⁶ A. Beylerian, “Cinq lettres inédites...”, cit., p. 587.

¹¹⁷ Fernanda Olival, “Los virreyes y gobernadores de Lisboa (1583-1640): características generales”, in P. Cardim, J. L. Palos (eds.), *El mundo de los virreyes en las monarquías de España y Portugal*, Madrid-Frankfurt, Iberoamericana-Vervuert, 2012, p. 304.

¹¹⁸ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 53.

ao menos he forçado sejam dous anos, sobre isto me escreveo huma carta muy apertada, obrigandome com muitas rezoens”¹¹⁹. Assim viria a acontecer em 1606, e o governo prolongar-se-ia, porque o vice-rei morreu no ano seguinte, sem voltar a Goa, tendo sido enterrado em Malaca. Nesta sequência, em 1607, D. Fr. Aleixo de Meneses foi nomeado governador pelas vias de sucessão¹²⁰. Tomou posse do cargo em 10 de fevereiro de 1608 e exerceu a incumbência até maio do ano seguinte. Ao todo terá tido pouco mais de três anos de experiência direta na cúspide do poder secular na Índia e terá sido o primeiro religioso a chegar a governador efetivo daquele Estado¹²¹. Na realidade, o primeiro bispo de Goa que se fixou na Ásia, D. Fr. Juan Afonso de Albuquerque, tivera várias experiências de substituição do representante do rei na Índia na década de 1540, e também D. Gaspar de Leão passara por uma situação afim¹²². No entanto, nenhum deles saíra apontado “nas vias da sucessão”. É de notar que, em 1603, D. Fr. Aleixo de Meneses já teria sido proposto para vice-rei, mas a maioria do Conselho de Portugal considerou inadequado que o arcebispo tivesse esse cargo, pois parecia que não havia capitães com perfil para o lugar¹²³.

Ainda permaneceu cerca de mais ano e meio em Goa e quase sempre com relações difíceis com o representante do rei naquelas paragens¹²⁴. Este quadro, no entanto, ocorreu também com outros arcebispos de Goa que o antecederam no lugar.

3. Da renúncia do arcebispado de Goa à mitra bracarense

Desde pelo menos o final de 1599 que D. Fr. Aleixo pedia para renunciar ao arcebispado de Goa. Inicialmente o seu fito seria passar a bispo de Angamale, que chegou a apelidar de “seu Bispado da Serra” (criado como bispado católico em 1600)¹²⁵. Em dezembro do ano citado, o próprio vice-rei de Goa advertia o rei desta intenção e mostrava-se contrário, pois não faltavam candidatos ao lugar e assim não se perdia uma pessoa com “a sua experiencia e pratica das cousas”¹²⁶. D. Fr. Aleixo retomou os pedidos de renúncia em 1602, numa carta

¹¹⁹ A. Beylerian, “Cinq lettres inédites...”, cit., p. 596.

¹²⁰ R. A. Bulhão Pato (ed.), *Documentos remetidos da Índia...*, cit., vol. I, p. 142.

¹²¹ BPE, Cód. CXVI/1-13, p. 444, 455, 472.

¹²² C. C. de Nazaré, *Mitras lusitanas no Oriente*, cit., p. 26, 28, 35, 51.

¹²³ S. Subrahmanyam, “Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l’échec...”, cit., p. 32.

¹²⁴ C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 323-326.

¹²⁵ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 39.

¹²⁶ C. C. de Nazaré, *Mitras lusitanas no Oriente*, cit., p. 102.

que dirigiu ao rei e da qual mandou cópia ao tio arcebispo¹²⁷. A este último enviou a “renúnciação em forma” e fazia-o seu procurador para este efeito¹²⁸. No ano seguinte, estabelecia uma dicotomia entre a Igreja da Ásia “chea de muitos trabalhos e desgostos” e a do Portugal metropolitano “chea de mais rendas e descanso”. Na carta que escreveu a D. Fr. Agostinho de Jesus nesse ano de 1603 dizia que “se não fora a molestia dos negocios seculares deste lugar [Goa], e desgostos de tratar com os Vizo Reis cada dia, e ser forçado os mais deles encontrar grandes desordens, e desserviços de ElRey e de Deus, e destruição deste estado de que elles ordinariamente não tratão mais que por tres annos” e a necessidade de dissimular ele “não falara em renunciar, e me deixará morrer na molestia destes negros, que tudo querem que lhe fasa o Bispo, mas estoutras couzas são tão insofrivies, que com meus antecessores terem muito menos dellas que eu, nenhum aturou neste lugar sete anos, e hum que durou renunciou ao quinto, e veolhe a renúnciação, ao setimo”¹²⁹.

Com efeito, na sua carta de 23 de dezembro de 1602, que foi consultada pelo Conselho de Portugal em setembro de 1603 e depois em 1608, terá pedido para renunciar e juntamente solicitou uma tença no Estado da Índia, “bastante para sustentação de hum frade. E que a pudesse correr em qualquer parte do dito Estado que estivesse, por os ordenados do Arçebispo não serem capazes de pensão, e que as dividas que tivesse que se recolhesse, fossem pagas da fazenda de V. M., pois elle as fizera todas em seu real serviço, e não tinha com que as pagar. E que os seus criados que o tinham acompanhado e estivessem por despachar, o Viso-Rey os despachasse na India conforme a seus merecimentos e por a informação d'elle Arçebispo”¹³⁰. D. Fr. Aleixo fazia o que era habitual nos servidores da coroa, fossem eclesiásticos ou seculares: pedia recompensas pelos serviços feitos. Note-se que desde que chegara à Ásia não tivera grandes contrapartidas da Coroa deste teor, o que o fizera queixar-se muitas vezes em relação às promessas para casamento das sobrinhas, perda de possíveis bens da Coroa que estiveram na posse do seu pai, irmãos e sobrinho; em 1608, ainda lembrava numa carta para o arcebispo de Braga que o rei nunca concedera nada para “remedio dos filhos de meu Irmão, me não defferio as promessas que me seu Pay fes nem as que tenho por cartas suas (...) entreteindome treze annos com boas palavras”¹³¹. Três anos antes foi ao ponto de se comparar a um negro

¹²⁷ Datada de dezembro de 1602: BNP, Cód. 3711, fl. 64v. Ver também C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 318.

¹²⁸ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 65.

¹²⁹ A. Beylerian, “Cinq lettres inédites...”, cit., p. 593.

¹³⁰ C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 319.

¹³¹ A. Beylerian, “Cinq lettres inédites...”, cit., p. 599.

(escravo) que servia “afferolhado a poder de açoutes”, quando outros serviam a troco de mercês¹³².

Filipe III terá aceite a citada renúncia ainda no ano de 1603 e o arcebispo foi avisado da decisão¹³³; na altura, foi-lhe feita a mercê de 5 000 cruzados de tença, pagos na Índia, até ser provido de renda equivalente ou prelazia. Nessa época, esperava-se que o papa o fizesse seu legado *a latere* e que assim permanecesse mais 2-3 anos na Ásia, para ajudar o vice-rei. O centro político demorou a requerer a sanção de Roma, por não saber onde estava o poder para renunciar, subscrito por D. Fr. Aleixo.

Entretanto, em 1604, com a nomeação do vice-rei Martim Afonso de Castro, de novo o centro político teve interesse em protelar o envio da renúncia para Roma. O assunto só foi retomado no Conselho de Portugal em 1608, na sequência de consultas do Conselho da Índia. Um dos assuntos pendentes nesta altura era precisamente os recursos / nova colocação a atribuir ao arcebispo, pois receava-se que o papa “não admittirá a renunciação sem lhe constar que fica o Arcebispo de que se possa sustentar decentemente conforme a sua dignidade”¹³⁴.

Reportando-se quase seguramente a 1609, Pyrard de Laval registou que já nesse ano o Arcebispo de Goa fizera “todos os apercebimentos de mantimentos e matalotagem” para embarcar, “para mais de cem pessoas, afóra os seus domésticos, que montavam bem a outro tanto numero”. Não obstante estes preparativos, adiou a viagem por mais um ano¹³⁵.

Quando, por fim, deixou a Índia, a 31 de dezembro de 1610¹³⁶, a mando de Filipe III, já vinha com a promessa de ser apresentado na arquidiocese de Braga¹³⁷. É que, em 1609, D. Fr. Agostinho de Castro quis renunciar à sua mitra e terá sugerido vários nomes para sucessor, entre eles o de D. Fr. Aleixo de Meneses. O pedido do primaz bracarense foi aceite e o rei reservou-lhe 10 000 cruzados de pensão, o que era um valor elevado¹³⁸.

Quando D. Fr. Aleixo partiu, entregou ao agostinho Fr. Domingos Torrado o governo da arquidiocese, mas continuava a intitular-se arcebispo primaz de Goa.

¹³² A. Beylerian, “Cinq lettres inédites...”, cit. p. 597.

¹³³ Nesse ano, a Câmara de Goa pedia ao monarca que não lhe fosse concedida essa licença para renunciar: J. H. C. Rivara (ed.), *Archivo Portuguez-Oriental*, cit., fasc. 1, Parte 2, doc. 9, p. 121.

¹³⁴ C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 321.

¹³⁵ J. H. C. Rivara (ed.), *Viagem de Francisco Pyrard de Laval...*, cit., p. 78-79.

¹³⁶ C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 276.

¹³⁷ C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 279. Também em 1634-35, D. Rodrigo da Cunha *História Eclesiástica dos Arcebispos de Braga*, vol. 2, Braga, s.n., 1989 (1.^a ed. 1635), p. 435 escreveu que D. Fr. Aleixo viera da Índia chamado para arcebispo de Braga.

¹³⁸ R. Cunha, *História Eclesiástica...*, cit., vol. 2, p. 435.

No verão de 1611, quando desembarcou da sua nau da Índia em Cascais, foi visitado por muitos fidalgos e muito bem recebido¹³⁹. Por essa altura, já o coletor apostólico em Lisboa informava Roma que Filipe III o iria indicar para Arcebispo de Braga.

A partir de Lisboa, em novembro de 1611, D. Fr. Aleixo escreveu a Paulo V, dando-lhe conta da promessa que tinha do rei e de quanto fizera na Ásia e dos êxitos dos Agostinhos na Etiópia, Pérsia, Bassorá e Monomotapa. O papa retorquiu-lhe com um breve laudatório¹⁴⁰. Tudo isto promovia ainda mais D. Fr. Aleixo de Meneses. Até essa época, fora ele o arcebispo de Goa que mais tempo permanecera no cargo, embora o franciscano D. Fr. Juan Afonso de Albuquerque quase o tivesse igualado, uns decénios antes.

Depois de preconizado em dezembro de 1611, foi a 19 de março de 1612 que formalmente transitou da arquidiocese asiática para a de Braga, o que era invulgar na época. Tomou posse através de procurador, em junho de 1612, e fez a sua entrada solene em 7 de agosto¹⁴¹. Note-se que as mitras ultramarinas se situavam na base da pirâmide das prelaturas portuguesas e D. Fr. Aleixo de Meneses fora promovido a uma das quatro do topo, constituído por Braga, Lisboa, Évora e Coimbra. José Pedro Paiva chamou a atenção para dois aspetos, a este propósito: por um lado, esta mudança ocorreu no tempo do segundo vice-reinado de Cristóvão de Moura em Lisboa; com efeito, por volta de 1611, este vice-rei advogava que quem servia no ultramar devia ser recompensado com mitras no reino, de forma a estimular quem estivesse disposto a partir para o Império colonial¹⁴². A postura do governante que opinava nas nomeações, o rol e a qualidade dos serviços que fizera D. Fr. Aleixo, as ligações e origens sociais que tinha provavelmente terão todos contado para uma mudança tão inaudita. No meio de todos eles, a indigitação de D. Agostinho teve grande relevo, bem como o facto de os serviços asiáticos de D. Fr. Aleixo permanecerem até então pouco remunerados. Assim se explica o segundo tópico enfatizado por José Pedro Paiva: que tenha sido um dos poucos prelados (três ao todo) que Filipe III deixara transitar do tempo de seu pai para o seu reinado e que, datando dessa fase, o tenha promovido¹⁴³.

Em resumo, o ex-arcebispo de Goa não só fora logo provido no reino, como chegara de imediato a uma das mais referenciadas arquidioceses do país.

¹³⁹ BPE, Cod. CIII/2-19, fl. 20v.

¹⁴⁰ C. Alonso, “Documentación inédita...”, cit., p. 328-333.

¹⁴¹ José Augusto Ferreira, *Fastos episcopales de Igreja Primacial de Braga: séc. III-séc. XX*, vol. III, Braga, Edição da Mitra Bracarense, 1932, p. 120.

¹⁴² J. P. Paiva, *Os bispos de Portugal...*, cit., p. 409, 411.

¹⁴³ J. P. Paiva, *Os bispos de Portugal...*, cit., p. 387.

Em maio de 1612, o Conde de Sabugal escrevera a D. Pedro de Castilho, responsável pelo governo de Lisboa, alertando-o que suspeitava que o monarca lhe iria perguntar por nomes para o Conselho de Estado. Para que D. Pedro estivesse preparado, sugeria-lhe imediatamente e por ordem decrescente quatro pessoas, se tantas fossem necessárias: o arcebispo de Braga, o conde de Portalegre, D. João de Castro e o conde do Redondo. Justificava o seu parecer, em relação ao que colocara em primeiro lugar, nos seguintes termos: “avendo tantoz perlados que ja tem este titulo com o qual lhe ElRej nosso senhor escreve, sendo elle á tantoz anoz tal perlado e governando, e ajudando a governar a India e trabalhando com tão fracos sujeitoz quanto tem trabalhado lá, e avendo de estar agora na maior cadeira e mais preñçipal a que El Rej manda que se fale con diferente ditado que aoz outroz arcebispos: indecente cousa sera que El Rej lhe não chame do Conselho do Estado, E ainda pareçera paixão”¹⁴⁴. O parecer, por si só, dava boa conta da importância que tinha a prelazia em apreço e o capital de prestígio angariado por D. Fr. Aleixo.

Uma vez empossado na arquidiocese bracarense, D. Frei Aleixo de Meneses ter-se-á deslocado a Madrid no intuito de a renunciar, pela sobrecarga de pensões que oneravam as suas rendas. Para além dos 10 000 cruzados¹⁴⁵ atribuídos ao antecessor (não se sabe se se manteve depois da sua morte ocorrida a 25 de novembro de 1609), havia mais quantitativos a satisfazer a outros beneficiários. Desde dezembro de 1611 que estes encargos o preocupavam¹⁴⁶. Sabe-se que regressara da Índia com dívidas (cerca de 45 000 cruzados)¹⁴⁷. Partiu para Madrid em fevereiro de 1613. Na realidade, de forma presencial, esteve apenas seis meses em Braga.

O pedido de D. Fr. Aleixo não foi aceite (exceto a suspensão do pagamento das pensões durante dois anos¹⁴⁸) e acabou nomeado vice-rei de Portugal em 1614. Tudo indica que a sua experiência governativa indiana terá influído na escolha¹⁴⁹. Sendo ele um agostinho, alojado no convento de S. Filipe da mesma Ordem em Madrid, a sua nomeação era ainda mais expressiva. Com efeito,

¹⁴⁴ BA, 51-VIII-15, fl. 57v.

¹⁴⁵ R. Cunha, *História Ecclesiástica...*, cit., vol. 2, p. 435.

¹⁴⁶ C. Alonso, *Alejo de Meneses, O.S.A. 1559-1617...*, cit., p. 279.

¹⁴⁷ BNP, Cód. 374, fl. 225v. Veja-se um termo de comparação, para ponderar o quantitativo: em 1608, depois de ter deixado o governo de Portugal, D. Pedro de Castilho receberia como inquisidor-geral 12 000 cruzados, o que era um valor superior ao bispado de Leiria, a que ele renunciara quatro anos antes: Ana Isabel López-Salazar Codes, *Inquisición y política: el gobierno del Santo Oficio en el Portugal de los Austrias (1578-1653)*, Lisboa, CEHR-UCP, 2011, p. 92-93.

¹⁴⁸ R. Cunha, *História Ecclesiástica...*, cit., vol. 2, p. 440.

¹⁴⁹ Claude Gaillard, *Le Portugal sous Philippe III d'Espagne: l'action de Diego de Silva y Mendoza*, Grenoble, Université des Langues et Lettres de Grenoble, 1982, p. 178.

no verão de 1613, ali se reunira – sem licença da monarquia – uma junta de fidalgos portugueses, encabeçados pelo conde de Castelo Melhor, Rui Mendes de Vasconcelos. Protestavam contra o fintar-se a nobreza portuguesa para a visita do rei ao reino luso e o fecho do Conselho de Portugal, inviabilizando o correr dos despachos. Aquela reunião fora reprimida com desterros da corte da monarquia e de Portugal, o que deixara algum incómodo¹⁵⁰. Neste quadro, a nomeação de um prestigiado agostinho, de elevado estatuto social, com memória de bons feitos religiosos e políticos na Ásia, contribuía para apaziguar os ânimos.

Em outubro de 1614, o próprio rei informava o capelão-mor e inquisidor geral que mandara pedir ao papa autorização para o arcebispo de Braga reter a sua igreja durante dois anos, “sem obrigação de residencia, dentro dos quais ha de satisfazer tudo o que deve das dittas pensões [eram as pensões impostas sobre os rendimentos da sua arquidiocese]”. Assim, encomendava-lhe que avisasse os pensionários¹⁵¹.

4. De Madrid para Lisboa como vice-rei

A 8 de janeiro de 1614, Filipe III informou D. Pedro de Castilho, vice-rei de Lisboa, que seria substituído no lugar pelo arcebispo de Braga¹⁵². A decisão estaria tomada, mas ainda lhe perguntava a opinião, antes de publicar a notícia e de a dar a conhecer a D. Fr. Aleixo de Meneses. A incompatibilidade do cargo de vice-rei com o de inquisidor-geral, que detinha Castilho, terá pesado na decisão¹⁵³.

Para todos os efeitos, a nomeação de D. Pedro tivera desde o seu início um carácter temporário e, por isso, mal o seu antecessor (Cristóvão de Moura) chegara à Corte de Madrid, tinham começado os boatos sobre os indigitáveis¹⁵⁴. Nos últimos meses de 1613, recar-se-ia a nomeação de um vice-rei estrangeiro, conforme terá recomendado o bispo das Canárias que nesse ano viera a Portugal tomar pulso à tensão política, a mando da realza. Fernão de Matos, secretário

¹⁵⁰ Fernanda Olival, “Bandos y tensiones políticas: Portugal en el contexto de la monarquía hispánica (1612-1613)”, *Miniús: Revista do Departamento de Historia, Arte e Xeografía*, 22 (2014), p. 169-191.

¹⁵¹ C. Alonso, “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617) Arzobispo de Braga. III Parte...”, cit., p. 161.

¹⁵² C. Alonso, “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617) Arzobispo de Braga. III Parte...”, cit., p. 153.

¹⁵³ BA, 51-VIII-13, fl. 74-75.

¹⁵⁴ Luis Cabrera de Córdoba, *Relaciones de las cosas sucedidas en la Côte de España, desde 1599 hasta 1614*, Madrid, Imprenta de J. Martin Alegira, 1857, p. 466, 474, 542.

do Conselho de Portugal, chegou a informar D. Pedro de Castilho que se temia que fosse indigitado o conde de Lemos, que viria para o efeito de Nápoles. Para contrariar esta possibilidade, recomendava mesmo a D. Pedro que escrevesse ao monarca e que também o fizesse à câmara de Lisboa¹⁵⁵. Em Janeiro de 1614 também se falava na nomeação do arcebispo de Santiago de Compostela (1603-1614), Maximiliano de Áustria, nascido em Jaén¹⁵⁶. Por isso, a escolha de um português, arcebispo com experiência de governo e prestigiado pelos desempenhos que tivera na Índia, foi bem aceite em Portugal; fora-o também pelo duque de Lerma, valido do monarca¹⁵⁷.

D. Fr. Aleixo terá jurado o cargo nas mãos de Sua Majestade, com um acompanhamento de fidalgos portugueses que nessa altura estariam na corte da Monarquia. Pouco depois, foi também agraciado com o título do “conselho de Sua Majestade”, o que era relevante no quadro do centro político português. Nos altos cargos, era fundamental fazer parte do escol de pessoas com esta distinção.

Em nenhuma outra fase da História de Portugal tiveram os homens com altos postos eclesiásticos tantas vezes assento na chefia do governo secular como na época dos Áustria¹⁵⁸. Filipe II (1580-1598) nomeou um primo e cunhado, que era cardeal, como vice-rei de Lisboa entre 1583 e 1593; depois, indigitou uma equipa de cinco governadores, tendo como número um o arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro. A opção por um antístite no topo da junta governativa seria uma forma de dar mais autoridade ao governo. Foi, todavia, no tempo de Filipe III (1598-1621) que esta tendência atingiu o seu auge. Foi o período áureo dos bispos vice-reis. No conjunto da monarquia hispânica, nenhuma outra unidade política, no corte cronológico considerado, viu tantos bispos chegarem a este cume de poder laico. Na Catalunha, por exemplo, que foi onde houve mais bispos em idênticas funções a seguir a Lisboa, também foram nomeados alguns antístites e nestes casos eram os prelados das dioceses daquela área, fossem ou não catalães. No dizer de J. H. Elliot, correspondiam, em geral, a nomeações provisórias¹⁵⁹. Em Lisboa, às vezes aconteceu o mesmo, em particular no tempo de Filipe III, mas nem sempre. É de registar que, nesse período, apenas a escolha de D. Pedro de Castilho, em 1604, e a de D. Aleixo de Meneses (1614) não obedeceram a tais circunstanciados. Num caso e noutro foram escolhas bem ponderadas do ponto de vista político. Ao contrário do que

¹⁵⁵ BA, 51-VIII-13, fls. 251-251v.

¹⁵⁶ L. Cabrera de Córdoba, *Relaciones...*, cit., p. 542.

¹⁵⁷ BA, 51-VIII-15, fl. 222v.

¹⁵⁸ J. P. Paiva, *Os bispos de Portugal...*, cit., p. 187.

¹⁵⁹ J. H. Elliot, *La rebelión de los catalanes. Un estudio sobre la decadencia de España (1598-1640)*, 3.ª ed., Madrid, Siglo XXI, 1986, p. 75.

ocorria noutros territórios da Monarquia Católica, neste reino havia um diploma escrito a regular a agregação de Portugal a Castela e onde se especificavam os requisitos que devia ter quem ficava em lugar do rei em Lisboa, fosse com o título de vice-rei ou de governador. Era a chamada carta patente de Filipe II, de 1582¹⁶⁰. Foi assinada pelo monarca em novembro desse ano, quando Filipe II se preparava para voltar a Castela. Este documento foi amplamente divulgado; passou pelos prelos tipográficos várias vezes na própria época. De acordo com o ponto 3 desta carta, na ausência do rei, Portugal devia ser governado por vice-reis ou por governadores. Deviam ser ou portugueses ou parentes próximos da família real. Apenas era admissível um grau de consanguinidade ou afinidade até sobrinho; primo já não servia. Com estas exigências, que ocasionavam imediatos protestos perante infrações¹⁶¹, não era fácil nomear um vice-rei para Portugal. Aos predicados referidos, a Monarquia ainda somava mais um ou dois: pretendia que fosse um adepto dos Áustria e que tivesse um adequado estatuto social. Era por estas razões que muitas vezes e, perante impasses súbitos, se optava por um bispo. Tinham à partida uma cotação de prestígio garantida e “estavam à mão”.

Com D. Aleixo de Meneses, em 1614, foi diferente. Foi uma escolha deliberada. Na altura esperava-se que ele introduzisse um importante conjunto de reformas. Por isso, até o seu regimento como vice-rei era menos retórico do que o habitual.

Segundo uma relação eborense da época, o novo vice-rei depois de nomeado protelara a jornada Madrid-Lisboa, “por não se achar na execução de alguns dos decretos”¹⁶². Basicamente eram dois: um respeitava à remuneração de serviços; o outro reportava-se ao Conselho da Índia. A última diretiva mereceu maior atenção ao citado eborense: “Sucedeu a esta resolução outra não menos notável, e foi, que no último correio de Maio mandou Sua Majestade dizer na carta ao vice-rei [ainda D. Pedro de Castilho] que ele tinha entendido que o Conselho da Índia era desnecessário para o bom governo daquele Estado, e como tal o extinguiu, e que assim o mandasse notificar aos ministros dele, aos quais não correriam mais com ordenados, e que a casa, em que aquele tribunal

¹⁶⁰ *Patente das merces, graça, e privilegios, de que ElRey Dom Philippe Nosso Senhor fez merce a estes seus Reinos. E adiante vai outra patente das respostas das Cortes de Tomar, Lisboa, Antonio Ribeiro, 1583.*

¹⁶¹ Apenas D. João da Silva, na equipa de governadores de 1593-1600, D. Diego de Silva y Mendoza, que iniciou funções em 1617, e a Duquesa de Mântua não cumpriam os preceitos. Os dois primeiros não tinham nascido em Portugal e a última, embora fosse parente do monarca, era apenas prima. Todas estas nomeações geraram imediatos comentários de desagrado.

¹⁶² BPE, Cód. CIII/2-19, fl. 39.

estava se aplicasse a qualquer dos outros conselhos”¹⁶³. A decisão foi totalmente inesperada. E continuava a relação referida: “os que bem entendiam no governo, não a houveram por desacertada porque não tratando o tribunal nenhuma coisa definitivamente servia somente de uma informação para coisas da Índia, e como sem ela se não procedia era nada, ficava-se retardando grandemente os negócios, porque deste conselho haviam de ir ao do vice-rei, e daqui ao de Castela, e ainda daqui até Sua Majestade corriam outras mãos, e assim os pobres requerentes passavam mal¹⁶⁴. E ainda outros acrescentavam, que com tantos mais se requeria, tantos mais lugares havia de tomar peitas; posto que deste conselho se não entenda tal. Contudo o modo de despedida, sem dar satisfação aos homens, que atualmente estavam no serviço do rei, muitos dos quais eram beneméritos, e tinham os ofícios em satisfação de serviços, se houve por novidade, e cousa não costumada neste Reino”¹⁶⁵. O Conde da Vidigueira, D. Francisco da Gama, que era o presidente do conselho extinto desde 1608, foi à corte da Monarquia fazer queixa, bem como outros ministros. Sanjay Subrahmanyam interpreta esta extinção como um gesto de vingança da parte do Arcebispo de Braga para com o antigo vice-rei da Índia Vidigueira (1597-1600), com o qual não tivera uma relação harmoniosa¹⁶⁶. Com a sua experiência asiática, seguramente D. Fr. Aleixo estivera envolvido naquela extinção. Segundo Mendes da Luz, não devia querer “outra autoridade, que não fosse a sua, em todas as questões relativas ao Oriente, agora, que se encontrava como vice-rei de Portugal”¹⁶⁷.

Apesar da insegurança que esta medida causou, o novo vice-rei foi bem recebido, mal entrou em Elvas. Durante toda a viagem pelo Alentejo foi acolhido pelos titulares e fidalgos ligados a esta zona. Entrou em Lisboa, no domingo, dia 6 de julho, “indo-o buscar da banda d’além a galés, e todos os fidalgos, e senhores em barcos, que em grande número o acompanharam, e com grande salva de artilharia dos navios, que estavam no porto, e música de charamelas, entrou nos paços, que também estavam cheios de todos os fidalgos da corte. Foi bem recebido de todos os estados, porque se mostrou a todos muito humano, e

¹⁶³ BPE, Cód. CIII/2-19, fl. 38v.

¹⁶⁴ Sobre este circuito, ver: Fernanda Olival, *D. Filipe II: de cognome «o Pio»*, Lisboa, Temas e Debates, 2008, p. 168-169.

¹⁶⁵ BPE, Cód. CIII/2-19, fl. 38v.

¹⁶⁶ S. Subrahmanyam, “Dom Frei Aleixo de Meneses (1559-1617) et l’échec...”, cit., p. 40.

¹⁶⁷ Francisco Paulo Mendes da Luz, *O Conselho da Índia: contributo ao estudo da história da administração e do comércio do Ultramar português nos princípios do século XVII*, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, 1952, p. 190.

desejoso de bem-fazer, posto que o decreto referido lhe tem atadas as mãos”¹⁶⁸, dizia o mesmo relato eborense.

O próprio papa Paulo V lhe enviara um breve congratulando-se pelo novo cargo que D. Fr. Aleixo iria desempenhar (breve datado de 1 de junho de 1614)¹⁶⁹.

Durante o seu vice-reinado, D. Fr. Aleixo manteve sempre o arcebispado de Braga. Filipe III diligenciou no sentido de obter dispensa de Roma que lhe viabilizasse acumular os dois lugares. Pretendia que o vice-rei continuasse com a sua arquidiocese pelo menos dois anos sem obrigação de residência, tendo em vista pagar o que devia das pensões, como explicava em outubro de 1614¹⁷⁰. Numa carta do mesmo rei para o papa Paulo V sobre este assunto, datada de março de 1615, ainda comentou que a “continua correspondência de correos quada semana para (...) Braga” facilitava a acumulação, podendo nomear “para o governo da dita igreja huma pessoa o as mais que lhe parecerem e que sejam da qualidade e confiança que convem”¹⁷¹. Por isso, pedia que o arcebispo a pudesse administrar estando em Lisboa. D. Fr. Aleixo tinha assim os seus “ministros de Braga”¹⁷². A opinião do cabido bracarense era outra. Em janeiro de 1614, mal se soube da nomeação do arcebispo para vice-rei, de imediato escreveram-lhe a manifestar a inquietação que causava a sua ausência: “Em tempo que os parentes, amigos e criado de V. S. Illma. se alegrarão com as mercês que Sua Magestade lhe tem feito, so esta Igreja e Arcebispado mostra sentimento e desprazer notavel pela grande perda que generalmente resulta desta ausencia de V. S. Illma”¹⁷³.

Igualmente durante o seu governo de Lisboa, manteve-se atento e favorecedor dos Agostinhos¹⁷⁴. O seu confessor (Pe. Fr. Luís dos Anjos) e vários dos seus servidores eram agostinhos. Continuou também a dispensar atenção à sua parentela, designadamente à sobrinha D. Luísa, filha do seu irmão D. Álvaro e herdeira da casa, que já tinha pelo menos dois filhos do seu

¹⁶⁸ BPE, Cod. CIII/2-19, fl. 39v.

¹⁶⁹ R. Cunha, *História Eclesiástica...*, cit., vol. 2, p. 441-442.

¹⁷⁰ C. Alonso, “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617) Arzobispo de Braga. III Parte...”, cit., p. 161.

¹⁷¹ C. Alonso, “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617) Arzobispo de Braga. III Parte...”, cit., p. 173-174.

¹⁷² Sobre os seus substitutos, ver J. A. Ferreira, *Fastos episcopais...*, cit., p. 121, 125, 127-128.

¹⁷³ C. Alonso, “Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617) Arzobispo de Braga. IV Parte...”, cit., p. 164.

¹⁷⁴ C. Alonso, “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617) Arzobispo de Braga. III Parte...”, cit., p. 162-163, 165-167.

casamento com Lourenço de Sousa, aposentador-mor¹⁷⁵. Na primavera de 1615, um deles (Manuel de Sousa) tinha cerca de seis anos e D. Fr. Aleixo escreveu a Gianbattista Confalonieri (1561-1648)¹⁷⁶, seu agente em Roma, pedindo-lhe um breve papal, de modo a que a criança pudesse usufruir de pensões e benefícios simples¹⁷⁷. Era um empenho, pois sabia o peso que o seu nome tinha em Roma e reagia mal quando a sua intervenção não surtia efeito¹⁷⁸. O filho mais velho da sobrinha D. Luísa, em 30 de março desse ano, chama-se D. Aleixo de Meneses e D. Fr. Aleixo, arcebispo e vice-rei, renunciara nele “a aução da promessa que ElRei [Filipe II] lhe mandou fazer por meio de Miguel de Moura quando foi à Índia que lhe ajudaria a casar uma de suas sobrinhas”. Por isso, o jovem recebia, entre outras mercês de Filipe III, “uma vida mais na Vila de Alfaiates com sua jurisdição”¹⁷⁹. No mês seguinte, outro alvará concedia ao mesmo sobrinho-neto, e pelas mesmas razões, 200 000 réis de renda em bens da Coroa “que se podem dar a beneméritos que houver vagos ou os primeiros que vagarem”¹⁸⁰.

Por esta altura, parte da parentela de D. Fr. Aleixo também se associara aos Agostinhos, o que correspondia a um comportamento usual na época. Por exemplo, a sua mãe, quando faleceu, mandou fundar uma capela de missa rezada quotidiana, no Convento de Nossa Senhora da Luz da vila de Arronches, desta Ordem, e cuja escritura datava de janeiro de 1611. Para o efeito, D. Luísa de Noronha deixara um juro de 12 000 réis na Alfândega de Lisboa e mandara dar dinheiro para a aquisição de mais 8 000 réis. Nestes anos iniciais, esta instituição vincular também era conhecida como “a capela da mãe do Senhor Arcebispo de Braga”¹⁸¹.

Como era de esperar, o seu trabalho como vice-rei era muito. Disso se queixava o seu secretário, o Pe. Luís Álvares da Costa, em janeiro de 1615, quando estava prestes a deixar o cargo para ir servir o seu benefício: “o trabalho do serviço do Vizorei hoie he grande, não polo muito que aia que fazer, mas polo pouco regimento que ha em o fazer, que sempre he fora de horas e não ha correo que não dure até as três (o) quatro despois da mea noite (...) e ia ha

¹⁷⁵ C. Alonso, “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617) Arzobispo de Braga. III Parte...”, cit., p. 172.

¹⁷⁶ Sobre este, ver: Bartolomé Villalba y Estaña, Gianbattista Confalonieri, *Por terras de Portugal no século XVI*, Lisboa, CNCDP, 2002, p. 157-159.

¹⁷⁷ C. Alonso, “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617) Arzobispo de Braga. III Parte...”, cit., p. 172.

¹⁷⁸ Alguns exemplos em C. Alonso, “Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617) Arzobispo de Braga. IV Parte...”, cit., p. 136, 139, 144, *passim*.

¹⁷⁹ ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Lº 35, fl. 51v.

¹⁸⁰ ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Lº 35, fl. 47.

¹⁸¹ ADPortalegre, Convento de Nossa Senhora da Luz de Arronches, Cx. 2, Mç. 11.

outrem que me suceda, postoque não sei se aturará o trabalho por ser homem de idade”¹⁸². O próprio vice-rei também fazia ecos da sobrecarga, em carta para Gianbattista Confalonieri: “si no se responde a ellas [cartas] algunas veces com pontualidade es por la máquina que acude de negocios, que no me dan lugar a tratar de los míos”¹⁸³. Várias vezes, posteriormente, repetiria esta ideia na sua correspondência.

O vice-reinado de D. Aleixo foi, todavia, muito curto. Durou um ano, dos três que eram habituais. Terá sido a reforma do Conselho de Portugal que ditou o pretexto para a sua saída. Na realidade, o quadro era mais complexo. Estaria provavelmente relacionado com o subsídio recolhido por Portugal para facilitar a visita do monarca. Ao longo de 1613, o dinheiro de todo o reino foi afluindo a Lisboa e Madrid começou a fazer pressão para o receber. Em julho de 1614, a câmara foi chamada à presença do vice-rei Aleixo, recém-chegado, que tinha a incumbência de solicitar o envio do dinheiro. Escusou-se o município, apontando a necessidade de ouvir as outras câmaras; de outra maneira não podia dispor da verba¹⁸⁴. Como o vice-rei foi mal sucedido nesta incumbência, é de admitir que se tivesse começado a pensar na hipótese de o substituir¹⁸⁵. A 20 de junho de 1615, já D. Fr. Aleixo estava a preparar a sua ida para Madrid, para servir no Conselho de Portugal¹⁸⁶. Assinou papéis até 26 de junho¹⁸⁷.

5. No Conselho de Portugal e no remate da vida

A indigitação de D. Frei Aleixo para o seu novo posto fez-se numa carta de Lerma para o Conde de Salinas sobre a reforma do Conselho de Portugal, datada de 7 de junho de 1615¹⁸⁸. Era porque o arcebispo viria para aquele cargo

¹⁸² C. Alonso, “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617) Arzobispo de Braga. III Parte...”, cit., p. 168. Referia-se, talvez, a D. Jerónimo de Gouveia, que já tinha sido bispo de Ceuta.

¹⁸³ C. Alonso, “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617) Arzobispo de Braga. III Parte...”, cit., p. 179.

¹⁸⁴ Eduardo Freire de Oliveira, *Elementos para a historia do Município de Lisboa*, vol. II, Lisboa, Tipografia Universal, 1882, p. 335-336.

¹⁸⁵ C. Gaillard, *Le Portugal sous Philippe III d’Espagne...*, cit., p. 179-180. Ver no mesmo sentido António de Oliveira, *Capítulos de história de Portugal: (1580-1668)*, vol. 3, Coimbra, Palimage, 2015, p. 1312.

¹⁸⁶ C. Alonso, “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617) Arzobispo de Braga. III Parte...”, cit., p. 179.

¹⁸⁷ Francisco Manuel Trigoso d’Aragão Morato, “Sobre os secretarios dos reis e regentes de Portugal desde os antigos tempos da monarquia até a aclamação d’Elrei D. João IV”, *Historia e Memorias da Academia R. das Sciencias de Lisboa*, I, Parte I, 1843, p. 71.

¹⁸⁸ ANTT, Manuscrito da Livraria, 1631, fls. 72-72v.

que deixava vago o lugar de representação do monarca em Lisboa. Por essa mesma carta, suceder-lhe-ia na função o conde de Salinas, D. Diego de Silva y Mendoza. Ainda de acordo com a letra daquele texto, como o rei pretendia que o Conselho de Portugal suspendesse os seus trabalhos para reabrir com menos ministros, tal como era quando fora criado em 1582/1583, e devia retomar as suas atividades rapidamente, escrevera-se ao arcebispo de Braga para que viesse de imediato. Devia deixar o cargo de vice-rei nas mãos do arcebispo de Lisboa, D. Miguel de Castro (1536-1625)¹⁸⁹. Desta forma, o conde de Salinas teria tempo para chegar a Lisboa. Conforme comentava o núncio de Espanha, Salinas era enviado para vice-rei lisiponense porque “per esse il primo specie honoris” no Conselho de Portugal até então. Por isso era retirado para Lisboa. Ou seja, era substituído por estar no lugar cimeiro da instituição. No entanto, consoante também advertia, o conde iria replicar do seu despacho e fazer exigências, pois trocava um cargo perpétuo por outro temporário (teoricamente de três anos)¹⁹⁰. Para o arcebispo de Braga, ao invés, a entrada no Conselho de Portugal constituía uma promoção.

A notícia de tantas mudanças terá chegado a Lisboa a 13 de junho e, a 11 do mês seguinte, D. Miguel de Castro tomava posse¹⁹¹. D. Fr. Aleixo partiu de imediato, mas acabou retido dois meses e meio em Valhadolid por doença¹⁹².

Em setembro de 1615, já D. Fr. Aleixo estava de regresso à corte da Monarquia e a recuperar dos achaques da viagem para iniciar funções como conselheiro “mais antigo” do Conselho de Portugal¹⁹³. Como não havia presidente, tal título significava que era a primeira figura daquele órgão. Para reforçar a sua posição deram-lhe uma promessa de 3 000 cruzados de pensão e o priorado de Guimarães, e foi nomeado capelão-mor do rei¹⁹⁴, cargos nos quais substituiu D. Pedro de Castilho, que havia falecido a 31 de março de 1615. Ser capelão-mor equivalia ainda a torná-lo semelhante a D. Jorge de Ataíde, que tivera o lugar mais proeminente no referido conselho, no tempo de Filipe II, e que falecera em 1611. D. Fr. Aleixo não terá aceitado logo o

¹⁸⁹ Sobre este arcebispo, ver Fernanda Olival, “D. Miguel de Castro (1586-1625)”, in João Luís I. Fontes (ed.), *Bispos e arcebispos de Lisboa*, Lisboa, Livros Horizonte, 2018, p. 617-627.

¹⁹⁰ C. Alonso, “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617) Arzobispo de Braga. III Parte...”, cit., p. 179-180.

¹⁹¹ BPE, Cód. CIII/2-19, fls. 48-48v.

¹⁹² C. Alonso, “Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617) Arzobispo de Braga. IV Parte...”, cit., p. 120.

¹⁹³ Santiago de Lúxan Meléndez, *La Revolución de 1640 en Portugal, sus fundamentos sociales y sus caracteres nacionales. El Consejo de Portugal: 1580-1640*, Madrid, Universidad Complutense, 1988 (dissertação de doutoramento policopiada), p. 259-264, 639-640.

¹⁹⁴ Carta de capelão-mor: ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Lº 35, fl. 87v.

priorado de Guimarães, por exigir residência¹⁹⁵. No entanto, é provável que se tenha começado a negociar uma dispensa em Roma para esse efeito¹⁹⁶.

No final do ano seguinte, D. Fr. Aleixo seria nomeado presidente (efetivo), o primeiro da vida do Conselho de Portugal. Certamente, o facto de ser arcebispo de Braga e ter passado pelo vice-reinado de Lisboa justificava com mais facilidade tal honra e aplacava os ânimos no interior da instituição, pois não faltavam candidatos a tal posto. Com efeito, a carta do cargo de presidente foi exarada em Madrid, a 11 de dezembro de 1616, e realçava precisamente o conhecimento acumulado por D. Fr. Aleixo “e a concorrerem em sua pessoa particular notícia e experiência dos negócios de todos meus reinos e senhorios de Portugal por haver governado o Estado da Índia em diferentes vezes e ocasiões de grande importância com geral satisfação e muito a meu contentamento procedendo da mesma maneira [n]o cargo de meu vice-rei de Portugal e no de conselheiro do eclesiástico do dito conselho daquela coroa respondendo inteiramente à muito grande confiança que el-rei meu senhor e pai que santa glória haja e eu sempre dele fizemos”¹⁹⁷. O documento também apontava que o regimento do Conselho de Portugal, datado de 30 de novembro de 1607, exigia presidente. Mandava também que servisse debaixo do juramento que dera, pouco antes, quando começara a servir como conselheiro eclesiástico, e que não fizesse novo¹⁹⁸.

Durante a permanência de D. Frei Aleixo de Meneses em Madrid, o cabido de Braga reforçou os pedidos para o ver regressar à sua arquidiocese. Tais rogativas haviam começado há muito, no início de 1614, mal fora apontado como vice-rei de Lisboa. Nessa altura pressionaram-no para que nomeasse um bispo auxiliar, o que ele terá feito¹⁹⁹. O cabido foi ao ponto de ameaçar sequestrar-lhe as rendas. Consideravam que o arcebispo deixava “324.624 almas de sacramento, afora meninos, sem pastor que os crisme e ordene e sagre os santos oleos, pedras de ara, e faça os mais actos pontificaes”²⁰⁰. Em meados de 1616, os capitulares terão voltado a insistir, pondo a tónica ou na residência do seu prelado ou na renúncia. Terão mesmo feito queixa ao papa²⁰¹. O assunto foi diretamente abordado pelo nuncio de Espanha, Antonio Caetani, seguramente a mando de

¹⁹⁵ BPE, Cód. CIII/2-19, fl. 49.

¹⁹⁶ BNP, Cód. 374, fls. 227-227v.

¹⁹⁷ ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Lº 36, fl. 123v.

¹⁹⁸ ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Lº 36, fls. 123v-124.

¹⁹⁹ Nomeou um agostinho.

²⁰⁰ C. Alonso, “Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617) Arzobispo de Braga. IV Parte...”, cit., p. 164.

²⁰¹ J. A. Ferreira, *Fastos episcopais...*, cit., p. 123.

Roma²⁰². Deduz-se das cartas de Caetani que terá falado pessoalmente com o visado. Em dezembro daquele ano, D. Fr. Aleixo terá concordado com a ideia dos cônegos e considerou “ch’havevano ragione, ma che questo negotio era già finito perché Sua Maestà gli assegnava 12 mila scudi perché assistesse in questa corte fazendo egli rinuntia libera della sua chiesa”²⁰³. Para a concretizar, só aguardava que o conde de Salinas tomasse posse efetiva como vice-rei de Portugal. Assim, podia este último nomear os indigitáveis a seu gosto. Certo é que, a 1 de fevereiro de 1617, ainda passava pela chancelaria-mor do reino de Portugal um padrão de juro de 100 000 réis em seu nome, como arcebispo de Braga, e assentes no almoxarifado de Guimarães, no ramo das sisas de Braga. O rédito em causa fora adquirido à fazenda real, em 1609, por D. Fr. Agostinho de Jesus, que nessa transação investira 1 600 000 réis para casamento de órfãs da cidade bracarense. O padrão de juro devia passar para os arcebispos que se seguissem naquela arquidiocese e por isso, D. Fr. Aleixo o colocara em seu nome²⁰⁴. Tendo o marquês de Alenquer entrado no seu vice-reinado, em Lisboa, a 1 de abril desse ano de 1617²⁰⁵, dois dias depois, na vila de Madrid, ainda D. Fr. Aleixo assinava como arcebispo primaz²⁰⁶.

D. Fr. Aleixo faleceu pouco depois, a 2 de maio de 1617, em Madrid, sem saber quem seria o seu sucessor em Braga. Antes de morrer esteve treze dias de cama²⁰⁷. Tal como dispôs nos apontamentos para descargo da sua consciência, foi provisoriamente enterrado na sacristia da igreja do convento de S. Filipe. O Conselho de Portugal ainda terá hesitado se o embalsamavam, mas prevaleceu a atitude contrária²⁰⁸. No seu caixão não se terá deitado cal ou gesso²⁰⁹.

Mais tarde, em 1621, através de religiosos agostinhos, foi tresladado para o convento de Nossa Senhora do Pópulo, em Braga, pertencente à sua ordem, conforme a indicação que deixara em vida. Foi colocado na capela-mor, diante do seu parente e protetor, D. Fr. Agostinho de Castro, que começara a erguer aquele conjunto arquitetónico em 1596²¹⁰. Desta forma, não optou pela sua

²⁰² J. A. Ferreira, *Fastos episcopais...*, cit., p. 125.

²⁰³ C. Alonso, “Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617) Arzobispo de Braga. IV Parte...”, cit., p. 141.

²⁰⁴ ANTT, Chancelaria de D. Filipe II, Lº 38, fls. 269-271v.

²⁰⁵ F. M. T. A. Morato, “Sobre os secretarios dos reis...”, cit., p. 71.

²⁰⁶ C. Alonso, “Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617) Arzobispo de Braga. IV Parte...”, cit., p. 155, 163.

²⁰⁷ BNP, Cód. 374, fl. 224.

²⁰⁸ R. Cunha, *História Eclesiástica...*, cit., vol. 2, p. 449.

²⁰⁹ R. Cunha, *História Eclesiástica...*, cit., vol. 2, p. 449.

²¹⁰ R. Cunha, *História Eclesiástica...*, cit., vol. 2, p. 450.

capela de Lisboa, nem pela da mãe em Arronches. Preferiu morar para sempre junto de quem tanto o protegera.

Antes de morrer, uma das preocupações de D. Fr. Aleixo eram as suas dívidas e a satisfação dos seus criados, um quadro usual noutros nobres e eclesiásticos da época, em idênticas circunstâncias. Terá enviado (a 1 de maio de 1617) uma carta ao monarca a solicitar-lhe 20 000 cruzados para solucionar os encargos com os credores. Também lhe pedia que, quando fosse apresentado no priorado de Guimarães, os caídos (réditos acumulados durante a vacância) servissem para satisfazer essas mesmas obrigações. Por fim, lembrava-lhe os seus criados e que deviam ser providos em ofícios “que caibam na qualidade de suas pessoas”²¹¹. Com efeito, a 4 de julho de 1617, D. Fabio de la Veja y Sotomayor, seu secretario em Madrid, lamentava o estado em que morrera o seu senhor: “Sus cosas quedaron de modo que sólo trabajos y soledad tuvo que dejar a sus criados. Las deudas son muchas, la hacienda muy poca y no sé si se cumplirá lo que dicen de que el rey quiere pagarlas”²¹².

A derradeira carta que D. Fr. Aleixo terá endereçado a Filipe III permite também perceber que ele protelou muito intencionalmente a renúncia do arcebispado de Braga, tirando partido das licenças de Roma²¹³. Certamente, as suas dívidas devem ter influído. E os encargos vinham de longa data.

Enquanto andou pela Ásia, tal como outros homens com o seu perfil social, D. Fr. Aleixo esteve frequentemente endividado. Primeiro, porque gastou muito na viagem com as doenças que o assolaram e aos restantes 150 homens da nau e com os quais partilhou as suas provisões (viu-se obrigado a comprar inclusivamente galinhas, não obstante trazer consigo algumas centenas)²¹⁴. Segundo, porque usava o dinheiro para fazer caridade e assim fazer ampliar o seu poder, o que era recorrente na época. Perante o seu estado, numa carta de dezembro de 1596, mostrou-se muito agradecido com a oferta que o seu tio e protetor, o arcebispo D. Fr. Agostinho de Castro, lhe enviara: 200 000 réis. Na mesma ocasião o tio despachou outro igual montante (só chegara logo metade, por o valor vir repartido por duas naus) para serem aplicados na Índia e o produto lhe ser reenviado para Portugal. D. Fr. Aleixo, embora não tenha sido o destinatário do dinheiro a investir, acompanhou o processo: “Os que chegaram, negociaram os Padres, em cravo que lá vae, por ordem de Francisco Lopes

²¹¹ BNP, Cód. 374, fls. 224v-228.

²¹² C. Alonso, “Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617) Arzobispo de Braga. IV Parte...”, cit., p. 161.

²¹³ BNP, Cód. 374, fl. 227.

²¹⁴ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 10, 25.

d'Elvas: não cuido que renderão lá muito, mas como é fazenda da lei, e que se não damna nunca – e cá valeu este anno barata – pareceu que era bom emprêgo.

Eu desejei de os mandar em pedraria miuda, porque vale muitas vezes lá muito; não paga fretes, e tem os direitos muito pequenos: mas como vieram dirigidos ao Provincial – a elle, aos Padres, e aos mercadores, pareceu est'outro bem, e consenti n'isso. E se lá não valer á chegada das naus, póde V. S^a lá mandar, que se espere valia²¹⁵. Tal como D. Agostinho, muitos outros particulares investiam na Índia sem que as suas pessoas saíssem do reino. Pelo exemplo apontado, o clero não era a isso alheio. D. Fr. Aleixo, embora mostrasse perceber alguma coisa de negócios, não os teria feito.

Cerca de 1600, os rendimentos de D. Fr. Aleixo seriam de 9 000 cruzados, como ele próprio afirmava numa carta²¹⁶. Ora, nesse mesmo ano, o salário do vice-rei de Lisboa, D. Cristóvão de Mora, seria de 11 000 cruzados, tendo em linha de conta que acumulava com o posto de capitão general das tropas estrangeiras em Portugal²¹⁷. O vice-rei da Índia teria um ordenado mais de três vezes superior aos réditos do arcebispo, pois recebia 30 000 cruzados, por volta de 1608, quando o francês Pyrard de Laval chegou a Goa, sem contar com presentes e outras fontes de receita²¹⁸. Este mesmo viajante registou que D. Fr. Aleixo dava “esmolas publicamente a toda a sorte de pessoas necessitadas, do mesmo modo que faz o Vice-rei, mas dá-as mais frequentemente, porque também são mais vezes (...) Come em publico, e é servido em pratos cobertos. É costume dos Arcebispos fazerem comer á sua mesa, e das mesmas iguarias a doze pobres (...). Ao jantar e á ceia é servido em baixella de prata, ou de prata dourada, e os pobres em porcelana. (...) De sorte que quando elle está á mesa, abre-se a porta da sala de jantar, e os seus domésticos escolhem, e fazem entrar as doze pessoas que bem querem²¹⁹. Tudo isto implicaria muitos gastos, mas o próprio Pyrard de Laval realçava que o “rendimento deste Prelado é maravilhosamente grande” e que tinha um mordomo que tinha de seu 60 000 cruzados. Ao mesmo tempo também esclarecia que as esmolos “não são sempre do proprio bolsinho do Prelado, mas todos os anos se lhe entregam grandes

²¹⁵ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 24-25. Sobre a data desta carta teve-se presente a correção de João Alberto Sousa Correia, “O Códice 42 do Seminário Conciliar de Braga: apresentação do seu conteúdo”, *Theologica*, 27 (1992), p. 413.

²¹⁶ B. S. Freitas, *Memorias de Braga...*, cit., p. 38.

²¹⁷ F. Olival, “Los Virreyes y Gobernadores...”, cit., p. 307.

²¹⁸ J. H. C. Rivara (ed.), *Viagem de Francisco Pyrard de Laval...*, cit., p. 69.

²¹⁹ Joaquim Heliodoro da Cunha Rivara, ed., *Viagem de Francisco Pyrard de Laval...*, cit., p. 76. A câmara de Goa em 1605 realçava que a esta mesa geral concorriam mais de 300 pessoas (J. H. C. Rivara (ed.), *Archivo Portuguez-Oriental*, cit., fasc. 1, Parte 2, doc. 13, p. 145).

somas de dinheiro para este efeito. Tira grandes presentes e proveitos de todos os outros Prelados e eclesiásticos da Índia”²²⁰.

Em Braga, quando esteve presente como arcebispo, estimava-se que D. Fr. Aleixo daria em cada ano cerca de 8 000 cruzados de esmolos e ainda alimentava 12 pobres²²¹. No entanto, o arcebispado renderia muito mais. Por uma tomada de “contas” após a morte do arcebispo, em 1617, é possível deduzir que desde pelo menos 1615 lhe renderia cerca de 31 000 cruzados / ano²²². Esse era pelo menos o valor que lhe devia dar o seu tesoureiro, Francisco Vieira de Andrade, a troco de todas as rendas, excluindo a Chancelaria, segundo um contrato feito em 1614²²³. Claro que havia muitas despesas a liquidar. Só as rações ordinárias da casa nos 11 meses que mediaram entre 1 de junho de 1616 e 2 de maio de 1617 foram de 554 617 réis. Saldadas as contas em 1617 a este tesoureiro, ainda ficou para o arcebispo sucessor 1 795 621 réis e meio (cerca de 4 489 cruzados)²²⁴.

Embora o rédito da arquidiocese de Braga tenha sido muito importante na casa de D. Fr. Aleixo, não era o único desde que se tornara vice-rei. Como se viu, o cargo em si era remunerado, embora o arcebispo Meneses – como eclesiástico – não pudesse beneficiar dos 6 000 cruzados da capitania das tropas estrangeiras²²⁵. Além disso, em 1614 teria uma pensão dada pelo monarca no bispado de Lamego (desconhece-se o montante), para a qual mandava tratar das bulas²²⁶. Em 1616, já tinha o mesmo documento para 3 500 cruzados também de pensão, no bispado de Coimbra, quando lhe foram dados mais 500²²⁷. As bulas destas últimas receitas só lhe chegaram em 1617²²⁸. Em data que se

²²⁰ J. H. C. Rivara (ed.), *Viagem de Francisco Pyrard de Laval...*, cit., p. 77.

²²¹ BNP, Cód. 374, fl. 206-206v.

²²² “Contas que o doutor Simão de Abreu Arcediago de Neiva, e o lic. Francisco Ribeiro e o Doutor Pedro Lopes Leitão cônegos na Santa Sé de Braga deputados da Fazenda que ficou do Senhor Arcebispo D. Aleixo de Meneses que Deus tem por ordem dos Senhores do Cabido da mesma Santa Sé Sede vacante tomaram a Francisco Vieira de Andrade seu tesoureiro em 21 de Maio de 1617” – AGS, Secretarias Provinciales, Lº 1558.

²²³ AGS, Secretarias Provinciales, Lº 1558, fl. 1.

²²⁴ AGS, Secretarias Provinciales, Lº 1558, fl. 34.

²²⁵ F. Olival, “Los Virreyes y Gobernadores...”, cit., p. 308.

²²⁶ C. Alonso, “Alejo de Meneses, OSA (1559-1617) Arzobispo de Braga. III Parte...”, cit., p. 162.

²²⁷ C. Alonso, “Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617) Arzobispo de Braga. IV Parte”, cit., p. 132, 136, 138.

²²⁸ C. Alonso, “Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617) Arzobispo de Braga. IV Parte”, cit., p. 148.

desconhece (talvez em 1614), teria sido ainda nomeado governador do priorado do Crato, “para que tivesse ocasião de acomodar aos criados”²²⁹.

Desta forma, os rendimentos do arcebispo não podiam ser considerados escassos. O muito que dava e gastava fazia com que os seus recursos nunca fossem suficientes.

Em síntese, D. Fr. Aleixo teve uma carreira ascendente muito rápida, mas também já partira de um patamar elevado e muito favorável. Não terá sido por acaso que mudou de nome e decalcou o do seu pai²³⁰, uma figura a que se deu destaque neste estudo, pela importância que teve no ponto de partida do filho. Com efeito, numa primeira fase da vida de D. Fr. Aleixo foi decisivo não apenas o seu elevado estatuto social, com grande proximidade à corte, mas também o facto de ser partidário da nova dinastia (segundo se intui). A sua parentela há muito que tinha relações consolidadas com Castela e sempre a envolver diretamente a monarquia. Dispondo de todo este capital, ainda influiu a proteção que dispôs de um tio, igualmente arcebispo da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho. A primeira carreira potenciou a segunda, mediante a relação tio/sobrinho, muito comum no contexto eclesiástico coevo. Aliás, D. Frei Aleixo nunca se desligou dos seus irmãos do hábito ao longo da vida. Na Índia, teve uma estratégia bem clara para afirmar a sua Ordem, em concorrência com as mais implantadas no terreno. Igualmente neste campo beneficiou do alinhamento com a estratégia do tio.

O seu itinerário biográfico começou por ser muito centrado numa aposta religiosa, para passar a ter, cada vez mais, uma forte componente política, sem a desligar da primeira. Interligavam-se. Ao contrário do que podia aparentar, e como já foi dito, ele “não desdenhava o exercício do poder”²³¹.

D. Fr. Aleixo de Meneses passou do arcebispado de Goa (1595) para o de Braga (1612), o que era inédito na época. Estar à frente da arquidiocese asiática possibilitou-lhe um elevado capital de prestígio e serviços referenciáveis, especialmente resultantes do seu bom desempenho enquanto prelado-missionário. Ter dado ecos dos seus serviços ao papado e a toda a cristandade, mediante a publicação de textos, foi-lhe igualmente muito vantajoso. Esta etapa da sua vida foi decisiva no resto do seu percurso. O arcebispado bracarense

²²⁹ BNP, Cód. 374, fl. 212. Os seus criados certamente eram muitos e não fáceis de estudar, embora apareçam muitos nomes nas fontes compulsadas. Será interessante apurar quantos eram agostinhos.

²³⁰ Ou talvez o apelido “Meneses” se tenha imposto, a pouco e pouco.

²³¹ C. A. Pinto, “«Traz à memória...», cit., p. 161.

serviu-lhe, acima de tudo, para colocar pessoas da sua obrigação²³² e para obter recursos, por isso protelou o mais que pôde a renúncia ao mesmo e o centro político foi conivente neste processo.

Tanto em Goa como em Portugal, ou até em Madrid, muitos dos seus rendimentos eram gastos em presentes, patrocínio e esmolas. Mas se a caridade era um meio de reparar a miséria, também era um instrumento de poder e ostentação para quem a praticava, numa sociedade estruturante muito desigual, tanto do ponto de vista jurídico como socioeconómico. A liberalidade consolidava o estatuto social, mesmo que isso implicasse dívidas. Outros senhores da época (grandes e menos grandes) incorriam nas mesmas práticas, que exigiam e consumiam muitos réditos.

Na realidade, D. Fr. Aleixo também beneficiou de um contexto político muito favorável à chegada dos prelados à arena política da Monarquia Católica.

Nesse sentido, o seu percurso não foi invulgar, nem tão excepcional como alguma literatura encomiástica realça. Certamente D. Pedro de Castilho deixou os coevos mais surpreendidos porque partira de um patamar baixo. O mais inusitado em D. Fr. Aleixo foi ter conseguido regressar da Ásia, com bons créditos e ainda não idoso, e ter alcançado uma mitra de topo. O papel do tio, também oriundo da primeira nobreza do reino, terá sido muito relevante nesta colocação.

Na sua linhagem, o efeito conjugado do pai-aió de D. Sebastião com o seu percurso de serviços relevantes não só ao padroado da Coroa de Portugal como à cristandade romana, em elevados cargos eclesiásticos, fizeram enraizar o nome “Aleixo de Meneses” ou simplesmente “Aleixo” na sua descendência imediata e por várias gerações. Também esta persistência oferecia uma leitura de quão influente ele, D. Frei Aleixo, se revelara no capital simbólico desta parentela, apesar de lhe faltar o estatuto de primogénito e de ter ingressado numa ordem regular.

Os coevos frequentemente satirizaram a ascensão de D. Pedro de Castilho e não fizeram o mesmo de D. Fr. Aleixo. Na realidade, um subira a partir da mecânica do pai e o outro apenas consolidou o seu estatuto social. De *jure* e de facto, no começo do século XVII, a origem social marcava profundamente, mesmo no clero.

²³² A sua correspondência com Roma dá conta, amiúde, destas práticas. Destaque-se o seu esforço para colocar, em benefícios eclesiásticos, o cristão-novo Nicolau da Veiga; ver C. Alonso, “Alejo de Meneses, O.S.A. (1559-1617) Arzobispo de Braga. IV Parte”, cit., p. 129, 131, 132, 136, *passim*.

Portais de globalização: portos e caminhos de ferro no contexto colonial português (c. 1870 – c. 1910)

Portals of globalization: ports and railways in the Portuguese colonial context (c. 1870 – c. 1910)

HUGO SILVEIRA PEREIRA

Centro Interuniversitário de História das Ciências e da Tecnologia (CIUHCT-UNL)

Institute of Railway Studies (University of York)

hugojoze.pereira@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-7706-2686>

Texto recebido em / Text submitted on: 23/01/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 07/06/2018

Resumo:

A partir de 1870, Portugal transferiu da metrópole para o ultramar um ambicioso programa de obras públicas influenciado pelas promessas saint-simonistas de progresso e criação de civilizações de circulação, com as quais os engenheiros portugueses haviam contactado desde a década de 1820. Até às vésperas da I Guerra Mundial, milhares de quilómetros de linhas foram assentes através daqueles territórios, ligando-os a portos vizinhos. O objetivo dos tecnocratas nacionais passava por fomentar a exploração colonial e aumentar o seu comércio externo, mas ao mesmo tempo, induzir um nacionalismo baseado na tecnologia e cimentar a soberania nacional nos seus domínios ultramarinos, cobichados, na altura, por outras nações

européias mais poderosas. Neste artigo, proponho analisar esta retórica contraditória e estas infraestruturas coloniais como portais de globalização, entendidos como “aqueles lugares que têm sido centros de trocas mundiais ou comunicações globais, têm servido como pontos de entrada para transferências culturais e onde se desenvolveram instituições e práticas para lidar com as ligações globais”. Focar-me-ei em três momentos decisivos deste processo histórico (o processo de tomada de decisão, a construção e a operação) para analisar até que ponto a globalização (do comércio, know-how e ideias) foi fomentada ou restringida.

Palavras-chave:

Portais de globalização; colonialismo; caminhos de ferro; portos.

Abstract:

From the 1870s onwards, Portugal transferred from the mainland to its colonies an ambitious public works programme, influenced by the saint-simonianist promises of progress and creation of civilizations of circulation that Portuguese engineers contacted since the 1820s. Until the eve of World War I, thousands of miles of railway track were laid across these territories, connecting them to neighbouring harbours. The goal sought by the Portuguese technocrats was to develop the colonies output and to increase foreign trade, but at the same time enhance a technologically-based nationalism and ascertain the Portuguese sovereignty in the overseas domains, coveted at the time by other, more powerful, European nations. In this

paper, I propose to analyse this contradictory rhetoric and these colonial infrastructures as portals of globalization, understood as “those places that have been centres of world trade or global communication, have served as entrance points for cultural transfer, and where institutions and practices for dealing with global connectedness have been developed”. I will focus on three decisive moments of this historical process, the decision-making process, the construction and the operation, and analyse to what extent globalization (of trade, know-how, and ideas) was fostered or restrained.

Keywords:

Portals of globalization; colonialism; railways; ports.

1. Introdução

A partir de meados da década de 1870, Portugal transferiu o programa de desenvolvimento material do Fontismo para as suas colónias¹. O intento mantinha como base o ideal de progresso e a criação de civilizações de circulação postulados pelo Saint-Simonismo², a ideologia que os tecnocratas portugueses professavam desde 1820, quando começaram a frequentar escolas de engenharia europeias³. Na especificidade do contexto ultramarino, a aposta nas obras públicas deveria ainda demonstrar a vocação colonial de Portugal e legitimar a sua presença em territórios que eram prova das glórias de outrora (mito da herança sagrada, segundo Alexandre⁴). Antecipava-se também promover a exploração dos recursos do *hinterland* colonial, que se imaginavam copiosos (mito do Eldorado⁵), ou dar saída marítima aos territórios estrangeiros vizinhos⁶. Do fomento da atividade económica colonial esperava-se obter receitas suficientes para cobrir o investimento e criar uma fonte de riqueza que fizesse esquecer a perda do Brasil.

Os melhoramentos prescritos para o ultramar eram variados e serviam funções distintas. Eram necessários edifícios administrativos para as autoridades governativas, o telégrafo para agilizar o despacho de ordens, estradas para fomentar a circulação, canais/regularização dos rios que permitissem aos barcos a vapor penetrar no sertão e hospitais para imunizar os colonos contra as doenças

¹ Bruno José Navarro Marçal, “Um império projectado pelo «silvo da locomotiva». O papel da engenharia portuguesa na apropriação do espaço colonial africano. Angola e Moçambique (1869-1930)”, Lisboa, Universidade NOVA de Lisboa, 2016, diss. doutoramento, p. 11.

² Dick van Laak, “Detours around Africa: The Connection between Developing Colonies and Integrating Europe”, in Alexander Badenoch, Andreas Fickers (eds.), *Materializing Europe. Transnational Infrastructures and the Project of Europe*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2010, p. 27; Vleuten, Erik van der, Irena Anastasiadou, Vicent Legendijk e Frank Schipper, “Europe’s System Builders: The Contested Shaping of Transnational Road, Electricity and Rail Networks”, *Contemporary European History*, 16, 3 (2007), p. 322.

³ Marta Coelho de Macedo, “Projectar e construir a Nação. Engenheiros e território em Portugal (1837-1893)”, Coimbra, Universidade de Coimbra, 2009, diss. doutoramento, p. 5; Ana Cardoso de Matos, “Asserting the Portuguese civil engineering identity: the role played by the École des Ponts et Chaussées”, in Ana Cardoso de Matos, Maria Paula Diogo, Irina Gouzévitch, André Grelon (eds.), *Jogos de Identidade Profissional: os Engenheiros entre a Formação e a Acção*, Lisboa, Colibri, 2009, p. 180-181.

⁴ Valentim Alexandre, Jill Dias, “O Império Africano 1825-1890”, in Joel Serrão, A. H. de Oliveira Marques (eds.), *Nova História da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Estampa, 1998, vol. x, p. 39-48.

⁵ Ibidem.

⁶ A Rodésia e o Transval, fronteiras a Moçambique, o sul da Índia em torno de Goa e a província chinesa de Guangdong a norte de Macau.

tropicais⁷. Contudo, havia duas infraestruturas em destaque das quais se esperava uma especial ação no projeto colonial: caminhos de ferro em conjunção com portos marítimos. Por estes entrariam os colonos e as mercadorias europeias e sairiam os produtos coloniais; aqueles assegurariam a realização destes dois fluxos até ao sertão.

O primeiro projeto assente neste binómio foi gizado para o enclave de Goa. Em 1881, o governo adjudicou à West of India Portuguese Guaranteed Railway Company a construção e operação de um porto na baía de Mormugão e de um caminho de ferro ligando-o à fronteira com o país do Mahratta Sul, na Índia Britânica, que necessitava de uma saída marítima mais próxima que Bombaim. Em 1888 a ligação foi inaugurada⁸.

Em 1883, o governo contratou outro empreendedor privado, o americano Edward McMurdo, para assentar carris entre Lourenço Marques e a fronteira com o Transval, que carecia de um porto que não estivesse sob controlo britânico. Depois de muitas dificuldades diplomáticas, a linha foi aberta em 1895⁹. O contrato nada previa sobre o ancoradouro local, que, na altura, contava apenas com uma pequena ponte-cais para passageiros. As obras de ampliação espraíram-se ao longo do tempo, só se completando em 1965¹⁰.

Em 1885, o governo virou a sua atenção para Angola e contratou o empresário português, Alexandre Peres, para assentar carris entre Luanda e Ambaca, onde chegaram em 1899. A partir de 1903, o Estado iniciou obras de prolongamento até Malange, sendo a linha inaugurada em 1907¹¹. Tal como aconteceu no trato anterior, nada ficou estipulado sobre o porto de Luanda, que em 1899 apenas dispunha de uma pequena ponte para acostagem de lanchas e outra para o serviço da alfândega. Para apoiar a construção do caminho de

⁷ As ferramentas de império (*tools of empire*) na classificação de Daniel R. Headrick, *The Tools of Empire. Technology and European Imperialism in the Nineteenth Century*, Oxford, Oxford University Press, 1981, p. 14.

⁸ Hugo Silveira Pereira, “Fontismo na Índia Portuguesa: o caminho-de-ferro de Mormugão”, *Revista Portuguesa de História*, 46 (2015), p. 249 e 251.

⁹ António José Telo, *Lourenço Marques na Política Externa Portuguesa*, Lisboa, Cosmos, 1991, p. 46-47 e 129-131.

¹⁰ Portugal, Direcção dos Serviços dos Portos, Caminhos de Ferro e Transportes, *Porto e caminhos de ferro de Lourenço Marques*, Lourenço Marques, Empresa Moderna, 1971, p. 6-7.

¹¹ Ângela Guimarães, “Le Chemin de Fer de Luanda a Ambaca”, *African Economic History*, 12 (1983), p. 113; Portugal, Direcção dos Caminhos de Ferro de Luanda, *Monographia do caminho de ferro de Malange*, Luanda, Imprensa Nacional, 1909.

ferro, erigiram-se alguns cais, no entanto, obras de fundo só seriam realizadas entre 1913 e os anos 1960¹².

O ultimato e a crise financeira da década de 1890 dificultaram a prossecução da política de fomento no ultramar, mas, na sequência do tratado luso-britânico de 1891 e da formação da companhia majestática de Moçambique, foi concedida às firmas Beira Railway e Beira Junction uma nova linha desde a Beira até à Rodésia (atual Zimbabwe), inaugurada em 1898¹³. No porto, obras básicas (cais acostável e farol) estavam prontas em 1915, mas até 1950 a infraestrutura seria ampliada em fases sucessivas¹⁴.

No início do século xx, retomou-se o investimento com três projetos porto-ferroviários: no sul de Angola, em Moçâmedes; novamente em Lourenço Marques; e em Macau. Este nunca se realizou, apesar da assinatura de uma convenção luso-chinesa para o efeito em 1904¹⁵. Em Lourenço Marques, uma linha em direção à Suazilândia deveria criar um corredor de transporte até ao Transval. A construção iniciou-se em 1905, mas, para evitar a fuga de tráfego da rede sul-africana, a Inglaterra recusou continuar a obra no seu território, que assim se quedou a poucos quilómetros da fronteira¹⁶. Em Moçâmedes, o intuito era promover a colonização do planalto da Huíla. A demora da construção adiou este objetivo: a linha, iniciada em 1905, só chegou ao planalto 18 anos depois¹⁷. Quanto ao porto, tinha uma pequena ponte-cais, construída em 1873, tendo de aguardar até 1952 para usufruir de novas obras¹⁸.

Neste artigo, analiso a política porto-ferroviária nacional desde as primeiras missões de obras públicas realizadas no ultramar até ao início da I Guerra Mundial, evento que desorganizou as estruturas de transporte existentes e iniciou um novo paradigma para o setor. Foco a abordagem em três momentos fundamentais: o processo de decisão, a construção e a operação, num contexto

¹² Eduardo Gomes de Albuquerque e Castro, *Angola. Portos e transportes*, Luanda, Oficinas Gráficas da ABC, 1966, s/p; Jorge Carlos Rodrigues Júlio Mestre, *Os Portos no Desenvolvimento Económico de Angola*, Lisboa, Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento, 1998, p. 99-138.

¹³ Antony Baxter, *The Two Foot Gauge Enigma. Beira Railway, 1890-1900*, Norwich, Plateway, 1998, p. 5 e 17-18.

¹⁴ Ilídio Amaral, “Beira, cidade e porto do Índico”, *Finisterra*, 4, 7 (1969), p. 78; Portugal, Direcção dos serviços dos portos, caminhos de ferro e transportes, *Porto e caminhos de ferro da Beira*, Lourenço Marques, Empresa Moderna, 1971, p. 8-14.

¹⁵ Arquivo Histórico-Diplomático, ps. 3, arm. 4, m. 9, fic. 1253/20, cópia anexa à carta de 25.4.1919.

¹⁶ Hugo Silveira Pereira, “Identidade e tecnologia: o caminho-de-ferro da Suazilândia”, *Anais de História de Além-Mar*, 18 (2017), p. 166-179.

¹⁷ Marçal, “Um império...”, cit., p. 392-402.

¹⁸ Castro, *Angola...*, cit., s/p. Mestre, *Os Portos...*, cit., p. 227-253.

em que o mundo caminhava para um processo de globalização, termo que se entende como a extensificação e intensificação das ligações transfronteiriças¹⁹. Aquelas infraestruturas são assim estudadas como portais de globalização.

2. Portais de globalização

Este conceito foi apresentado pela primeira vez à academia por Ekeberg, que, num artigo de 2003, analisou os aeroportos como infraestruturas globalizantes, nas quais os valores sociais e culturais poderiam ser inteiramente redefinidos²⁰. Contudo, coube a Middell e Naumann uma concetualização mais estruturada e seminal do termo, definido então como “those places that have been centres of world trade or global communication, have served as entrance points for cultural transfer, and where institutions and practices for dealing with global connectedness have been developed”²¹. A partir daqui outros investigadores contribuíram de diferentes formas para a definição. Maruschke chama a atenção para a alta densidade de conexões globais como característica destes locais²². Baumann destaca que estes portais criam condições para que processos de globalização surjam e se desenvolvam²³, enquanto Baumert e Herren alertam que estes fluxos podem ser controlados e/ou limitados não só por acordos nacionais (locais ou regionais), mas também por tratos trans/internacionais ligados ou não à existência de uma fronteira política²⁴.

O corolário deste alto nível de globalização é a promoção de encontros transculturais onde as partes se influenciam mutuamente. Nos portais de

¹⁹ Michael Geyer, “Portals of Globalization”, in Winfried Eberhard, Christian Lübke (eds.), *The Plurality of Europe. Identities and Spaces*. Leipzig, Leipziger Universitätsverlag, 2010, p. 516.

²⁰ Bjorn Ekeberg, “Life in Transit – A Global Condition”, *Topia*, 9 (2003), p. 83-96.

²¹ Matthias Middell, Katja Naumann, “Global history and the spatial turn: from the impact of area studies to the study of critical junctures of globalization”, *Journal of Global History*, 5 (2010), p. 162.

²² Megan Maruschke, “Zones of reterritorialization: India’s free trade zones in comparative perspective, 1947 to the 1980s”, *Journal of Global History*, 12 (2017), p. 422.

²³ Claudia Baumann, “Introduction”, in Claudia Baumann (ed.), *Universities as Portals of Globalization. Crossroads of Internationalization and Area Studies*, Leipzig, Leipziger Universitätsverlag, 2014, p. 7.

²⁴ Stephanie Christine Baumert, “University Politics Under the Impact of Societal Transformation and Global Processes – South Africa and Stellenbosch University, 1990–2010”, Leipzig, Leipzig University e Stellenbosch University, 2014, diss. doutoramento, p. 4; Madeleine Herren, “European Global Studies: The Historicity of Europe’s Global Entanglements with a Focus on Interdisciplinary Research”, in Madeleine Herren et al. (eds.), *Potentials and Challenges of Global Studies for the 21st Century*, Bern, Universität Basel, 2014, p. 11.

globalização, como focos de interação bidirecional, não se assiste apenas a transações económicas ou comerciais globais, mas também se testemunha a troca de ideologias e um leque variado de construções sociais e culturais que desafiam as próprias filiações e agendas nacionais²⁵.

Neste sentido, portais de globalização englobam não apenas locais físicos, mas também intervenções económicas ou militares e inovações culturais²⁶. Entre os espaços materiais, os portais incluem aeroportos, instituições de ensino²⁷, feiras mundiais²⁸ e comerciais²⁹, estações de quarentena³⁰, livrarias³¹, oficinas³², estaleiros de construção³³, missões religiosas e qualquer outro local onde se manifestem interconexões globais³⁴. Por maioria de razões, portos e caminhos de ferro³⁵ caem também na alçada do termo.

Todas estas realidades podem ser analisadas de diferentes modos: privilegiando uma visão micro, focando apenas um portal; realçando os principais agentes dos portais e o modo como promovem ou limitam o processo de globalização; ou examinando a influência dos portais sobre as fronteiras nacionais e sobre a estabilidade territorial das áreas envolventes, ilustrando assim a luta entre soberania nacional e globalização³⁶.

²⁵ Jairo Baquero, “Entanglements, Nature, and Inequalities in the Darien: Analyzing Interoceanicity in Panama and Colombia”, *Forum for Inter-american Research*, 8, 3 (2015), p. 49; Geert Castryck, “Introduction – From Railway Junction to Portal of Globalization: Making Globalization Work in African and South Asian Railway Towns”, *Comparativ*, 25 (2015), p. 8; Middell, Naumann, “Global history...”, cit., p. 162-163.

²⁶ Baquero, “Entanglements...”, cit., p. 49.

²⁷ Baumann, “Introduction”, cit., p. 7-16; Baumert, “University Politics...”, cit.; Christopher Green, “Internationalization, Deregulation and the Expansion of Higher Education in Korea: An Historical Overview”, *International Journal of Higher Education*, 4, 3 (2015), s. p..

²⁸ Herren, “European Global Studies...”, cit., p. 6-16.

²⁹ Geyer, “Portals of Globalization”, cit., p. 510.

³⁰ Alison Bashford (ed.), *Quarantine: Local and global histories*, Basingstoke, Palgrave Macmillan, 2016, p. 10.

³¹ James M. Brophy, “Bookshops, Forbidden Print and Urban Political Culture in Central Europe, 1800-1850”, *German History*, 35, 3 (2017), p. 403-430.

³² Castryck, “Introduction...”, cit., p. 7.

³³ Baquero, “Entanglements...”, cit., p. 8, 3, 45 e 54.

³⁴ Geert Castryck, “Ex-Centring the Global: Liminality and Interconnectedness in Urban Kigoma”, in Matthias Middell (ed.), *Self-Reflexive Area Studies*, Leipzig, Leipziger Universitätsverlag, 2013, p. 62; Geert Castryck, Nadine Sieveking, “Introduction: performing space in Urban Africa”, *Africa: The Journal of the International African Institute*, 84, 1 (2014), p. 1-16.

³⁵ Castryck, “Introduction...”, cit., p. 7-16; Geyer, “Portals of Globalization”, cit., p. 510.

³⁶ Baquero, “Entanglements...”, cit., p. 49; Castryck, “Introduction...”, cit., p. 9, 11 e 15; Geyer, “Portals of Globalization”, cit., p. 509-510; Middell, Naumann, “Global history...”, cit.,

3. A contradição do período em estudo

O século XIX e primeiros anos do século XX assistiram à expansão de redes de transporte terrestre e ao desenvolvimento de instalações portuárias e de transporte marítimo, que fomentaram o tráfego, as migrações e as transferências financeiras, que por esta altura atingiram níveis sem precedentes³⁷.

Simultaneamente, eram manifestações do ideário globalizado de progresso, assente em preceitos científicos e tecnológicos, partilhado pelas nações da Europa desde finais do século XVIII. A Revolução Industrial reforçou a crença na ciência e na tecnologia como forças incontornáveis e mais decisivas que quaisquer outras para a evolução/progresso das sociedades humanas e para a resolução dos seus problemas políticos, sociais e económicos³⁸. Ciência e tecnologia tornaram-se no século XIX a bitola pela qual se mediam os méritos passados e valor presente das diferentes nações³⁹.

Contudo, ao mesmo tempo, assistiu-se à afirmação dos nacionalismos, do Estado-Nação e a prevalência do nacional sobre todas as outras unidades espaciais, como forma mais eficaz de soberania⁴⁰. As dimensões locais, regionais, continentais e internacionais não foram apagadas, mas o seu poder foi substancialmente limitado⁴¹, o que se refletiu, por exemplo, nas dificuldades de negociação de grandes sistemas tecnológicos transnacionais⁴².

p. 162; Vita Unwin, “Facilitating Early Modern Globality: Uncovering the Role and Status of the Remadores on the Gold Coast”, *Global Histories*, 3, 2 (2017), p. 20.

³⁷ Paul Bairoch, *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX^e siècle*, Paris, École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1976, p. 33-36; Rondo Cameron, *História Económica do Mundo: de uma forma concisa de há 30 000 anos até ao presente*, Mem Martins, Europa-América, 2000, p. 213, 232-239 e 258-261; Geyer, “Portals of Globalization”, cit., p. 516. Pierre Léon (dir.), “A dominação do capitalismo (1840-1914)”, in Pierre Léon (dir.), *História económica e social do mundo*, Lisboa, Sá da Costa, 1982, vol. 4, p. 155-167.

³⁸ Rosalind Williams, “Cultural Origins and Environmental Implications of Large Technological Systems”, *Science in Context*, 6, 2 (1993), p. 382-387.

³⁹ Michael Adas, *Machines as the Measure of Men. Science, Technology, and Ideologies of Western Dominance*, Ithaca, Cornell University Press, 1989, p. 134.

⁴⁰ Baquero, “Entanglements...”, cit., p. 48; Geyer, “Portals of Globalization”, cit., p. 513.

⁴¹ Middell, Naumann, “Global history...”, cit., p. 150.

⁴² Sobre diversos casos internacionais ver: Erik van der Vleuten, Arne Kaisjer, *Networking Europe. Transnational Infrastructures and the Shaping of Europe, 1850-2000*, Sagamore Beach, Science History Publications, 2006. Para o caso dos caminhos de ferro ibéricos transnacionais, ver Hugo Silveira Pereira, “The technodiplomacy of Iberian transnational railways in the second half of the nineteenth century”, *History and Technology*, 33, 2 (2017), p. 178-186 e “Fronteiras e caminhos-de-ferro: da quimera saint-simoniana ao desencanto tecnodiplomático (c. 1850-c. 1900)”, *Revista de História das Ideias*, 35 (2017), p. 236-245.

Esta contradição encontra-se bem patente no plano de melhoramentos materiais que Portugal delineou para as suas colónias. Por um lado, portos e caminhos de ferro ultramarinos deveriam contribuir para o intento nacionalista de afirmar a presença lusa nos domínios extraeuropeus e afastar a influência estrangeira. Em 1885, a decisão de construir a linha de Ambaca foi espoletada pelas conclusões da conferência de Berlim, desfavoráveis a Portugal⁴³. Mais a sul, já em Novecentos, uma via-férrea no distrito de Moçâmedes “affirmaria de modo bem eloquente e energico, que não poderá a teimosia da Allemanha encontrar pretexto para negar o nosso dominio alli por falta de occupação effectiva”⁴⁴. Já em Lourenço Marques, o controlo estatal do porto e caminhos de ferro (Lourenço Marques e Suazilândia) era encarado como uma forma de reforçar a posição portuguesa local⁴⁵. Na Ásia, Goa e Macau tinham sido ocupadas ou cobiçadas por forças estrangeiras (inglesas, francesas e chinesas)⁴⁶. Uma ferrovia era vista, tanto nos anos 1870 como no início do século xx, como a solução azada para ali cimentar inequivocamente a soberania nacional⁴⁷.

Por outro lado, o investimento em infraestruturas de transporte deveria concorrer para a apropriação económica dos espaços coloniais e promover a sua integração num mercado transoceânico mais vasto (imitando a estratégia ferroviária metropolitana que privilegiava as ligações transfronteiriças⁴⁸). Em 1886, o governador de Angola, Brito Capelo, entendia que “o caminho-de-ferro [de Ambaca] servirá não somente para transportar ao ponto do embarque para a Europa, assim como aos centros comerciais do sertão, os géneros de produção provincial e as mercadorias de consumo”⁴⁹. Ainda em Angola, mas já nos

⁴³ Marçal, “Um império...”, cit., p. 233.

⁴⁴ Arquivo Histórico Ultramarino (AHU), m. 279 1H, ofícios de 2.11.1910 e 12.1.1912. Ver também Hugo Silveira Pereira, “O caminho de ferro de Moçâmedes: entre projeto militar, instrumento tecnodiplomático e ferramenta de apropriação colonial (1881-1914)”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 18 (2018), no prelo.

⁴⁵ Marçal, “Um império...”, cit., p. 302-316; Pereira, “Identidade e Tecnologia...”, cit., p. 161.

⁴⁶ João Baptista Amâncio Gracias, *Inglese em Goa ou ocupação de Goa pelas tropas britânicas*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1934, p. 27-28 e 97-106; Ângela Guimarães, “A Conjuntura Política: depois de Hong Kong”, in A. H. de Oliveira Marques, *História dos Portugueses no Extremo Oriente*, Lisboa, Fundação Oriente, 2000, vol. 3, p. 47 e 70-71.

⁴⁷ Pereira, “Fontismo na Índia Portuguesa...”, cit., p. 242; Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Documentos apresentados às Côrtes na sessão legislativa de 1903 pelo Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros. Negociações com a China*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1903, p. 7-10.

⁴⁸ Magda Pinheiro, “L’histoire d’un divorce: l’intégration des chemins de fer portugais dans le réseau Ibérique”, in Michèle Merger, Albert Carreras, Andrea Giuntini, *Les réseaux européens transnationaux XIXe-XXe siècles: quels enjeux?*, Nantes, Ouest Éditions, 1995, p. 335-349.

⁴⁹ Apud Marçal, “Um império...”, cit., p. 236.

inícios do século xx, antecipava-se que o porto do Lobito se tornasse o principal expedidor do cobre das minas do Katanga (no Congo Belga, atual República Democrática do Congo)⁵⁰. O mesmo se esperava dos portos moçambicanos de Lourenço Marques e Beira em relação ao Transval⁵¹ e à Rodésia⁵². Em Goa, o papel de entreposto comercial de porto e ferrovia era óbvio. Dada a reduzida área e posição geográfica da colónia (rodeada pela Índia Britânica), o caminho de ferro deveria “attrahir ao nosso porto os productos, não só dos districtos da India ingleza mais proximos, mas de todos os que ella atravessasse até Madrasta, e constituir no nosso territorio um vasto emporio commercial”⁵³. Situação semelhante se verificava em Macau em relação à província chinesa de Guangdong⁵⁴.

Estas contradições no discurso não são exclusivas do caso nacional. Baquero explica que a retórica que procura justificar a construção de “megaprojetos” normalmente inclui elementos entrelaçados de patriotismo, nacionalismo, desenvolvimento, progresso e compromisso global⁵⁵.

4. A construção como portal de globalização

A construção ferroviária é uma atividade extremamente intensiva em capital, que exige a transferência de largas somas de dinheiro. Os recursos internos de Portugal não chegavam para todos os projetos de obras públicas, sendo necessário recorrer ao crédito (especialmente nas praças de Londres e Paris), o que colocou a economia nacional nos circuitos globais da finança.

O primeiro passo nesta senda foi dado em 1854 quando Portugal aderiu ao padrão-ouro, o que aumentou a confiança dos investidores estrangeiros na economia portuguesa e permitiu a angariação do capital necessário ao

⁵⁰ Simon E. Katzenellenbogen, *Railways and the copper mines of Katanga*, Oxford, Clarendon, 1973, p. 37.

⁵¹ Telo, *Lourenço Marques...*, cit., p. 55.

⁵² *Copia reservada de documentos officiaes trocados entre a Companhia de Moçambique e o Governo de Sua Magestade de Janeiro a Dezembro de 1900*, Lisboa, Companhia Nacional Editora, p. 229-234.

⁵³ Portugal, Ministério dos Negócios Estrangeiros, *Negócios Externos. Documentos apresentados às cortes na sessão legislativa de 1879. Tratado entre Portugal e a Gran-Bretanha para regular as relações entre a India Portuguesa e a India Ingleza*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1879, p. 112.

⁵⁴ António Vasconcelos Saldanha (ed.), *Missão na China. Diário do Comissário Régio Joaquim José Machado nas Conferências Luso-Chinesas para a Delimitação de Macau*, Macau, Fundação Macau, 1999, p. 19.

⁵⁵ Baquero, “Entanglements...”, cit., p. 63.

investimento⁵⁶. Na metrópole, o Tesouro recorreu inicialmente ao capital britânico, mas a partir da década de 1860 confiou sobretudo em dinheiro francês⁵⁷.

Nas colónias, tornou-se também incontornável o recurso a capital estrangeiro, sobretudo no período anterior ao ultimato de 1890. As linhas de Mormugão e Ambaca foram construídas maioritariamente com capital inglês (se bem que o seu retorno fosse garantido pelos cofres nacionais), o que motivou sempre um receio de perda de controlo das duas infraestruturas⁵⁸. Em Lourenço Marques, a concessão original foi apoiada por capital norte-americano (do promotor do empreendimento) e inglês, mas a nacionalização da linha em 1889 (que obrigou a uma indemnização a acionistas e obrigacionistas) foi paga com capital francês⁵⁹. Depois do ultimato britânico, notou-se uma tentativa de empregar apenas capital nacional nos empreendimentos ferroviários coloniais. Isto foi conseguido nas linhas de Moçâmedes e Suazilândia, bem como nas obras do porto de Lourenço Marques⁶⁰, mas não nos caminhos de ferro de Benguela e da Beira. O primeiro foi assente com capital da empresa britânica Tanganyika Concessions, uma vez que se tratava de uma empreitada demasiado extensa (media cerca de 1,750 km) para os recursos financeiros de Portugal. A decisão foi recebida com preocupação em Portugal, onde se temia a perda da colónia para os poderosos interesses britânicos por detrás do concessionário, Robert Williams⁶¹. Já a linha da Beira foi concessionada pela Companhia de Moçambique, ela própria dominada pelo capital britânico da British South African Company, que forneceu também o financiamento para a constituição da Beira Railway e da Beira Junction⁶².

Em relação ao material e mão de obra empregues, Portugal recorreu igualmente aos mercados nacionais e estrangeiros. Como referi, desde a década de 1820 que Portugal vinha constituindo uma elite de técnicos especializados na

⁵⁶ Luís Aguiar Santos, “A crise financeira de 1891: uma tentativa de explicação”, *Análise Social*, 36, 158-159 (2001), p. 188-189.

⁵⁷ António Lopes Vieira, “A política de especulação: uma introdução aos investimentos britânicos e franceses nos caminhos-de-ferro portugueses”, *Análise Social*, 24, 101-102 (1988), p. 723-744.

⁵⁸ Marçal, “Um império...”, cit., p. 245. Pereira, “Fontismo na Índia Portuguesa...”, cit., p. 249.

⁵⁹ Telo, *Lourenço Marques...*, cit., p. 50, 59-62 e 163-166.

⁶⁰ Marçal, “Um império”, cit., p. 317 e 391; Pereira, “Identidade e Tecnologia...”, cit., p. 169-170; Pereira, “O caminho de ferro de Moçâmedes”, cit.

⁶¹ Teresa da Silva Lopes, Vitor Corado Simões, “Foreign investment in Portugal and knowledge spillovers: From the Methuen Treaty to the 21st century”, *Business History*, 60 (2018), DOI: 10.1080/00076791.2017.1386177 (no prelo); Marçal, “Um império”, cit., p. 411-413.

⁶² Baxter, *The Two Foot Gauge Enigma...*, cit., p. 1-5.

construção de obras públicas. A partir da década de 1870, este grupo assumiu um papel mais relevante na manutenção e ampliação de pequenos portos⁶³ e no negócio ferroviário, tanto na liderança de companhias privadas, como na construção e gestão de caminhos de ferro do Estado (Minho, Douro, Sul e Sueste)⁶⁴. Contudo, o seu número não lhes permitia monopolizar o mercado nacional das obras públicas, pelo que os governos continuaram a recorrer a engenheiros estrangeiros (sobretudo francófonos) para importantes obras de hidráulica (portos de Leixões e Lisboa)⁶⁵ e de engenharia ferroviária (linha da Beira Alta)⁶⁶.

O mesmo se viria a passar no ultramar, malgrado a pressão dos engenheiros portugueses para que os caminhos de ferro fossem confiados à perícia nacional. Esta agenda, cuja origem remonta a década de 1860 na metrópole⁶⁷, acentuou-se após o ultimato e o desenrolar de um “desastroso processo das concessões” de linhas coloniais – como classificava o engenheiro Costa Serrão⁶⁸. Contudo, este nacionalismo tecnológico⁶⁹ não teve força suficiente para contrariar o processo de globalização induzido pela construção de obras públicas no ultramar. A engenharia nacional não tinha capacidade para tomar conta de todas as empreitadas, além de que a especificidade do contexto colonial recomendava o emprego de técnicos mais acostumados ao clima e orografia ultramarinos. De qualquer modo, mesmo que a responsabilidade da obra recaísse sobre um engenheiro estrangeiro, havia sempre um engenheiro português a fiscalizar o andamento dos trabalhos. A estes, juntava-se a mão de obra indiferenciada, recrutada, invariavelmente, entre os locais. Os estaleiros de construção transformaram-se assim em palcos de globalização.

⁶³ Ana Filipa da Conceição Prata, “Atlas portuário nacional: contributos metodológicos para a sua elaboração”, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2012, diss. mestrado, p. 20.

⁶⁴ Macedo, “Projectar e construir a Nação...”, cit., p. 193-230; Matos, “Asserting the Portuguese civil engineering identity...”, cit., p. 198. Hugo Silveira Pereira, “Contributo para a análise da elite tecnocrática portuguesa de Oitocentos: esboço biográfico do engenheiro Manuel Afonso Espregueira (1833-1917)”, *História. Revista da FLUP*, 4, 7, 2 (2017), p. 79-80. Hugo Silveira Pereira, “Rede férrea alentejana revisitada (1845-1889)”, in Petar Petrov, Pedro Quintino de Sousa, Roberto López-Iglesias Samartim e Elias J. Torres Feijó (eds.), *Avanços em Literatura e Cultura Portuguesas Da Idade Média ao século XIX*, Santiago de Compostela, Através, 2011, p. 472-480.

⁶⁵ Prata, “Atlas Portuário Nacional...”, cit., p. 44 e 53-57.

⁶⁶ Hugo Silveira Pereira, “Caminhos-de-ferro da Beira”, *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 11 (2011), p. 290.

⁶⁷ Macedo, “Projectar e construir a Nação...”, cit., p. 199.

⁶⁸ AHU, m. 492 1F, *Missão de estudos do Caminhos de Ferro ao sul de Angola*, p. 23-24.

⁶⁹ Sobre este conceito, ver Maurice Charland, “Technological Nationalism”, *Canadian Journal of Political and Social Theory*, 10, 1-2 (1986), p. 196-220.

Em Goa, a West of India contratou a firma Hawkshaw, Son & Hayter como engenheiros consultores. Estes entregaram a direção das obras ao engenheiro Ernest Edward Sawyer, que contratou vários britânicos para o coadjuvar. A fiscalização ficou a cargo dos técnicos nacionais, Xavier Cordeiro e Mouzinho de Albuquerque. O material empregue, que entrava em Goa livre de direitos, vinha sobretudo de Inglaterra. Os trabalhadores eram na sua maioria indianos (havendo igualmente alguns afegãos e cingaleses⁷⁰), mas pertencentes a castas diferentes, o que levantou alguns problemas à organização dos trabalhos⁷¹. Esta arena foi assim propícia ao estabelecimento de diversos fluxos globais. Em termos comerciais, havia o material ferroviário importado do Reino Unido. Em termos técnicos, é inegável a transferência de conhecimento da tecnologia empregue na obra: a bitola (distância entre carris) estreita. Xavier Cordeiro era um dos principais teorizadores nacionais da sua aplicação. Na Índia, teve a oportunidade de praticar com homens experientes na matéria. Quando regressou a Portugal, em 1885, trouxe consigo um *know-how* que seria mais tarde aplicado em diversas linhas tanto metropolitanas como coloniais⁷². Mesmo em termos culturais, as trocas ficaram registadas nas canções populares, que descreviam os ingleses, entrados em Goa em gaiolas de ferro (os vagões), como “um ser monstruoso, pagão, de grandes orelhas, de grandes dentes [para] devorar os goeses”. Outras evocavam como as mulheres eram desviadas pelos condutores e engenheiros europeus com dinheiro⁷³. Naturalmente, os europeus construíam também as suas próprias representações sobre os trabalhadores locais, que, a tomar como exemplo a correspondência privativa de um deles, Walter Merivale, eram essencialmente vistos como homens inferiores⁷⁴.

A situação nos estaleiros de construção em África não era muito diferente, embora tenha tido alguns matizes. O material para a construção e operação foi quase todo importado de fabricantes europeus (belgas, ingleses, franceses,

⁷⁰ AHU, m. 2625 1B, relatório de 23.5.1886.

⁷¹ Ian J. Kerr e Hugo Silveira Pereira, “India and Portugal: the Mormugão and Tua railways compared”, in Anne McCants, Eduardo Beira, José Manuel Lopes Cordeiro, Paulo B. Lourenço (eds.), *Railroads in Historical Context: construction, costs and consequences*, Porto, Universidade do Minho, MIT Portugal Program e EDP, 2013, vol. 2, p. 178-180 e 184-185.

⁷² Hugo Silveira Pereira, Bruno J. Navarro, “The implementation and development of narrow gauge railways in Portugal as a case of knowledge transfer (c. 1850-c. 1910)”, *Journal of Transport History*, 39, 2 (2018), no prelo.

⁷³ João Baptista Amâncio Gracias, *Caminho de ferro e porto de Mormugão*, Bastorá, Tipografia Rangel, 1940, p. 269-270.

⁷⁴ Hugo Silveira Pereira, “A correspondência de Walter Merivale e o caminho-de-ferro de Mormugão”, *CEM – Cultura Espaço e Memória*, 8 (2017), p. 235-251.

alemães)⁷⁵. Portugal só começou a produzir material circulante em inícios do século xx⁷⁶ e em relação ao aço e componentes das obras de arte (pontes e viadutos) já era cliente de casas estrangeiras desde o início da aventura ferroviária na metrópole em 1853. Se tomarmos o exemplo da linha de Moçâmedes, 87% dos fornecimentos foram faturados a companhias estrangeiras⁷⁷.

Quanto à mão de obra, os primeiros caminhos de ferro em Angola e Moçambique seguiram o mesmo modelo do de Goa: direção técnica de engenheiros estrangeiros (Davenport em Ambaca; Rumball e Tancred em Lourenço Marques) sob fiscalização de inspetores portugueses. Em Ambaca, Davenport dirigiu uma verdadeira liga das nações de operários especializados ou indiferenciados: além dos trabalhadores nativos, havia portugueses, franceses, belgas, alemães, ingleses, americanos, espanhóis, italianos, um russo e um sueco. Sobre Lourenço Marques, as fontes só revelam a participação de 350 europeus e 3,000 negros⁷⁸.

Como referi, após o ultimato, desenvolveu-se uma tendência nacionalista de preservar a maioria de capital nacional na feitura das linhas. O mesmo aconteceu em relação à nacionalidade dos responsáveis da obra. Contudo, a escolha da equipa técnica acabou por estar dependente de quem pagava o investimento. Assim, se nas linhas da Suazilândia e de Moçâmedes predominava o *know-how* português (Lisboa de Lima na primeira e um conjunto de diferentes técnicos na segunda)⁷⁹, na Beira e em Benguela imperava a *expertise* britânica (Pauling, Griffiths, Fox, Lawley e Metcalfe). Todos contavam com quadros intermédios de diferentes nacionalidades (italianos, gregos, espanhóis) e com trabalhadores nativos (de diversas regiões de África, da Índia e da China). Os operários africanos dominavam claramente a demografia da força de trabalho, sendo forçados a entrar nestes portais de globalização⁸⁰. Para os engenheiros portugueses, não era apenas uma questão de arranjar mão de obra barata; era também uma forma de globalizar a ideia

⁷⁵ Marçal, “Um império...”, cit., p. 419.

⁷⁶ Nelson Oliveira, “Contributos sobre a evolução da tracção a vapor 1910-1960”, in Aranha Antunes et al. (eds.), *1910-2010: o Caminho de Ferro em Portugal*, Lisboa, CP e REFER, 2010, p. 62-63.

⁷⁷ Pereira, “O caminho de ferro de Moçâmedes...”, cit..

⁷⁸ Marçal, “Um império”, cit., p. 239 e 292-293.

⁷⁹ Ibidem, p. 392-398; Pereira, “Identidade e Tecnologia...”, cit., p. 171 e “O caminho de ferro de Moçâmedes...”, cit..

⁸⁰ Baxter, *The Two Foot Gauge Enigma...*, cit., p. 7-11; Emmanuel Esteves, “O caminho-de-ferro de Bengela e o impacto económico, social e cultural na sua zona de influência (1902-1952)”, *Africana Studia*, 3 (2000), p. 56; Marçal, “Um império...”, cit., p. 239 e 416-417.

de progresso e do trabalho junto das comunidades nativas e de introduzir a nova figura do trabalhador assalariado⁸¹.

5. A operação

A operação destas infraestruturas constituiu outra vertente no seu papel como portais de globalização, mas também um exemplo ilustrativo do choque na fronteira política entre o processo de globalização e a construção do Estado-Nação, sobretudo nos casos dos caminhos de ferro em Lourenço Marques e Goa, que efetivamente se dirigiam a limites entre países.

O caso de Mormugão é paradigmático. Assim que o porto e o caminho de ferro foram inaugurados, as companhias ferroviárias indo-britânicas elevaram de tal modo as suas tarifas em direção à fronteira goesa, que se tornava mais barato enviar mercadorias até ao porto de Bombaim, a mais de 1,000 km de distância. A decisão não se devia apenas a fatores nacionalistas: ao assim procederem, aquelas firmas asseguravam que não perdiam receita ao providenciar um percurso mais curto. O porto tornou-se tudo menos um portal de globalização. Pensado para servir como novo nodo marítimo entre a Europa e a Índia, não acolheu nenhum navio transoceânico em diversos anos⁸². A situação alterou-se em 1902 quando a gestão das duas infraestruturas foi arrendada à companhia ferroviária que continuava a linha na Índia Britânica, que passou a ter interesse em não desviar tráfego de Goa⁸³. A partir daquele ano notou-se um aumento do transporte de mercadorias (média de 86,800 t/ano entre 1888 e 1902 para uma média de 259,700 t/ano entre 1902 e 1914)⁸⁴ e do rendimento do porto (médias anuais de 21,5 contos e 60,8 contos para os mesmos períodos)⁸⁵. Ambas as infraestruturas contribuíram para colocar Goa no circuito global de trocas, sobretudo de algodão, comestíveis diversos, material de construção vário, petróleo e óleos, o sal e, a partir de 1905, manganês⁸⁶.

Em Lourenço Marques, a operação transfronteiriça foi ameaçada pela crescente influência britânica sobre o Transval. Temia-se que a gestão

⁸¹ Esteves, “O caminho-de-ferro de Bengela...”, cit., p. 58.

⁸² Kerr, Pereira, “India and Portugal...”, cit., p. 193.

⁸³ Pereira, “Fronteiras e caminhos-de-ferro...”, cit., p. 247-248.

⁸⁴ AHU, liv. 927 1N.

⁸⁵ Idem, m. 2599 1B; m. 2970 1A.

⁸⁶ Idem, m. 741 1I; m. 2533 1B; m. 2599 1B; cx. 2621 1B.

ferroviária da antiga república bóer privilegiasse as ligações aos portos sul-africanos dominados pelas colónias britânicas. Contudo, uma vez que as minas transvalianas estavam dependentes de mão de obra de Moçambique, acordou-se em 1901 manter um fluxo estável de tráfego até Lourenço Marques em troca de um fornecimento regular de trabalhadores⁸⁷. O porto moçambicano entrou num circuito global de comércio, atraindo cerca de metade do trânsito do Transval (que incluía sobretudo ouro, diamantes e minério)⁸⁸. O caminho de ferro, além de favorecer a migração para a antiga república bóer, aumentou o seu tráfego de uma média de 145,000 t/ano entre 1895 e 1901 para uma média de 550,000 t/ano entre 1902 e 1913⁸⁹.

A Beira foi outro cenário em que porto e caminho de ferro agiram como portais de globalização. Em 1892, um ano antes do início da construção da linha, a alfândega local registava um reduzido movimento avaliado em cerca de 200 contos. Com o início da construção, este número subiu para 550 contos. Quando a ferrovia se ligou à que seguia pela Rodésia (1900) o movimento comercial da alfândega da Beira quase triplicou novamente de 3,400 para 9,700 contos. Por fim, em 1914, os registos aduaneiros contabilizavam 133,000 contos⁹⁰. Pouco depois do início da construção, notou-se “um acréscimo acentuado dos pedidos de concessões de terrenos [...] sobretudo ao longo da linha de caminho-de-ferro [sic]”⁹¹. Ainda que em 1915 apenas 3.6% da área total estivesse concessionada, esta evolução contribuiu igualmente para uma internacionalização do território, já que a distribuição das terras se fez mais ou menos equitativamente entre portugueses e estrangeiros, principalmente ingleses⁹².

No caminho de ferro e no porto, a presença britânica era ainda mais visível, uma vez que a língua e as medidas usadas na exploração eram inglesas e em algumas estações, com nomes anglófonos, chegou mesmo a ser hasteada a *Union Jack*⁹³. Em visita ao território em 1896, o oficial português, Aires de Ornelas, considerava “difficil tornar de facto portugueza uma região que hoje apenas o é

⁸⁷ Pereira, “Fronteiras e caminhos-de-ferro...”, cit., p. 247-248.

⁸⁸ Felizardo Bouene, Maciel Santos, “O *modus vivendi* entre Moçambique e o Transval (1901-1909). Um caso de ‘imperialismo ferroviário’”, *Africana Studia*, 9 (2006), p. 260-261.

⁸⁹ AHU, m. 2526 1B; m. 2756 1B.

⁹⁰ Bárbara Pinto Teixeira Direito, “Políticas Coloniais de Terras em Moçambique: o Caso de Manica e Sofala sob a Companhia de Moçambique, 1892-1942”, Lisboa, Universidade de Lisboa, 2013, diss. doutoramento, p. 130 e 195. Pereira, “Fronteiras e caminhos-de-ferro...”, cit., p. 249-250.

⁹¹ Direito, “Políticas Coloniais...”, cit., p. 145.

⁹² Ibidem, p. 145-146.

⁹³ Marçal, “Um império...”, cit., p. 336.

no nome”⁹⁴. Esta alegada desnacionalização (ou “desportugalização”, para usar o termo de Direito⁹⁵) da província foi motivo de séria preocupação em Portugal, o que demonstra uma vez mais o conflito existente entre o nacionalismo tecnológico subjacente à construção do Estado-Nação português e o desejo de fazer da Beira um ponto global de acesso à Rodésia.

Os caminhos de ferro angolanos não se debateram com este problema, uma vez que tinham a particularidade de não cruzarem nenhuma fronteira (exceto o de Benguela que se ligou ao antigo Congo Belga, mas só nos anos 1920). Mas nem por isso os portos e ferrovias de Angola deixaram de servir como portais de globalização, atuando como instrumentos para introduzir os produtos europeus nas colónias e delas retirar diversas matérias-primas para os circuitos internacionais.

Nos períodos 1892-1899, 1904-1910 e 1913, pelo porto de Luanda e linha de Ambaca chegaram ao interior de Angola perto de 60,000 t de material de construção (incluindo material ferroviário) que contribuíram para a modernização material da província. Outros produtos metropolitanos passaram a entrar em maior quantidade no mercado angolano, como o sal (10,600 t), tecidos (9,900 t), bebidas alcoólicas (14,200 t) e comestíveis diversos (18,400 t), imprescindíveis ao processo de colonização. Do *hinterland* seguiam para o litoral diferentes mercadorias coloniais como cereais e legumes (11,000 t), capim (38,000 t), farinhas (9,200 t) e borracha (6,500 t). O destaque vai inteiramente para o café, cuja exportação montou a mais de 52,000 t no mesmo período⁹⁶.

O mesmo se passou na linha e porto de Moçâmedes, que recebiam do exterior material de construção, víveres diversos, bebidas alcoólicas, artigos de habitação e vestuário e expediam desde o sertão algodão, cereais, legumes e couros (dados para 1907-1914)⁹⁷. Em Benguela, posso especular que o binómio caminho de ferro / porto do Lobito fomentou o processo de globalização daquela parte da província, uma vez que entre 1905 (data da abertura da primeira secção) e 1913 circularam pela linha quase 200,000 t de mercadorias, sempre em números crescentes (1,000 t em 1905 e 47,000 t em 1913)⁹⁸. Pela linha vieram também novas técnicas de cultivo, favorecendo, numa primeira fase, o crescimento

⁹⁴ Aires de Ornelas, “O caminho-de-ferro da Beira e a passagem das tropas imperiaes inglezas em Julho de 1896”, *Revista do Exercito e da Armada*, 7 (1896), p. 264.

⁹⁵ Direito, “Políticas Coloniais...”, cit., p. 44.

⁹⁶ AHU, m. 2463 1B; m. 2507 1B; m. 2559 1B; m. 2676 1B; m. 2701 1B; m. 2756 1B.

⁹⁷ Pereira, “O caminho de ferro de Moçâmedes...”, cit..

⁹⁸ AHU, m. 2673 1B; m. 2756 1B.

das produções tradicionais, de novas safras para o consumo do europeu e de culturas consideradas mais ricas (para exportação)⁹⁹.

6. Conclusão

Ao longo do período analisado, tanto portos como caminhos de ferro contribuíram para colocar as colónias portuguesas nos circuitos globais de conhecimento tecnológico, finança e comércio, ainda que à maioria dos ancoradouros ultramarinos desta altura falecessem obras de fundo e equipamentos essenciais. De qualquer modo, ambas as infraestruturas (mas sobretudo a ferrovia) foram o corolário da crença no progresso assente em bases tecnológicas, tão cara aos saint-simonistas de inícios do século XIX que formaram grande parte dos engenheiros portugueses.

A sua construção levou à circulação de conhecimento técnico da Europa para as colónias, entre estas e destas de volta à metrópole. A tecnologia da bitola estreita, usada praticamente em todos os caminhos de ferro coloniais, é disto bom exemplo. Desenvolvida na Europa e adquirida por engenheiros portugueses, foi por estes (em colaboração com técnicos estrangeiros) aplicada no ultramar, tendo esta experiência depois regressado a Portugal para servir de base à construção de novas ferrovias.

Além do conhecimento propriamente dito, circularam também para África centenas de técnicos e operários europeus (muitos à procura de trabalho que não encontravam na Europa). Os trabalhos forçaram igualmente a migração de africanos, deslocalizados das suas regiões de origem para os estaleiros globalizados da construção, e transformados compulsivamente em trabalhadores assalariados.

O investimento motivou ainda a inclusão do mercado financeiro nacional nos fluxos financeiros com origem em Londres e Paris e nos Estados Unidos da América. Fosse pelo capital acionista ou obrigacionista, pelas garantias de rendimento oferecidas pelo governo, pelas indemnizações pagas pelo resgate de linhas (caso de Lourenço Marques) ou até pela construção pelo Estado de novas artérias, os recursos nacionais não eram suficientes e foi necessário recorrer aos mercados extranacionais.

Por fim, assim que as linhas entravam em operação, colocavam também os mercados ultramarinos em contacto próximo com os produtos europeus e facilitavam o acesso dos importadores europeus às matérias-primas (algodão, café, borracha) e produtos primários coloniais (vegetais, cereais, produtos animais).

⁹⁹ Esteves, “O caminho-de-ferro de Bengela...”, cit., p. 59-60.

As autoridades nacionais tentaram controlar este processo de globalização e direcioná-lo para uma agenda de predominância da presença portuguesa no ultramar. Daí as preocupações com a origem do capital e conhecimento técnico subjacente aos investimentos, sobretudo após o ultimato. Contudo, os agentes interessados numa maior abertura das colónias tinham também os seus instrumentos para fazer valer os seus objetivos. Perante a escassez de recursos financeiros de Portugal, esses agentes forneciam o capital necessário e controlavam assim os empreendimentos. No caso da linha da Beira, além do argumento financeiro, recorreu-se ainda ao argumento diplomático para forçar a Portugal um portal construído e financiado por interesses britânicos.

Nas décadas seguintes, portos e caminhos de ferro coloniais aprofundaram o seu papel como portais de globalização, de formas diversas. Os primeiros foram alvo de obras mais amplas e os segundos de modernizações, atualizações e prolongamentos vários. O tráfego ferroviário aumentou, mais lentamente em Moçâmedes, mas muito mais rapidamente em Benguela. O porto do Lobito foi também o que mais cresceu, atingindo um movimento de 3,700,000 t em 1956. O movimento era partilhado entre navios portugueses e estrangeiros (sobretudo belgas), mas entre os destinos de importação e exportação predominavam docas estrangeiras. O mesmo se passou em Luanda, ao passo que em Moçâmedes dominava a navegação e as importações portuguesas¹⁰⁰. Na contracosta, o predomínio estrangeiro depois da II Guerra Mundial era uma realidade: das 7,500,000 t movimentadas na Beira e em Lourenço Marques, só 18% o foram por navios nacionais¹⁰¹.

¹⁰⁰ Castro, *Angola...*, cit., s/p. Mestre, *Os Portos...*, cit., p. 139-140, 211-212 e 291.

¹⁰¹ João Sales Henriques, *Ligação da província de Moçambique com os portos da Europa*, Lisboa, Tipografia da ENP, 1959, p. 5.

Agricultura, Estado corporativo e coordenação económica na génese do salazarismo: a Junta Nacional das Frutas, 1931-1939

Agriculture, corporative State and economic coordination in the origins of salazarism: the National Board of Fruits, 1931-1939

LEONARDO ABOIM PIRES

Instituto de História Contemporânea da Faculdade de Ciências Sociais
e Humanas, Universidade Nova de Lisboa
leonardopires5@hotmail.com
<https://orcid.org/0000-0001-6033-350X>

Texto recebido em / Text submitted on: 30/11/2017

Texto aprovado em / Text approved on: 07/06/2018

Resumo:

Este artigo centra-se na temática da coordenação económica corporativa no contexto do Estado Novo. O nosso objetivo é compreender o contexto histórico e político que moldou a doutrina corporativa e as problemáticas suscitadas por esta questão serão vistas a partir de uma instituição específica – a Junta Nacional das Frutas. Neste sentido, estudaremos os efeitos do corporativismo na política agrária do fascismo português no seu início e as lógicas subjacentes à aplicação desses princípios em Portugal.

Palavras-Chave:

Estado Novo; Corporativismo; Junta Nacional das Frutas.

Abstract:

This article focuses on the issue of corporative economic coordination in the context of Estado Novo's regime. Our scope is to understand the historical and political context that shaped the corporative doctrine and the problematics of this issue will be carried out through the analysis of a specific institution – the Junta Nacional das Frutas (National Board of Fruits). This way, we study the effects of corporatism in the agrarian politics of the Portuguese fascism in his beginning and the logic behind the application of these principals in Portugal.

Keywords:

“Estado Novo”; Corporatism; National Board of Fruits.

1. Introdução

A instauração do Estado Novo como regime político congrega diversas sensibilidades e visões, exacerbadas ou dirimidas no período da Ditadura Militar e nos primeiros anos da sua existência, nas quais a economia não foi olvidada. Enquanto regime fascista englobava, nos seus fundamentos doutrinário-ideológicos, os princípios corporativos, através dos quais se assumia uma dimensão de rutura com os regimes liberais. Assim, o corporativismo impunha-se como a fórmula preferencial na construção de uma nova sociedade, ordenada e arregimentada sob a tutela da cúpula governativa. Essa intenção de romper com o passado incluía um novo quadro institucional, no qual a relação entre os agentes económicos e o Estado adquiria um desenho distinto do liberalismo económico e do socialismo estatista, de forma a construir uma alternativa de terceira via. A relação capital/trabalho era percecionada numa lógica de pacificação, onde o diálogo entre os elementos da cadeia produtiva deveria estar alinhado num sentido de harmonia social, de forma a evitar antagonismos geradores de desordem. O corporativismo foi assim incorporado na doutrina do Estado Novo, ocupando-se este de lhe dar forma institucional, com a criação de uma rede de organismos que se converteram num dos alicerces sociais e económicos do autoritarismo português.

Neste novo ordenamento, o lugar do Estado e como este preconizava a aplicação desta doutrina terá de ser equacionado. Para os propósitos deste ensaio, centrar-nos-emos numa dessas vertentes: a coordenação económica, consubstanciada na criação de diversas organizações reguladoras de diversos sectores. Doutrinariamente, a criação deste tipo de órgãos comportava uma carga transitória, isto é, as suas funções deveriam ser, posteriormente e num estado mais avançado do regime corporativo, absorvidas pelas corporações. Todavia, de forma algo paradoxal, conviveram com as corporações, sobreviveram à própria queda do regime, em 25 de abril de 1974, sucumbindo apenas perante o processo negocial de adesão à Comunidade Económica Europeia, já na década de 1980.

A relação entre o Estado Novo, enquanto entidade política, e as diversas instituições económicas, especificamente, os organismos de coordenação económica, constitui mote para a reflexão deste ensaio, partindo da base teórica legada pelos diversos doutrinadores do corporativismo português, associada às análises de um subsector específico: o fruto-hortícola.

Do ponto de vista historiográfico, a temática da coordenação económica não passou incólume aos estudos sobre o corporativismo em Portugal, onde se destacam os trabalhos de Manuel de Lucena que analisou esta questão em

diversos organismos ligados ao sector agrícola¹. Ainda na área da agricultura, mais recentemente, os estudos realizados por Dulce Freire², Ignacio García Pereda³ e Amélia Branco⁴ focaram igualmente a questão da coordenação económica nos subsectores do vinho, da cortiça e das florestas, respetivamente. Também a tese de doutoramento de Álvaro Garrido examinou esta problemática para os organismos ligados ao abastecimento de bacalhau⁵.

Partindo do caso de estudo da Junta Nacional das Frutas (JNF), organismo criado em 1936, pretendemos analisar de que modo o conceito de coordenação económica se aplicou na realidade socioeconómica portuguesa dos anos 30, num tempo de formulação, aplicação e amadurecimento das instituições. A escolha desta organização corresponde ao desígnio de compreender a sua transição de Junta Nacional de Exportação das Frutas (JNEF), criada em 1931, para um elemento devidamente enquadrado após a constitucionalização do regime.

Outro dos aspetos a que se prende esta escolha deve-se ao facto de que, segundo alguns autores, a agricultura se apresenta como propensa à corporativização⁶ e, deste modo, pretendemos perscrutar a dimensão empírica destas observações no início do salazarismo enquanto prática política. O período cronológico em análise está balizado entre 1931, data de criação da JNEF e 1939, ano em que se inicia a Segunda Guerra Mundial, abrindo um novo caminho para a coordenação económica, criando “novos instrumentos

¹ Manuel de Lucena, “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (I)”, *Análise Social*, 14: 56 (1978), p. 817-862; “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à Lavoura (II)”, *Análise Social*, 15: 57 (1979), p. 287-355; “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (III)”, *Análise Social*, 15: 58 (1979), p. 117-167; “Salazar, a fórmula da agricultura portuguesa e a intervenção estatal no sector primário”, *Análise Social*, 26: 110 (1991), p. 97-206.

² Dulce Freire, *Produzir e beber: a vinha e o vinho no Oeste (1929-1939)* (dissertação de mestrado em História dos séculos XIX-XX – secção do séc. XX, apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa), 1998.

³ Ignacio García Pereda, *Junta Nacional de Cortiça (1936-1972)*, Lisboa, Euronatura, 2008.

⁴ Amélia Branco, *O impacto das florestas no crescimento económico moderno durante o Estado Novo (1930-1974)* (tese de doutoramento em História Económica e Social apresentada ao Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa), 2005.

⁵ Álvaro Garrido, *O Estado Novo e a Campanha do Bacalhau*, Lisboa, Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2010, p. 101-133.

⁶ Segundo José Maria Brandão de Brito, o processo de corporativização corresponde a “i) um processo de assimilação da doutrina corporativa pelas estruturas organizadas da sociedade (existentes ou a criar) e ii) a articulação progressiva dessas estruturas com o Estado” (José Maria Brandão de Brito, *A industrialização portuguesa no pós-guerra (1948-1965): o condicionamento industrial*, Lisboa, Dom Quixote, 1989, p. 135).

de disciplina e coordenação em sectores particularmente sensíveis, bem como reforçando aqueles de que já dispunha”⁷.

2. O conceito de coordenação económica na doutrina corporativa portuguesa

O ideário corporativo no Estado Novo não constitui uma novidade nem uma exclusividade portuguesa. Desde os finais do século XIX que a ideia da criação de uma sociedade eivada de organicismo, de modo a permitir superar as correntes político-sociais dominantes, se encontrava em voga no campo da direita autoritária na Europa⁸. De forma breve, segundo os seus ideólogos, “o corporativismo aparece, quer no domínio do pensamento quer no domínio dos factos, como reacção contra o individualismo liberal, por um lado, e o socialismo, particularmente o socialismo marxista, por outros”⁹. O ambiente de anomia e desestruturação social que se seguiu à Primeira Guerra Mundial proporcionou a utilização de imagens de entidades coletivas, como a da família, sendo de fácil percepção, isto é, todos os membros dos corpos sociais possuíam uma família, sendo algo sempre presente no quotidiano nas várias camadas da população. Esta visão radicava no património doutrinal aristotélico-tomista, com a existência coeva de um discurso legitimador destes tópicos, nomeadamente a doutrina social da Igreja Católica, repescada por vários autores portugueses no sentido de “compor uma ideologia corporativista adaptada às circunstâncias portuguesas”¹⁰.

Assim, o corporativismo poderá quase ser percecionado como algo espasmódico pois pretendia dar resposta ao contexto histórico em que emerge¹¹. Dito de outra forma, face à crise multimodal em que se encontravam as democracias parlamentares, o corporativismo assumiu uma dimensão de

⁷ Manuel de Lucena, “Sobre a evolução dos organismos de coordenação económica ligados à lavoura (II)...”, cit., p. 134.

⁸ Para um aprofundamento sobre a temática da historicidade e transnacionalidade do corporativismo na Europa veja-se Matteo Pasetti, *L'Europa corporativa: una storia transnazionale tra le due guerre mondiali*, Bologna, Bononia University Press, 2016.

⁹ Domingos Fezas Vital, *Curso de Direito Corporativo*, Sintra, Tipografia Minerva Comercial Sintense, 1940, p. I.

¹⁰ Álvaro Garrido, *Queremos uma economia nova!: Estado Novo e corporativismo*, Lisboa, Temas & Debates/Círculo de Leitores, 2016, p. 59.

¹¹ Para Renzo de Felice, as soluções económicas do fascismo, nas quais se inclui o corporativismo, derivam de um cenário muito particular, “um tipo especial de crise, uma crise do capitalismo monopolista, cuja gravidade deriva do facto de o sistema encontrar o caminho cortado, quer devido ao desenvolvimento extensivo quer devido a um desenvolvimento mais intensivo da exploração” (Renzo de Felice, *Explicar o fascismo*, Lisboa, Edições 70, 1978, p. 58).

resolução dos diversos problemas, baseando-se num discurso que apelava à “organicidade social imanente dos corpos constitutivos da Nação”¹², fundamentando-se na apologia das corporações medievais, símbolo máximo da harmonia entre os agentes sociais. A sua natureza organicista baseava-se no seguinte postulado: “La personalità dell’uomo si affermava nel lavoro, creatore di ricchezza, e si affermava nella famiglia come generatrice di vita”¹³.

Numa tentativa globalizante de abarcar todas as valências inerentes a uma sociedade, o corporativismo encontrou espaço de reflexão no campo económico e, associado a uma feição orgânica, acabou por desaguar na construção de uma tipologia na qual os valores morais são conducentes a um modelo idealizado de mercado. Destarte, o corporativismo económico centrou-se nas seguintes questões: “explaining the functioning of the visible hand of both the State and the corporations, as well as towards determining the corporatist price and the corporatist wage. They also tried to construct a new theory of distribution”¹⁴, de forma a criar um modelo alternativo ao *homo economicus*. Esse *homo corporativus* seria a expressão de um novo ideal da interação entre governo e governados, estabelecendo uma “comunhão entre o indivíduo e o Estado”¹⁵. Este conjunto de tópicos partia de uma almejada moralização das relações económicas e sociais exequível apenas num Estado de natureza autoritária.

Além de um quadro político favorável ao surgimento de ideias contrárias ao liberalismo confluíram ainda outras correntes para a base do corporativismo, em que a doutrina social da Igreja constitui um dos seus pilares, mas não exclusivamente. Em Portugal, certas construções teóricas eram apologéticas de um sistema em que a colaboração interclassista era preconizada, associada ainda à criação de um sistema de representação política correspondente a esse desígnio. Este princípio encontra-se em alguns escritos de Joaquim Pedro Oliveira Martins, prolongando-se ao longo da Primeira República, nomeadamente no período sidonista¹⁶. Foi a conjuntura política que desembocou

¹² Fernando Rosas, “O corporativismo enquanto regime”, in Fernando Rosas e Álvaro Garrido (coord.), *Corporativismo, Fascismos, Estado Novo*, Coimbra, Edições Almedina, 2012, p. 21.

¹³ Daniele Serapiglia, *La via portoghese al corporativismo*, Roma, Carocci editore, 2011, p. 186.

¹⁴ Carlos Bastien, José Luís Cardoso, “From homo economicus to homo corporativus: a neglected critique of neoclassical economics”, *The Journal of Socio-Economics*, 36 (2007), p. 120-127.

¹⁵ Álvaro Garrido, *Queremos uma economia...*, cit., p. 79.

¹⁶ Sobre a emergência do ideário corporativo no campo político português veja-se Ernesto Castro Leal, “Tradições organicistas: ideias políticas e práticas de representação na República Portuguesa (1910-1926)”, *Espacio, Tiempo y Forma – Revista de la Facultad de Geografía e Historia*, 27 (2015), p. 37-58.

na criação do Estado Novo, na década de 1930, que possibilitou a translação das propostas intelectuais e do campo das ideias para o plano da ação política, sendo o corporativismo entendido, à semelhança de outras doutrinas, como “uma ideia cujas consequências acarretarão uma modificação profunda da paisagem económica e política, uma mudança revolucionária de paradigma”¹⁷. O discurso corporativo ganhou amplitude e a reivindicação da capacidade de um governo forte, na formação das condições para o desenvolvimento socioeconómico que afrontasse as ideias liberais e socialistas, foi cada vez mais repetida em diversos círculos políticos.

Como já mencionámos, a doutrina corporativa refletiu-se no pensamento e nos modelos económicos. Convocando um ideário interclassista, as relações económicas teriam de estar, tal como as relações sociais, assentes numa base harmónica, em que “[...] terá de apoiar-se no esforço consciente e no sacrifício de uma larga parte do individual em favor do coletivo, na devoção de todos pelo bem comum”¹⁸. A concretização institucional destas questões doutrinárias acabou por se revelar na criação de variadas instituições, nomeadamente os organismos de coordenação económica, divididos entre comissões reguladoras, institutos e juntas nacionais.

Este tipo de organismos “assistiam o regime de Salazar na racionalização e na regulação da economia; serviam também, num contexto de depressão mundial, como meios que permitiam ao Estado estender a sua influência a praticamente todos os sectores da economia”¹⁹. Se as comissões reguladoras estavam encarregues do condicionamento das importações e os institutos tinham como objetivo coordenar algumas atividades exportadoras, com as juntas nacionais era pretendida a disciplina e o estímulo de atividades produtivas voltadas para a exportação. Convém frisar que estes organismos se encontravam excluídos da chamada pirâmide corporativa. De cima para baixo, a pirâmide corporativa organiza-se da seguinte forma: no primeiro estrato estavam as corporações; no segundo, as federações e uniões de grémios, federações e uniões de sindicatos e federações e uniões de casas do povo; e, no terceiro e último encontravam-se os grémios obrigatórios, facultativos e da lavoura, sindicatos nacionais, casas do povo e casas de pescadores.

¹⁷ Keith Dixon, *Os evangelistas do mercado*, Oeiras, Celta, 1999, p. 45.

¹⁸ Pedro Teotónio Pereira, *A batalha do futuro: organização corporativa*, Lisboa, Clássica Editora, 1936, p. 170.

¹⁹ Howard Wiarda, “Corporativismo”, in António Barreto, Maria Filomena Mónica (dir.), *Dicionário de História de Portugal: suplemento (1926-1974)*, Porto, Livraria Figueirinhas, 1999, vol. 7, p. 421-425.

Os organismos de coordenação económica eram tidos como instituições de cariz transitório, cuja utilidade e transporte de recursos apenas se justificava na correção dos defeitos dos vários sectores produtivos, na senda de alcançar a economia autodirigida. Contudo, o contraste entre teoria e realidade tornou-se bastante nítido. Durante o Estado Novo a pretendida economia autodirigida “de facto, nunca se [tinha] conseguido libertar da tutela do amplexo do Estado”²⁰, além de que os organismos de coordenação económica, “com o passar do tempo, contudo, não foram votados ao desaparecimento nem subalternizados”²¹, contrariando os princípios doutrinários.

Tabela 1 - Organismos de coordenação económica criados durante o Estado Novo

Nome	Data de criação
Comissão Reguladora das Moagens de Ramas	1936
Comissão Reguladora das Oleaginosas e Óleos Vegetais	1939
Comissão Reguladora do Comércio de Algodão em Rama	1937
Comissão Reguladora do Comércio de Arroz	1933
Comissão Reguladora do Comércio de Bacalhau	1934
Comissão Reguladora do Comércio de Carvões	1939
Comissão Reguladora do Comércio de Metais	1939
Comissão Reguladora dos Cereais do Arquipélago dos Açores	1936
Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos	1940
Instituto do Azeite e Produtos Oleaginosos	1972
Instituto do Vinho do Porto	1933
Instituto dos Cereais	1972
Instituto dos Produtos Florestais	1972
Instituto dos Têxteis	1972
Instituto Nacional do Pão	1936
Instituto Português de Conservas de Peixe	1936
Junta dos Lacticínios da Madeira	1936
Junta Nacional da Cortiça	1939
Junta Nacional da Marinha Mercante	1939

²⁰ José Maria Brandão de Brito, “Uma escola corporativa portuguesa?”, in Luciano Aronne de Abreu, Paula Borges Santos (org.), *A era do corporativismo: regimes, representações e debates no Brasil e em Portugal*, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2017, p. 59-70.

²¹ Manuel de Lucena, *A evolução do sistema corporativo português: o salazarismo*, Lisboa, Perspectivas & Realidades, 1976, p. 306.

Junta Nacional das Frutas	1936
Junta Nacional do Azeite	1937
Junta Nacional do Vinho	1937
Junta Nacional dos Produtos Pecuários	1939
Junta Nacional dos Resinosos	1936

Fonte: Álvaro Garrido, *Queremos uma economia...*, cit., p. 114

Como é visível na tabela 1, os principais organismos de coordenação económica incidiram, particularmente, sobre os subsectores ligados à produção alimentar, muito vincado na agricultura e nas pescas. Tal facto prende-se, essencialmente, com a gestão dos abastecimentos, questão essa que foi exacerbada durante e após a Primeira Guerra Mundial e, mais tarde, a Segunda Guerra Mundial se encarregou de dar continuidade. Os usos políticos desta questão fomentaram, de forma ainda mais acutilante, desde os finais do século XIX, a ideia da falência do Estado demoliberal face à resolução dos diversos problemas sociais coevos. É neste caldo cultural que as soluções de intervenção e regulação do Estado adquirem contornos mais salientes em que “a reorganização da economia participou do processo de reconstrução do Estado”²².

Para Oliveira Salazar, através do corporativismo “não só o Estado conhece a vida económica, se interessa por ela, a protege, a dirige, em harmonia com os seus fins próprios ou os seus interesses políticos do momento, mas os elementos económicos – forças produtivas – entram na orgânica do Estado, fazem parte da sua constituição”²³. Através desta visão, a doutrina corporativa constituía o expediente ideal para a correção dos defeitos que, na ótica da elite política do novo regime, tinham caracterizado o liberalismo, em geral e a I República, em particular. Em suma, o corporativismo “representava um caminho programático de futuro”²⁴. Mas vejamos como esta questão é entendida no corpo teórico da primeira geração dos doutrinadores da chamada «escola corporativa portuguesa».

²² Álvaro Garrido, “O Estado Novo português e a institucionalização da «economia nacional corporativa»”, *Estudos do Século XX*, 10 (2010), p. 299-316.

²³ António de Oliveira Salazar, *Problemas da organização corporativa*, Lisboa, Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social, 1935, p. 5.

²⁴ Filipe Ribeiro de Menezes, *Salazar: uma biografia política*, Lisboa, Dom Quixote, 2010, p. 111.

João Pinto da Costa Leite (Lumbrals)²⁵ defendia que numa democracia “nada tem o Estado, portanto, que ver com a vida económica e social. O Estado é um mero Estado-polícia, destinado a garantir o mínimo indispensável de ordem interna e externa”²⁶. Esta crítica ao Estado mínimo encontrava-se intimamente ligada com a ideia de que o regime demoliberal não correspondia aos desafios e anseios da sociedade, declarando, de forma concreta que a aplicação da doutrina democrática conduzia à “incompetência do parlamento para resolver os problemas”²⁷. Para lá disso, o conceito de contrato social rousseauiano mostrava ser impeditivo da construção da sociedade corporativa por “a soberania não poder ser senão a vontade da Nação”²⁸ e as democracias revelavam-se incapazes de relacionar a representatividade, a soberania e o interesse nacional.

Seria para responder aos desafios da inação política, da questão social e da necessidade de regulação económica que o Estado corporativo deveria ser estabelecido. Estritamente, do ponto de vista económico, à entidade estatal “cumpre impor através da fiscalização e da ação educativa”²⁹ a reforma das instituições. Assim, “esta ação provisória do Estado é indispensável, não só porque a organização corporativa não está ainda completa no seu aspeto material, mas ainda porque os organismos criados, nem sempre [...] estão possuídos do espírito necessário para resolver autonomamente esses problemas”³⁰. Tal estruturação poderia ser entendida como uma forma de estatismo. Todavia, Costa Leite defende que “a reforma corporativa não é, como por vezes a encaram, uma forma de estatismo ou de mobilização da vida económica. É um processo

²⁵ João Pinto da Costa Leite (Lumbrals) (1905-1975). Licenciado em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, aí exerceu o seu magistério e, mais tarde, em Lisboa. Homem da confiança de Salazar permaneceu no seu governo durante 21 anos consecutivos como: Subsecretário de Estado das Finanças (1929; 1930; 1934-1937), Ministro do Comércio e Indústria (1937-1940), Ministro das Finanças (1940-1950) e Ministro da Presidência (1950-1955), tendo sido ainda Presidente da Câmara Corporativa (1955-1957). Fora da esfera governamental, presidiu à Junta Central da Legião Portuguesa (1936-1944), na sua fase mais germanófila. Depois da sua passagem pelas lides governamentais, foi presidente do conselho de administração da SACOR e, durante o marcelismo, foi uma das principais figuras dos círculos ultramontanos. Com o 25 de abril de 1974, exila-se em Espanha, onde vem a falecer.

²⁶ João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), *A doutrina corporativa em Portugal*, Lisboa, Clássica Editora, 1936, p. 94.

²⁷ João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), *A doutrina...*, cit., p. 101.

²⁸ João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), *A doutrina...*, cit., p. 96.

²⁹ João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), *A doutrina...*, cit., p. 169.

³⁰ João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), *A doutrina...*, cit., p. 162.

de limitar a concorrência ao que ela tem de orgânico e construtivo, limitando-a e corrigindo-a no que pode ter de monopolista”³¹.

O contexto de emergência do novo regime, conducente a novos alinhamentos em diversas áreas da estrutura político-administrativa, levou a justificações, de modo a clarificar a situação e, por sua vez, demonstrar o apego à doutrina corporativa. Pedro Teotónio Pereira³², considerado como a principal figura da primeira geração de doutrinadores, afirmava que “em Portugal, são já inúmeros os campos de atividade privada em que o Estado ultimamente se tem visto obrigado a intervir”³³. Todavia, tal situação, apenas radicava na “intenção urgente de levar um pouco de ordem e de método a ambientes totalmente desorientados [...] reservando-se o Estado ao papel de orientador e de coordenador da ação comum”³⁴.

Teotónio Pereira mostrava que em torno de cada organismo de coordenação económica se esboçava “o enquadramento dum conjunto de atividades já organizadas ou a organizar onde é possível definir em cada instante a posição do interesse geral e dos interesses parcelares”³⁵. Tal alinhamento dos sectores produtivos era indicativo e mostrava “primeiros sinais de uma economia em grande parte autodirigida, que substitui com evidente vantagem os inevitáveis inconvenientes da economia estatista”³⁶. Através deste enunciado, estavam lançadas as bases do sistema corporativo que, a breve trecho, conduziria à constituição das primeiras corporações: “Não tenhamos dúvidas. Vamos chegar em breve ao plano da corporação, e chegaremos a valer e não em sentido figurado”³⁷. Todavia, a realidade revelou-se amarga, sonhando os imperativos retóricos e o entusiasmo ideológico pois as primeiras corporações apenas surgiram já em 1957, arrastando-se a sua criação até 1966, sem grande impacto na realidade nacional, prevalecendo os organismos de coordenação económica, até para lá de

³¹ João Pinto da Costa Leite (Lumbrals), *Salazar, professor e homem de Estado*, Coimbra, Coimbra Editora, 1938, p. 19.

³² Pedro Teotónio Pereira (1902-1970). Licenciado em Matemáticas Superiores pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, foi um dos mais destacados membros do Integralismo Lusitano. Depois do golpe de 28 de maio de 1926, converteu-se num dos próceres do novo regime, sendo um dos responsáveis pela construção do aparelho corporativo. Foi Subsecretário de Estado das Corporações e Previdência Social (1933-36), Ministro do Comércio e Indústria (1936-1937) e Ministro da Presidência (1958-1961) e exerceu funções diplomáticas em Espanha (1938-1945), Brasil (1945-1947), EUA (1947-1950; 1961-1963) e Reino Unido (1953-1958).

³³ Pedro Teotónio Pereira, *Organização corporativa*, Lisboa, Secretariado da Propaganda Nacional, 1935, p. 35.

³⁴ Pedro Teotónio Pereira, *Organização corporativa...*, cit., p. 35-36.

³⁵ Pedro Teotónio Pereira, *A batalha do futuro...*, cit., p. 179.

³⁶ Pedro Teotónio Pereira, *A batalha do futuro...*, cit., p. 179-180.

³⁷ Pedro Teotónio Pereira, *A batalha do futuro...*, cit., p. 180.

1974. As causas para tão longo desempenho dos organismos de coordenação baseiam-se no âmbito das suas competências de regulação que se revelaram muito úteis em diferentes contextos, desde a autarcia até à abertura económica do segundo pós-guerra, passando pela conjuntura da Segunda Guerra Mundial. Tal percurso evidencia “a amplitude dos meios intervencionistas do Estado e quanto o papel da organização corporativa, propriamente dita, é subalterno”³⁸, isto é, a capacidade destes organismos residia no controlo da produção e comercialização de vários produtos, realidade essa que não era exclusiva do corporativismo sendo este um subterfúgio para a interferência do Estado na economia.

Retomando a análise da escola corporativa, Mário de Figueiredo³⁹ orientou, igualmente, parte da sua produção escrita à temática corporativa, juntando-se ao escol de juristas e economistas que na década de 1930 se preocupou em dar cobertura ideológica e justificação política ao novo regime e, por extensão, aos princípios corporativos. No que concerne à temática em estudo, Figueiredo apontou, na senda de outros doutrinadores, a modalidade política na qual “o Estado deve sacrificar todas as atividades que possam perturbar a Nação, como fim em si mesma, mas não aquelas que se desenvolvem no seu seio, enquanto se apresenta como meio de conseguir outros fins”⁴⁰. O Estado surge assim como a identidade que arbitra conflitos, estando a sua atuação subjacente ao conceito de *interesse nacional* que, necessariamente, deveria colocar-se acima de interesses individuais.

Mas o Estado corporativo deveria enveredar por uma atuação que não se confundisse com os preceitos da doutrina individualista ou estatista. Deste modo, como é que tal situação se articula com o domínio económico? Mário de Figueiredo, desde logo, declara que o Estado Novo “não é individualista, mas entende que, salvo casos excecionais (art. 33º da Const.), o regime de produção deve ser deixado à iniciativa privada” e também “não é estatista, mas entende que deve intervir largamente na vida económica, coordenando dirigindo e impulsionando as atividades individuais”⁴¹. Nesta ótica, a

³⁸ Manuel de Lucena, *A evolução do sistema...*, cit., p. 310.

³⁹ Mário de Figueiredo (1890-1969). Licenciado em Direito, pela Universidade de Coimbra, é, juntamente com Oliveira Salazar, um dos mais destacados ativistas católicos do meio académico coimbrão, sendo um dos dinamizadores do Centro Académico de Democracia Cristã, de que foi presidente. É nomeado Ministro da Justiça e Cultos, em 1929, abandonando o governo após a revogação da «Portaria dos Sinos», prosseguindo a sua carreira académica na Faculdade de Direito de Coimbra nos anos seguintes. É um dos protagonistas do processo negocial entre Portugal e a Santa Sé para a Concordata de 1940. É novamente chamado ao governo, em 1940, para assumir a pasta da Educação Nacional, até 1944. Deputado à Assembleia Nacional entre 1934 e 1969, onde é nomeado porta-voz do governo e seu presidente, em 1961, cargo que exerceu até à sua morte.

⁴⁰ Mário de Figueiredo, *Princípios essenciais do Estado Novo Corporativo*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1936, p. 22.

⁴¹ Mário de Figueiredo, *Princípios essenciais...*, cit., p. 27.

coordenação económica surge como sustentáculo para dirimir os conflitos inerentes à concorrência entre a iniciativa privada, e também entre produtores e trabalhadores. Essa coordenação assume-se, sobretudo, como mecanismo de vigilância sobre a atividade produtiva, num mercado concorrencial imperfeito.

No grupo de doutrinadores que vimos seguindo, é de mencionar o contributo de António Júlio Castro Fernandes⁴² para a clarificação teórica sobre a questão da coordenação económica. Para este autor, “na solução corporativa, o Estado não assiste, neutral, ao fenómeno económico, o Estado não integra na sua mecânica todas as atividades produtivas da riqueza, o Estado preside à vida económica da Nação”⁴³. O cariz supletivo das entidades estatais surge, mais uma vez, como princípio basilar do Estado corporativo, embora não resvasse, no seu entender, nas premissas adstritas ao liberalismo económico. O Estado teria o dever de coordenar e regular as atividades económicas enquanto entendesse ser necessário. De forma sintética, Castro Fernandes apresenta os elementos em que a economia devia funcionar no quadro corporativo: “Iniciativa individual no quadro da disciplina associativa, orientação do Estado”⁴⁴.

Também José Joaquim Teixeira Ribeiro⁴⁵, partindo da tríplice conceção da Nação – unidade moral, política e económica – considera que, do ponto de vista económico, as relações mercantis deverão obedecer a um princípio solidário e orgânico que “colide com o livre-câmbio absoluto”⁴⁶.

⁴² António Júlio Castro Fernandes (1903-1975). Destacado membro das correntes da extrema-direita foi dirigente da Cruzada Nacional Nun’Álvares e fundador do Movimento Nacional Sindicalista. Adere ao Estado Novo, em 1934, tornando-se um dos colaboradores na construção do regime corporativo, tendo desempenhado funções em vários grêmios, no Instituto Nacional do Trabalho e Previdência e na Federação Nacional para a Alegria no Trabalho. Foi Subsecretário de Estado das Corporações (1944-1948), Ministro da Economia (1948-1950) e presidente da Comissão Executiva da União Nacional.

⁴³ António Júlio Castro Fernandes, *Temas corporativos*, Lisboa, Secretariado de Propaganda Nacional, 1944, p. 23.

⁴⁴ António Júlio Castro Fernandes, *Temas corporativos...*, cit, p. 24.

⁴⁵ José Joaquim Teixeira Ribeiro (1908-1997). Licenciou-se e doutorou-se em Direito, pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, instituição onde iniciou a sua carreira académica e onde foi dos destacados doutrinadores da doutrina corporativa, tendo chefiado o Gabinete de Estudos Económico-Corporativos (1941-1945). Depois da II Guerra Mundial, abandonando os princípios corporativos, dedicou-se ao estudo do Direito Fiscal e das Finanças Públicas, aproximando-se ainda do ideário socialista. Depois do fim do Estado Novo e durante o processo revolucionário, foi Reitor da Universidade de Coimbra (1974-1976), Conselheiro de Estado (1974-1975) e Vice-Primeiro-Ministro do V Governo Provisório (1975). Posteriormente, prosseguiu a sua carreira académica, até 1978.

⁴⁶ José Joaquim Teixeira Ribeiro, *Princípio e fins do sistema corporativo português*, Coimbra, Coimbra Editora, 1939, p. 23.

Através das considerações da primeira geração de doutrinadores do corporativismo, várias elações poderão ser retiradas. O corporativismo surgia, à vista do conjunto de doutrinadores anteriormente elencados, como mecanismo inibidor da luta de classes, entendida como verdadeira mácula, numa sociedade que se pretendia harmónica, onde a colaboração interclassista seria uma realidade. A resolução dos conflitos passaria, não pelo choque entre os seus intervenientes, mas pela consciencialização dos malefícios dos conflitos que perturbavam o interesse coletivo, entendido como nacional.

Com base nessa ideia, a coordenação económica seria a forma de arranjo do processo produtivo até à criação das corporações, instituições que se encontravam no topo da pirâmide corporativa e que autorregulariam os diversos sectores que lhe estavam inerentes. Como sintetizou Domingos Fezas Vital⁴⁷, “criadas as Corporações, e enquanto for julgado necessário, os organismos de coordenação económica funcionarão, junto daquelas em cujas atividades intervenham, como elementos de ligação entre o Estado e a organização corporativa e terão, nesta qualidade, representação nos respetivos conselhos”⁴⁸. A conjugação entre Estado, organização corporativa e disciplina suscitaria a redução do clima de concorrência, subjacente ao liberalismo económico, não obstante a possibilidade, levantada por alguns doutrinadores, deste esquema ser a origem para a formação de núcleos de poder no seio das instituições corporativas. Em última instância, o corporativismo “constitui-se e atribuiu-se a virtualidade de ser uma doutrina moderadora dos excessos”⁴⁹.

3. A Junta Nacional da Exportação de Frutas e a génese da coordenação económica corporativa

Como foi possível verificar, a doutrina corporativa usou diversos argumentos para justificar a necessidade de intervenção estatal nos anos da construção jurídica, administrativa e política do salazarismo. Era sumamente entendido

⁴⁷ Domingos Fezas Vital (1888-1953). Licenciado e Doutor em Direito, pela Universidade de Coimbra, aí lecionou, entre 1915 e 1934, assumindo as funções de Diretor da Faculdade de Direito (1925; 1931-1934), Vice-Reitor (1926-1927) e Reitor (1927-1930). Posteriormente, é professor na Universidade de Lisboa e Presidente da Junta de Educação Nacional (1940-1946). Foi um dos principais mentores da Constituição de 1933, tendo sido nomeado Procurador à Câmara Corporativa, cargo que desempenha entre 1935 e 1949, além de ter sido seu presidente (1944-1946). Monárquico, renunciou a todas as funções que desempenhava, para se tornar lugar-tenente do Duque de Bragança, D. Duarte Nuno.

⁴⁸ Domingos Fezas Vital, *Curso de Direito...*, cit., p. 157.

⁴⁹ José Maria Brandão de Brito, “Concorrência e corporativismo”, in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Porto, Fragmentos, 1987, vol. I, p. 311-321.

que tais organismos só se manteriam em funções enquanto as corporações não fossem criadas. Encontramos, contudo, ainda no período da Ditadura Militar, a criação destes organismos, surgindo como forma de criar condições de controlo e regulação de diversas atividades económicas. A crise de 1929, ainda que os seus efeitos fossem ténues e de curta duração, exacerbou a ideia de regulação económica, a que se associou a noção de que o corporativismo poderia ser o expediente para controlar os diversos sectores do tecido produtivo nacional.

Neste sentido, importa, para os objetivos deste ensaio, perceber a questão da política agrária deste período. É possível elencar as seguintes similitudes na política agrária dos fascismos europeus dos anos 30: “a strong ruralist emphasis at the discursive ideological-level [...] all fascist regimes gave the agrarian sector a primary role, but they did so to guarantee national self-sufficiency in the area of food [...] the prevalence of State intervention [...] a preference for reforms that did not question the framework of land ownership [...] the application of corporate designs that theoretically would harness the clashes of various economic interests and harmonize them under the paternalistic eye of State [...]”⁵⁰. Este último tópico vai ao encontro das preocupações do regime português onde o Estado surgiria como uma fórmula panóptica de vigilância e controlo dos meios e formas de produção, através de uma roupagem doutrinária baseada no corporativismo, mas também associada a uma retórica autárquica. Com estas características, alguns autores advogam que os regimes fascistas de cariz corporativo acabaram por criar um “corporativismo de Estado”.

Convém assinalar ainda que, mimetizando a experiência do fascismo italiano e perseguindo o sonho da autossuficiência do país, o regime português lançou campanhas de produção agrícola, de que a mais paradigmática foi a Campanha do Trigo (1929), mas também foram lançadas a Campanha das Frutas (1930) e a Campanha do Arroz (1931). Para a sua regulação, deu-se uma progressiva cartelização dos sectores agrícolas, por produto, tal como no regime mussoliniano, de modo a conferir um padrão normativo e as modalidades sobre as quais se devia realizar o processo produtivo.

Especificamente no que toca ao sector fruto-hortícola, com a promulgação do decreto nº 20 020, de 4 de julho de 1931, foi criada a Junta Nacional da Exportação de Frutas (JNEF), um dos primeiros organismos de coordenação económica, além da Junta Nacional de Olivicultura, também criada em 1931

⁵⁰ Lourenzo Fernández Prieto, Juan-Pan Montejo, Miguel Cabo, “Fascism and modernity in the European countryside: a global overview”, in Lourenzo Fernández Prieto, Juan-Pan Montejo, Miguel Cabo (eds.), *Agriculture in the Age of Fascism: Authoritarian Technocracy and rural modernization, 1922-1945*, Turnhout, Brepols, 2014, p. 19-41.

mas “que nunca chegou a funcionar com eficiência”⁵¹, e da Junta Nacional de Avicultura⁵². Estes são órgãos que antecedem, não só o Estatuto do Trabalho Nacional, mas também a própria Constituição Política, os documentos basilares em que assentou o estado corporativo que se começava a desenhar no horizonte político-económico.

O sector fruto-hortícola conheceu uma considerável importância no final do século XIX. Contudo, a concorrência de outros pontos do globo, como os EUA, Austrália ou África do Sul, alicerçada num investimento científico e tecnológico, veio dificultar as exportações portuguesas de frutas e legumes. A conjuntura da Primeira Guerra Mundial e a acidentada transição do período bélico para a paz não promoveram uma melhoria neste quadro de estagnação. Não existindo uma solução concertada para este sector, ao longo da Primeira República, assistiu-se a uma visível quebra no desempenho económico do sector, como se pode confirmar na tabela 2, que a crise do início da década de 1930 veio confirmar.

Tabela 2 - A exportação das frutas portuguesas (1919-1933)

Períodos	Quilogramas	Valor - Escudos	Valor – Escudos Ouro
1919-23	22 609 478	11 681 425	1 214 145
1924-28	21 186 082	38 714 637	1 540 918
1929-33	16 554 614	39 756 992	1 380 735

Fonte: Henrique de Barros e Luís Quartin Graça, *Árvores de fruto*, Lisboa, Livraria Clássica Editora, 1936, p. 48

Não obstante o facto de os ecos da Grande Depressão terem sido relativamente tardios, rápidos, pouco intensos e diversificados por vários sectores⁵³, estes fizeram-se sentir na agricultura, de forma nítida, sobretudo em sectores dependentes dos mercados externos.

É no sentido de prover soluções a estes sectores, nos quais se inclui o fruto-hortícola, que são estabelecidas as primeiras linhas orientadoras da política agrária do novo regime. No preâmbulo do referido decreto, eram enumerados

⁵¹ Luiz Cincinnato da Costa, *O problema do azeite em Portugal*, Lisboa, Tipografia da Seara Nova, 1937, p. 18.

⁵² Antunes Guimarães, “A política rural na situação do 28 de Maio”, in *I Congresso da União Nacional*, Lisboa, Editorial Império, 1934, vol. IV, p. 77-109.

⁵³ Fernando Rosas, *O Estado Novo nos anos trinta: elementos para o estudo da natureza económica e social do salazarismo (1928-1938)*, Lisboa, Editorial Estampa, 1986, p. 93-113.

os objetivos por detrás da criação da JNEF: “disciplinar, por um lado a nossa exportação, para bom nome dos produtos portugueses, e, por outro, estimular e apressar a organização da produção fruteira”. No mesmo decreto, eram escrutinadas algumas das causas para as dificuldades que o sector conhecia naquele momento: “a falta de uniformidade nos tipos que exportamos, o tamanho inconstante das taras, a qualidade irregular, a péssima apresentação, o defeituoso acondicionamento [...]”. Além disso, com o decreto surge a marca nacional “Frutas de Portugal”, de modo a garantir um elemento visual identificativo da triagem e qualidade dos produtos hortícolas e frutos exportados.

Observando o organograma administrativo, segundo o artigo 3.º do decreto, a cúpula dirigente da JNEF era constituída pelo Diretor-Geral do Fomento Agrícola, que era, por inerência, o presidente da junta⁵⁴; o professor da cadeira de arboricultura do Instituto Superior de Agronomia; um engenheiro agrónomo nomeado pelo Ministro; representantes do Laboratório de Patologia Vegetal Veríssimo de Almeida, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, do Comércio e Indústria e Obras Publicas e Comunicações, das cooperativas frutícolas regionais ou da federação das mesmas cooperativas, dos sindicatos ou grêmios de exportadores de frutas, das associações comerciais, das associações industriais, das associações agrícolas; além do delegado da Inspeção Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas.

Esta estrutura evidencia, desde logo, a importância conferida aos agrónomos e técnicos, bem como a associação de interesses na revitalização deste sector, uma vez que eram convocados elementos de diversos organismos públicos com funções políticas, isto é, os ministérios. Como mostra Eugénio Castro Caldas, a retoma da questão agrária evidencia uma forma de ensaiar uma “experiência aparentemente tecnocrática”⁵⁵. Esta abordagem técnica sobre a agricultura vislumbra uma nova visão dos processos de tomada de decisão na economia, de modo a ultrapassar as limitações oriundas do tempo do liberalismo.

Segundo Nuno Luís Madureira, “the practices of the self-managed economy inadvertently opened the door to a reinforcement of the centrally managed economy”⁵⁶. Neste sentido, a criação das instituições do regime corporativo

⁵⁴ De acordo com as disposições legais, o primeiro presidente da Junta Nacional de Exportação das Frutas foi António Alves Bastos Botelho da Costa, Diretor-Geral dos Serviços Agrícolas, entre 1931 e 1969, permanecendo à frente da Junta, até 1942. Engenheiro-agrónomo de formação foi também Secretário-Geral do Ministério da Agricultura.

⁵⁵ Eugénio Castro Caldas, *A agricultura portuguesa através dos tempos*, Lisboa, INIC, 1991, p. 62.

⁵⁶ Nuno Luís Madureira, “Cartelization and corporatism: bureaucratic rule in authoritarian Portugal, 1926-45”, *Journal of Contemporary History*, 42: 1 (2007), p. 79-96.

acarretou a estruturação de um aparelho burocrático que correspondesse aos desígnios subjacentes a essa doutrina que, no caso da JNF, apresentava uma configuração de pendor tecnocrático. Por contraposição ao liberalismo, a teoria corporativa tende a defender que “private businesses tend to be dormant in recognizing new opportunities”⁵⁷ e, nesse sentido, a condução da economia, que se pretendia autodirigida, e, especificamente, no sector em estudo, foi confiada a um conjunto de técnicos aptos a cooperar na “reconstrução nacional” que o Estado Novo pretendia. Assim, a nova economia corporativa pretendia-se dinâmica, sem estar presa a atavismos próprios de uma economia liberal.

Com a criação da JNEF, procurava-se contrariar as principais queixas dos mercados externos face às nossas exportações fruto-hortícolas, fortalecendo o sector, dotando-o de normas estritas que visavam uma maior competitividade com outros países produtores. Poder-se-á perceber que através da criação de uma normatividade, pretendia-se retirar, às culturas de frutas e dos legumes, a sua circunscrição regional, almejando uma penetração mais acentuada em novos e velhos mercados. A nível da materialização deste desígnio, estava prevista, no artigo 4.º, a criação de delegações em diferentes regiões do País.

A precocidade da criação deste organismo de coordenação, comparativamente com outros sectores agrícolas, levou a que, como assinala Manuel de Lucena, “quando a construção da pirâmide corporativa portuguesa adquiriu uma corrente sistemática (depois da entrada em vigor da Constituição de 1933), estes primeiros passos tinham de inevitavelmente ser revistos”⁵⁸, revisão essa conseguida em 1936, com a criação da Junta Nacional das Frutas.

Como foi mencionado, a JNEF antecede a organização corporativa e as instituições que lhe estão associadas, sendo vista, à época, como “quáasi precursora da própria organização corporativa”⁵⁹. Como hipótese explicativa para esta precocidade, seguimos os motivos apontados por Pedro Teotónio Pereira: “criar primeiro estabilidade nos preços” para, de seguida, “assegurar regras de qualidade e de produção que permitissem pensar que estávamos em condições de concorrer nesses mercados. Não numa operação esporádica, mas visando a conservação ou a reconquista dos centros de importação que

57 Edmund S. Phelps, “Capitalism vs. corporatism”, *Critical Review*, vol. 21: 4 (2009), p. 401-414.

58 Arquivo Histórico-Social do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Arquivo Manuel de Lucena, Cx. 29, M. 2, Pasta 1.

59 *Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*, ano III, 16 (15 de julho de 1936), p. 279.

verdadeiramente nos interessassem”⁶⁰. Este conjunto de intenções aplica-se, de forma clara, à JNEF, onde a crise nascida nos primeiros anos da década de 30 havia prejudicado, ainda mais, um sector que se encontrava em paulatina queda desde o final de Oitocentos. Assim, a doutrina corporativa não foi mais do que “um dispositivo de consolidação do regime autoritário [...] um recurso de dominação e arbitragem dos interesses, um instrumento de arrumação da economia nacional”⁶¹ em que o sector fruto-hortícola foi, de certo modo, alvo de experimentalismo político.

Do ponto de vista dos princípios corporativos da coordenação económica, como poderá ser considerada e interpretada a criação da JNEF? Se aos silêncios documentais podem ser imputadas leituras, uma delas seria a ausência de grupos de pressão social e política ligados à fruticultura e horticultura. Os sectores mais internacionalizados da agricultura, onde se incluem as frutas e os legumes, o azeite e a cortiça, tinham “menores possibilidades de fazer ouvir a sua voz internamente” e são “os que apresentam efeitos multiplicadores reduzidos sobre a restante atividade económica”⁶².

O que se pode concluir é que se construiu uma certa anuência na intervenção estatal no sector, onde as ideias de modernização científica e tecnológica, de onde derivaria o fomento das culturas, assentavam, sobretudo, numa discussão circunscrita aos engenheiros agrónomos que encontrou aplicabilidade no sistema político da ditadura, recolhendo alguns contributos de anos anteriores⁶³. A procura de equilíbrio económico-financeiro, a principal pedra de toque dos primeiros anos da governação salazarista, assim como, a tónica conferida ao sector primário, correspondia a antigos anseios pugnados por diversas individualidades sobre o sector das frutas e legumes, onde se incluía o próprio Salazar.

Ao longo da década de 1930, são dados importantes passos na procura de revitalizar este sector. Numa exposição enviada a Oliveira Salazar, a Liga Agrária do Norte mostrava que “não há, nunca houve uma política agrícola. Há critérios individuais apenas; ideias parcelares, fragmentárias, boas umas, más outras, algumas excelentes, mas sempre sem finalidade coletiva, por

60 Pedro Teotónio Pereira, *Memórias: postos em que servi e algumas recordações pessoais*, Lisboa, Verbo, 1972, vol. I, p. 306.

61 Álvaro Garrido, *Queremos uma economia...*, cit., p. 59.

62 Nuno Luís Madureira, *A economia dos interesses: Portugal entre guerras*, Lisboa, Livros Horizonte, 2002, p. 33.

63 Veja-se o caso da realização do II Congresso de Pomologia, em setembro de 1926, promovido pelo Instituto Superior de Agronomia, mas também, ainda no mesmo ano, a criação da Sociedade Pomológica Portuguesa, presidida pelo 3.º Conde de Bobone.

fragmentárias, pessoais”⁶⁴. Seria contra esta inércia que o regime deveria atuar, de modo a corresponder a diversos níveis, quer do patronato, quer do campesinato.

Com Sebastião Garcia Ramires⁶⁵ enquanto Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura, em 1933, as atividades do Estado e da JNEF são estruturadas com o Decreto-Lei nº 22 800, de 6 de abril de 1933, o chamado *Estatuto da Fruticultura e Horticultura Nacionais*, congregando um conjunto de medidas legislativas avulsas, embora surjam alterações. A mudança mais significativa reporta-se ao facto de que à JNEF é atribuído um caráter consultivo, por oposição ao caráter executivo conferido à então criada Divisão dos Serviços Arborícolas e Hortícolas do Ministério da Agricultura (artigo 6.º). Com este desenho institucional, a política governativa face ao sector fruto-hortícola alicerçava-se em outros organismos que funcionavam em associação. Assim, a JNEF faria propostas “relativas à produção e comércio dos produtos frutícolas e hortícolas” à Divisão dos Serviços Arborícolas e Hortícolas que, por sua vez, faria o seu estudo. Além desta incumbência, esta Divisão trabalharia com a Divisão dos Serviços de Inspeção Fitopatológica e com a Direção-Geral da Ação Social Agrária, para recolha de dados estatísticos.

Mas também a própria direção da JNEF sofre alterações, onde são incluídos representantes da Associação Central de Agricultura Portuguesa, da Associação Comercial de Lisboa e da Companhia dos Caminhos-de-Ferro Portugueses, o que poderá ser indicativo de uma gradual inserção do sector nos mecanismos da economia de mercado, nos quais a colaboração das referidas entidades se mostrava fundamental. Este diploma previa ainda a criação de delegações da JNEF em diversos pontos do território, de forma a assegurar a valorização do produto na origem, algo que já ocorrera, em 1932, com a criação de uma delegação no Algarve e que sucederia nos anos seguintes, antecedendo a formação dos grémios.

Além das questões referentes à atuação no sector, coadjuvada por outras instituições e organismos, a JNEF lança as bases para a construção de uma estrutura gremial, visível na tabela 3. Num primeiro momento, a localização das delegações da JNEF e, mais tarde, dos grémios obrigatórios não era alheia aos problemas do sector pois todos eles estão colocados em zonas cuja

⁶⁴ *Bases para a organização da lavoura*, Porto, Liga Agrária do Norte, 1935, p. 4.

⁶⁵ Sebastião Garcia Ramires (1898-1972). Licenciou-se em Engenharia de Máquinas pelo Instituto Superior Técnico de Lisboa. Foi Ministro do Comércio, Indústria e Agricultura (1932-1933) e Ministro do Comércio e Indústria (1933-1936), desempenhando um papel fundamental na política económica na transição da Ditadura Militar para o Estado Novo, nomeadamente na implantação de medidas de cariz autárquico.

produção fruto-hortícola era, simultaneamente, um dos pilares da economia regional, mas também, que na entrada dos anos 30, quando se encontravam com sérios problemas, no que toca à produção e colocação dos frutos e legumes nos mercados.

No cômputo geral, as funções destes grêmios partiam de um controlo, à escala local, das normativas emanadas pelo governo e pela JNEF, mantendo este cariz desde a sua criação até à sua extinção. Partindo da disciplina da concorrência, estes grêmios, como sintetiza Manuel de Lucena, “agiam sobre os preços, controlavam a qualidade dos produtos, fomentavam a construção de armazéns, [...] Tinham o poder de aplicar multas e outras sanções de autoridade”⁶⁶. Já a nível da produção, a sua proteção baseava-se na concessão de prémios de produtividade e de subsídios para aquisição de maquinaria e equipamentos, além da fiscalização dos produtos.

Tabela 3 – Os grêmios obrigatórios da Junta Nacional das Frutas

Nome	Data	Diploma Legal	Área de atuação
Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas do Algarve	23.04.1934	Decreto n.º 23 791	Faro
Grémio do Comércio de Exportação de Frutas	07.05.1934	Decreto n.º 23 829	Todo o território nacional
Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas de São Miguel	17.10.1934	Decreto-Lei n.º 24 560	Açores
Grémio dos Produtores de Frutas da Região de Vila Franca de Xira	29.05.1935	Decreto n.º 25 425	Vila Franca de Xira
Grémio dos Exportadores de Frutas e Produtos Hortícolas da Ilha da Madeira	05.06.1935	Decreto-Lei n.º 25 463	Madeira

4. Da Junta Nacional de Exportação das Frutas à Junta Nacional das Frutas: continuidades e mudanças

⁶⁶ Manuel de Lucena, “Sobre as federações de grêmios da lavoura (breve resumo sobre o que fizeram e deixaram de fazer)”, *Análise Social*, 16: 64 (1980), p. 713-744.

O ano de 1936 redefiniu os percursos da construção do aparelho corporativo, sendo um dos sinais do amadurecimento e afirmação do Estado Novo, num tempo em que foi necessário “cerrar fileiras, endurecer o regime e robustecer instituições”⁶⁷, face às adversidades que provinham de Espanha, com o início da guerra civil. Foi neste contexto que foi criado o Conselho Técnico Corporativo, através do Decreto-Lei n.º 26 370, de 24 de fevereiro, cuja função principal era “orientar e fiscalizar a acção de organismos corporativos, precorporativos e de coordenação económica dependentes do Ministério do Comércio e Indústria”. É neste ano que se dá ainda a promulgação do Decreto-Lei 26 757, de 8 de julho de 1936, formulando o estatuto geral dos organismos de coordenação económica. Este afã legislativo objetivava “o reforço da intervenção estatal nos sectores reorganizados durante a ditadura militar ou mesmo depois do ordenamento constitucional e a consequente subordinação das instituições corporativas a organismos públicos”⁶⁸.

Como foi possível demonstrar, antes da publicação da legislação de 1936, já se haviam formado alguns organismos de coordenação económica, situação na qual se enquadra a JNEF, futura Junta Nacional das Frutas. Por coordenação, entendia-se regulação e disciplina, baseando-se na agremiação do conjunto de certas atividades produtivas, como consta no artigo 10º, do Decreto-Lei n.º 23 049, de 23 de setembro de 1933. Mas com a consagração constitucional do corporativismo⁶⁹, “essa terminologia foi sendo reservada para os organismos estatais sem base corporativa, mas de coordenação económica”⁷⁰. Estes organismos acabaram por se tornar prolongamentos da regulação estatal no campo económico, nos quais, por norma, não se imiscuía a participação de entidades particulares, embora esta questão não fosse idêntica para todos os organismos.

No caso da Federação dos Vinicultores do Centro e Sul e, mais tarde, da Junta Nacional do Vinho (JNV) esta incorporou nas suas estruturas, sobretudo, vitivinicultores e vinicultores, de forma a “harmonizar os interesses da

⁶⁷ Álvaro Garrido, *O Estado Novo...*, cit., p. 156.

⁶⁸ Álvaro Garrido, *O Estado Novo...*, cit., p. 157.

⁶⁹ No artigo 5.º da Constituição Política de 1933, o estado português é entendido como “uma república unitária e corporativa” e, entre as suas funções contam-se, como se encontra plasmado no artigo 14.º, “reconhecer as corporações morais ou económicas e as associações ou organizações sindicais, e promover e auxiliar a sua formação”, acrescentando-se ainda, no artigo 30.º, que “o Estado regulará as relações da economia nacional com a dos outros países em obediência ao princípio de uma adequada corporação”.

⁷⁰ Vital Moreira, *Auto-regulação profissional e administração pública*, Coimbra, Coimbra Editora, 1997, p. 243-244.

produção, comércio interno e externo”⁷¹. Ao contrário da JNEF, os interesses económicos ligados à exploração das vinhas acabaram por ditar uma formulação administrativa distinta, acusando o peso de uma certa oligarquia agrária, embora matizada nas direções deste organismo.

O próprio regime justificou esta ambivalência através da necessidade de “dispor de elementos de ação impregnados do novo espírito e menos próximos da esfera burocrática”, como se pode ler no preâmbulo do Decreto-Lei n.º 29 110, de 12 de novembro de 1938. Além disso, a sua autonomia jurídica levou a que não fossem considerados órgãos de administração direta, o que introduzia uma novidade na administração pública assente em dois aspetos: 1) tinham funções de regulação económica e não de gestão de um serviço ou estabelecimento público; 2) a sua composição incluía membros das atividades reguladas, ao contrário do que sucedia em certos organismos públicos. A desejável base coletiva da qual deveria partir este tipo de instituição era inexistente, não representando, como ressaltou Marcello Caetano⁷², “nem uma associação personalizada, nem uma categoria económica-profissional”⁷³. Do ponto de vista estritamente económico, era através dos organismos de coordenação económica que se concentrava um dos principais objetivos do corporativismo: o abandono de uma economia estatista, substituindo-a pela economia autodirigida.

De acordo com o quadro jurídico-administrativo anteriormente exposto, qual era o lugar da Junta Nacional das Frutas no sistema corporativo? Desde logo, o principal facto que sobressai é que sendo uma Junta e à semelhança das Comissões Reguladoras, era daqui que era possível fazer “o enquadramento dum conjunto de atividades já organizadas ou a organizar onde é possível definir a cada instante a posição do interesse geral e dos interesses parcelares”⁷⁴. A precocidade da corporativização do sector fruto-hortícola leva-nos a pressupor que este passo revela a apropriação do corporativismo enquanto sistema capaz de acudir aos sectores em crise, mais do que uma verdadeira consciencialização

⁷¹ Dulce Freire, *Produzir e beber...*, cit., p. 125.

⁷² Marcello Caetano (1906-1980). Licenciado e Doutorado em Direito, pela Universidade de Lisboa, será nesta instituição que desenvolverá uma intensa atividade académica enquanto juriconsultor e historiador, destacando-se na área do Direito Administrativo, tendo sido seu reitor (1959-1962). Sendo uma das principais figuras do Estado Novo e apontado como delfim de Salazar, desempenhou variados cargos de onde se destacam: Ministro das Colónias (1944-1947), Presidente da Câmara Corporativa (1949-1955), Ministro da Presidência (1955-1959), Ministro das Comunicações (1956), Ministro dos Negócios Estrangeiros (1956-1957) e Presidente do Conselho de Ministros (1968-1974). Após a sua deposição, é exilado no Brasil, onde prosseguiu a sua atividade docente na Universidade Gama Filho, no Rio de Janeiro, sendo nomeado Diretor do Instituto de Direito Comparado.

⁷³ Marcello Caetano, *O sistema corporativo*, Lisboa, O Jornal do Comércio, 1938, p. 68.

⁷⁴ Pedro Teotónio Pereira, *A batalha do futuro...*, cit., p. 191.

das virtudes dessa doutrina. Assim, a passagem de JNEF para JNF, mais do que a mera reestruturação do seu nome, pouco altera as funções que lhe estavam atribuídas desde 1931.

Atendendo ao Decreto-Lei n.º 27 355, de 19 de dezembro de 1936, este previa pequenas mudanças, embora, de uma maneira geral, as intenções de melhoria do sector continuassem a existir. A nível dos seus objetivos, o artigo 1.º aponta, desde logo, a necessidade de “criar a consciência corporativa e desenvolver o sentimento de solidariedade entre os elementos das atividades que disciplina e orienta”. De seguida, no quadro da missão da JNF, deverá ser destacado o estudo “das condições em que se exerce o comércio de frutas e produtos hortícolas e promover o seu melhoramento” (artigo 2.º); “orientar, disciplinar e fiscalizar o comércio de frutas e produtos hortícolas” (artigo 3.º); “promover e organizar a expansão do comércio de frutas e produtos hortícolas nos mercados internos e externos e fazer respetiva propaganda” (artigo 4.º); e ainda, “passar certificados de origem e autorizar o uso de marcas nacionais” (artigo 7.º). Todo este conjunto de medidas deveria estar em estreita articulação com o Ministério do Comércio e Indústria (artigos 6.º e 8.º).

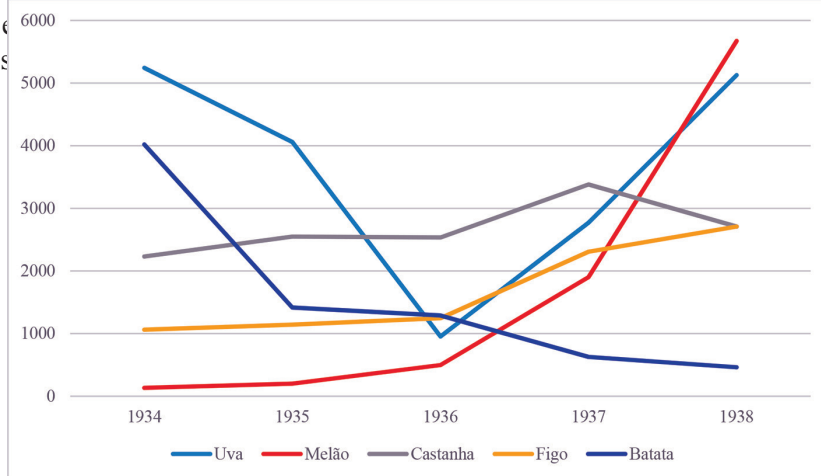
A nível administrativo, a direção da JNF era composta por um presidente, um vice-presidente, um representante da Direção-Geral dos Serviços Agrícolas, o diretor do Mercado Abastecedor de Frutas de Lisboa, além de dois representantes dos organismos corporativos de comércio de frutas e produtos hortícolas e dois representantes dos organismos de produção agrícola. A gestão financeira e as receitas da JNF deveriam provir de quatro elementos: do produto das taxas de verificação cobradas sobre frutas e produtos hortícolas; parte das taxas cobradas pelas câmaras municipais para a manutenção da inspeção dos mercados abastecedores; contribuições dos organismos corporativos sob a tutela da Junta; o produto da venda de rótulos de marcas nacionais, além de outros possíveis proventos.

A partir deste enunciado legislativo, denotam-se algumas continuidades e ruturas entre a JNEF e JNF. Ao contrário do que ocorrera em 1931, com a passagem a JNF, seis anos mais tarde, verifica-se o ajustamento da doutrina corporativa para este sector, num tempo de plena estabilização institucional do Estado Novo. A criação da “consciência corporativa” e de todas as outras organizações corporativas é assumida como parte fulcral desta organização, ficando plasmada no decreto, de modo a corresponder ao quadro político entretanto criado. Assim, uma vez estabelecidos os princípios básicos do Estado corporativo, a JNEF necessitava de uma reorganização para corresponder a novas questões e pressupostos. Do ponto de vista dos restantes organismos de coordenação económica, a JNF preservou, durante a década de 1930, uma particularidade: a

sua pouca intervenção no mercado interno, situação contrária à Junta Nacional do Vinho ou à Federação Nacional dos Produtores de Trigo, onde era sentida de forma inversa, face à sua pesada intervenção no controlo do processo produtivo.

Também, a nível da cúpula dirigente da JNF, as disposições normativas são revistas. O peso de técnicos externos à Junta diminuiu consideravelmente, construindo-se uma direção mais restrita, da qual faziam parte figuras ligadas aos órgãos tutelados pela JNF. Além destas alterações, o papel conferido ao presidente era de grande relevo pois as funções inerentes a este cargo eram representar o organismo, elaborar os seus regulamentos internos, convocar reuniões extraordinárias, contratar pessoal, além de possuir “direito de veto sobre todas as deliberações da Junta” e despachar diretamente com o Ministro do Comércio e Indústria.

Do ponto de vista dos efeitos da coordenação económica, os anos que medeiam a criação da JNF e o início da II Guerra Mundial, correspondem à criação e renovação de mecanismos habilitados a alcançar o revigoramento do sector fruto-hortícola. Imbuídos de uma conceção de autossuficiência, assente num projeto de autarcia, “em larga medida semelhante aos concebidos por outros fascismos europeus”⁷⁵, tanto o governo, como a JNF determinam um conjunto de normas que se traduzem na melhoria das condições com que as nossas mercadorias eram enviadas para o estrangeiro, conseguindo o aumento da cotação.



⁷⁵ Sacuntala de Miranda, “Crise económica, industrialização e autarcia na década de trinta”, in *O Estado Novo: das origens ao fim da autarcia (1926-1959)*, Lisboa, Fragmentos, 1987, vol. 1, p. 249-257.

Fonte: *Boletim da Junta Nacional das Frutas*, 4 (4.º trimestre de 1947)

5. Notas conclusivas

O corporativismo assentava numa ideia funcional, ou seja, assegurar a ordem social num determinado espaço e promover a conciliação entre interesses individuais e coletivos. Como sintetizou Oliveira Salazar, “queremos caminhar para uma economia nova, trabalhando em unísono com a natureza humana, sob a autoridade de um Estado forte”⁷⁶. Os usos do corporativismo, no caso português, acabam por revelar uma faceta estatista e de controlo económico, constituindo um dos pilares de “um «fascismo à portuguesa», no sentido em que se organiza segundo as nossas próprias características e os nossos condicionalismos”⁷⁷.

A Junta Nacional de Exportação de Frutas, mais tarde Junta Nacional das Frutas, ao contrário da corporativização de outros subsectores agrícolas, como o cerealífero, o vinícola ou o orizícola não foi usada como forma de dirimir conflitos intrasectoriais. A nosso ver, a convergência entre consciencialização para as condições agroclimáticas do território nacional para a produção de frutas, os anseios da autarcia económica e a superação dos sinais de crise internacional da década de 1930 propiciou a criação da JNEF. O corporativismo surgiu como o mecanismo ideal para cumprir tais propósitos, uma forma de impor a disciplina estatal num sector que desde os finais do século XIX apresenta sinais de quebra continuada. O controlo sobre o processo produtivo, desde as colheitas até às normas de comercialização era conseguido através dos princípios e das estruturas corporativas, no seu ensejo de normalização e recuperação da economia nacional, em que a autarcia desempenhou igualmente um papel importante na política agrária dos primeiros anos do salazarismo.

Convém assinalar que, dentro do panorama dos organismos de coordenação económica, a JNEF/JNF empreendeu ações que visavam, não só a melhoria das condições de produção das frutas e legumes, mas igualmente, acentuar a competitividade do sector fruto-hortícola nos mercados internacionais. Esta situação traduziu-se no aumento da exportação de alguns produtos até às

⁷⁶ António de Oliveira Salazar, *O trabalho e as corporações no pensamento de Salazar*, Lisboa, Junta de Acção Social, 1962, p. 57.

⁷⁷ Luís Reis Torgal, *Estados Novos, Estado Novo*, Coimbra, IUC, 2009, vol. 1, p. 364.

vésperas da Segunda Guerra Mundial. Desse ponto de vista, tal facto radica no pendor técnico subjacente ao nascimento desta junta, e que a própria estrutura interna deste organismo atesta.

Em suma, a coordenação económica foi uma forma de o regime atuar sobre diversos sectores, alguns dos quais importantes no controlo da sua base social de apoio. O corporativismo que, de acordo com os seus princípios basilares, pretendia criar uma economia nova, autodirigida, mais não foi uma ramificação do Estado, convertendo as juntas, as comissões reguladoras e os institutos em organismos estatais. A retórica doutrinária revelou-se gorada, mas o controlo sobre os sectores, com a sua burocratização e arregimentação do processo produtivo mostrou ser relevante até após o fim do Estado Novo.

**A análise de redes na investigação histórica.
Aplicação a um estudo de caso: as escolhas dos eleitores
para a vereação da Câmara de Coimbra (1783-1817)**

**Social network analysis in historical research. A case study:
Decision-making processes in the election of councilmen
for the Municipality of Coimbra (1783-1817)**

ANA ISABEL RIBEIRO

Departamento de História, Estudos Europeus e Artes
da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra
Centro de Estudos Interdisciplinares do Séc. XX (CEIS20/UC)
aribeiro@fl.uc.pt
<https://orcid.org/0000-0002-7515-2696>

Texto recebido em / Text submitted on: 16/02/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 30/04/2018

Resumo:

A exploração de redes sociais apresenta-se como uma proposta metodológica plena de potencialidades, pois ao permitir a visualização das interações dos atores num contexto social alargado pode desvendar ao historiador relações, dependências e evoluções que metodologias mais tradicionais poderiam ter mais dificuldade em detetar. No presente artigo procuramos demonstrar algumas possibilidades abertas pela utilização desta metodologia, a partir de um estudo de caso. O exemplo incide sobre o universo de processos de escolha e decisão dentro de um contexto de apropriação de lugares no poder municipal de Coimbra entre 1783 e 1817. A partir da geração dessas redes procuraremos explicitar atores e padrões de comportamento, procurando na contextualização histórica desses atores e situações, reconstruídas através das fontes compulsadas, explicações para a sua configuração e evolução.

Palavras-chave:

Redes sociais; processos eleitorais; poder municipal; Antigo Regime; Coimbra.

Abstract:

This paper aims to discuss the potential but also the limitations of using network analysis as a tool in historical research. From a specific case involving the action of actors confronted with decision-making processes concerning the election of councilmen for the Municipality of Coimbra between 1783 and 1817, we intend to develop this issue and demonstrate that the exploration of social network analysis can unravel patterns of social interaction, relationships, dependencies and explore possible explanations using contextualized reconstruction, through the historical sources available, of the situations and the biographies of the individuals involved, through the historical sources available.

Keywords:

Social network analysis; election processes; local power; early modern age; Coimbra.

1. Introdução

A exploração de redes sociais apresenta-se como uma proposta metodológica que nos parece muito interessante e plena de potencialidades, pois ao permitir a visualização das interações dos atores num contexto social alargado, pode desvendar ao historiador relações, dependências e evoluções que metodologias mais tradicionais não permitiriam¹.

No presente artigo procuramos demonstrar algumas possibilidades abertas pela utilização desta metodologia. Num segundo momento iremos explicitar um caso analisado a partir dessa perspetiva metodológica. O exemplo incide, não sobre redes alargadas de interação económica e social², mas antes sobre um universo mais restrito de processos de escolha e decisão dentro de um contexto de apropriação de lugares no poder municipal. A partir da geração dessas redes procuraremos explicar os comportamentos detetados, recorrendo, para isso, à contextualização histórica de atores, instituições e situações, reconstruídas através das fontes compulsadas.

Mesmo antes de utilizarem uma abordagem formal de análise de redes, os historiadores utilizaram o conceito de rede na exploração dos fenómenos sociais, sobretudo de relações pessoais em contextos de interação social ou de parentesco. Outra aceção identifica o uso do conceito de rede com um grupo de atores envolvidos em trocas materiais ou imateriais num determinado enquadramento espaço-temporal³.

¹ Sobre as potencialidades da análise de redes na compreensão dos contextos e interações sociais existe uma extensa bibliografia que ilustra a própria evolução do debate interdisciplinar que, sobretudo, a partir da segunda metade do século xx, permitiu ir consolidando a utilização das redes na captação dos fenómenos sociais, quer a partir de perspetivas mais centradas no indivíduo (Granovetter; Boissevain), quer em abordagens mais estruturalistas ancoradas na procura de padrões e processos de auto organização, cuja lógica se situa para lá das decisões e comportamentos individuais (White). Ver Mark Granovetter, “The Strength of Weak Ties”, *American Journal of Sociology*, 78-6 (1973), p. 1360-1380; Jeremy Boissevain, *Friends of friends: networks, manipulators and coalitions*, Oxford, Basil Blackwell, 1974; Harrison C. White, Scott A. Boorman e Ronald A. Breiger, “Social Structure from Multiple Networks 1: Blockmodels of Roles and Positions”, *American Journal of Sociology*, 81 (1976), p. 730-781. Para uma síntese do percurso teórico e exploratório da análise de redes sociais e o seu encontro com a investigação histórica veja-se o excelente artigo de Cátia Antunes, “A história da análise de redes e a análise de redes em história”, *História Revista da FLUP*, IV série, 2 (2012), p. 11-22.

² A análise de redes aplicada à História tem encontrado um campo profícuo no estudo sobre mercadores e comerciantes e as suas redes económicas e pessoais. Ver, a título de exemplo, Rila Mukherjee (ed.), *Networks in the First Global Age, 1400-1800*, Delhi, Primus Books e Indian Council of Historical Research, 2011 e Ana Sofia Ribeiro, *Early Modern Trading Networks in Europe. Cooperation and the case of Simon Ruiz*, London, Routledge, 2016.

³ Cf. José María Imízcoz Beunza, Lara Arroyo Ruiz, “Redes sociales y correspondencia epistolar. Del análisis cualitativo de las relaciones personales a la reconstrucción de redes

Contudo, em muitos casos, a rede não passa, como Wellman & Wetherell afirmam, de uma metáfora, não incorporando a teoria e os métodos do paradigma da análise social de redes, cuja vertente formal e quantitativa é olhada até com alguma desconfiança⁴.

No entanto, quer a entendamos como um método ou a percecionemos como um paradigma de interpelação do social, a análise de redes pode, no nosso ponto de vista, afigurar-se como uma ferramenta interessante na análise histórica, sobretudo na deteção de estruturas que não são imediatamente reconhecidas pelos agentes que as protagonizam ou na identificação de agentes capazes de operar mudanças nessas estruturas. Por outro lado, permitem-nos navegar entre escalas e validar hipóteses levantadas por análises qualitativas das fontes e até testar hipóteses através da manipulação de variáveis que, via utilização de simulações, nos podem ajudar a compreender as razões de determinado sentido de evolução, permitindo a sistematização de modelos de análise⁵.

Outra vantagem da abordagem formal de redes é a clarificação da noção de laços que não significam necessariamente relações interpessoais ou afetivas - na maioria dos casos, em contexto formal de rede, laço significa fluxo, troca de bens (tangíveis ou intangíveis). O foco da discussão está, não na avaliação desses laços numa perspetiva pessoal, mas antes na explicação dos padrões dos relacionamentos gerados, através da tentativa de compreensão das suas origens e do seu percurso evolutivo.

Este entendimento obriga a que o historiador tenha que categorizar e decompor as relações estabelecidas pelos atores que, em contexto real, são

egocentradas”, *REDES - Revista hispana para el análisis de redes sociales*, Vol. 21 (2011), p. 99-100.

⁴ Barry Wellman e Charles Wetherell, “Social Network Analysis of Historical Communities: Some Questions from the Present and the Past”, *Journal of the Family*, vol. 1, 1 (1996), p. 96 e Claire Lemerrier, “Formal network methods in history. Why and how?”, in Georg Fertig (ed.), *Social Networks, Political Institutions, and Rural Societies*, Turnhout, Brepols Publishers, 2015, p. 281-310. Neste trabalho usámos o *preprint* da autora, datado de 2011, depositado no repositório HAL-archives ouverts (<https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00521527v2/document>, consultado em 2018.05.04).

⁵ A este respeito escreve Claire Lemerrier no capítulo citado – “*The most difficult, but also the most interesting step of formal network analysis is the definition of such hypotheses. Once they have been phrased, currently available techniques (often based on simulation, which offers a sort of counterfactual history: “how would the network look like if...”)* offer wide possibilities to test even the most subtle among them. For example, in a study of migration between villages during three successive time periods, it was possible to assess which parts of the change in the patterns of migration could be attributed to economic and demographic changes, to a growing preference for moving to places similar to that of departure (in terms e.g. of language spoken or similar economic activities) and to more “structural” phenomena such as the – surprising – tendency for migrations between two places to become reciprocal (people moving in both directions)”.

tendencialmente multiposicionais⁶, isto é, frequentam e ocupam diversos cargos, pertencem a diferentes instituições, assumem papéis distintos no seu quotidiano e ao longo da sua vida, estabelecendo elos de ligação entre eventos distintos, criando, desta forma, condições para a produção de interações que vão adensando e complexificando o seu campo de ação⁷.

Se a análise formal de redes sociais pode abrir novos caminhos à construção histórica, também lhe introduz alguns limites. Em primeiro lugar, a análise de redes formal não se adequa ao estudo de todos os cenários de construção e compreensão históricas. Implica, como já tivemos a oportunidade de salientar, reduzir a complexidade de relações e atributos a um número limitado e selecionado de categorias que permitam a compreensão de um número limitado de laços que um conjunto de agentes desenvolve, a partir de questões que o historiador tem de definir à partida – nomeadamente quais os agentes que pretende observar e os fluxos que pretende analisar, uma vez que a rede a analisar é apenas uma pequena porção do complexo objeto que é a realidade histórica.

Mas sobretudo, o historiador deve estar consciente que a análise social de redes não fornece respostas óbvias, não explica, antes tende a sinalizar atores, relações e padrões de interesse que, mediante uma análise mais aprofundada das fontes, se podem revelar significativos ou até vitais na compreensão de uma situação histórica. Portanto, não substitui o cruzamento de fontes, de reconstrução de contextos, de sistematização de percursos biográficos, sem os quais o conhecimento histórico não se materializa.

Outra dificuldade situa-se ao nível da transposição da análise da rede para uma explicação clara destinada a um leitor, especialista ou não. Perante o grafo que se desenha a partir do software de visualização o historiador sente, por vezes, dificuldades em explicitar os padrões que pensa ter detetado, de integrar a explicitação da rede no discurso histórico. Guiar o enfoque do leitor para nós, arestas, *clusters* e ao mesmo tempo enquadrar essas configurações no processo histórico pode revelar-se uma articulação complexa. Por outro lado, o historiador pode sucumbir ao que Ben Fry descreve como uma espécie de ‘sedução’ exercida pelos dados e pelos grafos que deles emergem:

“There is a tendency when using graphs to become smitten with one’s own data. Even though a graph of a few hundred nodes quickly becomes unreadable,

⁶ Luc Boltanski, “L’espace positionnel. Multiplicité des positions institutionnelles et habitus de classe”, *Revue Française de Sociologie*, XIV, (1973), p. 3-26.

⁷ Ver a este respeito Nuno Camarinhas, *Juízes e administração da justiça no Antigo Regime. Portugal e império colonial, séculos XVII e XVIII*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e Tecnologia, 2010, p. 33.

it is often satisfying for the creator because the resulting figure is elegant and complex and may be subjectively beautiful, and the notion that the creator's data is "complex" fits just fine with the creator's own interpretation of it. Graphs have a tendency of making a data set look sophisticated and important, without having solved the problem of enlightening the viewer.”⁸

2. As escolhas dos eleitores nos processos eleitorais para Câmara de Coimbra entre 1783 e 1817 – da cartografia das relações à interpretação dos resultados

2.1. A cartografia das relações resultante das escolhas dos eleitores

Partindo dos pressupostos anteriormente enunciados procuraremos aplicar a análise de redes numa situação histórica concreta – os processos eleitorais na Câmara de Coimbra nos finais do século XVIII e inícios do século XIX. O universo ao qual se reporta esta rede é institucional, e neste contexto, propomo-nos “cartografar” as redes de relações assentes nas escolhas feitas pelos eleitores e cruzá-las com qualificações de estatuto social para, mediante os resultados obtidos, detetar padrões, conjuntos, mas sobretudo, isolar indivíduos, ou grupos de indivíduos relevantes na manutenção e/ou reconfiguração da rede.

Compreender as instituições é também compreender as interações individuais, as estratégias desenvolvidas, os jogos que se desenrolam nas arenas de ação institucional. Contudo, o comportamento dos atores no seio das instituições não é completamente estratégico – existe um condicionamento que nasce da visão do mundo e da sociedade própria ao indivíduo. Embora reconhecendo que o comportamento humano é racional e orientado para fins, enfatiza-se o facto de os indivíduos recorrerem com frequência a protocolos estabelecidos ou a modelos de comportamento já conhecidos para atingirem os seus objetivos, ou seja, o conhecimento da forma como as relações enquadradas numa instituição funcionam, pode fornecer a um agente as informações que lhe permitem encetar comportamentos que poderão vir a transformar (ou a perpetuar) as práticas e os procedimentos do universo no qual se movimenta⁹.

Na estruturação da elite local, seja ela de pendor aristocrático ou não, configura-se como condição fundamental a apropriação dos lugares de poder.

⁸ Ben Fry, *Visualizing Data: Exploring and Explaining Data with the Processing Environment*, Sebastopol, O'Reilly, 2007, p. 241.

⁹ Sven Steinmo, Kathleen Ann Thelen, “Historical Institutionalism in Comparative Politics” in Sven Steinmo, Kathleen Ann Thelen and Frank Longstreth (ed), *Structuring Politics: Historical Institutionalism in Comparative Analysis*, Cambridge, Cambridge University Press, 1992, p. 10.

Esses lugares são potenciadores de prestígio, de consolidação de recursos económicos e importantes instrumentos de formalização de posicionamento na hierarquia social local. Com efeito, a possibilidade de ocupar um determinado cargo pressupunha que o indivíduo reunia as necessárias exigências “de qualidade” social. Por sua vez, o exercício de atividade pública, publicitava o seu estatuto perante a comunidade.

No universo local, os lugares de poder, especialmente em contexto urbano, centravam-se, sobretudo, na administração municipal, na apropriação de cargos militares e nas Misericórdias. Conhecer o perfil de quem ocupava ou procurava ocupar estes cargos permite-nos identificar e caracterizar a elite local e conhecer as interações (alianças, rivalidades) no seu seio.

Os processos eleitorais para a escolha dos elencos camarários permitem a aplicação da metodologia de análise de redes porque assentam em processos de decisão concretos (escolhas feitas por informantes, escolhas feitas por eleitores) que acabam por se traduzir em elencos governativos a serem enviados ao Desembargo do Paço. A partir deles poderemos compreender os padrões de decisão gerados e demonstrar como a mudança de comportamento de certos agentes, em contextos históricos específicos, pode alterar a configuração da rede, correspondente a uma certa forma de funcionamento institucional. Outra ideia importante a reter relaciona-se com o facto de as regras e os comportamentos em contexto institucional (municipal) serem desenhadas (e se transformarem) no sentido de limitar o acesso ao exercício de poder¹⁰.

No presente artigo escolhemos analisar as escolhas dos eleitores que intervieram nos processos eleitorais de 1783 a 1817. As relações cartografadas traduzidas por o “Eleitor A escolheu para vereador o indivíduo B” foram recolhidas na documentação enviada ao Desembargo do Paço e hoje à guarda do Arquivo Nacional da Torre do Tombo: arrolamentos de elegíveis para vereador e procurador-geral, as informações de carácter social, económico e de capacidade dadas por informantes e corregedor, as eleições para eleitores e, finalmente, as escolhas dos eleitores que se traduziam na constituição das pautas trienais. A informação preservada não permite uma análise contínua no tempo dos processos eleitorais. Desta forma só foi possível reconstruir os processos e as decisões relativas aos anos de 1783, 1796, 1804, 1811, 1814 e 1817.

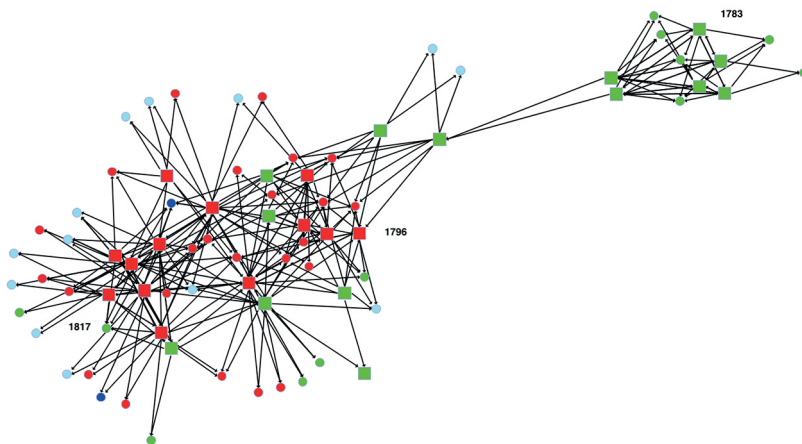
As informações constantes nas fontes foram introduzidas na base de dados constituída para este estudo. O sistema de base de dados escolhido foi o Time

¹⁰ Walter W. Powell, Paul J. DiMaggio, “Introduction”, in Walter W. Powell, Paul J. DiMaggio (ed.), *The New Institutionalism in Organizational Analysis*, Chicago, University of Chicago Press, 1991, p. 1-40.

link, desenvolvido por Joaquim Ramos de Carvalho e que assenta num modelo orientado para as pessoas que contempla o tratamento de entidades nas suas relações, atributos e funções nos diversos atos e que permite o tratamento de relações que pode ser exportado para um software de visualização e análise de redes¹¹.

A rede 1 apresenta as escolhas dos eleitores para vereadores. Os nós referentes aos eleitores estão representados por um quadrado e os nós relativos aos escolhidos para vereador por um círculo. As arestas (linhas) a negro representam as escolhas desses eleitores. O estatuto social dos agentes é representado pelas cores: verde (fidalgos), vermelho (bacharéis e doutores), azul escuro (negociantes) e azul claro (sem informação de estatuto).

Rede 1 – As escolhas dos eleitores para vereadores
(1783; 1796; 1804; 1811; 1814; 1817)



¹¹ Sobre o Time link e as suas funcionalidades ver Joaquim Ramos de Carvalho, *Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)*, tese de doutoramento, Universidade de Coimbra, 1997; ver também João Manuel Silva Antunes Neves de Carvalho, *Time link: a evolução de uma base de dados prosopográfica*, dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2010. O software de visualização de redes utilizado na construção das redes presentes neste artigo foi o GUESS (<http://graphexploration.cond.org/> consultado em 2108.05.04).

2.2. Interpretação das redes de relações

O grafo (rede 1) sinaliza-nos claramente duas realidades – à direita um agrupamento, um *cluster* de eleitores cujas escolhas são socialmente constantes, sempre dentro de um estrato fidalgo e à esquerda visualiza-se uma diversificação social das escolhas dos eleitores, com uma preponderância para indivíduos cujo prestígio social assenta nas profissões ligadas às letras, sobretudo advogados e magistrados.

O *cluster* de “eleitores-fidalgos” reporta-se ao processo eleitoral de 1783. Os eleitores em questão eram todos fidalgos da Casa Real e todos haviam desempenhado anteriormente o cargo de vereador, ou descendiam diretamente de quem já o desempenhara¹².

As pautas remetidas ao Desembargo do Paço incluíam exclusivamente elencos de fidalgos, vedando a possibilidade do recrutamento de vereadores fora deste estrato da nobreza, uma vez que os informantes, que elencavam os elegíveis, escolhiam para figurar nesses arrolamentos somente indivíduos cuja característica social fundamental era a de serem detentores do foro de fidalgo.

Sabemos, que durante a época moderna, sobretudo a partir do século xvii, o perfil social das vereações foi condicionado pela legislação enquadradora dos processos eleitorais. As transformações introduzidas no processo eleitoral das Câmaras pelo *Alvará* de 12 de Novembro de 1611, que aprovou o regimento para a eleição dos vereadores nas terras cujas pautas não iam a apurar ao Desembargo do Paço, ‘elitizaram’ todo o processo de recrutamento ao imporem um novo método eleitoral, claramente mais seletivo que o processo de eleição por pelouros prescrito pelas *Ordenações Filipinas*¹³. O processo descrito no *Alvará* de 12 de Novembro de 1611, complementado com especificações do de 10 de Maio de 1640 e da *Provisão* de 8 de Janeiro de 1670, envolvia a produção de rol de elegíveis (inexistente na descrição do processo eleitoral nas *Ordenações*) no qual devia constar uma cuidadosa recolha de informações sobre todos os que poderiam vir a ser eleitos. De acordo com este quadro legal, o corregedor, que tutelava todo o processo,

¹² Foram eleitores nesse ano os fidalgos José Correia de Melo Brito Alvim Pinto da Silveira, Luís Pedro Homem de Figueiredo, Manuel Pacheco Fabião de Albuquerque, João Pacheco Pinto Fabião de Albuquerque, Manuel Pessoa de Sá Figueiredo e Cunha e Bernardo Coutinho Pereira de Sousa Meneses e Forjaz. Sobre a biografia destes indivíduos e seu percurso na vereação da Câmara de Coimbra, ver Ana Isabel Ribeiro, *Nobrezas e Governança. Identidades e perfis sociais (Coimbra 1777-1820)*, Tese de Doutoramento, Universidade do Coimbra, 2012, capítulo II.

¹³ A eleição por pelouros vem descrita nas *Ordenações Filipinas*, Livro I, Título LXVII, p. 153-157.

escolhia duas ou três pessoas idóneas e reputadas localmente que lhe facultavam informações sobre todos aqueles que “tinham qualidades para poderem servir os cargos da governança”. A Provisão de 8 Janeiro de 1670 instituía a obrigatoriedade de constarem nesses róis informações como a idade, estado civil, naturalidade, residência, rendimento, profissão, assim como as ligações familiares e parentescos dos elegíveis. Esses arrolamentos e respetivas informações deveriam ser enviadas ao Desembargo do Paço, em conjunto com as pautas produzidas pelos eleitores. Outra alteração importante introduzida pela Provisão de 1670 foi o facto de na escolha de eleitores não estar envolvido todo o “Povo”, mas somente as pessoas que fossem

“...naturaes da terra, e dos mais velhos e nobres della, sem raça alguma, e que tenham zelo pelo bem commum, e experiencia do governo da terra...”

A formação deste caderno eleitoral é decisiva, pois é a partir dele que os eleitores fazem maioritariamente as suas escolhas, consagrando, por esta via, quem de facto reunia as condições para ser eleito.

Formado o caderno eleitoral, passava-se, então, para a escolha de eleitores,

“... pessoas naturaes da terra, e da governança della, ou houvessem sido seus pais e avós, de idade conveniente, sem raça alguma”

Nesta eleição, deveriam votar os homens nobres da governança para escolher seis eleitores que, atuando em pares, tinham como missão produzir pautas (os pares produziam três pautas, uma para cada ano) onde se poderiam encontrar os nomes dos indivíduos, que, no parecer desses eleitores, reuniam as condições para servir nos cargos da governança. O processo eleitoral terminava com o envio das pautas ao Desembargo do Paço. A partir das listas recebidas, este tribunal compunha os elencos governativos anuais que enviava no início do ano às câmaras.

O recrutamento para a governança tornava-se, assim, mais restritivo (relativamente ao disposto nas *Ordenações Filipinas*) uma vez que o processo de seleção fundamental recaía nas elites locais que acabavam por arrolar necessariamente os seus pares – gente natural da terra, “honrada e principal”, limpa de sangue e cuja família já estivesse ligada à governança – por imposição da lei, mas também devido à perceção por parte das elites locais de que nas listas de elegíveis deveriam apenas constar aqueles que partilhavam estatuto, riqueza e posicionamento semelhantes aos seus.

Em Coimbra, como Sérgio Soares demonstrou, o confinamento da vereação à elite fidalga é claramente observável a partir de 1739¹⁴. Segundo este autor, o “pacto fidalgo” estabeleceu-se como uma reação ao crescente desinteresse da fidalguia de primeira linha relativamente ao exercício de mandatos na vereação que permitiu a ascensão ao senado de elementos ligados à Universidade e até de um mercador – para a vereação de 1725. Perante a crescente importância da participação do terceiro estado nos destinos da cidade, a reação da nobreza não tardou, apoiando-se nos mecanismos de fechamento social criados pelo Desembargo do Paço. Este órgão régio, nos anos trinta do século XVIII, havia restringido os mandatos de almotacés a filhos e netos da gente que tivesse servido na governança, desenhando, assim, o estreitamento da base de recrutamento dos cargos municipais conferentes de nobreza. Assim, a partir de 1739, no caso de Coimbra, o Desembargo do Paço confirmou sucessivamente pautas onde só constavam como vereadores representantes da fidalguia mais tradicional, ou quando o seu recrutamento não era possível, integrando fidalgos oriundos da região centro, mas com ligações familiares à cidade.

O processo de “elitização” das vereações não é um fenómeno exclusivo da cidade, é antes uma tendência nacional que se intensifica, especialmente, na segunda metade do século XVIII¹⁵. As principais cidades do Reino passam a ser governadas pelas famílias fidalgas mais antigas que se perpetuavam nos lugares de poder durante várias décadas, dificultando ou impedindo recrutamentos noutros estratos sociais e afastando do mando outra gente nobre da governança. Braga, Porto, Castelo Branco, Évora, S. Miguel, entre outras cidades, apresentam este perfil social do poder¹⁶.

¹⁴ Sérgio Cunha Soares, *O Município de Coimbra da Restauração ao Pombalismo*, vol. II (*Sociologia do poder municipal*), Coimbra, Centro de História da Sociedade e da Cultura, 2001, p. 46-49.

¹⁵ No entanto, como sublinha Joaquim Romero Magalhães, o processo de elitização desenhara-se muito antes – “Esta gente nobre da governança das terras, que assim começaria a ser designada por volta de 1570, procura restringir o número dos que a ela pertencem. Há uma forte pressão interna no sentido de se constituir uma oligarquia coesa, assente em relações de parentesco próximo de endogâmicas”. Cf. Joaquim Romero Magalhães, *Concelhos e Organização Municipal na Época Moderna*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2011, p. 4.

¹⁶ José Viriato Capela, “Braga, um município fidalgo, as lutas pelo controlo da câmara entre 1750 e 1834”, *Cadernos do Noroeste*, vol. II, 2-3 (1989) p. 12; Ana Sílvia Albuquerque Nunes, *Municipalismo e sociedade do Porto. De Pombal às Invasões Francesas*, Porto, GEHVID/ Instituto de Genealogia e Heráldica da Universidade Lusófona do Porto, p. 337-345; Teresa Fonseca, *Absolutismo e municipalismo: Évora: 1750-1820*, Lisboa, Colibri, 2002, p. 165-177; Pedro Quintela d’Oliveira, *Castelo Branco. As Faces do Poder Municipal (1775-1822)*, dissertação de mestrado, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2002, p. 52-58; José Damião Rodrigues, *Poder Municipal e Oligarquias Urbanas. Ponta Delgada no Século XVII*, Ponta Delgada, Instituto Cultural de Ponta Delgada, 1994, p. 130 e ss.

No entanto, apercebemo-nos de que nos anos subsequentes este panorama sofre alterações profundas e que as escolhas parecem ter um carácter socialmente mais diversificado, como indica o desenho da rede.

Esta alteração começa a esboçar-se nos róis de elegíveis nas últimas décadas do século XVIII¹⁷. O que a despoletou?

Para responder a esta questão cartografamos a rede de escolhas dos informantes, entre 1783 e 1817, e socorremo-nos de uma medida de centralidade¹⁸ designada por *betweenness* que mede a importância de posição intermediária ocupada pelos atores de um grafo, ou seja, que mede o número de fluxos que desapareceriam se um determinado indivíduo fosse removido da rede¹⁹. O conceito de intermediação é definido por alguns autores, como Peter Marsden,

*“By which intermediary actors facilitate transactions between other actors lacking access to or trust to each other”*²⁰.

¹⁷ A configuração das decisões dos informantes, ou seja, que pessoas indicar nos róis de elegíveis a enviar ao Desembargo do Paço é em tudo simétrica à rede de decisões dos eleitores, ou seja, entre 1739 e 1796 só integraram os arrolamentos dos elegíveis para vereador exclusivamente fidalgos da Casa Real e os informantes que construíram esses róis também eram fidalgos. Sobre as redes de decisão geradas pelos arrolamentos dos informantes, ver Ana Isabel Ribeiro, *Nobrezas e Governança...*, cit., cap. II, p. 96-122.

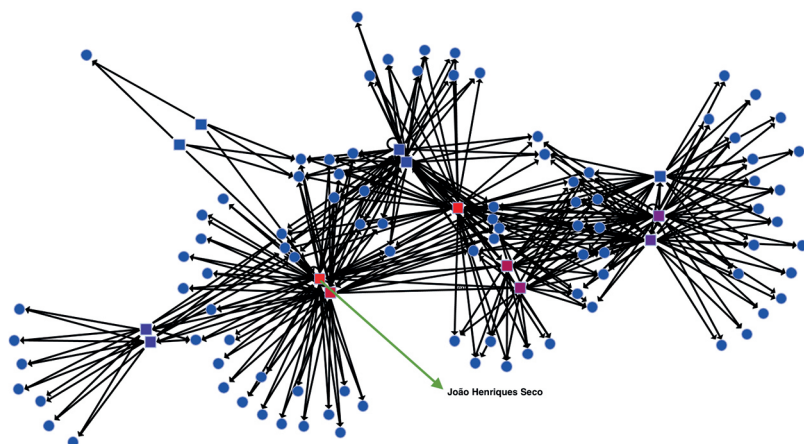
¹⁸ As redes podem ser analisadas a partir de outras medidas de centralidade como Centralidade de grau que reflete a atividade relacional de um ator, ou seja, o nº de ligações de um nó (nos grafos dirigidos distingue-se o *indegree*, de *outdegree*), Centralidade de proximidade (*closeness centrality*) que é uma medida que reflete a distância geodésica entre dois atores, ou seja o caminho mais curto que os liga (direta ou indiretamente). Mede a capacidade de autonomia dos atores (quanto mais distante estiver um ator dos outros, mais autónomo será nas suas escolhas e ações) ou o Prestígio (*prestige*), o grau ponderado de um indivíduo que tem em conta o prestígio de quem se liga a ele. Sobre os métodos e medidas utilizadas em análise de redes ver Stanley Wasserman, Katherine Faust, *Social Network Analysis: Methods and Applications*, Cambridge University Press, 1994; John Scott, *Social Network Analysis: A Handbook*, (2ª ed), Newberry Park (CA), Sage, 2000; e Vincent Lemieux, Mathieu Ouimet, *Análise Estrutural de Redes Sociais*, Lisboa, Instituto Piaget, 2008.

¹⁹ Sobre o papel da intermediação em comunidades de elites ver Roger V. Gould, “Power and Social structure in community elites”, *Social Forces*, vol. 68, 2 (1989), p. 531-552, especialmente p. 535-536. Como refere Ana Sofia Ribeiro, “A medida estatística *Betweenness centrality* (...) demonstra a importância dos indivíduos na rede, calculando o impacto da sua presença. Por outras palavras, calcula quantos nós são desligados da rede se um determinado indivíduo for removido do grafo. Esta medida decorre da teoria dos «structural holes» de Burt, em que um agente se encontra numa posição vantajosa quando consegue estabelecer uma relação com outros indivíduos, que de outra forma, não estariam ligados”. Ver Ana Sofia Ribeiro, “A Endogamia em redes mercantis da ‘Primeira Idade Global’”. O caso da rede de Simon Ruiz (1553-1597)”, *História Revista da FLUP*, IV série, 2 (2012), p. 30.

²⁰ Peter V. Marsden, “Brokerage behaviour in restricted Exchange networks”, in Peter V. Marsden e Nan Lin (eds.), *Social structure and network analysis*, Newberry Park (CA), Sage, 1982, p. 202.

Estes agentes revelam-se, pois, fundamentais na manutenção da rede, gerando laços que, em muitos casos, funcionam como pontes entre setores distintos²¹.

Rede 2: A gradação da *betweenness* na rede dos arrolamentos²²



Através do grafo resultante verificamos que o valor mais elevado pertence a João Henriques Seco. Segundo o seu posicionamento na rede e o seu valor de intermediação, João Henriques Seco parece ser uma figura relevante na arquitetura das relações e dos equilíbrios da rede das potenciais escolhas eleitorais dos finais do século XVIII e primeiras décadas do século XIX e voltando às fontes apercebemo-nos que João Henriques Seco, um advogado e contratador

²¹ A questão da intermediação tem sido intensamente debatida na análise das relações sociais. Focada não só nos nós, mas também nos fluxos que os agentes vão criando. Devemos, neste contexto, salientar a teoria desenvolvida por Mark Granovetter, em “The Strength of Weak Ties”, *cit.* – ‘A força dos laços fracos’. Este autor argumenta que alguns laços funcionam como pontes entre setores da rede social, estabelecendo relações entre grupos distintos que de outra forma não se relacionariam. Estas relações não são laços fortes, porque estes tendem a ser redundantes (visto tendencialmente estabelecerem entre si relações recíprocas), mas antes laços fracos que ao se conectarem com diferentes nós da rede, ainda que de uma maneira difusa e indireta, garantem as ligações entre setores afastados.

²² A gradação das cores (dos tons frios para tons quentes) representa a gradação dos valores da *betweenness* (intermediação). Os tons frios representam os valores menores e as cores quentes os valores mais elevados, sendo o vermelho vivo o valor mais elevado. João Henriques Seco tem o mais elevado valor de *betweenness*, sendo por isso representado por essa cor.

de rendas, conseguiu tornar-se, em 1796, vereador da Câmara de Coimbra e, no ano seguinte, atuou como informante para o processo eleitoral subsequente²³.

Em primeiro lugar é importante salientar que a entrada de um elemento com um perfil social completamente distinto e fora do exclusivismo fidalgo só foi possível porque essa mesma fidalguia começava a desinteressar-se dos cargos na vereação. Esta tendência observa-se a partir de 1791. Esse ano foi marcado por um movimento significativo de procura de provisões régias de escusa do exercício do cargo de vereador.

Tabela 1 – Mandatos e escusas da vereação entre 1783 e 1796

Nome	Estatuto Social	Escusa	Substituto	Estatuto social
José Inocêncio Soares de Brito	Fidalgo da Casa Real	1783	Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Castro	Fidalgo da Casa Real
Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Castro	Fidalgo da Casa Real	1791	Pedro Vieira Lordelo	Fidalgo da Casa Real
Nicolau Coutinho de Sousa Meneses	Fidalgo da Casa Real	1791	Luís Pedro Homem de Figueiredo	Fidalgo da Casa Real
Luís Pedro Homem de Figueiredo	Fidalgo da Casa Real	1791	Manuel Cabral de Moura Coutinho e Vilhena	Fidalgo da Casa Real
José Inocêncio Soares de Brito	Fidalgo da Casa Real	1792	Francisco Xavier de Brito Barreto e Castro	Fidalgo da Casa Real
Francisco Xavier de Brito Barreto e Castro	Fidalgo da Casa Real	1792	Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Castro	Fidalgo da Casa Real

²³ João Henriques Seco era natural do Balteiro, lugar pertencente à freguesia de Santa Maria de Poiares, próximo de Coimbra. Havia cursado leis e, nas décadas de 70 e 80 do século XVIII, advogara nos auditórios da cidade, exercendo também funções de procurador de figuras e instituições locais. Em 1783, passou a dedicar-se aos negócios, arrematando, em sociedade com Luís de Sousa Trovão, a renda da comenda de S. Pedro das Alhadas (pertencente a Manuel Bernardo de Melo e Castro, Visconde da Lourinhã), pelo período de 4 anos, por 960.000 réis anuais. A sua aproximação aos cargos da Câmara fez-se, em 1786, quando desempenhou as funções de recebedor e depositário das décimas. Em 1790, foi arrolado para servir como almotacé nos meses de Março e Abril de 1791 acabando nesse ano por ser nomeado para as funções de almotacé da limpeza. Dois anos mais tarde, em 1793, tornou-se lançador das sisas para os cidadãos de maior condição da cidade e o seu nome figurou na lista de elegíveis para procurador-geral. Ver Ana Isabel Ribeiro, *Nobrezas e governança, cit.*, cap. II, p. 103.

Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Castro	Fidalgo da Casa Real	1792	João Pacheco de Azevedo Albuquerque e Melo	Fidalgo da Casa Real
José Correia de Melo Alvim Pinto	Fidalgo da Casa Real	1793	Luís Caldeira Varejão Viçoso de Meneses	Fidalgo da Casa Real
Rodrigo da Cunha Manuel Henriques de Castro	Fidalgo da Casa Real	1796	António José Coutinho Pereira Forjaz	Fidalgo da Casa Real
António José Coutinho Pereira Forjaz	Fidalgo da Casa Real	1796	José Henriques Seco	Bacharel Advogado Negociante

Fontes: AHMC, *Atas da vereação*, 1783, 1792, 1796; *Documentos Originais, Pautas*, retificação à pauta de 1793, fl. 38; Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) – *Desembargo do Paço, Repartição da Beira*, maço 1049.

Estes pedidos apontam para um crescente afastamento da *primeira nobreza* do cargo, a que não é alheia a falta de rotatividade no exercício das funções e um universo de recrutamento muito restrito que levava ao arrolamento, triénio após triénio, das mesmas pessoas. Estes pedidos, apesar da fraca fundamentação, foram normalmente atendidos pela Rainha que, até 1796, nomeou sempre fidalgos como vereadores escusados, como se pode observar na tabela 1.

A aristocratização da vereação, encarada, em tempos, como um sinal da disponibilidade da elite fidalga em participar efetivamente na gestão dos destinos da cidade e uma prerrogativa de poder que interessava manter em contexto familiar, geração, após geração, parecia estar a sair da esfera de interesse e investimento das famílias fidalgas tradicionalmente arroláveis. Esta tendência permitiu uma certa renovação da elite através do acesso ao poder de fidalgos de proveniência exterior a Coimbra, como Pedro Vieira Lordelo, ou fidalgos há muito afastados das instâncias da edilidade, como Luís Caldeira Varejão Viçoso de Meneses. Contudo, a renovação ocorreu dentro de um patamar social de pares, ou seja, a fidalguia de origem coimbrã foi substituída por fidalguia proveniente de outros pontos da região centro e até do Reino.

A nomeação de João Henriques Seco vai alterar profundamente o modelo de recrutamento dos vereadores. Como referimos, os arrolamentos realizados pelos informantes, até 1796, deixavam de fora o numeroso grupo dos letrados, especialmente dos advogados que gravitavam a esfera do poder municipal, exercendo cargos que tinham como horizonte de promoção as funções de procurador-geral. A possibilidade de eleição para vereador era-lhes vedada, por

serem excluídos sistematicamente das listas de elegíveis para o cargo e nunca eram considerados como potenciais vereadores substitutos.

A insatisfação com estas circunstâncias perpassa no requerimento endereçado pelo bacharel Custódio Pacheco de Resende à Rainha solicitando que, em futuras pautas, e sempre que fosse necessário substituir vereadores escusados, fosse contemplada a possibilidade de nomeação de indivíduos que, embora não pertencendo à primeira nobreza, mostrassem capacidade e interesse nos cargos públicos, assegurando, assim, uma gestão mais eficaz de um município votado ao desinteresse, cujos agentes da administração se mostravam incapazes de cumprir as tarefas de gestão quotidiana:

“Talvez, Senhora, que em todo o Reyno senão ache uma Camera tam desanrajada como a desta cidade. Há muitos meses que nella senão faz acto algum, e, por isso, estao sem deferimento os muitos requerimentos que a ella concorrem, faltando-se a todas as providencias da boa economia da cidade, tudo por senão juntarem os Veriadores [...] chegando-se por isto ao extremo de se não fazerem as Prociissoens e Vereações da obrigação de Senado com grave prejuízo publico e particular...”²⁴

O bacharel traça um retrato de uma fidalguia envelhecida, distante dos assuntos públicos, apegada a um poder que não desejava exercer, mas que teimava em manter com objetivo de evitar a ascensão aos cargos de vereador de gente mais capaz (e até mais abonada), mas não pertencente ao seu estrato social. Este retrato é secundado pelas palavras do corregedor a quem o Desembargo do Paço pede esclarecimentos sobre a situação relatada no requerimento de Custódio Pacheco de Resende:

“[...] o que procede, Soberana Senhora, da surpresa e soborno com que as eleições se restringem aos sobreditos [fidalgua] e a outros, muito poucos, que ha da mesma classe dos quais, huns por velhos se achão incapazes, outros ausentes, outros sem bens suficientes para as abonaçoens da Real Fazenda, a que estão sujeitos, e outros, logo que chegão as pautas se excusam sem embargo de haverem anuido as eleições, tam somente para excluir de dellas muitas pessoas nobres, abonadas e capazes de serem como taes contempladas pelas suas gradaçoens, empregos, aptidão, probidade, abonação e ascendências...”²⁵.

²⁴ Requerimento de Custódio Pacheco de Resende, Agosto de 1796. ANTT, Desembargo do Paço, Repartição da Beira, maço 1049, s.n.

²⁵ Palavras do corregedor, Francisco António da Silva, ao comentar, a pedido do Desembargo do Paço, a situação da Câmara de Coimbra. ANTT – Desembargo do Paço, Repartição da Beira, maço 1049, s.n.

O ato eleitoral de 1796 vem consagrar a presença de indivíduos não pertencentes à primeira nobreza na função de informantes, uma vez que tendo exercido o mandato de vereador, João Henriques Seco ficou habilitado, no processo eleitoral seguinte, a exercer as funções de informante e de eleitor. Esta prerrogativa permitiu-lhe construir um rol com características sociais distintas da prática habitual na Câmara de Coimbra. Neste caso, os atores usaram as regras da própria instituição e apropriando-se dos processos replicam práticas que, nas circunstâncias descritas, vão permitir a alteração profunda do equilíbrio de poderes interno.

Inevitavelmente, a eleição de eleitores refletiu um recrutamento social diferente. Assim, como eleitores, no ano de 1796, encontramos Francisco de Paula Pereira e Oliveira, António José das Neves Antunes, Custódio Manuel Teixeira de Carvalho, Manuel José Barjona, Custódio Pacheco de Resende e, como referimos, João Henriques Seco. Estamos perante um grupo constituído por um proprietário e militar (Francisco de Paula Pereira e Oliveira, capitão-mor de Eiras) e por graduados em Cânones ou Leis, a maioria exercendo a profissão de advogado na cidade de Coimbra. Os bacharéis acediam, pela primeira vez, a uma instância de recrutamento que lhes permitiria, em teoria, seleccionar os seus pares para a vereação.

Desta forma, se explica o papel desempenhado por João Henriques Seco como elemento chave num processo de intermediação entre as práticas antigas (e os seus agentes), profundamente exclusivistas e as escolhas subsequentes muito mais diversificadas em termos de extração social, como se pode observar na tabela 2.

Tabela 2 – Composição social das escolhas dos eleitores (1796)

Condição social	N.º de “pautados”	Percentagem (18=100%)
Fidalgos da Casa Real	2	11,1 %
Bacharéis	9	50,0 %
Lentes/doutorados/opositores às cadeiras da Universidade	3	16,7 %
Proprietários	2	11,1 %
Sem informação	2	11,1 %

Pela primeira vez os letrados (bacharéis e lentes) dominam as pautas dos elegíveis, representando 66,7% dos nomeados. A fidalguia está fracamente representada – apenas 2 nomeados (11,1%), um número que contrasta vivamente

com o panorama de 1783, onde as pautas incluíam exclusivamente elegíveis fidalgos. A nobreza letrada nomeadamente o grupo dos bacharéis, parecia ter finalmente conquistado os lugares de poder que ambicionava.

Embora não tenhamos documentação do Desembargo do Paço relativa aos processos eleitorais de 1799 e 1802, sabemos que, pelo menos em 1802, esta tendência se manteve afirmando-se o poder dos bacharéis, visto encontrarmos, na ata da sessão de vereação de 9 de Fevereiro de 1802, a votação de um requerimento a enviar ao Desembargo do Paço propondo a declaração de nulidade do processo eleitoral e a repetição de eleições, que tinham sido dominadas por bacharéis. Os proponentes deste requerimento, os doutores António José das Neves Antunes, Francisco António dos Santos Gato, Constantino Botelho de Lacerda Lobo e António Vieira de Melo Sampaio alegavam que a constituição do rol de elegíveis e a eleição de eleitores não se encontrava em conformidade com a Ordenações, visto os eleitores não cumprirem as condições impostas pelo regimento. Declaravam ainda que os advogados da cidade haviam feito um conluio com vista a eleger exclusivamente os seus pares para eleitores e, desta forma, ocupar todos os lugares disponíveis na vereação, ou seja,

“1.º que os eleitos o foram ilegitimamente, não se observando o regimento das eleições; 2.º que os mesmos eleitores foram eleitos pelo suborno presumido pelos advogados; 3.º porque os mesmos eleitores contemplaram pessoas incapazes sem as qualidades referidas pelo regimento para vereadores.”²⁶

A argumentação de defesa dos eleitores foi realizada pelo procurador-geral em exercício, o Dr. João de Barros Cardoso, e por alguns eleitores acusados das ilegalidades. Estes tentaram rebater os argumentos do requerimento, não se furtando a nomear exemplos de práticas que, desde há muito não cumpriam a equidade dos processos eleitorais, ou que evidenciavam a incapacidade daqueles que se consideravam os únicos com qualidades legais para constarem no rol de elegíveis. Sublinharam, ainda, que o facto de o regimento das eleições determinar que os eleitores escolhidos fossem naturais da terra deveria ser interpretado como a intenção do legislador pretender que fossem recrutadas pessoas com um conhecimento efetivo das características e problemas locais,

²⁶ Esta citação pertence ao requerimento apresentado na sessão alargada de 9 de Fevereiro de 1803. Arquivo Histórico Municipal de Coimbra (AHMC) – Atas das Vereações, sessão alargada de 9 de Fevereiro de 1803, fls. 250v-260.

o que poderia resultar de um contacto prolongado com as diversas instâncias do quotidiano de um lugar, mesmo não sendo naturais dele ²⁷.

Igualmente, tentaram afastar qualquer dúvida relativamente à sua idoneidade na constituição do rol, afirmando-se como cidadãos nobres, exercendo desde há muito cargos na edilidade, preocupados com a gestão da cidade e em escolher as pessoas mais competentes para a vereação:

*“[...] das pessoas que tinham nomeado tinham sido aprovada por Sua Alteza Real, sem se queixar alguma dela, e muito menos dele eleitor ser promovido ao cargo de vereador, assim como no de procurador geral da câmara que também serviu muitos anos, assim como também o foi o outro eleitor seu companheiro apesar de não serem naturais da cidade de Coimbra, mas sim naturalizados nela há mais de 40 anos e também na eleição que agora fez das pessoas para a governança contemplou as suas boas qualidades e as razões de terem já algumas delas servido de vereadores ou procuradores ...”*²⁸

Na defesa da honra está uma classe profissional que claramente se assume como nobreza equiparando o estatuto adquirido pelos estudos, mas também pelas funções desempenhadas nos auditórios ou na edilidade, à nobreza dos fidalgos e dos lentes, sublinhando a sua capacidade técnica face à ineficácia de muitos dos antigos vereadores subscritores do requerimento que se consideravam mais nobres e mais dignos dos cargos da governança:

*“[os advogados] estão habilitados para todos os empregos nobres da república, eles pelo seu ofício e exercício da advocacia, são equiparados aos fidalgos, aos doutores da universidade, e nela graduados e finalmente pelo seu carácter, não merecem aos vereadores queixosos serem constituídos autores de subornos, porque eles pela sua literatura tem sido muitas vezes assessores dos mesmos vereadores que se valem deles por não saberem decidir nas governanças e isto é notório e sabido por todos ...”*²⁹

Na explicitação dos argumentos denota-se uma tensão latente entre os bacharéis/advogados e os lentes da Universidade, apoiados pela fidalguia que ainda se mantinha ligada aos cargos municipais. Mostrando, estes últimos, uma

²⁷ Nestas circunstâncias, encontravam-se os eleitores Manuel Nogueira de Sousa, natural da província do Minho, João de Barros Cardoso, natural de concelho de Lafões, Teodósio José Vieira e António Soares do Rego Temudo, natural do termo da cidade. ANTT – Desembargo do Paço, Repartição da Beira, maço 1055, fls. 4-6.

²⁸ AHMC – Atas das Vereações, sessão alargada de 9 de Fevereiro de 1803.

²⁹ *Ibidem*

crescente incomodidade com o ascendente dos advogados nos recrutamentos de elegíveis e, consequentemente, no preenchimento dos lugares disponíveis nas vereações.

Até aos anos 90 do século XVIII, os lentes e opositores às cadeiras da Universidade integravam-se na vida municipal através do mandato de vereador cuja nomeação pertencia à Universidade, uma prerrogativa concedida por D. João III, pelo menos desde 1546³⁰. Este mandato passou a ser visto como uma manifestação do poder da instituição na cidade permitindo que os representantes do mundo académico se integrassem na gestão e nas dinâmicas da vereação, evoluindo, segundo demonstra Sérgio Cunha Soares, de posturas neutrais face aos problemas e conflitos abordados nas vereações (em muitos casos resultantes do facto dos lentes nomeados não serem naturais de Coimbra e não terem um conhecimento aprofundado dos costumes e equilíbrios dos poderes locais) para um papel mais ativo na tomada de decisões, reclamando o rigor e a conformidade com a lei no funcionamento das diversas instâncias da Câmara, fortemente apoiados nos seus conhecimentos jurídicos e num melhor conhecimento do funcionamento da cidade³¹. O “pacto fidalgo” de 1739 que promoveu o fechamento do recrutamento social das vereações, mantendo-o exclusivamente na órbita da fidalguia, remeteu os vereadores da Universidade para um papel relativamente secundário face à preeminência da fidalguia no contexto da vereação coimbrã³². Não será, pois, de estranhar que perante um cenário de perda de poder desse estrato social, os vereadores académicos desejassem assumir um lugar de maior protagonismo na Câmara e, de certa forma, substituir os fidalgos, determinando, entre outros aspetos, a constituição dos róis e a escolha dos futuros vereadores.

Este protagonismo é, igualmente, confirmado pelo aparecimento entre os arrolados para o cargo de vereador de antigos vereadores pela Universidade, nomeadamente Joaquim de Azevedo, Francisco António Ribeiro de Paiva, Francisco Pinto da Silva, Manuel José Barjona ou Manuel José Pereira. Neste grupo destacam-se Joaquim de Azevedo – lente da faculdade de Medicina,

³⁰ A primeira referência a um vereador nomeado pela Universidade na Câmara de Coimbra consta de uma carta régia lida em Conselho de 26 de Março de 1546. Cf. Mário Brandão, *Atas dos Conselhos da Universidade de 1537 a 1557*, vol. I, Coimbra, Arquivo da Universidade de Coimbra, 1941, p. 260-261. Contudo, a formalização do estatuto deste vereador encontra-se numa provisão datada de 23 de Janeiro de 1549. Cf. Mário Brandão, *Documentos de D. João III*, Vol. IV, Coimbra, Por Ordem da Universidade, 1941, p. 8.

³¹ Sérgio Cunha Soares, “Vereadores da Universidade na Câmara de Coimbra (1640-1777)”, *Revista Portuguesa de História*, XXVI (1991), p. 51-56.

³² Sérgio Cunha Soares, “Vereadores da Universidade na Câmara de Coimbra (1640-1777)”, *cit.*, p. 61-62.

vereador pela Universidade no ano de 1795, nomeado vereador pelo Desembargo do Paço em 1810 – e Francisco António Ribeiro de Paiva, também lente da mesma faculdade, que exerceu funções de vereador pela Universidade em 1809 e 1811, cumprindo mandatos como vereador entre 1818 e 1820.

No mesmo trajeto de afirmação na vereação, encontramos, como já referimos, os advogados da cidade, culminando o conflito com o afrontamento de 1803, que temos vindo a descrever, dirimido em sessão de Câmara e no decisivo palco do Desembargo do Paço que acabou por se alinhar com a posição dos lentes da Universidade.

O arrolamento subsequente realizou-se em 1804, imprimindo à eleição dos eleitores características que pareciam pronunciar um novo processo de elitização. A contestação à hegemonia dos advogados, no arrolamento de 1803, tinha sido liderada pelos lentes da Universidade, contudo a sua conquista não se traduziu na capacidade de eleger eleitores e como tal influenciar decisivamente a constituição das vereações, uma vez que os eleitores escolhidos foram todos fidalgos da Casa Real: D. Rodrigo Manuel Henriques de Melo, José Melo Coutinho Garrido, Francisco Abreu de Lima, Miguel Osório Borges da Gama, António Vieira de Melo Sampaio e Manuel Cabral de Moura Coutinho Vilhena. Estes fidalgos haviam já desempenhado funções na vereação, mas progressivamente tinham vindo a afastar-se dos destinos da cidade. O seu retorno em 1804 demonstra uma nova aliança da fidalguia para travar a ascensão dos bacharéis e advogados à mais importante instância de poder local.

Embora a extração social do grupo de eleitores pudesse apontar no sentido de um novo pacto fidalgo, ou seja, num novo processo de enquistamento fidalgo dos cargos da vereação, as escolhas enviadas ao Desembargo do Paço apontam noutro sentido. A tabela 3 sistematiza as principais características sociais dos arrolados em 1804.

Tabela 3 – Composição social das escolhas dos eleitores (1804)

Condição social	N.º de “pautados”	Percentagem (17=100%)
Fidalgos da Casa Real	1	5,9 %
Bacharéis	5	29,4 %
Lentes/doutorados/opositores às cadeiras da Universidade	4	23,5 %
Proprietários	6	35,3 %
Sem informação	1	5,9 %

Como podemos verificar, apesar de os eleitores serem fidalgos da Casa Real, entre os pautados encontramos apenas um dos seus pares – António Saraiva de Sampaio e Melo – o que vem reforçar a crescente dificuldade de recrutar vereadores neste estrato social. No entanto, as escolhas dos eleitores demonstram a preocupação em não permitir que se constitua um elenco camarário onde os bacharéis predominem. As suas nomeações recaíram maioritariamente no grupo dos lentes da Universidade (4 pautados) e em indivíduos que, embora não pertencentes à fidalguia, constituíam claramente uma nobreza de matriz rural (com preponderância em localidades do termo do concelho), detendo cargos nas Ordenanças, património fundiário e tratando-se claramente “à lei da nobreza” (6 pautados). O número de bacharéis nomeados como possíveis vereadores desce de 50% (1796) para 29,4% (1804), numa pauta que se afirma como uma reação ao seu crescente ascendente sobre os processos eleitorais.

A constituição das pautas no ano de 1811 teve como eleitores o Doutor António Vieira de Melo (fidalgo), Francisco de Paula Pereira e Oliveira (proprietário e capitão-mor de Eiras), o bacharel José Joaquim da Costa Pacheco (advogado), os doutores José Pinto da Silva (lente de medicina) e Francisco António de Paiva (decano da faculdade de Filosofia) e o bacharel Francisco Manuel Faria Vieira (advogado) – um elenco equilibrado onde encontramos representantes de todas as nobrezas da governança: fidalgos, letrados (lentes e advogados) e proprietários com cargos nas ordenanças.

Como se pode observar na tabela 4, embora o número de fidalgos incluídos nas pautas aumente relativamente a 1804, assistindo-se ao retorno de representantes de algumas das antigas famílias da fidalguia como os Zuzarte/Quadros – encontramos “pautado” António Xavier Zuzarte de Quadros, filho do falecido vereador Francisco Zuzarte de Quadros e Francisco Abreu de Lima Morais, representante da antiga família de vereadores Abreu Lima/Morais da Serra –, incluídos nas pautas dois representantes de uma fidalguia letrada – Manuel Bernardo Pio e António Vieira de Sampaio e Melo, fidalgos da Casa Real e ambos detentores do grau de doutores. Os bacharéis mantêm uma elevada percentagem de nomeados como possíveis vereadores, percentagem (28,6%) que praticamente se equipara à soma dos representantes doutorados e dos proprietários (28,5%), que, no ato eleitoral de 1804, assumiram uma tentativa de bloquear o domínio dos bacharéis advogados na composição das pautas e consequentemente nos elencos camarários que delas poderiam emergir.

Tabela 4 – Composição social das escolhas dos eleitores (1811)

Condição social	N.º de “pautados”	Percentagem (21=100%)
Fidalgos da Casa Real	5	23,8 %
Bacharéis	6	28,6 %
Lentes/doutorados/opositores às cadeiras da Universidade	4	19,0 %
Proprietários	2	9,5 %
Negociante	1	4,8 %
Sem informação	3	14,3 %

O percurso ascensional, desde há muito desejado pelos letrados da cidade, apesar de uma certa crispação e rivalidade entre advogados e lentes da universidade, mostra-se irreversível. Em 1814, nas pautas finais que integram os mais nomeados pelos pares de eleitores – nesse ano são eleitores Manuel Bernardo Pio (fidalgo da Casa Real e doutor em medicina), Francisco Monteiro Negrão (bacharel e advogado), Francisco Manuel Faria de Vieira (bacharel e advogado), José Joaquim da Costa Pacheco (bacharel e advogado), Francisco António Ribeiro de Paiva (lente da Universidade) e Manuel José Barjona (lente da Universidade) - encontramos um claro domínio deste estrato social da cidade.

O grupo dos bacharéis e doutores em leis e cânones, colocou entre os possíveis nomeados para a vereação 12 dos seus representantes (cerca de 66,7% do total das escolhas dos eleitores), enquanto que a fidalguia só conseguiu 3 nomeações sendo um dos fidalgos indicados também um letrado (António Vieira de Melo e Sampaio); os outros dois nunca haviam exercido o mandato de vereador (João Pedro da Guerra Carneiro e Pedro Viegas Ferraz de Novais). Revela-se igualmente importante a indicação de um negociante, António Inácio de Abreu, filho de um mercador da rua da Calçada que, na década de 70 do século XVIII, desempenhara vários cargos ligados à fiscalidade (recebedor das décimas, tesoureiro do rol das sisas, depositário geral das penhoras).

Tabela 5 – Composição social das escolhas dos eleitores (1814)

Condição social	N.º de “pautados”	Percentagem (18=100%)
Fidalgos da Casa Real	3	16,7 %
Bacharéis	9	50,0 %
Lentes/doutorados/opositores às cadeiras da Universidade	3	16,7 %
Negociante	1	5,6 %
Proprietários	2	11,1 %

Quanto aos fidalgos nomeados pelos eleitores são representantes de uma fidalguia cuja proveniência familiar não se estrutura na cidade, mas em localidades do termo. Este é o caso de João Pedro de Figueiredo da Guerra Carneiro de Melo que havia sucedido ao seu pai, José Pedro da Guerra Carneiro, como capitão-mor da cidade de Coimbra (embora tivesse a sua Casa sediada em Condeixa). Apesar de ter sido arrolado em 1811 (ano em que foi empossado capitão-mor) e novamente nesse ano de 1814, João Pedro da Guerra Carneiro obteve sempre escusa do exercício do cargo devido às suas obrigações e estatuto militar. As pautas referenciam-no como *muito abonado*, filho de vereador, contando com cerca de 30 anos em 1814. Já Pedro Viegas Ferraz de Novais, fidalgo da Casa Real, cavaleiro da Ordem de Cristo e magistrado régio, foi arrolado, pela primeira vez em 1814, tinha então 26 anos e residia em quinta própria na Corujeira (termo de Coimbra). Apesar de ter sido indicado pelos eleitores, a sua indicação depressa se tornou inviável, visto ter sido nomeado corregedor da comarca de Coimbra, em 25 de Fevereiro de 1816³³.

Em 1817, como se pode observar na tabela 6, as escolhas dos eleitores produziram uma lista de possíveis vereadores que reflete uma maior diversidade nos estratos sociais de recrutamento.

Neste ciclo eleitoral foram eleitores José Joaquim Rivara (lente da Universidade), José Henriques Seco de Albuquerque (bacharel), Francisco Manuel Faria Vieira (bacharel e advogado), Francisco Monteiro Negrão (bacharel e advogado), Manuel José Barjona (lente da Universidade) e José Joaquim da Costa Pacheco (bacharel). Todos estes eleitores já haviam desempenhado cargos no universo do município coimbrão – José Joaquim Rivara, lente da faculdade de Matemática, havia sido vereador pela Universidade em 1814, José Henriques Seco de Albuquerque fora vereador em 1815, Francisco Monteiro Negrão fora, entre diversos cargos desempenhados, almotacé (1806 e 1807), fiscal no lançamento das sisas (1809) e procurador-geral (1812 a 1815), Manuel José Barjona, lente da faculdade de Filosofia, fora vereador pela Universidade em 1800 e 1803 e José Joaquim da Costa Pacheco que fora procurador-geral (1805), fiscal no lançamento das décimas e das sisas (1808 e 1809) e almotacé (1811, 1816).

³³ ANTT – Registo Geral de Mercês, D. João VI, liv.12, fl. 240v.

Tabela 6 – Composição social das escolhas dos eleitores (1817)

Condição social	N.º de “pautados”	Percentagem (23=100%)
Fidalgos da Casa Real	3	13 %
Bacharéis	8	34,8 %
Lentes/doutorados/opositores às cadeiras da Universidade	5	21,7 %
Proprietários	3	13 %
Negociantes	1	4,4 %
Militares	2	8,7 %
Sem informação	1	4,4 %

O domínio dos bacharéis e lentes da Universidade é claro – estes dois grupos de letrados dominam as escolhas com 13 nomes apontados (56,5%), ou seja, mais de metade dos nomeados. Registe-se a presença de dois militares e de um negociante. Perante estes resultados podemos afirmar que o grupo dos negociantes não consegue, ao contrário dos letrados, penetrar na esfera municipal e assinalar uma presença significativa, quer nos arrolamentos, quer na obtenção efetiva de mandatos, ao contrário dos letrados que confirmam o seu poder nas vereações.

3. Considerações finais

Através do estudo de caso apresentado, procuramos perante uma situação histórica concreta, demonstrar como a utilização de análise formal de redes pode ajudar a explicar a alteração de padrões de comportamento e dos fluxos relacionais produzidos pela interação de atores históricos. Como referimos, a visualização das redes que essas relações geram só por si não nos forneceram explicações, mas ao sinalizar padrões e atores relevantes na arquitetura das interações, impeliu-nos a retornar à análise qualitativa das fontes, à reconstrução dos contextos que rodearam as instituições e os atores com uma perceção aguçada pela necessidade de compreender os posicionamentos e configurações detetados que, neste caso, nos permitiram perceber os mecanismos que levaram a que o poder municipal coimbrão acabasse por ser dominado pelos letrados, cujo ascendente na vereação da cidade constituiu uma realidade consolidada no início do século XIX, após décadas de domínio por parte de um grupo coeso de famílias fidalgas que desenvolveu um intenso investimento na manutenção do poder municipal através do controle dos processos eleitorais, contendo a ascensão da nobreza letrada (lentes, bacharéis, advogados), confinada ao exercício de cargos executivos como o de almotacé, ou procurador-geral.

Los monasterios cistercienses gallegos en la etapa final del Antiguo Régimen¹

Cistercian monasteries of Galicia during the final stages of the Ancien Regime

PEGERTO SAAVEDRA

Univ. de Santiago de Compostela

pegerto.saavedra@usc.es

<https://orcid.org/0000-0002-0827-1396>

Texto recebido em / Text submitted on: 22/02/2018

Texto aprovado em / Text approved on: 11/04/2018

Resumen:

En la historiografía española está muy arraigado el presupuesto de que de que las instituciones eclesíásticas, y en especial las monásticas, llegaron a la exclaustración y desamortización de 1835 en una situación ruinosa, en buena medida por la oposición al pago de rentas, que se presume generalizada desde la guerra de la Independencia y las Cortes de Cádiz. Ahora bien, el estudio de las ricas contabilidades de los monasterios cistercienses de Galicia, numerosos y a menudo opulentos, pone de manifiesto que los monjes bernardos llegaron a la exclaustración cobrando casi en su totalidad las rentas en especie estipuladas en los contratos de foro. Pero a la vez, el análisis de la situación financiera de esas instituciones permite observar una realidad un poco diferente, pues desde principios del siglo XIX,

con matices según los casos, los balances de ingresos y gastos tendieron a deteriorarse y no pocas veces los religiosos se vieron obligados a recurrir a expedientes diversos para hacer frente a los déficits más o menos graves. No obstante, cuando se consultan en detalle tanto los libros de caja como los referidos a gastos en pleitos se comprueba que la raíz de los problemas de liquidez no está tanto en una resistencia, supuestamente extendida, de los colonos al pago de las pensiones forales y de los diezmos mayores cuanto en factores de tipo político-fiscal y coyuntural, que sumados unos a otros tuvieron en ocasiones una incidencia grave en los balances de ingresos y gastos.

Palabras clave:

Monasterios cistercienses, rentas, situación financiera, Galicia, siglos XVIII-XIX.

¹ Trabajo redactado en el marco del proyecto HAR2014-52667-R, financiado por el Ministerio de Economía y Competitividad.

Abstract:

In Spanish historiography it is often assumed that ecclesiastical institutions, and especially monasteries, were destitute by the time of the disentanglement and exclaustation or expulsion of religious orders in 1835. This has been generally assumed to be due to the fact that there was widespread tenant opposition to paying land rents after the Spanish War of Independence and the Cadiz Cortes or parliament. However, an examination of the detailed accounting of the Cistercian monasteries of Galicia, which were numerous and even opulent at that time, indicates that the Bernardian monks reached the time of exclaustation with almost full income from the rents in kind stipulated in the foral land tenancy or *foro* contracts. Still, a detailed analysis of the financial situation of

these institutions reveals a tendency for both income and expenditures to decrease after the eighteenth century. In a good number of cases these religious institutions had to rely on various forms of funding to face their more or less serious financial deficits. Nevertheless, a careful study of the financial registries and records of the expenditures for court cases indicate that the cause of the lack of financial liquidity was not actually due to extensive labourer resistance to paying the foral taxes or the tithes, but instead arose from other fiscal, political and contextual factors, which all came together to affect the balance of income and expenditures in these monasteries.

Keywords:

Cistercian monasteries, rent income, financial situation, Galicia, 17th-19th century.

1. Introducción

En la historiografía española dedicada al estudio de la crisis del Antiguo Régimen la afirmación de que las instituciones del clero regular se hallaban en 1835, en el momento de la desamortización y en su caso de la exclaustración, en una situación económica ruinosa ha alcanzado una amplia aceptación entre los investigadores, hasta el punto de convertirse casi en tópico según el cual las medidas de Mendizábal se limitarían a la postre a extender el certificado de defunción a monasterios y conventos que llevaban dos o tres décadas agonizando, y la posterior abolición del diezmo tampoco tendría mayores consecuencias, pues en realidad los campesinos dejaran de pagarlo hacía tiempo². Los estudios sobre la resistencia, supuestamente generalizada, a esta última carga y a otras de variada naturaleza jurídica y las consecuencias de la guerra de la Independencia, entre los que figura los derivados de la primera exclaustración en la zona dominada por los franceses, entre 1809 y 1813, y del Trienio, ofrecen argumentos de peso que parecen sostener las mencionadas hipótesis, aunque para el caso de Galicia contamos ya con varios trabajos que las cuestionan o al menos las matizan³.

Gracias a esas investigaciones conocemos de modo aceptable la evolución y destino de las rentas de varios monasterios y prioratos, que se caracterizan desde principios del *xvii* por la estabilidad, salvo las proporcionales a la cosecha, poco habituales, pues el clero regular tenía escasa participación en los diezmos y los foros estipulados al cuarto o al quinto solo se mantuvieron en el caso del vino o en comarcas concretas en las que tenían parte de su patrimonio Sobrado y Monfero. Lo más destacado en relación con el contenido de este trabajo es que

² Sin duda en tan breves líneas simplificamos la cuestión. Como bibliografía puede verse Josep Fontana, “La crisis del Antiguo Régimen en España”, *Papeles de Economía Española*, 20 (1984), p. 39-61; Esteban Canales, “Los diezmos en su etapa final”, in Gonzalo Anes (ed.), *La economía española al final del Antiguo Régimen. I. Agricultura*, Madrid, Alianza Editorial, 1982, p. 103-187; Enric Tello, “La conflictividad social en el mundo rural catalán, del Antiguo Régimen a la revolución liberal”, *Noticiario de Historia Agraria*, 13 (1997), p. 89-114; y diversos trabajos incluidos en Pegerto Saavedra, Ramón Villares (eds.), *Señores y campesinos en la Península Ibérica, siglos XVIII-XX*, Barcelona, Crítica, 1991, 2 vols.

³ En especial, Ramón Villares, “La economía del clero regular gallego ante la desamortización”, *Cuadernos de Estudios Gallegos*, 96-97 (1981), p. 81-139; Isolina Rionegro Fariña, *La estructura económica del Cister orensano en la fase final del Antiguo Régimen*, Ourense, Caixa Ourense, 1998; Pegerto Saavedra, “Trayectoria de las rentas monásticas y del sistema agrario de Galicia desde la segunda mitad del *xvi* a 1835”, *Revista Portuguesa de História*, 41 (2010), p. 105-156, y “Nombreux et opulents: les monastères cisterciens de Galice depuis la réforme jusqu’à la sécularisation”, *Histoire et Sociétés Rurales*, 48 (2017), p. 5-47; y María Seijas, “Balance económico de los monasterios del sudoeste gallego a fines del Antiguo Régimen”, *Obradoiro de Historia Moderna*, 19 (2020), p. 331-359.

los cenobios gallegos llegaron a la exclaustación cobrando la casi totalidad de las rentas en especie, sin que se aprecie una oposición extendida a su pago entre los colonos, lo que no quiere decir que no haya resistencias puntuales y rechazo de cargas de naturaleza señorial cuya importancia económica era reducida en la etapa final del Antiguo Régimen. Incluso después de la breve exclaustación del trienio liberal (1820-23), los monjes se restituyeron a sus casas y continuaron administrando sus patrimonios con normalidad. Esta situación contrasta con la documentada para el centro e interior de España, en donde se registró una primera exclaustación en 1809, que en Galicia no tuvo lugar, acompañada de ataques a los inmuebles, ganados y tierra de los regulares – que en el valle del Duero y sobre todo en el sur explotaban directamente una parte significativa de su patrimonio, y tenían grandes rebaños de ganado mayor y menor –, debido a la existencia de una mayor oposición social a los estamentos privilegiados. Entre 1809 y 1813 los monasterios y prioratos gallegos acogieron a monjes leoneses y castellanos, y los capítulos generales de las congregaciones benita y bernarda se celebraron en 1815 y 1816, de modo excepcional, en Galicia, en Celanova y Oseira respectivamente, porque los monasterios de San Benito de Valladolid y Palazuelos estaban arruinados.

Ahora bien, la situación financiera de los cenobios, esto es, el balance de sus ingresos y gastos en numerario constituye la otra cara de las economías rentistas, y a su estudio están dedicadas las páginas que siguen, elaboradas a partir de los libros de “estado” (resúmenes trienales o cuatrienales realizados al final de cada abadiato) y de los de caja, cuentas cuatrimestrales de los padres cillereros. Con la información que proporcionan esas fuentes hemos tratado de efectuar análisis detallados para descubrir las causas de las dificultades financieras a que debieron hacer frente los monasterios, de modo que la visión optimista que se desprende de la trayectoria de las entradas en especie queda suficientemente matizada.

Conviene recordar que en el reino de Galicia los cistercienses tenían 13 casas de monjes y una de monjas, y en ellas residía en la década de 1780 cerca del 40 por cien de los religiosos de toda España. Las de Oseira y Sobrado figuran entre las más opulentas de la congregación de Castilla. Los benitos estaban igualmente bien representados, con 11 casas, dos de ellas de monjas. Unos y otros habían consolidado en los siglos centrales de la Edad Media dilatados patrimonios rústicos que cedieron en foro a los campesinos. El foro (como los *prazos* portugueses) concedía a los colonos sólidos derechos de usufructo y transmisión de los bienes durante generaciones (“voces”), y de aquí deriva que durante la Edad Moderna los patrimonios señoriales se estimen siempre a partir del monto de las rentas que generan y jamás de su extensión superficial,

a menudo desconocida para los propios titulares del dominio directo. Y cuando se realizó el catastro de Ensenada fueron los campesinos los que declararon, como “propietarios”, las tierras que llevaban en foro, indicio de la fortaleza que alcanzaran los derechos del útil, como iba a quedar de manifiesto la resolución de la llamada polémica de los despojos⁴.

La naturaleza de las rentas forales, entre las que, según quedó indicado, predominan en la Edad Moderna los ingresos en especie poco modificables a corto y medio plazo, sometía a las economías monásticas a unas rigideces acentuadas porque también los gastos o empleos tenían partidas fijas, en concreto alimentación de personas y animales y la limosna, que resultaba necesario atender. Es cierto que la renovación de los foros y la percepción de algunos diezmos les permitió a los monasterios beneficiarse, parcialmente al menos, de la expansión agraria de los siglos *xvi* y *xvii*, pero desde fines de esta centuria las rentas oscilaron poco – salvo las de tipo proporcional – y la pragmática de suspensión de despojos de 1763, que convirtió de hecho los foros en perpetuos, impidió de raíz modificar las pensiones forales. De este modo, los ingresos en especie se fueron alejando, en particular en las comarcas más dinámicas, del sistema de cultivos, que cambiaba de acuerdo con la iniciativa de los campesinos⁵.

Sobre la cuantía de los ingresos en numerario los monasterios tenían también escaso control, al proceder de la venta de cereales y vino no consumidos: no estaban en condiciones de modificar sustancialmente los volúmenes sacados al mercado (muchas veces, las supuestas ventas encubren cobranzas en dinero de rentas estipuladas en especie) y carecían de capacidad para influir en el factor decisivo de los precios, aunque en teoría se beneficiasen de su oscilación estacional. Cuando eran altos, los abades podían sentirse afortunados, pues crecían sus recursos para acometer o continuar obras, adquirir mobiliario o poner calor en la resolución de pleitos pendientes; si eran bajos no quedarían grandes huellas de su gobierno, salvo la que merecieran sus virtudes a la hora de gobernar de modo apacible la comunidad. Los abadologos suelen hacer referencia a estas desiguales coyunturas⁶.

⁴ Ramón Villares y José Luis Díaz-Castroverde, *O conflito foral nos séculos xvii e xviii*, Ourense, Xunta de Galicia/Caixa Ourense, 1997.

⁵ Ramón Villares, “A provisión de 1763 revisitada”, in *O padre Sarmiento e o seu tempo. Actas do Congreso Internacional...*, Santiago de Compostela, Consello da Cultura Galega/Universidade de Santiago de Compostela, 1997, vol. 1, p. 209-224.

⁶ Por ejemplo, el de Oseira; vid. Miguel Romani *et alii*, *El memorial de Oseira en el código 15-B del Archivo Histórico Nacional de Madrid*, Santiago de Compostela, Andavira Editora, 2009.

En todo caso, como las comunidades se fueron alejando del ideal de subsistencia que proclamaba la primitiva regla de San Benito, su dependencia de los recursos monetarios se hizo cada vez más acusada, conforme debían adquirir alimentos y vestuario, objetos de culto, libros y papel; pagar algunos salarios, obras y viajes, pleitos, y gastos exigidos por las congregaciones o la Real Hacienda. Así que el padre cillerero tenía que disponer a la continua de dinero contante y sonante y, por lo mismo, el estado real de un monasterio venía al final determinado por su situación financiera, y la cobranza de todas las rentas de foros y diezmos no garantizaba a este respecto que las arcas de tres llaves estuviesen tan llenas de monedas como podían estarlo las paneras y bodegas. Ahora lo veremos, analizando primero la situación general de varias comunidades y después de modo detallado la trayectoria de unas cuantas, para descubrir las raíces de sus problemas, que no revisten la misma gravedad en todos los casos.

2. Una primera visión a partir de os ingresos y gastos globales de nueve monasterios

Aunque la información sobre la trayectoria de los ingresos globales de varios monasterios es anterior a 1700 (de la década de 1580 en A Franqueira; de la de 1610 en Oia, Oseira y Sobrado, y de la de 1680 en Monfero), y otro tanto cabe decir de la correspondiente a numerosos prioratos, y las cifras ponen de manifiesto que el dinamismo de las diferentes series, generales o parciales, varía de acuerdo con la evolución de las cantidades de cereales y vino comercializadas (que se incrementan notablemente desde la primera mitad del xvii, cuando las rentas eran proporcionales a la cosecha, como sucede con las de vino de Oseira, con las de cereales de Monfero y con los diversos prioratos de este monasterio y del de Sobrado)⁷, aquí vamos a prestar atención solo al período que va de mediados del xviii a la exclaustación, que incluye la fase de apogeo de los ingresos en especie, y en dinero si se atiende a los valores reales (fase que se sitúa a menudo en la década de 1780), y a las dificultades que surgen desde principios del xix. Para ello utilizaremos básicamente los datos generales de los nueve monasterios que conservan los libros de estado o caja para todo o parte del periodo estudiado, aunque no podamos detenernos en el análisis de los

⁷ En los prioratos que Sobrado (Cascas, Porto, Almerezo) y Monfero (Callobre, Ambroa, Saa) tenían en las comarcas del NO de Galicia mantuvieron muchos foros al cuarto y quinto de la cosecha. Sus contabilidades se conservan en el Arquivo do Reino de Galicia (A Coruña) (en adelante ARG), Fondos de Clero.

balances de ingresos y gastos de todos; quedan fuera los cenobios de Aciveiro, Meira, Oia, Penamaior, y el femenino de Ferreira, de los que no se guardan esa clase de fondos o están incompletos.

Cuadro I

Evolución de los ingresos y de los gastos totales en dinero de algunos monasterios
en la etapa final del Antiguo Régimen. Media anual en reales

<i>Años</i> <i>(abril a abril)</i>	<i>1) Sobrado</i>			<i>2) Oseira</i>		
	<i>Ingresos</i>	<i>Índice</i>	<i>Gastos</i>	<i>Ingresos</i>	<i>Índice</i>	<i>Gastos</i>
1750-56	186.802,50	70	181.421,00	198.761,75	74	204.814,50
1756-63	225.487,00	84	224.663,75	246.816,00	91	241.157,75
1763-71	243.390,50	91	241.217,00	264.364,50	98	229.742,50
1771-79	243.590,00	91	246.995,00	236.924,00	88	267.618,25
1779-87	268.506,50	100	264.312,50	269.796,50	100	269.163
1787-95	292.603,50	109	294.578,75	316.446,50	117	320.926,25
1795-1803	376.151,00	140	380.513,50	472.617,75	175	440.313,50
1803-11	341.633,00	127	341.654,50	329.406,50	122	376.298,25
1811-15	272.262,00	101	366.840,50	455.196,50	169	460.925,25
1815-19	334.069,00	124	347.151,75	431.142,50	160	432.721,25
1824-28	225.213,00	84	224.996,75	243.573,25	90	273.810,25
1828-32/34	187.780,00	70	187.984,50	173.973,75	64	173.707,50
1750-56	53.296,50	57	53.916,50	120.285,00	98	117.684,50

1756-63	63.148,75	67	62.956,50	67	121.360,50	99	125.019,50	101
1763-71	90.728,75	97	84.161,25	90	128.711,50	105	129.155,00	105
1771-79	84.172,00	90	91.181,00	97	122.513	100	122.457,50	99
1779-87	93.850,50	100	93.870,00	100	122.613,50	100	123.375,50	100
1787-95	101.252,50	108	101.202,00	108	133.513,75	109	129.044,50	105
1795-1803	136.366,50	145	117.958,00	126	166.628,75	136	172.449,50	140
1803-11	152.285,50	162	179.204,75	191	160.540,50	131	163.409,50	132
1811-15	163.755,50	174	185.655,50	198	167.235,75	136	170.980	139
1815-19	132.055,00	141	161.520,75	172	221.198,75	180	216.850,50	176
1824-28	86.529,50	92	86.787,50	92	121.644,50	99	–	–
1828-32/34	78.430,75	84	83.321,00	89				

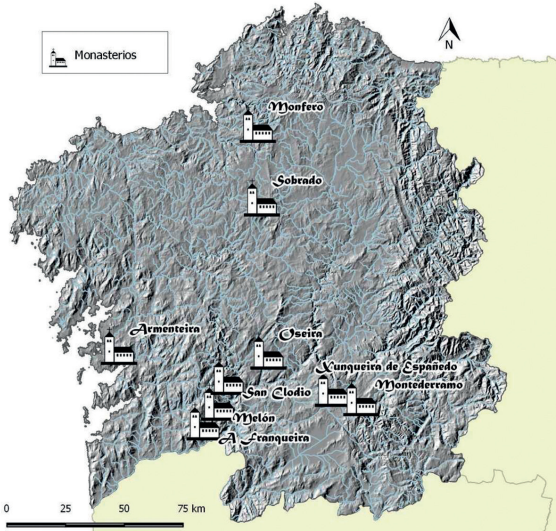
Años (abril a abril)	5) San Clodio			6) Montederramo			
	Ingresos	Índice	Gastos	Ingresos	Índice	Gastos	Índice
1750-56	—	—	—	—	—	—	—
1756-63	66.320,25	72	62.104,00	71	—	—	—
1763-71	71.656,50	78	75.283,75	86	—	—	—
1771-79	81.138,00	89	73.701,25	84	—	—	—
1779-87	91.665,00	100	87.258,00	100	119.606,50	128.612,50	100
1787-95	110.525,50	121	117.033,25	134	150.124,00	150.693,75	117
1795-1803	129.607,25	141	120.684,50	138	182.932,50	160.623,00	125
1803-11	124.201,50	135	127.796,25	146	163.841,00	162.278,00	126
1811-15	145.433,50	159	148.216,50	170	166.072,00	161.977,50	126
1815-19	112.274,00	122	150.826,50	173	142.503,50	173.768,50	135

1824-28	60.220,00	66	87.708,00	101	106.120,75	89	106.712	83
1828-32/34	63.118,50	69	68.945,75	79	78.822,00	66	085.859,25	67

Años (abril a abril)	7) Armenteira				8) A Franqueira			
	Ingresos	Índice	Gastos	Índice	Ingresos	Índice	Gastos	Índice
1750-56	44.848,75	75	54.555,75	88	14.019,00	93	13.666,75	91
1756-63	57.308,50	96	59.186,75	95	14.158,00	94	16.740,50	111
1763-71	52.516,25	88	52.459,00	84	14.849,00	99	14.263,25	95
1771-79	59.698,50	99	60.710,25	98	13.680,50	91	14.336,00	95
1779-87	59.999,50	100	62.255,50	100	15.068,50	100	15.089,75	100
1787-95	66.688,75	111	71.507,50	115	16.812,00	112	15.636,00	104
1795-1803	86.149,50	144	82.728,00	133	26.429,50	175	25.998,50	172
1803-11	73.701,00	123	83.988,00	135	22.798,00	151	23.324,00	155
1811-15	67.806,50	113	69.760,25	112	25.024,50	166	29.506,50	196
1815-19	89.195,00	147	83.741,50	135	24.587,00	163	26.196,25	174
1824-28	57.355,00	96	60.222,00	97	—	—	—	—
1828- 32/34	48.072,00	80	62.410,75	100	—	—	—	—

<i>Años</i> <i>(abril a abril)</i>	<i>9) Xunqueira de Espadañedo</i>			
	<i>Ingresos</i>	<i>Índice</i>	<i>Gastos</i>	<i>Índice</i>
1750-56	28.569,00	73	—	—
1756-63	31.124,00	80	29.894,00	76
1763-71	30.383,50	78	30.258,50	76
1771-79	34.449,25	88	40.552,50	102
1779-87	39.032,50	100	39.585,25	100
1787-95	46.290,00	119	47.144,50	119
1795-1803	56.688,50	145	60.745,00	153
1801-11	52.641,75	135	53.534,00	135
1811-15	75.162,50	193	63.770,00	161
1815-19	50.487,25	129	63.140,00	160
1824-28	39.731,75	102	39.895,00	101
1828-32/34	24.179,00	62	—	—

Fuente: Elaboración a partir del Archivo del Reino de Galicia, Monasterios, libros 21 (Sobrado), 12 y 317 (Monfero); Arquivo Diocesano de Ourense, libro de estado de Melón, Archivo Histórico Provincial de Ourense, libros 743 (San Clodio), 790 (Xunqueira), 452 (Montederramo), Archivo Histórico Nacional, 9.967 (Armenteira) y 10.054 (A Franqueira). Biblioteca del monasterio de Poio, libro de estado de Oseira.



De las nueve comunidades, cuatro alcanzan sus mayores ingresos nominales en 1795-1803 (A Franqueira, Montederramo, Oseira y Sobrado); tres en 1811-1815 (Monfero, San Clodio y Xunqueira), y dos en 1815-19 (Armenteira y Melón). Pero si se tiene en cuenta que por comparación a 1779-1787 los precios de los cereales superaron en general el índice 180 en 1795-1803, y el 220 en 1815-1818, fácil es colegir que los ingresos reales de los monasterios no siguieron ese ritmo o, lo que es lo mismo, perdieron capacidad adquisitiva, al menos medida en su equivalencia en fanegas de cereal⁸. Hay que advertir, con todo, que a partir de los datos de las propias contabilidades monásticas de paneras y prioratos, se aprecian divergencias notables en la intensidad del alza de los precios en el período mencionado. Y que los principales desembolsos de las comunidades estaban motivados por adquisiciones de vestuario, obras y mobiliario litúrgico, y por alimentos de los que los cereales apenas formaban parte, salvo cuando el trigo y excepcionalmente el centeno – en San Clodio – de las rentas no llegaban para el consumo ordinario. Y debe asimismo repararse en que después del Trienio los ingresos en numerario están en muchos casos al nivel de los precios, debido al brusco descenso de éstos a partir de 1818 y al esfuerzo que los monasterios hicieron para comercializar una mayor proporción de rentas a costa de reducir las limosnas y el consumo ordinario.

Si reparamos en la evolución comparada de los índices de ingresos y gastos hay que concluir que, en principio, la situación financiera de los monasterios no parece dramática, aunque algunos conociesen apuros puntuales, que ahora analizaremos. En cualquier caso, resulta evidente lo que adelantábamos: que no es lo mismo contemplar las economías monásticas a partir de las entradas en especie, que apenas cambian después de la guerra de la Independencia o del Trienio, que los ingresos y gastos en dinero, en donde se registran en ocasiones balances negativos, pero aun así estamos lejos de una situación ruinosa (que a veces proclaman los monjes, alarmados ante los cambios políticos), que derivaría de una oposición generalizada al pago de rentas, como se registró en otros territorios. Los análisis de caso nos ayudarán a explicar las diferentes situaciones.

⁸ Antonio Eiras Roel, Rafael Usero González, “Los precios de los granos en Santiago de Compostela y Mondoñedo”, in Antonio Eiras Roel *et al.*, *Las fuentes y los métodos*, Universidad de Santiago de Compostela, 1977, p. 243-288.

3. Sobrado y Oseira: dos monasterios opulentos

Estas eran las comunidades del Císter más opulentas de Galicia, y pocas de la Congregación de Castilla podían sobrepasarlas en el terreno patrimonial. La prueba de su fortaleza es que llegaron a la exclaustación en una situación que no tenía nada de dramática.

Sobrado registró desde 1750 a 1832 un gasto anual de 276.034 reales, de los cuales correspondieron 70.992,5 a obras (el 25,7 por cien) y 9.020 a pleitos (el 3,3). No hay grandes diferencias entre la segunda mitad del XVIII y primera del XIX, salvo el incremento porcentual de desembolsos por obras (68.362 reales al año de 1799 a 1818, y 54.204,5 en 1824-32, el 19 por cien del gasto en el primer período y el 23 en el segundo, debido a que hubo que reparar los estragos del Trienio), en tanto los pleitos rondan en el primer tercio del XIX los 8.000, un 2,5 por cien, menos incluso que en 1750-99. En cambio, de 1807 a 1819 las contribuciones, incluyendo 70.440 reales de donativo, ascendieron a 562.633 reales, cantidad 3,4 veces superior a la de los pleitos, y que entre 1811 y 1819 incidió significativamente en los gastos (49.125 reales por año, el 13,8 por cien de las salidas), si bien desde el Trienio su impacto es mucho menor. Además, los monjes de Sobrado destinaron importantes cantidades a la compra de trigo y sobre todo de vino, un gasto que ha de imputarse más a determinados prioratos que a la casa central, receptora de vino de las administraciones del Ribeiro y de trigo de las radicadas en la costa. Baste decir que en el cuatrienio finalizado en abril de 1815 figuraron 236.551,5 reales empleados en compra de vino, y en el concluido en 1819, 136.454,5 (respectivamente, un 16 y un 9,8 por cien del gasto total), indicio de que la “decente sustentación” de los monjes y huéspedes estaba por encima de algunos puntuales desequilibrios financieros de finales del Antiguo Régimen⁹.

Por lo que toca a Oseira, el libro de estado no registra deudas en los balances previos a la exclaustación, y la comunidad destina a obras cantidades muy superiores a las que consumen los pleitos: en la segunda mitad del XVIII los religiosos emplean en obras 76.640 reales por año, un 28 por cien del gasto total, mientras los pleitos consumen 11.725 reales, el 4,3 de las salidas. En el primer tercio del siglo XIX los desembolsos en obras cayeron a un promedio anual de 51.285 reales (el 13,2 por cien del gasto), pero los empleos en pleitos

⁹ ARG, Fondos de Clero, libro 21 de Sobrado.

no se dispararon: 15.541 reales, el 4 por cien de las salidas totales (un 5,1 por cien hasta 1811, un 2,9 de 1811 a 1819, y un 3,9 después del Trienio)¹⁰.

En realidad, no pocos de los problemas financieros que tienen los monasterios en la etapa final del Antiguo Régimen derivan de innovaciones legislativas de tipo fiscal que realiza la administración monárquica. Están por supuesto o las nuevas contribuciones que desde la guerra contra Napoleón se añaden a los donativos anteriores. Oseira en concreto destinó al pago de contribuciones desde abril de 1807 al mismo mes de 1832, 728.226,5 reales, casi el 10 por cien del gasto total y una cifra tres veces superior a los desembolsos en pleitos¹¹. Están, y son muy importantes, las disposiciones del Consejo y Cámara de Castilla tocantes a la reforma benefical, posteriores al concordato de 1753, y que instan a los obispos a reordenar el mapa parroquial, a dotar mejor a costa de los diezmos a los curas y vicarios cuando fuese necesario, y a estabilizar a estos últimos, y están también las disposiciones papales suprimiendo los diezmos exentos (breve de I-VIII-1796), que la Real Hacienda se aplicó para sí, junto con el real noveno (1803)¹². Sabemos por las investigaciones de Ofelia Rey que los monasterios no eran grandes perceptores de diezmos – a diferencia de las mitras y cabildos y el conjunto de los párrocos –, pero alrededor de un tercio de sus ingresos procedía de esta fuente¹³, y a las pérdidas que sufrieron en ocasiones a manos del Crédito Público y de curas expeditivos, se añaden las derivadas de aumentos de congruas, de la contribución a los arreglos de templos parroquiales en donde cobraban diezmos en la condición de patronos – apremiados por obispos menos condescendientes que antes – y los desembolsos en pleitos en tribunales diocesanos, en la Nunciatura, en la Cámara o en la Rota. Para varios monasterios, las consecuencias de este entramado legislativo, que estimuló las reivindicaciones de curas y de comunidades parroquiales,

¹⁰ Biblioteca del monasterio de Poio, libro de estado de Oseira, y Archivo Histórico Provincial de Ourense (en adelante AHPO), Clero, libro 607 (libro de pleitos de Oseira).

¹¹ Para el contexto general, vid. Ofelia Rey Castelao, “La crisis de la economía de las instituciones eclesiásticas en Galicia”, en P. Saavedra, R. Villares (eds.), *Señores y campesinos...*, cit., p. 261-303.

¹² Sobre la reforma benefical son fundamentales los trabajos de Maximiliano Barrio Gozalo, en especial su libro *El sistema benefical de la Iglesia española en el Antiguo Régimen (1475-1834)*, Alicante, Universidad de Alicante, 2010. Para la cuestión concreta de la fiscalidad sobre la Iglesia, Angel I. Fernández González, “A fiscalidade eclesiástica en Galicia, 1750-1850”, tesis doctoral inédita, Departamento de Historia e Institucións Económicas, Universidade de Santiago de Compostela, 1995, p. 236-247.

¹³ Ofelia Rey Castelao, “El reparto social del diezmo en Galicia”, *Obradoiro de Historia Moderna*, 1 (1992), p. 154-156.

fueron más importantes que la oposición “popular” al pago de rentas, que puntualmente existió.

En Oseira en concreto, a partir del ejercicio 1796/97 comienzan a mencionarse en el libro de pleitos los ocasionados por diversos curas y vicarios: primero los de Labacengos, Montoxo, Cedeira y Cudeiro, y luego los de Salto, Marín y Oleiros, incidencias a las que añadieron las derivadas de diezmos exentos y de la casa diezmera. No faltaron litigios por algunos privilegios señoriales (barca de Prado, cañal de pesca de Oleiros, estanco de la venta de vino en Marín), ni tampoco prorrateos conflictivos, pero al monasterio le ocasionaron menos dispendios y trabajo que el originado por curas tenaces, y por las trabas que ponen algunos prelados (Santiago, Ourense, Lugo) para el ejercicio del derecho de patronato, lo que obliga al archivero a compulsar documentación en los diversos prioratos: así sucede, por ejemplo, en 1787 con los curatos de Torrezuela, Souto, San Juan de Arcos y San Miguel de Monte¹⁴.

4. Monfero y Melón: dos comunidades medianas en apuros por causas distintas

El monasterio de Monfero sí atravesó notables desequilibrios financieros en las dos primeras décadas del *xix*, y aunque desde 1818 la situación mejoró un poco, hasta vísperas de la exclaustación no logró ajustar los balances. Como en los casos anteriores, gastó mucho más en obras que en pleitos, pero esto es solo una parte del problema. Desde 1750 a la exclaustación los empleos anuales por obras alcanzan los 22.302 reales, un 29,9 por cien del gasto total, y los correspondientes a pleitos 5.175 reales, el 6,9 por cien de las salidas: el 8,4 de 1750 a 1771, mientras en el *xix* solo en 1815-19 se llega al 8 por cien, quedando en los otros cuatrienios por debajo del 4. En realidad, los gastos por obras contribuyeron a iniciales desequilibrios, pues en 1805-1808 alcanzan los 122.127,5 reales de promedio, representando de modo excepcional casi un 56 por cien del gasto total, pero la causa estuvo en la perentoria necesidad de reparar los grandes estragos causados por un rayo en la fábrica monástica¹⁵. Desde 1811 a la exclaustación se sitúan en 12.279,5 reales anuales: 11.201 antes del Trienio y 13.661,5 después, en parte debido a reparos en el inmueble, como señalan

¹⁴ Abundante información en el libro de gastos en pleitos (AHPO, Clero, libro 607 de Oseira; otros beneficios objeto de pleitos: Piteira, Coiras, Cela, Prado, Lueda...).

¹⁵ ARG, Clero, libro 317 de Monfero (libro de caja en mal estado), y Archivo Histórico Nacional de Madrid (en adelante AHN), Clero, libro 3.047 (libro de gastos de pleitos distribuidos por ejercicios económicos con lagunas).

tanto el abadologio como el libro de pleitos. El primero refiere la “rapacidad de los paisanos de dentro de esta jurisdicción que hicieron en él [monasterio] un destrozo asombroso”, pues “no dejaron hierro alguno en todo él, ni puertas, ni cristales, ni ventanas”, de modo que los desperfectos se tasaron en 52.457 reales. (la plata, el archivo y la librería quedaron en manos del Crédito Público, que subastó parte de los bienes)¹⁶. Desde el 30 de junio de 1823 los monjes se fueron juntando en el monasterio, “según se iban habilitando algunas celdas y reuniendo medios para la subsistencia”, pero costó algún trabajo recuperar muebles, el órgano y determinados libros¹⁷.

En cualquier caso, lo que más afectó al monasterio de Monfero fueron las reclamaciones de curas y vicarios y la innovación sobre las medidas sobre diezmos exentos. Para los ingresos de Monfero esto último tenía importantes repercusiones dado que conservaba muchos foros al cuarto y al quinto de la cosecha, y en esa cuota se incluía el diezmo. A partir de la supresión de la exención, había que diezmar antes de “cuartear” y “quintar”, con lo que las rentas proporcionales también se minoraban, los colonos reclamaron una rebaja de las rentas al pagar el diezmo aparte, y el Crédito Público se apropió de los diezmos antes incluidos en los foros, a lo que el monasterio se opuso con tesón, pues entendía, y con razón, como finalmente reconoció el Consejo de Hacienda, que una cosa era la exención de pagar diezmos a terceros, que sí abolía el breve papal de 8 de junio de 1796, y otra no percibir o incluir en los foros o arriendos los que le correspondían¹⁸. Pero mientras la cuestión no se resolvió, el Crédito Público cobró mediante arrendatarios esos diezmos, u obligó al monasterio a pagárselos, con lo que le ocasionaba nuevos gastos en el litigio. Así se suceden los balances negativos entre ingresos y gastos desde el ejercicio 1808/1809, que crecen hasta 1815/16, cuando el alcance en contra sube a 154.436 reales, mientras las contribuciones y los arreglos con los arrendatarios de diezmos ascienden, desde 1808/09 a 1818, a 275.800 reales, el 15,5 por cien del gasto.

Desde 1803 los abades venían luchando para recuperar los diezmos exentos, y aunque al poco obtuvieron alguna sentencia favorable el asunto no se solucionó hasta 1815, cuando el monasterio sacó ejecutorias de la resolución del Consejo de Hacienda. Así, el abad fray Ruperto Martínez, hijo de la casa, que entró a gobernar en 1803, logró que los diezmos de Callobre “se declararan (...) por no comprendidos en el breve de su santidad”, y “asimismo hizo los competentes

¹⁶ AHN, Clero, código 259 de Monfero (abadologio).

¹⁷ AHN, Clero, libro 3.047 de Monfero.

¹⁸ A. I. Fernández González, “A fiscalidade...”, cit., p. 241-243, expone la importancia del breve papal anulando las exenciones decimales. Los monasterios solicitaron al respecto varios informes sobre su alcance.

recursos al Consejo de S. M. oponiéndose con la mayor entereza a las tropelías de los arrendatarios de Betanzos, que con el especioso título de diezmos exentos, pretendían alzarse con todos los que pertenecían al monasterio y aunque no logró ver terminado el asunto lo dejó en un estado próximo a sentenciarse favorablemente”. Sería fray Lorenzo de Sierra, también hijo de la casa y que comenzó su abadiato en 1815, quien culminase felizmente el importante y costoso pleito, que afectaba a los diezmos, y en ocasiones cuartos y quintos, de trece parroquias: sacó carta ejecutoria y “se consiguió la devolución de gran parte de los maravedises que S. M. había percibido durante el pleito”¹⁹. En efecto, el libro de caja registra devoluciones del Crédito Público desde el ejercicio de 1814/15, con lo que en abril de 1819 deja un saldo positivo de 2.247 reales, que no se consolida, pues desde el Trienio los alcances son negativos, salvo en 1824/25 y 1832/33²⁰.

Cuando en 1801 el Crédito Público se apropiara de los diezmos exentos de Monfero respetara sin embargo los que pudieran corresponder a los curas y vicarios, y éstos, apoyados por los prelados de Mondoñedo y Santiago, no dieron tregua al monasterio. Los enfrentamientos entre la comunidad y algunos curas venían de lejos, pues a principios del siglo XVIII varios de los encargados de parroquias del priorato de Labrada se pusieron de parte de los colonos-vasallos en un ruidoso pleito con el monasterio por diversas cargas de tipo personal (labores en majas y otras prestaciones), al tiempo que se apropiaban de diezmos y no respetaban diversos privilegios de la institución señorial, propasándose a realizar sin su permiso entierros en la capilla mayor u obligando a los criados del prior a cumplir el precepto en la iglesia²¹. Por esta causa, en 1721/22 el provisor de Santiago, a instancias del cura de Callobre, condujo presos a la ciudad a las personas que se hallaban al servicio del prior, situación que se repetiría en 1759/60²².

Durante la primera mitad del XVIII los procuradores de Monfero se ven obligados a acudir a los tribunales eclesiásticos de Mondoñedo y Santiago, a la Cámara y a la Nunciatura e incluso a Roma para contradecir las pretensiones

¹⁹ AHN, Clero, código 259 de Monfero.

²⁰ ARG, Clero, libro 317 de Monfero (ya quedó advertido que se trata del libro de caja, en mal estado y no siempre es fácil interpretar la información).

²¹ AHN, Clero, libro 3.047 de Monfero; el código 259, del mismo, contiene un resumen del pleito con los colonos-vasallos del priorato de Labrada.

²² En el mencionado libro de pleitos, en los gastos de 1721/22 se anota: “Dio el cura de Callobre cuenta en Santiago que los criados de la granja no cumplían con el precepto anual en su iglesia; vinieron ministros y los llevaron presos”. Lo mismo en 1759/60, cuando va presa también la criada.

de diversos curas, favorecidos en ocasiones por los provisoros, caso del de Santiago, que en 1753/54 da la razón al de Ambroa en punto a aumento de congrua²³. Después del concordato de 1753, los conflictos sobre reparto de diezmos, aumento de congruas y presentación de curatos se recrudecen y multiplican: los 14.261 reales de gastos en pleitos del ejercicio 1757/58 están todos ocasionados por asuntos de curatos, que obligaron al procurador monástico a compulsar caudalosa documentación en el obispado de Mondoñedo, ciudad en la que en 1764/65 el propio abad debió pasar doce días, ante el cariz que tomaban los pleitos de las vicarías de Buriz, Labrada y Xestoso, que el prelado pretendía redotar y cubrir por concurso.

Las sentencias favorables que el monasterio conseguía en la Nunciatura no surtían efecto, de ahí que el abad intentase presentar en 1799/1800 a un religioso para la vicaría de Buriz, cosa que el obispo de Mondoñedo, decidido a apoyar a las curas de almas y cubrir las parroquias por concurso, rechazó de plano, lo que no impidió que el abad de 1811/12 pretendiese lo mismo en Xestoso, al fallecer el cura, y que todavía el de 1828/29, cuando seguían sin fenecerse pleitos por congruas, tratase de enviar a Ambroa a un monje como cura de almas, propósito entonces bastante ingenuo, a la vista de la firmeza que los prelados venían mostrando en sus recursos ante la Cámara. Así, la redotación del curato de la extensa parroquia de Santa María de Xestoso, con unos 260 vecinos a principios del XIX, dio origen a un abultado expediente debido a que el obispo le asignó en 1815 al cura de congrua dos tercios de los diezmos (unos 12.000 reales), que el sacerdote se apresuró a cobrar “asaltando” las “medas” que el prior reuniera en su era, procedentes de la cobranza de cuartos, quintos y diezmos. El monje granjero no se quedó quieto, y según denunciaba el obispo, “ha cometido el escandaloso atentado de arrebatarse [al cura] con violencia estrepitosa los diezmos que [le] había señalado para la precisa subsistencia y socorro temporal de sus feligreses”.

Para el abad, que se veía privado del patronato y de los diezmos de Xestoso, el obispo había llevado adelante “un expediente de congruidad de que quizá no

²³ En el ejercicio 1732/33 el monasterio gastó 11.541 reales en pleitos, de ellos 4.096 en Roma, en asuntos relacionados con vicarías. Entonces también se iniciaba el conflicto interno entre los cistercienses, en el que los monasterios gallegos tuvieron un protagonismo destacado, y que no concluyó hasta 1738, con la bula cuatripartita. En el ejercicio mencionado, Monfero envió a Roma 7.168 reales en doblones de plata vieja (con un 16% de conducción). El pleito del cura de Callobre (al que en el libro de pleitos se llama en principio “cura nuevo”, y luego, rectificando, “vicario nuevo”) continuó en años siguientes. AHN, Clero, libro 3.047, cuentas de los ejercicios respectivos.

habrá ejemplo en esta diócesis”²⁴. Hubo otros, pues en el fondo del Patronato Real del Archivo Histórico Nacional pueden consultarse varios expedientes de la diócesis de Mondoñedo (como el de la feligresía de Barreiros, cuyo cura fue redotado generosamente a costa de los diezmos del cabildo), pero el caso es que la mejor dotación de los curatos a costa de los diezmos del monasterio es una de las causas de la caída de sus ingresos en la etapa final del Antiguo Régimen y se refleja bien en el descenso del “útil” que envían algunos priores al cillerero, una vez que no reciben apenas diezmos y que afrontan crecientes gastos. Después del Trienio aparecen alusiones a pleitos por luctuosas forales, laudemios y oblatas y por cobranzas de rentas (de patata, sobre todo), pero, a juzgar por las fuentes consultadas – contabilidades y libros de pleitos –, los serios apuros financieros de Monfero derivan fundamentalmente, como quedó indicado, de conflictos relacionados con la reforma benefical y los diezmos exentos.

Y si, por las razones que explicamos, Monfero atraviesa en la etapa final del Antiguo Régimen una situación financiera más delicada que Oseira y Sobrado, en Melón sucede algo parecido, aunque por causas en parte distintas, debido a que este monasterio ourensano se ve afectado por resistencias contumaces al pago de rentas en varios prioratos. En la segunda mitad del XVIII el gasto medio anual fue de 126.216,25 reales, correspondiendo 24.172 (el 19,2 por cien) a obras y 6.703 (el 5,3 por cien) a pleitos. Desde 1799 a 1820 (el libro de estado tiene lagunas para después del Trienio) el gasto total subió a 177.719 reales por año, perteneciendo a las obras el 16,3 por cien (28.972,5) y a los pleitos el 5,1 (9.044), con particular incidencia desde 1811²⁵.

Algunos conflictos prolongados y ruidosos sobre despojos de bienes forales le habían ocasionado al monasterio elevados desembolsos en las décadas de 1750 y 1760 (un 7,5 por cien del gasto total)²⁶, mientras a partir de entonces fueron los prorrateos de rentas, las disputas relacionadas con la provisión y

²⁴ AHN, Patronato Real, legajo 15.960, con todo el pleito referido al aumento de congrua de la feligresía de Xestoso.

²⁵ El libro de estado de Melón se encuentra en el Archivo Diocesano de Ourense (y no en el Histórico Provincial, que guarda la mayor parte de la documentación de los monasterios de la provincia). Tuvimos noticia de él por un trabajo del archivero Miguel González García, “La movilidad de los monjes del monasterio cisterciense de Melón de 1717 a 1828”, in *Actas IV Congreso Internacional del Cister en Portugal y en Galicia*, Zamora, Monte Casino, 2010, vol. 1, p. 473-495.

²⁶ Información abundante sobre estos conflictos en José L. Díaz-Castroverde, “Conflictos por la tierra en la provincia de Ourense en el siglo XVIII: el protagonismo del conde de Troncoso en la disputa”, in Jesús de Juana y Xavier Castro (eds.), *VIII Xornadas de Historia de Galicia: Aspectos históricos de Ourense. Anexo*, Ourense, Deputación Provincial de Ourense, 1995, p. 133-156; Pegerto Saavedra, “As mulleres do couto de Rubillón fronte ó mosteiro de Melón no século XVIII”, *Boletín Auriense*, 41-42 (2011-2012), p. 201-225.

dotación de curatos y finalmente los pleitos de reversión a la corona de varias parroquias las incidencias que obligaron a archiveros y procuradores monásticos a un intenso trabajo de búsqueda y compulsión de papeles, de alegaciones ante los tribunales y de asistencia sobre el terreno a los miembros de los tribunales que recibían declaraciones o se encargaban de realizar los prorrates. Así, desde 1775/76 la comunidad sigue pleito en el provisorato, la Cámara y la Nunciatura con el obispo de Tui, quien pretendía sacar a concurso los ricos curatos de Arbo y Barcia de Mera; dos décadas después el rector de Santo Tomé de Freixeiro, en las cercanías de Vigo, motu propio pasó a cobrar los diezmos que antes iban al priorato: “El abad de Santo Tomé puso demanda sobre los diezmos en virtud de breve de Su Santidad /1996/ y ganó despacho ejecutivo para que los colonos le contribuyesen con los diezmos”; lo mismo hizo el cura de San Paulo con los de Cela, mientras el Crédito Público se apropiaba de los exentos de Reza, y el prelado tudense continuaba con gran determinación la aplicación de la reforma benefical, pretendiendo desde 1806/07 hacer perpetuas y colativas todas las vicarías y curatos nuntiales, aunque estuviesen administradas por monjes²⁷. Estos litigios se alargaron mucho, y algunos, como el de Santo Tomé, seguían vivos en el momento de la exclaustración, si bien el monasterio consiguió en la tardía fecha de 1824/25 que el Crédito Público le reintegrase los diezmos exentos de Reza.

Al tiempo, también desde fines de la década de 1770 el monasterio tuvo que realizar prorrates muy conflictivos y lentos en el priorato de A Xironda y en otras administraciones y parroquias (Orega, Guillade, Outeiro, Reza, etc.)²⁸. A principios de la década de 1780, cuando el monasterio lograra concluir los contestados prorrates de A Xironda, los colonos entablaron una demanda de tanteo o reversión a la corona, que llegó a la sala de Mil y Quinientas²⁹, cosa que también harían después de las Cortes de Cádiz los vecinos de la populosa

²⁷ AHPO, Clero, libro 400 de Melón (gastos en pleitos). El monasterio de Melón estaba situado en la diócesis de Tui, la única de Galicia en la que varios obispos enérgicos lograron aplicar parcialmente la reforma benefical, creando en la segunda mitad del XVIII y primer tercio del XIX 32 parroquias nuevas (de 248 se pasó a 370), mediante la división de las que tenían mucho vecindario; Pegerto Saavedra, Hortensio Sobrado, Antonio Presedo, “La red parroquial y el clero rural en la Galicia de los siglos XVI-XIX: resultados de una investigación en curso”, *Obradoiro de Historia Moderna*, 22 (2013), p. 103-109.

²⁸ En el ejercicio 1776/77, por ejemplo, el ejecutor ocupa 19 días en A Xironda y el escribiente 364; y en el siguiente el primero otros 147 días. Hay más casos de prorrates que no se concluyen en un año, con lo que las costas son muy elevadas. AHPO, Clero, Libro 400 de Melón (cuentas de los ejercicios correspondientes).

²⁹ En 1807 los vecinos consiguieron que el Consejo de Castilla expeliese del priorato de A Xironda al monje granjero, que murió al poco de llegar al monasterio. Este no pudo realizar un memorial de deudores, para reclamar pagos. La Sala de Mil y Quinientas, del Consejo de

parroquia de Barcia de Mera. Desde 1807, el monasterio dejó de cobrar la renta foral en el primer priorato, aunque no el diezmo, lo que pone de manifiesto que los colonos se movían en el universo del derecho, consideraban que una carga tenía legitimidad y otra no. No será hasta inicios de la década de 1830 cuando los monjes recuperen la cobranza normal de los foros, después de vencer en los tribunales a los colonos y de utilizar auxilio militar en varias ocasiones desde 1825/26 para obligarles a acatar las sentencias. De resultas de la conflictividad generada por prorrates, curatos y en especial por la negativa al pago de rentas forales en algunas administraciones el monasterio de Melón tuvo entre 1811 y la exclaustración unos gastos en pleitos superiores, en términos porcentuales, al de las comunidades de Oseira, Sobrado y también Monfero. Desde 1811 a 1815 los desembolsos por el concepto mencionado le supusieron 9.958 reales al año (el 5,8 por cien del gasto total), y de 1815 a 1819, 20.054,75 (el 9,3). Después del Trienio fueron abultados hasta abril de 1829/30, cuando quedaron sometidos con auxilio militar los colonos de A Xironda (12.576 reales por año desde 1823/24 a 1829/30; 4.433 de 1830/31 a 1834/35)³⁰.

Melón tampoco se vio libre de contribuciones: desde abril de 1807 al mismo mes de 1811 el libro de estado registra un donativo de 72.601 reales (al que han de añadirse 25.474 robados por los franceses), 168.744 de contribuciones (cantidad casi igual a la de los pleitos en ese período: 167.891), y 29.900 por devolución del real noveno, en total 271.245 reales, un 10,2 por cien del gasto total. A todo ello se añaden los impagos o deudas activas, que inflan artificiosamente el recibo o el alcance a favor, del que se dice en abril de 1815 que “como todo está en deuda, como va expuesto, nada queda en efectivo”. A la sazón, las deudas en la casa central y prioratos alcanzaban unos 126.000 reales, aparte de 3.781 ferrados de centeno, 598 moyos de vino, y varios “verbos” o rentas menores (carneros, gallinas)³¹. En el cuatrienio finalizado en abril de 1819 quedaba, en teoría, un alcance a favor de 17.397, 25 reales., pero se mantenían en los balances unas deudas de 126.029,25, que se esperaba cobrar, lo que al

Castilla, era el más alto tribunal de la monarquía, y solo admitía apelaciones en caso de pleitos sobre materia de mucho valor (en origen 1.500 doblas).

³⁰ AHPO, Clero, Libro 400 de Melón. En el ejercicio 1825/26, por ejemplo, el monasterio gasta 19.732,75 rs. en el pleito de A Xironda, incluidos la ayuda de costa para el auxilio militar; en el siguiente, 7.086 en Barcia de Mera, por la cuestión del tanteo de rentas. Con todo, en 1833/34 aún continúan los gastos por cobranzas en A Xironda. Desde 1824 no hay información en el libro de estado sobre ingresos y gastos globales.

³¹ “*Se deben también a la cillerería más de mil gallinas, 45 carneros y otros verbos que no se mencionan por su corto valor*”. Archivo Histórico Diocesano de Ourense (en adelante AHDO), libro de estado de Melón.

menos parcialmente sucede después del Trienio, aprovechando la coyuntura de la década ominosa³².

5. Otros monasterios: San Clodio, Armenteira, Montederramo

Los desequilibrios financieros afectan también a otros monasterios, algunos de menores ingresos que los hasta ahora analizados. El de San Clodio de Leiro obtenía sus entradas en numerario de la venta de vino en la bodega de la casa central y en los prioratos – sobre todo en la granja de A Grova –, y al respecto no deja de ser llamativo que hasta 1815 los índices de los ingresos en dinero ascendiesen más que las de otras comunidades vendedoras ante todo cereales (cuyos precios ascendieron más que los del vino), como Sobrado, Armenteira o Montederramo. Con todo, desde el Trienio los déficits se repiten en los diferentes ejercicios, lo que hay que atribuir no tanto a los gastos en pleitos como a la caída de las rentas de vino, parte de ellas proporcionales, y a los desembolsos en alimentación, significativos, pues San Clodio no compraba solo trigo para la comunidad, sino centeno para la familia o criados, por eso más de un tercio de las salidas totales en numerario venía originada por la adquisición de productos alimenticios. Prescindiendo de períodos en los que el libro de caja mezcla empleos por distintos conceptos podemos observar en el cuadro siguiente lo que representan a fines del XVIII y principios del XIX dentro del gasto total, los empleos en alimentación, obras y pleitos.

Cuadro 2

Distribución de algunos gastos en dinero del monasterio de San Clodio.
Medias anuales en reales

<i>Años</i>	<i>Gasto total</i>	<i>Alimentación</i>	<i>%</i>	<i>Obras</i>	<i>%</i>	<i>Pleitos</i>	<i>%</i>
1789-99	116.403,00	45.012,00	38,7	19.875,00	17,1	4.329,50	3,7
1800-19	137.059,00	61.489,50	44,9	21.521,50	15,7	1.613,50	1,2
1824-33	79.689,00	25.482,00	32,0	6.738,50	8,5	2.476,50	3,1

Fuente: AHPO, Clero, libro 743 de San Clodio. Para los gastos en alimentación, I. Rionegro, *Estructura económica del Císter*, cit., p. 152.

³² Ya en abril de 1824 se recuperaran 14.000 rs. de deuda de la panera (de 36.100 de deuda) y 15.020 del priorato de Rubillón (de 34.000). AHDO, libro de estado de Melón.

Vemos que, conforme sube el precio de los cereales, hasta 1818, aumenta el porcentaje del gasto alimenticio, que es aún considerable después del Trienio. Los pleitos, en cambio, pocas salidas exigen, y los empleos en obras oscilan notablemente según los reparos urgentes que necesite el edificio: ascendieron, por ejemplo, a un promedio de 81.192 reales en los ejercicios 1802/03 y 1803/04, un 45,4 por cien del gasto total, que en esos años creció fuertemente, y a solo 2.592,25 en los cuatro años siguientes. En todo caso, los alcances en contra dejan de ser excepcionales desde el ejercicio 1804/05, y son crónicos desde el Trienio: en 1830/31 el pasivo supuso una cuantía de 122.201 reales, que en 1832/33 se redujeran a 45.329.

Como ya quedó advertido, el hecho que un ejercicio tras otro se repitan los déficits significa que se arrastra una deuda que puede crecer o reducirse, y que en ocasiones no se debe al recurso a préstamos externos, sino al hecho de sacar dinero del arca o del montepío para urgencias puntuales, y que se contabiliza como deuda hasta su reposición. Añadamos, eso sí, que, con o sin deudas, la vida comunitaria puede desarrollarse después del Trienio conforme a las pautas que la venían regulando: los anises, azucarillos, bizcochos, el chocolate, el azafrán, la pimienta y la canela, los perniles, pollos, capones y quesos de Flandes, los carneros y el pescado escabechado (aparte del fresco y salado necesario para adviento, cuaresma y los demás días de abstinencia y distinción de manjares), figuran entre las compras que con carácter cuatrimestral registra el libro de caja, que también da fe de que la fiesta de San Bernardo seguía celebrándose con la solemnidad acostumbrada: para 1828, por ejemplo, cuando había unos 15 religiosos en la comunidad, el padre cillerero anota la compra de una ternera y de pollos, pescados frescos y escabechados, azucarillos, bizcochos, anís y tartas³³.

Armenteira era un modesto cenobio que no alcanzó la condición de casa matriz hasta 1744 y cuyos ingresos en numerario procedían de la venta de cereales en la panera abacial y en los pequeños prioratos de Arra, Barcia do Seixo, Rande, Raxó y Sarantelles. Las entradas en el libro de caja por otros conceptos, como décimas y luctuosa, limosna de la parroquial, ventas de colmo, tojo, pieles y lana, y expolios eran insignificantes, salvo de modo muy puntual el capítulo de expolios³⁴. Desde 1760 a 1799 la comunidad destinó a obras un promedio de 15.387 reales al año, el 24,3 por cien del gasto, y a pleitos 1.945,5,

³³ AHPO, Clero, libro 743 de San Clodio (libro de caja). El gasto ascendió a 675 reales, poco si tenemos en cuenta que en compras de trigo y centeno el monasterio empleó 12.540 reales, el 12,5 por cien del gasto total.

³⁴ Según el mencionado libro de caja, en el ejercicio finalizado el 15 de abril de 1784 los ingresos por expolios ascendieron a 13.010, 25 reales, el 19 por cien del total, pero se trata de una situación excepcional.

el 3,1 por cien. Otro gasto significativo es el de bodega, 5.089,5 reales de media, un 8 por cien de las salidas. En las dos primeras décadas del XIX descendió en términos absolutos y porcentuales el gasto en obras (11.497,5 reales, el 14,4 por cien del total) y en pleitos (1.493,25, el 1,9 por cien), creció ligeramente el de bodega (6.571,5, el 8,3 por cien), e hicieron su aparición las contribuciones (incluida la del noveno), que desde 1811 a 1819 supusieron 6.258 reales por año, el 8,2 por cien de los empleos totales. Después del trienio, entre 1824 y 1834, continúa la reducción de los desembolsos en obras (8.142,75, el 12 por cien del gasto total), cae también el de bodega (2.732, el 4 por cien) y crece el de pleitos (3.052,75, el 4,5 por cien)³⁵. Tanto el gasto en obras como en pleitos tienen un carácter irregular. Aquellas exigen fuertes salidas en los ejercicios acabados en abril de 1762 (40.304,5 reales), 1769 (30.422), 1778 (40.155), 1786 (65.333), 1803, 1804 y 1805 (36.400 reales de promedio), 1817 (50.500) y aun 1828 (26.400,5)³⁶, mientras los mayores gastos en pleitos se registran precisamente en vísperas de la exclaustración (9.650 reales de promedio en 1834 y 1835). De hecho, el gasto en obras, junto a las contribuciones, está detrás del comienzo de los desequilibrios financieros, a partir de 1817/18, y que desde entonces ya serán crónicos.

De todas formas, el déficit de 40.603 reales con que finaliza el ejercicio 1819/1820, que se incrementó a 42.383,5 entre septiembre y diciembre de 1823, no estaba justificado para el visitador que revisa las cuentas en octubre de 1826, y que declara ilegales las correspondientes al gobierno anterior. En efecto, en abril de 1820 nada se cobrara de los prioratos de Rande y Raxó el año anterior, una insignificancia del de Barcia y poco del resto, de modo que los ingresos totales en numerario se quedan en 23.227,25 (con 1.500 de alcance del año anterior), frente a un gasto de 65.610,25 reales. Para el visitador no valían las excusas de los priores, según las cuales no tuvieran tiempo de cobrar y beneficiar los frutos y se apropiara de ellos el Crédito Público. Hasta la exclaustración, replica, hubo tiempo de sobra (como revela la correcta gestión del padre panero), y además “consta y es público y notorio que los señores comisionados del Crédito Público de la ciudad de Santiago han tenido las

³⁵ Todos los datos proceden del libro 9.967 de la sección de Clero del AHN (libro de caja de Armenteira). De este monasterio se ocupó también en diversos trabajos, María Seijas Montero, vid., en especial, “La importancia económica del monasterio de Santa María de Armenteira en la Galicia Moderna”, *Estudios Humanísticos. Historia*, 11 (2013), p. 223-245.

³⁶ En tiempo del gobierno de Fabián Fernández (1775-79) se hizo la bella torre del campanario, con las escaleras de acceso, obra que según el abadologio inmortalizó el nombre del abad. Damián Yáñez Neira, *El monasterio de Armenteira y sus abades*, Pontevedra, Diputación, 1980, p. 222; contiene más información sobre otras obras.

mayores consideraciones con los monjes y monasterios de su jurisdicción y más condescendencias que no han tenido los de otros partidos. Por consiguiente, si el Crédito Público se echó sobre todo lo perteneciente a dichos prioratos pudo haber sido porque los monjes quisieron entregárselo”³⁷.

En mayo de 1828 el definitorio de la Congregación, reunido en Palazuelos, volvió sobre el asunto y absolvió al abad que en 1819/20 regía el cenobio del asunto del alcance y de no haber repuesto el dinero sacado del montepío, pero le ordenó que se concordase amistosamente con sus sucesores en punto al “déficit de los tres depósitos”. No tenemos noticia de la posible concordia y reintegro de entradas; las cuentas en todo caso registran alcances negativos hasta la exclaustación, en parte porque en algunos ejercicios los ingresos son muy bajos (1829/30: 39.251,25 reales; y 1832/33: 34.652,25), lo que provoca que de déficits de menos de 30.000 reales se suba en momentos concretos a más de 50.000 (1830/31 y 1834/35). En esta situación, que no era dramática, pues se trata de un desequilibrio que se repite de año en año, pero que es inferior a los ingresos medios de cada ejercicio, el monasterio sufrió el 23 de abril de 1834 el asalto de una gavilla de bandoleros, que asesinaron a un monje, cuando intentaba tocar las campanas a rebato para avisar del peligro, y se llevaron dinero y otros objetos. En el libro de caja las cantidades robadas y desperfectos causados por “ladrones asesinos” se computan en el gasto por cuantía de 42.000 reales con lo que el monasterio llega a la exclaustación con un pasivo de 86.433³⁸.

El monasterio de Montederramo, colegio de Filosofía con el de Meira, mantuvo una situación financiera saneada hasta el Trienio liberal, a pesar de los gastos derivados de contribuciones y aportaciones a la Congregación y de los ocasionados en algunos momentos por pleitos. Desde 1801 a 1810 destinó a obras 13.411,5 reales al año (el 8,5 por cien del gasto total) y a pleitos solo 2.314,5, pero en 1811-20 las salidas por pleitos se elevaron a 8.305,75, las obras a 16.651 y las contribuciones, incluido subsidio, noveno y algún donativo, a 36.568,5 reales, el 21,8 por cien del gasto (aunque inferior al de la alimentación, que fue de 48.122,5 reales)³⁹. Aun así, los saldos negativos no se registran como tales hasta el ejercicio 1824/25, y a partir de entonces oscilan de un año a otro (117.329,25 reales en 1831/32; 29.824 en 1832/33; y 116.810,25 en 1833/34),

³⁷ AHN, Clero, libro 9.967, cuentas del ejercicio 1826/27.

³⁸ Ib. cuentas de los ejercicios mencionados. Es posible que existan algunos impagos y gastos en prorrateos, pero el libro de caja no es suficientemente explícito al respecto. También D. Yáñez Neira, *El monasterio de Armenteira...*, cit., p. 229. La opinión popular estimaba que la cantidad robada era fabulosa, aunque quizá más que efectivo se trató de objetos religiosos de oro y plata.

³⁹ AHPO, Clero, libro 452 de Montederramo (libro de caja). Para los gastos en alimentación I. Rionegro Fariña, *La estructura económica del Cister*, cit., p. 102.

pero no desaparecen. Las causas de los desembolsos se hallan más en la caída de los ingresos que llegaban de ciertos prioratos que en el incremento de los gastos, ya que después del Trienio las obras consumían 9.721,5 reales al año (el 10,1 por cien), los pleitos solo 1.973, la alimentación 27.482,5, las contribuciones 9.392,5 (el 9,8) y los repartos de la Congregación 4.742,5.

El factor decisivo a la hora de explicar los problemas financieros del monasterio radica, por tanto, en la pronunciada caída de los ingresos en varios de los numerosos prioratos del monasterio, según revela el cuadro siguiente:

Cuadro 3

Promedio de los ingresos que la panera, la bodega monásticas y ocho prioratos aportan al libro de caja de Montederramo a fines del XVIII y después del trienio.

Media anual en reales

	<i>Abril de 1785-93</i>	<i>Índice</i>	<i>Abril de 1827-30</i>	<i>Índice</i>
San Adrián	26.131,50	100	18.725,00	72
Castro de Rei	19.851,50	100	15.433,50	78
Queixa	11.427,00	100	5.893,00	52
San Tirso	8.577,25	100	3.748,75	44
Verín	4.465,50	100	2.393,25	54
San Facundo	3.932,25	100	775,25	20
Vilachá	6.312,25	100	2.927,00	46
Panera	31.358,00	100	29.906,25	95
Bodega	6.560,00	100	2.085,25	32
TOTAL	118.615,25	100	81.887,25	69

Fuente: AHPO, Clero, libro 452 de Montederramo.

Habría que analizar caso a caso a partir de documentación específica, algo que en estos momentos no estamos en condiciones de realizar de modo general⁴⁰. Es obvio que el descenso de los precios de los cereales y vino condiciona la evolución de las entradas, pero otras circunstancias están detrás de tan dispares caídas. La resistencia al pago de rentas está documentada en el priorato de Queixa; también la acusada caída de los ingresos de tipo proporcional (foros al cuarto y al quinto y diezmos) en granjas vitícolas, y en general al aumento de los gastos de administración, ya sea en alimentación, en obras y ocasionalmente

⁴⁰ Alguna información al respecto en la obra de I. Rionegro Fariña, *La estructura económica del Cister*, cit., p. 21-79.

en cobranzas, pleitos y contribuciones, que reducen el útil que al final de cada ejercicio los priores remitían al padre cillerero.

Conclusión

Los monasterios cistercienses gallegos, que eran muchos, y algunos opulentos, dispusieron hasta 1835 de dilatados patrimonios territoriales, a los que se añadían la percepción de algunos diezmos, facultades señoriales y jurisdiccionales y derechos de presentación de diversas parroquias. En apariencia la explotación de sus tierras tenía un carácter arcaico o conservador, pues las cultivaban colonos por medio del foro, una cesión que otorgaba a los usufructuarios sólidos derechos durante generaciones y que impedía a los dueños del directo modificar a corto o medio plazo las rentas. La trayectoria evolutiva de los diferentes derechos en torno a la tierra en el curso de la Edad Moderna vino determinada por el refuerzo del útil frente al directo, siendo la mejor prueba de ello las disposiciones que suspendían los despojos de 1763 y 1785, y que impedían a los monasterios y demás foristas recuperar el control de las tierras una vez agotado el plazo de las cesiones.

Dada la larga duración del foro y el predominio de las rentas fijas en especie (aunque en el caso del vino y de ciertas comarcas no sean desconocidas las cargas proporcionales), las economías monásticas se caracterizaban por una enorme rigidez, pues se basaban en unos ingresos, en lo fundamental de cereales o vino, estabilizados durante largo tiempo, y de hecho los patrimonios monásticos – y de las demás instituciones eclesiásticas y familias nobles – se evaluaban en rentas, y jamás a partir de su superficie. Desde mediados del *xvi*, cuando se consolida la reforma del Císter, los monjes realizaron un intenso trabajo archivístico, mediante la elaboración de tumbos, apeos, libros de foros y de otro tipo – pleitos –, para controlar el patrimonio, esto es, fundamentalmente, para mantener identificadas las parcelas sobre las que pesaba una determinada renta. Las transformaciones continuas del paisaje agrario, en especial de las comarcas del litoral y valles, debido a los cambios en los cultivos, a la ampliación del espacio labrado, a la fragmentación intensa de las explotaciones y parcelas en las transmisiones hereditarias y operaciones de compraventas y trueques, exigían a los religiosos un enorme esfuerzo, y son abundantes los textos de la autoría de archiveros y priores en los que reconocen su impotencia para luchar con éxito contra la “malicia campesina”, que a menudo conseguiría borrar las huellas del directo dominio sobre muchas parcelas. Pero no hay que tomar al pie de la letra esta cantinela, pues los libros de cuentas acreditan que si bien desde

mediados del xvii los monasterios no logran aumentar de modo significativo las rentas forales, salvo las proporcionales, sí consiguieron cobrarlas casi completas hasta la desamortización y exclaustación, éxito no pequeño, a la vista de lo ocurrido en otros territorios.

También del lado del gasto o empleo de las rentas en especie las economías monásticas se caracterizan por la estabilidad y rigidez. Desde principios del xvii a la exclaustación no hay cambios apreciables, salvo la sustitución parcial de unos cereales por otros y la tendencia muy clara en la etapa final del Antiguo Régimen de incrementar las cantidades comercializadas, única vía para hacer frente a unas necesidades urgentes de numerario. Bien entendido que detrás de esta aparente comercialización fluida se esconden muchas cobranzas en dinero, de modo que una parte del cereal no salía de las casas campesinas hacia las tullas monásticas, una práctica tan extendida que explica que a principios del xix continúen en vigor muchas rentas estipuladas en mijo en comarcas en las que este cereal apenas se cultivaba.

La trayectoria de las rentas en especie constituye una cara de la economía monástica, la más optimista en las décadas previas a la desamortización y exclaustación. La otra viene determinada por los ingresos en numerario, productos de las ventas y cobranzas en dinero. Y en este punto, el estudio de las contabilidades y de los libros de pleitos de diferentes monasterios pone de relieve las situaciones diversas por las que atraviesan las instituciones desde principios del xix. En todas ellas, los balances financieros dibujan un escenario peor que el que se desprende de la cobranza normal de las rentas en especie, variando la gravedad según los casos. De entrada hay que reparar en que las entradas y salidas en dinero se caracterizan también por su rigidez, o por el hecho de que los monjes tienen escasa capacidad de maniobra para influir en ellos: los ingresos dependen de las cantidades de cereales y vino vendidas y sobre todo de los precios, y los gastos tienen partidas ineludibles, como son el vestuario y una alimentación sometida a criterios de “ethos social”, según los cuales los religiosos no podían prescindir, sin grave desdoro de la comunidad a la que pertenecían, de determinados productos, aunque para comprarlos fuera preciso endeudarse, por ejemplo el vino, cuando el de las rentas no bastaba o era de mala calidad.

No obstante, la trayectoria de los gastos en pleitos y la ausencia de impagos generalizados acreditan que el origen de la crisis financiera no deriva tanto, salvo en ejemplos aislados, de una situación conflictiva entre colonos y monasterios, cuanto de la repercusión de medidas político-fiscales y de la propia evolución de la coyuntura en lo tocante a la tendencia de los precios de los cereales. Ningún factor por si solo fue suficiente para desencadenar severos problemas

de liquidez, pero sumados unos a otros tuvieron efectos acumulados. Está de un lado la llamada reforma benéfica o las disposiciones de los monarcas Carlos III y Carlos IV orientadas a fortalecer la situación de los curas de almas, quienes entonces se sintieron autorizados a apropiarse de diezmos o a solicitar aumento de congrua, empeño en el que los obispos a menudo les apoyaron frente a los patronos de las parroquias, en este caso los monasterios. A esto se añade la participación creciente de la Real Hacienda en el reparto del diezmo, a través de la supresión de exenciones y la detracción del real noveno, y la exigencia primero de “donativos” (forzosos) y después, desde 1808, de contribuciones pesadas sobre los rentistas. La nobleza y el clero se habían librado del catastro de Ensenada, que pese a realizarse no se aplicó, pero en su lugar vinieron otras imposiciones cuando la situación política y fiscal no permitía mantener las exenciones estamentales. Y por fin la situación financiera de los monasterios se agrava con la brutal caída de los precios agrarios posterior a 1818, que no es tan acusada en el caso de los productos que compraban los religiosos. Éstos, por lo quedó indicado, disponían de escasa capacidad de maniobra para reaccionar a corto plazo, por la rigidez de sus ingresos en especie, por la falta de control sobre los precios y porque el señalado *ethos* social les obligaba a unos determinados desembolsos.

Recensões Críticas

Recensões

Andrea Mariana Navarro, *Ciudades de Andalucía: paisajes e imágenes. Siglos XIII-XVII*, Madrid, Comité Español de Ciencias Históricas / Editorial Dykinson, 2017, 402 p.

Andrea Mariana Navarro é professora de História Medieval nas Universidades Nacionais de Tucumán e Salta, na Argentina, tendo realizado o seu percurso académico na Universidad Nacional de Tucumán e na Universidad Complutense de Madrid. Entre a sua atividade científica, destaca-se a participação em diversos projetos de investigação e um conjunto de publicações em torno, sobretudo, do culto da Virgem, dos santos e das relíquias, bem como sobre as relações que se podem estabelecer entre estes fenómenos e o imaginário urbano das cidades andaluzas. A obra que agora se procura recensear corresponde, no essencial, à sua tese de doutoramento, apresentada à Universidad Complutense de Madrid e orientada por Miguel Angel Ladero Quesada.

O presente estudo centra-se, geograficamente, nas cidades de Sevilha, Carmona, Jerez de la Frontera e Écija, no reino de Sevilha; Jaén, Úbeda, Baeza e Andújar, no reino de Jaén; e Córdoba, capital do respetivo reino. Cronologicamente, baliza-se entre os séculos XIII e XVII. A história social e a história das mentalidades norteiam esta história urbana, privilegiando-se a interpretação das representações e imaginário destas vilas e cidades, ao mesmo tempo que se estabelecem as diferenças entre o que seria a cidade ideal – cuja imagem se encontra veiculada em muitas das fontes privilegiadas pela autora, de que são exemplo as histórias urbanas ou as vistas das cidades – e a cidade real, caracterizada em relatos de viajantes e explorada no conteúdo de posturas municipais.

Procurando conduzir o leitor num trajeto que se inicia a partir do exterior da cidade até ao seu interior, mergulhando, progressivamente, no centro urbano, o estudo encontra-se estruturado em três partes dedicadas, respetivamente, ao *espacio exterior de las ciudades*, ao *espacio urbano intramuros* e à *cultura*

religiosa e identidad urbana, organizadas em quatro capítulos. A primeira parte, dedicada ao termo da cidade, está dividida em dois capítulos, versando o primeiro sobre as imagens da cidade e o seu território e o segundo sobre as imagens da cidade-fortaleza. A cada uma das restantes partes corresponde um outro capítulo, sendo o da segunda relativo à nova imagem urbana, dando conta do processo de transformação da “cidade medieval” em “cidade moderna”, e o da terceira ao imaginário urbano e à topografia eclesiástica e hagiográfica.

O primeiro capítulo, *Imágenes de la ciudad y su territorio*, encontra-se subdividido em cinco pontos. Primeiro, dá-se conta da formação dos termos concelhios e, em seguida, analisam-se as relações de domínio que as cidades estabelecem sobre o território. Depois, o prisma de análise desloca-se para outras relações de âmbito jurisdicional, nomeadamente, no que diz respeito aos senhorios laicos e eclesiásticos, dando especial ênfase ao processo de senhorialização de que a Andaluzia foi palco até ao reinado dos Reis Católicos. Considerando-se a formação do termo e os processos de alargamento ou fragmentação de que são alvo, a autora inicia a descrição dessas áreas, recorrendo, principalmente, a três tipos de fontes: as histórias urbanas, os relatos de viajantes e a iconografia. Enfatiza-se a tradição clássica das descrições contidas na historiografia urbana, tradutoras de numerosos mitos e lendas, contrapostas aos relatos de viajantes, espanhóis e estrangeiros, frequentemente muito mais realistas. Procurando tecer um quadro descritivo do espaço rural dominado pela cidade, a autora prossegue a análise com a caracterização das paisagens agrárias e a organização dos espaços rurais, dando um destaque particular às dicotómicas imagens transmitidas acerca dos rios, os quais tanto podem causar benefícios, como prejuízos aos núcleos urbanos. O capítulo encerra com a observação e interpretação de um conjunto de 20 vistas urbanas que, baseando-se, essencialmente, nos mesmos tópicos das descrições clássicas e medievais, corroboram a existência de um sistema espacial cidade-campo.

O capítulo seguinte, dedicado às *Imágenes de la ciudad fortaleza*, abre com questões relativas à materialização da defesa e do domínio territorial, destacando-se, nesse processo, a importância das fortificações (alcáceres, castelos, recintos amuralhados, torres, atalaias) enquanto marcas físicas de separação entre duas sociedades, a cristã e a muçulmana. Atenta-se, de seguida, nos aspetos simbólicos das muralhas, nas vertentes política, económica e militar, passando depois ao estudo dos processos de financiamento, reconstrução e conservação dessas estruturas ao longo do tempo em que tiveram utilidade material, até ao progressivo estado de abandono e ruína de que todas padeceram, culminando, não raras vezes, no seu desaparecimento. As portas das muralhas são alvo de um investimento especial, destacando-se, nesta deriva, uma vez mais, os

aspectos simbólicos, económicos e políticos que lhes estão associados. De facto, não obstante a progressiva desatualização das muralhas enquanto elementos defensivos, as suas portas – pontos privilegiados para as comunicações, o controlo policial e sanitário e a fiscalização da função económica – são alvo de um empenho crescente por parte das autoridades, dotando-as de uma maior monumentalidade e ornamentação, assemelhando-as, muitas vezes, a arcos de triunfo, palcos privilegiados para a utilização política e a teatralização do poder, como, exemplarmente, acontecia com as cerimónias de entradas régias. A par destas, os alcáceres possuem também um importante papel simbólico, representando o poder e a autoridade da Monarquia, assistindo, como os demais elementos militares, a uma reconfiguração funcional, assumindo, sobretudo, um carácter residencial. O capítulo termina, à semelhança do anterior, com a análise de um conjunto de gravuras com vistas urbanas, nas quais se privilegia a imagem de cidade-fortaleza.

O capítulo três, intitulado *La nueva imagen urbana: de la “ciudad medieval” a la “ciudad moderna”*, encontra-se dividido em três pontos, dedicados ao processo de urbanização, ao espaço público e ao espaço privado. No que toca ao processo de urbanização, a autora evidencia de que forma o espaço urbano andaluz se forma a partir de três matrizes distintas: a clássica, a islâmica e a hispano-cristã. Destacam-se os processos de construção, principalmente no que diz respeito à sua regulamentação por parte das autoridades municipais; à relevância assumida pelos edifícios públicos, maioritariamente religiosos, no urbanismo da cidade; à importância da revalorização do passado romano no urbanismo e na arquitetura, por contraponto com o passado islâmico. Relativamente aos espaços públicos, tem-se em especial atenção as questões relacionadas com as preocupações urbanísticas e o controlo efetuado pelas autoridades municipais. Nesse âmbito, abordam-se temas relacionados com o traçado das principais vias e ruas, atendendo aos problemas de circulação e/ou de pavimentação; sublinha-se o processo de criação e reforma das praças; os mecanismos de limpeza e higiene urbana, bem como o abastecimento e aproveitamento de água e; por fim, a organização e regulamentação de mercados e portos sem que, contudo, a autora desenvolva pormenorizadamente cada um destes aspectos, limitando-se a elencar um conjunto de práticas e preocupações urbanísticas. No espaço privado, consideram-se, essencialmente, os lugares de habitação das elites sociais, sobretudo os palácios urbanos que, dominando e subordinando determinada rua, contribuem grandemente para a configuração geral, embelezamento e nobreza da cidade.

O último capítulo versa sobre o *imaginario urbano*, sobretudo ao nível da *topografía eclesiástica y religiosa*, uma vez que o conjunto de fenómenos

religiosos teve um papel preponderante na construção da imagem e na definição da cidade medieval e moderna. Nesse sentido, a religiosidade manifestou-se a nível espacial e o cristianismo deu forma à paisagem urbana. Introdutoriamente, estabelece-se a geografia diocesana e descrevem-se as características mais marcantes das catedrais, sistematicamente assinaladas como elementos referenciais para e da cidade. Apontam-se os pontos das redes paroquial, conventual e monástica, bem como a existência de capelas funerárias e de instituições assistenciais, como hospitais e confrarias. No ponto seguinte, dedicado ao *patronazgo de los santos*, os santos são identificados como elementos *vertebradores* da comunidade urbana. Sendo “símbolos de identidade”, tornam-se instrumentos de coesão da comunidade urbana, ao mesmo tempo que, inscritos numa sociedade de fronteira, ganham um importante papel como símbolo identitário e protetor face ao inimigo. Considerando-se a presença de santos e mártires como um elemento significativo para honrar as cidades, a autora prossegue com uma chamada de atenção para a importância do culto das relíquias e respetivos relatos de *inventio* e *traslatio*. Na mesma linha, insere-se a importância das imagens da Virgem, às quais se atribuem numerosos milagres. O capítulo encerra com a observação da relação iconográfica que tantas vezes se estabelece entre a representação da Virgem, ou de determinado santo, e a vista da cidade que tem o encargo de proteger.

A presente obra, baseando-se num conceito polissémico de imagem, utiliza um conjunto de fontes de diferente natureza que permitem a apreensão de um conjunto de imagens produzidas por diferentes atores e com diversas finalidades. Assim, se os autores das histórias urbanas, herdeiros da tradição clássica, se pautam por evidentes fins políticos e propagandísticos, os relatos de viajantes, pelo contrário, desenvolvendo muitas vezes tópicos coincidentes com os primeiros, têm uma visão muito menos comprometida da cidade, tendendo para uma descrição mais real e, por conseguinte, menos idealizada, do espaço urbano. Mais próximas da realidade se tornam ainda as imagens da cidade veiculadas pelo conjunto da legislação municipal, principalmente pelas posturas municipais, que transmitem a realidade urbana no bulício do quotidiano, incidindo no cerne dos principais problemas da cidade.

Fator de valorização desta obra é também a larga utilização de fontes de natureza iconográfica, opção que nem sempre se toma em trabalhos de natureza historiográfica mas que, entre o idealizado e o real, vem grandemente enriquecer as “imagens” da cidade que se procura transmitir. Não obstante, o critério utilizado, isto é, o da apresentação das vistas de cada cidade, de modo autónomo, não permite ter uma leitura diacrónica e sincrónica imediata da

realidade urbana analisada. Se se tivesse optado por uma apresentação de tipo cronológico, poderia ter-se analisado o grau de fiabilidade de cada uma das representações, o que, em abono da verdade, embora enunciado no início, acaba por não ser levado em consideração.

A autora opta por uma organização que pretende levar o leitor, como já deixámos expresso, desde o exterior ao interior do espaço urbano. Nesse sentido, na primeira parte opta por analisar, *grosso modo*, o espaço rural do termo de cada cidade, assumindo que cada uma delas é constituída pela urbe e pelo seu termo. Apesar disso, ressalva, e bem, o facto de toda a representação urbana, no período abrangido por este estudo, ter investido numa imagem ideal composta por um espaço fechado por um recinto amuralhado. Na segunda parte, realça esta dicotomia entre uma visão idealizada e utópica, difundida por cronistas e historiadores urbanos, e uma outra, porventura mais real e concreta, apresentada por viajantes e autoridades municipais. Ainda assim, tratando-se de um estudo que abrange um conjunto de nove centros urbanos, ficam por estabelecer as relações comparativas entre eles, apresentando-se, quase sempre, isoladamente, os elementos de cada uma das cidades, sem que haja lugar a uma visão sistémica destes processos urbanísticos.

Na terceira parte assume-se mais claramente a dimensão de história das mentalidades que esta obra pretende explorar, dando-se, genericamente, conta da religiosidade dos habitantes da cidade. Ainda assim, compreendendo-se a opção por esta incursão, dado o percurso académico da autora, o carácter optativo deste campo não fica totalmente clarificado na introdução, acabando por não se justificar a sua escolha face a outras que teriam sido possíveis, uma vez que só de modo lateral se vem relacionar com as duas partes anteriores, criando uma nota de dissonância para a compreensão global da obra. Neste ponto, embora um dos subcapítulos seja dedicado às redes paroquial, conventual e monástica, a verdade é que nenhuma delas chega realmente a ser explicada, apenas se elencando os templos e, muito sumariamente, as razões para as suas fundações.

Ao longo de todo o estudo, sobressai uma grande ausência limitadora de qualquer compreensão de quaisquer fenómenos urbanos: a autora nunca recorre à cartografia nem à fotografia, limitando-se às vistas proporcionadas pela pintura e gravura pautadas por diferentes objetivos e funções. Por outro lado, ao contrário do que é recomendado, a autora opta por apresentar apenas algumas hipóteses explicativas em sede de conclusão, omitindo-as no desenvolvimento do estudo, como acontece, por exemplo, com as lançadas em torno do elevado número de notícias do aparecimento de imagens da Virgem. Não obstante, o presente estudo, alicerçado em fontes de diferente natureza,

apresenta-se como uma mais-valia por permitir a consulta de uma síntese dedicada à história de nove centros urbanos andaluzes, destacando-se pelas potencialidades que pode veicular na realização de outros estudos de história urbana, sobretudo social e das mentalidades, dedicados a outras regiões.

RODOLFO PETRONILHO FEIO

Colaborador do CHSC-UC

rodolfonfeio@hotmail.com

<https://orcid.org/0000-0003-3364-5465>

Angela Nicholls, *Almshouses in Early Modern England. Charitable Housing in the Mixed Economy of Welfare, 1550-1725*, Woodbridge, The Boydell Press, 2017, 279 p.

A autora deste livro é professora associada no Departamento de História da Universidade de Warwick, Reino Unido. Atualmente, os seus estudos incidem sobre a pobreza ao longo da Época Moderna em Inglaterra, debruçando-se especificamente sobre as *almshouses*. Uma *almshouse* era “a house founded by charity, offering accommodation for poor people”¹ ou, segundo o dicionário de Cambridge, “a private house built in the past where old or poor people could live without having to pay rent”²; a sua existência prolongou-se até aos dias de hoje³.

A obra em apreço debruça-se sobre as *almshouses* no período balizado entre 1550 e 1725. Dividida em seis capítulos, os cinco primeiros traçam uma perspetiva global destas instituições e abordam aspetos como o enquadramento legal e normativo, motivações dos doadores e uma caracterização dos beneficiados, além de traçarem uma descrição do quotidiano nas *almshouses*. No fundo, são capítulos de síntese sobre a problemática abordada. A autora foca-se em três condados da Inglaterra moderna: Durham, a norte; Warwickshire, no centro; e Kent, a sul. Contudo, apesar do destaque das regiões mencionadas, Angela Nicholls nunca se esquece de usar exemplos de outras localidades, bem como dos seus intervenientes, fazendo, inclusive, ao longo de todo o estudo comparações bastante interessantes com os hospitais e *workhouses*. O sexto capítulo é um estudo de caso: a análise de uma *almshouse* da paróquia de Leamington Hastings, na ruralidade do condado de Warwickshire, ao longo do século XVII.

Numa obra com uma boa organização interna, a autora começa por esclarecer os leitores (sobretudo os leigos na matéria) sobre as diversas dinâmicas e especificidades das *almshouses* inglesas, chamando a atenção para os aspetos que considera mais importantes, e finaliza com um estudo de caso. Saliento ainda outro aspeto bem conseguido da obra: os seus anexos, com realce para

¹ *Oxford English Dictionary* (<https://en.oxforddictionaries.com/definition/almshouse>, consultado em 2018.03.07).

² *Cambridge English Dictionary* (<https://dictionary.cambridge.org/pt/dicionario/ingles/almshouse>, consultado em 2018.03.07).

³ Atualmente as *almshouses* albergam cerca de 35 mil pessoas (<https://www.almshouses.org/>, consultado em 2018.03.07).

os três apêndices *online*⁴ que fornecem informações bastante detalhadas sobre diversas instituições espalhadas por Inglaterra.

Menos conseguido parece-nos ser o suporte bibliográfico, contendo unicamente historiografia produzida em língua inglesa. Como consequência, e apesar das boas comparações com o panorama inglês, creio faltarem algumas confrontações com outras realidades europeias – escassas nesta obra – que seriam pertinentes num estudo deste caráter.

Tendo como matriz do estudo a problemática da pobreza, a autora utiliza como fio condutor as *almshouses* na *Early Modern England*, englobando não só os pobres, mas também os benfeitores que contribuíam de forma determinante para os auxiliar, qualquer que fosse o motivo. Logo no prólogo, refere: “they are curious institutions, built by the rich to be lived in by the poor, tangible representations of philanthropy, and visible demonstration of historic attitudes towards the poor” (p. 1).

No capítulo 1, *Housing Policy*, Angela Nicholls começou por analisar o enquadramento legislativo desenvolvido pela dinastia Tudor e, posteriormente, pela casa Stuart. Relembremos que, durante o período aqui balizado (1550-1725), a Inglaterra sofreu transformações profundas que alteraram não só as políticas régias, como a perceção de temas como a pobreza. Deste período, realço o papel que a criação da Igreja Anglicana teve na sociedade, a partir de Henrique VIII, e o seu impacto nos mais diversos estratos sociais, culturais e económicos (os impostos religiosos passam a reverter para o rei), sobretudo quando confrontado com o que se passava em relação à anterior religião predominante, o catolicismo. Saliento ainda a Revolução Inglesa no século XVII, entre os apoiantes do Rei e os Parlamentares, sob a batuta inicial de Oliver Cromwell. Entre outras consequências, assistimos à criação efêmera da Commonwealth of England e, posteriormente, ao surgimento da monarquia parlamentar. Feita esta pequena contextualização, abordada ao longo do livro e não apenas num só momento, a autora inicia o capítulo com a perceção política das duas dinastias sobre a pobreza, dominada por dois grandes problemas, a vadiagem e a ociosidade, e o seu controlo através da legislação. O capítulo 2, *Chronology and Distribution of Almshouse Foundations*, aborda, como o próprio

⁴ O apêndice A mostra todas as *almshouses* existentes em Durham, Warwickshire e Kent de 1525 a 1725 (<http://boybrew.co/2fgqQU5>, consultado em 2018.03.07); o apêndice B mostra a fundação das *almshouses* por décadas (1560-1790) em 8 condados (Notts, Salop, W. Yorks, Dorset, Lincs, Kent, Warks e Durham) (<http://boybrew.co/2fjbuwk>, consultado em 2018.03.07); o apêndice C mostra os gastos de inúmeras *almshouses* por décadas (1550-1690) em 6 condados (Kent, Buckinghamshire, Norfolk, Yorkshire, Durham e Warwickshire) (<http://boybrew.co/2eiEZvD>, consultado em 2018.03.07).

título indica, a fundação das *almshouses*. Através de tabelas, gráficos e mapas, a autora demonstra não só as datas de fundação, como as receitas provenientes de impostos que revertiam para estas instituições, abordando também o impacto da reforma religiosa inglesa. Ao longo destas páginas, Angela Nicholls, sempre sustentada em bibliografia, sintetiza a evolução das *almshouses*, comparando-as com os hospitais e as *workhouses*, concluindo que “a complete chronology of post-Reformation almshouse foundation has yet to be written, but it seems that, in the years up to 1725, founding an almshouse was a widely popular form of charity, regional differences in pace and extent of foundation notwithstanding” (p. 55). Assinalo o que parece ser uma conceptualização nebulosa da autora, que usa indistintamente filantropia e caridade, o que faz aqui e nos restantes capítulos. O primeiro conceito, anacrónico para a época em apreço neste estudo, deriva de *philantropie* e apenas surge em “França em 1772 pela pena de Fénelon”, traduzindo-se no amor pelos homens⁵. A caridade é o amor a Deus e é porque se ama a Deus que se faz o bem àqueles que Ele ama: “a caridade estabelece assim a comunhão do divino com o humano e, como consequência, dos homens entre si”⁶. Deste modo, não se pode entender como filantropia, sendo dois conceitos distintos e até conflitantes, que não podem ser usados como sinónimos⁷.

Os capítulos 3 e 4 trazem à luz do dia as perspetivas de carácter mais propriamente social destas instituições. O primeiro aborda diversos fundadores e as suas motivações e o segundo os residentes e a sua vida nas *almshouses*. No que concerne ao terceiro capítulo, para uma perceção das diferentes especificidades e contextos, a autora divide a sua análise em subcapítulos: *Who Where the Donors?*; *The Role of Religion*; *Memorialisation*; *Status, Reputation and Responsibility*; *Religious Identify*; e *Order and Good Governance – the Commonwealth and the Anglican Restoration*. Como se pode observar, traça-se o perfil social dos beneméritos, sem nunca esquecer o contexto geral. Deste modo, segundo Angela Nicholls, apesar de a fundação destas instituições ser compreendida como uma resposta às necessidades sociais, não significa, contudo, uma resposta racional aos problemas da pobreza e aos sem-abrigo

⁵ Maria Antónia Lopes, *Protecção social em Portugal na Idade Moderna: guia de estudo e investigação*, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010, p. 27.

⁶ Maria Antónia Lopes, *Pobreza, assistência e controlo social em Coimbra: 1750-1850*, vol. 1, Viseu, Palimage Editores, 2000, p. 62. Para uma melhor interpretação destes conceitos, bem como de outros essenciais para a compreensão desta temática, consultar Maria Antónia Lopes, *Protecção social...*, cit., p. 19-34 e *Pobreza...*, cit., p. 62-68.

⁷ Outros exemplos podem ser dados, como: “Prior to the Reformation, the motivation behind all philanthropy is thought to have been principally religious”, p. 61.

de idade já avançada. Entenda-se também que a visibilidade da edificação das *almshouses* e a sua presença nas localidades era atrativa para os fundadores que “wished to be remembered and honoured by posterity” (p. 89). Quanto aos responsáveis pela administração dos seus estabelecimentos, poderiam também beneficiar do estatuto e reputação do fundador. Outro aspeto a salientar é a secularização destas instituições – e a emergência do humanismo no século xvi – depois da Reforma Anglicana. Apesar desta característica, “their founders were often deeply pious and adopted many overtly religious features from earlier establishments” (p. 89). Acresce, ainda, o facto de para muitos o imperativo religioso ser uma questão partidária, utilizando as *almshouses* para promover essa convicção. Em suma, a criação destas instituições permitiria, por um lado, ajudar os latifundiários a cumprir a sua obrigação de socorrer os mais desfavorecidos e, por outro, administrar uma *almshouse* provia as elites da oportunidade do exercício do patronato e do controlo dos recursos locais para o auxílio dos pobres, além de lhes possibilitar o estabelecimento de uma certa cultura governativa e de estabilidade social na sua comunidade.

Como havia referido, uma das lacunas desta obra é a escassez de comparações com outras instituições de assistência social na Europa Moderna, para uma perceção global desta problemática. Como exemplo, deixo uma pequena referência às Santas Casas da Misericórdia, existentes em Portugal, com algumas semelhanças no que diz respeito à gestão levada a cabo pelas elites locais, nas suas motivações e, até mesmo, no controlo de possíveis redes de sociabilidade originadas por estas⁸.

O quarto capítulo, *Almshouse Residents and the Experience of Almshouse Life*, encontra-se também dividido em vários subcapítulos, nomeadamente: *Rules of Eligibility; Age; Gender; Poverty; e Rules of Behaviour*. Numa caracterização global (intercalada entre referências bibliográficas e fontes), pode-se dizer, que contrariamente ao pensamento comum, os beneficiados não seriam sempre pessoas idosas, embora, para finais do período analisado, a

⁸ Para uma perceção global das Santas Casas da Misericórdia, consultar José Pedro Paiva (coord.), *Portugaliae Monumenta Misericordiarum*, vol.1-10, Lisboa, União das Misericórdias, 2002-2017. Dividida em dez volumes, abordam-se as misericórdias desde a sua criação até à atualidade. O primeiro volume conta com textos de Isabel dos Guimarães Sá (de 1498 a 1580), Laurinda Abreu (1580 a 1755) e Maria Antónia Lopes (1755 a 2000). Os seguintes volumes, além de possuírem uma vasta e rica recolha de documentos, têm introduções muito completas e precisas sobre o panorama nacional das misericórdias de autoria das referidas historiadoras e de José Pedro Paiva, Ângela Barreto Xavier, Marta Lobo Araújo e Paulo Fontes. Por fim, o décimo volume, conta com textos da autoria de Ângela Barreto Xavier, Ana Isabel Coelho Silva, António Magalhães, Inês Amorim, Giuseppe Marcocci, Laurinda Abreu, José Pedro Paiva, Vítor Serrão, Maria Antónia Lopes e Isabel dos Guimarães Sá, abordando diversas temáticas relacionadas com estas instituições.

presença destas aumente. As mulheres residentes, por norma, eram vistas como problemáticas, tal como as crianças. Contudo, ambos os grupos poderiam ser tolerados, sobretudo quando realizavam tarefas domésticas ou outras para a instituição. As condições financeiras dos ocupantes também seriam decisivas, existindo, contudo, registos de uma crescente discriminação na parte final da época em estudo. Por fim, aborda-se o controlo interno das *almshouses*. A sua maioria não parece ter sido submetida a uma vigilância maior do que a restante população das comunidades onde se inseriam, embora nas instituições mais ricas tenham existido tentativas ocasionais de maior controlo, em grande parte ineficazes. Não obstante, as regras, embora formuladas e frequentemente ineficazes, mostram as ansiedades dos responsáveis “about the dangerous freedoms potentially enjoyed by their occupants” (p. 136). Em suma, existiram violações das regras, tanto dos utentes, como dos administradores destas instituições, que beneficiavam da sua posição para, por exemplo, alojarem alguém que não teria direito ao internamento. Deste modo, pode-se dizer que as regras de elegibilidade e de comportamento apenas personificariam um ideal, não a realidade.

O quinto capítulo, *The Material Benefits of an Almshouse Place*, também ele dividido em diversos subcapítulos, aborda a construção física das infraestruturas que albergavam as pessoas e caracteriza as acomodações. Por outro lado, realça também os benefícios dos pobres que usufruíam destas fundações. “The benefits the occupants received in these almshouses were surprisingly variable” (p.138), alterando-se consoante a riqueza da instituição (nas mais ricas, poderiam receber uma ajuda monetária regular, nas mais pobres, apenas usufruiriam de acomodação gratuita). Por fim, não podemos esquecer a caracterização das *almspeople*, bem como as suas estratégias de sobrevivência.

Finalizando, o sexto capítulo, *Case Study: a Seventeenth-Century Welfare Republic – the Parish of Leamington Hastings and its Almshouse*. Aqui, Angela Nicholls estudou uma *almshouse* numa paróquia de Warwickshire, abordando a sua fundação e manutenção, com base nas premissas atrás explicitadas. Segundo a autora, a escolha recaiu sobre esta *almshouse* por dois motivos: primeiro, a sua dimensão (8 pessoas), relativamente incomum para uma paróquia daquele tamanho; segundo, a existência de uma série de documentação da paróquia contemporânea, como os registos paroquiais de 1559, os *overseer’s accounts* de 1655 e os *Poors Plot charity* de 1671. Esta documentação, em conjunto com os testamentos, os *hearth tax returns*, alguns documentos senhoriais e de liquidação, além das *quarter sessions orders*, possibilita integrar a análise da instituição no contexto da paróquia.

A obra *Almshouses in Early Modern England. Charitable Housing in the Mixed Economy of Welfare, 1550-1725*, articula, por conseguinte, diversas perspetivas de análise crítica da história da pobreza, tendo por base uma instituição centenária e marcadamente enraizada na cultura inglesa. Por um lado, encontramos a dimensão social dos beneficiados, por outro, os homens que os auxiliam, independentemente das suas motivações pessoais ou ideológicas. É possível também aqui encontrar uma análise da cultura material que moldou as paróquias e contribuiu, de certa forma, não só para atestar o estatuto social dos doadores (e administradores da instituição), como também dos benfeitorizados.

Em jeito de conclusão, podemos dizer que a autora conseguiu pintar um quadro do que seria parte do auxílio prestado aos mais desfavorecidos ao longo dos séculos em apreço, numa época de profundas alterações sociais, culturais e económicas, sempre alicerçada em bons e diversificados exemplos, traduzidos num caso de estudo exemplificador da problemática abordada.

PEDRO J. BARBOSA DA SILVA

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

SCHILLING, Heinz, *Martin Luther, rebel in an age of upheaval*, Oxford, Oxford University Press, 2017, 608 p.

O ano de 2017, no qual se comemoraram os 500 anos da afixação das teses de Lutero, conheceu um número considerável de biografias do Reformador, de autores como Adriano Prosperi, Lyndal Roper ou Peter Marshall¹. A biografia da autoria do historiador alemão Heinz Schilling, que aqui se recenseia, inscreve-se nessas comemorações, indo muito além do relato da vida e obra do reformador. O antigo professor da Universidade de Humboldt (Berlim) traça em cerca de 600 páginas o perfil do teólogo de Wittenberg em toda a sua complexidade humana, mostrando-nos como Luder se tornou Lutero, tanto pelas suas indiscutíveis qualidades, como pelos seus defeitos e contradições. Esta é uma obra que aborda diversos planos e abarca diferentes escalas, cruzando de modo exemplar o mundo privado de Lutero, e o modo como este se refletiu na sua teologia, mas também as profundas conexões entre os diversos contextos em que os fenómenos religiosos se inscrevem. O político, o social e o cultural não são atores secundários nesta obra, residindo aí uma das suas mais valias e uma marca indistinta do autor. Não é de espantar, assim, que a principal tese que perpassa a biografia seja a ideia de confessionalização, conceito que o autor — juntamente com Wolfgang Reinhard — vem desenvolvendo desde os anos 80 do século xx e que surge aqui com um enfoque especial no papel de Lutero na construção dos Estados confessionais.

Schilling propõe-se mostrar “the uncontaminated Luther” (p. 3), liberto de interpretações enviesadas que veem no Reformador, por vezes um revolucionário que inaugurou a modernidade, o herói alemão, por vezes um precursor do nacional-socialismo. Recorrendo à obra escrita de Lutero — tanto a de natureza teológica como a inúmera correspondência que trocou com companheiros, familiares, mas também antagonistas — e às famosas *conversas à mesa*, o historiador, sempre criterioso na utilização das fontes, imerge-nos no mundo intelectual, mas também privado de Lutero. Ao interligá-lo com as circunstâncias da época, demonstra como o teólogo foi o produto de um período em mudança, ao mesmo tempo que contribuiu de forma decisiva para essa mesma transição.

O recurso à iconografia, não sendo muito relevante nem inovador, especialmente por existir pouca interligação com o texto, tem duas importantes

¹ Adriano Prosperi, *Lutero, gli anni della fede e della libertà*, Milão, Mondadori, 2017; Lyndal Roper, *Martin Luther: Renegade and Prophet*, London, Penguin Random House, 2017; Peter Marshall, *Martin Luther and the invention of the Reformation*, Oxford, Oxford University Press, 2017.

exceções. Em primeiro lugar, a inserção de mapas, importante auxiliar do leitor na compreensão do território do que hoje constitui a Alemanha. Em segundo, os retratos de Lutero de Lucas Cranach, a partir dos quais Schilling evidencia as transformações físicas e psicológicas do teólogo, e que mostram que a imagem do Reformador foi promovida e utilizada como arma pelos reformistas.

Composto por três partes — balizadas quer pela vida de Lutero, quer pela história da Reforma — o livro segue uma estrutura cronológica, inteiramente justificada pela importância da sequência dos acontecimentos que levaram ao desencadear da Reforma. Prejudica, no entanto, a leitura imediata das teses do reformador, dada a dispersão de algumas matérias pelas diversas etapas da vida do teólogo, cujo pensamento evoluiu no tempo.

A primeira parte, que abre com uma ampla contextualização sobre o mundo religioso e político da época, centra-se na infância e juventude de Lutero, cuja angústia, em torno da fragilidade da vida e da possibilidade de salvação, o leva à Ordem dos Agostinhos e a trilhar um caminho de intensa reflexão teológica. Aqui se procura conhecer a influência que movimentos como o da *Devotio Moderna* tiveram na formação de Lutero ou como a experiência no mosteiro de Erfrut — e o contacto com Staupitz, mentor do jovem monge — poderá ter sido decisiva, quer na sua postura crítica, quer na importância que viria a dar à Sagrada Escritura.

A experiência como professor em Wittenberg e os inícios da Reforma marcam a segunda parte do livro. São estes os anos decisivos do trabalho teológico de Lutero, quando se consuma a rutura com Roma, mas também em que se criam divisões perenes entre o campo reformista. Os momentos fundamentais deste percurso são sobejamente conhecidos, da afixação das 95 teses em 1517, à Dieta imperial de Worms em 1521, que condenará o teólogo. Entre essas datas Lutero produz os seus principais tratados, que irão definir o seu pensamento teológico, focado num regresso às origens e às escrituras. Apesar de recusar a filosofia escolástica e os Pais da Igreja, foi em Agostinho — e na leitura deste da Carta de S. Paulo aos Romanos — que se inspirou para proferir um dos textos chave da sua teologia: o sermão da dupla justificação. O homem justifica-se pela fé e pela graça, não pelas suas boas obras. Em 1520 a rutura com Roma torna-se inevitável. No tratado *O Cativo Babilónico de Roma* reconhece apenas três dos sete sacramentos da Igreja Católica (o batismo, a penitência e a eucaristia) e em *A liberdade do Cristão* pede, nada menos que, a dissolução da cúria romana. Ao defender a liberdade dos crentes, nega a mediação sacerdotal e a santidade. O único mediador entre os homens e Deus é Cristo.

A chamada *experiência da torre*, momento em que Lutero deixa de se inscrever nos movimentos de Reforma Católica que clamavam por um concílio

— e que estavam a acontecer em paralelo na Península Ibérica e em Itália —, ocorreu durante o período de turbulência causado pela afixação das teses e não em data anterior a 1517, o que constitui uma nova interpretação daquele acontecimento marcante (p. 121). Afastando-se da renovação católica, o ainda monge agostinho propôs uma nova devoção baseada somente na fé e na graça. A afixação das teses não foi mais que um meio — normal para a época — de iniciar uma discussão académica. O facto de se terem tornado um catalisador da reforma, desenvolvendo uma dinâmica própria, resultou do modo como foram comunicadas e de um ambiente propício, quer político, quer intelectual, que Schilling descreve de forma ímpar no capítulo dedicado a Wittenberg.

Que o historiador não vê em Lutero um revolucionário — embora afirme a radicalidade da sua teologia — resulta bastante evidente ao longo da obra. Lutero não queria abalar a ordem existente, queria regressar às Escrituras e à fundação do cristianismo. Daí a contínua rejeição das formas mais radicais que nasceram entre os protestantes: recusa a iconoclastia, a anarquia e todas as formas de violência. Para Lutero, Muntzer era um radical e a guerra dos camponeses deveria ser travada pelo poder secular.

A derrota dos camponeses, indelevelmente associada às duras palavras de Lutero, marcou um ponto de viragem na Reforma. Não só as diferenças no campo protestante se tornam irreconciliáveis — em torno de questões como o batismo e a eucaristia — como se afirma um Lutero progressivamente mais intransigente, que recusa o diálogo. Incapaz de fazer concessões e vendo-se a si como um profeta e aos seus adversários como criaturas do diabo, compreende que a Reforma, para sobreviver, tem de perder as suas ambições universalistas e deixar de ser um movimento comunal, que emerge de baixo, das comunidades. O poder secular é chamado a envolver-se de forma direta na Reforma, num ato deliberado e promovido por Lutero.

É esta viragem, na qual Schilling funda a criação do que designa por Igrejas territoriais (resultado da aliança entre o poder político e religioso) que constitui um dos temas principais da terceira parte da biografia. A construção da Igreja Luterana — que passou pelo envolvimento crescente do poder secular, quer na educação, quer na manutenção da estrutura religiosa — e a progressiva intervenção política de Lutero são também alvo de destaque. Os documentos marcantes do protestantismo, a *confessio augustana* do lado luterano (e mais tarde os artigos de Esmalcalda), a *confessio* de Zwingli, mas também a *confutatio* do campo católico, estabelecem — diz Schilling — o caminho para a idade confessional, “that period during the late sixteenth and early seventeenth centuries in which religion, formulated around *confessio*/confessions, determined the essential character of both politics and society” (p. 399).

Realce-se que o contributo de Lutero para a construção da modernidade é uma das ideias-chave desta biografia. A ação do teólogo é vista como a condição fundamental que levou à heterogeneidade cultural, política e religiosa da Europa, tendo conduzido o mundo a uma mudança em direção ao secularismo, ao pluralismo e à liberdade de consciência. Este resultado, que não foi deliberado, radica na diversidade confessional — consequência do fim das aspirações universalistas tanto de Roma como da Igreja Luterana — e na viragem secular que a Reforma originou. Esta última é entendida não no sentido de descristianização, mas enquanto sensibilidade individual que age no mundo, “religion was brought into, and acted in the world” (p. 448) e onde as autoridades seculares tiveram um progressivo protagonismo.

Em suma, Schilling reafirma neste livro o impacto da aliança entre a Igreja e o Estado, em quase todos os aspetos da vida — do político e social ao cultural e intelectual — decorrido tanto no lado católico, como no protestante. Os trajetos das duas confissões, que de acordo com o autor foram similares, conduziram à formação dos Estados confessionais, ao reforço da identidade política, e em última análise à emergência da modernidade. Lutero, Inácio de Loyola e Calvino foram os três reformadores que lideraram, de acordo com o historiador, esse processo, mas Lutero assume o papel principal (p. 527). Sem a Reforma, Trento — que o autor denomina por “radical revitalization of religion” (p. 533) — não teria sido possível, e uma nova Igreja não teria emergido.

Feita uma síntese da estrutura e das principais linhas da obra, cabe tecer algumas considerações acerca do livro, em especial sobre a confessionalização, conceito que não está isento de controvérsia. Em Portugal, José Pedro Paiva e Federico Palomo fizeram uso desta categoria, apontando — sobretudo o primeiro — alguns problemas na sua aplicação². Entre esses, refira-se a tendência para uniformizar os caminhos bem distintos das duas Igrejas cristãs — Romana e Luterana —, ignorando-se os diferentes contextos e processos de disciplinamento da população, a que acresce uma leitura da religiosidade que é refém de uma visão de cima para baixo, isto é, focada nas elites eclesiais e seculares. Na mesma linha, mas muito mais incisivas, são as críticas feitas em estudos coletivos com enfoque nos movimentos reformistas, como é o caso das obras *The Ashgate Research Companion to the Counter-Reformation* ou *The Oxford Illustrated History of the Reformation*, onde as apreciações introdutórias e em especial os artigos de Ute Lotz-Heumann e de Alexandra Walsham merecem

² José Pedro Paiva, “O Estado na Igreja e a Igreja no Estado. Contaminações, dependências e dissidência entre o Estado e a Igreja em Portugal (1495-1640)”, *Revista Portuguesa de História*, 40 (2008/2009), p. 383397; Federico Palomo, *A Contra-Reforma em Portugal, 1540-1700*, Lisboa, Livros Horizonte, 2006.

especial menção³. Não cabe aqui efetuar uma apreciação destas obras, mas apenas chamar a atenção para o facto de algumas das leituras que a biografia de Lutero propõe não serem unânimes, por se basearem numa simplificação da sociedade e dos seus processos de transformação. Especial pertinência tem o artigo de Alexandra Walsham sobre o legado dos movimentos reformistas, que nos dá um retrato bem mais complexo do que o traçado por Schilling.

A visão da professora de Cambridge centra-se nos movimentos contraditórios desencadeados pela Reforma, em especial a dicotomia tolerância/intolerância, dando muitos e importantes exemplos que demonstram o caminho sinuoso e repleto de reveses do despontar da modernidade. Heinz Schilling, por seu turno, acentua que a Reforma conduziu a Europa para a modernidade e para o “secularism, pluralism, and freedom of conscience” (p. 531), desenhando o que muitas vezes parece um caminho demasiado rápido e direto. É verdade que o historiador reconhece que esse percurso foi também “evil and destructive” (p. 528), e que o legado de Lutero foi em grande medida inconsciente e involuntário. Mas, se o retrato do teólogo é complexo, cheio de cambiantes e nada reducionista, já as conclusões sobre o seu legado, mesmo numa análise na longa duração, pecam por vezes por não espelhar o lado negativo e contraditório do processo, pouco valorado nas interpretações gerais do historiador. Ainda que se apontem particularidades e exceções a essa leitura global, a imagem que se transmite é a do poder transformador de Lutero, no sentido de um mundo melhor. Ora, esse nexos de causalidade que Shilling subscreve foi certamente muito mais ténue e tortuoso.

ANA SANTIAGO FARIA

Doutoranda em História Moderna

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

<https://orcid.org/0000-0002-9257-118X>

³ Alexandra Walsham, “Reformation Legacies” in Peter Marshall (ed.), *The Oxford Illustrated History of the Reformation*, Oxford, Oxford University Press, 2015, p. 227-268; Ute Lotz-Heumann, “Confessionalization” in Alexandra Bamji, Geert H. Janssen, Mary Laven (eds.), *The Ashgate Research Companion to the Counter-Reformation*, Aldershot, Ashgate, 2013, p. 33-53.

Ana M. Sixto Barcia, *Cultura letrada e alfabetização no Baixo Ulla: séculos XVIII-XIX*, Valga: Concello de Valga, Consellería de Educación e Ordenación Universitaria (Xunta de Galicia), 2017, 276 páginas, ISBN: 978-84-697-5869-4.

El libro sobre el que versa esta reseña es obra de una joven doctora en Historia, actualmente profesora en la Universidad de Vigo, la cual tiene ya en su haber distintos trabajos vinculados al estudio del potencial cultural de los gallegos a fines del Antiguo Régimen y al análisis de la pobreza femenina, aunque en los últimos años ha centrado sus investigaciones en la alfabetización de las mujeres en la Galicia moderna. Los aspectos más reseñables de su trabajo son la solidez metodológica que manifiesta en sus aportaciones y el empleo de amplias bases documentales, dos elementos que otorgan garantía en los resultados y consistencia en sus conclusiones.

Este nuevo trabajo de Ana María Sixto Barcia tiene una pátina clásica, aunque en ningún modo anticuada. Antes bien, queremos subrayar que, como en las obras de calidad que se han publicado sobre el tema abordado, se manejan distintas fuentes que se cruzan para reconstruir la historia cultural de una pequeña región gallega en los siglos XVIII y XIX, aunando explicaciones demográficas, sociales, económicas, políticas e, incluso, lingüísticas para explicar el contexto, difícil y precario, en el que la autora ha investigado. Los dos pilares sobre los que se basa este estudio son el análisis de la escolarización y de la alfabetización, cuestiones esenciales para conocer el potencial cultural y/o lector en una comarca con un perfil propio, muy marcado por la emigración. A finales del Antiguo Régimen, el Bajo Ulla era una comarca densamente poblada – en relación a la media gallega –, con una red de comunicaciones estable, pero precaria, con tierras productivas, pero escasas, y una incipiente protoindustria local vinculada al trabajo del lino que ayudaba a las familias a salir del paso. Estos elementos fueron definitorios en la constitución de una red escolar que, con respecto a otras zonas de Galicia ya estudiadas, es comparativamente densa y permanente en el tiempo, que se habría de ver fortalecida con la codificación formal de la enseñanza en el siglo XIX y con el aumento de la emigración, por lo que las tasas de escolarización y alfabetización aumentaron sustancialmente en el último tercio del siglo XIX.

En cuanto a las fuentes, la autora emplea en su estudio padrones, catastros y censos poblacionales, así como documentación de carácter estadístico para el siglo XIX, junto a un amplio volumen de protocolos notariales. De este modo, la ausencia de fuentes que permitan constatar el avance de la alfabetización antes de 1860 es resuelta, y no de forma fútil, examinando la capacidad de firmar con

una documentación homogénea, estable en el tiempo y en la que intervienen grupos sociales diversos. El vaciado de unas 2 500 de escrituras de compraventa, distribuidas en tres catas, permite realizar un análisis profundo y detallado de los niveles de firmas a lo largo del siglo XVIII, periodo relevante en tanto en cuanto es cuando el valor de la educación aumenta su consideración social.

Con todo, si bien el estudio de la alfabetización en el Bajo Ulla es reseñable, el análisis de los agentes alfabetizadores, los “maestros de avezar niños” en el siglo XVIII, también debe ser mencionado. En este trabajo no sólo se reconstruye la red escolar a mediados del siglo XVIII y se constata su evolución en el siglo XIX, sino que se realiza un examen a sus protagonistas, a sus condiciones sociales, económicas y familiares. En este sentido, la investigadora ha recogido la trayectoria y el buen hacer de otros estudiosos gallegos, como Baudilio Barreiro, Ofelia Rey, Juan Gelabert, Margarita Sanz, adaptando un buen aparato metodológico al medio del que se ocupa. A pesar de que no es un estudio general que abarque el conjunto de Galicia, el componente comparativo alcanza una notable dimensión, aportando datos para distintas regiones, tanto del interior como de la costa, por lo que ofrece una visión general y actualizada de la cuestión.

La mayor transformación que sufrió el ámbito de la enseñanza popular tuvo lugar entre los siglos XVIII y XIX, cuando el estado intervino directamente en materia educativa, creando una densa codificación, en primer lugar, y patrocinando distintas iniciativas para regular el ejercicio de los maestros y de las maestras, más tarde. Los cambios efectuados en estos años han dejado distintas huellas documentales, conservadas en archivos municipales y diocesanos, que permiten reconstruir muchos aspectos difíciles de rastrear y que solamente en un estudio de tipo comarcal, cuando la escala de análisis se reduce a parcelas micro, se pueden abordar. Así, el examen de los métodos de enseñanza, de los materiales educativos, así como la descripción de las primitivas escuelas o locales designados para ejercer como tales, son algunos aspectos sobre los que conviene llamar la atención. No menos interesantes son los conflictos surgidos a raíz de la institucionalización de la enseñanza y del asentamiento de las escuelas, ya fuere por alterar el calendario agrícola y el ritmo de trabajo popular, por los salarios de los profesionales, por el mal ejercicio de los docentes, por la violencia de los enseñantes, etc.

Aunque no es objetivo de este trabajo el estudio de las mujeres como categoría de análisis propia, se pueden inferir algunas ideas en este sentido, que la autora ratifica en otros trabajos ya publicados. La enseñanza femenina, lejos de dibujar la misma progresión positiva que la masculina, se vio afectada gravemente con el impulso de la emigración masiva y con el aumento de

la consideración social otorgada a la educación elemental. Las niñas se incorporaban antes al mercado laboral, al tiempo que la sobrecarga de trabajo aumentaba para el conjunto de las mujeres, básicamente para suplir a unos varones cada vez más volcados en el circuito migratorio. En este contexto, la educación de las niñas ofrecía menores posibilidades y menores rendimientos, lo que explica las elevadísimas tasas de analfabetismo que muestra el censo de 1860, frente a los elevados valores calculados para los hombres. Los niveles de firmas del siglo XVIII también resaltaban esta tendencia divergente, con un aumento pausado de la capacidad de firmar. La emigración, además de provocar una mayor expansión cultural, también tuvo otro efecto positivo: la fundación de escuelas de niños, gracias al mecenazgo promovido por algunos de aquellos emigrantes. Con todo, no se puede infravalorar la contribución económica de los campesinos ullanos, los verdaderos soportes de la red escolar rural a fines del Antiguo Régimen, tal y como evidencia el estudio.

El trabajo de Ana María Sixto Barcia merece, en definitiva, una lectura profunda, pues se enfrenta a distintos desafíos y presupuestos, aportando gran cantidad de datos. Es incuestionable el desarrollo alcanzado por la historia de la cultura en la actualidad, con una temática muy amplia y novedosa; pero las nuevas tendencias efectistas deben de estar acompañadas de este tipo de trabajos de base, pues constituyen sus cimientos. Si bien los alicientes para la lectura del libro son varios, también conviene señalar que este trabajo fue galardonado con el Premio de Investigación Ferro Couselo del año 2011. La crisis económica afectó gravemente a la cultura y, en muchos casos, paralizó la convocatoria de becas de estudio y premios de investigación, al tiempo que ralentizó la publicación de muchas obras científicas, como fue el caso. Recientemente, el premio mencionado ha sido recuperado, ofreciendo grandes oportunidades para la promoción y difusión de estudios históricos sobre Galicia en lengua gallega.

RUBÉN CASTRO REDONDO

Universidade de Santiago de Compostela

ruben.castro@usc.es

<https://orcid.org/0000-0002-5197-9920>

VICENTE, Filipa Lowndes, *Entre dois Impérios – Viajantes Britânicos em Goa (1800-1940)*, Lisboa, Tinta da China, 2015, 352 p.

Doutora pela Universidade de Londres, onde defendeu no ano 2000 a tese que daria origem ao livro *Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do século XIX*, publicado em 2003¹, a historiadora portuguesa Filipa Lowndes Vicente, é, atualmente, vinculada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, onde desenvolve pesquisas voltadas para a área dos estudos coloniais e, em especial, para os estudos sobre Ásia e Orientalismo, juntando a isto uma perspectiva feminista e enveredando também pelos estudos de gênero. Entre seus principais títulos, podemos citar: *Outros orientalismos: a Índia entre Florença e Bombaim, 1860-1900*, publicado em 2009², *A Arte sem História – mulheres e cultura artística (séculos XVI-XX)*³ e *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*, ambos publicados no ano de 2012⁴.

Em 2015, publicou, pela editora portuguesa Tinta da China, o seu mais recente livro, intitulado *Entre dois Impérios – Viajantes Britânicos em Goa (1800-1940)*. Neste, a historiadora parece ter encontrado a fórmula perfeita para congregar parte substancial de seus interesses de pesquisa, trazendo ao público um texto que se debruça sobre as intrincadas relações entre os Impérios Britânico e Português e suas porções na Ásia, sem perder de vista o enfoque de gênero, conduzindo uma bela discussão acerca da atividade de mulheres viajantes e seus relatos de viagem no contexto do Império. Para tanto, Lowndes seleciona um conjunto de textos de viajantes britânicos, homens e mulheres, que estiveram em Goa num recorte cronológico que vai de 1800 a 1940, e apesar de analisar alguns pontos de divergência entre estes, conduz a pesquisa no sentido de tentar compreender o denominador comum dos textos em questão (p. 31). Seu *corpus* documental, foi, em grande parte, recolhido na British Library, em Londres, e inclui relatos como os da James Forbes, Tom Cringle, Richard Burton e até do então Príncipe de Gales. Destacamos também, o fato de todos os textos escolhidos para a análise serem escritos por britânicos em viagem a Goa – à exceção do relato do diplomata francês Charles François Frédéric de

¹ Filipa Lowndes Vicente, *Viagens e Exposições: D. Pedro V na Europa do século XIX*, Algés, Gótica, 2003.

² Filipa Lowndes Vicente, *Outros orientalismos: a Índia entre Florença e Bombaim, 1860-1900*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2009.

³ Filipa Lowndes Vicente, *A Arte sem História – mulheres e cultura artística (séculos XVI-XX)*, Lisboa, Babel, 2012.

⁴ Filipa Lowndes Vicente (org.), *O Império da Visão: fotografia no contexto colonial português (1860-1960)*, Lisboa, Ed. 70, 2012.

Montholon-Sémonville – demonstrando, dessa maneira, o interesse da autora em incluir na sua análise as questões pertinentes às relações entre os Impérios Britânico e Português.

O livro está estruturado em duas partes, além de uma introdução em que a autora apresenta os relatos que foram utilizados em sua pesquisa, destacando as principais ideias implícitas nestes textos, bem como as dificuldades de acesso dos viajantes a Goa ao longo do século XIX, os principais motivos – saúde, religião, visita oficial – que levavam os viajantes a se estabelecer por algum tempo aí, e, também, a questão da invisibilidade feminina na escrita de viagem (p. 68). Na primeira parte do livro, a historiadora analisa os relatos de viagem escritos por homens que, em algum momento de suas vidas, estiveram em Goa, em viagem de caráter pessoal ou oficial. Na segunda parte, Lowndes centraliza a análise nos relatos escritos por mulheres, deixando claro que não despreza as diferenças de escrita que possam existir a partir do lugar de onde se fala, mas evidenciando que, a despeito do gênero, existiam outros fatores que faziam essas narrativas convergirem, como por exemplo a nacionalidade de quem escreve, seja ele do sexo masculino ou feminino.

A escrita da autora percorre os caminhos de análise do *corpus* documental selecionado, se apoiando em dois conceitos principais, quais sejam: o de *zonas de contato* e o de *não-lugar*; propostos respectivamente por Mary Louise Pratt e Marc Augé⁵. Dessa maneira, a historiadora considera a Índia Portuguesa “quase um não-lugar esquecido no mapa do império colonial britânico na Índia” (p. 21), no sentido atribuído por Augé, em que um *não-lugar* seria um espaço onde se passa, mas não se para (p. 21). Além disso, Lowndes se apropria do conceito de *zonas de contato*, proposto para pensar os *encontros coloniais*, utilizando-o para analisar não só as relações entre colonizados e colonizadores, mas também aquelas existentes entre viajantes e viajados, discursos masculinos e femininos e, até mesmo, as relações entre colonizadores em contextos coloniais diversos (p. 19).

Como sabemos, no século XIX, os britânicos consolidaram o seu poder na Índia e, a partir de então, intensificaram as relações entre seus colonos e os colonos portugueses, abrindo espaços maiores de convivência e consequentemente de representação. Em *Colonizar a colônia vizinha: viajantes britânicos em Goa*, primeira parte de seu livro, Filipa Lowndes se debruça sobre um conjunto de relatos escritos por homens e identifica as ideias recorrentes nestes textos, de modo a confrontá-los, mais adiante, com os relatos escritos por mulheres, no

⁵ Mary Louise Pratt, *Imperial Eyes. Travel writing and Transculturation*, Londres e Nova Iorque, Routledge, 1992; Marc Augé, *Não-lugares. Introdução a uma Antropologia da Supermodernidade*, Campinas, Papirus, 1994.

sentido de identificar suas divergências, mas sobretudo, suas convergências, para além da questão do gênero. Para a autora, os homens britânicos que escreveram sobre Goa deixaram, de maneira geral, explícito em seus relatos algumas ideias-padrão. Em primeiro lugar, havia, segundo Lowndes, uma ardorosa crítica à Inquisição, bem como à imposição do catolicismo às populações locais, mas, primordialmente, esses homens versavam sobre a decadência da Índia Portuguesa, personificada nas ruínas de Velha Goa, e suas causas.

A autora deixa claro que, entre as principais causas citadas pelos viajantes para explicar a decadência do Império Português na Ásia, estavam a *tiranía supersticiosa*, ou seja, as práticas religiosas provenientes do catolicismo e a sua imposição aos locais, o poder inquisitorial e a perseguição religiosa, mas principalmente a mistura racial e cultural entre colonizadores e colonizados. A contraposição entre a Goa gloriosa de tempos áureos e a Goa decadente é, segundo Lowndes, um pensamento recorrente nos relatos e a abordagem é, quase sempre, no sentido de analisar os motivos da decadência e aprender com eles para, desta maneira, não repeti-los, impedindo assim que o domínio britânico naquele espaço também entrasse em declínio. Nesse sentido, fica evidente que os textos produzidos pelos viajantes do sexo masculino tinham um caráter mais utilitário, fato que não seria espantoso, visto que seus autores, em grande medida, faziam parte do governo imperial e/ou estiveram em Goa em missão oficial.

Na segunda parte do seu livro, intitulada *Mulheres, viagens e escrita: as narrativas de Isabel Burton e Katherine Guthrie em Goa na década de 1870*, a historiadora examina as diferenças entre os relatos de ambas as escritoras, mas, principalmente, direciona sua análise para o cruzamento destes textos com aqueles investigados na primeira parte do livro, formalizando, assim, uma investigação que se propõe a entrelaçar os estudos coloniais e os de gênero. Filipa Lowndes afirma que existem muitos paralelos entre os estudos de gênero e os estudos coloniais, como por exemplo, os discursos patriarcal e colonial que legitimam “a existência de relações hegemônicas e de desigualdade, de domínio e de controle pelas supostas características inferiores daqueles que discriminam e colonizam, sejam estes povos colonizados ou mulheres” (p. 191). Apesar de identificar estas áreas, a autora afirma que sua investigação entrelaça gênero e colonialismo através de uma outra perspectiva, qual seja: “aquela que analisa os lugares, a iniciativa (*agency*) e a ação das mulheres pertencentes a nações colonizadoras” (p. 192).

Existe uma grande quantidade de livros escritos por mulheres britânicas acerca da Índia entre os séculos XIX e XX, como os das autoras Maria Graham, Emily Eden, Annie Besant e etc (p. 195). Segundo Filipa Lowndes, os relatos de Burton e Guthrie, textos protagonistas em seu trabalho, se diferenciam

dos demais pelo fato de incluírem Goa no seu campo de análise (p. 196). Isabel Burton e Katherine estiveram em Goa como acompanhantes de seus respectivos maridos, a primeira por motivo de uma viagem de descanso para restabelecimento da saúde, e a segunda para uma viagem no âmbito de uma missão oficial. Ambas falaram da Índia portuguesa com um olhar impregnado de seus lugares de origem e influenciadas pelos seus contextos pessoais.

Isabel Burton, católica fervorosa, deixa de fora de seu relato qualquer postura que remetesse à igualdade do teosofismo e coloca no centro de sua escrita o catolicismo (p. 196-197). Apesar de fazer críticas pontuais à administração britânica naquele espaço colonial, nomeadamente à forma brutal como os britânicos tratavam os locais, a escritora nunca questiona a soberania inglesa sobre a Índia, se colocando como membro pertencente a uma nação colonizadora (p. 202), corroborando, dessa maneira, muitas das ideias aventadas nos relatos redigidos por viajantes do sexo masculino, demonstrando assim, que sua condição de colonizadora está acima de seu gênero. Seu gênero, no entanto, constitui-se como obstáculo quando assume o papel de historiadora na sua versão da história civil de Goa, necessitando, dessa maneira, de lançar mão de estratégias para legitimar a sua escrita, como por exemplo se colocar no lugar de testemunha ocular, evidenciar o seu domínio sobre a língua portuguesa, ou ressaltar as contribuições masculinas em sua obra (p. 208).

Katherine Guthrie, por sua vez, esposa de militar, viveria “numa casa que era também um forte militar” (p. 197), marcando, dessa maneira, sua identidade colonial e dando-lhe escopo para ir além daquilo que se esperava da escrita feminina à época, versando sobre as comunidades que ali habitavam, a fauna, a flora, as cerimônias religiosas e etc. Segundo Lowndes, a autora descreve o povo goês como o povo mais bem educado que já conhecera, bem como reproduz a ideia, muito presente nos relatos de Richard Burton, do mestiço como fator maléfico ao progresso. Guthrie, protestante que era, compartilhava da mesma desaprovação presente nos textos escritos pelos seus colegas viajantes do sexo masculino relativamente aos métodos de conversão ostentados pela Igreja católica, bem como do mesmo pensamento que interpretava a religiosidade católica como supersticiosa e irracional (p. 264), como fica claro nas linhas que dedica à descrição da cerimônia de exposição do corpo de São Francisco Xavier, evento presenciado por ela.

Burton e Guthrie compartilhavam de algumas ideias em comum, do espanto em relação a Goa, um espaço geográfico com características socioculturais muito diferentes daquelas que ambas conheciam, passando pela questão da educação do povo goês, referida por ambas como algo admirável, e chegando à velha ideia de contraposição da Goa dos tempos áureos e da Goa decadente,

tão explorada pelos escritores britânicos do sexo masculino. Nesse sentido, Filipa Lowndes deixa bastante clara a sua tese, que consiste em demonstrar que a escrita dessas autoras não está demarcada apenas pelo seu gênero, mas também por fatores como a sua nacionalidade e a sua posição enquanto membro de uma nação imperialista. O fato de serem britânicos faz com que homens e mulheres se encontrem em certas interseções de pensamentos e compartilhem ideias e cânones pré-estabelecidos, nomeadamente a crítica ao modelo de colonização português e a comparação no âmbito da superioridade entre os Impérios Britânico e Português.

Dessa maneira, a autora conclui aquilo a que se propôs, dando visibilidade, através dos relatos analisados, aos vários contextos de hegemonia e de assimetria de poder dentro dos espaços coloniais, com especial atenção para o confronto entre as duas pontas de poder equivalentes, os dois grupos colonizadores habitantes deste espaço (p. 292). Com efeito, deixa evidente a complexidade das relações existentes não só nas tão pensadas *zonas de contato* entre colonizadores e colonizados, mas também naquelas que se desenrolam no cruzamento entre impérios, afirmando que as análises incluídas em seu trabalho “sugerem a existência de uma outra dimensão da alteridade desigual” (p. 292), ou seja, a da comparação entre dois poderes imperiais/colonizadores equivalentes.

IZABEL MARIA DOS SANTOS

Doutoranda em História Moderna pela Faculdade de Letras

Universidade de Coimbra

Bolsista CAPES de Doutorado Pleno no Exterior

Referees 2018

Referees

Álvaro Garrido (Universidade de Coimbra), Ana Isabel Suárez González (Universidad de Santiago de Compostela), Ana Sofia Ribeiro (Universidade de Évora), Armando Luís de Carvalho Homem (Universidade do Porto), Carla Alferes Pinto (CHAM-NOVA FCSH), Fernando Pimenta (Universidade de Coimbra), Fernando Taveira da Fonseca (Universidade de Coimbra), Filipa Roldão (CHSC-Universidade de Coimbra), Isabel dos Guimarães Sá (Universidade do Minho), Jaime Gouveia (CHSC-Universidade de Coimbra), João Marinho dos Santos (Universidade de Coimbra), João Paulo Avelãs Nunes (Universidade de Coimbra), João Paulo Salvado (Universidade de Évora), José Luís Inglês Fontes (CEHR-UCP; IEM – NOVA FCSH), José Pedro Matos Paiva (Universidade de Coimbra), Leonor Zozaya-Montes (Universidad de Las Palmas de Gran Canaria), Manuel Salamanca López (Universidad Complutense de Madrid), Margarida de Sá Nogueira Lalande (Universidade dos Açores), Maria Antónia Conde (Universidade de Évora), Maria de Lurdes Rosa (Universidade Nova de Lisboa), Maria do Rosário Castiço (Escola Superior de Educação de Coimbra), Maria Helena Coelho (Universidade de Coimbra), Maria José Azevedo Santos (Universidade de Coimbra), Marta Lobo Araújo (Universidade do Minho), Matthew Sillence (University of East Anglia), Miguel Calleja Puerta (Universidad de Oviedo), Ofelia Rey Castelao (Universidad de Santiago de Compostela), Susana Tavares Pedro (Universidade de Lisboa).

Sumário

Editorial	
MARGARIDA SOBRAL NETO.....	5
Nota Introdutória	
MARIA DO ROSÁRIO BARBOSA MORUJÃO.....	7
 Dossier temático “Ciências Históricas”	
Ecclesiastical sigillography in the Czech Republic – current situation, themes and perspectives <i>Sigilografia eclesiástica na República Checa – ponto da situação, temas e perspetivas</i>	
MARTINA BOLOM-KOTARI	13
Transcrições em linha: <i>e-learning</i> de Paleografia em arquivos europeus <i>On-line transcriptions: Palaeography e-learning in European archives</i>	
LEONOR CALVÃO BORGES, ANA MARGARIDA DIAS DA SILVA	31
Do traço da letra ao risco do desenho: uma forma de arquivar <i>From letter outlines to sketches: an archiving method</i>	
MARIA HELENA DA CRUZ COELHO	55
Arquivística Histórica e arquivos de família, entre História e Ciência arquivística. Reflexões sobre um percurso científico e académico <i>Historical archivistics and family archives, between History and Archival Science. Some reflections on a scientific and academic pathway</i>	
MARIA DE LURDES ROSA, RITA SAMPAIO DA NÓVOA.....	97

Los retos actuales de la diplomática desde la perspectiva ibérica: ampliación de los horizontes espaciales y cronológicos, nuevos campos de investigación, adaptación a las nuevas tecnologías <i>The current challenges of Diplomats from an Iberian perspective: the expansion of spatial and chronological horizons, new research fields, the adaptation to new technologies</i>	
NÉSTOR VIGIL MONTES	121
O convento de São Francisco de Jesus de Monção na Época Moderna <i>The Convent of St. Francis of Jesus of Monção in the Early Modern Era</i>	
MARIA MARTA LOBO DE ARAÚJO, FLÁVIA OLIVEIRA	139
A Metrologia em Portugal em Finais do Século XVIII e a “Memória sobre Pesos e Medidas” de José de Abreu Bacelar Chichorro (1795) <i>Portuguese Metrology towards the end of the 18th Century and the “Memória sobre Pesos e Medidas” of José de Abreu Bacelar Chichorro (1795)</i>	
LUÍS SEABRA LOPES	157
Les importations de bois de Brésil en Normandie dans la première moitié du XVI ^e siècle <i>The imports of Brazilwood in Normandy during the first half of the sixteenth century</i>	
CHRISTOPHE MANEUVRIER, MICHEL DAEFFLER, ISABELLE BRETTHAUER	189
D. Fr. Aleixo de Meneses (1559-1617): um percurso biográfico em contexto <i>Frei Aleixo de Meneses (1559-1617): a biographical approach in context</i>	
FERNANDA OLIVAL	215
Portais de globalização: portos e caminhos de ferro no contexto colonial português (c. 1870 – c. 1910) <i>Portals of globalization: ports and railways in the Portuguese colonial context (c. 1870 – c. 1910)</i>	
HUGO SILVEIRA PEREIRA	255
Agricultura, Estado corporativo e coordenação económica na génese do salazarismo: a Junta Nacional das Frutas, 1931-1939 <i>Agriculture, corporative State and economic coordination in the origins of salazarism: the National Board of Fruits, 1931-1939</i>	
LEONARDO ABOIM PIRES	275

A análise de redes na investigação histórica. Aplicação a um estudo de caso: as escolhas dos eleitores para a vereação da Câmara de Coimbra (1783-1817) <i>Social network analysis in historical research. A case study: Decision-making processes in the election of councilmen for the Municipality of Coimbra (1783-1817)</i>	
ANA ISABEL RIBEIRO	301

Los monasterios cistercienses gallegos en la etapa final del Antiguo Régimen <i>Cistercian monasteries of Galicia during the final stages of the Ancien Regime</i>	
PEGERTO SAAVEDRA	325

Recensões críticas

Rodolfo Petronilho Feio.....	355
Pedro J. Barbosa da Silva.....	361
Ana Santiago Faria.....	367
Rubén Castro Redondo	372
Izabel Maria dos Santos	375

Lista de Referees 2017	383
-------------------------------------	-----

